UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

**Uma história serial e conceitual da gramática brasileira
oitocentista de língua portuguesa**
(versão corrigida)

Bruna Soares Polachini

São Paulo
2018

UNIIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

**Uma história serial e conceitual da gramática brasileira
oitocentista de língua portuguesa**
(versão corrigida)

Bruna Soares Polachini

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

De acordo

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Ph Polachini, Bruna
Uma história serial e conceitual da gramática
brasileira oitocentista de língua portuguesa / Bruna
Polachini ; orientadora Olga Coelho. - São Paulo,
2018.
458 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração:
Semiótica e Linguística Geral.

1. Historiografia Linguística. 2. Gramáticas
Brasileiras. 3. Século XIX. 4. Verbo substantivo. I.
Coelho, Olga, orient. II. Título.

Agradecimentos

A todos que de alguma forma se moveram para que esta tese pudesse ser construída – do motorista do ônibus que me levou à USP tantas vezes aos editores dos livros que pude ler –, pois, certamente, ela é fruto de imensa generosidade proveniente de inúmeros gestos que, por seu aspecto rotineiro, poderiam facilmente passar despercebidos.

Ao CNPq pela bolsa concedida durante os quarenta e oito meses de pesquisa.

A Olga Coelho pela orientação certa, precisa e essencial nesse longo período (e também à orientação anterior no mestrado).

A Pierre Swiggers e Ton Van Hal, que me orientaram por dois meses na KU Leuven (Bélgica), lendo meus relatórios e comentando-os detalhadamente, além de possibilitarem que eu tivesse acesso a diversos livros e textos presentes na biblioteca da universidade. A Peter Lauwers pela leitura cuidadosa de meu relatório e úteis apontamentos.

A Cristina Altman e a Maria Helena de Moura Neves pela leitura de meu relatório e pelos comentários valiosos realizados, quando banca de meu exame de qualificação.

À banca de defesa e, assim, novamente, a Pierre Swiggers e Cristina Altman, pelos gentis, estimulantes e, sem dúvida, interessantes comentários. A Marilza de Oliveira, pela pronta, cuidadosa e detalhada leitura da tese. A José Borges Neto pela gentileza de me trazer material que poderia acrescentar à tese. A Luiz Francisco Dias pelo olhar analítico e crítico que me deu sobre a análise direcionada para o conteúdo.

A Alessandro Beccari, Edgard Bikelis e Jaci Brasil Tonelli pelas traduções concedidas, respectivamente, do grego, do latim e do francês.

A Erica, Denise e Robson pelo pronto auxílio sempre que necessário.

A Renata Moreira e Fernanda Canever por me acompanharem na empreitada de ser RD do nosso Programa de pós; “trabalhar junto” é uma expressão que tomou novo (e melhor) valor após nossa experiência.

Aos colegas de organização do Tardes de Linguística Andressa Toni, Bruno Guide, Rodrigo Madrid, Suzana Fong, pelas nossas longas discussões a respeito de maneiras de tornar a pós-graduação em Linguística mais atrativa, interessante e prazerosa para nossos colegas.

Aos queridos, antigos e novos, colegas do CEDOCH, pelas reuniões profícuas, pelos eventos realizados e pelas indispensáveis risadas: Edgard Bikelis, Ênio Sugiyama, José Bento Vidal Neto, Julia de Crudis Rodrigues, Karina Oliveira, Lygia Testa, Mariana Viel, Olívia Yumi, Patrícia Souza Borges, Roberta Ragi, Rodrygo Tanaka, Stela Maris Danna, Wellington Santos.

Às amigas e co-moradoras do Jaguaré, Janayna e Larissa, por me darem a experiência de viver com amigas, o que, agora, me parece imprescindível num período tão forçosamente introspectivo como é a pós-graduação. À Jaci por apoiar com carinho e atenção esse doutorado. Aos queridos amigos, pelos dias compartilhados: Aline, Amanda, Bianca, Cássio, Gustavo, Joyce, Jéssica, Julia, Júlia, Natália, Nathália, Patrícia, Renan, Stela, Ted.

Por último, mas certamente não menos importante, enfatizo meu agradecimento aos meus pais, Alita e Renato, aos meus irmãos, Íris e Renato, e à minha cunhada, Saarah, que sempre apoiaram (emocionalmente e financeiramente) minhas decisões profissionais sem quaisquer ressalvas, fomentando um especial sentimento de liberdade sem o qual eu não poderia realizar esta tese desta maneira (a parte boa, claro, as falhas são todas minhas).

*Tudo permanecerá
Do jeito que tem sido
Transcorrendo,
transformando
Tempo e espaço navegando
Em todos os sentidos*
(Gilberto Gil)

RESUMO: Nesta tese, que se propôs a explorar as gramáticas brasileiras do português publicadas no século XIX, tivemos três objetivos. O primeiro foi realizar um mapeamento exaustivo da produção gramatical brasileira do português do século XIX, o qual foi feito por meio de fontes secundárias e catálogos de bibliotecas. Tivemos conhecimento de 127 títulos e 77 reedições, o que resulta em duzentas gramáticas. A partir dos dados coletados, que, em geral, eram título, subtítulo, autor, ano de publicação, local e casa impressora, formalizamos *unidades* de análise para, ao relacioná-las, por meio da metodologia da História Serial (Furet 1991, Barros 2005), realizar um mapeamento descritivo e interpretativo dessa produção. Nosso segundo objetivo, tendo selecionado, com base em quatro critérios combinados (prestígio, emergência, institucionalização e diálogo), dezoito exemplares (16 títulos, 2 reedições) dos duzentos e quatro de que tivemos conhecimento, foi de realizar uma análise orientada para os conteúdos dessas obras, organizada em torno de uma possível *rede conceitual*. A hipótese dessa análise, baseada em Auroux (2009[1992]) e Swiggers (2010), é de que alguns conceitos poderiam ser eixo de uma *rede conceitual* devido à sua influência técnica e, eventualmente teórica, em uma determinada tradição de descrição linguística. Essa hipótese surgiu nos resultados de nossa pesquisa de mestrado, em que, ao notar a complexidade da dimensão técnica (cf. Swiggers 2004) de algumas obras dessa tradição, pensamos ser necessário procurar meios de tornar sua análise mais homogênea (cf. Polachini 2013, Polachini 2016). Para testá-la, examinamos o conceito-chave de 'verbo substantivo' apresentado nas obras selecionadas, que são amiúde influenciadas pela tradição da *grammaire générale* francesa, ao menos até 1880, quando passa a haver também influência do método histórico-comparativo (cf. Maciel 1910, Nascentes 1939, Elia 1975, Cavaliere 2001, Parreira 2011, Polachini 2013). Ademais, foi necessário formalizar uma metodologia a fim de reconhecer a *rede conceitual* em torno do 'verbo substantivo'. Primeiramente, definimos *conceitos* gramaticais como sendo formados por meio de *processos classificatórios da cadeia falada*. Tais processos têm como produto, por um lado, *termos*, e, por outro, *conceitos*. Estes últimos podem ser analisados *intensionalmente*, por meio de sua *definição* e seu lugar numa determinada *taxonomia*, ou *extensionalmente*, considerando o inventário de dados linguísticos eleitos como *exemplos* e eventuais *ilustrações* desses dados em uso. Cada conceito é, portanto, analisado por meio das seguintes categorias: *definição*, *taxonomia*, *exemplos*, *ilustrações* e por seus *termos*. Consideramos *rede conceitual* as relações travadas entre o *conceito-chave*, 'verbo substantivo', e *conceitos* que, na tradição da *grammaire générale* teriam já alguma relação com o 'verbo substantivo' (cf. Chevalier 1968; Colombat 1992; Raby 2000; Bouard 2007), a saber: *gramática* e *linguagem*, *metaclasses* e *classes de palavras*, *modificadores do nome*, *verbo*, *oração* (seus elementos e sua organização) apresentadas nas obras. Essas relações podem ser de quatro tipos: (1) *equivalência*; (2) *intersecção* (3) *subordinação*; (4) *base teórica comum*. Finalmente, distinguimos no texto gramatical a descrição linguística, que chamamos de *texto*, e as ampliações, reflexões ou críticas realizadas sobre essa descrição, que chamamos de *metatexto*. Tal metodologia nos permitiu uma visão mais clara e homogênea da dimensão técnica das obras (e de seu eventual ecletismo), além de proporcionar uma visão mais complexa de continuidades e descontinuidades dessa produção, que contrasta com aquelas das revisões históricas. Ademais, os resultados apontam também para: relações entre *agendas* dos autores ao publicarem suas gramáticas e seu *ecletismo*. Nossa terceira proposta foi de que esta tese fosse não apenas uma *historiografia*, mas também uma *epihistoriografia* dessa tradição. Assim, apresentamos dois apêndices: um com informações catalográficas das 204 gramáticas de que tivemos conhecimento, organizadas cronologicamente; e outro com os *paratextos* das dezoito obras analisadas.

Palavras-chave: Historiografia Linguística; Gramáticas brasileiras do século XIX; História Serial; Rede conceitual; Verbo substantivo.

ABSTRACT: In this thesis, which approached the Brazilian grammars of Portuguese published in the 19th century, we had three objectives. The first one was to conduct a comprehensive mapping of the Brazilian grammatical production on Portuguese in the 19th century, which we carried out through secondary sources and library catalogs. We have acknowledged 127 titles and 77 re-editions, which total two hundred grammars. From the data collected, which generally consisted of title, subtitle, author, year published, publisher city and publisher name, we built standardized units of analysis so that, when analyzing their relations among one another, we conducted a descriptive and interpretative mapping of this production, adopting the methodology of Serial History (Furet 1991, Barros 2005). By selecting eighteen grammars (16 titles, 2 re-editions) out of the acknowledged two hundred works, based on four combined criteria (prestige, emergence, institutionalization and dialog), our second object was to carry out an analysis oriented to the content of these selected works, organized under a possible *conceptual network*. The hypothesis of this analysis, based on Auroux (2009[1992]) and Swiggers (2010), is that some concepts could work as an axis of a *conceptual network* due to their technical, and sometimes theoretical, influence on a specific tradition of linguistic description. This hypothesis was raised in the results of our master's research, in which, by realizing the complexity of some of this tradition's grammars' technical dimension (cf. Swiggers 2004), we thought it to be necessary to find ways of turning the analysis more homogeneous (cf. Polachini 2013, Polachini 2016). In order to test its effectiveness, we examined the key concept of 'verbo substantivo' (literally: 'substantive verb'), presented in the selected works, which are frequently influenced by the tradition of the French *grammaire générale*, at least until 1880, when the influence of the historical-comparative method started to take place (cf. Maciel 1910, Nascentes 1939, Elia 1975, Cavaliere 2001, Parreira 2011, Polachini 2013). Moreover, it was necessary to formalize a methodology in order to recognize the *conceptual network* around the 'verbo substantivo'. First, we defined the grammatical *concepts* as being formed through classifying processes of spoken speech. These processes have as products, on one side, *terms* and, on the other, *concepts*. The latter can be analyzed intentionally, through its *definition* and its places in a specific *taxonomy*, or *extensionally*, considering the inventory of linguistic data considered as *examples* and any *illustrations* of these data in use. Each concept is, therefore, analyzed through the following categories: *definition*, *taxonomy*, *examples*, *illustrations* and by its *terms*. We considered as *conceptual network* the relations between the *key concept*, 'verbo substantivo', and *concepts* that, in the *grammaire générale*'s tradition would already have some relation to the 'verbo substantivo' (cf. Chevalier 1968; Colombat 1992; Raby 2000; Bouard 2007), such as: *grammar* and *language*, *metaclasses* and *parts of speech*, *noun modifiers*, *verb*, *clause* (its elements and organization) presented in the grammars. These relations can be of three types: (1) *identity*; (2) *intersection*; (3) *subordination*; (4) *shared theoretical background*. Finally, in the grammatical text, we distinguished the linguistic description, which we called *text*, from its expansions, reflections and critical comments on this description, which we called *metatext*. Such methodology allowed a clearer and more homogeneous view of the technical dimension of the works analyzed (and their often eclecticism), in addition to providing a more complex view of continuities and discontinuities of this production, which contrasts with those of the historical reviews. Furthermore, the results also point to: relations between the authors' *schedules* when publishing their grammars and their *eclecticism*; and the *metatext*'s role between teaching and linguistic reflection. Our third objective was to make this thesis not only a *historiography* but also a *epihistoriography* of this tradition. Thus, we presented two appendices: one with cataloging information of the two hundred grammars which we acknowledged, organized chronologically; and another one with the *paratexts* of the eighteen works analyzed.

Keywords: Linguistic Historiography; 19th-century Brazilian grammars; Serial History; Conceptual Network; Noun verb.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 Fundamentos teóricos.....	19
1.1. Lacunas e possibilidades da historiografia linguística.....	19
1.2. (Meta-)metalinguagem e conceptualização	24
1.3. Continuidade e descontinuidade, homogeneidade e heterogeneidade.....	30
1.4. O conceito de ‘verbo substantivo’ (ou ‘cópula’)	37
1.4.1. Seu desenvolvimento histórico.....	37
1.4.2. Relações do ‘verbo substantivo’ com outros <i>conceitos</i> na tradição da <i>grammaire générale</i>	54
1.5. Sobre as revisões históricas da gramaticografia brasileira do português.....	57
CAPÍTULO 2 Método	73
2.1. Levantamento de gramáticas brasileiras do português do século XIX	73
2.1.2. A seleção de obras para análise: critérios combinados	74
2.2. Critérios para a análise orientada para o contexto	80
2.2.1. História Serial: concebendo um mapa.....	80
2.2.2 Critérios para análise de <i>agenda</i> dos autores	84
2.3. Critérios para análise direcionada para o conteúdo: conceitos e rede conceitual	85
2.4. Quadro metodológico: síntese	88
2.5. Organização do texto	91
CAPÍTULO 3 Análise orientada para contexto.....	97
3.1. História Serial: mapeamento baseado em dados contextuais das gramáticas.....	97
R1. Gramáticas publicadas por década	98
R2. Reedições das gramáticas: prestígio e durabilidade	98
R3. A publicação de gramáticas em diferentes regiões.....	108
R4. Casas impressoras.....	117
R5. Escolhas de títulos ao longo do século	120
R6. Subtítulos: formato, conteúdo e objeto das gramáticas	128
R7. Subtítulos: público-alvo e dedicatórias.....	132
3.2. Análise de <i>agenda</i>	138
3.2.1. Antonio Morais Silva, <i>Epitome da grammatica de lingua portugueza</i> (1806, [1]).....	139
3.2.2. Ignacio Felizardo Fortes, <i>Arte da grammatica portugueza</i> (1816, [4])	142
3.2.3. Antonio da Costa Duarte, <i>Compendio da grammatica portugueza</i> (1829, [10]) e <i>Compendio de grammatica philosophica da lingua portugueza</i> (1859, [44])	144
3.2.4. Antonio Alvares Pereira Coruja, <i>Compendio da Grammatica da Lingua Nacional</i> (1835, [16]; 1873, [92])	146

3.2.5. Raymundo Camara Bithencourt, <i>Epitome da grammatica philosophica da lingua portugueza</i> (1862, [50])	148
3.2.6. Francisco Sotero dos Reis, <i>Grammatica portugueza accomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica</i> (1877, [106]).....	150
3.2.7. Ernesto Carneiro Ribeiro, <i>Grammatica Portugueza Philosophica</i> (1881, [120]) e <i>Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza</i> (1890, [171])	151
3.2.8. Julio Cezar Ribeiro Vaughan, <i>Grammatica Portugueza</i> (1881, [123]; 1885, [143]).....	154
3.2.9. Maximino de Araujo Maciel, <i>Grammatica Analytica</i> (1887, [152]) e <i>Grammatica Descriptiva</i> (1895, [188]).....	157
3.2.10. Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, <i>Noções de grammatica portugueza</i> (1887, [153]).....	159
3.2.11. Fillipe Benicio de Oliveira Condurú, <i>Grammatica Elementar da Lingua Portugueza</i> (1888, [157])	161
3.2.12. João Ribeiro Fernandes, <i>Exames de Portuguez – Grammatica Portugueza (3º anno)</i> (1889, [167])	162
3.2.13. Alfredo Gomes, <i>Grammatica Portugueza</i> (1895, [187])	164
CAPÍTULO 4 Análise orientada para conteúdo	169
4.1. <i>Epitome da grammatica de lingua portugueza</i> (1806, [1]), de Antonio Morais Silva	169
4.1.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra	169
4.1.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	170
4.1.3 Conceitos modificadores do nome	172
4.1.4 Conceito de verbo.....	174
4.1.5 Conceito de sentença e seus elementos	176
4.1.6 Rede conceitual	178
4.2. <i>Arte da grammatica portugueza</i> (1816, [4]), de Ignacio Felizardo Fortes	180
4.2.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra	180
4.2.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	180
4.2.3 Conceitos modificadores do nome	181
4.2.4 Conceito de verbo.....	182
4.2.5 Conceito de oração e seus elementos	182
4.2.6 Rede conceitual	183
4.3. <i>Compendio da grammatica portugueza</i> (1829, [10]) e <i>Compendio de grammatica philosophica da lingua portugueza</i> (1859, [44]), de Antonio da Costa Duarte.....	183
4.3.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra	183
4.3.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	185
4.3.3 Conceitos modificadores do nome	187
4.3.4 Conceito de verbo.....	190

4.3.5 Conceito de oração ou proposição e seus elementos.....	199
4.3.6 Rede conceitual	202
4.4. <i>Compendio da Grammatica da Lingua Nacional</i> (1835, [16]; 1873, [92]), de Antonio Alvares Pereira Coruja,.....	205
4.4.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra.....	205
4.4.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	206
4.4.3 Conceitos modificadores do nome	207
4.4.4 Conceito de verbo.....	209
4.4.5 Conceito de oração e seus elementos	211
4.4.6 Rede conceitual	213
4.5. <i>Epitome da grammatica philosophica da lingua portugueza</i> (1862, [50]), de Raymundo Camara Bithencourt.....	215
4.5.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra.....	215
4.5.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	216
4.5.3 Conceitos modificadores do nome	217
4.5.4 Conceito de verbo.....	222
4.5.5 Conceito de oração e seus elementos	224
4.5.6 Rede conceitual	226
4.6. <i>Grammatica portugueza accomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica</i> (1877), de Francisco Sotero dos Reis	227
4.6.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra.....	227
4.6.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	228
4.6.3 Conceitos modificadores do nome	229
4.6.4 Conceito de verbo.....	232
4.6.5 Conceito de oração e seus elementos	235
4.6.6 Rede conceitual	237
4.7. <i>Grammatica Portugueza Philosophica</i> (1881, [120]) e <i>Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza</i> (1890, [171]), de Ernesto Carneiro Ribeiro	238
4.7.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra.....	238
4.7.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	241
4.7.3 Conceitos modificadores nome	244
4.7.4 Conceito de verbo.....	246
4.7.5 Conceito de oração e seus elementos	250
4.7.6 Rede conceitual	254
4.8. <i>Grammatica Portugueza</i> (1881, [123]; 1885, [143]), de Julio Cezar Ribeiro Vaughan.....	256
4.8.1 Conceitos de gramática de linguagem e organização da obra.....	256
4.8.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	257

4.8.3. Conceitos modificadores do nome	259
4.8.4 Conceito de verbo.....	261
4.8.5 Conceito de sentença e seus elementos	264
4.8.6 Rede conceitual	268
4.9. <i>Grammatica Analytica</i> (1887, [152]) e <i>Grammatica Descriptiva</i> (1895, [188]), de Maximino de Araujo Maciel.....	270
4.9.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra	270
4.9.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	272
4.9.3 Conceitos modificadores do nome	273
4.9.4 Conceito de verbo.....	278
4.9.5 Conceito de sentença ou proposição e seus elementos	282
4.9.6 Rede Conceitual	286
4.10. <i>Noções de grammatica portugueza</i> (1887, [153]), de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade.....	289
4.10.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra	289
4.10.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	290
4.10.3 Conceitos modificadores do nome	292
4.10.4 Conceito de verbo.....	296
4.10.5 Conceito de proposição e seus elementos	300
4.10.6 Rede conceitual	302
4.11. <i>Grammatica Elementar da Lingua Portugueza</i> (1888, [157]), de Fillipe Benicio de Oliveira Condurú.....	303
4.11.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra	303
4.11.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	303
4.11.3 Conceitos modificadores do nome	304
4.11.4 Conceito de verbo.....	306
4.11.5 Conceito de oração e seus elementos	308
4.11.6 Rede conceitual	311
4.12. <i>Exames de Portuguez – Grammatica Portugueza (3º anno)</i> (1889, [167]), de João Ribeiro Fernandes.....	312
4.12.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra	312
4.12.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras	314
4.12.3 Conceitos modificadores do nome	316
4.12.4 Conceito de verbo.....	319
4.12.5 Conceito de proposição e seus elementos	320
4.12.6 Rede conceitual	323
4.13. <i>Grammatica Portugueza</i> (1895, [187]), de Alfredo Gomes	323
4.13.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra	324

4.13.2	Conceitos de metaclasses e classes de palavras	325
4.13.3	Conceitos modificadores do nome	326
4.13.4	Conceito de verbo.....	328
4.13.5	Conceito de proposição ou oração e seus elementos.....	329
4.13.6	Rede conceitual	333
CAPÍTULO 5 Resultados e contribuições		337
5.1.	Exame longitudinal de <i>redes conceituais</i> : continuidades e descontinuidades..	337
5.2.	<i>Agendas</i> e dois tipos de <i>ecletismo</i>	348
5.3.	O ‘verbo substantivo’ e a língua portuguesa: o debate entre <i>ser</i> e <i>estar</i>	352
5.4.	Resultados e contribuições da metodologia da História Serial	353
5.5.	Resultados e contribuições da metodologia da <i>rede conceitual</i>	357
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		359
APÊNDICE A Referência completa das gramáticas		369
APÊNDICE B Fichas Descritivas		393

Lista de abreviaturas e siglas

A : Autor

Ex: Exemplo(s)

GGR-PR: Grammaire Generale et Raisonnée de Port-Royal

Il: Ilustração/ões de uso

MT: Metatexto (em oposição a *texto*)

NDR: Nota de rodapé

REF: Referência bibliográfica dada em gramática a alguma *ilustração de uso*.

T: Texto (em oposição a *metatexto*)

ÍNDICE DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

Quadro 1. Doze conceptualizações de língua (Swiggers 2004)	27
Quadro 2. Programas de Investigação (Swiggers 2004).....	28
Quadro 3. Relações lógicas entre termos (Swiggers 2010a)	29
Quadro 4. Relações possíveis entre <i>conceito-chave</i> e <i>conceitos da rede conceitual</i>	30
Quadro 5. Gramáticas oitocentistas citadas pelas revisões históricas	66
Quadro 6. Síntese de periodizações realizadas sobre a gramaticografia brasileira oitocentista do português.....	68
Quadro 7. Unidades e tipos de unidade analisados na História Serial	81
Quadro 8. Siglas e tipos de título analisados na História Serial	82
Quadro 9. Tipos de edição analisados na História Serial	82
Quadro 10. Tipos de público-alvo analisados na História Serial	83
Quadro 11. Questões e relações realizadas no mapeamento descritivo-interpretativo...	84
Quadro 12. Dados bibliográficos e paratextos expostos nas FDs	85
Quadro 13. <i>Conceitos</i> analisados em <i>intensão</i> e <i>extensão</i>	86
Quadro 14. Edições ausentes com base em número das edições conhecidas.....	101
Quadro 15. Número de 'gramáticas' e 'edições específicas' por local e década.....	110
Quadro 16. Casas impressoras de cada gramática em cada década e cada local.....	119
Quadro 17. Gramáticas em cujo título não aparece referência à língua portuguesa	128
Quadro 18. Diferentes tipos de subtítulo	130
Quadro 19. Tipos de público-alvo	135
Quadro 20. Relação entre público alvo (grau de ensino) e título das obras	137
Quadro 21. <i>Metaclasses</i> e <i>classes de palavras</i> de Morais Silva (1806).....	171
Quadro 22. <i>Espécies</i> de 'sentença' em Morais Silva (1806)	178
Quadro 23. 'Casos' do 'artigo' em Fortes (1816).....	181
Quadro 24. Natureza, pensamento e discurso em Costa Duarte (1829, 1859).....	185
Quadro 25. <i>Espécies</i> de 'adjetivo' em Costa Duarte (1829, 1859).....	187
Quadro 26. Objetos que os nomes podem ser e relações que podem ter na oração (Costa Duarte 1829).....	190
Quadro 27. <i>Conceitos</i> de 'verbo' em Costa Duarte (1829, 1859)	191
Quadro 28. Principais <i>espécies</i> de 'verbo' em Costa Duarte (1829, 1859).....	192
Quadro 29. <i>Espécies</i> de 'verbo adjetivo' em Costa Duarte (1829, 1859)	196
Quadro 30. <i>Espécies</i> de 'verbo transitivo' em Costa Duarte (1829, 1859)	197
Quadro 31. Elementos da oração em Costa Duarte (1829, 1859)	200
Quadro 32. <i>Espécies</i> de 'complementos' (Costa Duarte 1829, 1859).....	200
Quadro 33. <i>Espécies</i> de 'proposição' em Costa Duarte (1829, 1859).....	201
Quadro 34. <i>Espécies</i> de 'proposições parciais' em Costa Duarte (1829, 1859).....	202
Quadro 35. <i>Metaclasses</i> e <i>classes</i> de palavras em Coruja (1835, 1873).....	207
Quadro 36. <i>Espécies</i> de 'verbo' em (Coruja 1835, 1873)	210
Quadro 37. <i>Elementos</i> da 'oração' em Coruja (1835, 1873)	211
Quadro 38. <i>Espécies</i> de 'complementos' em Coruja (1873)	212
Quadro 39. <i>Espécies</i> de 'artigo' em Bithencourt (1862)	219
Quadro 40. <i>Espécies</i> de 'adjetivos demonstrativos' em Bithencourt (1862).....	220
Quadro 41. <i>Espécies</i> de 'verbo transitivo' em Bithencourt (1862)	224
Quadro 42. <i>Espécies</i> de 'complementos' em Bithencourt (1862)	225
Quadro 43. <i>Espécies</i> de 'oração' de acordo com sua 'natureza' em Bithencourt (1862)	226
Quadro 44. <i>Espécies</i> de 'adjetivo qualificativo' e 'adjetivo determinativo' em Sotero dos Reis (1877)	230

Quadro 45. <i>Espécies</i> de 'verbo atributivo' em Sotero dos Reis (1877).....	234
Quadro 46. <i>Espécies</i> de 'sujeito' e 'atributo' em Sotero dos Reis (1877)	235
Quadro 47. 'Complementos' de <i>classes de palavras</i> em Sotero dos Reis (1877).....	236
Quadro 48. <i>Espécies</i> de 'proposição' em Sotero dos Reis (1877).....	237
Quadro 49. <i>Espécies</i> de 'gramática' em Carneiro Ribeiro (1881, 1890).....	240
Quadro 50. <i>Metaclasses</i> e <i>classes de palavras</i> em Carneiro Ribeiro (1881, 1890)	244
Quadro 51. <i>Espécies</i> do 'artigo indicativo' ou 'puro' e 'artigo conotativo' em Carneiro Ribeiro (1881, 1890)	246
Quadro 52. <i>Espécies</i> de 'verbos' em Carneiro Ribeiro (1881, 1890).....	249
Quadro 53. <i>Metaclasses</i> e <i>classes de palavras</i> em Ribeiro (1881)	258
Quadro 54. <i>Metaclasses</i> e <i>classes de palavras</i> em Ribeiro (1885)	259
Quadro 55. <i>Espécies</i> de 'adjetivo' em Ribeiro (1881, 1885).....	260
Quadro 56. <i>Espécies</i> de 'pronome adjetivo' em Ribeiro (1881, 1885)	261
Quadro 57. Principais <i>espécies</i> de 'verbo' em Ribeiro (1881).....	263
Quadro 58. Outras <i>espécies</i> de 'verbo' em Ribeiro (1881, 1885)	264
Quadro 59. <i>Espécies</i> de 'relação' em Ribeiro (1881, 1885).....	266
Quadro 60. 'Relações' entre 'membros' e <i>espécies</i> de 'sentença' em Ribeiro (1881, 1885)	268
Quadro 61. <i>Espécies</i> de 'gramática' em Maciel (1887, 1895).....	270
Quadro 62. Diferentes 'modos' de 'manifestar o pensamento' em Maciel (1887, 1895).....	271
Quadro 63. <i>Metaclasses</i> , <i>classes</i> e <i>epítetos</i> em Maciel (1887, 1895)	273
Quadro 64. <i>Espécies</i> de 'adjetivo qualificativo descritivo' em Maciel (1887, 1895) ...	275
Quadro 65. <i>Espécies</i> de 'adjetivo designativo' em Maciel (1887, 1895)	277
Quadro 66. Principais <i>espécies</i> de 'pronomes' em Maciel (1887, 1895)	277
Quadro 67. <i>Espécies</i> de 'adjetivo substantivo' em Maciel (1887, 1895)	278
Quadro 68. <i>Espécies</i> de 'verbo atributivo' em Maciel (1887).....	280
Quadro 69. <i>Espécies</i> de 'predicação' e 'verbo' em Maciel (1895).....	281
Quadro 70. <i>Espécies</i> de 'proposições coordenadas' ou 'membros' em Maciel (1887, 1895).....	284
Quadro 71. <i>Espécies</i> de 'proposições subordinadas' ou 'cláusulas' em Maciel (1887, 1895).....	284
Quadro 72. <i>Espécies</i> de 'funções' em Maciel (1887, 1895).....	285
Quadro 73. <i>Espécies</i> de 'gramática' em Pacheco e Lameira (1887)	289
Quadro 74. <i>Metaclasses</i> e <i>classes de palavras</i> em Pacheco e Lameira (1887).....	292
Quadro 75. <i>Espécies</i> de 'adjetivo' quanto à 'significação' em Pacheco e Lameira (1887)	293
Quadro 76. <i>Espécies</i> de 'pronome' em Pacheco e Lameira (1887).....	295
Quadro 77. <i>Espécies</i> de 'verbo' segundo diferentes critérios em Pacheco e Lameira (1887)	298
Quadro 78. Outras <i>espécies</i> de 'verbo' em Pacheco e Lameira (1887).....	299
Quadro 79. <i>Espécies</i> de 'adjetivos determinativos' em Condurú (1888)	306
Quadro 80. <i>Espécies</i> de 'verbo' em Condurú (1888)	308
Quadro 81. <i>Elementos</i> essenciais da 'oração' em Condurú (1888).....	309
Quadro 82. <i>Espécies</i> de 'complemento' em Condurú (1888).....	309
Quadro 83. <i>Espécies</i> de 'oração' dentro de um 'período' em Condurú (1888).....	311
Quadro 84. <i>Espécies</i> de 'adjetivos' em Ribeiro (1889).....	317
Quadro 85. 'Vestígios de declinação' em 'pronomes pessoais' em Ribeiro (1889).....	318
Quadro 86. <i>Espécies</i> de 'relação' e <i>elementos</i> 'da proposição' envolvidos em Ribeiro (1889)	321
Quadro 87. <i>Espécies</i> de 'sujeito', 'predicado' e 'objeto' em Ribeiro (1889)	322

Quadro 88. <i>Metaclassess e classes de palavras</i> em Gomes (1895).....	326
Quadro 89. <i>Espécies</i> de 'pronome' em Gomes (1895).....	327
Quadro 90. <i>Espécies</i> de 'adjetivo' em Gomes (1895).....	327
Quadro 91. Principais <i>espécies</i> de 'verbo' em Gomes (1895).....	328
Quadro 92. <i>Espécies</i> de 'verbo' quanto à 'forma' em Gomes (1895).....	329
Quadro 93. <i>Espécies</i> de 'sujeito' em Gomes (1895).....	329
Quadro 94. <i>Espécies</i> de 'predicativo' em Gomes (1895).....	330
Quadro 95. <i>Espécies</i> de 'proposição' quanto à 'forma' em Gomes (1895).....	331
Quadro 96. <i>Elemento</i> considerado na 'regência' em Gomes (1895).....	332
Quadro 97. As gramáticas de cada bloco	342

Tabela 1. Número de tipos de edição por década	99
Tabela 2. Lacunas entre as edições conhecidas	100
Tabela 3. Número de gramáticas de cada tipo de título por década	121
Tabela 4. <i>Espécies</i> de títulos Gx e número de ocorrências por década	122
Tabela 5. Títulos X e número de ocorrências por década	123
Tabela 6. <i>Espécies</i> de títulos Xg e número de ocorrências por década	123
Tabela 7. <i>Espécies</i> de títulos Xgx e número de ocorrências por década	124
Tabela 8. Número de gramáticas dedicadas a cada tipo de público-alvo por década...	135

Figura 1. Partes do <i>conceito</i>	26
Figura 2. Representação do modelo "Mainstream-vs-Undercurrent" de Koerner (1989:52)	32
Figura 3. Representação do modelo "Discontinuity-vs.-Continuity" de Koerner (1989:53)	33
Figura 4. Termos da proposição, tradução de Itkonen (1991:178).....	41
Figura 5. Gráfico do número de gramáticas publicadas por década.....	98
Figura 6. Gráfico de número de edições publicadas por década	102
Figura 7. Mapa do Brasil com divisões territoriais históricas (Albuquerque, Reis, Carvalho 1977)	109
Figura 8. Gráfico de frequência de tipos de títulos ao longo do século	121
Figura 9. Gráfico de frequência de títulos G e XG-compêndio em edições específicas	126
Figura 10. Gráfico de frequência de títulos G e Xg-compêndio em gramáticas	127
Figura 11. Modelo de continuidade vs. descontinuidade das gramáticas brasileiras oitocentistas	346

INTRODUÇÃO

A ideia inicial para o projeto desta tese surgiu nos resultados de nossa dissertação de mestrado (Polachini 2013), em que avaliamos que houve dificuldades para determinar continuidades e descontinuidades da *capa técnica*, que, de acordo com Swiggers (2004), corresponde a técnicas de análise e métodos de apresentação dos dados, no tratamento da sintaxe apresentado em seis gramáticas brasileiras do português, a saber: Moraes Silva (1806), Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866), Freire da Silva (1875), Ribeiro (1881), Maciel (1902[1894]). Supomos que era possível olhar de maneira mais homogênea para a *capa técnica* se procurássemos por um problema específico da produção gramatical examinada.

Outra ideia decisiva de nosso projeto surgiu de comentários do Prof. Pierre Swiggers (KU Leuven, Bélgica), que visitava o Brasil em setembro de 2013 para o proferimento de conferências em dois eventos na Universidade de São Paulo¹, à comunicação que realizamos no *VII MiniEnapol de Historiografia Linguística*, em que falávamos justamente sobre os resultados obtidos na dissertação de mestrado recém-defendida. Ele nos sugeriu examinar diferentes edições das obras já analisadas na dissertação a fim de observar se havia mudanças e qual seria o “prazo de validade” da veiculação dos conceitos apresentados, mapeável, por exemplo, pelo número de edições, em quanto tempo. Iniciamos, assim, um processo de busca (em fontes secundárias e catálogos de bibliotecas) por gramáticas brasileiras de língua portuguesa, no qual encontramos dados catalográficos de duzentas delas.

Desses dois impulsos iniciais surgiram duas de nossas propostas: (1) fazer um mapeamento descritivo e interpretativo com os dados encontrados sobre as 204 gramáticas (127 edições específicas, 77 reedições) de que tivemos conhecimento, que contribuísse para a historiografia dessa produção, indo além, no que concerne à

¹ Apresentou no *Congresso Internacional 100 anos com Saussure* a conferência “Not Waiting for Goblot: Saussure and the Place of Linguistics as a Science” e proferiu um minicurso de duas aulas, cujos temas foram “A Historiografia Linguística: Domínio, Objetivos, Princípios e Perspectivas. Reflexões Metodológicas e Epistemológicas” e “A Historiografia da Linguística Histórica: o problema da diacronia na linguística dos séculos XIX e XX”, que ocorria junto ao *VII MiniEnapol Historiografia Linguística*, organizado pelo CEDOCH-USP. Ademais, a convite da comissão organizadora do evento VII MiniEnapol, escreveu dois capítulos para o primeiro volume dos *Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH*, em que relata parte do evento, “Linguistic historiography in Brazil: impressions and reflections”, e apresenta diretrizes para a historiografia linguística, “Directions for linguistic historiography” (cf. Polachini et al. 2015).

quantidade de informações e a sua organização, das revisões históricas já realizadas; (2) arquitetar uma forma de examinar a *capa técnica* das obras de maneira homogênea a partir de um problema específico dessa tradição.

As revisões históricas realizadas para a produção gramatical brasileira (cf. Maciel 1910, Nascentes 1939, Elia 1975, Cavaliere 2001, Parreira 2011, Polachini 2013). citam, em geral, cerca de cinco obras, repetidamente, pois são as que, segundo esses autores, obtiveram maior prestígio ou promoveram alguma ruptura no tipo de conhecimento linguístico em circulação no Brasil, a saber: Morais Silva (1806), Sotero dos Reis (1866, ou edições posteriores), Grivet (1881), Ribeiro (1881) e Carneiro Ribeiro (1890); além disso, tais revisões costumam acrescentar o nome de gramáticos (e apenas eventualmente o título de suas obras) que escreveram gramáticas adequadas ao Programa de Estudos para exames do Colégio Pedro II de 1887, a saber: Maximino Maciel, Pacheco da Silva Junior, Lameira de Andrade, João Ribeiro e Alfredo Gomes. Algumas das revisões fazem listas mais longas de títulos, como é o caso de Castilho (1962), Parreira (2011) e Polachini (2013); no entanto, o número total de obras citado mesmo por estas não chega a trinta. Dessa forma, a obtenção de dados de 127 edições específicas e de 77 reedições dessa tradição nos proporcionou a possibilidade de realizar um mapeamento inédito. Para realizá-lo, dado que em geral tínhamos apenas os dados catalográficos das obras, utilizamos a metodologia da História Serial, a qual nos possibilitou perceber eventos a partir da flutuação de séries de unidades relativas a dados que tínhamos das duzentas obras. Assim, por exemplo, notamos que é entre a década de 1860 e 1880 que ocorre uma grande expansão na gramaticografia brasileira, notamos também que é no Rio de Janeiro que se concentra a maior parte da produção gramatical, em relação ao número de autores, de gramáticas e de *edições específicas*, de que tivemos conhecimento; ademais, observamos que gramáticas que não são, em geral, referidas pelas revisões históricas (cf. item 1.5) podem ter obtido bastante prestígio ao longo do século XIX.

Nossa segunda proposta fragmentou-se em duas partes: uma *hipótese* e uma *metodologia* para testá-la. Nossa hipótese, baseada em Auroux (2009[1992]) e Swiggers (2010), é de que alguns conceitos, que chamamos de *conceito-chave*, poderiam ser eixo de uma *rede conceitual* devido à sua influência técnica e, eventualmente teórica, em uma determinada tradição de descrição linguística. No caso da tradição gramatical oitocentista brasileira do português, supomos que ‘verbo substantivo’ seria um *conceito-chave* produtivo, visto que é frequentemente apresentado nas obras dessa tradição, que são, por sua vez, amiúde influenciadas pela tradição da *grammaire générale* francesa, ao menos

até 1880 (cf. Maciel 1887, Nascentes 1939, Elia 1975, Cavaliere 2001, Parreira 2011, Polachini 2013). Sabemos, por meio de trabalhos que se debruçaram sobre a tradição da *grammaire générale*, que o ‘verbo substantivo’ estaria relacionado com outros *conceitos* (cf. Chevalier 1968; Colombat 1992; Raby 2000; Bouard 2007).

Foi, assim, necessário formalizar uma metodologia a fim de reconhecer a *rede conceitual* em torno do ‘verbo substantivo’. Primeiramente, definimos *conceitos* gramaticais como sendo formados por meio de *processos classificatórios da cadeia falada*. Tais processos têm como produto, por um lado, *termos*, e, por outro, *conceitos*. Aqueles são os nomes dados aos *conceitos*, estes últimos podem ser analisados *intensionalmente*, por meio de sua *definição* e seu lugar numa determinada *taxonomia*, ou *extensionalmente*, considerando o inventário de dados linguísticos eleitos como *exemplos* e eventuais *ilustrações* desses dados em uso. Cada conceito é, portanto, analisado por meio das seguintes categorias: *definição*, *taxonomia*, *exemplos*, *ilustrações* e por seus *termos*. Consideramos *rede conceitual* as relações travadas entre o *conceito-chave*, ‘verbo substantivo’, e *conceitos* que, na tradição da *grammaire générale* teriam já alguma relação com o ‘verbo substantivo’ (cf. Chevalier 1968; Colombat 1992; Raby 2000; Bouard 2007), a saber: *gramática e linguagem*, *metaclassess* e *classes de palavras*, *modificadores do nome*, *verbo*, *oração* (seus elementos e sua organização) apresentadas nas obras. Essas relações podem ser de quatro tipos: (1) *identidade*; (2) *subordinação*; (3) *equivalência*; (4) *base teórica comum*.

Temos também uma terceira proposta, que surgiu ao longo da escrita da tese, de que ela, levando em conta uma série de lacunas nas revisões históricas disponíveis sobre a gramaticografia brasileira do português, se tornasse também uma obra de consulta para que novos trabalhos sobre essa produção pudessem ser realizados com mais facilidade, isto é, que ela fosse não apenas uma *historiografia*, mas também uma *epihistoriografia*. Procuramos, portanto, dispor nosso texto de forma que ele oferecesse informações organizadas que, por um lado, permitissem montar um panorama dessa produção e, por outro, permitissem a busca e a leitura autônoma dos diferentes tipos de dados e de análises realizadas.

Adiante, descrevemos a estrutura desta tese, seu conteúdo, e a maneira como procuramos atingir nossos objetivos.

No Capítulo 1, de fundamentos teóricos e revisões da literatura, avaliamos inicialmente lacunas e possibilidades da historiografia linguística (1.1), isto é, perguntamo-nos em que medida e de que maneira descrevemos e interpretamos não

coextensivamente a história que se passou na produção gramatical brasileira de língua portuguesa no século XIX. Em seguida, no item 1.2, discutimos sobre a *cascata semiótica* de metalinguagens (cf. Swiggers 2010) com a qual o historiógrafo da linguística deve lidar e sobre a *conceptualização* realizada necessariamente na descrição gramatical, visto que todo processo classificatório da cadeia falada tem como resultado um *conceito* carregado de teoria. No terceiro item desse capítulo (1.3), abordamos os inescapáveis pêndulos das oposições entre continuidade e descontinuidade e entre homogeneidade e heterogeneidade, com especial atenção à seleção realizada pelo olhar do historiógrafo e à suposição da existência de *redes conceituais*.

Tendo feito as observações teóricas, passamos nos itens 1.4 e 1.5 a revisões da literatura sobre o tema estudado e sobre nosso objeto de estudo. Em 1.4, tratamos do tema de nosso trabalho, a ‘cópula’ ou ‘verbo substantivo’: inicialmente, em 1.4.1, resenhamos uma breve história desse *conceito*, de Aristóteles ao século XIX, a fim de delinear as diversas formas que ele tomou na história da gramática ocidental; em seguida, no item 1.4.2, com base em trabalhos históricos realizados sobre a tradição da *grammaire générale*, que teve impacto sobre as gramáticas brasileiras oitocentistas, procuramos hipotetizar como seria uma *rede conceitual* ideal cujo *conceito-chave* fosse o ‘verbo substantivo’. Em 1.5 revisitamos os trabalhos que analisaram longitudinalmente a produção gramatical brasileira oitocentista, concentrando-nos em suas periodizações e no destaque dado, nessas revisões, a algumas gramáticas em detrimento de outras.

No Capítulo 2, tratamos dos métodos utilizados para executar nossa análise. Inicialmente, em 2.1, detalhamos os procedimentos realizados no levantamento, por meio de fontes secundárias e de catálogos de bibliotecas, das 204 obras gramaticais de que tivemos conhecimento; e justificamos a seleção, baseada em critérios combinados, de dezoito dessas gramáticas para análise vertical (2.1.1), a saber: Morais Silva (1806), Fortes (1816), Costa Duarte (1829, 1859), Coruja (1835, 1873), Bithencourt (1862), Sotero dos Reis (1877), Carneiro Ribeiro (1881, 1890), Ribeiro (1881, 1885), Maciel (1887, 1895), Pacheco & Lameira (1887), Condurú (1888), Ribeiro (1889), Gomes (1895).

Em 2.2, delineamos os critérios definidos para nossa análise orientada para o contexto. Expomos detalhadamente a maneira como organizamos e cruzamos os dados que tínhamos de 204 gramáticas dessa produção a fim de, inspirados pela metodologia da História Serial (Furet 1991, Barros 2004), realizar um mapeamento descritivo e interpretativo da produção gramatical brasileira (2.2.1). Apresentamos também critérios

para uma análise de *agenda* dos autores das dezoito gramáticas selecionadas por meio de seus dados biobibliográficos e *paratextos*, como folha de rosto, epígrafes, prólogo, dedicatórias e assinaturas, das obras (2.2.2). Na penúltima seção desse capítulo (2.3), abordamos os critérios para análise orientada para o conteúdo, em que explicamos nossa metodologia de exame da hipotética *rede conceitual* do ‘verbo substantivo’, à qual já nos referimos anteriormente. No item 2.4, sistematizamos um quadro metodológico em que procuramos sintetizar os critérios e a metalinguagem utilizados em nossa análise. Finalmente, em 2.5, explicitamos e justificamos a organização textual realizada nesta tese.

Nos Capítulos 3 e 4, realizamos as análises orientadas para o contexto e para o conteúdo com as ferramentas de nosso quadro metodológico. Em 3.1, analisamos as *unidades* (*autor, título, tipo de título, ano de publicação, década de publicação, lugar de publicação, casa impressora, edição, subtítulos e público alvo*) presentes nos dados catalográficos de 204 gramáticas brasileiras do português, observando: (1) o número de gramáticas publicadas por década; (2) reedições de gramáticas, seu prestígio e durabilidade; (3) a publicação de gramáticas em diferentes regiões do Brasil ao longo do século; (4) as casas impressoras em que foram publicadas essas obras; (5) a escolha de títulos ao longo do século; (6) os subtítulos que continham informações sobre o formato, conteúdo e objeto das gramáticas; (7) e, finalmente, os subtítulos que continham informações sobre público-alvo da obra ou dedicatórias.

No item seguinte (3.2), examinamos a *agenda* dos treze autores das dezoito gramáticas selecionadas ao publicá-las, ou seja, com base em seus dados biobibliográficos e *paratextos* das obras, analisamos, seu *perfil profissional* e eventual *retórica revolucionária, de continuidade, mista* ou mesmo ausência de *retórica*. No capítulo 4, analisamos os conceitos de *gramática e linguagem, metaclasses e classes de palavras, modificadores do nome, verbo e oração* apresentados nas gramáticas e observamos suas relações com o nosso *conceito-chave*, o ‘verbo substantivo’. Examinando a *rede conceitual* formada em cada obra particularmente. Dividimos as subseções do item 3.2 e do capítulo 4 pelos treze autores das dezoito gramáticas analisadas. Com isso, intentamos, por um lado, realizar uma análise particular de cada autor, inicialmente, para apenas nos resultados cruzar esses dados; por outro, tendo como intuito que essa tese possa ser uma *obra de consulta*, preferimos oferecer informações organizadas de modo que permitam busca e a leitura autônoma dos diferentes tipos de dados e de análises realizadas.

No quinto capítulo estão os resultados obtidos por meio da análise e as contribuições historiográficas e meta-historiográficas que o trabalho pôde alcançar. Em relação aos resultados, ressaltamos de forma mais holística aspectos observados particularmente na análise. Assim, inicialmente, em 5.1, fazemos um exame longitudinal das *redes conceituais* que foram analisadas particularmente no capítulo 4, chegando a uma nova observação de continuidades e descontinuidades da produção gramatical brasileira. Observamos também as relações possíveis entre o *ecletismo* das obras e a *agenda* dos gramáticos ao escrevê-las (5.2), e implicações teóricas da dificuldade que muitos gramáticos tiveram ao usar o *conceito* de ‘verbo substantivo’ para descrever a língua portuguesa, a saber, se ele é apenas “ser” ou é também “estar” (5.3). Ademais, fazemos um balanço quanto às contribuições do trabalho para a historiografia da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa e para meta-historiografia no que diz respeito ao uso da metodologia da História Serial (5.4) e das noções de *conceito* e de *rede conceitual* (5.5).

Finalmente, oferecemos dois apêndices em que organizamos e disponibilizamos informações objetivas das obras: no apêndice A, estão dados catalográficos de todas as duzentas gramáticas encontradas, dispostos em ordem cronológica e alfabética; no apêndice B, estão as Fichas Descritivas (FDs) de cada uma das dezoito obras examinadas, nas quais constam dados bibliográficos dos autores, os *paratextos* (dados da folha de rosto, epígrafes, prólogos, prefácios e assinatura) e os sumários das obras.

Esses eus de que somos compostos, um em cima dos outros como pratos empilhados na mão de um garçom têm relacionamentos em outros lugares, simpatias, pequenos códigos e direitos próprios, como quer que os chamemos.

(Virginia Woolf)

CAPÍTULO 1| Fundamentos teóricos

1.1. Lacunas e possibilidades da historiografia linguística

Silva (1975:46) sintetiza pensamentos de Paul Veyne numa pergunta que consideramos primordial para o fazer histórico: “como resolver a dificuldade criada pela existência de aspectos do passado que as fontes nos deixam ignorar e que ignoramos que elas nos deixam ignorar?”. Formulamos outras questões, relacionadas a essa, que consideram o que não necessariamente ignoramos. Há maneiras de superar as lacunas conhecidas? E, visto que há lacunas (ignoradas e conhecidas), o que seria uma seleção consciente de objeto e de objetivo?

Tais questionamentos, que surgiam como uma espécie de advogado do diabo deste trabalho, não foram de todo solucionados (possivelmente porque isso não é concebível). Encontramos, no entanto, possibilidades de, de maneira reflexiva, superá-los. Swiggers, Desmet & Jookan (1996:36) afirmam que o objeto da historiografia linguística é sempre “reconstruído”, considerando que ele é o resultado de uma escolha ou de um conjunto de escolhas dentre várias possibilidades descritivas e, de maneira irrefutável, constitui uma visão parcial e seletiva do que chamamos de *história*. Seguindo o raciocínio de Swiggers (2004, 2009, 2013), existem os *fatos e situações linguísticas*, os quais, culturalmente, tornam-se objeto de reflexão humana, que, por sua vez, corresponde ao *pensamento linguístico* em suas diversas formas, nos diferentes tempos e espaços. Essa reflexão, que é a *história* por que nos interessamos, é o objeto de estudo da *historiografia linguística*, a qual é modalizada por dois aspectos: (1) organização e disponibilização dos documentos, que Swiggers chama de *epihistoriografia*; (2) organização e exposição de possibilidades teóricas e metodológicas de se observar e analisar esses documentos, chamada *metahistoriografia linguística*.

O autor distingue a *historiografia* da *história*, visto que têm necessariamente estatutos e dimensões diferentes, especialmente por não serem coextensivas; tal relação pode ser comparada àquela existente entre, respectivamente, uma gramática descritiva e a língua por ela descrita (cf. Altman 2012:27). Os aspectos modalizantes da historiografia ratificam que ela é uma possibilidade e que condicionamentos variados (inclusive lacunas) são parte integrante de sua natureza.

Sendo tal modalização imprescindível (cf. Swiggers 2004:118-9), o melhor caminho a se tomar é o de uma *historiografia linguística metodologicamente consciente*, que, de acordo com Koerner (2014), propõe-se ao mesmo tempo a apresentar o passado linguístico como uma parte integral da disciplina linguística e ser uma atividade fundada em princípios bem definidos, havendo assim expressividade no método e rigor em sua aplicação. Diversas são as ferramentas fornecidas pela *metahistoriografia linguística* a fim de formar historiografias *metodologicamente conscientes*, dissolvendo, assim, inconsistências que poderiam passar despercebidas. Tais ferramentas vão desde noções mais abstratas e inexoráveis, como a consciência do fato de que se estuda uma determinada tradição dentro de outra tradição específica (cf. Alonso 2012), até elementos mais maleáveis e próprios da execução do fazer histórico, como seleção de dados e documentos, possibilidades de narrativa, intencionalidade do historiógrafo (cf., por exemplo, Swiggers 2013:44-5).

Assim, repetimos nosso *leitmotiv* do capítulo teórico (e de toda a tese), com base em Swiggers (2004), de que é recomendável abandonar a perspectiva puramente extensionalista da historiografia linguística; é mais favorável adotar a ideia de historiografia como reconstrução de “conteúdos significativos”, os quais, sempre que possível, sobejam o quadro de observação direto. Nesse sentido, Lauwers (2004:35) enfatiza que o ponto de vista determina (em parte) os *atos recolhidos*; entretanto, lembra que tais fatos devem passar por uma verificação intersubjetiva, a qual consiste na adequação dos *atos recolhidos* em relação ao *objeto estudado* e aos *objetivos selecionados*. Observamos adiante como definimos cada um desses elementos neste trabalho.

O *objeto estudado* neste trabalho é a gramaticografia de língua portuguesa desenvolvida por brasileiros no século XIX. Em mais detalhes, a *cobertura* desse trabalho consiste, no que diz respeito à geografia, a aproximadamente o território que hoje é dado como Brasil e, mais especificamente, esse território ao longo século XIX, fosse ele do Brasil enquanto colônia, reino, império ou república; os autores das gramáticas do português analisadas devem ter nascido ou vivido por um longo período nesse território. No que diz respeito à periodização, podemos considerá-la de *média duração*, já que temos como objeto gramáticas publicadas ao longo de todo o século XIX. A escolha do período motiva-se pelo fato de a primeira gramática do português escrita por um brasileiro ter sido publicada somente em 1806; procuramos, assim, compreender como se deu a formação e o desenvolvimento dessa gramaticografia em seu primeiro século de vida. Entre *edições*

e *reedições* (cf. Capítulo 2), selecionamos dezoito gramáticas por meio de *critérios combinados* de natureza externa (explicitados no capítulo 2), que visavam contemplar obras *representativas* dessa tradição.

Nem todas as obras de que tivemos conhecimento, porém, estavam disponíveis para leitura e análise, pois essa produção cresce bastante ao longo desse período e está esparsa em uma área territorial bastante grande (cf. Capítulo 3). É comum, inclusive, que as resenhas historiográficas a respeito dessa produção ignorem muitas obras, mesmo aquelas que parecem ter obtido certo prestígio no período (cf. item 1.5 e Capítulo 3). Parece-nos que isso é, por um lado, resultado do próprio condicionamento histórico referente à acessibilidade a determinados tipos de objeto, como falam Swiggers, Desmet & Jooen (1996:36):

Esta seleção [de objeto] é parcialmente determinada pelo próprio legado histórico, isto é, os dados a nossa disposição, ou – de um ponto de vista negativo – os dados fora do nosso alcance. Em verdade, certos fatos nunca poderão ser retrçados (por exemplo, dados sobre as práticas de ensino de línguas na Antiguidade e na Idade Média). Acima de tudo, isto é determinado por limites intrínsecos da prática historiográficas, que nunca pode ser “totalitária” em sua natureza, isto é, recobrir a história em sua integridade. Em sua reconstrução, o historiógrafo primeiramente visa identificar problemas ou interesses temáticos.²

Por outro lado, parece-nos que é resultado também de falhas na fase *heurística* de pesquisa no que diz respeito, ao menos, à história externa dessa gramaticografia. Essa fase da pesquisa, segundo Swiggers (2013: 44), compreende, entre outras, as tarefas de informar-se a respeito de fontes e de sua disponibilidade, sendo, portanto, essencial ao recolhimento do *objeto estudado*. É também abarcada pela *fase heurística* a leitura dos textos-fontes e a catalogação de suas ideias, pontos de vista e terminologia; dessa forma, essa fase é pressuposta pela *seleção dos objetivos* do trabalho de que fala Lauwers (2004), visto que é necessário conhecer as obras antes de defini-los. Entretanto, é a fase *hermenêutica* que mais fortemente se relaciona com os *objetivos*, pois consiste em uma interpretação baseada em categorias (interpretativas), sejam elas de uso mais geral, correspondente à área do trabalho, ou mais específico, exclusivas daquele trabalho.

Temos três *objetivos* neste trabalho. O primeiro, orientado para o *contexto* (*context-oriented*, cf. Swiggers 1990), é o de realizar uma nova revisão da produção

² Tradução nossa do original: “This selectivity is partly determined by historical legacy itself, i.e. the data at our disposal, or – from a negative point of view – the data out of reach. As a matter of fact, a number of facts can never be retraced (e.g., data on the practice of language teaching in Antiquity and the Middle Ages). More important, it is determined by the intrinsic bounds of practicing historiography which can never be “totalitarian” in nature, i.e. recover history in its entirety. In his reconstruction the historiographer primarily aims at identifying thematical problems or interests.”

gramatical de língua portuguesa no Brasil do século XIX com base no grande número de gramáticas que encontramos em nossa fase heurística de pesquisa (Cf. Apêndice A) Para tanto, utilizamos a metodologia da História Serial: primeiramente, tomamos as informações que temos acerca das obras (como título, subtítulo, data e local de publicação), considerando-as como *unidades*, a fim de observá-las em série e, posteriormente, fazer diversos *cruzamentos*, com base em um *questionário* (cf. Capítulo 2), dos resultados obtidos acerca de tais *unidades*. A História Serial é uma abordagem própria da *Nouvelle Histoire*³ (Furet 1991, Barros 2004), que se refere a um modo de tratamento de fontes. Consiste na análise de documentos em série com certo nível de homogeneidade, observando *unidades* que se repetem e que se modificam⁴ ao longo do tempo. Os eventos são necessariamente construídos de acordo com as mudanças na série de *unidades*; não são dados *a priori*, dissolvendo, portanto, a narrativa baseada no “evento privilegiado”. Como dizem Silva (2011) e Furet (1991) nas citações a seguir:

Uma História serial não se preocupa mais com eventos tipo Independência, Abolição, República, Revolução de 30; ela se debruçará por exemplo nos arquivos militares para estudar a série documental referente aos recrutamentos e dela extrair o máximo de informações. [...] Destruidora da narrativa histórica em torno do evento privilegiado, mesmo que essa narrativa se diga “estrutural” e não “factual”, a História serial não recusa, pelo contrário, defende o evento quando inserido numa série, quando destituído de seus antigos privilégios. (Silva 2011:s.n)

A história serial apresenta a vantagem decisiva, do ponto de vista científico, de substituir ao incompreensível «acontecimento» da história positivista a repetição regular de dados selecionados e construídos em função do seu carácter comparável. Mas ela não implica nem a pretensão à exaustão do conjunto documental descrito, nem sistema de interpretação global, nem formulação matemática, visto que, pelo contrário, o corte da realidade histórica em séries deixa o historiador perante um material decomposto em níveis, em subsistemas, cujas articulações ele é livre, em seguida, de propor ou não. (Furet 1991:62)

Por meio do cruzamento de *unidades* como o título das obras e as diferentes décadas do século ou os títulos relacionados ao público-alvo das obras, pudemos chegar a *fatoss*

³ Surgida na França na década de 1970, a *Nouvelle Histoire* é definida pela via negativa, em relação ao que havia antes do predicado “nova”, por Peter Burke (1992): (1) não diz respeito apenas à política, mas se interessa virtualmente por toda atividade humana; (2) não se considera uma simples narrativa, mas preocupa-se com a estrutura dos acontecimentos; (3) não oferece apenas a visão de cima, mas se interessa também por homens, feitos e ideias consideradas, por muito tempo, menos relevantes; (4) não se restringe a documentos oficiais, mas preocupa-se com uma maior variedade de evidências; (5) não apresenta modelos explicativos antes de uma análise cuidadosa de um fato; (6) não considera a história como uma narrativa dos fatos “como eles realmente aconteceram”, mas pondera que percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, que variam de uma cultura para outra.

⁴ Os exemplos clássicos são análises de ciclos econômicos ou curvas demográficas a partir de documentos que explicitam condições de pagamento ou de nascimento e morte em certo período de tempo. Pode ser usada em campos como História Econômica, História Demográfica ou História das Mentalidades, além de se aplicar a objetos como História das Práticas Religiosas, História da Família, entre outros (Barros 2005:236).

globais significativos, os quais trazem informações novas a respeito dos caminhos cursados por essa produção.

Nosso segundo objetivo, também orientado para o *contexto* (*context-oriented*, cf. Swiggers 1990), é de compreender a *agenda* em que se inseriam os autores quando publicaram as dezoito gramáticas que analisamos neste trabalho. Para tanto, observamos os dados biobibliográficos do autor e os *paratextos* das gramáticas para obter resultados nas categorias interpretativas de “treinamento”, objetivos e autopercepção de cada gramático naquele momento (cf. Capítulo 2).

Finalmente, nosso terceiro objetivo, orientado para o *conteúdo* (*content-oriented*, cf. Swiggers 1990), é o de analisar a organização dos conteúdos das gramáticas e/ou seu possível *ecletismo* (cf. item 1.3) baseando-nos na hipótese de que há uma *rede conceitual* em torno do *conceito-chave* de ‘verbo substantivo’ nessa produção, isto é, que outros conceitos da gramática estariam conectados ao conceito de ‘verbo substantivo’, o que poderia ser evidenciado não apenas pelas *relações* entre os *conceitos*, mas também no momento de queda do *conceito-chave*, que acaba por carregar também os conceitos apresentados na *rede*.

Lauwers (2004:35) distingue *atos discretos* de *atos globais*. Os primeiros resultam de observações simples, da mera leitura das obras (como preto no branco), podem ser localizados e citados. Já os segundos não são tomados diretamente, mas são resultantes de uma série (concordante) de observações simples. De acordo com o autor, os *atos globais* podem ser encontrados por meio de métodos *quantitativos* ou *qualitativos*. Em nossa história serial da produção gramatical brasileira oitocentista, utilizamos predominantemente métodos quantitativos. Ao passo que, na análise orientada para o contexto acerca da *agenda* dos gramáticos quando escreviam suas gramáticas e a análise orientada para o conteúdo das obras, utilizamos apenas de métodos qualitativos para a obtenção de *atos globais*. No Capítulo 2 desta tese, apresentamos os métodos utilizados em detalhe.

Finalmente, tendo obtido *atos discretos* e *globais* por meio da análise do *objeto recolhido* com vistas aos *objetivos selecionados*, resta delinear como deve ser a exposição deles em texto. Swiggers (2013: 45) chama a fase da pesquisa em que é realizada a demonstração dos resultados da investigação de *executiva*. Ressaltamos duas de suas dimensões, uma que se refere ao *formato de exposição*, que em nosso trabalho, é uma exposição *combinatória* (das formas *narrativa* e *tópica*), dado que se centra “entre o contexto e o conjunto de pontos de vista em determinada época da história linguística”

(Swiggers 2013: 45). Outra dimensão diz respeito ao *programa cognitivo*, dependente, em parte, da disponibilidade do *objeto*, em parte, das aspirações do historiógrafo; adotamos neste trabalho o perfil de historiografia “narrativa” na medida em que relatamos, em sucessão cronológica, *atos discretos* e *atos globais* da história da gramática.

Enfim, em resumo, respondemos as perguntas com que iniciamos este item. Ainda que haja uma série de lacunas, se estivermos cientes delas, utilizarmos uma metodologia fundamentada teoricamente e a explicitarmos, parece ser possível realizar a historiografia (i.e., uma versão da história) de um determinado período, de uma determinada tradição, autor e ou problema linguístico.

1.2. (Meta-)metalinguagem e conceptualização

O *pensamento linguístico*, que se refere aos *dados e fatos linguísticos* é necessariamente uma metalinguagem, dado que falamos da linguagem utilizando outra linguagem; a *metalinguagem* é parte relevante da historiografia orientada para o conteúdo. Nesse sentido, a *historiografia linguística*, tendo como objeto o *pensamento linguístico*, é uma meta-metalinguagem, a qual, por sua vez, é modalizada, como vimos, pela *metahistoriografia* que não é nada mais do que uma *meta-meta-metalinguagem*. É justamente esse processo que Swiggers (2010a:9-10) chama de “cascata semiótica de ‘metaníveis’”.

Entramos na cascata semiótica de “metaníveis”, visto que tratamos de uma metalinguagem (construída), que não pode ser descrita senão em função de uma meta-metalinguagem (superposta), que, por sua vez, pressupõe uma ou várias meta-meta-metalinguagens (que servem de quadro construtivo/evolutivo/modificativo etc).⁵

Hjelmslev (2000[1943]), tendo como base a concepção de *signo linguístico* como um *conteúdo* em relação com uma *expressão*, afirma que no *signo metalinguístico* há *signo(s) linguístico(s)* no lugar do *conteúdo*. Assim, considerando a *cascata semiótica*, no *conteúdo* de um *signo meta-metalinguístico*, há *signos metalinguísticos*; dessa forma, se um *signo linguístico* é E R C (*Expressão em relação com Conteúdo*), o *signo metalinguístico* é E R(ERC), já o *signo meta-metalinguístico* é E R(ER(ERC)), e assim

⁵ On est entraîné dans la cascade sémiotique de “méta-niveaux”, vi qu’on traite d’un métalangage (construit), qui ne peut être décrit qu’en fonction d’un méta-métalangage (superposé), qui lui-même présuppose un (des) méta-méta-métalangage(s) (qui sert de cadre constructif/évaluatif/translatif, etc).

por diante. Em suma, por exemplo, o *signo linguístico* “homem” estaria dentro do *signo linguístico* “substantivo”, o qual, por sua vez, poderia estar dentro do *signo metalinguístico* “conceito”.

A escolha que fazemos da *expressão* ou do *termo* de nossos *signos metalinguísticos* deve ser cautelosa para, por um lado, não causar confusão entre os níveis, e, por outro, para ser justa com seu *conteúdo* correspondente. A respeito desse tema, Swiggers, Desmet & Jooen (1996:34) e Swiggers (2010a: 8-9) chamam atenção para a escolha do historiógrafo entre um nível de descrição *êmico* ou *ético*. No primeiro, foca-se numa análise interna e funcional de um sistema específico, ao passo que no ético, procura-se fazer uma metalinguagem compreensiva e ampla – é possível fazer uma analogia entre os conceitos supracitados e as áreas da *fonética* e da *fonêmica*. Em trabalhos que exigem comparação entre sistemas muito diferentes, torna-se um desafio atingir o nível *êmico*.

Neste trabalho, utilizamos a noção mais geral de *conceito*, o resultado de *processos de classificação* ou *conceptualização* da cadeia da linguagem, como *metalinguagem* para observar a *metalinguagem* das gramáticas analisadas. De um ponto de vista estrutural, segundo Aurox, a gramática e os estudos linguísticos em geral são formados por, pelo menos, “a) uma categorização das unidades; b) exemplos; c) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (os exemplos escolhidos podem tomar seu lugar)” (Aurox 2009[1992]:65)⁶. Esses três procedimentos são reunidos e organizados dentro de uma *metalinguagem*, a qual é específica em cada gramática. Tendo como base os itens (a) e (b), organizamos da seguinte forma a noção de *conceito*.

⁶ Assim, a gramática necessariamente repousa sobre uma análise da cadeia falada, seja ela sintagmática (formando uma cadeia em frases, as frases em palavras, as palavras em letras), seja ela paradigmática, em que a repartição das partes se dá por conta de propriedades imbricadas (há diversos tipos de frase/proposição, tal como há diversas espécies de palavras). Nesta última, surgem as *partes do discurso*. Estas são produto da decomposição da linguagem em palavras, que foi dominante nos estudos ocidentais da linguagem até, pelo menos, o século XX.

Figura 1. Partes do conceito

Os *processos de classificação*, os quais são teoricamente carregados (*theory-laden*, cf. Swiggers 2004) e realizados em um *contexto específico*, resultam em *conceitos* justapostos a *termos*. Observamos o conteúdo do *conceito* em seus dois aspectos lógicos, isto é, a *intensão* e a *extensão*. O primeiro refere-se ao *conteúdo conceptual* enquanto o segundo é a *gama aplicacional* do *conceito*. O conteúdo conceptual pode ser distinguido em *definição* e *taxonomia*, esta última é a relação que o *conceito* tem com outros *conceitos* quando são *gênero* ou *espécie*. A *gama aplicacional* refere-se aos dados linguísticos representativos do *conceito*, que têm dois tipos, são *exemplos*, quando são apenas formas básicas do inventário de dados linguísticos que têm como escopo o *conceito*, são *ilustrações de uso*, quando o *exemplo* aparece em contexto de uso.

Exemplificamos o uso dessas noções com o *conceito* de ‘artigo’ apresentado por Dionísio Trácio em sua *Tékhne Grammatikē*⁷. O *termo* é ‘artigo’; a *definição* é “parte da frase sujeita à variação de caso, preposta ou posposta à declinação dos nomes”; as *espécies* (que configuram sua *taxonomia*) são ‘prepositivo’ e ‘pospositivo’; os *exemplos*, para a primeira espécie, “*ho*”, e, para a segunda espécie, *hós*; e, por fim, as *ilustrações de uso* correspondem ao ‘artigo’ nos três diferentes ‘gêneros’ “*ho poiētēs*”, “*he poiēsis*”, “*tó poiēma*” (tradução e gêneros: o poeta – masculino; a poesia – feminino; o poema – neutro).

⁷ Utilizamos a tradução para o português de Chapanski (2003: 32).

Antes de passarmos à *rede conceitual*, vamos observar com mais atenção a ideia de que *processos de classificação* ou *conceptualizações* possuem carga teórica. A esse respeito, Swiggers (2004:127) lembra que historiógrafos, ao examinar teorias e modelos do passado, encontram formas muito variadas de *conceptualização*. Para exemplificar isso, apresenta doze conceptualizações do objeto central do *pensamento linguístico*, isto é, a língua (ou linguagem), a saber:

<p>A língua definida/vista como</p>	<ul style="list-style-type: none"> a) Meio de expressão de um conteúdo mental (tradição platônica e aristotélica) b) Conjunto de formas (aproximação típica dos gramáticos) c) Objeto histórico que deriva de um antecessor extinto (a “genealogia” linguística típicas dos séculos XVI e XVII) d) Conjunto de formas que articulam a análise do pensamento e) Conjunto de formas que apresentam correspondências “laterais” e “verticais” situadas (de maneira relativa/absoluta) no tempo (a visão de gramática histórico-comparativa) f) Capacidade para organizar uma visão de realidade g) Convenção social, que existe como abstração em relação às suas manifestações parciais, difusas e particulares h) Estrutura autorregulada e hierarquizada (visão elaborada pelo estruturalismo europeu e americano) i) “Jogo” (ou “forma de vida”) j) Modelização semiológica (visão jakobsoniana) k) Objeto de operações matemáticas/probabilísticas (abordagem de autores como Zellig Harris e Charles Hockett) l) Competência interiorizada de regras gramaticais (gramática gerativa)
--	--

Quadro 1. Doze conceptualizações de língua (Swiggers 2004)

Embora, (b) tenha sido classificada como a “aproximação típica dos gramáticos” por Swiggers, ela é uma das possibilidades de *conceptualização* sobre a língua em gramáticas. Por outro lado, é verdade que a *conceptualização* de gramática enquanto manual descritivo de determinados níveis linguísticos é relativamente estável em seus mais de dois mil anos de existência. Ainda que tenha tido orientações diversas ao longo de sua história, as quais estavam conectadas a diferentes *conceptualizações* da língua ou da linguagem, é possível observar alguma estabilidade em sua divisão e nos conteúdos geralmente apresentados. Aurox (2009[1992]) em relação ao conteúdo relativamente estável da gramática, diz que nela devem constar: “ortografia/fonética (parte opcional), partes do discurso, morfologia (acidentes da palavra, compostos, derivados), sintaxe (frequentemente muito reduzida: conveniência e sintaxe), figuras de construção.” (Aurox 2009[1992]:65).

Os modelos de descrição linguística pressupõem ideias sobre o que é a linguagem, sua estrutura, unidades descritivas, técnicas de análise. A fim de canalizar estruturas

conceptuais similares de uma visão global e de interesses específicos, Swiggers (2004:129) apresenta a noção de *programa* como sistema conceptual que abarca aproximações que compartilham a mesma *visão*, a mesma *focalização* e a mesma *técnica* quanto à linguagem. Há quatro programas de investigação, que expomos no quadro adiante:

Programa de Correspondência	<p><i>Visão</i>: correlação língua—pensamento—realidade</p> <p><i>Incidência</i>: relações entre estruturas morfossintáticas e conteúdos ou processos mentais</p> <p><i>Técnica</i>: semantização de estruturas gramaticais (estabelecimento de classes lógico-semânticas); estabelecimento de correlações entre os processos mentais e as regras gramaticais.</p> <p><i>Autores e grupos cujas propostas se vinculariam a esse programa</i>: Platão, Aristóteles, os modistas, os gramáticos filosóficos dos séculos XVII e XVIII, Gustave Guillaume e Noam Chomsky (e seus discípulos).</p>
Programa Descritivista	<p><i>Visão</i>: descrição das línguas como objetos</p> <p><i>Incidência</i>: análise (segmentação/colar em oposição/combinção) de formas observáveis; comparação de formas de diversas línguas (para fins constrativos/para fins comparativos; reconstrução); função de formas.</p> <p><i>Técnica</i>: determinação de contextos, segmentação, estudo de relações de proporção entre os elementos; estabelecimento de relações entre formas linguísticas e funções comunicativas.</p> <p><i>Autores e grupos cujas propostas se vinculariam a esse programa</i>: os gramáticos sânscritos, os gramáticos alexandrinos (e seus comentadores bizantinos), os gramáticos romanos e carolíngios, os autores das gramáticas de <i>uso</i> da Renascença, e, nos últimos séculos, os comparatistas e os linguistas estruturalistas (que trabalham com sincronia ou com diacronia).</p>
Programa Sociocultural	<p><i>Visão</i>: a língua como um fato social e cultural</p> <p><i>Incidência</i>: determinação dos usos linguísticos; a competência comunicativa; a variação sociolinguística; a expressão de uma cultura através da língua.</p> <p><i>Técnica</i>: integrativa ou sintética; (inserção de fatos linguísticos em uma análise das sociedades ou das culturas; inserção de análises linguísticas em uma teoria da estratificação social ou da evolução social e cultural).</p> <p><i>Autores e grupos cujas propostas se vinculariam a esse programa</i>: discussões sobre o uso linguístico e as reflexões filosóficas-linguísticas, desde a Renascença, sobre a diversidade (social das línguas); linguística “idealista” neo-humboldtiana; sociolinguística.</p>
Programa de Projeção	<p><i>Visão</i>: línguas como conjuntos de fragmentos lógicos (predicativos)</p> <p><i>Incidência</i>: sub-sistemas gramaticais particulares</p> <p><i>Técnica</i>: tradução de estruturas linguísticas em linguagem formalizada.</p> <p><i>Autores e grupos cujas propostas se vinculariam a esse programa</i>: os trabalhos de Montague, Hintikka, Cresswell, Dowty, Partee,</p>

Quadro 2. Programas de Investigação (Swiggers 2004)

Swiggers canaliza em um mesmo programa diferentes porém similares conceptualizações de linguagem, técnicas de análise e incidências. Essa neutralização (ou homogeneização) é feita sobretudo paradigmaticamente ou verticalmente, ainda que haja três categorias

sintagmáticas ou horizontais para se observar numa teoria, que são *visão*, *incidência* e *técnica*. Propomos neste trabalho outro modo de neutralização, realizada de maneira sintagmática ou horizontal, que pudesse ser aplicada a especificidades de textos gramaticais.

Consideramos, com base em Swiggers (2010a: 10), que *termos* têm *conteúdo focal*, isto é, a relação bilateral entre um termo e o que ele significa, e *conteúdo contrastivo*, isto é, a rede, implícita ou explícita, de conteúdo no interior da qual um termo assume seu conteúdo dinâmico. Tendo em conta que, neste trabalho, chamamos o *conteúdo do termo* de *conceito*, temos a hipótese de que seja possível encontrar *redes conceituais* em torno de *conceitos* que sejam observados como *conceitos-chave*. Estes seriam como uma pedra fundamental de uma determinada *conceptualização* de linguagem, o que acabaria por torná-los, idealmente, relacionados a outros conceitos e mesmo, por vezes, pressupostos por eles. Supomos que em nosso *objeto*, isto é, na gramaticografia brasileira oitocentista, o ‘verbo substantivo’ seja, na maior parte do século que a inicia, o *conceito-chave* do tratamento da sintaxe das obras e parte do tratamento das *classes de palavras* – essa seleção é explicada com mais demora no item 1.4.

Swiggers (2010a:11) apresenta as relações lógicas que *termos* poderiam travar no interior de uma teoria ou na comparação de teorias, o qual reproduzimos abaixo:

Relações intensionais	Relações extensionais
Subordinação	Subsunção
Não-intersecção	Justaposição
Intersecção	Sobreposição
Contradição	Exclusão
Contrariedade	Oposição

Quadro 3. Relações lógicas entre termos (Swiggers 2010a)

No entanto, nosso *objeto* não são teorias, mas gramáticas que, embora tenham, na maior parte dos casos, uma *conceptualização* predominante de linguagem, apresentam muitas vezes certo *ecletismo* (cf. item 1.3); ademais, não procuramos relações entre termos quaisquer, mas entre um *conceito-chave* e outros *conceitos* que nos pareçam ter alguma relação com ele. Dessa forma, aproveitamos as relações expostas por Swiggers (2010a) da seguinte maneira: pensando idealmente na *rede conceitual*, parecem-nos interessantes as relações de *subordinação/subsunção* e de *intersecção/sobreposição*. Além disso, pensamos que pode haver entre os *conceitos* da *rede conceitual* outros dois tipos de *relação*, a de *identidade*, quando dois conceitos têm a mesma *intensão* e a mesma

extensão, e a *relação de base teórica comum*, isto é, há entre os dois conceitos uma relação correspondente a, por exemplo, conceptualização de língua selecionada. No quadro adiante, sintetizamos as relações que concebemos haver entre os *conceitos*.

Relações	Definição
Subordinação	Relação de inclusão entre dois conceitos. Um contém outro.
Intersecção	Relação na qual há parte comum entre os (conjuntos dos) dois conceitos.
Equivalência	Relação em que os conceitos são equivalentes intensionalmente e têm a mesma extensão.
Base teórica comum	Quando há um conjunto maior de que ambos os conceitos fazem parte.

Quadro 4. Relações possíveis entre *conceito-chave* e *conceitos da rede conceitual*

Como vimos, tanto os programas de investigação de Swiggers (2004) quanto a hipótese de uma rede conceitual procuram, metodologicamente, neutralizar a diversidade. No item adiante, tratamos das oposições entre *homogeneidade* e *heterogeneidade* e entre *continuidade* e *descontinuidade*.

1.3. Continuidade e descontinuidade, homogeneidade e heterogeneidade

Como veremos ainda nesse capítulo (cf. 1.4), Itkonen (1991) e García (2004) têm visões diferentes acerca da continuidade ou descontinuidade do tratamento da ‘proposição’ realizado por Aristóteles no *Peri Hermeneias* (IV a.C.) e por Arnauld e Lancelot, autores da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660). Enquanto o primeiro enfatiza a continuidade, García ressalta as diferenças, ainda que considere algumas similaridades. Isso não quer dizer que um deles esteja certo e o outro errado. Dado que a narrativa historiográfica é uma versão da história, a observação do *pensamento linguístico* contínuo ou descontínuo no tempo é, de certa forma, uma opção do(a) historiógrafo(a). Borges Neto (2012:88) comenta acerca disso:

Uma das questões epistemológicas centrais da historiografia linguística reside na decisão (prévia e determinante) de como encarar o fluxo dos eventos: se numa linha, mais ou menos cronológica, de eventos que se acumulam ou numa sucessão de momentos de ruptura e transformação.

Como já dissemos, a *historiografia linguística* é a escrita da *história do pensamento linguístico* em que há um recorte do número incontável de fatos e de eventos que esta oferece por meio de uma metodologia que realiza outros recortes e ainda tendências. Swiggers (1997:5), ao tratar do pensamento linguístico ocidental, afirma que há uma

dinâmica interna de problemas nesses estudos, e que esta dinâmica não se manifesta sempre com a mesma intensidade, nem ao mesmo tempo. Citamo-lo:

É significativo que através da história do pensamento linguístico diferentes problemas estiveram no centro das preocupações dos estudiosos; a adequação ou não adequação da linguagem em relação à realidade ou às nossas representações mentais; a apresentação de um quadro descritivo para a língua que deve ser ensinada; a justificativa filosófica das categorias que são estabelecidas; a “genealogia” das línguas; a língua como organismo ligado a uma cultura, etc.⁸

Ainda assim, Swiggers captura nessa mesma *história do pensamento linguístico* alguns padrões de homogeneidade, os quais ele desenvolve nos *programas de investigação*, de que já tratamos (cf. item 1.2). Em suma, a escolha por uma historiografia que enfatize continuidades ou descontinuidades é, como disse Borges Neto, responsabilidade do estudioso na medida em que ele tem de estar consciente das tomadas de decisão que faz a fim de realizar sua *historiografia* para que possa explicitá-las ao leitor.

Lembramos, no entanto, que a ideia de que a ciência possa ou não ser analisada por meio de rupturas é recente, dado que até pouco tempo atrás havia na história da ciência (e também na história da linguística) uma tendência, praticamente exclusiva, para a continuidade, a qual, por sua vez, era denominada *progresso* (muitas vezes, unilinear, por constante aperfeiçoamento). No caso da historiografia da linguística, podemos encontrar exemplos desse tipo de análise de continuidade em textos como de Leroy (1977), Mounin (1967), Mattoso Câmara Jr. (1975)⁹. É, ao menos parcialmente, por conta do impacto do conhecido texto de Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, que a ruptura ganha papel tão relevante quanto o papel da continuidade na história das ciências. Na *metahistoriografia linguística*, o modelo de Kuhn foi frequentemente adaptado (cf. Percival 1976, Hymes 1983, Koerner 1989, Murray 1994, Swiggers 2004, entre tantos outros).

⁸ Il est significatif qu’à travers l’histoire de la pensée linguistique différents problèmes ont été au centre des préoccupations des savants: l’adéquation ou la non-adéquation du langage par rapport à la réalité, ou par rapport à nos représentations mentales; la présentation d’un cadre descriptif pour la langue qui doit être enseignée; la justification philosophique des catégories grammaticales qu’on établit; la “généalogia” de langues; la langue comme organisme lié à une culture, etc. (Swiggers 1997:5)

⁹ Leonard Bloomfield, embora não tenha escrito uma história da linguística, inicia seu *Language* com a seguinte afirmação “The new version [of this book] is much larger than the old, because the Science of language has in the interval made progress, and because both men of Science and the educated public now attribute greater value to an understanding of human speech.” (Bloomfield 1966[1933]: vii), a qual, em tradução livre, ficaria “A nova versão deste livro é muito mais longa do que a antiga, porque a Ciência da linguagem fez progressos nesse intervalo de tempo, e porque o homem, a Ciência e o público educado atribuem grande valor para a compreensão da fala humana”. Koerner (1989) apresenta esse trecho como exemplo do do modelo de *Progresso Unilinear*, considerando “ingênuo”.

Kuhn (2009[1962]) procura explicar o desenvolvimento das ciências com base em um modelo estrutural, que considera que as ciências formam um *paradigma*¹⁰ por vez, os quais são incomensuráveis e têm um percurso cíclico constituído por algumas fases¹¹.

Embora a proposta seja considerada positivamente, sobretudo por reconhecer as rupturas e o papel da *comunidade científica* na formação do *paradigma*, ela também recebeu diversas críticas. O conceito de ciência de que fala Kuhn é criticado, visto que seriam *ciências amadurecidas* apenas os conhecimentos que tivessem (tido) um *paradigma*, o que não ocorre na Linguística, por exemplo (cf. Percival 1976, Obregón 1982), e na maior parte das ciências humanas. As críticas também afirmam ser preciso modalizar a relação travada entre a *comunidade científica* e o *paradigma*, inserindo mais complexidade do contexto sociocultural. Para suprir essas faltas, Koerner (1989) apresenta, baseado em Hymes, o conceito de que *cinosuras* (estruturas similares aos *paradigmas*) estariam em competição pelo lugar de *mainstream*, tal como, na Sociolinguística, as variantes linguísticas competem pelo lugar de variante padrão, como no diagrama abaixo:

Figura 2. Representação do modelo "Mainstream-vs-Undercurrent" de Koerner (1989:52)

¹⁰ Kuhn não define exatamente paradigma, mas o trecho a seguir pode delinear o conceito: “Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada.” (Kuhn 2009[1962]:30)

¹¹ Na primeira fase, chamada *pré-paradigmática*, o paradigma ainda não existe, pois há uma série de ideias que não entram em acordo entre si, impossibilitando a unidade própria do paradigma; portanto, ainda não há *ciência*, de acordo com Kuhn. Posteriormente, por meio de persuasão coletiva, uma das ideias ganha unidade de pensamento, dando surgimento ao *paradigma* e sua respectiva *comunidade científica*. A partir de então, temos a terceira fase, que Kuhn nomeou de *ciência normal*, na qual diversos cientistas, persuadidos pela eficácia do *paradigma*, trabalham num mesmo objeto, baseando-se em mesmos fundamentos teóricos e usando de técnicas similares. Nesse momento, segundo Kuhn, pode haver um *progresso* interno ao *paradigma*. Há, entretanto, um esgotamento desse progresso, que é revelado pelo interesse em respostas de perguntas que o paradigma não contempla, essa é a quarta fase, nomeada *ciência extraordinária*, momento em que, aos poucos, o paradigma passa a perder a confiança dos cientistas. Surge, então, a *crise*, que nada mais é que um novo espraçamento da ciência em diversas ideias e estudos que não se combinam entre si. Essa fase é bastante similar à fase *pré-paradigmática*, com a diferença de que já houve um *paradigma* e, portanto, falamos de uma *ciência amadurecida*. Logo, como havia acontecido no ciclo anterior, por meio de persuasão, é selecionado um *paradigma* e cria-se concomitantemente sua *comunidade científica*; esse último processo chama-se *revolução científica*.

Outra questão em torno do modelo kuhniano é relativa à ruptura promovida numa revolução, as críticas tendem a afirmar que essa ruptura não seria necessariamente total, nem ocorreria num único momento. Nesse sentido, Koerner complexifica o modelo apresentado anteriormente, mostrando que *cinosuras*, sejam elas da tendência dominante ou de alguma corrente periférica, podem ser interrompidas, darem lugar a outras *cinosuras* e serem retomadas no futuro, seja como corrente periférica, seja como tendência dominante novamente, como vemos no diagrama abaixo:

Figura 3. Representação do modelo "Discontinuity-vs.-Continuity" de Koerner (1989:53)

Os modelos de Koerner, enfatizam, por um lado, a descontinuidade no tempo, a qual já havia sido desenvolvida, ainda que de forma mais simples, por Kuhn, e, por outro, traz a novidade da diversidade (em oposição à unidade do paradigma) do *pensamento linguístico*, visto que há várias *cinosuras* num mesmo período.

Swiggers (2004), inspirado no modelo de Peter Galison, assumindo que a ruptura em si é complexa, não sendo ela una e total, propõe que a mudança de um *paradigma* seja observada em *capas* ou *dimensões*. Nesse sentido, a incomensurabilidade do *paradigma* kuhniano é novamente questionada. O autor distingue no todo do conhecimento linguístico quatro diferentes dimensões. A *capa teórica*, que diz respeito ao conceito global de linguagem e estatuto dos estudos realizados; a *capa técnica*, correspondente a técnicas de análise e métodos de apresentação dos dados; a *capa documental*, que abarca a documentação linguística e filológica, número de línguas, tipos de fontes de dados, por exemplo, sobre o qual se baseia o estudo linguístico; e, finalmente, a *capa contextual e institucional*, correspondente ao contexto cultural e à contextura institucional. Neste modelo, uma dimensão poderia passar por descontinuidade, enquanto as outras estariam em continuidade, por exemplo. Caso todas as dimensões se modificassem, haveria a uma *mudança transversal*, que seria similar à revolução kuhniana.

Murray (1994), por sua vez, enfatizando o papel da *comunidade científica* e da *persuasão* na formação de um *paradigma*, propõe que em vez da noção kuhniana de *revolução científica* fosse empregada noção de *retórica revolucionária*. Tal proposta desloca a ruptura do campo epistemológico para a dimensão discursiva da ciência. Segundo o autor, a *escolha de retórica* pode ser *revolucionária* ou *de continuidade* de acordo com a tomada de opinião do cientista. Murray observou que, na linguística

antropológica norte americana do início do século XX, tal decisão, porém, dependeu de alguns fatores: *condição de elite*, *idade profissional* e *acesso ao reconhecimento*. Tanto pesquisadores de elite quanto os marginais podem ter uma postura inovadora, entretanto, os primeiros só fazem isso quando a inovação parece segura, ao passo que os pesquisadores marginais tendem a assumir mais riscos. A noção de *idade profissional*, que distingue estudantes de cientistas certificados, demonstra que quanto menor foi o treinamento e, portanto, menores os comprometimentos institucionais e científicos, maior a disposição para adotar a *retórica revolucionária*. Finalmente, a falta de acesso ao reconhecimento pode também ser uma razão para a adoção da *retórica revolucionária* em relação a grupos pré-estabelecidos. Dessa forma, Murray apresenta um desenvolvimento do papel da *persuasão* nas rupturas. Entretanto, ele limita seu estudo à retórica, não abarcando também questões epistemológicas.

Nosso *objeto* de estudo, a gramática, como já dissemos anteriormente, é um gênero textual bastante estável, mas que passou frequentemente por mudanças no que diz respeito à *conceptualização* de linguagem. Em suma, é um objeto que têm certo grau de *continuidade* e *homogeneidade* em seu formato e da seleção de níveis de análise ao mesmo tempo que sofre modificações e pode ser diverso num mesmo momento histórico devido à sua *conceptualização* de linguagem e, portanto, de abordagem dos dados (cf. item 1.1). Utilizamos a proposta de Swiggers (2004) em estudo anterior (cf. Polachini 2013), no qual procuramos fazer uma periodização “complexa”, que considerava as quatro *dimensões*, do tratamento da sintaxe na gramaticografia brasileira do português do século XIX por meio da análise de seis obras¹².

Obtivemos resultados bastante interessantes por meio da distinção de *dimensões*. Notamos, entretanto, que há dificuldade de lidar com a *capa técnica* devido sua complexidade interna. Assim, ainda que determinadas técnicas fossem continuadas de gramática para gramática, havia outras que não o eram, havendo um percurso de rupturas parciais na *dimensão técnica* entre cada par de gramáticas. Isso revelava, por um lado, que a maneira como estávamos analisando o tratamento da sintaxe priorizava o

¹² Em trabalho anterior (cf. Polachini 2013), analisamos o tratamento da sintaxe em seis gramáticas brasileiras do português, a saber: Moraes Silva (1806), Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866), Freire da Silva (1875), Ribeiro (1881) e Maciel (1902[1894]). O estudo, cuja metodologia baseava-se nas dimensões propostas por Swiggers (2004), demonstrou que a ruptura entre a tradição influenciada pela *grammaire générale* e a outra mais aproximada do método histórico-comparativo, não se deu de forma abrupta, mas gradual. Ademais, procuramos descrever o tratamento da sintaxe nas quatro dimensões, o que proporcionou uma análise mais detalhada.

aparecimento da diversidade, e, por outro, levantava a suspeita de que havia certo *ecletismo* na gramaticografia brasileira do português.

Quanto à nossa metodologia em 2013, não procurávamos fazer generalizações na análise da *dimensão técnica* – diferentemente do que faz, por exemplo, Swiggers com os programas de investigação – e não procurávamos relacionar as técnicas entre si, como agora pretendemos fazer com a noção de *rede conceitual*. Neste trabalho, utilizamos uma metodologia que possibilite a observação, idealmente, da *homogeneidade* interna de cada material analisado, dezoito gramáticas brasileiras do português (cf. item 2.1), com objetivo de analisar com maior minúcia as continuidades e descontinuidades da *capa técnica* entre as obras, além do *ecletismo* presente na tradição brasileira do português.

Tradição e ecletismo são termos de nossa *meta-metalinguagem* que indicam, respectivamente, certa *homogeneidade* e certa *heterogeneidade*. Swiggers (2010b: 7n) apresenta quatro modos pelos quais a noção de *tradição* pode ser tomada: (1) de um ponto de vista nacional, étnico ou geograficamente definido; (2) conectada a um paradigma científico ou a um tipo de investigação científica – por vezes, é combinada com o foco nacional; (3) pode estar relacionada a um investimento linguístico, em função de um alvo cultural, ideológico e/ou político, como é, por exemplo, o caso da linguística missionária; (4) de forma mais ampla, definida pelo foco em um subgênero da prática linguística (lexicografia bilíngue, por exemplo) ou por se ocupar de uma língua específica.

Nesta tese, apresentamos algumas tradições cujo critério de homogeneidade é variável. Por vezes, nos referimos à *tradição* da *grammaire générale* francesa (1660-1883) (cf. Bouard 2007), que, sendo do tipo (2), por conceptualizar a língua como, *grosso modo*, expressão do pensamento, com acréscimo do foco nacional de (1), tem certos traços de (4) por ter como base o gênero textual gramatical. A tradição gramatical brasileira de língua portuguesa parte, como está no seu nome, dos critérios (1), pelo foco nacional, e (4), por ser do gênero textual gramatical e se direcionar para a língua portuguesa; o critério (2), relativo ao paradigma, no entanto, é modificado ao longo do tempo. Do início do século até a década de 1880, essa tradição é predominantemente influenciada (direta ou indiretamente) pela tradição da *grammaire générale* francesa supracitada; no último quartel do século têm início um processo de ruptura epistemológica, as gramáticas passam a conceptualizar a língua (2) como *fatos linguísticos* que deve ser comparados entre diferentes línguas e entre períodos diferentes da mesma língua e provinha, paradigma este que tem, sobretudo, mas não só, origem alemã (1) (cf. item 1.5).

Sendo, porém, a *tradição* gramatical brasileira não apenas *receptiva* a conceptualizações realizadas por tradições paradigmáticas em diferentes momentos do século XIX, mas é também *eclética* por, algumas vezes, reunir elementos epistemológicos provenientes de diferentes tradições (ou paradigmas) que não compartilham da mesma conceptualização de linguagem, há nela uma tensão entre a *homogeneidade* – de tradição nacional, tradição relativa ao objeto de estudo (língua portuguesa) e tradição relativa ao formato de exposição dos conteúdos (gramática) – e a *heterogeneidade*. A *rede conceitual* é uma metodologia que observa a *homogeneidade* ou revela a *heterogeneidade horizontal* de *conceitos*; ela, portanto, nos parece um bom modo de compreender se havia e como se dava o *ecletismo* na formação e desenvolvimento da gramaticografia do português no Brasil, além de permitir uma visão diferente de como se deu a descontinuidade de uma tradição paradigmática para a entrada de outra no final do século.

Definimos *ecletismo* como reunião de conceptualizações (a respeito da língua e de suas partes) de origens diversas que não se articulam em uma unidade consistente. Isso pode se dar de duas maneiras: a *horizontal*, em que não há a articulação entre os *conceitos* de uma gramática, por exemplo, quando o ‘verbo substantivo’ é definido na obra como aquele que promove a união entre o ‘sujeito’ e o ‘atributo’, mas não aparece no conceito de ‘oração’; e a *vertical*, quando a gramática apresenta mais de um *conceito* para o mesmo *termo*. Normalmente, o ecletismo *vertical* se dá quando a gramática é menos direta do que seria se fosse apenas um manual (grego *téchne*, latim *ars*, português *arte*), mas apresenta também reflexões acerca da linguagem e outras possibilidades conceituais para um mesmo *termo*.

Encontramos alguns tipos de reflexão nas obras, as quais chamamos de *metatexto*, visto que são em geral uma ampliação do que é dito no seu próprio *texto* gramatical, como quando apresenta (1) nota de rodapé ou nota dentro do próprio texto, por meio de diferenciação tipográfica ou (2) comentário meta-metalinguístico a respeito do próprio conceito. Consideramos também *metatexto* trechos em que os gramáticos se afastam da autoria de certos conceitos ou explicações e iniciam seu texto por (3) “dizem os gramáticos” ou “tal gramáticos diz que”. *Texto*, ao contrário, seria o restante da obra, onde os *termos* e *conceitos* são apresentados.

Ademais, observando os elementos *paratextuais* das gramáticas, como título, subtítulos, epígrafes, prefácio e prólogo, analisamos, baseando-nos em Murray, a *retórica* do autor da gramática, isto é, em que medida ele apresenta uma *retórica revolucionária*, de risco ou segura, ou uma *retórica de continuidade*. Essa é parte da história externa das

18 selecionadas que reunimos, posteriormente, à análise interna da *rede conceitual* para observar em que medida há coerência ou homogeneidade entre *retórica* e *descrição gramatical* ou não.

Em suma, no trabalho historiográfico, é preciso tomar uma série de decisões de acordo com nosso objeto e metodologia, as quais, envolvem as oposições entre *continuidade* e *descontinuidade* e entre *homogeneidade* e *heterogeneidade*. Neste trabalho, nossa metodologia se direciona para a compreensão da *homogeneidade*, sabendo que é possível também com ela encontrar a *heterogeneidade*.

1.4. O conceito de ‘verbo substantivo’ (ou ‘cópula’)

1.4.1. Seu desenvolvimento histórico

O *conceito* de ‘verbo substantivo’, por vezes, também denominado ‘cópula’, é tema relevante na gramaticografia oitocentista brasileira, pois está presente na grande maioria dessas gramáticas. Afinal, esta gramaticografia emerge e se mantém por décadas sob o prisma da tradição da *grammaire générale*. Como se sabe, nessa tradição, o ‘verbo substantivo’ é, em geral, associado à cópula entre os dois termos de uma ‘proposição’, ‘sujeito’ e ‘atributo’ (ou ‘predicado’). Porém, esse *conceito* passou por diversas mudanças ao longo da história da gramaticografia ocidental, as quais procuramos, sumariamente, expor adiante.

A primeira citação de que se tem conhecimento do ‘termo’ ‘verbo substantivo’ é feita pelo gramático latino Prisciano, sem que ele, entretanto, faça relação com a cópula, mas se refira somente ao verbo *esse*, *sum* da língua latina (cf. García 2004). Ao longo da Idade Média, ele será denominado ‘cópula’ de uma ‘proposição’, ao modo aristotélico, em diversas obras, sobretudo as modistas (cf. Arens 1984, Itkonen 1991:263, García 2004:530). Também era visto na Idade Média como a raiz de todos os outros verbos, por isso esses eram então chamados de ‘verbos adjetivos’ – a partir de uma analogia terminológica com os *conceitos* de ‘nome substantivo’ e ‘nome adjetivo’ (Itkonen 1991, Beccari 2013). Alguns dos latinistas renascentistas, que preconizavam a *ratio* apresentam o termo caracterizando-o, da mesma forma que os escolásticos, como raiz de todos os outros verbos (p. ex.: Sanctius 1587, Roboredo 1619). Houve, entretanto, ao longo dessa história, momentos em que o termo ‘verbo substantivo’ simplesmente referia o verbo

“ser” (ou mesmo “fazer”), sem que houvesse um arcabouço epistemológico explicitamente conectado a ele, similarmente ao que ocorre nas *Institutiones* de Prisciano. Parece que o termo é utilizado dessa forma por alguns latinistas (ex.: *Introducciones Latinas* (1481), de Nebrija, cf. García 2004) e pelos primeiros gramáticos portugueses (ex.: Oliveira 1536, Barros 1540, Reis Lobato 1770; cf. Pessoa Santos 2010).

Dado esse longo percurso, com ênfase sobretudo na concepção aristotélica de ‘cópula’ e na de ‘verbum substantivum’ dos modistas, há certa polêmica acerca da originalidade do uso do termo na *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal¹³ (1660), que é considerada o ponto inicial da tradição da *Grammaire Générale* francesa. Foucault (2007[1966]), no seu conhecido texto *As Palavras e as Coisas*, ao falar da mudança de *episteme* ocorrida no século XVII, apresenta um capítulo nomeado “Teoria do Verbo”, em que ressalta a importância da concepção de ‘verbo’ como afirmação. De acordo com Foucault, nesta *episteme*, a ‘proposição’ seria o elemento fundamental da linguagem, ela formaria *juízos* partir da *ligação* de um ‘sujeito’ com seu ‘atributo’. Daí adviria a importância do ‘verbo’, visto ser ele o responsável por essa ligação, afirmando uma coisa de outra coisa. Citamos uma síntese de como Foucault define o ‘verbo’, tendo em conta a teoria do verbo, na *episteme* clássica.

Há proposição – e discurso – quando se afirma entre duas coisas um liame de atribuição, quando se diz que isto *é* aquilo. A espécie inteira do verbo se reduz ao único que significa: *ser*. Todos os outros se servem secretamente dessa função única, mas a recobriram com determinações que a ocultam: acrescentaram-se-lhe atributos e, em vez de se dizer “eu sou cantante”, diz-se “eu canto”; acrescentaram-se-lhe indicações de tempo e, no lugar de se dizer “outora sou cantante”, diz-se “eu cantava”; enfim, certas línguas integraram aos verbos o próprio sujeito e é assim que os latinos não dizem *ego vivit*, mas *vivo*. Tudo isso não passa de depósito e sedimentação em torno e acima de uma função verbal absolutamente tênue mas essencial, “há apenas o verbo *ser*... que se manteve nessa simplicidade”. A essência inteira da linguagem se concentra nessa palavra singular. (Foucault 2007[1966]:131)¹⁴

Foucault defende que dar ao ‘verbo’ a significação de afirmação ou de ligação entre o ‘sujeito’ e o ‘atributo’ seria elemento específico da *episteme* clássica, e justifica essa afirmação a partir de uma síntese histórica, bastante breve e em parte retirada da própria *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (doravante: GGR-PR), publicada em 1660, sobre noções de ‘verbo’ na história dos estudos da linguagem. Foucault afirma que Aristóteles preocupou-se apenas com o fato de o ‘verbo’ significar

¹³ Doravante GGR-PR.

¹⁴ Foucault não se baseia somente na *Grammaire* de Port-Royal para fazer suas afirmações acerca da teoria do ‘verbo’, mas em diversas obras dos séculos XVII e XVIII; citemo-las: *Logique*, de Hobbes; *Considérations sur l’origine et la formation des langues*, de Adam Smith, *Grammaire*, de Condillac, a *Logique* de Port-Royal, de Arnauld e Nicole, *Grammaire Générale*, de Beauzée e *Éléments d’idéologie*, de Destutt de Tracy.

tempo, o que também poderia ser feito por outras palavras como ‘advérbios’, ‘adjetivos’ e ‘nomes’. Por outro lado, Scaliger¹⁵, segundo o autor, disse que o verbo significava a ação, mas isso seria, em verdade, função do ‘nome’. Por fim, menciona que Buxtorf¹⁶ teria se preocupado com as ‘pessoas’ do ‘verbo’, mas que os ‘pronomes’ também as significam. A única, exclusiva e essencial característica do ‘verbo’ seria, portanto, a de afirmar.

Itkonen (1991:264), logo após citar o mesmo trecho do texto de Foucault acima transcrito, critica sua síntese histórica:

Devo interromper os saltos de fantasia de Foucault, apenas para avisar que nada do que ele diz justifica a visão da gramática de Port-Royal como tendo inaugurado uma nova era no estudo da linguagem. Sua visão de Aristóteles é completamente errada e ele não conhece Scaligero melhor do que conhece Aristóteles.¹⁷

Igualmente, Itkonen critica a pretensão de originalidade dos próprios autores da GGR-PR, Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695), os quais, como dissemos, escrevem a síntese histórica parafraseada por Foucault. Citamo-la:

Assim, tendo Aristóteles parado na terceira das significações adicionadas àquela que é essencial ao verbo, ele a definiu: *vox significans cum tempore*: uma palavra que significa com tempo. Outros, como Buxtorf tendo adicionado-lhe a segunda, a definiram: *Vox flexilis cum tempore & persona*. Uma palavra que tem diversas inflexões com tempo & pessoa. Outros tendo parado na primeira dessas significações adicionadas, que é a do atributo, e tendo considerado que os atributos que os homens incorporaram à afirmação em uma mesma palavra, são, ordinariamente, ações e paixões, acreditaram que a essência do verbo consistia em *significar ações ou paixões*. E enfim Júlio César Scaliger acreditou achar um grande mistério em seu livro de princípios da Língua Latina, dizendo que a distinção das coisas *em permanentes e fluentes*, no que fica e no que passa; era a verdadeira origem da distinção entre os Substantivos e os Verbos : os substantivos servindo para significar o que fica e os verbos o que passa. Mas é fácil de ver que todas essas definições são falsas, e não explicam de maneira nenhuma a verdadeira natureza do Verbo.¹⁸

¹⁵ Julius Caesar Scaliger (1484-1558), gramático renascentista, autor de *De causis linguae latinae* (1540).

¹⁶ Johannes Buxtorf (1564-1629), gramático do hebreu.

¹⁷ Tradução nossa. Original: I must interrupt Foucault's leaps of phantasy, just to note that nothing what he says justifies the view of the Port-Royal grammar as inaugurating a new era in the study of language. His view of Aristotle is completely wrong, and he does not know Scaliger any better than he does Aristotle.

¹⁸ Tradução do francês de Jaci Brasil Tonelli. Original: Ainsi Aristotle s'étant arrêté à la troisième des significations ajoutées à celle qui est essentielle au Verbe, l'a défini: *vox significans cum tempore*: un mot qui signifie avec temps. D'autres, comme Buxtorf y ayant ajoutée la seconde, l'ont défini: *Vox flexilis cum tempore & persona*. Un mot qui a diverses inflexions avec temps & personne. D'autres s'étant arrêtés à la première de ces significations ajoutées, qui est celle de l'attribut, & ayant considéré que les attributs que les hommes ont joint à l'affirmation dans un même mot, sont d'ordinaire des actions & des passions, ont cru que l'essence du verbe consistoit à *signifier des actions ou des passions*. Et enfin Jules César Scaliger a cru trouver un grand mystère dans son livre des principes de la Langue Latine, en disant que la distinction des choses *in permanentes & fluentes*, en ce qui demeure & ce qui passe; étoit la vraie origine de la distinction entre les Noms & les Verbes: les nom estant pour signifier ce qui demeure, & les verbes ce qui passe. Mais il est aisé de voir que toutes ces définitions sont fausses, & n'expliquent point la vraie nature du Verbe. (Arnauld & Lancelot 1803: 334-335)

E Itkonen, num tom claro de crítica, replica que

Ignorando dois mil anos de tradição gramatical, os autores da gramática de Port-Royal calmamente asseveram que inventaram a centralidade da cópula, sua capacidade de combinar os dois termos da sentença, sua força de afirmação, a reanálise de um verbo finito como ‘cópula mais particípio’, etc. Isso só pode ser um sinal de grande ignorância ou de grande desonestidade. Pessoalmente, eu não posso acreditar que Arnauld e Lancelot podem ter sido ignorantes acerca de toda a tradição precedente. (Por exemplo, a *Grammatica Speculativa* de Thomas de Erfurt foi publicada em Paris em 1605).¹⁹

Itkonen defende que a noção de *cópula*, tão relevante na *episteme* clássica tal como concebida por Foucault, era um conceito bem mais antigo, que estaria presente, no mínimo, em textos de Aristóteles e dos modistas. Em seu *Peri Hermeneias*²⁰, ou *De Interpretatione*, Aristóteles, define ‘verbo’ como a palavra “que não apenas transmite um significado particular, como também possui referência temporal”, este significado particular, desvendado em seguida, refere-se ao ‘verbo’ “ser” “uma indicação de alguma coisa predicada de alguma coisa, quer dizer, alguma coisa predicada de um sujeito ou neste encontrada presente”; porém, Aristóteles deixa claro que o ‘verbo’ não possui significação se nada houver para ser predicado: “os verbos não chegam a expressar juízos positivos ou negativos, pois mesmo os infinitivos *ser*, *não ser* e o particípio *sendo* somente são indicativos de fato se e quando alguma coisa complementar é acrescida”. Para compreender exatamente como o ‘verbo’ significa a cópula é preciso ver antes concepção de ‘sentença’ e ‘proposição’.

A ‘sentença’, para Aristóteles, é uma reunião de palavras que pode expressar *afirmação* ou *negação*. Há um tipo específico delas chamadas ‘proposições’, as quais encerram, em si mesmas, verdades ou falsidades (julgamentos) – a prece, por exemplo, não é uma ‘proposição’. Em suma: “*Uma proposição simples, mais precisamente, é um enunciado falado com significado que afirma ou nega a presença de alguma coisa outra coisa no sujeito no tempo passado, presente ou futuro*”.

De acordo com Itkonen (1991:177-8 – cf. também Robins 1967, Swiggers 1997), a proposição aristotélica é composta por dois elementos: *onoma* e *rhēma*. O *onoma* possui uma significação simples: ele é o ‘sujeito’ da ‘proposição’ ou simplesmente um ‘nome’. Já o *rhēma* tem uma significação complexa: ele possui um significado específico, ao

¹⁹ Tradução nossa. Original: Ignoring two thousand years of grammatical tradition, the authors of the Port-Royal grammar calmly assert that they have invented the centrality of the copula, its capacity to combine the two terms of the sentence, its force of affirmation, the reanalysis of a finite verb as ‘copula plus participle’, etc. This can only be a sign of great ignorance or of great dishonesty. For my part, I cannot believe that Arnauld and Lancelot could have been ignorant of the whole preceding tradition. (For instance, Thomas of Erfurt’s *Grammatica Speculativa* had been published in Paris in 1605.) (Itkonen 1991:263-4)

²⁰ Como se sabe, este texto é a segunda obra do *Organon* de Aristóteles, no qual também constam, em ordem: *As Categorias*, *Analíticos Anteriores*, *Analíticos Posteriores*, *Tópicos*, *Elencos Sofísticos*.

Afirmação =

rhēma
consignifica & significa

*onoma*₁ ← → *onoma*₂

significa uma substância significa um atributo da substância

einai
(a cópula)

consignifica: a) tempo presente
b) predicação
c) combinação (síntese) do
*onoma*₁ e *onoma*₂ pela mente.

Aristóteles confere singularidade ao ‘verbo’ “eînai” (“ser”), colocando-o, de acordo com García (2004:530), como o “verbo por antonomásia”, ao menos no discurso apofântico; as ideias contidas nos textos de Aristóteles, sobretudo o *Peri Hermeneias*, foram relevantes para a exposição posterior de uma teoria similar na GGR-PR. Entretanto, ainda de acordo com García (2004:533-534), o *conceito* de ‘verbo substantivo’ ou de ‘verbo único’ que é sustentado entre os séculos XVII e XIX, não aparece nos textos do filósofo de Estagira. García explica que o verbo grego “eînai” não era, para Aristóteles, nem ‘substantivo’, nem ‘único’, que são duas características frequentes do “être” na tradição *grammaire générale*; pois, apesar de “eînai” poder realizar um grande número de possibilidades predicativas, justamente por poder substituir os verbos em sua ‘perífrase copulativa’, que vimos anteriormente, ele não seria ‘substantivo’, na medida em que ele poderia não apenas predicar acerca da ‘substância’ do ‘sujeito’ (o que é), mas também

acerca de qualquer uma das ‘categorias’²¹. Esse verbo também não seria ‘único’ por não ser mais relevante entre os outros verbos, a não ser por proporcionar um outro modo de expressar a ‘predicação’; isto é, não haveria diferenças relevantes entre a ‘cópula’ e os ‘verbos léxicos’, ambos seriam simplesmente *equivalentes*. Com essas afirmações, García, diferentemente de Itkonen, defende que haja diferenças relevantes entre o *conceito* que Aristóteles sustenta sobre “eînai” e aquele posterior, sustentado pela tradição da *grammaire générale*, a qual tem como ponto inicial a GGR-PR²², a respeito do verbo francês “être”. Como vimos no item 1.3, a *continuidade* e a *descontinuidade* têm relação com a escolha metodológica do historiógrafo.

A partir do que é indicado pelas leituras feitas não se pode dizer que a proposta teórica de que o verbo (correspondente no português a) “ser” junto de um ‘predicado’ pode substituir outros ‘verbos’ seja recente, nem que seja específica de um período da história da gramática ocidental. Por outro lado, notamos que é preciso distinguir as particularidades e observar as similaridades entre as ideias sustentadas ao longo da história, tendo em conta que um (mesmo) *conceito* ou proposta podem ser retomados, mas de forma (um pouco) diferente em momentos diferentes.

Como já mencionamos anteriormente, até onde se sabe, o *termo* ‘verbo substantivo’ aparece pela primeira vez nas *Institutiones* de Prisciano. Este termo, com novos significados, será ainda mencionado, ao menos, em gramáticas da tradição modista, em gramáticas renascentistas, fossem aquelas que privilegiavam a *ratio* ou aquelas que davam relevo ao *usus*, nas primeiras gramáticas de línguas vernáculas (cf. Nebrija 1492, Oliveira 1536, Barros 1540), e, mais especificamente, por um amplo conjunto de textos que surgiram na tradição de descrição da língua portuguesa ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Parece-nos que o *termo* teve dois usos bastante gerais na gramaticografia ocidental. Um uso em que simplesmente denominava o ‘verbo’ “ser” (e, por vezes, o verbo “fazer”), e outro em que ele fazia parte de um arcabouço teórico que considerava que a(s) língua(s) possuiria(m) um nível subjacente. Para observar essas mudanças,

²¹ As dez categorias de Aristóteles, apresentadas no texto *As Categorias*, primeiro do *Organon*, são: substância (o que), quantidade (o quanto), qualidade (o como), relação, lugar, tempo, estado (como está), hábito (em que circunstância), ação (atividade) e paixão (passividade). Benveniste (2005[1966]) descreve algumas possibilidades de interpretação da escolha feita por Aristóteles por essas dez categorias e ainda elabora uma hipótese estruturalista de que cada uma delas corresponderia a uma classe de palavra ou propriedade de palavra do grego antigo, isto é, Aristóteles teria criado uma teoria baseada em sua própria língua – sem notá-lo.

²² Há hoje novos estudos que consideram que a gramática que inicia a tradição da *grammaire générale* seja a *Grammaire Générale et Raisonnée* de Macé (1635) (cf. Bouard 2007).

vamos, a partir de bibliografia secundária, fazer uma breve e panorâmica reconstrução do conceito de ‘verbo substantivo’ na tradição latina, em Prisciano, nas tradições modista, renascentista (em geral e portuguesa).

O texto *Institutiones* de Prisciano é bastante posterior (cerca de oitocentos anos) ao *Peri Hermeneias* de Aristóteles. No momento em que sai à luz o texto de Prisciano, acontecimentos relevantes já teriam ocorrido na historiografia linguística e gramatical do ocidente, como a produção da *Téchné grammatiké* de Dionísio de Trácia (170 a.C. – 90 a.C.), considerada a primeira gramática do ocidente, em que são descritas oito classes de palavras no idioma grego. Nela, o ‘verbo’ é definido como “a palavra não casual, capaz de tempos e também de pessoas e números, a qual apresenta ação e padecimento”²³. Portanto, não há referência especial ao verbo “ser”. Dionísio não descreve a sintaxe da língua grega, o que seria feito posteriormente por Apolônio Díscolo (século II d.C.) em sua *Syntaxe*, que tem sido considerada influência relevante para Prisciano.

Assim, o termo é definido por Prisciano: “‘Sum’ verbo, quod υπαρκτικόν Graeci vocant, quod nos possumus ‘substantivum’ nominare; id enim omnium semper est perfectissimum, cui nihil deest”²⁴, passagem que pode ser traduzida como “O verbo ‘sou’ [ou ‘ser’] que se chama υπαρκτικόν [‘existencial’²⁵] em grego, o qual podemos nomear de ‘substantivo’, pois este é o mais perfeito de todos, sempre, a quem nada falta”²⁶. Coxito (1980) afirma que a tradução de υπαρκτικόν, de Apolônio Díscolo, por *substantivum* feita por Prisciano é polêmica, pois levaria gramáticos e lógicos posteriores a confundir os conceitos de *substância* e *existência*.

Houve uma série de comentários feitos ao texto de Aristóteles na Idade Média, como os de Amônio de Hérmiás e Abelardo²⁷ (cf. Itkonen 1991, Arens 1984), e grande parte deles referia-se a estudos lógico e filosóficos que também envolviam a linguagem. Vamos, porém, nos ater às gramáticas modistas do século XIII, especialmente a *Grammatica Speculativa* (1310), de Thomas de Erfurt, a qual é muitas vezes considerada uma síntese das anteriores e também a última gramática modista (cf. Itkonen 1991, Beccari 2013). Nela, assim é definido o ‘verbum substantivum’

O verbo substantivo significa por meio do modo do ser de maneira geral, que é especificável por qualquer ser especial. Assim, ele não é chamado de substantivo por causa do modo de estar por si

²³ Tradução de Martinho (2007:164).

²⁴ Prisciani, VIII, Cap. X 51, ed. Hertzii (1855), pp. 414, 14-15.

²⁵ Diversas possibilidades de tradução para esta palavra, como *existência* e *substância*.

²⁶ Tradução do grego para o português realizada por Alessandro Beccari.

²⁷ Amônio de Hérmiás (ca. 440- ca. 520) foi um filósofo grego que escreveu, sobretudo, sobre a obra aristotélica. Abelardo (1079-1142) foi um filósofo escolástico francês, considerou textos aristotélicos ao escrever sua filosofia da mente.

mesmo, mas porque significa o ser geral, o qual pode ser especificado. Como resultado disso, o verbo substantivo é especificável por qualquer especificador que o especifique.²⁸

Beccari (2013:423) explica, em termos gerais, essa definição:

TE [Thomas Erfurt] considera o verbo “ser” como o mais geral dos verbos. Nisso, ele baseia-se no princípio da metafísica medieval segundo o qual todas as coisas, sejam elas cadeiras, livros, estátuas, pessoas, etc., têm em comum o fato de existirem. Todavia, o fato das coisas serem *x* ou serem *y*, segundo essa mesma interpretação, leva à conclusão de que o “ser” é especificado em cada entidade. Essa especificação seria replicada na linguagem e o verbo “ser” seria, ao mesmo tempo, o verbo mais geral e o mais específico de todos os verbos. Nesse sentido, para TE, o verbo ser, que ele chama de verbo substantivo, é “especificável por qualquer especificador que o especifique”.

Antes de explicar esse processo em termos linguísticos, é preciso deixar claro que a metafísica medieval de que fala Beccari diz respeito a uma certa hierarquia das dez categorias aristotélicas, seja no plano ontológico, mental ou linguístico. Nessa hierarquia, a substância (*ens*) seria precedente aos seus acidentes (*esse*), porém os dois carregam o verbo “ser”, um de forma geral, e outro de forma específica, e é justamente o verbo “ser” que promove a união entre a substância e o acidente. Ao explicar isso em termos linguísticos, Beccari diz que os gramáticos medievais viam o verbo “ser” como implícito em todas as construções de tipo “nome + verbo/particípio/adjetivo”. Assim, *Socrates est albus* (Sócrates é/está pálido/branco) é a sentença com a explicitação do “ser” implícito em *Albus Socrates* (Sócrates pálido/branco), da mesma forma que de *Socrates currit* (Sócrates corre) são derivadas duas sentenças, *Socrates est* (= Sócrates existe) e *est currens* (= há um corredor), tornando-se *Socrates est currens*. Por um lado, há o *ens*, próprio da substância, e por outro, o *esse*, que se refere ao acidente dessa substância, sendo assim o verbo “ser”, o mais geral e o mais específico, ao mesmo tempo (cf. Beccari 2013:118-9, Itkonen 1991:239-240). Ainda, de acordo com Thomas Erfurt, o verbo “ser” estaria presente na raiz de todos os verbos (cf. Beccari 2013:311). Ademais, aparecem menções ao *verbum adiectivum*, que, na tradução de Beccari (2013:308), é assim definido: “o modo do ser com distância é derivado de maneira especial para especificar a ação ou a paixão e, dessa forma, esse modo constitui o *verbo adjectivo*. Portanto, o verbo adjetivo significa a ação ou o sofrer uma ação.”²⁹

²⁸ Tradução de Beccari (2013). Original: Verbum ergo substantivum est, quod significat per modum esse generaliter, specificabile per quodlibet esse speciale. Unde etiam dicitur substantivum, non ex modo per se stantis, sed quia significat esse generale specificabile; ideo potest stare specificativum cuiuscumque specificantis ipsum. (p. 307 – cap. XXVI)

²⁹ Iste modus esse cum distantia sumitur specialiter, prout stat in speciali pro esse actionis vel passionis; et sic iste modus constituit verbum adiectivum. Verbum ergo adiectivum est, quod actionem vel passionem significat. (Beccari 2013:308)

Observamos, agora, seguindo a cronologia, algumas obras latinas renascentistas, tal como o início da gramaticografia de línguas vernáculas. Como se sabe, nesse período, entre os séculos XV e XVI, busca-se um distanciamento do latim medieval, visto então como corrupto, e também da gramaticografia tardia da Idade Média. É feito, portanto, um retorno às gramáticas de Donato e, sobretudo, de Prisciano. Por conta disto, o termo ‘verbo substantivo’ será frequentemente usado nas obras, porém, como destaca também García (2004), muitas vezes simplesmente como uma nomenclatura para o verbo “sum” ou “fieri” (fazer), sem ter consequências sobre a teoria de partes do discurso ou de sintaxe sustentada nas gramáticas. García (2004:541) cita como exemplos o espanhol António Nebrija, em seus *Institutiones latinae* (1481), que nega “um papel sintático especial a *esse* (al margen de su uso como auxiliar), ya que queda equiparado al resto de verbos intransitivos”, e em sua *Gramática castellana* (1492), em que nem sequer cita o termo. Na gramaticografia emergente do português, no século XVI, João de Barros (1540) apresenta a divisão entre “verbo sustantivo” e “verbo ajetivo” definindo-os

Os latinos partem os seus uerbos, em fustantiuos e aietiuos. Dos primeiros temos este fô uerbo, fou, ao qual chamámos fustantiuo por que demôstra o ser peſſoál da couſa, com quãdo digo, Eu fou criatura racionál. Verbo aietiuo podemos chamar todoſos outros. (Barros 1540:18)

Já Fernão de Oliveira (1536), quatro anos antes, em suas anotações de gramática portuguesa, não define o ‘verbo fustântiuo’, apenas menciona algumas vezes o termo com unicamente uma referência ao verbo *ser* (todas as observações referentes ao som e sílabas desse verbo)³⁰.

Para além da gramaticografia portuguesa, o século XVI é relevante na produção de gramáticas latinas, sobretudo aquelas que envolvem a razão, e não somente o uso, a saber: *Rudimenta Grammatices* (1523), de Thomas Linacre, *Grammaire Française* (1562), de Petrus Ramus, *De causis latinae libri XIII* (1540), de Julius Caesar Scaliger e *Minerva sive de causis linguae Latinae* (1587), Franciscus Sanctius Brocensis. García (2004) destaca o posicionamento de Sánchez de las Brozas, por considerá-lo original. Ele diz que o latinista espanhol considera o verbo substantivo a raiz de todos os outros verbos, o que o assemelha aos modistas (ver acima); ele também considera o verbo “fiere” (em português, “fazer”) como substantivo, algo que não era incomum no período³¹, negando depois essa ideia para dizer que o ‘verbo substantivo’ é realmente “esse”. Sua originalidade, porém, estaria no fato de que ele considera que o verbo “no sólo es

³⁰ Cf. Oliveira (1536: 39, 45, 71).

³¹ Feito também por Valla, em seu *De linguae latinae elegantia* (1471) (cf. García 2004).

sustantivo porque transmite la sustancia de los verbos, sino también porque predica acerca de la sustancia y no de los accidentes de la realidad designada por el sujeto” (García 2004: 543). Assim, a sentença “Caesar est albus” contém uma ‘elipse’, visto que num nível subjacente seria assim “Caesar est albus Caesar”.

No *Methodo Grammatica para todas as lingvas* do português Roboredo, publicado em 1619. No capítulo “Do Verbo *fustantivo*, *Sum*, *que nem he Activo nem Pafsivo*”, Roboredo assim define o ‘verbo substantivo’: “*ESTE Verbo, Sum, he como fundamento de todos; & com elle per rodeio supprîmos as vozes pafsivas que lhes faltão. He irrigular; & significa fustancialmente, fer, ou star*” (Roboredo 1619:30). Nota-se que o verbo é dado como fundamento de todos os outros, porém, é, ao mesmo tempo, o simples verbo “ser” ou “estar”.

Retomemos agora a *Grammaire* de Port-Royal. Assim Arnauld e Lancelot definem o verbo:

Pode-se dizer que o verbo ele mesmo devia ter outro uso senão que o de marcar a ligação que nós fazemos em nosso espírito de dois termos de uma proposição : mas não há senão o verbo *ser* (*être*) o qual chamamos de ‘substantivo’ que seja mantido nessa simplicidade, e ainda se poderia dizer que ele não é senão mantido na terceira pessoa do presente, *é*, e em alguns encontros [com atributos]. Pois como os homens têm costume de abreviar suas expressões, eles quase sempre juntaram a afirmação a outras significações em uma mesma palavra. Eles juntaram a ela [a afirmação] algum atributo, de maneira que duas palavras fossem uma proposição : como quando eu digo, *Petrus vivit*, *Pierre vive* ; porque o atributo de ser vivente ; e assim é a mesma coisa dizer *Pierre vive* e *Pierre é vivente*. Disso que vem a grande diversidade de verbos em cada língua ; de maneira que, se é suficiente dar ao verbo a significação geral de afirmação, sem juntar a ele nenhum atributo particular, nos não teríamos necessidade, em cada língua, de nenhuma outro verbo senão aquele que chamamos substantivo. [...] Nós já dizemos que os homens tem uma infinidade de encontros entre um atributo particular e a afirmação, tendo feito esse grande número de Verbos diferentes do substantivo, que se encontram em todas as Línguas, e que podemos chamar *Adjetivos*, para mostrar que a significação que é própria a cada um é unida à significação comum a todos os verbos, que é aquela da afirmação. Mas é um erro comum crer que todos esses verbos significam ações e paixões.³²

³² Tradução nossa do francês. Original “On peut dire que le verbe de lui-même ne devoit point avoir d’autre usage que de marquer la liaison que nous faisons dans notre esprit des deux termes d’une proposition; mais il n’y que le verbe *être* qu’on appelle substantif qui soit demeuré dans cette simplicité, & encontre l’on peut dire qu’il n’y est proprement demeuré que dans la troisième du present, *est*, & en de certaines rencontres. Car comme les hommes se portent naturellement à abréger leurs expressions, ils ont joint presque toujours à l’affirmation d’autres significations dans un même mot. Ils y ont join celle de quelque attribut, de sorte qu’alors deux mots font une proposition: comme quand je dis, *Petrus vivit*, *Pierre vit*; parce que l’attribut d’être vivant; et ainsi c’est la même chose de dire, *Pierre vit*, que de dire *Pierre est vivant*. De là est venue la grande diversité des verbes dans chaque langue; au lieu que, si ons’étoit contenté de donner au verbe la signification générale de l’affirmation, sans y joindre aucun attribut particulier, on n’aurout eu besoin, dans chaque langue, que d’un seul verbe, qui est celui q’on appelle substantif. [...] Nous avons déjà dit que les hommes ayant joint en une infinité de rencontres quelque attribut particulier avec l’affirmation, en avoient fait ce grand nombre de Verbes différents du substantif, qui se trouvent dans toutes les Langues, & que l’on pourroit appeller *Adjectifs*, pour monstrier que la signification qui est propre à chacun, est ajoutée à la signification commun à tous les verbes, qui est celle de l’affirmation. Mais c’est une erreur commune de croire que tous ces verbes signifient des actions ou des passions.” (Arnauld & Lancelot 1803 :332-333)

Parece haver uma teoria por trás do *conceito* de ‘verbo substantivo’ na GGR-PR, visto que as noções de ‘verbo’ e de ‘proposição’ ficam intimamente conectadas – o ‘verbo’ significa a afirmação entre os dois itens da ‘proposição’, o ‘sujeito’ e o ‘atributo’. Isto é definido em termos de uma linguagem subjacente, condizente com o pensamento, já que na fala a construção com um ‘verbo substantivo’ e um ‘atributo’ seria abreviada, tornando-se um ‘verbo adjetivo’. De acordo com Graffi (2001), a pedra angular do sistema sintático de Port-Royal seria justamente a “teoria da cópula” (copula-theory), a qual está relacionada ao fato de que todas as sentenças poderiam ser resolvidas em três termos: ‘sujeito’, ‘cópula/verbo’, e ‘atributo’, resultando num julgamento. O julgamento, junto com a concepção e o raciocínio são as três operações do pensamento assumidas pela GGR-RR; essas três operações seriam expressadas pela linguagem.

Todos os filósofos ensinam que há três operações de nosso espírito : CONCEBER, JULGAR E RACIOCINAR. CONCEBER não é outra coisa senão um simpler olhar de nosso espírito sobre as coisas, seja de uma maneira puramente intelectual, como quando eu conheço o ser, a duração, o pensamento, Deus ; seja com as imagens corporais, como quando eu me imagino um quadrado, uma roda, um cachorro, um cavalo. JULGAR é afirmar que uma coisa que nós concebemos é assim, ou não é assim : como quando tendo concebido que isto é a terra, e que isto é redondo, eu afirmo que da terra que ela é redonda. RACIOCINAR é se servir de dois julgamentos para fazer um terceiro : como quando tendo julgado que toda virtude é louvável, e que a paciência é uma virtude, eu concluo que a paciência é louvável. De onde se dê que a terceira operação do espírito não é senão uma extensão da segunda ; e assim bastará, para nosso assunto, considerar as duas primeiras, ou o que existe da primeira na segunda. [...] O julgamento que nós fazemos das coisas, como quando eu digo que a *terra é redonda*, se chama PROPOSIÇÃO ; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos : um chamado sujeito, que é sobre o qual afirmamos, como *terra* ; e o outro chamado atributo, que é o que afirmamos, como *redonda* ; e há ainda a ligação entre os dois termos é.³³

Tendo em conta que o pensamento seria anterior à linguagem, dizer “Pierre vit” é não somente equivalente a dizer “Pierre est vivant”, mas é uma abreviação do pensamento, logo, toda ‘proposição’ teria como base essa estrutura e assim deveria ser analisada. A GGR-PR situa o ‘verbo substantivo’ como primeiro e essencial. A partir de então, mencionar o ‘verbo substantivo’ implicava também mencionar a estrutura da

³³ Tradução nossa do francês. Original: Tous les philosophes enseignent qu’il y a trois opérations de notre esprit: CONCEVOIR, JUGER, RAISONNER. CONCEVOIR, n’est autre chose qu’un simple regard de notre esprit sur les choses, soit d’une manière purement intellectuelle, comme quand je connais l’être, la durée, la pensée, Dieu; soit avec des images corporelles, comme quand je m’imagine un carré, un rond, un chien, un cheval. JUGER, c’est affirmer qu’une chose que nous concevons est telle, ou n’est pas telle: comme lorsqu’ayant conçu ce que c’est que la *terre*, et ce que c’est que *rondeur*, j’affirme de la *terre*, qu’elle *est ronde*. RAISONNER, est se servir de deux jugements pour en faire un troisième : comme lorsqu’ayant jugé que toute vertu est louable, et que la patience est une vertu, j’en conclus, que la patience est louable. D’où l’on voit que la troisième opération de l’esprit n’est qu’une extension de la seconde; et ainsi il suffira, pour notre sujet, de considérer les deux premières, ou ce qui est enfermé de la première dans la seconde. (...) Le jugement que nous faisons des choses, comme quand je dis *la terre est ronde*, s’appelle PROPOSITION; et ainsi toute proposition enferme nécessairement deux termes : l’un appelé sujet, qui est ce dont on affirme, comme *terre*; et l’autre appelé attribut, qui est ce qu’on affirme, comme *ronde*; et de plus la liaison entre ces deux termes, *est*. (Arnauld & Lancelot, 1803[1660], p.270-271).

‘proposição’, levando à sua leitura lógica tripartite – técnica que, junto com a ideia de que ele era um verbo único e essencial, seria muito difundida e por um longo período (cf. García 2004, Bouard 2007).

Certamente, a tradição que se segue da *grammaire générale* não foi sempre a mesma (cf. Rosiello 1967), houve uma série de mudanças ao longo dos dois séculos de sua existência, isto é, de Port-Royal (1660) até os últimos gramáticos gerais, como Burggraff (1863) (cf. Bouard 2007). Há, entretanto, como afirma Graffi (2001:17), pontos em que essa tradição manteve unidade, como a existência de uma conexão estrita entre categorias de pensamento (também chamadas de categorias lógicas) e categorias de linguagem, e também a assunção de que a diferença entre as línguas seria somente superficial, havendo entre elas as mesmas categorias de pensamento. O ‘verbo substantivo’ é mantido durante quase toda essa tradição, mas sofre uma série de deslocamentos ou mudanças ao longo de dois séculos (cf. Rosiello 1967, Itkonen 1991, Raby 2000, Graffi 2001, García 2004, Bouard 2007).

A difusão do modelo de Port-Royal, seja no que diz respeito à cópula, seja em relação à sua rede conceitual – como a concepção de verbo, sua classificação, o conceito tripartite de proposição, entre outros –, ocorre não apenas dentro da gramaticografia francesa, mas, sobretudo no século XIX, com grande força nas gramaticografias hispânicas (cf. Vaquera 1986; Battista 2011), portuguesa (cf. Pessoa Santos 2010) e brasileira (cf. Parreira 2011; Polachini 2013). É certo também, porém, que a gramaticografia francesa, que modificava a GGR-PR, continuou tendo grande impacto nas outras gramaticografias supracitadas. Interessa-nos, portanto, recapitular brevemente alguns conceitos sustentados na tradição francesa ao longo dos séculos XVIII e XIX.

DuMarsais insere a ‘cópula’ da ‘proposição’ dentro do ‘atributo’:

Ele [o atributo] contém essencialmente o verbo porque o verbo é dito do sujeito e marca a ação do espírito que considera o sujeito como sendo dessa ou daquela maneira, como tendo ou fazendo tal coisa. Observem, portanto, que o atributo começa sempre pelo verbo.³⁴

Beauzée mantém o ‘verbo’ dentro do ‘atributo’, seguindo Dumarsais, porém, apresenta também algumas modificações. Substitui o significante ‘verbo substantivo’ por ‘verbo abstrato’, e o significante ‘verbo adjetivo’ por ‘verbo concreto’, modificações estas que acompanham uma mudança de significado:

³⁴ Tradução do francês de Jaci Brasil Tonelli. Original: “il [l’attribut] contient essentiellement le verbe parce que le verbe est dit du sujet et marque l’action de l’esprit qui considère le sujet comme étant de telle ou telle façon, comme ayant ou faisant telle chose. Observez donc que l’attribut commence toujours par le verbe.” (Dumarsais, 1729-1756, p. 441 *Apud* Bouard 2007:315).

Eu acredito que seria mais razoável chamar o verbo de abstrato que nomeá-lo substantivo; porque, na verdade, ele prescinde de todo atributo determinado e enquanto esses que a existência e o atributo determinado, como amar, partir etc.³⁵

Em relação aos significados desses termos, o ‘verbo substantivo’ ou ‘abstrato’ é definido como “aquele que designa pela ideia precisa da existência intelectual, com relação a um atributo qualquer”, já o ‘verbo adjetivo’ ou ‘concreto’ é “aquele que designa pela ideia precisa da existência intelectual, com relação a um atributo determinado, que é cumprido na significação total do verbo”³⁶, e então decompõe os verbos da forma clássica: Dieu VEUT [Deus DESEJA] e les hommes TREMBLERONT [os homens TREMERÃO] em Dieu est voulant [Deus é desejante] e les hommes seront tremblants [os homens serão trementes]. (Bouard 2007:386-7)

Condillac (1775), por sua vez, não deu continuidade às ideias dos enciclopedistas, retomando boa parte do que estava já na GGR-PR. ‘Proposição’ tem três partes, o ‘sujeito’, o ‘atributo’ e o ‘verbo substantivo’. O ‘verbo substantivo’ seria “proprement le seul”, ao passo que os ‘adjetivos’ seriam sempre equivalentes ao ‘verbo substantivo’ e um ‘adjetivo’ ou ‘particípio presente’ (cf. Bouard 2007:409). Silvestre de Sacy (1799), mantém a proposição com três itens, ‘sujeito’, ‘verbo’ e ‘atributo’, mas traz inovações terminológicas. Chama o verbo *adjetivo* de ‘verbo *atributivo*’, devido à presença do *atributo* dentro dele – nova terminologia que se aproxima do conceito da nova terminologia de Beauzée (cf. Bouard 2007:430-1).

No século XVIII, há duas gramáticas do português, *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (1721/1725), de P. Jerônimo Contador de Argote (1676-1749) e a *Arte da Grammatica da Língua Portugueza* (1770), de José Reis Lobato (? - ?). A primeira não menciona o ‘verbo substantivo’, já a segunda o define da seguinte forma:

“O verbo *Ser*, a que chamão substantivo, por affirmar a substancia, ou o ser do fôgeito, que lhe exerce a significação, he auxiliar, porque dos seus tempos, modos, e pessoas se forma toda a voz passiva de qualquer verbo activo, pospondo-se-lhe o particípio passivo do mesmo verbo. E com este circumloquio se suppre a falta que tem (a mesma se encontra nas outras linguas vulgares) a lingua Portugueza de verbos passivos.” (Lobato 1770:74)

³⁵ Tradução do francês de Jaci Brasil Tonelli. Original: “Je crois donc qu’il seroit plus raisonnable d’appeler abstrait le verbe que l’on nomme substantif; parce qu’en effet il fait abstraction de tout attribut déterminé et alors ceux que l’existence et l’attribut déterminé, comme aimer, partir etc.” (Beauzée 1767 :44 *Apud* Bouard 2007:386)

³⁶ Tradução nossa. Originais: “celui qui désigne par l’idée précise de l’existence intellectuelle, avec relation à un attribut quelconque” e celui qui désigne par l’idée précise de l’existence intellectuelle, avec relation à un attribut déterminé, qui est compris dans la signification totale du verbe” (Beauzée 1767 *Apud* Bouard 2007:386-7)

Para Lobato, o ‘verbo substantivo’ significava, por um lado, substância e o ser do sujeito, por outro, era auxiliar da ‘voz passiva’ dos ‘verbos ativos’ de língua portuguesa, que não tem ‘verbos passivos’ – com o tinha o latim.

No século XIX, a gramática portuguesa brasileira sofre alguma influência dos *Principes de grammaire générale, ou, Exposition raisonnée des éléments du langage* de Pierre Burgraff, de 1863. O autor ressalta que o ‘verbo substantivo’ promove uma relação entre duas ideias.

Quanto às ideias que representam a existência da relação e que são exprimidas pelas palavras que nós chamamos Verbos, está claro que o Verbo único *ser* com seus equivalente de outras línguas poderia servir para marcar essa existência de relação ou de nossa comparação entre dois objetos. Também, se existem nas línguas um grande número de outras palavra que portam o nome de Verbo, não é que a ideia que representa a existência seja tão variada e tão múltipla ela mesma, mas isso vem de que, para abreviar o discurso, formou-se, como eu explicarei mais tarde, palavras que exprimem a existência e ao mesmo tempo um dos dois termos da relação. Nos vemos deste modo que os Verbos podem igual se dividir em duas classe : 1° O Verbo substantivo ou abstrato, *ser*. 2° Os Verbos atributivos ou adjetivos, que exprimente o Verbo *ser* com um atributo ; por exemplo : *escrever, amar*, etc., que querem dizer *ser escrevente, se amante*, etc.³⁷

Ele, da mesma forma que nas gramáticas que vimos anteriormente, considera o ‘verbo substantivo’ algo geral, de todas as línguas. Os outros verbos, chamados ‘atributivos’, seriam a abreviação, própria das línguas. Essa concepção de que o ‘verbo substantivo’ promove a relação entre duas ideias é um ponto relevante para Burgraff, ele expressa isso mais adiante, em outra definição de verbo, em que compara sua definição com a de autores anteriores, inclusive a *Grammaire* de Port-Royal.

Da mais alta antiguidade até a nossa época, os gramáticos não puderam se entender sobre o caráter essencial e distintivo do verbo. Dentre as diversas definições que eles lhe deram, das quais três que nós podemos deixar de examinar o valor, as quais hoje ainda são usadas em muitos gramaticas particulares.³⁸

³⁷ Tradução nossa do francês. Original: “Quant aux idées qui représentent l’existence du rapport et qui sont exprimées par les mots que nous avons appelés Verbes, il est clair que le seul Verbe *être* avec ses équivalents dans les autres langues pourrait suffire pour marquer cette existence de relation ou de notre comparaison entre deux objets. Aussi, s’il est dans les langues un grand nombre d’autres mots qui portent le nom de Verbe, ce n’est pas que l’idée qui représente l’existence de la relation soit si variée et si multiple en elle-même; mais cela vient de ce que, pour abrégé le discours, on a formé, comme je l’expliquerai plus tard, des mots qui expriment l’existence et en même temps un des deux termes du rapport. Nous voyons par là que les Verbes peuvent également se diviser en deux classes: 1° Le Verbe substantif ou abstrait, *être*. 2° Les Verbes attributifs ou adjectifs, qui expriment le Verbe *être* avec un attribut; par exemple: *écrire, aimer*, etc., c’est-à-dire *être écrivain, être aimant*, etc.” (Burgraff 1863 :185-186)

³⁸ Tradução do francês de Jaci Brasil Tonelli. Original: “Dans la plus haute antiquité et jusqu’à notre époque, les grammairiens n’ont pu s’entendre sur le caractère essentiel et distinctif du verbe. Parmi les diverses définitions qu’ils en ont données, il en est trois dont nous pouvons d’autant moins nous dispenser d’examiner la valeur, qu’aujourd’hui encore elles ont cours dans plusieurs grammaires particulières.” (Burgraff 1863 :344)

O gramático belga afirma que Aristóteles definia o verbo como palavra que significava tempo, ideia que muitos seguiram, como os gramáticos gregos e romanos e também Jules César Scaliger, gramático latino renascentista. Porém, Burgraff explica que o verbo pode perder sua característica de tempo e ainda ser verbo, portanto, este não seria um aspecto essencial. Outros gramáticos, por sua vez, dizem que o verbo é de ação efetuada pelo sujeito. Há, entretanto, uma série de verbos que não representam uma ação, como “estar”, “dormir”, “ser”. Por fim, apresenta a definição dada pela *Grammaire* de Port-Royal, em que o verbo é definido como afirmação. Burgraff rejeita essa definição porque acredita que a afirmação seja oposto da negação e o verbo possa, na verdade, tanto negar quanto afirmar, como vemos na citação adiante:

A definição do verbo dada pelo autor da *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal: “o verbo é uma palavra que significa a afirmação”, não se justifica [...] A definição de Port-Royal é consequentemente muito estreita; e deve-se definir o verbo como uma palavra que exprime a existência de uma relação qualquer entre duas ideias; [...] A definição de Port-Royal seria boa, se o homem pensasse e se exprimisse sempre de maneira afirmativa.³⁹

É importante destacar que a ‘cópula’ não foi propriedade de autores de língua francesa. Ela esteve presente também em outras tradições, como a germânica e saxônica, nas quais nem sempre estava relacionada ao termo ‘verbo substantivo’, mas provavelmente com algum diálogo com a tradição que usava o termo. Dois autores oitocentista que são mencionados pelos gramáticos brasileiros e usam da cópula são Karl Ferdinand Becker (1775-1849), Charler Petes Mason (1820-1900).

Graffi (2001) afirma que a gramática da língua alemã de Karl Ferdinand Becker (1775-1849) é aquela que provoca, pela primeira vez, uma ruptura na concepção tripartite de ‘sentença’, proveniente da *Grammaire* de Port-Royal.

Como observado por Glinz (1947:52) essa atenuação da cópula força Becker a introduzir uma inovação terminológica, isto é, distinguir ‘predicado’ de ‘predicativo’: uma sentença como “O cachorro é preto” seria analisada, de acordo com a concepção tripartite da proposição, em ‘sujeito’, ‘cópula’ e ‘predicado’. Em vez disso, Becker distingue um sujeito (“o cachorro”) e o predicado (“é preto”), que por sua vez deve ser analisado em cópula (“é”) e predicativo (“preto”).⁴⁰

³⁹ Tradução do francês de Jaci Brasil Tonelli. Original: La définition du verbe donnée par l’auteur de la *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal: “le verbe est un mot qui signifie l’affirmation,” ne se justifie pas [...] La définition de Port-Royal est conséquemment trop étroite; et on doit définir le verbe un mot qui exprime l’existence d’un rapport quelconque entre deux idées; [...] La définition de Port-Royal serait bonne, si l’homme pensait et s’exprimait toujours affirmativement. (Burgraff 1863:347-349)

⁴⁰ Tradução nossa do inglês. Original: As observed by Glinz (1947:52) this lessening of the copula role forces Becker to introduce a terminological innovation, i.e. to distinguish ‘predicate’ from ‘predicative’: a sentence like „The dog is black“ would be analyzed, according to the tripartite conception of the proposition, into subject, copula and predicate. Becker would instead distinguish a subject („the dog“) and a predicate („is black“), which in turn should be analysed into copula („is“) and predicative („black“). (Graffi 2001: 137).

Entretanto, o gramático ainda usa da cópula, porém pensa em divisões dos constituintes da sentença sempre binárias. Adiante, citamos um trecho da versão inglesa da obra:

Uma sentença é formada pela combinação de um *Sujeito* e *Predicado* [combinação predicativa]. O *sujeito* é a pessoa ou coisa de que se fala. O *predicado* é a ação, afirmada ser ou não ser uma ação do sujeito. O sujeito de uma sentença simples é expresso por um *substantivo*, ou *pronome*; e.g. *der Mensch denkt* [o homem pensa] ou *er denkt* [ele pensa]. O predicado é expresso por um *verbo*, ou por um *adjetivo* ou *substantivo com a cópula ser*; e.g. *der Mensch lebt* [o homem vive]; *er ist sterblich* [ele é mortal]; *ich bin ein Mensch* [ele é um homem]. O predicado sempre concorda com o sujeito em *Pessoa* e *Número*. O verbo predicativo, portanto, ou o verbo auxiliary é fleccionado por Pessoa e Número; [...] Quando o predicado é expresso por um adjetivo ou substantivo com o verbo auxiliar *ser*, ou por uma das formas compostas da conjugação, o *verbo auxiliary* que pega as fleccões de pessoa e número é chamado *cópula*.⁴¹

O norte-americano Charles Peter Mason (1820-1900) diz-se influenciado por Becker no prefácio do seu *Essentials of English Grammar* (1868). No trecho adiante, é notável a semelhança com o gramático alemão, inclusive no uso da cópula.

A cópula gramatical em toda sentença consiste em flexões pessoais [*nota: isto é, as flexões pelas quais número e pessoa são marcados, e pelas quais o verbo torna-se um verbo *finito*] do verbo. Na sentença “Time flies” [o tempo voa], o sujeito é *Time*; o que é predicado ou afirmado do tempo é *flying* [voar]: a terminação pessoal do verbo *flies* une a ideia ao sujeito. Na sentença “The rose is red”, the subject is *rose*; o que é predicado acerca da rosa é *being red*; a flexão pessoa pela qual *is* torna-se terceira pessoa do singular é a cópula. [...] Na medida em que as terminações pessoais do verbo não têm existência separadas do verbo ele mesmo, é usual (e conveniente) na gramática tratar a cópula como uma parte do predicado. [...] mas deve ser compreendido que, doravante, ao usar a palavra *predicado* nos queremos dizer o *predicado e a cópula combinados*.⁴²

Nota-se que ambos dão ou o verbo *ser* ou a flexão verbal como *cópula*. Não se observa mais uma língua subjacente. É interessante observar que esse ponto de vista, é apresentado pelo gramático português oitocentista que teve mais influência na

⁴¹ Tradução nossa do inglês e dos exemplos em alemão. Original: “A sentence is formed by the combination of a *Subject* and *Predicate* [predicative combination]. The *subject* is the person or thing spoken of. The *predicate* is the action, asserted to be or not to be an action of the subject. The subject of a simple sentence is expressed by a *substantive*, or *pronoun*; e.g. *der Mensch denkt*, or *er denkt*. The predicate is expressed by a *verb*, or by an *adjective* or *substantive with the copula to be*; e.g. *der Mensch lebt*; *er ist sterblich*; *ich bin ein Mensch*. The predicate always agrees with its subject in *Person* and *Number*. The predicative verb, therefore, or the auxiliary verb is *inflected* by *Person* and *Number*; [...] When the predicate is expressed by an adjective or substantive with the auxiliary verb *to be*, or by one of the compound forms of conjugation, the *auxiliary verb* taking the inflections of person and number is termed *Copula*.” (Becker 1845[1830]:71-2)

⁴² Tradução nossa do inglês. Original: “The grammatical copula in every sentence consists of the *personal inflections* [*nota: That is, the inflections by which number and person are marked, and by which the verb is made a *finite* verb] of the verb. In the sentence “Time flies”, the subject is *Time*; that which is predicated or asserted of *time*, is *flying*: the personal termination of the verb *flies* unites the idea to the subject. [...] Inasmuch as the personal terminations of a verb have no existence apart from the verb itself, it is usual (and convenient) in grammar to treat the copula as a part of the predicate. Thus in the sentence, “Time flies,” *time* is called the subject, and *flies* the predicate. [...] but it must be understood that, henceforth, in using the word *predicate* we mean the *predicate and copula combined*.” (Mason 1858:91-2)

gramaticografia brasileira do mesmo século, a saber: Jerônimo Soares Barbosa. Citamos o trecho adiante:

Hum exemplo notavel destas reduções e expressões abbreviadas he o verbo adjectivo. Elle apanha em si não so a significação de existencia, propria ao verbo substantivo, com todas as suas modificações de modos, tempos, numeros, e pessoas; mas ajunta-lhe além disso a idea adjectiva de huma qualidade ou attributo, com a qual completa tudo, o que necessario he para qualquer oração. **Para perceber isto melhor, dividamos qualquer verbo adjectivo em dous membros, partindo-o pelas suas terminações em *ar*, *er*, e *ir* deste modo, *Am-ar*, *Tem-er*, *Ouv-ir*. O primeiro membro, quer conste de huma, quer de mais syllabas, quer de huma letra so, he a parte *Radical*, e a unica propria do verbo adjectivo**, pela qual elle exprime a qualidade, ou acção, que affirma da pessoa, ou pessoas, que são o sujeito, ou agente da Linguagem. *Am*, por ex., *Tem*, e *Ouv* servem de outros tantos adjectivos, equivalentes aos verbaes *Am-ante*, *Tem-ente*, *Ouv-inte*. **Esta parte radical e adjectiva he sempre a mesma e invariável em todos os tempos do verbo; porque exprime a mesma qualidade, que elle constantemente desde o principio até o fim enuncia, das pessoas, que fazem na oração. A segunda porém, que he a terminação em *ar*, ou *er*, ou *ir*, na qual está toda a força do verbo substantivo, e que, se pode dizer, he o mesmo verbo transformado; esta varia de continuo, e toma, como elle, todos as fórmulas necessarias para exprimir a coexistencia da dicta qualidade nas pessoas, de quem a enuncia por differenres modos, e com relação a certos tempos, numero, e qualidade das mesmas pessoas.** Na primeira parte pois do verbo adjectivo he que consiste toda a sua propriedade, pertencendo todo o resto ao verbo substantivo, do qual he huma redução e expressão abbreviada. (Soares Barbosa 1822:239-240).

Assim, o gramático português apresenta duas maneiras de se analisar o verbo adjetivo, a primeira é pelo método tradicional, isto é, *amar é ser amante*, e outra é pela construção morfológica, em que o verbo substantivo é representado pela terminação do verbo, sua desinência. Esse segundo tipo de análise é bastante similar àquele de Becker e Mason, pois está focado na língua manifestada, em vez de uma projeção subjacente. Esse tipo de análise foi usado também por diversos gramáticos brasileiros, como veremos adiante, no capítulo 4.

Para finalizar nossa síntese histórica, apresentamos a maneira como o grande fundador do que viria a se chamar método histórico-comparativo apresentou análises que consideravam o ‘verbo substantivo’. Franz Bopp, em *Analytical Comparion* (1820), de acordo com Graffi (2001) define verbo como “aquela parte do discurso pela qual o sujeito é conectado com seu atributo”⁴³. Bopp também analisa algumas formas verbais das línguas Indo-Europeias baseando-se em assunções gerais, como no trecho “o verbo latino, *dat*, expressa a proposição, he gives [ele dá], ou he is giving [ele está dando]: a letra *t*, que indica o a terceira pessoa, é o sujeito, *da* expressa o atributo de dar, e a cópula gramática é entendida”⁴⁴. No entanto, de acordo com Graffi (2001) o ‘verbo substantivo’ já não

⁴³ Tradução nossa do inglês. Original: “that part of speech, by which a subject is connected with its attribute” (Bopp 1820:13[1989:22] *Apud* Graffi 2001:76)

⁴⁴ Tradução nossa do inglês. Original: “The Latin verb, *dat*, expresses the proposition, he gives, or he is giving: the letter *t*, indicating the third person, is the subject, *da* expresses the attribute of giving, and the grammatical *copula* is understood.” (Bopp 1820:14[1989:23] *Apud* Graffi 2001:76).

aparece com tanta relevância em publicações posteriores do autor, como no *Vergleichende Grammatik* (Bopp 1857-1861; a primeira edição é de 1833-1852). Isso mostra que era natural naquele momento haver certa hesitação em deixar esse modelo de análise, a qual só era realizada depois de alguma maturação no estudo dos dados.

Em suma, pudemos ver nessa breve síntese histórica, a qual ainda tem muitas lacunas a serem preenchidas, que além do ‘verbo substantivo’ não ser um *conceito* estático nem recente, ele obteve um grande impacto nas análises linguísticas de diversas obras posteriores à publicação da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal, fossem elas de diferentes tradições. No século XIX, como vimos, passa a haver, paulatinamente, certa hesitação ao utilizá-lo, fazendo com que ele perca o papel de prestígio que obteve por quase dois séculos. O *conceito* deixa de ser a parte principal da oração e torna-se uma mera parte morfológica dos verbos, não sendo mais o verbo primitivo e único. A gramaticografia brasileira nasce no momento em que essas questões estão surgindo no ocidente, ela absorve, ao longo desse século, parte dessas hesitações ao mesmo tempo em que cria outras, mais específicas da língua portuguesa. Nosso trabalho procurou observar atentamente como essa tradição nacional, no seu primeiro século de vida, tratou esse *conceito*.

1.4.2. Relações do ‘verbo substantivo’ com outros *conceitos* na tradição da *grammaire générale*

Nossa hipótese de que pode haver uma *rede conceitual* em torno do *conceito* de ‘verbo substantivo’ na produção gramatical brasileira do século XIX, isto é, que outros *conceitos* da gramática poderiam estar relacionados ao ‘verbo substantivo’, é baseada em relações que esse *conceito* mantém na tradição da *grammaire générale*. Seleccionamos quatro aspectos do tratamento de línguas que poderiam ter alguma relação com o ‘verbo substantivo’: (1) *conceito de gramática e de linguagem*; (2) *conceitos de metaclasses e classes de palavras*; (3) *conceitos de modificadores do nome*; (4) *conceito de verbo*; (5) *conceitos de oração/sentença/proposição e de seus elementos*.

As relações (4) e (5) parecem mais óbvias, por duas razões: se o ‘verbo substantivo’ costuma ser uma *espécie* de ‘verbo’, ele tem já uma relação de *inclusão* em relação ao ‘verbo’. No entanto, observamos também em que medida o ‘verbo substantivo’ trava relações com os *conceitos* de outras *espécies* de ‘verbo’, como ‘transitivo’, ‘ativo’, ‘impessoal’ etc. Quanto à ‘proposição’, ‘sentença’ ou ‘oração’, a relação primeira estaria

na assunção de que esta é tripartite, e que o nó que une o ‘sujeito’ ao ‘atributo’ é justamente o ‘verbo substantivo’. Entretanto, nossa busca vai além, procuramos ver em que medida as partes da ‘proposição’, sua organização (seja por meio de *conceitos* como ‘casos’, ‘complementos’, ‘funções’), e as outras diversas espécies de ‘proposição’ têm alguma relação com o ‘verbo substantivo’. Nessa busca, chegamos a um *conceito* de linguagem e de gramática (1), porque as conexões entre ‘verbo substantivo’ e os conceitos supracitados se dá, em geral, porque se considera que os dados linguísticos devem ser analisados por meio de processos subjacentes, os quais são iguais ou similares a aspectos da lógica e acontecem em qualquer língua, é isso, afinal, que possibilita a existência de uma *gramática geral* naquele momento. Tendo em conta essa noção de linguagem, observamos como os autores tratavam da distinção entre *classes* de palavras e a eventual assunção de *metaclasses* que justificasse essa divisão (2), observando, sobretudo, se essa justificativa se dava com base numa concepção de linguagem que considerasse o pensamento ou uma linguagem subjacente, e em que *metaclassse* está o *conceito* de ‘verbo’ – em alguns casos, ele está numa *metaclassse* de relação, conjunção ou julgamento, por exemplo. Finalmente, observamos os *conceitos* dos *modificadores do nome* (2), analisando primeiramente a organização feita deles pelos gramáticos em termos de *classes de palavras*, em seguida, analisamos em que medida os autores utilizam os conceitos, originalmente da *Logique de Port-Royal*, da oposição entre ‘intensão’ e ‘extensão’, e, igualmente da oposição apresentada em ‘termos complexos’ (que contêm mais de uma ideia) entre ‘determinação’ e ‘explicação’ – ou mesmo a classificação posterior à *Logique* entre, primeiramente, ‘determinação’ e ‘qualificação’, sendo este último dividido em ‘explicação’ e ‘restrição’ – e observamos em que medida esses conceitos têm efeito não apenas para os *modificadores do nome*, mas também na distribuição das *espécies* de ‘proposição’, o que em geral se dava na distinção de duas *espécies* de ‘proposição incidente’, dado que os ‘termos complexos’ seriam, em verdade, ‘proposições incidentes’ (il.: O deus invisível criou o mundo invisível = O deus *que é* invisível criou o mundo *que é* visível). Consideramos que tal paralelismo configura *base teórica comum* em relação à assunção do ‘verbo substantivo’, visto que ambos não apenas consideram uma linguagem subjacente que pode ser elíptica na linguagem manifestada, mas também trabalham com conceitos lógicos (‘cópula’, ‘intensão’, ‘extensão’). Essa seria uma visão geral de uma *rede conceitual* idealizada e hipotética; adiante observamos aspectos de diversas obras da tradição da *grammaire générale*.

Uma importante novidade trazida pela GGR-PR (1660) foi de, considerando a linguagem uma expressão do pensamento, colocar a ‘proposição’ no centro do estudo da gramática e de considerá-la ponto de partida da análise gramatical, em detrimento da palavra e, conseqüentemente, das classes de palavras, (Bouard 2007, Chevalier 1968). Segundo Bouard (2007) é esse protagonismo da ‘proposição’ o que mantém a homogeneidade da tradição da *Grammaire Générale*, que tem cerca de duzentos anos de existência. Assim, nessa tradição, mesmo a definição das partes do discurso estavam baseadas na proposição ou, ao menos, nos aspectos do pensamento que levavam à ‘proposição’ (Raby 2000).

Como vimos, a GGR-PR adota uma representação da proposição de tipo lógico, isto é, há nela dois termos, o ‘sujeito’ e o ‘atributo’, os quais são conectados pela ‘cópula’, ou o ‘verbo substantivo’, “ser” (em francês “être”), o qual faz parte de todos os outros verbos, denominados ‘adjetivos’. Tal classificação inicial das *espèces* de ‘verbo’ acabou por influenciar, ao longo da tradição, a classificação das outras *espèces* de ‘verbo’, visto que elas eram *subordinadas* ao ‘verbo adjetivo’.

Na *Logique ou l’art de penser* de Port-Royal (1662), Arnauld e Nicole assumem que toda ideia pode ser observada do ponto de vista de sua ‘compreensão’ ou ‘entendimento’. A primeira diz respeito aos atributos específicos daquela ideia, o segundo aos sujeitos a que a ideia convém⁴⁵. Daí surge a Lei de Port-Royal, em que intensão e extensão variam em proporção inversa (Auroux 1993). Na *Logique*, quando duas ideias são unidas (‘termos complexos’ exprimem uma ‘ideia total’⁴⁶), passa a haver dois tipos de adição: uma chamada ‘determinação’, que faz a restrição do extensão e aumento de sua compreensão (il.:les corps transparents; les hommes savants; un animal raisonnable [os corpos transparentes; os homens sábios; um animal racional]); outra chamada ‘explicação’, que nada altera na ‘compreensão’ da ideia, nem o restringe, apenas marca

⁴⁵ “J’appelle *compréhension* de l’idée, les attributs qu’elle enferme en soi, et qu’on ne peut lui ôter sans la détruire; comme la compréhension de l’idée du triangle enferme extension, figure, trois lignes, trois angles, et l’égalité de ces trois angles à deux droits, etc. J’appelle *étendue* de l’idée, les sujets à qui cette idée convient, ce qu’on appelle aussi les inférieurs d’un terme général, qui à leur égard est appelé supérieur, comme l’idée du triangle en général s’étend à toutes les diverses espèces de triangles.” (Arnauld & Nicole 1662 : 52)

⁴⁶ “On joint quelquefois à un terme divers autres termes qui composent dans notre esprit une idée totale, de laquelle il arrive souvent qu’on peut affirmer ou nier ce qu’on ne pourrait pas affirmer ou nier de chacun de ces termes étant séparés ; par exemple, ce son des termes complexes, *un homme prudent, un corps transparent ; Alexandre, fils de Philippe*. Cette addition se fait quelquefois par le pronom relatif, como si je dis : *Un corps qui est transparent ; Alexandre, qui est fils de Philippe ; le pape, qui est vicaire de Jésus-Christ*. Et on peut dire même que si ce relatif n’est pas toujours exprimé, il est toujours en quelque sorte sous-entendu, parce qu’il peut s’exprimer, si l’on veut, sans changer la proposition. Car c’est la même chose de dire, un corps transparent, ou un corps qui est transparent. ” (Arnauld & Nicole 1662 :58)

um atributo que é de todos os elementos que compartilham dessa ideia (il.: l’home (qui est un) animal doué de raison; l’home (qui est) mortel [o homem (que é um) animal dotado de razão]) (cf. Raby 2000).

Posteriormente, Beauzée reformula essas ideias considerando que o ‘entendimento’ ou ‘extensão’ configura o número de indivíduos a que a ideia enunciada por um nome se aplica. Assim, considerando a união de uma ou mais ideias, oporiam-se a ‘qualificação’, que diria respeito à ‘compreensão’, e a ‘determinação’, que diria respeito à ‘extensão’ ou ‘entendimento’. Há, desse ponto de vista, duas espécies de ‘adjetivo’, o ‘qualificativo’, um que modifica a compreensão do nome, e o ‘determinativo’, outro que modifica a extensão do nome, tal como haveria duas espécies de ‘proposição incidente’, também a ‘qualificativa’ e a ‘determinativa’ (Colombat 1992). Noël e Chapsal em sua gramática escolar, acrescenta outra oposição à já realizada inicialmente por Beauzée entre qualificação e determinação, os autores consideram também uma oposição entre os adjetivos que modificam a compreensão do nome e aqueles que não a modificam, o que geral a oposição, interior aos ‘adjetivos qualificativos’ entre ‘explicativos’ e ‘restritivos’. (Colombat 1992). Como veremos mais adiante (cf. capítulo 4), as gramáticas brasileiras variaram entre esses dois últimos modelos, de Beauzée e Noël e Chapsal.

1.5. Sobre as revisões históricas da gramaticografia brasileira do português

Desde o início do século XX, houve revisões históricas da produção gramatical brasileira sobre a língua portuguesa. Descrevemos neste item sete delas, escritas entre 1910 e 2013. A primeira, cronologicamente, é o “Breve retrospecto sobre o ensino da Lingua Portuguesa”, de Maximino Maciel, que é um apêndice da edição de 1910 de sua *Grammatica Descriptiva*. No texto, o autor, que escreveu duas gramáticas no final do século anterior, a *Grammatica Analytica* de 1887 ([152]⁴⁷) e a *Grammatica Descriptiva* de 1894 ([188]), relata a transição por que passavam os estudos da língua portuguesa no Brasil e em Portugal no final do século XIX⁴⁸. Para tanto, ele opõe dois grupos de gramáticos, aqueles que utilizavam o modelo antigo, como Sotero dos Reis, Freire da

⁴⁷ Esses números entre colchetes e, por vezes, também entre parêntesis correspondem à numeração dada às 216 gramáticas que encontramos em nosso levantamento exaustivo, sendo 12 delas *sem data*. Elas são numeradas primeiramente, por ordem cronológica, e, secundariamente, por ordem alfabética de sobrenome do autor (cf. apêndice A).

⁴⁸ É interessante notar que desde a publicação de sua primeira gramática, em 1887, o autor já procurava traçar um relato do que acontecia, como veremos na análise do item 3.2. Na Ficha Descritiva 12 podemos ver isso no trecho introdutório à obra (cf. Apêndice B).

Silva, Soares Passos, Grivet, Costa Duarte, Ibirapitanga, Massa, Carneiro Ribeiro, e outros que utilizariam um modelo mais recente para análise gramatical, o qual ele denominada de “criterio philologico, o methodo historico comparativo, applicado á aprendizagem das linguas, com especialidade ao da vernacula” (Maciel 1918[1910]:441), seriam Julio Ribeiro, que teria estreado esse novo método, Fausto Barreto, Hemeterio dos Santos, Alfredo Gomes, Silvio de Almeida, João Ribeiro, Pacheco Junior, Lameira de Andrade, Said Ali, Boscoli, Veríssimo Vieira, Vicente de Souza, Paranhos de Macedo, Aureliano Pimentel, entre outros.

Ressalta, porém, que ainda que Julio Ribeiro tenha sido o primeiro a trazer essa orientação para o Brasil ao publicar sua *Grammatica Portuguesa* em 1881, o autor apressou-se, pois apresenta um conteúdo que, por ainda não ter sido completamente assimilado, é ora obscuro, ora mera adaptação de teorias estrangeiras à língua portuguesa. Um momento mais propício para essa mudança se deu, segundo Maciel, em 1887, quando é escrito o Programa de Estudos para exames preparatórios do prestigiado Colégio Pedro II, da capital – que teve, porém, influência em escolas de todo o país. Assim o descreve o autor “assignalou nova época na docencia das linguas e, quanto á vernacula, a emancipava das retrogradadas doutrinas dos autores portuguezes [...] houve, pois, com a publicação do programma de 1887, uma como Renascença dos estudos da língua vernacula” (Maciel 1918 [1910]: 444, 446). Neste ano, diz Maciel, foram publicadas quatro obras a fim de preecher os requisitos do programa e servir de manual aos alunos, são elas as gramáticas de Pacheco e Lameira, João Ribeiro, Gomes e Maciel.

Outra revisão histórica importante do período é o artigo “A Filologia Portuguesa no Brasil (Esboço Historico)” de Antenor Nascentes (1939). O autor menciona o texto de 1910 de Maciel, demonstrando estar ciente dele. Entretanto, Nascentes traz uma proposta diferente, ele deseja fazer uma periodização da produção linguística brasileira do século XVI até a data em que escreve o texto. Assim ele define três períodos:

O primeiro, a que chamemos embrionario, vai dos tempos em começou a cultura brasileira até 1835, data da publicação do “Compendio da grammatica da lingua nacional” (sic), de Antonio Alvares Pereira Coruja. O segundo, a que podemos dar o nome de empirico, vai de 1835 a 1881, data da publicação da “Gramatica Portuguesa” de Julio Ribeiro. O terceiro, que se pode apelar de gramatical, vai de 1881 a 1939, ano da fundação da Faculdade Nacional de Filosofica da Universidade do Brasil. (Nascentes 1939: 22)

O primeiro período obedece, segundo Nascentes, exclusivamente a orientação portuguesa, seria só depois da independência do país que esse cenário se modificaria.

Nascentes ainda justifica que deixou de lado o *Epitome da Gramatica Portuguesa*⁴⁹ do brasileiro Antonio Morais Silva ([1]) porque, apesar da nacionalidade do autor, o texto seria, rigorosamente falando, português, já que não se deteria em apresentar as diferenças do falar brasileiro⁵⁰.

O segundo período é iniciado com a publicação do *Compendio* de Coruja ([16]). Outras gramáticas do período são o *Compendio da gramatica filosofica da lingua portuguesa*, de Costa Duarte ([19][33]), o *Resumo da gramatica portuguesa* de 1855, de José Alexandre Passos ([37]), *Novo sistema de estudar a gramatica portuguesa por meio da memoria, inteligencia e analise* de 1862, de Ortiz e Pardal ([54]), as *Postilas de gramatica geral aplicada à linguistica portuguesa pela analise dos classicos*, de 1865 ([59]⁵¹), e a *Gramatica Portuguesa* de 1866 de Sotero dos Reis ([75]), a terceira edição da *Gramatica Portuguesa* de Augusto Freire da Silva ([111]), a *Gramatica portuguesa filosofica* ([120]) e os *Serões Gramaticais* de Ernesto Carneiro Ribeiro ([170]).

Finalmente, o terceiro período é iniciado pela publicação da *Gramatica Portuguesa* de Julio Ribeiro, em 1881 ([123]). Nascentes afirma que o autor se norteava por novos métodos, cita tanto trechos do prefácio à segunda edição da gramática do autor (para mais detalhes, cf. FD 10, Apêndice B), que ressaltam suas inovações em relação ao que havia antes na gramaticografia brasileira, quanto trechos de críticas a Ribeiro do texto de 1910 de Maciel. Outras gramáticas desse período são *Nova Gramatica Analitica da Lingua Portuguesa* de 1881, de Adrian Olivier Grivet ([120]) – lembra que o autor havia já publicado uma obra menor, nomeada *Pequena gramatica da lingua portuguesa*, de 1865 ([71]) –, os *Principios de gramatica historica e comparada*, de 1883, de Costa e Cunha ([134]). Menciona o Programa de Estudos para exames do Colégio Pedro II, de 1887, e cita, mais uma vez, o texto de Maciel, em que este lembra das gramáticas

⁴⁹ A grafia para os títulos das obras citadas refere-se àquela utilizada no texto referido, por isso, pode variar. No apêndice A, apresentamos os títulos das gramáticas com a grafia que têm: na sua própria capa, nos catálogos de biblioteca, no texto em que tivemos conhecimento delas (que, em geral, são os dicionários bio-bibliográficos de Sacramento Blake).

⁵⁰ Estudos mais recentes, porém, observam, por um lado, que Morais Silva apresenta um dado de português ao qual ele se refere como “próprio das colônias”, e, por outro, que a tendência de descrever dados de um português próprio do Brasil em oposição ao de Portugal apresenta-se na gramaticografia apenas nas duas últimas décadas do século XIX (cf. Vidal Neto 2008; Polachini 2013; Coelho, Danna & Polachini 2014; Coelho & Danna 2015; Polachini & Danna 2016). Entretanto, anteriormente foram publicadas listas de palavras, dicionários e mesmo ensaios a respeito da diferença entre os falares (cf. Pinto 1978; Coelho 2008). Considerando que Nascentes não se baseia somente na gramaticografia para fazer sua periodização, mas cita também trabalhos como “Coleção de vocabulos e frases usados na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul” de Coruja (1852) e o Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionario da lingua portuguesa” de Brás da Costa Rubim (cf. Nascentes 1939: 23-24).

⁵¹ Não conhecemos a edição de 1865, portanto a referência numérica é da primeira edição, de 1862 (Cf. Apêndice A).

publicadas a fim de servir de manual para os alunos, as quais são de Pacheco e Lameira, João Ribeiro, Gomes e Maciel que, de acordo com Nascentes, foi reeditada em 1894, com o nome *Grammatica Descritiva* ([188]) – tivemos acesso a uma segunda edição de 1895, porém. Finalmente, a última gramática do século XIX que o autor cita é a *Grammatica Analitica da Lingua Portuguesa*, do Padre José de Noronha Napoles Massa, de 1888 ([161]).

Observemos adiante a lista de gramáticas oitocentistas apresentadas por Ataliba T. de Castilho (1962) em seu texto “Estudos Lingüísticos no Brasil”. Os estudos lingüísticos brasileiros, segundo o autor, teriam dois períodos, um dos séculos de colônia até a década de 1930, quando são fundadas as Faculdades de Filosofia de São Paulo (1934) e do Rio de Janeiro (1939) e outro período daí até 1962, data de publicação do artigo, assim, as gramáticas do século XIX estão num mesmo período. As gramáticas por ele citadas são: *Compêndio da gramática da língua nacional*, de Coruja (1835, [16]); *Compêndio de gramática filosófica da língua portuguesa*, de Costa Duarte (1836⁵², [19]); *Resumo de gramática portuguesa*, José A. Passos (1855, [37]); *Novo sistema de estudar a gramática portuguesa por meio da memória, inteligência e análise*, de Ortiz e Pardal (1862, [54]); *Postilas de gramática geral aplicada à linguagem portuguesa pela análise dos clássicos* (1862, [59]) e *Gramática Portuguesa* (1865⁵³, [75]), de Francisco Sotero dos Reis; *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1878, [108]), de M. Pacheco da Silva Jr; *Compêndio de Gramática Portuguesa* (1875, [96]), Augusto Freire da Silva; *Gramática portuguesa filosófica* (1879⁵⁴, [111]) e *Serões Gramaticais* (1890, [170]), de Ernesto Carneiro Ribeiro; *Gramática Portuguesa* Julio Ribeiro (1881, [123]), que, segundo Castilho, “revolucionou o estudo da língua entre nós”; *Nova gramática analítica da língua portuguesa* (1881, [120]) e *Pequena Gramática da língua portuguesa* (1865, [71]), de Charles O. A. Grivet; *Princípios de gramática histórica e comparada* (1883, [134]), de A. Estêvão da Costa e Cunha; *Gramática Analítica* (1887, [152]) e *Gramática Descritiva* (1894, [188]), “refusão da primeira”, de Maximino Maciel; *Gramática analítica da língua portuguesa* (1888, [161]), de Pe. José de N. N. Massa.

⁵² Não conhecemos uma edição de 1836, por isso, apresentamos a referência numérica da edição de 1840 (cf. Apêndice A).

⁵³ Não conhecemos uma edição de 1865, por isso, apresentamos a referência numérica da edição de 1866 (cf. Apêndice A).

⁵⁴ A obra de 1879 de Freire da Silva que conhecemos chama-se “Compêndio da Grammatica Portugueza” (cf. Apêndice A).

Passamos agora para o artigo “Os estudos filológicos no Brasil”, de Sílvio Elia, publicado em 1975. O autor inicia o texto trazendo a periodização de Nascentes (1939) para em seguida apresentar os dois períodos de que vai tratar “1.º *vernaculista*: de 1820 (data aproximada da nossa independência política) a 1880 (data aproximada da publicação da *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro); 2.º: *científico*, daí até 1960.” (Elia 1975:117). A respeito do período vernaculista, Elia ressalta o chamado “Grupo Maranhense”, que composto por Sotero dos Reis, de quem ele cita as seguintes gramáticas *Postilas de Gramática Geral Aplicada à Língua Portuguesa pela Análise dos Clássicos* (1862, [59]); *Gramática Portuguesa* (1886⁵⁵ [75]). Cita também desse período os *Serões Grammaticaes* de Ernesto Carneiro Ribeiro, de 1890 ([171]). O período científico, de acordo com Elia, pode ser dividido em duas fases, um que vai de 1880 a 1900 e outro de 1900 a 1960. Observemos as gramáticas que são citadas como parte do primeiro período. Começa com a *Gramática Portuguesa* de Julio Ribeiro (1881, [123]) cuja forma definitiva seria a segunda edição (1884⁵⁶, [142]). Em seguida, menciona as críticas de Maciel à gramática de Ribeiro, lembrando também do seu mérito de trazer a nova orientação. Outras gramáticas do período são a *Nova Gramática Analítica da Língua Portuguesa* de 1881 ([120]), de Charles Grivet, que seria uma refundição de sua *Gramática Analítica da Língua Portuguesa* de 1865 ([71]); *Princípios de Gramática Histórica e Comparada*, de Costa e Cunha ([134]). Elia comenta o Programa de Exames do Colégio Pedro II, considerando-o um importante acontecimento, lembrando que João Ribeiro, Pacheco e Lameira e Alfredo Gomes escreveram gramáticas de acordo com ele, tal como é a *Gramática Analítica* de Maciel ([152]), que seria refundida e publicada com novo título *Gramática Descritiva da Língua Portuguesa* em 1895 ([188]).

No artigo “Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos no Brasil”, Ricardo Cavaliere inicia o texto expondo e discutindo as periodizações de Nascentes (1939) e Elia (1975), para em seguida lançar a sua, que é composta por três períodos. O primeiro chama-se embrionário e vai “das origens até 1802” (Cavaliere 2001:56). Não há gramáticas do português escritas nesse período no Brasil, embora haja aquelas de línguas indígenas, o autor cita, por exemplo, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta (1595). O próximo período, denominado racionalista, por

⁵⁵ Há duas possibilidades para essa data: há uma edição de 1886 que desconhecemos, houve um erro de digitação e o autor se refere à primeira edição da “*Grammatica Portugueza*” de Sotero dos Reis, de 1866 ([75]).

⁵⁶ Não conhecemos uma edição de 1884, acreditamos que o autor fale da que conhecemos de 1885 (cf. Apêndice A).

conta da influência da *grammaire générale*, inicia-se em 1802 com a publicação do *Epítome da grammatica portugueza*, de Antonio Morais Silva ([1]), e vai até em 1881. O autor menciona as seguintes gramáticas como parte desse período: *Grammatica Analytica da lingua portugueza de 1865* ([71]), de Grivet; a *Grammatica portugueza* de Sotero dos Reis, da qual ele indica a terceira edição, de 1877 ([106]). O período seguinte, denominado “científico” vai de 1881 a 1941 e tem influências do método histórico-comparativo. Esse período se inicia com a publicação da *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro, em 1881. Cavaliere o divide em duas fases, uma fundadora, que vai até o primeiro decênio do século XX e outra legatária que vai até a década de 1940. A respeito da primeira fase, o autor menciona o nome dos seguintes gramáticos oitocentistas Maximino Maciel, Pacheco da Silva Júnior, Lameira Andrade, Alfredo Gomes. Cita ainda Ernesto Carneiro Ribeiro como autor que por um período esteve mais próximo do racionalismo para posteriormente se aproximar do cientificismo.

Nas atas do *Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas no Mundo Lusófono (17 a 21 de julho de 2000)*, publicado em 2002, encontramos o artigo de Leodegário A. de Azevedo Filho “Os estudos filológicos e lingüísticos no Brasil – uma tentativa de periodização”, no qual o autor apresenta cinco períodos: o primeiro diz respeito ao tratamento de línguas indígenas em contato com o português e corresponde ao século XVI; o segundo é dado como período de imitação da gramática portuguesa, abarca os séculos XVII e XVIII; o terceiro período é o de purismo e diferenciação idiomática e compreende o século XIX; o quarto período, também ocorrido no século XIX, chama-se período vernaculista e de diferenciação idiomática; finalmente, o último período, nomeado de filológico e linguístico, compreende o século XX. Azevedo Filho cita gramáticas brasileiras oitocentistas do português em quatro diferentes períodos, o *Epítome da gramática portuguesa* que foi acabado pelo autor em Pernambuco em 1802 ([1]) é colocado dentro do segundo período, pois “não examina as diferenças já existentes entre a fala brasileira e a fala portuguesa” (Azevedo Filho 2002:163) e não estava ainda “liberta” dos princípios da gramática filosófica.

O *Compêndio da gramática da língua nacional* de Antônio Álvares Pereira Coruja, publicado em 1835 ([16]), inicia o terceiro período, porque, segundo Azevedo Filho, já havia centro interesse pelos problemas da língua portuguesa no Brasil, dado que o mesmo Coruja publica em 1856 o artigo *Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cita também como sendo desse período a *Gramática Filosófica da língua portuguesa* de Costa Duarte (sem explicitar a data de

publicação – possivelmente [19]), afirmando que não teria ainda havido a “libertação dos estudos gramaticais da filosofia e da lógica” (Azevedo Filho 2002:165). Outras gramáticas desse período são: as *Postilas de gramática geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos*, publicada em São Luís, em 1852 ([59])⁵⁷, e a *Gramáticas portuguesa acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de imediata aplicação prática*, publicada em São Luís, em 1866, ambas de Francisco Sotero dos Reis, e a *Gramática portuguesa filosófica* de Ernesto Carneiro Ribeiro, de 1879 ([120])⁵⁸.

No terceiro período, denominado vernaculista e de evolucionismo linguístico, em que era “superado” o “velho logicismo gramatical em nome de princípios evolucionistas” (Azevedo Filho 2002:169), está a *Gramática Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, publicada inicialmente em 1881, mas sua forma definitiva é de 1884⁵⁹ ([123], [142]). São desse período também: a *Nova gramática analítica da língua portuguesa* do suíço Charles Grivet, de 1881, que é refundição de sua *Gramática analítica da língua portuguesa*, publicada em 1865 ([120], [71]); os *Princípios de gramática histórica e comparada* de Costa e Cunha, publicado em 1883 ([134]); as gramáticas de João Ribeiro, Pacheco e Lameira e Alfredo Gomes, as quais são baseadas no programa das línguas para os exames gerais e preparatórios escritos por Fausto Barreto em 1887; a *Gramática Descritiva* de Maximino Maciel de 1904⁶⁰; a *Gramática da língua portuguesa*, do Padre José de Noronha Massa, de 1888 ([161]); e, finalmente, os *Serões Gramaticais* publicado em 1890 ([170]) por Ernesto Carneiro Ribeiro.

A tese de Parreira *Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX*, defendida em 2011 na Universidade de Salamanca, Espanha, apresenta a análise⁶¹ de quatro gramáticas oitocentistas, as quais a autora considera inovadoras teórica ou metodologicamente. São elas: o *Epítome da Grammatica Portugueza* de Antonio Morais Silva, de 1806, publicado no Rio de Janeiro ([1]); a *Grammatica Portugueza*⁶² de Augusto Freire da Silva, de 1875, publicada no Maranhão, que teve 8 edições, segundo a autora

⁵⁷ Consideramos que sua primeira edição é de 1862, não de 1852 (cf. Apêndice A).

⁵⁸ Consideramos que essa gramática foi publicada ou em 1877 ou em 1881, pois a edição a que tivemos acesso tem duas folhas de rosto, cada uma com um ano de publicação diferente (cf. Apêndice A).

⁵⁹ Não conhecemos uma edição de 1884, acreditamos que o autor fale da que conhecemos de 1885 (cf. Apêndice A).

⁶⁰ Consideramos em nosso levantamento de obras (Cf. Apêndice I A) apenas obras publicadas durante o século XIX, assim temos nele apenas duas edições da *Gramática* de Maciel (1887 [149]; 1895 [183]).

⁶¹ Baseada, segundo ela, em outros trabalhos como Gómez Asencio (1981), Calero Vaquera (1986) e García Folgado (2005), entre outros.

⁶² Conhecemos apenas os “Compendios da grammatica portugueza” ([96], [112], [136], [144], [175]) de Freire da Silva, não há uma “gramática”.

([96]); a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro, publicada em 1881 em São Paulo, que teve 11 edições ([123]); e, finalmente, a *Grammatica Descriptiva* de Maximino Maciel, publicada em 1894⁶³ no Rio de Janeiro e que chegou a ter 11 edições, de acordo com Parreira, ([188]).

Ademais, a autora apresenta um quadro com outras dezessete gramáticas brasileiras do português, as quais não teriam promovido grandes mudanças. São elas: *Breve Compendio de Grammatica Portugueza*, de Frei J. do Amor divino Caneca, de 1817, Salvador ([100]⁶⁴); *Compendio de Grammatica Portugueza* de Antonio da Costa Duarte, publicado em 1829 no Maranhão, 6 edições ([10]); *Compendio da Grammatica da Língua Nacional* de Antonio Álvares Pereira Coruja, publicado em 1835 em Porto Alegre, do qual a autora conhece duas edições ([16]); *Breve Compendio de Grammatica Portugueza*, de Salvador Henrique de Albuquerque, de 1844, Recife, 2 edições ([25]); *Compendio de Grammatica Portugueza pelo methodo analytico*, de José Alexandre Passos, publicada em 1848, no Rio de Janeiro ([28]); *Compendio de Grammatica Portugueza*, de Policarpo José Dias da Cruz, de 1859, Rio de Janeiro, 4 edições ([45]⁶⁵); *Compendio de Grammatica Philosophica* de Manoel Soares da Silva Bezerra, de 1861, Ceará ([49]); *Grammatica Portugueza* de Francisco Sotero dos Reis, 1865, Maranhão ([75]⁶⁶); *Nova Grammatica Anaycticica da Lingua Portugueza* de Charles Adrien Olivier Grivet, de 1865, Rio de Janeiro ([71]); *Compendio de Grammatica da Lingua Portugueza* de Laurindo José da Silva Rabelo, Rio de Janeiro, 1872 ([88]); *Principios de Grammatica Historica e Comparada* de A. Estevão da Costa e Cunha, de 1883 ([134]); *Grammatica da Lingua Portugueza* de Pacheco da Silva Jr. & Lameira de Andrade, de 1887, Rio de Janeiro, 2 edições ([153]); *Grammatica Portugueza* de Alfredo Gomes, 1887, Rio de Janeiro, 15 edições ([151]); *Grammatica Portugueza* de João Ribeiro, 1887, Rio de Janeiro, 25 edições ([154]); e, finalmente, *Serões Grammaticaes* de Ernesto Carneiro Ribeiro, 1890, Bahia, 6 edições ([170]).

Finalmente, o último estudo que consideramos é a dissertação de mestrado *O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX: estudo historiográfico* de Polachini, defendida na Universidade de São Paulo em 2013. Nela, baseando-se nas

⁶³ Não conhecemos uma edição de 1894, acreditamos que a autora fale da que conhecemos de 1895 (cf. Apêndice A).

⁶⁴ A qual, embora tenha sido escrita nos anos 1810, é publicada apenas em 1876.

⁶⁵ Conhecemos obra de título diferente de mesmo autor e mesmo ano “Postillas da grammatica portuguesa” (cf. Apêndice A).

⁶⁶ O ano da edição que conhecemos é 1866 (cf. Apêndice A).

periodizações anterior, procuramos primeiramente expandir o quadro de Parreira, e fazer uma análise de continuidades e descontinuidades de seis gramáticas do período baseando-nos na metodologia de capas de Swiggers (2014)⁶⁷. Observamos as gramáticas que foram consideradas pontos de ruptura nas periodizações anteriores a fim de testar a metodologia de Swiggers e contribuir com a história dessa gramaticografia. Assim, analisamos o *Epitome da Grammatica Portugueza*, de Antônio Morais Silva, publicada em 1806 ([1]); a nova edição do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* de Antônio Álvares Pereira Coruja, de 1873, publicada no Rio de Janeiro ([92]) – a primeira edição da obra, à qual não tivemos acesso então, é de 1835 e foi publicada em Porto Alegre ([16]); a *Grammatica Portugueza* de Francisco Sotero dos Reis, de 1866, Maranhão ([75]); o *Breve Compendio da Grammatica Portugueza* publicado em 1875 no Maranhão, de Augusto Freire da Silva ([96]); a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, em São Paulo ([123]); e, finalmente, a *Grammatica Descriptiva* de Maximino de Araújo Maciel, publicada em 1902 no Rio de Janeiro, que tinha edição anterior (à qual não tivemos acesso então) de 1895 ([188]), Rio de Janeiro.

Ademais, inspirados pelo trabalho de Parreira, fizemos um quadro similar ao da autora a fim de apresentar as gramáticas de que tínhamos conhecimento. Além das já expostas por ela, acrescentamos nove obras, a saber: *Resumo da Grammatica Portugueza*, de 1855, de José Alexandre Passos ([37]); *Novo sistema de estudar a grammatica portugueza por meio da memoria, intelligencia e analyse*, de Ortiz e Pardal, 1862 ([54]); *Postillas de Grammatica Geral Aplicada à languagegem portuguesa pela analyse dos classicos* de Sotero dos Reis, 1862, Maranhão ([59]); *Grammatica Portugueza Philosophica*, de Ernesto Carneiro Ribeiro, publicada em 1881, na Bahia ([120]); a *Nova gramática analítica da língua portuguesa* de Charles Adrian Grivet, publicada em 1881 no Rio de Janeiro ([120]); *Grammatica analytica da lingua portugueza, composta e offerecida aos brasileiros*, de José de Noronha Nápoles Massa, publicada no Rio de Janeiro, em 1888 ([161]); *Primeira Grammatica da Infância e Segunda Gramática da*

⁶⁷ “Na análise da *capa teórica*, correspondente a visão global da linguagem e concepção das tarefas e do estatuto dos estudos linguísticos, foram analisados os termos ‘gramática’, ‘língua’ e ‘linguagem’. Na análise da *capa técnica*, relativa a técnicas de análise e métodos de apresentação dos dados, abordaram-se termos da seção de tratamento da sintaxe das obras presentes em seis temas: a definição mesma de ‘sintaxe’, ‘sentença’ e seus membros, ‘concordância’, ‘hierarquia dos itens da sentença’, ‘sintaxe figurada’ e ‘vícios’. Já a *capa documental*, definida por Swiggers como a documentação linguística e filológica (número de línguas, tipos de fontes de dados, por exemplo) sobre o qual se baseia o estudo linguístico, permitiu a análise dos dados linguísticos eleitos como exemplos nas gramáticas e um exame, ainda que tangencial, das formas de incorporação do português do Brasil a esses trabalhos. Por fim, a *capa contextual* ensejou a exploração de elementos *externos* que tiveram algum impacto sobre o tratamento da sintaxe nas obras selecionadas.” (Polachini 2013:5)

Infância, de Francisco Ferreira de Vilhena Alves, de 1897, Pará ([194]); *Grammatica da lingua portugueza* de Zillah do Paço Mattoso Maia, de 1899, Rio de Janeiro ([203]); e, finalmente, a *Grammatica Portugueza* de José Ventura Boscoli, cuja segunda edição foi publicada em 1899 no Rio de Janeiro ([201]). Ademais, modificamos alguns dados expostos por Parreira (2011). A data de publicação do compêndio de Frei Caneca é 1876 ([100]), embora tenha de fato sido escrito entre 1817 e 1819, a gramática de Freire da Silva publicada em 1875 ([96]) chama-se *Compendio da Grammatica Portugueza*.

Vistas em detalhes as revisões históricas, adiante apresentamos um quadro síntese das obras e autores citados pelas por elas com o número correspondente da lista que apresentamos no apêndice A.

Autor	M. 1910	N. 1939	C. 1962	E. 1975	C. 2001	A. F. 2002	P. 2011	P. 2013
Moraes Silva		[1]			[1]	[1]	[1]	[1]
Costa Duarte	A	[19]	[19]			[19]?	[10]	
Coruja		[16]	[16]			[16]	[16]	[16] [92]
Albuquerque							[21]	[21]
Passos		[37]	[37]			[37]	[28]	[28] [37]
Cruz							[45]	[45]
Bezerra							[49]	[49]
Ortiz e Pardal		[54]	[54]			[54]		[54]
Sotero dos Reis	A	[75]	[59] [75]	[59] [75]	[106]	[59] [75]	[75]	[59] [75]
Ibirapitanga	A							
Grivet	A	[71] [120]	[71] [120]	[71] [120]	[71] [120]	[71] [120]	[120]	[71] [120]
Rabelo							[88]	[88]
Caneca							[100]	[100]
Freire da Silva	A	[111]	[96] [112]				[96]	[96]
Carneiro Ribeiro	A	[120] [170]	[170]	[170]	A	[120] [170]	[170]	[120] [170]
Hemetério dos Santos	A							
(Júlio) Ribeiro	A	[123]	[123]	[123] [142]	[123]	[123] [142]	[123]	[123]
Costa e Cunha		[134]	[134]	[134]		[134]	[134]	[134]
Pacheco	A	A	[108]	A	A	A	[153]	[153]
Lameira	A	A		A	A	A	[153]	[153]
Gomes	A	A		A	A	A	[151]	[151]
(João) Ribeiro	A	A		A	A	A	[154]	[154]
Maciel	A	[152] [188]	[152] [188]	[152] [188]		[188]	[188]	[152] [188]
Massa	A	[161]	[161]			[161]		[161]
Alves								[194]
Maia								[203]
Boscoli	A							[201]
Vieira	A							

Quadro 5. Gramáticas oitocentistas citadas pelas revisões históricas

Observamos que certas gramáticas são frequentemente citadas, como é o caso das seguintes: Coruja (1835, [16]), Sotero dos Reis (1866, [75]), Ribeiro (1881, [123]), Grivet (1865, [71]; 1881, [120]), Maciel (1895, [188]), Carneiro Ribeiro (1890, [170]). Além disso, os autores que seguiram o Programa de Exames de Fausto Barreto são também citados frequentemente, ainda que sem o nome das obras, Pacheco & Lameira (1887, [153]), Ribeiro (1887, [154]), Gomes (1887, [151]). É notável também que grande número das obras que encontramos não são citadas.

Outro ponto dos nove textos analisados a ser ressaltado são as rupturas, em geral epistemológicas, observadas pelos autores, sobretudo aquelas do século XIX. No quadro adiante, apresentamos uma síntese delas.

Period. Textos	Antes do século XIX	Século XIX	
M. 1910		“Modelo antigo” até 1881	“Critério filológico, o método histórico-comparativo” Inicia-se com Ribeiro (1881), que, entretanto, apressou-se (copiou estrangeiros sem assimilá-los). A consolidação se dá em 1887 com Programa de estudos do Pedro II, de Fausto Barreto
N. 1939	1º. Embrionário (1500-1835) Orientação portuguesa – Inclui Morais Silva (1806)	2º Empírico (1835-1881) Inicia-se com Coruja (1835)	3º Gramatical (1881-1939) Inicia-se com Ribeiro (1881), consolida-se com Programa de Estudos de 1887.
C. 1962	Da colônia até 1939		
E. 1975		1º Vernaculista (1820-1880) A data inicial corresponde à independência do Brasil aproximadamente.	2º Científico (1880-1960) Inicia-se com Ribeiro (1881), consolida-se com Programa de Estudos de 1887.
C. 2001	1º Embrionário (Das origens até 1802)	2º Racionalista (1802-1881) Inicia-se com Morais Silva (que finaliza seu Egitome em 1802)	3º Científico (1881-1941) Inicia-se com Ribeiro (1881)
A. F. 2002	1º Tratamento de línguas indígenas em contato com o português (século XVI); 2º Imitação da gramática portuguesa (séculos XVII e XVIII) – Inclui Morais Silva (1802).	3º Purismo e diferenciação idiomática (Século XIX – até 1881) - Pautado pela gramática filosófica e lógica.	4º Vernaculistas e diferenciação idiomática (Século XIX – depois de 1881) - Pautada por princípios evolucionistas. Inicia-se com Ribeiro (1881)
P. 2011		Quatro gramáticos inovadores: Morais Silva (1806)	

		Freire da Silva (1875) Ribeiro (1881) Maciel (1894)	
P. 2013		1ª gramática de LP escrita por brasileiro: Moraes Silva (1806). Gramática baseada na <i>grammaire générale française</i> .	Ruptura gradual com Ribeiro (1881); que é continuada com Maciel (1894). Gramáticas baseadas no método histórico-comparativo.

Quadro 6. Síntese de periodizações realizadas sobre a gramaticografia brasileira oitocentista do português

Exceto por Castilho (1962) todos os autores consideram uma ruptura epistemológica no século XIX. A maior parte deles ressalta o papel de Ribeiro (1881) nessa ruptura, outros ainda incluem o Programa de Estudos do Colégio Pedro II e as gramáticas publicadas em decorrência dele, em 1887. Essa ruptura se deu entre uma gramática denominada, por vezes, filosófica, racionalista, lógica, empírica ou baseada na *grammaire générale*, e uma gramática baseada no método histórico-comparativa, que é, por alguns, denominada científica, vernaculista ou gramatical. Adiante, no Capítulo 2, apresentamos nossa seleção de obras com base, sobretudo, em nossa história serial (Cf. Capítulo 3) e na análise das revisões históricas.

*Poemas apolíticos também são políticos,
e lá em cima a lua já não dá luar.
Ser ou não ser: eis a questão.*

(Wisława Szymborska)

CAPÍTULO 2 | Método

2.1. Levantamento de gramáticas brasileiras do português do século XIX

Como já dissemos no capítulo teórico (cf. item 1.1), definimos a *cobertura* deste trabalho, isto é, o conjunto de recortes referentes à delimitação de um espaço, à periodização e à temática, como sendo o território brasileiro no que diz respeito à nacionalidade (ou naturalização) dos autores tratados; o século XIX como período de publicação das obras; e, por fim, quanto à temática, o tratamento, em gramáticas do português, do conceito de ‘verbo substantivo’ e da rede conceitual formada em torno dele.

Tivemos conhecimento, em nossa busca exaustiva, de 204 gramáticas, das quais, na maior parte, pudemos levantar as informações bibliográficas. Esse levantamento foi feito em catálogos de bibliotecas ou nas menções feitas por fontes secundárias (cf., entre outros, Sacramento Blake 1883-1902). Com esse conjunto de dados bibliográficos, organizamos uma história serial dessa produção.

Das 200, tivemos acesso e pudemos ler a somente quarenta, entre as quais estão as mais frequentemente mencionadas em fontes secundárias (por exemplo: Coruja 1835, [16]⁶⁸; Sotero dos Reis 1866, [75]; Ribeiro 1881, [123]; Grivet 1881, [120]; Maciel 1887, [152], 1895, [188]; Carneiro Ribeiro 1881, [120] 1890, [170]; Pacheco & Lameira 1887, [153]). Também lemos outras pouco ou nada citadas (por exemplo: Bithencourt 1862, [50]; Villeroy 1870, [81]; Rabelo 1872, [88]; Condurú 1888, [157]). Fizemos, dentre essas obras, uma seleção consciente de textos que fossem *representativos* para a tradição estudada, a fim de realizar a análise vertical a respeito do conceito de ‘verbo substantivo’. Chegamos, ao final desse processo, ao número de 18 gramáticas (as quais são, nos critérios do Capítulo 3: 16 *edições*, 2 *reedições*), de 14 autores diferentes, sendo uma obra em coautoria.

Ainda que tivéssemos enfrentado a limitação relativa ao acesso a apenas certas obras⁶⁹, o princípio de nossa seleção era formar um *corpus* representativo da tradição nacional estudada. Assim, a fim de compreender o que de fato era representativo,

⁶⁸ Esses números entre colchetes correspondem à numeração em que cada gramática de que tivemos conhecimento foi colocada em nosso mapeamento. Todas as gramáticas estão em, primeiramente, ordem cronológica de publicação dos textos e, em segundo lugar, ordem alfabética de sobrenome dos autores no Apêndice A.

⁶⁹ Essa limitação se deveu-se, frequentemente, ao fato de que tivemos conhecimento de muitas gramáticas pelo *Dicionário Biobibliográfico* de Sacramento Blake, mas não as encontramos em sebos, arquivos ou bibliotecas.

analisamos os dados contextuais que tínhamos acerca das 204 gramáticas. Tais dados referiam-se aos comentários feitos sobre essas obras por Sacramento Blake (1883-1902) e outras revisões históricas (cf. item 1.5) e a dados catalográficos das obras (por vezes, incompletos). Tendo em conta que muitas das gramáticas que encontramos foram omitidas pelas revisões históricas (cf. item 1.5; capítulo 3), procuramos criar nossa própria revisão e, dado que tínhamos sobretudo dados catalográficos das gramáticas, o que nos proporcionava uma fonte homogênea de dados, escolhemos a metodologia da História Serial para organizar um mapa dessa produção.

2.1.2. A seleção de obras para análise: critérios combinados

A fim de fazer uma seleção consciente das obras analisadas, operamos com critérios contextuais combinados. Certamente, o *prestígio* e *impacto* da obra formam um critério a ser considerado. Procuramos, assim, observar que gramáticas ao longo do século tiveram um grande número reedições, que obras foram adotadas por colégios (de prestígio), quais delas são citadas até hoje em revisões ou periodizações dessa produção (Cf. item 1.5). Além disso, notamos em algumas gramáticas, que não foram necessariamente prestigiosas, *diálogos* com aquelas que tiveram grande impacto; essas foram selecionadas com o objetivo de analisar a maneira como eram lidas e discutidas naquele período as gramáticas mais conhecidas.

Outro critério que tomamos como importante foram as *rupturas* nessa tradição. Dessa forma, num primeiro momento, procuramos observar sua emergência, perguntando-nos como e com que obras surgiu a tradição gramatical brasileira do português. Além da busca por esses marcos iniciais, consideramos que houve também, ao longo do século, uma ruptura retórica e epistemológica (como muitos revisores dessa produção também o fazem; cf. item 1.5; cf. Maciel 1910, Nascentes 1939, Elia 1975, Cavaliere 2001, Azevedo Filho 2002, Parreira 2011, Polachini 2013), a qual culminou, em 1887, na redação de um programa de estudos para o colégio mais importante da capital no período, o Colégio Pedro II, fator que, muito provavelmente, promove a primeira *padronização* da gramaticografia brasileira. Selecionamos, portanto, desse subperíodo, as gramáticas escritas explicitamente de acordo com esse programa. Dados esses critérios combinados (*prestígio; diálogo com outras gramáticas; participação no processo de emergência da gramaticografia brasileira do português; inserção no movimento de ruptura*

característico do final do século e incorporação do Programa de Estudos de Fausto Barreto (padronização)), chegamos à seguinte seleção de dezoito obras gramaticais:

1. 1806 [1]. MORAIS SILVA, Antonio de. *Epitome da grammatica portugueza*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira. 1ª. ed. 165p.
2. 1816 [4]. FORTES. Ignacio Felizardo. *Arte de grammatica portugueza que para uso dos seus discipulos compoz o padre...* Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 2ª ed. 95p.
3. 1829 [10]. COSTA DUARTE, Antonio. *Compendio da grammatica portugueza: para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos*. Maranhão: Typographia Nacional. 1ª ed. 100p.
4. 1835 [16]. CORUJA, Antonio Alvares Pereira Coruja. *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional: dedicado á mocidade rio-grandense*. Porto Alegre: V. F. de Andrade. 1ª ed. 68p.
5. 1859 [44]. COSTA DUARTE, Antonio. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*. Maranhão: Typ. do Frias. 4ª ed. 121p.
6. 1862 [50]. BITHENCOURT, Raymundo Camara. *Grammatica Philosophica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert. 1ª ed. 144p.
7. 1871 [85]. SOTERO DOS REIS, Francisco. *Grammatica Portugueza: accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C. 1ª. 304p.
8. 1873 [92]. CORUJA, Antonio Alvares Pereira Coruja. *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional: dedicado á mocidade rio-grandense*. Rio de Janeiro: Esperança. “Nova edição”. 99p.
9. 1881 [120]. CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Grammatica Portugueza Philosophica*. Bahia: Imprensa Economica. 1ª ed. 447p.
10. 1881 [123]. RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler. 1ª. ed. 298p.
11. 1885 [143]. RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Teixeira & Irmão, Editores. Segunda edição, refundida e muito augmentada. 362p.
12. 1887 [152]. MACIEL, Maximino de Araújo. *Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas, satisfazendo ás condições do actual programma*. Rio de Janeiro: Typ. Central, de Evaristo Rodrigues da Costa. 1ª ed. 215p.

13. 1887 [153]. PACHECO & LAMEIRA, *Noções de grammica portugueza de accordo com o programma official para os exames geraes de preparatorios do corrente anno*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo – Editor. 1ª ed. 537p.
14. 1888 [157]. CONDURÚ, Fillipe Benicio de Oliveira. *Grammatica elementar da lingua portugueza*. São Luiz do Maranhão: Typ. do Paiz. 13ª ed. 103p.
15. 1889 [167]. RIBEIRO, João. *Exames de portuguez – Grammatica Portugueza (3º anno)*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alvez & C. 3ª ed. 302p.
16. 1890 [170]. CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Serões grammicaes ou Nova Grammatica Portugueza*. Bahia: Imprensa Popular. 369p.
17. 1895 [187]. GOMES, Alfredo. *Grammatica Portugueza*. Capital Federal (Rio de Janeiro): J. G. de Azevedo. 6ª ed. 215p.
18. 1895 [188]. MACIEL. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. Capital Federal: Typ. de Paso & C. 2ª ed. 335p.

As gramáticas de Morais Silva (1806) e Fortes (1816) foram selecionadas por serem as primeiras na gramaticografia brasileira do português. Consideramos Morais Silva (1755-1824) um autor cuja gramática pode fazer parte do nosso corpus, e, portanto, como brasileiro⁷⁰, porque, apesar de ter passado um longo período de estudos na Europa, sobretudo em Portugal e na Inglaterra, ele nasceu e morou a maior parte de sua vida no Brasil colônia. Ademais, ao assinar a obra, ele apresenta sua localização como “Engenho Novo de Moribeca em Pernambuco”. Morais Silva foi o primeiro brasileiro a escrever uma gramática da língua portuguesa. Fortes é considerado o primeiro autor brasileiro a publicar sua gramática no Brasil, após a chegada do príncipe regente e da corte portuguesa, e a subsequente implementação de uma imprensa local. Assim, ambos os textos nos ajudam a demarcar o início do processo de emergência da tradição. Além disso, é relevante ressaltar que ambos parecem ter tido também certo prestígio.

Sacramento Blake (1893) assinala que a gramática de Fortes (nascido no último quartel do século XVIII – 1846) teve diversas edições. Além da primeira, de 1810 ([2]), e da segunda, de 1816 ([4]), o autor ainda cita “a terceira, mais correcta e augmentada, de 1825 ([7]); a nona, do 1844 ([23]), igualmente mais correcta e augmentada; a décima segunda de 1851 ([31]); a décima terceira do 1855 ([36]); a décima quarta de 1862 ([53]), todas do Rio de Janeiro” (Sacramento Blake, vol. 3, 264). Entretanto, como já dissemos

⁷⁰ Cavaliere (2001) também argumenta nesse sentido. Alguns autores consideram-no português, como é o caso, por exemplo, de Nascentes (1939) e Pessoa Santos (2010).

anteriormente, sua obra era praticamente desconhecida nos dias de hoje, não tendo sido citada em nenhuma das revisões históricas mencionadas no Capítulo 1 (cf. item 1.5); foi apenas, muito recentemente, incluída em Kemmler (2013). Seleccionamos sua segunda edição por ter sido a única a que tivemos acesso.

Já Moraes Silva é bastante conhecido por conta de seu dicionário da língua portuguesa, cuja primeira edição é de 1789. A segunda, de 1813 ([3]), apresenta o texto do epítome gramatical como um apêndice. Anos depois, em 1824 ([6]), o texto do epítome seria republicado com a supressão do capítulo inicial, chamado “ao leitor”, na *Grammatica Portugueza*. Além disso, em 1832 ([12]), é reescrito em formato de diálogo e publicado em Porto Alegre, sem constar o autor que adaptou a obra a esse formato.

Em suma, ainda que essas gramáticas tenham sido escolhidas sobretudo por participarem da emergência da tradição brasileira de descrição do português, elas também poderiam ser aqui incluídas com base no critério de prestígio.

A *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro (1845-1890), publicada em 1881 em São Paulo, é muito prestigiosa; como vimos no Capítulo 1, ela é citada por todas as revisões históricas, além de ter tido um grande número de reedições (até 1899, foram seis reedições). Isso parece se dar, sobretudo, por ser considerada aquela que promove a transição da influência da gramática geral francesa para a influência do método histórico-comparativo (cf. Maciel 1910, Nascentes 1939, Elia 1975, Cavaliere 2001). Ribeiro é bastante aberto a críticas e sugestões, colocando nas primeiras páginas de sua gramática a seguinte advertência

Peço á crítitica illustrada e hones o que ella não pode recusar – toda a severidade para com esta Grammatica. Não é um orgulho tolo que me leva a fazer tal pedido: é o desejo de melhorar o meu trabalho em bem dos que estudam Portuguez. Dos directores da imprensa espero uma fineza—que me sejam enviados todos os exemplares das suas folhas em que saiam noticias e apreciações desta obra. Endereço: Julio Ribeiro. S. João de Capivary, Província de São Paulo. Brazil. (Ribeiro 1881)

Acolhendo, assim, comentários diversos, Ribeiro promove uma série de mudanças na segunda edição de sua gramática, de 1885, que depois seria reimpressa e editada diversas vezes, apesar da morte prematura do autor em 1890. Analisamos, em vista disso, as duas primeiras edições da gramática, de 1881 e 1885.

No rol das gramáticas sobretudo prestigiosas, incluímos Costa Duarte (1829, 1859), Coruja (1835, 1873), Sotero dos Reis (1871), Carneiro Ribeiro (1881, 1890), Condurú (1888) e Freire da Silva (1875, 1894). Lembramos, porém, que nossa seleção pode ser considerada um tanto arbitrária, já que não tivemos acesso a gramáticas talvez

igualmente prestigiadas no século XIX, como as de Hemetério dos Santos ([113]) e de Alexandre Passos ([28], [37], [64], [84]). Adiante, explicamos a seleção de cada uma das gramáticas prestigiosas.

O *Compendio da grammatica portugueza*, do maranhense Costa Duarte (?-?), tem sua primeira edição publicada em 1829, mas é apenas a partir de sua segunda edição, publicada em 1840, bastante aumentada e com novo título, que ela foi adotada pelo Liceu do Maranhão para as aulas de primeiras letras até, pelo menos, o final da década de 1870. Temos conhecimento de ao menos seis edições da obra: a terceira de 1853, a quarta de 1859, a quinta da qual não pudemos determinar a data e, por fim, a sexta de 1877 ([105]). Todas apresentam subtítulo que indica seu vínculo com o Liceu do Maranhão. Seleccionamos, para o nosso *corpus*, a primeira edição, de 1829, e a quarta, de 1859. Isso porque, de acordo com os critérios apresentados mais adiante neste capítulo (cf. 2.2.1), embora pareça-nos que o autor tratou essas gramáticas como edições posteriores, nós as tratamos como diferentes obras, pois têm títulos diferentes. Assim, procuramos observar como Costa Duarte promoveu mudanças em diferentes gramáticas ao longo do século.

O compêndio gramatical de Coruja (1806-1889) tem sua primeira edição em 1835, publicada em Porto Alegre, província de origem do autor. As muitas edições posteriores foram publicadas no Rio de Janeiro, província para a qual Coruja se mudara, muito embora ele tenha mantido em todas elas o subtítulo “para a mocidade rio-grandense”. A edição mais tardia de que temos conhecimento data de 1891([172]), o que ratifica o imenso prestígio da obra, que permaneceu por cerca de seis décadas em circulação. Há diversas modificações e acréscimos ao texto de acordo com as edições posteriores. Por conta disso, analisamos a primeira edição, de 1835 e a edição de 1873.

Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) foi considerado um dos integrantes da *Atenas Brasileira*⁷¹ maranhense. Sua gramática é muitas vezes dada como texto exemplar do período no qual as gramáticas brasileiras foram fortemente influenciadas pela *grammaire générale* francesa (cf. Maciel 1910). Embora só tenha tido três edições, de 1866, 1871 e 1877, a gramática é frequentemente mencionada em fontes secundárias (cf.

⁷¹ Citamos os membros listados por Costa (2013:35-36): “Nesse contexto de efervescência cultural, formou-se uma geração de intelectuais no Maranhão, composta por: Manuel Odorico Mendes, João Inácio da Cunha, Francisco Sotero dos Reis, José Cândido de Moraes e Silva, Antônio Pedro da Costa Ferreira, Feliciano Antônio Falcão, Joaquim Franco de Sá, Joaquim Vieira da Silva e Sousa, João Pedro Dias Vieira, Joaquim Gomes de Sousa, Antônio Joaquim, Franco de Sá, João Duarte Lisboa Serra, Trajano Galvão de Carvalho, Belarmino de Matos, Francisco José Furtado, Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Antonio Marques Rodrigues e Doutor Frei Custódio Alves Serrão todos eles foram biografados na obra *Pantheon Maranhense*, organizada pelo Dr. Antônio Henriques Leal⁴². Eles pertenceram à primeira geração (1846-1868) de intelectuais maranhenses.”

Maciel 1910, Nascentes 1939, Elia 1975, Cavaliere 2001) e também por outros gramáticos (cf., ao menos, Grivet 1881, Ribeiro 1881), o que revela que era uma obra conhecida no período. Analisamos a segunda edição, de 1871 ([85]), que é póstuma e contém um prefácio do autor que não constava na primeira edição, além de anotações de seus filhos, Francisco Sotero dos Reis Júnior e Américo Sotero dos Reis.

O baiano Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920) publica em 1881 uma gramática que ele intitula como filosófica; essa gramática não tem reedições, mas é uma modificação dela que é publicada em 1890 sob o título *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa*, a qual foi reeditada e modificada diversas vezes em vida do autor e republicada mesmo postumamente. Temos conhecimento das edições de 1915, 1919, 1950 e 1956, que são, respectivamente, a segunda, terceira, quinta e sexta. Analisamos as duas gramáticas publicadas no século XIX.

A última gramática do século que foi selecionada sobretudo por seu prestígio é a gramática de Condurú (1818-1879); é publicada em 1850 ([30]) pela primeira vez e, de acordo com Silva (2013), era parte do curso primário do ensino na província do Maranhão. Tivemos acesso, porém, somente a uma edição bastante adiantada, a décima terceira, de 1888 (de acordo com Nogueira (2009), visto que a cópia digitalizada da gramática não apresenta ano de publicação). Sabe-se que a gramática obteve muitas outras reedições, às quais também não obtivemos acesso; seu prestígio, porém, não pode ser negado. Assim, selecionamos a edição de 1888 como parte de nosso corpus.

Um terceiro tipo de obras foi selecionado, como já dissemos, por dialogar com obras de prestígio. Bithencourt publica seu epitome em 1862 afirmando no prólogo que tinha, primeiramente, o objetivo de substituir a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, do lusitano Soares Barbosa (1822), pois essa se encontrava esgotada nas livrarias e era “demasiado difusa”, sendo de difícil aplicação para os alunos. Ademais, ressalta que procurou notificar pontos em que discorda da gramática de Costa Duarte, que, segundo o gramático carioca, “se aparta do insigne Soares Barbosa, sustenta doutrinas que nos parecem pouco grammaticaes” (cf. Apêndice B). Na obra, o autor apresenta sobretudo em notas de rodapé um diálogo interessante de comparação entre o que escreveram Costa Duarte e Soares Barbosa.

Por fim, elencamos gramáticas que procuraram cumprir o programa de estudos redigido por Fausto Barreto, em 1887, para o Colégio Pedro II. A primeira edição da gramática de Maciel (1866-1923), intitulada *Grammatica Analytica* foi publicada em

1887, mesmo ano em que também publicaram gramáticas João Ribeiro (1860-1934), Alfredo Gomes (?-?) e Pacheco (?-?) & Lameira (?-1897). Todos pr. –

ocurando seguir as indicações do programa de estudos supramencionado. Tivemos acesso às primeiras edições de Maciel (1887) e Pacheco & Lameira (1887) somente. Quanto às gramáticas de Ribeiro (1889) e de Gomes (1895) analisamos a edição mais próxima de 1887 a que tivemos acesso, as quais são, respectivamente, a terceira e sexta edições. Ademais, analisamos a segunda edição de Maciel (1895), dado que essa gramática poderia se colocar dentre as prestigiosas e também nos permite observar que mudanças o autor promoveu em sua gramática em relação ao que havia feito para o programa em 1887.

2.2. Critérios para a análise orientada para o contexto

Nossa análise externa consiste, primeiramente, de um mapeamento da produção gramatical brasileira oitocentista que é feito por meio da metodologia da História Serial, que explicamos em detalhes no item 2.2.1. Posteriormente, a fim de observar a *agenda* (i.e. as intenções ou motivações subjacentes de um indivíduo ou grupo) dos autores ao escreverem suas gramáticas, analisamos, por um lado, seus dados biobibliográficos, e, por outro, os *paratextos* (com atenção especial a prólogos ou prefácios e epígrafes) dos dezoito textos selecionados; nessa análise, nos inspiramos especialmente sobre o *modelo de conflito* de Murray (1994), a metodologia encontra-se em detalhe no item 2.1.2.

2.2.1. História Serial: concebendo um mapa

Para realizar um mapeamento de eventos baseado na abordagem da História Serial, primeiramente, coletamos informações sobre todas as gramáticas publicadas durante o século XIX de que tivemos notícia. Essa coleta se deu amiúde em fontes secundárias e em catálogos de bibliotecas. Dessa forma, em muitos casos, tivemos acesso a dados apresentados na contracapa das obras, como: *autor, título, ano de publicação, número da edição, lugar de publicação e casa impressora*. Para analisar esses dados formalizamos categorias que poderiam funcionar como *unidades*, a fim de observar repetições e mudanças no processo, são elas: *autor, título, tipo de título, subtítulos, ano de publicação, década de publicação, lugar de publicação, casa impressora, edição* (não

em números, pois frequentemente não tivemos acesso a eles, mas de acordo com nosso conhecimento das obras fizemos *tipos de edição*, os quais são: *edição mais antiga conhecida, nova edição, nova edição com novo título, única edição conhecida*), *público alvo* (de acordo com título ou subtítulo explícitos: *grau da educação, regional, institucional* etc.). As unidades são *atos discretos* (Lauwers 2004; cf. item 1.1) e estão resumidas no quadro abaixo:

<i>Unidades</i>	<i>Tipos de unidade</i>
Autor	-
Título	<i>Tipos de título:</i> G - ex.: gramática portuguesa X - ex.: manual de língua portuguesa Gx - ex.: gramática elementar Xg - ex.: compêndio da gramática portuguesa Xgx: resumo da gramática filosófica
Ano de publicação	<i>Inserido em uma década de publicação</i>
Lugar de publicação	<i>Províncias/Estado</i>
Casa impressora	-
Edição	<i>Tipo de edição:</i> Edição mais antiga conhecida Nova edição Nova edição modificada Nova edição com novo título Única edição conhecida
Subtítulo	<i>Tipos de subtítulos:</i> Conteúdo da obra / Programa de estudos; Gramáticos, autores ou doutrinas em que a obra se baseia; Sistema ou teoria em que a obra se baseia; Modo de apresentação do conteúdo; Material linguístico sobre o qual a obra se debruça.
Público alvo	<i>Tipos simples de público alvo:</i> Alunos Instrução Primária Curso médio / 2º ano Curso superior / 3º ano Regional Nacional Institucional Programa institucional Pessoa Professor <i>Há também os tipos complexos, que são combinações dos tipos simples.</i>

Quadro 7. Unidades e tipos de unidade analisados na História Serial

Dada a enorme diversidade de títulos, criamos categorias abstratas para sua organização, antes de analisá-los/comentá-los. Assim, os títulos foram agrupados em cinco categorias iniciais, as quais expomos no quadro abaixo:

Sigla	Definição
G [nGp, nGlp, Gp, Glp]	Títulos que se iniciem por “gramática” [G] ou “nova gramática” [nG] e que, além disso, façam alguma referência à língua portuguesa [lp, p]. Exemplos: Gramática Portuguesa; Gramática da Língua Portuguesa.
Gx [Gx, Gpx, Gxlp, Gxb, Gxp]	Títulos que contenham “gramática” [G] e, depois, alguma palavra [x] como “elementar”, “analítica”, “prática”, “filosófica” etc. e, eventualmente, alguma referência à língua portuguesa [p, lp] ou ao Brasil [b]. Exemplos: Gramática elementar da língua portuguesa; Gramática analítica etc.
X [X, Xlp, Xp]	Títulos que não contenham “gramática” e que eventualmente façam referência à língua portuguesa [p, lp] Exemplos: Manual do examinando de português; Noções de língua portuguesa etc.
Xg [Xg, Xgp, Xglp, Xgln, Xgn]	Títulos que se iniciem por uma palavra [X] que é seguida de “gramática” ou “gramatical” [g] e façam referência à língua portuguesa [p, lp]. Exemplos: Arte da gramática portuguesa; Compêndio gramatical do português; Rudimentos da gramática portuguesa etc.
Xgx [Xgpx, Xgxlp]	Títulos que se iniciem por uma palavra [X] que é seguida de “gramática” [g] e, depois, de outra palavra [x] e, eventualmente, façam referência à língua portuguesa [p, lp]. Exemplos: Compêndio da gramática filosófica da língua portuguesa; Epitome da Grammatica Philosophica de Língua Portuguesa.

Quadro 8. Siglas e tipos de título analisados na História Serial

Essa divisão inicial pautada pela estrutura do título cujo eixo, exceto por uma das categorias, era o *termo* ‘gramática’ nos levou, em seguida, a observar os sentidos dos *termos* colocados em cada posição do título em cada um dos cinco tipos de título (cf. R5 no item 3.1)

Ademais, definimos cinco tipos de edição. Dada a instabilidade na ordem das edições encontradas (Cf. Capítulo 3), procuramos trabalhar com dados que consideravam apenas relações entre as edições encontradas. Dessa forma, temos primeiramente a divisão entre *edições específicas*, que são gramáticas cujos títulos são diferentes, e *reedições*, que têm o mesmo título. Dentro das primeiras, temos as seguintes subdivisões: a *edição mais antiga conhecida*, que pode ser a primeira ou não; a *nova edição com novo título*, que é uma nova edição, ou seja, há edições anteriores de que temos conhecimento, entretanto, o autor modificou o título e, possivelmente, parte considerável da obra; a *única edição conhecida*, nesse caso, pode ser que conheçamos somente a primeira ou somente uma edição já adiantada. Já as *reedições* referem-se às subdivisões: *nova edição* e a *nova edição modificada*, pois são um elemento posterior de uma série da qual conhecemos um outro elemento anterior (ainda que seja parcialmente modificado), que seria, por exemplo, a *edição mais antiga conhecida*. No quadro abaixo, sintetizamos essa diferença:

Gramáticas	Títulos	Edição mais antiga conhecida
		Nova edição com novo título
		Única edição conhecida
	Reedições	Nova edição
		Nova edição modificada

Quadro 9. Tipos de edição analisados na História Serial

O público-alvo, também bastante diverso, foi agrupado em diferentes categorias. Assim, reunimos essas informações em *tipos*, sejam eles *simples*, porque apresentam apenas uma *unidade* para o público-alvo, sejam eles *complexos*, porque apresentam mais de uma *unidade*, tornando o público alvo mais específico. No quadro abaixo, apresentamos os tipos:

Letra(s)	Tipo
TIPOS SIMPLES	
A	Alunos
B	Instrução Primária
C	Graus de ensino posteriores à Instrução primária: Curso Médio, Curso Superior, 2º ano, 3º ano
D	Regional
E	Nacional
F	Institucional
G	Programa Institucional
H	Pessoa (dedicatória)
I	Professor
TIPOS COMPLEXOS	
ABF	Alunos Instrução Primária Institucional
ABE	Instrução Primária Nacional Alunos
BDF	Instrução Primária Regional Institucional
BFG	Instrução Primária Institucional Programa Institucional
DF	Regional Institucional
AB	Alunos Instrução Primária
BF	Instrução Primária Regional
BH	Instrução Primária Pessoa
BG	Instrução Primária Programa Institucional
BI	Instrução Primária Professor
CG	Curso Médio / 2º ano Programa Institucional
AD	Alunos Regional
AE	Alunos Nacional

Quadro 10. Tipos de público-alvo analisados na História Serial

Essas *unidades* foram relacionadas de maneira diversa a fim de que respondêssemos a perguntas para a história da formação da gramática de língua portuguesa no Brasil. Adiante, explicitamos nosso *questionário* e as *unidades* relacionadas a fim de respondê-las:

Relações	Questões	Unidades
1	Quantas gramáticas foram publicadas no século e em cada uma das décadas?	- <i>Número total de edições conhecidas</i> - <i>Décadas</i>
2	Quantas, entre elas, tiveram reedições? Qual era a ‘data de validade’ dessas gramáticas, considerando suas reedições?	- <i>Tipos de edição</i> - <i>Décadas</i>
3	Quantas gramáticas foram publicadas em cada província/estado? Em que províncias/estados a publicação de gramáticas é mais frequente em cada década?	- <i>Todas edições</i> - <i>Títulos das obras</i> - <i>Local de publicação</i> - <i>Décadas</i>
4	Por quais casas impressoras as gramáticas são publicadas em cada região e período?	- <i>Tipos de edição</i> - <i>Casa impressora</i> - <i>Local de publicação</i> - <i>Décadas</i>
5	Que títulos e tipos de títulos eram mais comuns? Isto pode estar conectado a diferentes momentos do século?	- <i>Tipos de título</i> - <i>Títulos das obras</i> - <i>Todas edições</i> - <i>Edições específicas</i> - <i>Décadas</i>
6	Que subtítulos e tipos de subtítulos eram mais comuns? Isto pode estar conectado a diferentes momentos do século? Pode também estar conectado ao título das obras?	- <i>Tipos de título</i> - <i>Títulos das obras</i> - <i>Subtítulos</i> - <i>Todas edições</i> - <i>Edições específicas</i> - <i>Décadas</i>
7	Qual é o público-alvo das gramáticas? Os públicos-alvo são diferentes ao longo do século? Há relação entre o título escolhido e o público-alvo? E entre público-alvo e regiões?	- <i>Tipos de público-alvo</i> - <i>Décadas</i> - <i>Edições específicas</i> - <i>Local de publicação</i>

Quadro 11. Questões e relações realizadas no mapeamento descritivo-interpretativo

Operamos com a hipótese de que as respostas a essas perguntas permitiriam não só que fizéssemos um mapeamento dessa produção, como também uma (re)construção de eventos que só poderiam ser observados nesse nível de detalhamento de análise.

No Capítulo 3, apresentamos os resultados da aplicação dessas relações.

2.2.2 Critérios para análise de *agenda* dos autores

Delineamos a *agenda* dos autores quando escrevem suas gramáticas tendo, inicialmente, conhecimento do *mapeamento descritivo-interpretativo* que fizemos por meio da metodologia da História Serial e observando, por um lado, dados biobibliográficos de cada autor que colhemos de fontes secundárias, os quais incluem um

resumo de sua biografia e informações acerca de suas publicações (incluindo as diferentes edições da gramática analisada), e, por outro lado, pelos *paratextos* da obra analisada, em que observamos o título da obra, subtítulos, dedicatória, epígrafes e, sobretudo, prefácios e prólogos quando existem. Nas Fichas Descritivas (FD) apresentadas no Apêndice B deste trabalho, esses dois lados da análise correspondem aos seguintes itens:

Análise da agenda	Itens da FD (Apêndice B)
Dados bibliográficos	Informações sobre o autor (biografia)
	Outras publicações conhecidas do autor
	Outras edições e reimpressões de gramáticas conhecidas
Paratextos	Descrição da obra consultada
	Objetivos do autor

Quadro 12. Dados bibliográficos e paratextos expostos nas FDs

Para analisar esses dados, inspiramo-nos no modelo de conflito de Murray (1994), o qual mobiliza a noção de *autopercepção* que o autor tem de si e de sua obra por meio da observação de *retórica revolucionária* ou *retórica de continuidade* nos *paratextos* das obras. Entretanto, observamos que nem sempre essa oposição era suficiente para tratar das obras, consideramos, assim, também uma *retórica mista*, quando o autor percebe-se seguindo uma visão parcialmente, consideramos também a possibilidade de não haver *retórica* alguma nas obras. Quanto à análise dos dados bibliográficos, adaptamos a proposta de Murray (1994), considerando nosso contexto menos institucionalizado, assim, procuramos o *perfil profissional* anterior e concomitante à publicação da obra, pensando, sobretudo, em sua *atuação profissional e acesso ao reconhecimento*.

2.3. Critérios para análise direcionada para o conteúdo: conceitos e rede conceitual

Trabalhamos, como já dissemos anteriormente (cf. item 2.1) com 18 *gramáticas*, das quais 16 são *edições específicas*, 2 são *reedições*, e há 14 autores (sendo um trabalho em coautoria). Na análise orientada para o conteúdo procuramos analisar cada obra individualmente, observando o *conceito-chave* e os outros *conceitos* apresentados por ela a fim de checar suas relações e chegar (ou não) a uma *rede conceitual*. Preferimos, entretanto, analisar em uma mesma seção as obras (sejam edições propriamente ou reedições) de mesmo autor, comparando-as por vezes. No entanto, no Capítulo 4, não há uma análise geral de continuidades e descontinuidades, vemos isso apenas no capítulo de resultados e contribuições (cf. Capítulo 5).

Na análise particular (ou comparada quando de mesmo autor) de cada obra, distinguimos cinco principais conceitos ou conjuntos de conceitos que supomos ser relacionados ao *conceito-chave* de ‘verbo substantivo’ (cf. item 1.4), a saber: (1) conceitos de gramática e de linguagem; (2) conceitos de *metaclasses* e *classes de palavras*; (3) conceitos modificadores do nome; (4) conceito de verbo; (5) conceitos de oração/sentença/proposição e seus elementos. Lembrando que definimos *conceito* como a junção entre a *intensão*, que corresponde à *definição* e à *taxonomia*, e a *extensão*, que corresponde aos *exemplos* e à *ilustração de uso*, esses cinco conceitos são analisados da seguinte forma:

<i>Conceitos</i>	<i>Intensão</i>	<i>Extensão</i>
(1) Linguagem, Gramática	Definição	Exemplos
(2) (Meta)classes de palavras		
(3) Modificadores do nome		
(4) Verbo	Taxonomia	Ilustração de uso
(5) Oração/sentença/proposição	(gênero/espécie)	

Quadro 13. *Conceitos analisados em intensão e extensão*

Quanto à *extensão* dos conceitos gramaticais, os *exemplos* correspondem ao inventário (parcial ou completo) de dados a que o conceito corresponde, já a *ilustração* diz respeito justamente àqueles dados colocados em *uso*. A distinção é feita para observarmos também que alguns conceitos podem ser tanto exemplificados quanto ilustrados e outros podem apenas ser ilustrados. Em relação à *intensão* dos conceitos, a *definição* é meramente a exposição do significado do *conceito*, normalmente é dada de forma bastante direta (reflexões mais abstratas tendem a estar em *metatexto*); a *taxonomia*, por sua vez, é uma noção mais complexa. Ela é a organização do(s) conceito(s) em relação a seus *gêneros* ou *espécies*. Por exemplo, o conceito de ‘verbo’ muitas vezes é *gênero* de algumas *espécies*, como, por exemplo, ‘verbo substantivo’ e ‘verbo adjetivo’, as quais podem se tornar *gêneros* de outras *espécies*, como, por exemplo, o ‘verbo adjetivo’ pode ser *gênero* das *espécies* ‘verbo ativo’, ‘verbo neutro’ e ‘verbo passivo’. No caso da ‘proposição’, além de ser *gênero* de *espécies* diversas de ‘proposição’, ela também costuma incluir *conceitos* que existem apenas dentro dela (p. ex.: sujeito, atributo, predicado etc.). Todos os conceitos são analisados pelas quatro noções apresentadas no quadro supracitado.

Na análise orientada para o conteúdo, distinguimos no texto gramatical o *texto* em oposição ao *metatexto*. Como já dissemos (cf. Capítulo 1, item 1.3), consideramos que a gramática teria uma função essencial de manual (*téchne*, *ars*, *arte*), isto é, de definir

conceitos e sua aplicação a dados da língua, aos fragmentos correspondentes a esses processos chamamos de *texto*. Em muitas das gramáticas analisadas, porém, há reflexões acerca do *conceito* apresentado no *texto* ou mesmo há *conceitos* que são apresentados de maneira indireta, a passagens desse tipo chamamos *metatexto*. Além disso, as reflexões ou conceitos apresentados em *metatexto* podem ser *adotados*, *parcialmente adotados* ou *rejeitados* pela obra, pois a natureza livre dos *metatextos* permite que o que se apresenta nele seja um acréscimo à gramática, seja uma observação a respeito de outra conceptualização ou mesmo seja uma crítica a alguma conceptualização diferente da que o autor faz em *texto*, ou mesmo, por vezes, uma crítica à conceptualização apresentada em seu próprio *texto*. Observamos ainda que os *metatextos* apresentam certo paralelismo com os *paratextos* na medida em que podem ter também alguma *retórica revolucionária* ou *de continuidade*. Mas esta retórica está sempre acompanhada de *conceitos* ou reflexões epistemológicas. Observamos todos esses aspectos quando falarmos de *metatexto* na análise orientada para o conteúdo.

O *metatexto* pode ser localizado pela sua forma editorial ou efetivamente pelo seu conteúdo, segundo esta tipologia: a) nota de rodapé ou nota dentro do próprio texto; b) texto iniciado por “dizem os gramáticos” ou “tal gramáticos diz que”, isto é, toda vez que houve referência a outro manual ou autor, fossem eles especificados ou não (exceto em caso de simples referência bibliográfica); c) comentário meta-metalinguístico a respeito do próprio conceito. Procuramos especificar, entre os três citados, o tipo de *metatexto* sempre que os mencionamos ao longo da análise.

Finalmente, a relação entre o *conceito-chave*, ‘verbo substantivo’, e os *conceitos* selecionados, como já mencionamos no Capítulo 1, pode se dar de quatro maneiras diferentes (cf. Quadro 4. Relações possíveis entre *conceito-chave* e *conceitos* da *rede conceitual*, página 30), a saber: *subordinação*, em que há relação de inclusão entre dois conceitos, ou seja, um contém outro, *intersecção*, que é a relação na qual há parte comum entre os (conjuntos dos) dois conceitos, *equivalência*, na qual os conceitos são equivalentes intensionalmente e têm a mesma extensão, e, por fim, *base teórica comum*, quando há um conjunto maior de que ambos os conceitos fazem parte.

Finalmente, destacamos que procuramos distinguir textualmente nossa *meta-metalinguagem* da *metalinguagem* das próprias gramáticas. Assim, quando os termos forem nossos, eles estarão em itálico, quando são das gramáticas, estarão entre aspas simples. Ademais, os *exemplos* (dados linguísticos do inventário limitado de um conceito) e *ilustrações* (dados do conceito colocados em uso, por exemplo, dentro de

orações/sentenças/proposições) estarão predominantemente entre parênteses, entretanto, por vezes podem vir como citações e, portanto, entre aspas duplas.

2.4. Quadro metodológico: síntese

No quadro adiante, apresentamos uma síntese de nossa metodologia e metalinguagem.

Análise	Fatos discretos (Lauwers 2004)		Fatos globais (Lauwers 2004)		
	Dados/fontes	Critérios de análise	Relações de fatos discretos	Fatos globais	
Orientada para contexto (Capítulo 3) (Swiggers 1990)	Informações catalográficas sobre as 216 gramáticas (cf. Apêndice A, Referência completa das gramáticas)	Unidades (História Serial): Autor Tipo de título Tipo de subtítulo Ano e década de publicação Província/Estado de publicação Casa impressora Tipo de Edição Público alvo	Relações seriais entre unidades com base em questionário	Mapeamento descritivo-interpretativo da produção gramatical brasileira oitocentista (considerando as 204 gramáticas conhecidas e datadas)	Agenda em perspectiva (das 18 gramáticas estudadas)
	Dados biobibliográficos Paratextos (das 18 gramáticas estudadas) (cf. Apêndice B, Fichas Descritivas)	Perfil profissional: Atuação profissional; Acesso a reconhecimento. Autopercepção: Retórica revolucionária vs. Retórica de continuidade (Murray 1994)	Relações contextuais entre perfil profissional, autopercepção e mapeamento descritivo-interpretativo.		
Orientada para conteúdo (Capítulo 4) (Swiggers 1990)	Texto Metatexto Língua/linguagem Gramática (Meta)classes de palavras Modificadores do nome Verbo Proposição	Conceptualização: Termo Conceito (Definição Taxonomia Exemplos Ilustração de uso) - Conceito-chave vs. Conceitos relacionados	Relações conceituais entre conceito-chave e conceitos relacionados em texto e metatexto	Rede conceitual / Ecletismo (vertical e/ou horizontal)	

Como se pode ver, nossa análise foi dividida por ser orientada ao contexto ou ao conteúdo. Distinguimos em ambas os *atos discretos* e os *atos globais*. Os primeiros são facilmente capturados, pois são, como disse Lauwers (2004), preto no branco, e podem ser evidenciados por citações dos textos gramaticais (ou biobibliográficos); já os *atos globais* são concebidos após série (concordante) de *atos discretos*, a qual pode ser montada por meio de métodos quantitativos ou qualitativos.

Boa parte do material utilizado em para a observação de *atos discretos* encontra-se nos quatro Apêndices do trabalho. Para realizar a História Serial e, conseqüentemente, o mapeamento da gramaticografia brasileira oitocentista do português, reunimos no Apêndice A informações catalográficas acerca das 204 gramáticas de que temos conhecimento (e incluímos outras 12 de que não tivemos a data de publicação); e, para interpretá-las, criamos as *unidades* que se encontram no quadro (autor, título, ano de publicação, lugar de publicação, casa impressora, edição, subtítulo e público-alvo).

Para observar a *agenda* dos gramáticos, mobilizamos, além de nosso mapeamento, por um lado, os *paratextos* das gramáticas, e, por outro, os *dados biobibliográficos* obtidos a respeito dos autores das obras, ambos encontram-se no Apêndice B, onde estão as Fichas Descritivas de cada uma das 18 gramáticas analisadas. Interpretamos tais dados baseando-nos no *modelo de conflito* de Murray (1994), considerando o *perfil profissional* (atuação profissional e acesso a reconhecimento) e a *autopercepção* (retórica revolucionária ou de continuidade) do gramático. Finalmente, relacionamos esses itens com o *ato global* obtidos na História Serial, isto é, o mapeamento descritivo-interpretativo da produção gramatical brasileira a fim de observar a *agenda* do autor ao escrever a obra relacionada ainda com os dados obtidos por meio das *relações seriais*.

Quanto à análise orientada para o conteúdo, tendo como hipótese que o *conceito* de ‘verbo substantivo’ é produtivo para a análise das gramáticas com vistas a observar sua *homogeneidade* (*rede conceitual*) ou *heterogeneidade* (*ecletismo*), selecionamos alguns outros *conceitos* que, de acordo com revisões historiográficas de outras tradições – sobretudo a da *grammaire générale* francesa (cf. item 1.4), pois esta teve um impacto considerável na gramaticografia que estudamos –, têm alguma relação com o *conceito-chave*. Procuramos, na análise, ser fieis ao que escreveram os gramáticos em suas obras, inclusive quando descrevemos seus conceitos por paráfrases. Esses *atos discretos* foram observados com base em nossa noção de *conceito*, que contém, em sua *intensão*, *definição* e *taxonomia*, e em sua *extensão*, *exemplos* e *ilustrações de uso*. Ademais, distinguimos a

mera apresentação de um conceito, que denominamos *texto*, com a reflexão acerca dele, ou acerca da concepção que outros autores têm do mesmo dado, ou ainda simplesmente de *conceitos* apresentados como coadjuvantes em nota de rodapé, por exemplo, que denominamos *metatexto*. Tal análise tornou possível, por meio de metodologia qualitativa ao observar as quatro relações possíveis de serem travadas entre o *conceito-chave* e outros *conceitos*, o *fato global* da *rede conceitual* ou o *ecletismo* de cada obra.

Lembramos ainda que em nossos resultados, observamos as possíveis relações entre os *fatos globais* obtidos na *história orientada para o contexto* e na *história orientada para o conteúdo*, para, justamente, retirar esta do “vácuo” e “dar sentido” à análise de *agenda em perspectiva* dos autores. Essa reunião se deu nos resultados do trabalho, que se encontram no capítulo 5.

2.5. Organização do texto

Organizamos nosso texto tendo dois objetivos, o primeiro era que ele fosse uma tese; o segundo é que ele fosse, nos modestos limites de uma investigação individual com prazo estrito para conclusão, uma obra de consulta.

Quanto ao formato *tese*, nosso texto possui uma introdução, em que apresentamos o leitor à tese. Em seguida, há o capítulo inicial de fundamentação teórica, no qual expomos não apenas as teorias em que baseamos nossa hipótese e nossos objetivos (cf. itens 1.1, 1.2 e 1.3), mas também os justificamos historicamente (cf. itens 1.4 e 1.5). No capítulo seguinte, apresentamos os métodos utilizados a fim de realizar o teste de nossa hipótese e nossos objetivos (cf. itens 2.2, 2.3 e 2.4) tal como a seleção de nosso *corpus* (2.1) e o modo de exposição escolhido para o texto (cf. itens 2.5). O terceiro e o quarto capítulo correspondem às análises, respectivamente, de orientação para o contexto e de orientação para o conteúdo, em que debruçamos nosso quadro metodológico sobre nosso *corpus*. No quinto capítulo apresentamos, por um lado, os resultados obtidos por meio da análise, os quais ressaltam de forma mais holística aspectos observados em *fatos discretos* e *fatos globais*, e, por outro, as contribuições que este trabalho pode oferecer a respeito do objeto estudado, a gramaticografia brasileira do português, e no que refere ao que os métodos que testamos, da História Serial e da análise de *conceitos*, podem oferecer para a Historiografia Linguística em geral.

Quanto ao formato de *obra de consulta*, levando em conta uma série de lacunas nas revisões históricas disponíveis sobre a gramaticografia brasileira do português, assim como o seu caráter mais particular (interessado em certos autores, temas, escolas),

procuramos organizar nosso texto de forma que ele permitisse: oferecer informações organizadas que permitam montar um panorama dessa produção; permitir a busca e a leitura autônoma dos diferentes tipos de dados e de análises realizadas; fosse não apenas uma *historiografia*, mas também uma *epihistoriografia* dessa tradição. Assim:

- 1) nos capítulos de análise, optamos por dividir uma organização por autores e, destes, de cada uma das obras, em vez de realizar um texto holístico e entrelaçado em que as informações de cada autor e de cada obra estariam diluídas;
- 2) em dois apêndices, organizamos e disponibilizamos informações objetivas das obras: no apêndice A, estão dados catalográficos de todas as 204 gramáticas encontradas dispostos em ordem cronológica e alfabética; no apêndice B, estão as Fichas Descritivas (FDs) de cada obra, nas quais constam dados biobibliográficos dos autores, os *paratextos* (dados da folha de rosto, epígrafes, prólogos, prefácios e assinatura) e o sumário da obra.

As coisas duplicam-se em Tlön; propendem simultaneamente a apagar-se e a perder os detalhes, quando as pessoas os esquecem. É clássico o exemplo de um umbral que perdurou enquanto o visitava um mendigo e que se perdeu de vista com sua morte. Às vezes, alguns pássaros, um cavalo, salvaram as ruínas de um anfiteatro.

(Jorge Luis Borges)

CAPÍTULO 3 | Análise orientada para contexto

Conforme detalhamos no Capítulo 2, com vistas a produzir um mapeamento da produção gramatical brasileira oitocentista baseado na metodologia da História Serial, realizamos um estudo dirigido por critérios como das *unidades* e das *relações entre elas*. Neste capítulo, analiticamente, apresentamos um mapeamento de dados relativos à formação histórica da gramática do Português no Brasil, procurando preencher algumas lacunas e desfazer alguns equívocos frequentemente reiterados em revisões históricas dessa produção (cf. item 3.1). Também conforme detalhamos no capítulo anterior, procuramos definir a *agenda* de cada um dos dezesseis autores ao publicar sua(s) gramática(s), considerando o panorama mais geral do período apresentado pelo mapeamento, dados biobibliográficos e os *paratextos* das obras.

3.1. História Serial: mapeamento baseado em dados contextuais das gramáticas

Como vimos, considera-se que a gramaticografia brasileira do português se inicia no século XIX, no entanto, mais recentemente, se insinua uma discussão acerca de qual seria o seu marco inaugural; há duas hipóteses em disputa. A primeira considera a primeira gramática publicada por autor brasileiro de que temos conhecimento no ano de 1806, em Lisboa, por Antonio Morais Silva (1757-1824), natural do Rio de Janeiro; além do local de nascimento, leva-se em conta que o autor do *Epitome da Grammatica Portugueza* ([1])⁷² registra que o teria escrito em Pernambuco. A segunda hipótese considera que somente a partir de 1808 as casas impressoras passaram a ser permitidas na colônia (cf. Hallewell 2005), que, naquele ano, tornava-se residência da corte, nesse caso, o marco inaugural desloca-se para 1810, ano no qual o padre Ignácio Felizardo Fortes (? - ?) publicou a primeira edição de sua *Arte da grammatica portugueza, para uso de seus discipulos* ([2]). Nas décadas seguintes, como veremos, a produção gramatical brasileira cresce bastante, com um número cada vez maior de publicações, certamente em decorrência também da organização do Brasil como país independente. Adiante, observamos as *unidades* mencionadas no Capítulo 2 (*autor, título, subtítulo, ano de publicação, lugar de publicação, casa impressora, edição, público-alvo*) os dados a que

⁷² Lembramos que ao mencionar qualquer gramática, apresentaremos ao lado seu número referente à lista apresentada no Apêndice A.

chegamos e as relações que fizemos entre eles a fim de formular um mapa descritivo-interpretativo dessa produção.

R1. Gramáticas publicadas por década

Inicialmente, buscamos verificar quantas gramáticas haviam sido publicadas ao longo desse século (1800-1899). Tivemos conhecimento de 216 gramáticas, das quais dez não têm data definida. Como grande parte de nossas análises consideram o ano de publicação da obra, as dez sem data foram excluídas da análise; suas referências estão, entretanto, no Apêndice A, juntamente com as referências das outras duzentas.

A produção, se observada de um ponto de vista quantitativo, cresce lentamente entre 1810 e 1850, com o acréscimo médio de duas a cinco gramáticas por década. Na década de 1860, contudo, a produção de gramáticas dobra em relação ao que tinha sido publicado em 1850, passando de 16 para 34. Depois disso, o crescimento, mais modesto mas ainda grande, continua: na década de 1870 são publicadas 38 gramáticas, e na década de 1880, 50. Entretanto, ocorre diminuição na década de 1890 em relação às três décadas anteriores, visto que são publicadas somente 33 gramáticas nesse último intervalo. Esses dados estão no gráfico abaixo.

Figura 5. Gráfico do número de gramáticas publicadas por década

R2. Reedições das gramáticas: prestígio e durabilidade

Nossa pesquisa inicial em catálogos de biblioteca e em obras de referência, com destaque para Sacramento Blake (1883-1902), por vezes revelou importantes lacunas. Assim, por exemplo, o número da edição é raramente mencionado; além disso, por vezes, tivemos acesso a uma edição da obra que não é a primeira, sem que houvesse notícia de quando ela teria sido publicada pela primeira vez. Tendo isto em conta, como vimos no Capítulo 2, ao invés de usar os números das edições como parâmetro de *unidade*, preferimos reconstruir as relações “genéticas” apenas entre as 204 obras conhecidas. Distinguímos dois *tipos de edições*, que cobrem, alternadamente, cinco outros tipos: as **edições específicas** (*única edição conhecida*, *edição mais antiga conhecida* e *edição posterior com título modificado*) que se opõem às **reedições** (*edição posterior modificada*, *edição posterior simples*). Sempre que considerarmos todas os *tipos de edições*, usamos o termo *gramáticas*. Na tabela adiante, apresentamos os números de cada um dos *tipos de edição* por década, do século XIX.

Década	Gramáticas	Edições específicas			Total	Reedições		Total
		<i>Única edição conhecida</i>	<i>Edição mais antiga conhecida</i>	<i>Edição posterior com título modificado</i>		<i>Edição posterior simples</i>	<i>Edição posterior modificada</i>	
1800	1	-	1	-	1	-	-	-
1810	3	-	1	-	1	2	-	2
1820	6	4	1	-	5	-	1	1
1830	8	4	2	-	6	2	-	2
1840	11	3	2	1	6	2	3	5
1850	16	6	5	-	11	5	-	5
1860	34	18	6	-	24	8	2	10
1870	37	14	7	2	23	10	4	14
1880	53	20	11	1	32	15	6	21
1890	35	12	3	3	18	13	4	17
TOTAL	204	81	39	7		57	20	
		127				77		

Tabela 1. Número de tipos de edição por década

Na tabela, temos, na coluna à esquerda, o número de *gramáticas* por década, cujo total é 200, à direita dela, em duas grandes colunas, temos os números de *edições específicas* e de *reedições* por década, dos quais apresentamos o número *total* (sombreado) e dividido nos cinco *tipos de edições* (*única edição conhecida*, *edição mais antiga conhecida*, *edição posterior com título modificado*, *edição posterior simples*, *edição posterior modificada*).

É notável que, das duzentas conhecidas, mais da metade seja de *edições específicas*, enquanto cerca de trinta e cinco por cento delas seja de *reedições*. Isso deixa

claro que nem todas as gramáticas foram reeditadas; além disso, quando consideramos que muitas gramáticas têm mais de uma *reedição*, o número de gramáticas reeditadas menor ainda. Em verdade, seria mais apropriado dizer que não tivemos conhecimento de suas reedições, a quais podem ou não ter existido, visto que conhecemos as lacunas desse levantamento – as quais, embora devam ser levadas em conta, não invalidam a importância interpretativa que o levantamento proporciona.

Tais lacunas, consequentes do fato de que diversos dados foram recolhidos em triagens em fontes secundárias e catálogos de biblioteca, ficam mais nítidas quando observamos que das 204 gramáticas de que temos conhecimento, 80 têm uma *única edição conhecida* e 32 são as *edições mais antigas conhecidas*, entretanto, entre essas 112, tivemos conhecimento que algumas delas não são a 1ª edição da obra. Nas tabelas adiante, apresentamos dados a esse respeito, separados por década.

Década	Número das edições												
	<i>Única edição conhecida</i>							<i>Edição mais antiga conhecida</i>					
	1ª	2ª	3ª	4ª	8ª	9ª	? ⁷³	1ª	2ª	3ª	5ª	6ª	?
1800								1					
1810								1					
1820	1						3	1					
1830			1				3	1					1
1840							3					1	1
1850		1					5	1	1		1		2
1860	1	1			8	9	14	3				1	2
1870	3	1					11	4	1				2
1880	2	2		4			14	4	1	1			5
1890	3		1	1			8						3
Nº de edições desconhecidas	-	5	4	15	7	8	?	-	3	2	4	10	?

Tabela 2. Lacunas entre as edições conhecidas

Chamam atenção as gramáticas de Martagão (1866, [74] – nona edição), Barker (1860, [46] – oitava edição), Albuquerque (1846, [25] – sexta edição) e Borges (1860, [47] – sexta edição), das quais desconhecemos, respectivamente, oito, sete, cinco e cinco edições anteriores e que também não são citadas nas revisões dessa produção (cf. item 1.5). Só por essa tabela, já é possível projetar, no campo das potencialidades, que há ao menos 58 edições que desconhecemos, isto é, cuja referência não temos. Se expandimos essa conta para as lacunas presentes entre *reedições* das quais conhecemos os números da edição, desconhecemos outras 44 edições, como se vê no quadro adiante, podendo, assim,

⁷³ A interrogação simboliza que a edição da obra é desconhecida por nós.

pensar que o número de *gramáticas* de língua portuguesa publicadas por brasileiros no século XIX foi de 306 e, se considerarmos as não datadas, 318.

<i>Edição mais antiga conhecida</i>	<i>Reedições conhecidas</i>	<i>Nº de reedições desconhecidas</i>
Fortes 1810 (1ª)	2ª, 3ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª	7 (4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 11ª)
Coruja 1835 (1ª)	4ª, 5ª, e seis posteriores sem número	2 (2ª, 3ª)
Andrade e Silva 1847 (3ª)	3ª e 7ª	3 (4ª, 5ª, 6ª)
Carvalho 1883 (5ª)	5ª e uma anterior e outra posterior sem data	3 (edições entre a 1ª e 4ª)
Condurú 1850 (1ª)	1ª e 13ª edições	11 (2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª)
Cruz 1863 (3ª)	Uma anterior, 3ª, 4ª, 6	2 (1ª ou 2ª, 5ª)
Freire da Silva 1871 (1ª)	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, uma sem número, 8ª	1 (6ª ou 7ª)
Gomes 1887 (1ª)	1ª, 6ª, 7ª	4 (2ª, 3ª, 4ª, 5ª)
Marques 1875 (2ª)	2ª e 4ª	2 (1ª, 3ª)
Ortiz & Pardal 1871 (1ª)	1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª	1 (4ª)
Passos 1855 (2ª)	2ª e duas outras posteriores sem número	1 (1ª)
Silveira 1872 (4ª)	Uma anterior, 4ª e 9ª	6 (Duas entre 1ª e 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª)
Ribeiro 1887 (1ª)	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª	1 (7ª)
TOTAL	-	44

Quadro 14. Edições ausentes com base em número das edições conhecidas

Como apenas temos dados das gramáticas de que temos referências, excluiremos as 102 potenciais, levando em conta em nossa análise apenas as 204 gramáticas datadas de que temos conhecimento (cf. Apêndice A).

O gráfico adiante contrasta, dentre as 204 gramáticas cuja referência conhecemos, a publicação de *gramáticas*, de *edições específicas* e de *reedições*:

Figura 6. Gráfico de número de edições publicadas por década

De um ponto de vista quantitativo, observamos que a prática de elaboração de *reedições* de textos anteriormente publicados, ainda que sempre inferior à de *edições específicas* vai se tornando mais comum ao longo do século e cresce em ritmo similar ao de publicações de *edições específicas*.

De um ponto de vista qualitativo, no mapeamento das gramáticas que têm *reedições*, observamos que algumas se destacam bastante, seja por sua longa permanência como obras publicadas, seja pelo alto número de *reedições* em um curto período de tempo. Assim, vemos que Fortes (1810, [2]) e Coruja (1835, [16]) têm, ambos, uma longa vida de reedições. É curioso, entretanto, que o segundo autor e sua gramática tenham sido mencionados, nas diferentes revisões históricas a que tivemos acesso (ver item 1.5), ao passo que Fortes e sua *Arte* são mencionados apenas por Sacramento Blake (1883) e, mais recentemente, por Kemmler (2013). Este autor, aliás, trata a existência da gramática de Fortes como uma descoberta, visto que, a julgar pela historiografia anterior a seu texto, não era um material conhecido. É por Sacramento Blake (1883) que somos informados de seis de suas *reedições*, entre 1810 e 1862, todas, segundo ele, publicadas no Rio de Janeiro (cf. Apêndice A:1816, [4]; 1825, [7]; 1844, [23]; 1851, [31]; 1855, [36]; 1862, [53]); tivemos acesso direto somente ao texto de 1816, a segunda edição da gramática. Por outro lado, Coruja é mencionado em muitas revisões históricas, inclusive Nascentes (1939) considera seu compêndio como gramática publicada do por um brasileiro⁷⁴. Das

⁷⁴ Nascentes (1939) considerava que Morais Silva (1806) era um autor português – como ele ainda é, até os dias atuais, considerado em algumas pesquisas (cf. Santos 2010); Nascentes apenas tinha conhecimento da segunda edição da gramática de Costa Duarte (1840), cuja primeira é de 1829, e não conhecia os outros títulos publicados antes de 1835. Tratamos com mais demora das concepções trazidas pelas revisões históricas já realizadas no item 1.5.

diversas reedições que localizamos de seu compêndio, sobretudo em catálogos de biblioteca, as quais vão de 1835 a 1891 (Apêndice A: 1847, [27]; 1849, [29]; 1862, [52]; 1865, [69]; 1872, [87]; 1873, [92]; e 1891 [172]), tivemos acesso direto a três dessas edições: a primeira edição de 1835, a quarta, de 1846, e a edição sem número de 1873. A História Serial, nesse sentido, permite colocar em evidência que o prestígio que as gramáticas podem ter tido no século XIX não se tornou relevante para as revisões históricas novecentistas e mais recentes, na medida em que apresenta nos apresenta o prestígio por meio da recorrência de reedições.

O compêndio maranhense de Costa Duarte, publicado pela primeira vez em 1829, cujos título e conteúdo são modificados em 1840, tem “vida útil” de mais de três décadas, de 1840 a 1877 (cf. Apêndice A: 1829, [10]; 1840, [19]; 1853, [33]; 1859 [44]; 1862 [51]; e 1877, [105]) e é eventualmente mencionado em revisões históricas, como vimos em 1.5. O também maranhense Condurú, de acordo com Nogueira (2009), publicou seu compêndio pela primeira vez em 1850; esse compêndio teve ao menos doze reedições até 1888, visto que tivemos acesso a esta que era sua décima terceira edição (cf. Apêndice A: 1850, [30]; 1888, [157]). No entanto, de maneira similar a Fortes, não é um autor citado nas revisões históricas (cf. item 1.5). Por sua vez, outro maranhense ainda, Sotero dos Reis – conhecido sobretudo pelos volumes acerca de seu curso de literatura portuguesa e brasileira⁷⁵, e que teve sua gramática, publicada em 1866 ([75]), reeditada outras duas vezes, em 1871 e 1877 (respectivamente, [85] e [106]) – é, amiúde, enfaticamente mencionado nas revisões históricas (cf. item 1.5). Isso evidencia que há pelo menos dois diferentes modos de se pensar o prestígio dessas obras: um, via observação das séries de reedições, e outro via leitura de fontes secundárias, as quais podem coincidir ou não.

Outro autor pouco citado pelas revisões históricas é Salvador Henrique Albuquerque, cujo *Compendio*, publicado em 1846, tem reedições até, pelo menos, 1874 (cf. Apêndice A: 1846, [25]; 1858, [42]; 1874, [94]). Ele ainda publicou outros dois textos gramaticais, um *Breve compendio*, de 1841, reeditado em 1844, e *Rudimentos*, de 1873 (respectivamente, [20], [21] e [91]). A *gramática analítica e explicativa da língua portuguesa*, de Ortiz e Pardal, publicada primeiramente em Vitória e depois no Rio de Janeiro, tem ao menos seis edições, de 1871 a 1884 (cf. Apêndice A: 1871, [83]; 1873,

⁷⁵ Além das *Postillas de Grammatica Geral* e da *Grammatica Portuguesa*, o intelectual maranhense escreveu entre 1866 e 1868 os volumes de seu conhecido “Curso de litteratura portugueza e brasileira”. Para mais detalhes, ver FD7, Apêndice B.

[93]; 1876, [102]; 1884, [137]; 1888, [162]). A dupla de autores é citada por Nascentes (1939), mas numa menção a outra obra gramatical da dupla, chamada *Novo systema de estudar a grammatica portugueza por meio de memória, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente*, de que temos conhecimento da edição de 1862 ([54]), sem saber se é a primeira e/ou se há reedições da obra. Policarpo José Dias Cruz, mencionado apenas por Parreira (2011) e Polachini (2013), publicou seu *compêndio* possivelmente pela primeira vez em 1853; ele seria reeditado até, pelo menos, 1879, sexta edição (cf. Apêndice A: 1853, [34]; 1863, [62]; 1865, [70]; 1879, [110]).

No final do século, principalmente nas duas últimas décadas, vemos diversas gramáticas serem reeditadas. A famosa *gramática portuguesa* de Ribeiro (1881), que foi considerada pela grande maioria das revisões históricas como aquela que promove tanto mudanças teórico-metodológicas (cf. Maciel 1910; Nascentes 1939; Elia 1975; Cavaliere 2001), quanto aquela que inicia a descrição de outro português, apresentando uma série de exemplos de fala usual do Brasil e, mais especificamente, do interior de São Paulo (cf. Vidal Neto 2008, Polachini 2013; Coelho, Danna & Polachini 2014; Coelho & Danna 2015; Polachini & Danna 2016), é reeditada diversas vezes até o final do século. O autor, nascido em 1845, morre precocemente em 1890, e, após esse ano, sua gramática é reeditada com apontamentos ou revisão de outros estudiosos⁷⁶. Conhecemos ao menos seis reedições, das quais cinco são publicadas no decênio de 1890 (cf. Apêndice A: 1881, [123]; 1885, [143]; 1893, [177]; 1896, [193]; 1899, [204]).

Observamos que algumas gramáticas, das quais a primeira edição (ou edição mais antiga conhecida) havia sido publicada em décadas ou anos anteriores a 1881, continuam a ser reeditadas após esse ano. Isso revela que a ruptura promovida por Ribeiro em (1881), embora tenha tido um grande impacto, como é possível ver sobretudo pelas revisões dessa produção (cf. item 1.5), não teve como resposta imediata a interrupção da circulação de obras anteriores, cuja inspiração teórica começava, naquele clima de opinião, a ser considerada ultrapassada. Na década de 1890, entretanto, que, não se veem reedições de obras anteriores à de Ribeiro (1881), com exceção de Coruja (em 1891) e Freire da Silva (em 1894). Este último, entretanto, parece ter modificado uma série de seus pressupostos (não todos, porém), pois é sabido que a edição mais antiga de seu compêndio, publicada em 1875, tem nas seções de ‘etimologia’ e ‘sintaxe’ um resumo da gramática “filosófica”

⁷⁶ Sabemos que foi revisada por João Vieira de Almeida, na quarta, de 1893, e quinta edição, de 1899; R. Lagoa, na sexta edição, de 1900. Não tivemos acesso à edição de 1896.

de Sotero dos Reis (1866, 1871). Entretanto, ao analisar a edição de 1894 (e também a de 1906), Parreira (2011) afirma que o texto de Freire da Silva estaria mais próximo da metodologia utilizada no final do século, que difere daquela de Sotero dos Reis, o que seria uma evidência da tentativa do autor de se adaptar às novas tendências – o que pode ter possibilitado que a obra persistisse em circulação por mais tempo (edições da gramática de Freire da Silva, que muda de título em dois momentos, em Apêndice A: 1871, [82]; 1875, [96]; 1879, [111]; 1883, [136]; 1886, [145]; 1894, [180]).

No final da década de 1880, há algumas gramáticas, todas do Rio de Janeiro, que afirmam, em seu subtítulo, estar seguindo um programa de exames (ver mais detalhes adiante). Quatro do ano de 1887, a saber, Gomes, Maciel, Pacheco & Lameira, Ribeiro (Apêndice A: respectivamente, [151], [152], [153], [154]) as quais são frequentemente mencionadas em revisões históricas, como inspiradas no Programa de Estudos do Colégio Pedro II, escrito por Fausto Barreto, no mesmo ano de publicação das gramáticas. Este programa apresenta quarenta e seis pontos que um estudante deveria saber para os exames preparatórios do Colégio Pedro II (cf. Ribeiro 2007:85-94), altamente prestigiado na época. Tais pontos poderiam vir ao encontro das mudanças que se promoviam na orientação das obras, que deixavam de seguir um modelo aproximado da filosofia aristotélica, via *grammaire* de Port-Royal, para seguir um modelo de inspiração histórico-comparativo. As quatro gramáticas supramencionadas, tiveram *reedições*. Não tivemos acesso à primeira edição de Gomes (1887, [151]), mas apenas à sexta, de 1895 ([187])⁷⁷, a qual é dada como modificada e já não menciona o programa, entretanto, o autor e a edição de 1887 de sua gramática são frequentemente citadas nas revisões históricas (cf. 1.5). Esta edição não apresenta os quarenta e seis itens como elementos organizadores da obra, os quais podem ter tido esse papel na sua primeira edição, tal como o têm na gramática de Pacheco & Lameira (1887, [153]), primeira edição, e em Ribeiro (1889, [167]), terceira (não tivemos acesso à edição de 1887 ([154]), ambas organizadas de acordo com os pontos do programa (cf. Apêndice B, FD13 e FD15). Como se vê, a gramática de João Ribeiro foi reeditada muito rapidamente. Na década de 1890, temos conhecimento ainda de sua quinta edição, de 1893 ([176]), da sexta, de 1894 ([183]), e da oitava de 1898 ([198]). A gramática de Pacheco & Lameira muda de título em 1894 ([181]) e passa ter outros critérios organizadores de conteúdos (que não os pontos do programa de 1887 ([153]). Maciel, da mesma forma, modifica o nome e a organização de

⁷⁷ Temos conhecimento também da sétima edição, de 1897 ([191]).

sua gramática na edição posterior, também de 1895 ([188]), no entanto, já não utilizava os pontos do programa como índice da obra desde a primeira edição (1887, [152]), a qual ele afirma, no prefácio, que já estaria pronta havia dois anos, ou seja, em 1885. Notamos, portanto, que as gramáticas de Ribeiro e Gomes obtiveram certo prestígio e foram reeditadas com mais frequência logo após sua publicação, ao passo que Maciel e Pacheco & Lameira reformularam seus textos e os republicaram com títulos e conteúdos diferentes quase uma década depois.

João Ribeiro foi autor de outras gramáticas. A obra relativa ao *Programa* era direcionada ao terceiro ano do nível secundário, mas o autor publicou também uma gramática para segundo ano (1888, [164]), uma destinada à instrução primária (1894, [182])⁷⁸, e outra caracterizada como elementar (1888, [163]) – pouco sabemos das reedições delas. É notável a preocupação didática do autor, a qual pode estar relacionada à melhor organização institucional da escola e dos níveis escolares no período. Outros gramáticos, sobretudo do final do século, também escreviam gramáticas para diferentes níveis, ainda que isso não fosse colocado tão explicitamente em títulos, como o era por João Ribeiro. Um exemplo é Boscoli, que escreve uma gramática para a “puerícia” (1895, [185]) e outra para qual não há um nível específico (1893-4, [178]; 1899, [199]), mas que certamente é mais aprofundada que a primeira. O mesmo faz Costa e Cunha, que escreveu duas gramáticas para o primeiro grau (1880, [118]; 1895, [186]) e uma para o examinando de português (1883, [133]) – além dos seus *Princípios de Gramática Histórica* (1883, [134]). Francisco Ferreira de Vilhena Alves escreve também gramáticas para diferentes níveis, nomeados infância (1896, [190]; 1897, [194]) e curso superior (1895, [184]). O próprio Julio Ribeiro traduz e adapta uma gramática inglesa para a infância (1887, [155]). Parece ser uma tendência comum no final do século escrever gramáticas para diferentes níveis de aprendizagem, mas há casos anteriores, como o de Freire da Silva, que publica seu compêndio da gramática portuguesa em 1871 ([82]) e, dado seu aprofundamento em edições posteriores modificadas, publica em 1879 ([112]) os *Rudimentos* (cf. Sacramento Blake 1883). Mais adiante trataremos do público alvo das gramáticas, seja ele definido

⁷⁸ A popularidade da obra parece ter sido bastante alta, visto que em 1900, foi publicada sua décima oitava edição. Não temos dados exatos, entretanto, de outras edições senão a de 1894 (da qual não sabemos o número) e a de 1900, de que citamos a referência bibliográfica (nos moldes do Apêndice A) adiante: 1900. RIBEIRO Fernandes, João (Sergipe 1860-1934). *Grammatica portugueza: curso primário, 1º anno de portuguez* [Gp] [Instrução Primária]. 18ª ed. “ref. e il. Com gravuras explicativas do emprego das preposições” [Edição posterior [174]]. Rio de Janeiro: Tip. Da Livraria Francisco Alves. 114p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.

por faixa etária, por instituição, por região etc. Por agora, ainda acerca da publicação, resta falar daquelas gramáticas das quais conhecemos somente uma edição.

Chama a atenção o fato de que gramáticas com grande número de *reedições* não sejam comumente mencionadas nas revisões históricas, são elas: na terceira edição, César (1834, Bahia, [14]), e Carneiro Ribeiro (1890, Bahia, [170]) – que não são os *Serões Grammaticais*, cuja primeira edição é do mesmo ano, mas os “Elementos de grammatica portugueza”; na quarta edição, Walter (1881, Pelotas, [125]) e Costa e Cunha (1895, Rio de Janeiro, [186]); na sétima, Borges (1887, Bruxelas, [104]) e, finalmente, na oitava, Martagão (1866, Bahia, [74]). Como vemos, a maior parte dessas gramáticas não eram produzidas nem publicadas na capital; isso talvez seja uma justificativa do seu esquecimento em diferentes crônicas históricas. Talvez a localização de sua publicação também limitasse o seu campo geográfico de circulação. Há ainda a possibilidade de que o número de exemplares por edição fosse pequeno, exigindo novas impressões.

O tipo de edição que denominamos *edição posterior com título modificado* reúne textos que conhecemos e textos assim classificados com base em comentários de Sacramento Blake. Há no *corpus* sete edições desse tipo. A primeira do século é a *reedição* de 1840 ([19]) do *Compendio de grammatica philosophica portugueza* de Costa Duarte, que fora publicado inicialmente em 1829 ([10]) como *Compendio de grammatica portugueza*, seu título e boa parte do conteúdo foram modificados. De acordo com os relatos de Sacramento Blake, a *Grammatica da lingua portuguesa* de Borges (1860, [28]), foi posteriormente publicada com novo título de *Resumo da grammatica portuguesa* (1877, [104])⁷⁹. Ainda de acordo com Sacramento Blake, temos conhecimento de que o *Compendio da grammatica portugueza* de Freire da Silva, publicado em 1875, seria *reedição* da gramática introdutória nomeada *Noções de prosódia e orthographia para uso da infancia que frequenta as aulas do primeiro grau do Instituto Santista, intercaladas de um resumo da etymologia e syntaxe, extrahido da Grammatica portugueza de Francisco Sotero dos Reis*, que o autor publicou com Leal, em 1871 ([82]); e que depois de algumas edições teria uma segunda mudança de título na 8ª edição de 1894, passando a se chamar apenas *Grammatica Portugueza* ([180]). Finalmente, duas gramáticas de final do século escritas de acordo com o Programa de Estudos do Colégio carioca Pedro II de 1887 e publicadas neste mesmo ano, são reeditadas sete e oito anos depois,

⁷⁹ Nas edições sem data, portanto, não considerada em nossas análises, há ainda outra edição da gramática de Borges, que, segundo Blake, anterior à *grammatica de language portugueza*, chamava-se *Epítome da grammatica portugueza*.

respectivamente em 1894 e 1895, com novos conteúdos e títulos, mas ainda consideradas *edições* daquelas de 1887, a saber: a *Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas* ([152]) de Maciel, que é republicada como *Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas* em 1895 ([188]); e as *Noções da grammatica portugueza* ([153]) de Pacheco & Lameira, que se tornam *Grammatica da lingua portugueza* ([181]). Todas as reedições mencionadas neste parágrafo, nos parece, configuram mudanças também no conteúdo das obras, o que faz com que as consideremos dentro da categoria de *edições específicas* e não como *reedições*.

R3. A publicação de gramáticas em diferentes regiões

Como se sabe, ao longo do século XIX, o Brasil passou por cinco estatutos políticos diferentes. No início do século, o território era colônia de Portugal. Em 1815, por conta da vinda da família real à colônia em 1808, passou a ser o Reino do Brasil, tornando-se parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Pouco tempo depois, em 1822, foi proclamada a Independência do Brasil, por D. Pedro, filho do rei português D. João IV, tendo início o Império do Brasil. Com a ida de D. Pedro I a Portugal e menoridade de Pedro II, houve o conturbado Período Regencial, entre 1831 e 1840. Finalmente, em 1889, proclamou-se a República no país, quando se instituíram os Estados Unidos do Brasil. A instabilidade política não provinha apenas de transições estruturais, mas também de movimentos revolucionários regionais, quase sempre com reivindicações de autonomia⁸⁰, e de confrontos. No mapa abaixo, retirado o Atlas Escolar do IBGE (Albuquerque, Reis, Carvalho 1977), podemos ter um panorama geral das mudanças territoriais ocorridas no século (indicadas pela data de criação de algumas províncias), há ainda indicação das revoltas e suas datas.

⁸⁰ Como foi o caso das seguintes revoltas: Guerra dos Cabanos (1832-1835), em Pernambuco; Cabanagem (1835-1840), no Pará; a Sabinada (1837-1838), na Bahia; a Balaiada (1838-1840), no Maranhão; e a Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul. Em consequência delas e de mudanças de governo, o período da regência é considerado o de maior instabilidade no século XIX. Nesse mesmo período, entretanto, criaram-se dois importantes centros de cultura para o Brasil: o Colégio Pedro II, como um modelo para os colégios provinciais, em 1837, e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, que tinha como objetivo a descrição geográfica e histórica do país como uma forma de “criar” um passado e um futuro para o país recém-independente (cf. Reis 2000).

Figura 7. Mapa do Brasil com divisões territoriais históricas (Albuquerque, Reis, Carvalho 1977)

Na tabela adiante, apresentamos dados relativos ao número de *gramáticas* e *edições específicas* (subscrito) publicadas em cada província em cada década do século XIX.

	1800	1810	1820	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890	Total
Rio de Janeiro / Capital Federal	-	2 ₁	5 ₄	3 ₂	7 ₃	10 ₈	15 ₉	15 ₈	29 ₂₁	16 ₈	101₆₃
Maranhão / São Luiz	-	-	1 ₁	-	1 ₁	3 ₁	3 ₁	4 ₁	1 ₀	-	13₆
Rio Grande (do Sul) / Porto Alegre / Pelotas	-	-	-	3 ₃	-	-	2 ₂	3 ₃	2 ₂	1 ₁	11₁₁
Bahia / Salvador	-	-	-	2 ₂	-	2 ₂	4 ₄	1 ₀	1 ₁	2 ₁	12₁₀
Pernambuco / Recife	-	-	-	-	3 ₂	1 ₀	2 ₂	4 ₄	-	-	10₈
Ceará / Fortaleza	-	-	-	-	-	-	2 ₂	1 ₁	-	-	3₃
Vitória / Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	-	1₁
Alagoas / Maceió	-	-	-	-	-	-	-	1 ₀	-	-	1₀
Pará / Belém	-	-	-	-	-	-	-	2 ₂	2 ₁	4 ₄	8₇
São Paulo / Campinas	-	-	-	-	-	-	-	3 ₂	10 ₄	6 ₁	19₇
Santa Catarina / Desterro	-	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	1₁
Dupla localização⁸¹	-	-	-	-	-	-	1 ₀	-	1 ₁	-	2₁
Exterior⁸²:	1 ₁	1 ₀	-	-	-	-	-	1 ₀	1 ₀	-	4₁
Sem localização	-	-	-	-	-	-	4 ₂	2 ₁	6 ₂	6 ₂	18₇

Quadro 15. Número de 'gramáticas' e 'edições específicas' por local e década

⁸¹ Rio de Janeiro e Ceará – Rubim (1862, [56]); Rio de Janeiro e Paris – Costa e Cunha (1883, [133]).

⁸² Em ordem de publicação: Lisboa (1806), Lisboa (1813), Lisboa (1851), Bruxelas (1877), Porto (1880).

É inegável que há predomínio da produção no Rio de Janeiro, que tem um número muito maior de obras publicadas e também uma maior diversidade de autores ao longo de todo o século. É no Rio de Janeiro também que ocorre a primeira impressão de uma gramática do Português no Brasil, em 1810, a *Arte de grammatica portugueza*, para uso de seus discípulos, de Fortes (cf. Kemmler 2013). São 51 autores diferentes na província/estado e 108 obras publicadas.

Na primeira década do século, temos somente a *Arte* de Fortes (1810, [2]) e sua reedição de 1816 ([4]). Na década de 1820, temos ainda reedições de Fortes (1825, [7]), e da, provável, primeira edição da *Grammatica* de Moraes Silva (1824, [6]), além dos textos, menos conhecidos, de Tilbury (1823, [5]), Alencastro (1828, [8]) e Loureiro (1828, [9]). No decênio seguinte, há uma pequena diminuição no número de publicações, duas edições da *Gramática Elementar* de Paz (1833, [13]; 1836, [18]) e a da “Arte” de Soares (1835, [17]).

A partir de 1840, foram publicadas no Rio de Janeiro as reedições do *Compendio* de Coruja (1846, [26]; 1847, [27]; 1849, [29]), que inicialmente havia sido publicado em Porto Alegre (1835, [16]). A “Arte” de Fortes é também reeditada (1844, [23]). Ademais, são publicadas as gramáticas de Cordeiro (1844, [22]), Lopes (1845, [24]), Passos (1848, [28]).

No decênio de 1850, é publicada outra reedição de Fortes (1851, [31]), além de outras oito das quais não conhecemos edições anteriores, são elas: Susano (1851, [32]), Cruz (1853, [34]), Silveira (1855, [38]), Passos (1855, [37]), Andrade (1856, [39]), Graça (1857, [40]), Alberto Junior (1859, [43]), Cruz (1859, [45]).

Na década de 1860, há uma série de reedições, uma delas é a última de Fortes que conhecemos (1862, [53]), há também duas de Coruja (1862, [52]; 1865, [69]), e de gramáticas mais recentes (da década anterior): Passos (1863, [64]) e Cruz (1863, [62]; 1865, [70]). De textos novos (de acordo com nosso conhecimento), temos Barker (1860, [46]), Bithencourt (1862, [50]), Ribeiro 1862, [55]), Pinheiro (1864, [67]), Castilho (1864, [65]), Grivet (1865, [71]), Soares (1868, [76]), Moraes (1869, [78]) e duas edições de Rubim (1860, [48]; 1862, [56]).

Nos anos 1870, temos duas outras edições de Coruja (1872, [87]; 1873, [92]), e a reedições de Silveira, que fora publicada na década 1850, de Rabelo (1872, [89]), publicada no fim da década anterior, e de Albuquerque, que havia sido publicado nas

décadas de 1840, 1850 e 1870 em Recife ([20], [21], [42], [91]). Ademais, há duas edições da Gramática Analítica de Ortiz e Pardal (1871, [83]; 1876, [102]). Outras gramáticas publicadas no decênio são as de Pinheiro (1870, [80]), Frazão (1874, [95]), Pimentel (1875, [95]), Costa (1876, [101]), Vieira (1877, [107]), Carvalho (1879, [109]), Santos (1879, [113]).

A década de 1880 concentra 29 gramáticas, das quais 8 são reedições e outras 20 são novas. Aquelas consistem de duas reedições da gramática de Ortiz e Pardal (1884, [137]; 1888, [162]), de Alberto Junior (1887, [146]) que é reedição da década de 1850, e Vieira (1881, [124]) e Costa (1887, [149]), que são reedições de obras da década anterior. Os textos novos (de acordo com nosso conhecimento) são: Carvalho (1880, [117]), Costa e Cunha (1880, [118]), Grivet (1881, [120]) – que já havia publicado outra gramática na década de 1860 –, Nogueira (1881, [122]), Mello (1882, [129]), Carvalho (1885, [140]), Rabelo (1885, [140]) – embora seja um texto póstumo, tem título diferente da gramática publicada no fim de 1868 e início de 1872 –, Boscoli & Paio (1887, [148]); gramáticas baseadas no programa de exames do Pedro II, que são Maciel (1887, [152]), Pacheco & Lameira (1887, [153]), Gomes (1887, [151]) e Ribeiro (1887, [154]), esta que é reeditada em 1888 e 1889 ([165], [167]); Ribeiro escreve ainda gramáticas para outros níveis de ensino, uma gramática elementar (1888, [163]), outra para o segundo ano (1888, [164]); e continuando até o final do decênio, Boscoli & Pacheco (1888, [156]); Lima (1888, [160]), Massa (1888, [161]), Vieira (1889, [168]) e, finalmente, Lacerda (188?, [169]).

Enfim, na última década do século, são publicadas no Rio de Janeiro apenas 15 obras, das quais 7 são novas e oito são reedições. Destas últimas, temos mais uma reedição de Coruja (1891, [172]), reedições da gramática para o 3º ano de Ribeiro (1891, [174]; 1893, [176]; 1894, [183]), reedições de Gomes da década anterior (1895, [187]; 1897, [196]), de Carvalho (1896, [191]) e de Boscoli (1899, [201]). Das novas, temos mais uma gramática de Ribeiro, destinada à instrução primária (1894, [182]), duas gramáticas de Boscoli (1893-4, [178]; 1895, [185]), Costa e Cunha (1895, [186]), Vieira (1898, [199]), Maia (1899, [203]), e finalmente as reedições renomeadas de Pacheco & Lameira (1894, [181]) e Maciel (1895, [188]), que haviam sido publicadas em 1887. Há ainda um número significativo de obras sem data, mas que provavelmente são do século XIX, são elas Costa ([209]) – que é reedição de obra das décadas de 1870 e 1880 –, Pimentel ([214]), Alberto Junior ([205]), Câmara ([207]), Cony ([208]), Muller ([212]). Após essa exaustiva lista de obras publicadas no Rio de Janeiro, veremos aquelas publicadas em outras províncias/estados.

Maranhão

O Maranhão, pode-se dizer, é uma das províncias onde a publicação de gramáticas é precoce, pois é iniciada em 1829, com Costa Duarte ([10]). Os outros autores maranhenses são os gramáticos Condurú, Sotero dos Reis, Freire da Silva (que posteriormente iria para São Paulo) e Nunes Leal. Costa Duarte publica em 1829 a sua gramática, a qual seria bastante modificada (sobretudo por meio de longas e críticas notas de rodapé) e receberia um novo título em publicação de 1840 ([19]). Esta última seria reeditada até pelo menos 1877, como já foi dito anteriormente (reedições: [33], [44], [105]). Condurú publica a primeira edição de sua gramática em 1850 ([30]), mas tivemos acesso somente à décima terceira edição da obra, de 1888 ([157]). Assim, não nos foi possível observar eventuais modificações entre edições; é possível, entretanto, diante do número de reedições, atestar o prestígio da obra no período. Sotero dos Reis, conhecido também por seus volumes sobre a história da literatura brasileira e portuguesa, publica a primeira edição de sua gramática em 1866, a qual tem duas reedições póstumas (esparçadamente corrigidas por seus filhos) em 1871 e 1877 (respectivamente: [75], [85] e [106]). Pedro Nunes de Leal, ao qual foram dedicadas as gramáticas de Sotero dos Reis, escreve junto com Freire da Silva uma gramática, publicada em 1871, na qual extrai e resume a ‘Etimologia’ e a ‘Sintaxe’ da gramática de Sotero dos Reis ([82]). Ressaltamos que a produção maranhense toda filia-se à *grammaire générale* francesa, mas as obras diferem entre si em diversos aspectos, como veremos no Capítulo 4; entretanto, Freire da Silva, anos depois, já morando em São Paulo, aproximou seus métodos da gramática histórico-comparativa.

Rio Grande do Sul

Outra produção precoce é a do Rio Grande do Sul, pois em 1832 publica-se em Porto Alegre uma reedição do *Epitome* de Morais Silva ([12]), cuja primeira edição havia sido publicada em Lisboa, em 1806. Esta reedição é modificada, visto que no catálogo da biblioteca há a seguinte observação “E agora mais resumido, e em fôrma de dialogo, para uso dos meninos”. Em 1834, é publicado o *Compendio de grammatica da lingua portugueza ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos*, de Lopes ([15]), da qual não temos informações acerca de possíveis reedições. Em 1835, Coruja publica seu

célebre *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense* em Porto Alegre, em 1835 ([16]). Esta gramática posteriormente (ao menos desde a 4ª edição, de 1846) foi publicada no Rio de Janeiro, para onde o gramático também se mudou; o título da obra, que faz referência à província do Rio Grande do Sul, entretanto, não foi modificado. A obra parece ter tido bastante sucesso, já que foi reeditada, com algumas revisões e modificações, ao menos até 1891 (edição sem número), quase sessenta anos após a primeira edição. A produção gramatical riograndense é, de acordo com os dados obtidos, descontínua, já que na década de 1830 são publicadas três gramáticas de diferentes autores, mas não há publicações de gramáticas até a década de 1860, na qual são publicadas as gramáticas de Tibault (1862, [60]) e Koeffer (1863, [63]); na década seguinte e início de 1880, Villeroy (1870 [81]) e Walter (1879 [115] e [116], 1881 [125]). Os sobrenomes sinalizam a imigração de estrangeiros de diferentes nacionalidades para a província naquele século. Há duas outras gramáticas publicadas até o final do século. Uma delas, cuja terceira edição (única que conhecemos) de 1882, chama-se *Grammatica elementar*, escrita por Hillario Ribeiro de Andrade e Silva ([131]), apresenta um subtítulo em que se diz, em subtítulo, adotada em diversas províncias do país, a saber: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e município neutro. Outra, publicada em fins do século, em 1899, é de Bibiano Francisco Almeida e chama-se *Compendio de grammatica da lingua portugueza dedicado aos estudantes rio-grandenses* ([200]), não sabemos se é a primeira edição. Dos nomes mencionados, Moraes Silva e Coruja são os mais conhecidos, de acordo com a análise que fizemos das das revisões históricas (cf. item 1.5). Ressaltamos, entretanto, que o primeiro era natural do Rio de Janeiro (mas morava em Pernambuco) e faleceu em 1823; a gramática publicada no Rio Grande do Sul parece ser uma adaptação do original de 1806 feita por autores anônimos, os quais provavelmente residiam na província. Esta adaptação, entretanto, não é mencionada em nenhuma das revisões históricas que consultamos. Coruja, por sua vez, fugiu de Porto Alegre para a capital do país durante a revolução Farroupilha e lá publicou as edições subsequentes de sua gramática até o final de sua vida. Como vimos, a tradição riograndense de produção gramatical, embora seja precoce e tenha número de obras e autores considerável, é pouco lembrada nas revisões históricas.

Bahia

Na Bahia, as primeiras gramáticas publicadas, em 1832 e 1834, são de um mesmo autor, Casemiro Ferreira César. Chamam-se “Manual pratico ou methodo do ensino recopilado dos mais adoptados e mais próprios para as aulas da lingua nacional do Brazil” e “Grammatica portugueza” ([11] e [14]). A segunda é terceira edição, não sabemos ao certo se seria uma reedição de 1832 com texto modificado ou realmente outra obra.

Depois, em 1854, é publicada a gramática de José Ferreira dos Santos Cajá ([35]). Ainda da década de 1850, conhecemos a *Grammatica ecletica-rudimentaria*, de Philippe Jose Alberto Junior, da qual temos dados apenas da quinta edição, de 1858 ([41]); não temos informações sobre as edições anteriores, mas sabemos que foi reeditada até pelo menos 1887 ([146]).

Na década de 1860, quatro gramáticas de quatro autores diferentes são publicadas: *Elementos de grammatica portugueza*, de Carvalho (1863, [61]), *Grammatica Geral*, de Murici (1864, [66]), *Compendio grammatical, reduzido a dialogo, para uso dos principiantes*, de Ibirapitanga (1865, [72]) e *Compendio da grammatica da lingua portugueza*, de Martagão (1866, [74]).

Nas décadas seguintes, há uma reedição de Ibirapitanga (1875, [97]), outra obra de Martagão (s.d., [211]) e três gramáticas de Carneiro Ribeiro, duas mais amplamente conhecidas, *Grammatica philosophica* (1877, [120]) e os *Serões Grammaticaes* (1890, [170]), e outra não mencionada em revisões históricas, *Elementos de grammatica portuguesa*, cuja primeira edição é de 1885 (383).

Pernambuco

Pernambuco é a última província a iniciar sua produção gramatical na primeira metade do século. Um autor bastante popular da província é Salvador Henrique de Albuquerque, que publica ao menos quatro títulos entre as décadas de 1840 e 1870 (1841, [20]; 1844, [21]; 1846, [25]; 1858, [42]; 1873, [91]). Um deles, o *Compendio de grammatica portugueza*, está em sua sexta edição em 1846 (não tivemos conhecimento das edições anteriores). Dentre as outras gramáticas produzidas na província, está o *Breve compêndio* de Frei Caneca, que é publicado postumamente em 1876 ([100]). Também publicam na província Senna (1862, [57]), Taylor (1871, [86]) e Souza (1879, [114]), de cujas gramáticas conhecemos uma única edição.

Outras localidades

Seis províncias teriam publicações na apenas segunda metade do século, a partir de 1861, são elas (por ordem cronológica de aparecimento das obras): Ceará, Espírito Santo, Alagoas, Belém, São Paulo e Santa Catarina. Muitas dessas províncias, porém, concentram sua produção em um único autor e poucas obras: do Ceará temos conhecimento de duas gramáticas de Manuel Soares da Silva Bezerra (1861 [49], 1865 [68], 1877 [103]); do Espírito Santo, conhecemos somente o “Novo systema de estudar a grammatica portugueza”, de 1862, de autoria de José Ortiz ([54]) -- que posteriormente publicaria gramáticas no Rio de Janeiro, junto com Candido Pardal; de Alagoas, temos notícia somente do “Resumo da grammatica portugueza”, de 1871 (segunda edição), de José Alexandre Passos ([84]); finalmente, de Santa Catarina, temos notícia da *Grammatica Portugueza* de Lapagesse, nascido na França, de 1888 ([159]).

As províncias do Pará e de São Paulo, muito embora tenham um grande número de obras publicadas, têm produção tardia em relação a grande parte das regiões já mencionadas, uma vez que suas publicações se iniciam apenas na década de 1870.

O Pará tem um número mais variado de autores, são seis. Souza publica sua gramática portuguesa em 1872 ([90]). Da gramática elementar de Marques temos conhecimento da segunda (1875, [98]) e quarta (1882, [128]) edições. Ainda na década de 1880, há o compêndio de Cardoso (1889, [166]). As outras quatro gramáticas são da última década do século, a saber: de Alves, a *Grammatica Portugueza* (1895, [184]) e a *Primeira grammatica da infancia* (1896, [190]); os *Elementos de grammatica*, de Luz (1896, [192]), e, finalmente, a *Grammatica Primaria* de Brito (1899, [202]).

São Paulo tem apenas autores nesse período, os quais produziram diversas obras, a saber: Freire da Silva, que publicou um *Compendio da grammatica portugueza* (1875, [96]; 1879, [111]; 1883, [136]; 1886, [145]; 1894, [180] – esta última edição com título modificado para *Grammatica Portugueza*), cuja primeira edição, como vimos, fora publicada no Maranhão, e os *Rudimentos* (1879, [112]), e Julio Ribeiro, considerado o gramático que promoveu a ruptura como o modelo filosófico ou geral de gramática em sua *Grammatica Portugueza* de 1881 ([123]), que teve uma série de reedições (1885, [143]; 1893, [177]; 1895, [189]; 1896, [193]; 1899, [204]). Ressaltamos que as edições da gramática de Ribeiro da década de 1890 são corrigidas ou modificadas por outros estudiosos do período, dado que são edições póstumas. Ribeiro publicou também uma *Grammatica Analytica*, em 1885 ([142]), da qual não temos muitas informações; também traduziu e adaptou outra gramática, que nomeou de *Holmer brasileiro ou grammatica da*

puericia, que seria tradução da *Introduction to English Grammar* de G. F. Holmes, em 1887 ([155]). O último autor é Feitosa, que cuja *Grammatica das escolas*, baseada em Pierre Larousse, foi bastante reeditada (1882, [127]; 1883, [135]; 1886, [144]).

Na maior parte das províncias e estados, a publicação de gramáticas concentra-se na segunda metade do século, o que não poderia ser diferente, visto que há 29 gramáticas publicadas até 1849, ao passo que são publicadas 171 entre 1850 e o final do século. A produção da segunda metade do século é cinco vezes maior do que a da primeira parte. Isso possivelmente se dá por razões bastante conhecidas na história social, política e econômica do Brasil, como a estabilização política a partir do Segundo Império e o crescimento da produção do algodão e, posteriormente, do café em regiões como Maranhão e São Paulo (para um resumo deste contexto cf. Polachini 2013).

É de se ressaltar a ausência de publicação de gramáticas em algumas províncias, são elas, em ordem alfabética, Amazonas (que existe como estado apenas a partir de 1850, antes seu território era predominantemente parte da província do Grão-Pará), Cisplatina (que está no mapa Brasileiro apenas entre 1821 e 1828), Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná (que entra no mapa apenas em 1853, antes o seu território era predominantemente parte de São Paulo), Piauí, Rio Grande do Norte e, finalmente, Sergipe (que passa a existir como tal apenas depois de 1821, antes era predominantemente parte da Bahia). Há, entretanto, uma gramática dedicada à província de Minas Gerais, Brandão (1882, [126]), da qual não temos informações acerca do local de publicação. Há também outra, de Andrade e Silva (1882, [131]), publicada em Porto Alegre, que é dedicada a alguns estados do Sul e Sudeste, incluindo o Paraná, como vimos.

R4. Casas impressoras

Das 204 gramáticas, pudemos determinar com precisão a casa impressora de 98. Separamos essas por local de publicação no quadro adiante:

Local	Casa Impressora	Gramáticas	Nº de obras	Período
Exterior (4)	Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira	Morais Silva 1806	1	1806
	Lisboa: Typographia Lacerdena	Morais Silva 1813	1	1813
	Bruxelas: Tip. Guyot	Borges 1877	1	1877
	Porto: Tip. Comercial Portuense	Rubim 1880	1	1880
	Imprensa Régia, Tipografia Nacional	Fortes 1810 Fortes 1816	4	1810-1863

Rio de Janeiro (48)		Loureiro 1828 Passos 1863		
	Typographia de Silva Porto, e Comp.	Morais Silva 1824	1	1824
	Col. B. Ottoni	Cordeiro 1844	1	1844
	Typ. do G. Globo	Lopes 1845	1	1845
	Tipografia Francesa	Coruja 1846 Coruja 1847	2	1846, 1847
	Tip. De M. A. Silva Lima	Passos 1848	2	1848
	Laemmert	Susano 1851 Bithencourt 1862	2	1851, 1862
	Typ. do Commercio de Brito & Braga	Passos 1855	1	1855
	Morderna	Alberto Junior 1859	2	1859
	B. L. Garnier	Pinheiro 1864 Lacerda 1887	2	1864-1880
	Francisco Alves, Nicolau Alves, Livraria Clássica [de Alves]	Pinheiro 1870 Ortiz & Pardal 1873 Ortiz & Pardal 1876 Ortiz & Pardal 1884 Ribeiro 1887 Ortiz & Pardal 1888 Ribeiro 1888 Ribeiro 1888 Ribeiro 1888 Ribeiro 1889 Coruja 1891 Ribeiro 1891 Ribeiro 1893 Pacheco & Lameira 1894 Ribeiro 1894 Ribeiro 1894 Carvalho 1896 Boscoli 1899	18	1870-1899
	Typographia de Esperança de Gaspar João José Vellozo	Rabelo 1872 Coruja 1873	2	1872, 1873
	Typ. Quirino & Irmão	Silveira 1872 Alberto 1887	2	1872, 1887
	Tip. Escola	Costa 1876 Costa 1887	2	1876, 1887
	Typ. de A. Santos	Nogueira 1881	1	1881
	J. G. de Azevedo / Livraria Academica de J. G. Azevedo	Costa e Cunha 1883 Pacheco & Lameira 1887 Costa e Cunha 1895 Gomes 1895 Gomes 1897	5	1883-1897
	Typ. Central de Evaristo Rodrigues da Costa	Maciel 1887	1	1887
	H. Lombaerts	Massa 1888	1	1888
Maranhão (8)	Tipografia Nacional [?]	Costa Duarte 1829	1	1829
	Livraria do Editor F. Frutuoso Ferreira	Costa Duarte 1853	1	1853
	Tipografia do Frias	Costa Duarte 1859	1	1859
	Antonio Pereira Ramos D'Almeida	Costa Duarte 1862	1	1862
	Tip. De B. de Matos	Sotero dos Reis 1866	1	1866
	Typ. de R. d'Almeida & C.	Sotero dos Reis 1871	1	1871
	Livraria de Magalhães	Sotero dos Reis 1877	1	1877

	Typ. do Paiz	Condurú 1888	1	1888
Rio Grande / Porto Alegre (4)	C. Dubreuil	Morais Silva 1832	1	1832
	V. F. Andrade	Coruja 1835	1	1835
	Typ. do Rio-grandense	Villerooy 187	1	1870
	Livreiro Rodolpho José Machado	Almeida 1999	1	1899
Recife / Pernambuco (6)	Tip. do Santos	Albuquerque 1841 Albuquerque 1844 Taylor 1871	3	1841-1871
	Tip. Universal	Albuquerque 1858	1	1858
	Typ. Commercial	Albuquerque 1873	1	1873
	Typographia Mercantil	Caneca 1876	1	1876
Bahia (6)	A. J. N. M. Bandeira:	Caja 1854	1	1854
	Tip. Poggetti:	Carvalho 1863	1	1863
	Typ. Constitucional de França Guerra	Murici 1864	1	1864
	Off. Litho-typ de J. C. Tourinho:	Ibirapitanga 1875	1	1875
	Economica	Carneiro Ribeiro 1890	1	1890
	Imprensa Popular	Carneiro Ribeiro 1890	1	1890
Ceará (3)	Tip. Social	Bezerra 1861 Bezerra 1865	2	1861, 1865
	Typographia Cearense	Rubim 1862	1	1862
Belém/ Pará (4)	C. Seidl	Marques 1875	1	1875
	Tavares Cardoso	Cardoso 1889	1	1889
	Typ. de Pinto Barbosa e Ca.:	Alves 1895	1	1895
	Pacheco & Barbosa:	Alves 1896	1	1895
São Paulo / Campinas (15)	Typ. do Frias [?]	Freire da Silva 1875	1	1875
	Tip. Jorge Seckler	Freire da Silva 1879 Ribeiro 1881 Freire da Silva 1883 Freire da Silva 1888	3	1879-1888
	Gazeta de Campinas	Feitosa 1882 Feitosa 1883 Feitosa 1886	3	1882-1886
	Ty. de Leroy King:	Ribeiro 1885	1	1885
	Teixeira (& Irmão):	Ribeiro 1885 Ribeiro 1896	3	1885-1896
	J. B. Endrizzi & C	Freire da Silva 1894	1	1894
	Grande Livraria Paulista:	Ribeiro 1895	1	1895
	Miguel Melilo:	Ribeiro 1889	2	1899-1900

Quadro 16. Casas impressoras de cada gramática em cada década e cada local

Poucas casas impressoras imprimiram mais do que duas gramáticas, são elas: no Rio de Janeiro, a Imprensa Régia, que posteriormente passa a se chamar Tipografia Nacional e que imprime gramáticas ao menos de 1810 a 1863; Francisco Alves, que se destaca pelo grande número de gramáticas e reedições impressas, sobretudo de João Ribeiro, de 1870 ao fim do século; J. G. de Azevedo, que imprimiu quatro gramáticas nas últimas duas décadas do século; em Recife, há a Tipografia do Santos, que imprimiu pelo menos três gramáticas entre o início de 1840 e o início da década 1870; em São Paulo,

destacam-se a Tipografia Jorge Seckler, entre o fim da década de 1870 e início de 1880, e a Gazeta de Campinas, na década de 1880.

É interessante notar que há pouca fidelidade dos autores com as casas impressoras. Exceto pelos casos de João Ribeiro e Feitosa, que imprimem apenas em uma casa (respectivamente, Francisco Alves (Rio de Janeiro) e Gazeta de Campinas (São Paulo)), todos os outros mudam de casas publicadoras a cada edição de suas gramáticas. Coruja, por exemplo, cujo compêndio tem uma longa vida, publica a primeira edição dele, de 1835, em Porto Alegre, na V. F. Andrade, as edições de, já no Rio de Janeiro, 1846 e 1847, na Tipografia Francesa, a de 1873 na Tipografia Esperança, e, finalmente, a última edição conhecida, já póstuma, de 1891, na Francisco Alves. A mudança de casas publicadoras também se dá quando há pouca diferença de tempo entre as publicações, como é o caso de Costa Duarte, que publica a edição de 1853 com Fl. Frutuoso Ferreira, e, em 1859, a imprime na Tipografia do Frias. Sotero dos Reis, similarmente, imprime em três tipografias diferentes as três edições de sua gramática: em 1866, na Tipografia de B. de Matos, em 1871, na Tipografia de R. d'Almeida & C., e em 1877, na Livraria de Magalhães.

R5. Escolhas de títulos ao longo do século

Dada a enorme diversidade de títulos, criamos categorias abstratas antes de analisá-los e comentá-los. Assim, distinguimos cinco grandes tipos de título (as quais já expomos detalhadamente no capítulo 2), a saber: (1) que se iniciam e apresentam apenas o termo ‘gramática’ – cuja sigla é G; (2) que se iniciam por ‘gramática’ e contém algum outro termo em seguida, como ‘elementar’, ‘analítica’ – cuja sigla é Gx; (3) que não contém o termo ‘gramática’, como “noções de língua portuguesa” – cuja sigla é X; (4) que não se iniciam por um termo, como ‘compêndio’, e em seguida apresentam o termo ‘gramática’ – cuja sigla é Xg; (5) finalmente, que se iniciam por outro termo, como ‘compêndio’, em seguida apresentam ‘gramática’ e, finalmente, outro termo, como ‘da infância’, cuja sigla é Xgx. Todos esses podem ou não ser acompanhados por designações da língua descrita, no caso, o português, como: ‘português’, ‘língua portuguesa’ e ‘língua nacional’, cujas siglas são respectivamente: p, lp e ln. Escolhemos a divisão estrutural a fim de observar os sentidos que cada palavra tem na ordenação do título, a qual analisamos adiante.

Inicialmente, separamos os tipos mais gerais de título por décadas, obtendo os seguintes resultados, em tabela, em que distinguimos o número de *gramáticas* do número de *edições específicas* (subescrito), e em gráfico, este último considera somente o número de *gramáticas*:

Década	G [Gp, Glp, nGp, nGlp]	Gx [Gx, Gpx, Gxlp, Gxb, Gxp]	X [X, Xlp, Xp]	Xg [Xg, Xgp, Xglp, Xgln, Xgn]	Xgx [Xgx, Xgpx, Xgxlp]
1800	-	-	-	1 ₁	-
1810	-	-	-	3 ₁	-
1820	1 ₁	1 ₁	-	4 ₃	-
1830	1 ₁	2 ₁	1 ₁	4 ₃	-
1840	1 ₁	-	-	9 ₄	1 ₁
1850	1 ₁	2 ₂	-	11 ₈	2 ₀
1860	3 ₃	5 ₅	-	21 ₁₃	5 ₃
1870	5 ₃	7 ₅	2 ₂	22 ₁₁	1 ₀
1880	11 ₈	19 ₁₁	-	19 ₉	3 ₃
1890	19 ₈	5 ₅	-	9 ₃	2 ₁
TOTAL	42₂₆	41₃₀	4₄	103₅₈	14₈

Tabela 3. Número de gramáticas de cada tipo de título por década

Figura 8. Gráfico de frequência de tipos de títulos ao longo do século

Os títulos de tipo Xg são os mais frequentes até a década de 1880, quando a incidência deles começa a diminuir, ao passo que os títulos de tipo Gx tornam-se os mais comuns, cresce também nessa década o tipo de título G, o qual, por sua vez, em 1890 torna-se o mais comum, dada a queda do tipo Gx. Há poucos títulos dos tipos X e Xgx ao longo de todo o século.

Adiante, observamos em maior especificidade os títulos de cada tipo e sua frequência ao longo do século. O número de *edições específicas* está subscrito.

<i>Espécies</i>	Década Gx	1800 1810	1820	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890	Total
<i>Público</i>	G. primária	-	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	1 ₁
	G. da infância	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	-	1 ₁
	G. da puerícia	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	1 ₁	2₂
	G. infantil	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	1 ₁
	G. das escolas	-	-	-	-	-	-	-	3 ₁	-	3 ₁
<i>Método de exposição</i>	G. elementar	-	-	-	-	1 ₁	-	2 ₂	7 ₄	-	10₇
	G. elementar e metódica	-	-	2 ₁	-	-	1 ₁	-	-	-	3₂
	G. descritiva	-	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	1 ₁
	G. eclético-rudimentária	-	-	-	-	1 ₁	-	-	1 ₀	-	2 ₁
	G. analítica	-	-	-	-	-	2 ₂	-	3 ₃	-	5₅
	G. analítica e explicativa	-	-	-	-	-	-	3 ₁	2 ₀	-	5 ₁
	G. prática	-	-	-	-	-	-	-	-	2 ₂	2₂
	G. teórica e prática	-	-	-	-	-	-	1 ₁	1 ₁	-	1 ₁
<i>Base teórica</i>	G. filosófica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁
	G. geral	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	-	1 ₁
	G. razoável	-	1 ₁	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁
	G. histórica	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	1 ₁

Tabela 4. Espécies de títulos Gx e número de ocorrências por década

É notável que a maior parte dos títulos é idiossincrática, isto é, apresenta-se uma única vez. As exceções estão em negrito, são elas: ‘gramática da puerícia’ (2 *edições específicas*), ‘gramática elementar’ (7 *edições específicas*), ‘gramática analítica’ (5 *edições específicas*) e ‘gramática prática’ (2 *edições específicas*).

Além disso, há três *espécies* de título Gx. Há aqueles que explicitam o *público* a que é direcionado a gramática, como é o caso das gramáticas primária, da infância, da puerícia, infantil e elementar – como é o caso das quatro primeiras, de cima para baixo, que aparecem na tabela. Há também aqueles que dizem respeito à *maneira como se dá a exposição do conteúdo de obra*, como é o caso das gramáticas ‘elementar’, ‘elementar e metódica’, ‘descritiva’, ‘eclético-rudimentária’, ‘analítica’, ‘analítica e explicativa’, ‘prática’, ‘teórica e prática’. Finalmente, encontramos títulos que enfatizam a *base teórica* da gramática, como é o caso da ‘filosófica’, ‘geral’, ‘razoável’ e ‘histórica’.

X Década	1800	1810	1820	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890	Total
Manual ou método	-	-	-	1 ₁	-	-	-	-	-	-	1 ₁

Noções	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	1 ₁
Explicador	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	1 ₁
Manual do examinando	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	1 ₁

Tabela 5. Títulos X e número de ocorrências por década

Todos os títulos desse tipo são idiossincráticos. No caso dos títulos de tipo X, há apenas uma espécie, aquela que explicita a maneira como o conteúdo é exposto (‘noções’, ‘método’) e/ou o tipo da obra (‘manual’, ‘explicador’, ‘manual do examinando’), em geral enfatizando o papel pedagógico da obra.

Década Xg	1800	1810	1820	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890	Total
Arte	-	2 ₁	1 ₀	1 ₁	1 ₀	2 ₀	1 ₁	-	-	-	8₃
Breve compêndio	-	-	-	-	2 ₁	-	-	1 ₁	-	-	3₂
Breve explicação	-	-	1 ₁	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁
Compêndio	-	-	1 ₁	2 ₂	5 ₂	5 ₄	10 ₅	11 ₃	4 ₁	3 ₁	41₁₉
Curso	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	-	1 ₁
Elementos	-	-	-	-	-	1 ₁	2 ₂	-	3 ₂	3 ₂	9₇
Epítome	1 ₁	1 ₀	-	1 ₀	-	-	-	-	-	-	3 ₁
Lições	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	1 ₁	-	1 ₁
Noções	-	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	1 ₁
Noções de análise	-	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	1 ₁
Novo compêndio de eloquência	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	-	-	1 ₁
Novo método	-	-	-	-	-	-	2 ₁	-	-	-	2 ₁
Novo sistema de estudar	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	-	1 ₁
Postilas	-	-	-	-	-	1 ₁	-	2 ₂	-	-	3₃
Preliminares	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	-	1 ₁
Primeiras noções	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	1 ₀	-	2 ₁
Primeiro / Segundo / Terceiro livro	-	-	-	-	-	-	-	2 ₂	1 ₁	-	3 ₃
Rascunhos	-	-	-	-	-	-	-	-	2 ₁	-	2 ₁
Resumo	-	-	1 ₁	-	-	1 ₁	2 ₁	2 ₁	1 ₁	-	6₄
Resumo explicativo	-	-	-	-	1 ₁	-	-	-	-	-	1 ₁
Rudimentos	-	-	-	-	-	-	-	2 ₂	1 ₁	-	3₃
Serões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	1 ₁
Tratado	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	1 ₁

Tabela 6. Espécies de títulos Xg e número de ocorrências por década

A grande maioria dos títulos são idiossincráticos, exceto por ‘arte’ (3 *edições específicas*), ‘breve compêndio’ (2 *edições específicas*), elementos (7 *edições específicas*), ‘postilas’ (3 *edições específicas*), ‘resumo’ (4 *edições específicas*),

‘rudimentos’ (3 *edições específicas*) e o notável ‘compêndio’ (19 *edições específicas*). Ademais, no caso dos títulos Xg, há certa similaridade com os títulos X, visto que há apenas uma *espécie*, aquela que explicita a maneira como o conteúdo é exposto (‘breve explicação’, ‘resumo explicativo’, ‘novo método’, ‘noções’, ‘noções de análise’, ‘postilas’, ‘primeiras noções’, ‘resumo’, ‘resumo explicativo’, ‘rudimentos’, ‘tratado’) e o tipo da obra (‘arte’, ‘breve compêndio’, ‘compêndio’, ‘curso’, ‘elementos’, ‘epítome’, ‘lições’, ‘novo compêndio’, ‘novo sistema de estudar’, ‘preliminares’, ‘rascunhos’, ‘serões’), em geral enfatizando o papel pedagógico da obra.

<i>Espécies</i>	Década Xgx	1810	1820	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890	Total
Base teórica	Compêndio – filosófica	-	-	-	1 ₁	2 ₀	2 ₁	1 ₀	-	-	5 ₂
	Epítome – filosófica	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	-	1 ₁
	Postilas – geral	-	-	-	-	-	2 ₁	-	-	-	2 ₁
	Princípios – g. histórica e comparada	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	1 ₁
Público	Pequena – da infância	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	1 ₁
	Primeira – da infância	-	-	-	-	-	-	-	-	2 ₁	2 ₁
Exposição	Método – analítica	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	1 ₁

Tabela 7. Espécies de títulos Xgx e número de ocorrências por década

Apenas ‘compêndio da gramática filosófica’ aparece mais de uma vez, em 2 *edições específicas*. Quanto ao sentido dos termos, em títulos Xgx, encontramos as mesmas espécies encontradas no tipo Gx no que diz respeito ao x após o termo ‘gramática’, a saber: base teórica (‘filosófica’, ‘geral’, ‘histórica e comparada’), público (‘infância’) e método de exposição (‘analítica’). O X inicial, por outro lado, apresenta sempre aspectos relativos à maneira de exposição dos conteúdos da obra ou tipo de texto (‘compêndio’, ‘postilas’, ‘princípios’, ‘pequena’, ‘primeira’, ‘método’). É notável, portanto, que os termos que vêm após ‘gramática’ tendem a especificar a gramática quanto a três aspectos que, como acabamos de ver, são *base teórica*, *público* e *modo de exposição de conteúdo*. Os termos que vêm após o termo ‘gramática’ ou os títulos em que o termo ‘gramática’ não aparece significam apenas o *modo de exposição de conteúdo* e/ou o *tipo tradicional de texto*.

A maior parte dos títulos que tem termos com significado relativo a *base teórica*, de Gx e Xgx, referem-se à uma base filosófica (3 *edições específicas*), geral (2 *edições*

específicas), razoável (1 *edição específica*), as quais estariam relacionadas à *grammaire générale*, que, como vimos no item 4.1, considerava a linguagem uma expressão do pensamento e não raro usava conceitos próprios da lógica e, portanto, da filosofia para basear suas técnicas de análise. Os títulos são uma evidência da grande influência que essa tradição na gramaticografia brasileira até, pelo menos, 1880. Os outros dois títulos com termos cujos significado refletem uma base teórica aproximam-se da gramáticas histórica e comparativa, visto que um chama-se ‘gramática histórica’ e outro ‘princípios de gramática histórica e comparada’, ambos do final do século – respectivamente das décadas de 1870 e 1880 –, momento em que esse modelo de descrição linguística ganhava estima no país (cf. item 1.5).

Ao fazer essa distribuição em cinco tipos de título e observar sua incidência na produção gramatical brasileira nas tabelas acima, pudemos, primeiramente, observar que a grande maioria dos termos “x”, estejam elas em títulos do tipo [Gx], [X], [Xgx], são idiossincráticas, isto é, aparecem em um único título. Este é o caso dos seguintes títulos: do tipo [Gx], ‘g. primária’, ‘g. da infância’, ‘g. da puerícia’, ‘g. das escolas’, ‘g. prática’, ‘g. filosófica’, ‘g. geral’, ‘g. razoável’, ‘g. descritiva’, ‘g. eclético-rudimentária’; do tipo [X], ‘breve explicação’, ‘curso’, ‘diálogo’, ‘epítome’, ‘lições’, ‘noções’, ‘novo método’, ‘novo sistema de estudar’, ‘postilas’, ‘preliminares’, ‘princípios’, ‘rascunhos’; e do tipo [Xgx] ‘compêndio da g. filosófica’, ‘epítome da g. filosófica’, ‘postilas de g. geral’, ‘primeira g. da infância’, ‘método da g. analítica’.

Há, entretanto, tipos de título que se repetem com alguma frequência. Do tipo [Xg], temos, por exemplo, (em ordem de mais frequente para menos frequente): ‘compêndio’ (41 *gramáticas*, 19 *edições específicas*), ‘elementos’ (9 *gramáticas*, 7 *edições específicas*), ‘resumo’ (6 *gramáticas*, 4 *edições específicas*) e ‘arte’ (8 *gramáticas*, 3 *edições específicas*), ‘rudimentos’ (3 *gramáticas* e *edições específicas*), e “breve compêndio” (3 *gramáticas*, 2 *edições específicas*). A frequência de Xg-compêndio é tão alta que chega a ser similar àquela do tipo G (38 *gramáticas*, 24 *edições específicas*) (que inclui Gp. Glp. nGp, nGlp). Notamos, aliás, que há certa alternância de predominância entre esses dois tipos de título ao longo do século, a qual demonstramos nos gráficos adiante:

Figura 9. Gráfico de frequência de títulos G e XG-compêndio em edições específicas

Considerando apenas *edições específicas*, até a década de 1840, a frequência dos dois tipos de título é similar; na década de 1850 há um grande crescimento de Xg-compêndio, que se mantém até a década de 1860, a partir de então um número cada vez menor de gramáticas apresenta no título a palavra “compêndio”, que aparece em uma única gramática nos dois últimos decênios do século. O título do tipo G, por outro lado, não era frequente no início do século, tendo uma gramática por década entre 1810 e 1850. Em 1860 passa a haver mais gramáticas com esse tipo de título, em 1870 tem o mesmo número de gramáticas de XG-compêndio publicadas, 3. No decênio de 1880, momento de decréscimo do título XG-compêndio, há amplo crescimento do número de gramáticas com título G. Enfim, na última década do século diferentemente do acontece com a produção gramatical brasileira, que descrece, o título G torna-se mas frequente.

As tendências de aumento e queda são similares quando tratamos de *todas as edições*, entretanto, por conta da durabilidade das *reedições* de Xg-compêndio, a sua queda ocorre apenas na década de 1880, quando também o número de títulos G dobra em relação à década anterior; finalmente, vemos que considerando *todas as edições*, há um grande crescimento do número de publicações com títulos de tipo G no último decênio do século, por conta da durabilidade de *reedições* das décadas de 1870 e 80.

Figura 10. Gráfico de frequência de títulos G e Xg-compêndio em gramáticas

É difícil dizer qual seria a razão da alternância de títulos, mas nos perguntamos em que medida isso poderia estar atrelado ao público-alvo das obras. Para tanto, mais adiante, no item R6, analisamos as relações que pode haver entre os títulos e o público-alvo.

Ademais, quanto aos títulos, ressaltamos outros dois pontos. Nem todos eles apresentam uma referência à língua portuguesa, deixando-a implícita, e outras obras apresentam como uma espécie de subtítulo algum complemento ao seu título que parece ser uma espécie de publicidade da obra, por falar de alguns de seus atributos.

Vinte e quatro gramáticas, das quais dezenove são *títulos*, não fazem referência à língua portuguesa em seus títulos, além disso, todas elas contêm um termo “x” no título, e foram publicadas entre 1864 e 1897. Por seu início tão adiantado no século, pensamos que possivelmente tal referência estava implícita. No quadro adiante, apresentamos os títulos:

Autor Ano	Título
Murici 1864	<i>Grammatica Geral</i>
Pinheiro 1864	<i>Grammatica da infância, dedicada aos senhores professores de instrucção primaria</i>
Castilho 1864	<i>Preliminares de grammatica, dispostos em leitura apropriada para exercitar a intelligencia dos principiantes e preparal-os para o estudo desta doutrina em obras de maior desenvolvimento, representando o systema grammatical figurado por meio da arvore da sciencia</i>
Ibirapitanga 1865	<i>Compendio grammatical, reduzido a dialogo, para uso dos principiantes do ensino das primeiras letras</i>

Freire da Silva & Leal 1871	<i>Noções de prosódia e orthographia para uso da infancia que frequenta as aulas do primeiro grau do instituto santista, intercaladas de um resumo da etymologia e syntaxe, extrahido da Grammatica portugueza de Francisco Sotero dos Reis pelo doutor Pedro Nunes Leal.</i>
Walter 1879	<i>Segundo livro de grammatica, composto segundo o methodo Marcet</i>
Walter 1879	<i>Terceiro livro de grammatica, composto segundo o methodo Marcet</i>
Souza 1879	<i>Tratado de analyse phonetica grammatical, syntaxica e lógica com seus desenvolvimentos e applicações, seguido de um catalogo de palavras diversificaveis em significação, para complemento do mesmo assumpto</i>
Walter 1881	<i>Primeiro livro de grammatica, composto segundo o methodo Marcet</i>
Andrade e Silva 1882	<i>Grammatica elementar e lições progressivas de composição, adoptada nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catharina, Paraná, S. Paulo, Rio de Janeiro e municipio neutro. Terceira edição, melhorada e consideravelmente augmentada com novos exercicios de lexicologia, orthographia e linguagem; exercicios de invenção, estylo e sobre synonymos</i>
Feitosa 1882	<i>Grammatica das escolas, dedicada à provincia de S. Paulo sobre o plano de Pierre Larousse.</i>
Costa e Cunha 1883	<i>Principios de Grammatica Historica e Comparada</i>
Ribeiro 1885	<i>A grammatica analytica</i>
Carvalho 1885	<i>Methodo de grammatica analytica</i>
Boscoli & Pacheco 1888	<i>Noções de analyse grammatical, phonetica, etymologica e syntaxica</i>
Lacerda 188?	<i>Pequena grammatica da infancia composta para uso das escolas primarias (Nova edição)</i>
Costa e Cunha 1895	<i>Grammatica Pratica do 1º Gráo contendo muito e variados exercicios praticos de linguagem, lexiologia, syntaxe e recitação, regras de composição etc. 4a edição. Organizada de acordo com o novo plano de ensino primario do 1º gráo.</i>
Alves 1896	<i>Pequena grammatica da infancia composta para uso das escolas primarias (Nova edição)</i>

Quadro 17. Gramáticas em cujo título não aparece referência à língua portuguesa

Exceto por quatro títulos todos explicitam algum objetivo pedagógico, seja pelo público e grau de ensino a que são destinados, seja pelo método que seguem (Método Marcet, por exemplo), e, por terem o título em língua portuguesa, possivelmente são gramáticas dessa língua. Os quatro títulos que não têm essas informações são *Grammatica Geral*, *Principios de Grammatica Historica e Comparada*, *Grammatica Analytica* e *Methodo de Grammatica Analytica*. Os dois primeiros, sobretudo, podem tratar não apenas do português, mas de um grupo de línguas. Já os dois últimos carregam o termo “x” ‘analítica’, que não era incomum no século, tendo sido utilizado por outras quatro gramáticas da época que faziam referência ao português em seus títulos.

R6. Subtítulos: formato, conteúdo e objeto das gramáticas

São 39 as gramáticas e 30 as *títulos* ou *títulos* que apresentam algum um subtítulo que parece ser uma espécie de publicidade da obra, por falar de alguns de seus atributos,

como aspectos do formato, conteúdo e objeto das gramáticas. No quadro adiante, os separamos por tipos:

Tipos	Autor Ano	Título
Conteúdo da obra / Programa de Estudo	Tilbury 1823	<i>Breve explicação sobre a grammatica, contendo quanto basta e o que é de absoluta necessidade saber da grammatica portugueza para aprender qualquer outra lingua</i>
	Pimentel 1875	<i>Explicador de portuguez em conformidade com o programma do 1º anno do imperial collegio de Pedro II</i>
	Ribeiro 1887	<i>Exames de portuguez. Lições de grammatica portugueza, coordenadas segundo o programma de 1887.</i>
	Pacheco & Lameira 1887	<i>Noções da grammatica portugueza de accordo com o programma official para os exames geraes de preparatorios do corrente anno</i>
	Lima 1888	<i>Resumo da grammatica portugueza. Pontos de portuguez, segundo o novo programma de exames.</i>
	Vieira 1889	<i>Grammatica elementar da lingua portugueza, dedicada á instrucção primaria e organizada de accordo com o programma vigente da instrucção primaria</i>
	Maciel 1887	<i>Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas satisfazendo às condições do actual programma</i>
Gramáticos, autores ou doutrinas em que a obra se baseia	Loureiro 1828	<i>Grammatica razoavel da lingua portugueza, composta segundo a melhor doutrina dos grammaticos antigos e modernos de diferentes idiomas</i>
	Lopes 1834	<i>Compendio de grammatica da lingua portugueza ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos</i>
	Albuquerque 1846	<i>Compendio de grammatica portugueza, extrahido de diversos autores e offerecido a seus alumnos</i>
	Passos 1848	<i>Compendio da grammatica portugueza pelo methodo analytico, recopilado especialmente das grammaticas de Moraes e Constancio, e accommodado á intelligencia dos meninos ; dedicado á mocidade brazileira</i>
	Marques 1875	<i>Grammatica elementar da lingua portugueza extrahida dos melhores auctores</i>
	Santos 1879	<i>Grammatica elementar da lingua portugueza extrahida dos melhores auctores</i>
	Boscoli 1893-4	<i>Grammatica portugueza: estudo raciocinado segundo os principaes hodiernos da sciencia da linguagem.</i>
	Maciel 1895	<i>Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas</i>
Sistema ou teoria em que se baseia a obra	Andrade 1856	<i>Novo compêndio de eloquência grammatical da lingua portugueza por systema philosophico</i>
	Sotero dos Reis 1866	<i>Grammatica portugueza, accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica, dedicada ao sr. Dr. Pedro Nunes de Leal</i>
Modo de apresentação do conteúdo	Barker 1860	<i>Grammatica da lingua portugueza em forma de dialogo, que para intelligencia da orthographia contem o que é absolutamente indispensavel, etc.</i>
	Rubim 1860	<i>Novo methodo da grammatica portugueza composto em verso rimado, aprovado e adoptado para as aulas da provincia do Ceará e pelo Conselho director da instrucção publica da mesma provincia.</i>
	Ortiz 1862	<i>Novo systema de estudar a grammatica portugueza por meio de memória, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente.</i>

	Koeffer 1863	<i>Resumo da grammatica nacional, adequado ao ensino methodico dos principiantes</i>
	Castilho 1864	<i>Preliminares de grammatica, dispostos em leitura apropriada para exercitar a intelligencia dos principiantes e preparal-os para o estudo desta doutrina em obras de maior desenvolvimento, representando o systema grammatical figurado por meio da arvore da sciencia.</i>
	Ibirapitanga 1865	<i>Compendio grammatical, reduzido a dialogo, para uso dos principiantes do ensino das primeiras lettras</i>
	Almeida 1866	<i>Elementos de grammatica portugueza segundo um systema mnemônico</i>
	Morais 1869	<i>Grammatica analytica da lingua portugueza, ensinada por meio de quadros analyticos, methodo facilimo para aprender a lingua</i>
	Caneca 1876	<i>Breve compêndio de grammatica portugueza, organizado em fôrma systematica, com adaptação á capacidade dos alumnos</i>
	Walter 1879 e 1881	<i>Primeiro, Segundo e Terceiro livro de grammatica, composto segundo o methodo Marcet</i>
	Feitosa 1882	<i>Grammatica das escolas, dedicada à provincia de S. Paulo sobre o plano de Pierre Larousse.</i>
Material linguístico sobre o qual se debruça a obra	Sotero dos Reis 1862	<i>Postillas da grammatica geral applicada á lingua portugueza: pela analyse dos classicos, ou guia para a construcção portugueza</i>

Quadro 18. Diferentes tipos de subtítulo

Os conteúdos que seguem programas de estudos ou de exames surgem apenas no último quartel do século, ainda que, segundo Razzini (2000), os Programas de Ensino do Colégio Pedro II iniciem-se em 1850⁸³. São seis obras destinadas a diferentes programas, Ribeiro, Pacheco & Lameira e Maciel de 1887 e ainda, o menos conhecido de acordo com as revisões dessa produção (cf. item 1.5), Lima de 1888 têm conteúdo relativo ao Programa de Estudo para exames do Colégio Pedro II, escrito em 1887, esse Programa referia-se aos exames para o ensino superior, sendo ensinado, portanto, no ensino secundário.

Já as gramáticas de Pimentel (1875) e Vieira (1889) estão de acordo com Programas de Ensino da instrução primária, os quais, pela distância temporal de publicação das obras, devem ser programas diferentes. Tilbury (1823), por sua vez, explicita que sua *Breve explicação sobre a grammatica* contém o que é de absoluta necessidade saber de gramática portuguesa para aprender qualquer outra língua, explicitando, portanto, que seu objetivo não é exatamente o de ensinar a língua

⁸³ É curioso, ademais, que Razzini cite nos primeiros programas a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Cyrillo Dilermando, em diversos programas (1º ano de: 1858, 1860, 1865), a *Grammatica Portuguesa* de Manoel Olimpio Rodrigues da Costa (1º ano de: 1877, 1881, 1882), a *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro (2º, 3º, 4º e 5º anos de 1882), a *Grammatica Portuguesa, curso médio* de João Ribeiro (1º ano de 1892, de 1893 e de 1897), a *Grammatica Portuguesa, curso superior* de João Ribeiro (2º ano de 1892, de 1893 e de 1897), das quais não tivemos indicações no subtítulo referente aos Programas.

portuguesa, mas permitir que outras línguas sejam aprendidas por meio da apreensão de sua gramática.

É notável *modo de apresentação do conteúdo* tenha tido tanto destaque na década 1860, mesma década que tem um grande aumento na produção gramatical, visto que ela mais do que dobra em relação ao que havia sido publicado até 1850. Como vimos, Barker (1860) e Ibirapitanga (1865) escrevem suas gramáticas em forma de diálogo; Rubim (1860) em verso rimado; Ortiz (1862) apresenta um novo sistema de estudar a gramática portuguesa por meio de memória, inteligência e análise; Koeffler (1863) escreve uma gramática adequada ao ensino metódico de principiantes; Castilho (1864) escreve preliminares de gramática dispostos em leitura apropriada para exercitar a inteligência dos principiantes e prepará-los para o estudo dessa doutrina em obras de maior desenvolvimento, representando o sistema gramatical figurado por meio da árvore da ciência; Almeida (1866) faz seus elementos de gramática segundo um sistema mnemônico; Moraes (1869) ensina gramática da língua portuguesa por meio de quadros analíticos (o qual, diz ele, é um método facilíssimo para aprender a língua); o Breve Compêndio de Caneca, escrito, em verdade, entre 1817 e 19, mas publicado apenas em 1876, é organizado em forma sistemática, com adaptação à capacidade dos alunos; Walter e Feitosa seguem, respectivamente, o método de Marcet, possivelmente de conversações⁸⁴, e o plano de Larousse, que não soubemos especificar.

Quanto às gramáticas, autores ou doutrinas em que a obra se baseia, no final do século, (Maciel 1887, Boscoli 1893-4, Maciel 1895) observa-se que a noção de modernidade e atualidade das gramáticas e doutrinas ganham destaque. No começo do século (Loureiro 1828), em oposição, fala-se da doutrina de gramáticos antigos e modernos, ou simplesmente de “melhores gramáticos” (Lopes 1836) ou “melhores autores” (Albuquerque 1846, Marques 1875, Santos 1879). Na metade do século, Passos, por sua vez, explicita os gramáticos em que se inspira, Moraes Silva e Constâncio⁸⁵.

⁸⁴ Jane Haldimand Marcet (1769-1858) foi autora britânica que escreveu uma série de textos científicos, em geral com o título de *Conversations*, como é o caso dos livros *Conversations on Chemistry* (1806), *Conversations on Political Economy* (1816), *Conversations on Vegetal Physiology* (1829), entre outros. Eram livros escritos em forma de diálogo que procuravam levar dar informações básicas do tema aos leitores a fim de que pudessem compreender o assunto (cf. Baldinato & Porto 2009)

⁸⁵ Antonio Moraes Silva (1771- 1823), como vimos, é gramático brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, e seu *Epitome da Grammatica Portugueza* é analisado neste trabalho. Francisco Solano Constâncio (1777-1846) é gramático português, nascido em Lisboa, cuja *Gramática Analítica da língua portuguesa* (1831) é dada por Schäfer-Prieß (2002) como a obra portuguesa que estaria entre a *grammaire générale* e o método histórico-comparativo.

Em relação ao sistema ou teoria que baseiam a obra, Andrade (1856) afirma no título de sua obra que seu compêndio de eloquência gramatical é feito sob o sistema filosófico; Sotero dos Reis (1866) explicita que sua gramática portuguesa está acomodada aos princípios gerais da palavra.

Finalmente, quanto ao material linguístico sobre o qual a gramática se debruça, apenas Sotero dos Reis é realmente claro quanto a isso, afirmando que suas *Postillas de grammatica geral aplicada á lingua portugueza* tem análise de textos clássicos.

R7. Subtítulos: público-alvo e dedicatórias

Além dos aspectos que observamos nos títulos, as obras têm subtítulos que explicitam a que contexto pretendem se destinar, seu público-alvo, ou, por vezes, são dedicadas em subtítulo, a alguma pessoa, a qual em geral tem algum cargo institucional. Neste item, além de observar os diferentes tipos de subtítulos das obras, também os relacionamos com seus títulos e com a região em que são publicadas.

Das 204 gramáticas, 107 apresentam subtítulos dessa maneira. Reunimos essas informações em *tipos*, sejam eles *simples*, porque apresentam apenas uma *unidade* para o público-alvo ou dedicatória, sejam eles *complexos*, porque apresentam mais de uma *unidade*, dando mais informações sobre a que se destina a obra. Todos os tipos e suas siglas encontram-se no Capítulo 2, mas podem também ser observados no quadro adiante, já com análise dos dados que temos. Nesse quadro, apresentamos a distribuição das obras segundo seus subtítulos, os quais apresentamos na coluna à direita, junto com a referência das gramáticas que os apresentam, indicando quando são *reedições*.

Sigla	Tipo	Nº	Subtítulos
A	Alunos	16 ₅	<ul style="list-style-type: none"> - Para uso de seus discípulos (Fortes 1810 e todas <i>reedições</i> 1816, 1825, 1844, 1851, 1855, 1862) - Para uso dos meninos (<i>reedição</i> de Morais Silva 1832) - Oferecido a seus alunos (Albuquerque 1846) - Coligidos para uso de seus alumnos (Graça 1857) - Com adaptação à capacidade dos alunos (Caneca 1876) - Para uso de alunos de humanidades, que frequentam a aula de portuguez (algumas <i>reedições</i> de Freire da Silva 1879, 1886, 1891) - Examinando de português (Costa e Cunha 1883)
B	Instrução Primária	12 ₁₁	<ul style="list-style-type: none"> - Para uso das escolas de instrução primaria (Lopes 1845) - Para uso das escolas primarias (Susano 1851) - Resumido para uso das escolas de primeiras letras (Cajá 1854) - Para uso das escolas de primeiras letras (Passo 1855 e <i>reedição</i> de 1871) - Para uso das aulas de ensino primario (Tilbault 1862) - Instrução Primária (Castilho 1864) - Adaptado ao ensino nas aulas de instrução primaria (Taylor 1871) - 1º anno de português (Ribeiro 1894) - Para uso das escolas primárias (Luz 1896) - Gramática Primária (Brito 1899)
C	Curso posteriores ao primário: Médio; 2º ano; Curso Superior; 3º ano	8 ₃	<ul style="list-style-type: none"> - Curso médio. 2.º anno de Portuguez (Ribeiro 1888) - Curso superior. 3.º anno de Portuguez (Ribeiro 1888) - 3º anno (<i>reedições</i> Ribeiro 1889, 1891, 1893, 1894, 1898) - Curso superior (Alves 1895)
D	Regional	4/3	<ul style="list-style-type: none"> - Adoptada nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catharina, Paraná, S. Paulo, Rio de Janeiro e município neutro (Andrade e Silva 1882). - Dedicada à província de São Paulo (Feitosa 1882 e todas as <i>reedições</i> 1883, 1886).
E	Nacional	1 ₁	<ul style="list-style-type: none"> - Composta e offerecida aos brasileiros (Massa 1888)
F	Institucional	8 ₄	<ul style="list-style-type: none"> - Composta e offerecida à Sociedade Promotora da Instrução, na corte do Brazil (Soares 1835) - Obra adoptada pelo conselho de instrução publica (Silveira 1855 e <i>reedições</i> 1862, 1872, 1884; Soares 1868) - Alunos do mesmo estabelecimento⁸⁶ - Obra adoptada pelo governo imperial para uso das escolas regimentaes do exercito e para o ensino dos aprendizes artilheiros. - Para uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes (Pacheco & Lameira 1894) - Adoptada no Gymnasio Nacional, Escola Normal, Collegio Militar, Collegio Abilio, Collegio Moss (<i>reedição</i> Gomes 1895)
G	Programa Institucional ⁸⁷	4 ₄	<ul style="list-style-type: none"> - Satisfazendo às conduções do actual programma (Maciel 1887) - De accordo com o programma oficial para os exames geraes de preparatorios do corrente anno (Pacheco & Lameira 1887) - Lições coordenadas segundo o programma de 1887 - Segundo o novo programma de exames (Lima 1888)
H	Pessoa (dedicatória)	3/1	<ul style="list-style-type: none"> - Dedicada ao sr. Dr. Pedro Nunes de Leal (Sotero dos Reis 1866 e <i>reedições</i> 1871 e 1877)
I	Professor	-	-

⁸⁶ Não sabemos, porém, de que estabelecimento se trata, pois não tivemos indicações que o especificassem.

⁸⁷ Já falamos de Programas Institucionais quando consideramos os títulos das obras, porque eles explicitavam um tipo de conteúdo. Quando os analisamos os Programas nesta seção, temos em conta que eles tinham um público-alvo, como alunos de uma instituição específica.

ABF	Alunos, Instrução Primária, Institucional	1/1	- Adaptada ao ensino das escolas da instrução primaria, quer dos menores, quer dos adultos, e bem assim dos collegios, lycêos, escolas normaes e aulas preparatórias (Costa e Cunha 1880)
ABE	Instrução Primária, Nacional, Alunos	1/1	- Para uso das aullas de primeiras lettras. Offerecido a mocidade brasileira (Martagão 1866)
BDF	Instrução Primária, Regional, Institucional	9 ₄	<ul style="list-style-type: none"> - Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras lettras da provincia (<i>reedições</i> de Costa Duarte 1853, 1859, 1862, 1877). - Para uso do atheneu cearense e das escolas primarias (Bezerra 1865) - Para uso da infancia que frequenta as aulas do primeiro grau do instituto santista (Freire da Silva & Leal 1871) - Adoptada e premiada pelo conselho da instrucção publica da provincia do Pará (Souza 1872) - Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras lettras da provincia - Adoptada pela Inspeçiona geral da instrucção publica de Minas-Geraes para uso das escolas primarias (Brandão 1872) - Approvada pelo inspector da instrucção pública para uso das escolas de primeiras lettras desta provincia e pelo conselho de instrucção publica para uso do lyceu, collegios e aulas de instrucção primaria (<i>reedição</i> de Condurú 1888)
BFG	Instrução Primária, Institucional, Programa Institucional	1 ₁	- Conformidade com o programma do 1º anno do imperial collegio de Pedro II (Pimentel 1875)
DF	Regional, Institucional	8 ₅	<ul style="list-style-type: none"> - Escolhido pela congregação do Lyceu do Maranhão para uso do mesmo Lyceu. etc (Costa Duarte 1840) - Provincia do Ceará; Conselho director da instrucção pública da mesma provincia (Rubim 1860) - Do lyceu provincial [Ceará] (Bezerra 1861) - Approvado e adoptado para as aulas da provincia do Ceará e pelo Conselho director da instrucção publica da mesma provincia (<i>reedições</i> de Rubim 1862, 1880) - Para uso das escolas publicas deste município [Rio de Janeiro] (<i>reedição</i> de Cruz 1875) - Adoptado para uso das escolas da provincia do Rio Grande do Sul pelo respectivo Conselho Director da Instrucção Publica (Villerooy 1870) - Compêndio mandado adoptar pelo governo para uso das escolas publicas de Santa Catharina por acto de 26 de outubro de 1888, em virtude do parecer do Conselho de Instrucção publica (Lapagesse 1888)
AB	Alunos, Instrução Primária	9 ₅	<ul style="list-style-type: none"> - Destinadas ao uso dos alumnos de ambos os sexos que frequentam as aulas de primeiras lettras (Senna 1862) - Para principiantes (Koeffer 1863) - Para uso dos principiantes do ensino das primeiras lettras (Ibirapitanga 1865 e <i>reedição</i> 1875) - Para uso dos alumnos de primeiras lettras (Freire da Silva 1879 e <i>reedição</i> 1888) - Para uso dos alumnos da instrucção primaria (Carvalho 1896)
BF	Instrução Primária, Institucional	1 ₁	- Destinada ao curso do 1.º anno do Imperial Collegio Pedro Segundo (Costa 1876)

BH	Instrução Primária, Pessoa (dedicatória)	1 ₁	- Para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos, offerecido ao illmo. e exmo. Senhor Cândido José de Araújo Vianna, presidente da provincia do Maranhão, deputado ás cortes legislativas, etc. (Costa Duarte 1829)
BG	Instrução Primária, Programa Institucional	2 ₂	- 1º gráo - Organizada de acordo com o novo plano de ensino primario do 1º gráo (Costa e Cunha 1895) - Dedicada á instrucção primaria e organizada de accordo com o programma vigente da instrucção primaria (Vieira 1889)
BI	Instrução Primária Professor	1 ₁	- Dedicada aos senhores professores de instrucção primaria (Pinheiro 1864)
CG	Curso Médio / 2º ano, Programa Institucional	1/1	- Obra especialmente destinada ao curso secundario da lingua portugueza e adaptada ao novo programma de exames (Carneiro Ribeiro 1890)
AD	Alunos, Regional	11 ₃	- Composta e oferecida á mocidade fluminense (Paz 1833) - Dedicado á mocidade riograndense (Coruja 1835 e todas suas <i>reedições</i> 1846, 1847, 1849, 1862, 1865, 1872, 1873, 1891) - Dedicado aos estudantes rio-grandenses (Almeida 1899)
AE	Alunos, Nacional	2 ₂	- Aulas da língua nacional do Brazil (César 1832) - Accommodado á intelligencia dos meninos; dedicado á mocidade brasileira (Passos 1848)

Quadro 19. Tipos de público-alvo

Década Subtítulo	1800	1810	1820	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890
A	-	2 ₁	1 ₀	1 ₀	2 ₁	3 ₁	1 ₀	2 ₁	3 ₁	1 ₀
B	-	-	-	-	1 ₁	3 ₃	2 ₂	2 ₁	-	4 ₄
C	-	-	-	-	-	-	-	-	3 ₂	5 ₁
D	-	-	-	-	-	-	-	-	4 ₂	-
E	-	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-
F	-	-	-	1 ₁	-	1 ₁	2 ₁	1 ₁	1 ₀	2 ₁
G	-	-	-	-	-	-	-	-	4 ₄	-
H	-	-	-	-	-	-	1 ₁	2 ₀	-	-
ABF	-	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-
ABE	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	-
BDF	-	-	-	-	-	2 ₀	2 ₁	3 ₁	2 ₁	-
BFG	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-
DF	-	-	-	-	1 ₁	-	4 ₂	1 ₁	2 ₁	-
AB	-	-	-	-	-	-	3 ₃	2 ₁	-	-
BF	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-
BH	-	-	1 ₁	-	-	-	-	-	-	-
BG	-	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁	1 ₁
BI	-	-	-	-	-	-	1 ₁	-	-	-
CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 ₁
AD	-	-	-	2 ₂	3 ₀	-	2 ₀	2 ₂	-	2 ₁
AE	-	-	-	1 ₁	1 ₁	-	-	-	-	-

Tabela 8. Número de gramáticas dedicadas a cada tipo de público-alvo por década

Observamos que era muito comum, ao longo do século, oferecer a obra a *alunos* (A) como um público bastante geral, esse tipo simples foi bastante popular ao longo de todo o século. O mesmo se dá com textos direcionados à *Instrução Primária* (B), que, a partir do final dos anos 1820, passa a ter uma imensa popularidade, por vezes juntando-

se a outros tipos (ABF, ABE, BDF, BFG, AB, BF, BH, BG, BI). O número total de textos dedicados à instrução primária, de tipos simples e complexos, é de 38, considerando-se as *gramáticas*, e 28, contando apenas as *títulos*.

Vimos que outros níveis de ensino tiveram um alcance menos expressivo, como é o caso das obras para segundo ano, terceiro ano, médio e superior (C, CH), que contam 9 *gramáticas* e 4 *títulos*. Nota-se, portanto, que a gramaticografia brasileira do século XIX preocupava-se sobretudo com a instrução primária. É possível que isso seja um reflexo da escolarização do país que, nesse século, encontrava-se em formação.

Em relação à geografia, há quatro obras que, em seus subtítulos, se direcionam para o público brasileiro (E, AE, ABE).⁸⁸ É mais frequente, porém, que as gramáticas sejam dedicadas a regiões (províncias ou estados) do país, com subtítulos desse tipo (D, DF, AD, BDF) temos conhecimento de 32 gramáticas das quais 14 são *títulos*. Destes últimos, 9 são também adotados ou dedicados a instituições – e quando contamos todas as edições (gramáticas), são 17 (BDF, DF). Dessas 17, 9 gramáticas (sendo 4 títulos) são explicitamente direcionadas à *Instrução Primária* (BDF), essa tendência pode ser reflexo da emenda constitucional de 1834, que promovia a autonomia da província no que diz respeito à instrução primária. Há também aquelas gramáticas que apenas se referem a instituições, sem, entretanto, fazer referência a alguma região, essas contam (F, BF, ABF, BFG), os quais em números são 13 gramáticas e 8 reedições. Há 8 gramáticas e títulos que satisfazem determinados programas de estudos (G, BG, CG, BFG), todos eles do último quartel do século, mas que são sobretudo da década de 1880 – quatro deles fazem referência ao Programa de Estudos escrito por Fausto Barreto para o Colégio Pedro II. Finalmente, temos aquelas que são dedicadas a alguma pessoa, seu número é bastante pequeno, são apenas duas *títulos* e quatro gramáticas: Costa Duarte 1829, que dedica ao governador de então da Província do Maranhão, e Sotero dos Reis (1866, 1871, 1877), que dedica sua obra a Pedro Nunes de Leal.

R7.1. Público-alvo e título das obras

Como vimos, o número de títulos Xg-compêndio é quase igual o número de títulos G. Em busca de respostas para essa característica da produção, procuramos sistematizar os dados relativos ao público-alvo da obra ou a que ela se destinava, dado que o número

⁸⁸ Não há gramáticas brasileiras, das encontradas por nós, que façam referência a Portugal.

de obras direcionadas à Instrução Primária também era bastante alto. A tabela adiante sistematiza esses dados:

Público-alvo Título		Instrução Primária (B, AB, BG, BH, BI, ABE, ABF, BDF)	2º ano, 3º ano, Curso Médio e Curso Superior (C, CG)
Título G (Gp, Glp, nGp, nGlp)		55 Taylor (1871), Souza (1872), Costa (1876), Ribeiro (1894), Vieira (1898)	83 Ribeiro (1888), Ribeiro (1888 e reedições 1889, 1891, 1893, 1894, 1898), Alves (1895)
Títulos X (Gx, X, Xg, Xgx)	Compêndio (filosófico)	116 Costa Duarte (1829 e reedições 1853, 1859, 1862, 1877), Susano (1851), Cajá (1854), Ibirapitanga (1865 e reedição 1875), Bezerra (1865), Martagão (1866).	-
	Elementos	42 Carvalho (1880 e reedições 1883, 1896) Luz (1896)	-
	Explicador	11 Pimentel (1875)	-
	Gramática elementar / Elementar e metódica	21 Tilbault (1862), Condurú (reedição 1888)	-
	Gramática infantil	11 Brandão (1882)	-
	Lições	11 Senna (1862)	-
	Noções	11 Freire da Silva (1871)	-
	Preliminares de gramática	11 Castilho (1864)	-
	Resumo (explicativo)	43 Lopes (1845), Passos (1855, reedição 1863), Koeffer (1863).	-
	Rudimentos	21 Freire da Silva (1879 e reedição 1888)	-
	Título duplo: Gramática ou X	Serões Gramaticais, Nova Gramática -	11 Carneiro Ribeiro (1890)

Quadro 20. Relação entre público alvo (grau de ensino) e título das obras

Dos textos dedicados à Instrução Primária (B, AB, BG, BH, BI, ABE, ABF, BDF), como podemos ver no quadro, temos um alto número de títulos X, esteja esse X iniciando o título ([X], [Xg], [Xgx]) ou após o termo “Gramática” ([Gx]). Temos, como os casos do primeiro tipo: “compêndio”, “elementos”, “explicador”, “lições”, “noções”, “preliminares”, “resumo”, “rudimentos”; e do segundo tipo: gramática “elementar”,

“elementar e metódica”, “da infância”, infantil”, e um número menor de textos do tipo G. Ao passo que os textos direcionados ao segundo e ao terceiro grau são majoritariamente do tipo G, há apenas uma exceção, que tem título duplo, chamado de *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa*, de Carneiro Ribeiro (1890), direcionado ao segundo ano. Esses dados, portanto, demonstram que há conexão entre o título da obra e o grau para o qual ela é direcionada. O título de *Gramática Portuguesa* ou *da língua portuguesa*, é predominantemente em gramáticas de segundo e terceiro grau, já as gramáticas de instrução primária, apresentam um largo número de títulos que contém um termo “x” e poucas do tipo G. Parece, portanto, haver alguma relação entre o título escolhido para a obras e o grau de ensino a que ela é destinada.

No capítulo de resultados e contribuições (cf. 5.4), por um lado, sintetizamos os aspectos que a metodologia da Historia Serial pôde elucidar sobre a historiografia da gramaticografia brasileira de língua portuguesa do século XIX; por outro lado, observamos as contribuições dessa metodologia para a Historiografia Linguística em geral.

3.2. Análise de agenda

Nesta seção, observamos as *agendas* dos quatorze gramáticos analisados neste trabalho quando publicavam suas *gramáticas* ou *reedições* delas. Para tanto, como já dissemos no capítulo 2, inspirando-nos no *modelo de conflito* de Murray (1994), analisamos dados biobliográficos de cada autor, a fim de observar seu *perfil profissional*, e os *paratextos* das obras (título, subtítulo, dedicatórias, epígrafes, prólogos, assinaturas) a fim de observar que retórica ele pode estar neles transmitindo, revolucionária, de continuidade ou mista. Além disso, observamos a posição da obra de acordo com nosso mapeamento interpretativo-descritivo. As análises das diferentes obras não são homogêneas, sobretudo porque, além do fato de que algumas apresentam *paratextos* mais extensos e detalhados do que outras, não obtivemos informações biobibliográficas detalhadas de todos os autores. Finalmente, o leitor pode conferir dados bibliográficos e a transcrição dos *paratextos* das obras na Ficha Descritiva de cada uma delas, no Apêndice B.

3.2.1. Antonio Morais Silva, *Epítome da grammatica de lingua portugueza* (1806, [1])

O primeiro gramático brasileiro conhecido é Antonio Morais Silva, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1755. Mudou-se, aos dezenove anos, para Coimbra, Portugal, para fazer o Curso Jurídico, pouco tempo depois de a Universidade ter sido reformada por Pombal, isto é, quando adentraram nela conhecimentos considerados iluministas. Não há certeza sobre se Morais Silva chegou a se formar como bacharel (cf. Sacramento Blake 1883, Murakawa 2006). Mas sabe-se que em 1779, que seria seu último ano na Universidade, foi denunciado à Inquisição junto com outros colegas; fugiu de Coimbra para Lisboa, e de lá para a Inglaterra, onde permaneceu até 1783. Em seguida foi para Roma, e depois para a França, de onde voltou para Portugal por ter recebido um indulto. No fim de 1785, porém, fez abjuração, abandonando publicamente a religião cristã. Em 1788 publicou a tradução da *História de Portugal*, escrita por um grupo de literatos ingleses. No mesmo ano foi publicada outra tradução sua, as *Recreações de um homem sensível*, de François-Thomas-Marie de Baculard d'Arnauld. No ano de 1789, publicou a primeira edição de seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, o qual tinha como base o *Vocabulário Português e Latino* (1712-1728, 8 vol., 2 supl.), de Raphael Bluteau (1638-1734), que, na versão do gramático brasileiro era monolíngue e tinha apenas dois volumes. Em 1794 casou-se, retornou ao Brasil, passando a residir em Pernambuco, e começou a advogar; no ano seguinte, 1795, foi nomeado pelo governo português Juiz de Fora e Provedor dos Ausentes na Bahia, contudo ficou apenas um ano no cargo. Comprou um engenho de cana-de-açúcar em Moribeca, Pernambuco, no qual, em 1802 terminou a redação de seu *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* ([1]), o qual foi publicado em 1806.

Tendo em conta nosso mapeamento da produção gramatical brasileira, apresentado no item 3.1, o *epítome* de Morais Silva é um fato notável. Sua gramática é a única a ser publicada por um brasileiro na década que inicia o século. Entretanto, se pensarmos nas condições históricas do período, ele parece ter tido as ideais para realizar esse feito. Teve, como muitos outros brasileiros com boa situação financeira do final do século XVIII, possibilidade de estudar na Universidade de Coimbra, depois, por alguns anos, morou em diferentes países da Europa. A publicação da obra ocorreu quatro anos (1806) após sua finalização (1802), porque que teve de passar pelo Dezembargo do Paço e foi impressa em Lisboa, visto que até 1808 eram proibidas as prensas no Brasil. Não

tivemos informação acerca de sua utilização em escolas, apesar de conhecer a supracitada edição póstuma e modificada de 1832, que parece ter um viés mais pedagógico.

No ano de 1813, publicou a segunda edição, bastante modificada e acrescentada, de seu *Dicionário*, ao qual anexou o *Epítome* nas primeiras quarenta e oito páginas, com texto idêntico ao da edição de 1806, mas disposto em páginas de tamanho maior e, portanto, em menor número de páginas; ademais, introduziu no dicionário um grande número de inovações lexicográficas, como apresentar a classe da palavra e indicar, com diacrítico, a sua sílaba tônica (cf. Murakawa 2006). Viu a publicação da terceira edição de seu *Dicionário*, ampliada por Pedro José Figueiredo, em 1823. Faleceu em 11 de abril de 1824.

Logo no início da obra analisada, apresenta uma citação de Condillac em epígrafe, que traduzimos adiante: “Complicamos nossa Gramática, porque desejamos fazê-la de acordo com a Gramática Latina. Não a simplificaremos até que retomemos a ligação entre as expressões e os elementos do discurso” (Cf. original na FD1, Apêndice B). Morais Silva parece querer expressar descrédito em relação às gramáticas baseadas no modelo da gramática latina. A primeira seção da obra chama-se “ao leitor benévolo”⁸⁹, nela o gramático introduz ao leitor suas propostas ao escrever a gramática, não raro expondo também julgamentos acerca do seu horizonte de retrospectão. Morais Silva diz propor-se a dar ideias mais claras e mais exatas do que aqueles que se encontram em outras gramáticas, seja no que diz respeito às ‘partes da oração’, seja no que se refere à ‘composição’. Critica a maneira como se tem descrito o ‘artigo’; afirma que (exceto por *eu, tu, ele*) os ‘nomes portugueses’ não têm ‘casos’, e, a esse respeito, o autor completa que não há correspondências entre latim e português⁹⁰ e que é absurdo querer explicar a ‘sintaxe’ ou ‘composição’ com base em outras línguas; diz ainda que muitos gramáticos

⁸⁹ Esse título, muito provavelmente, tem influência do vocabulário português e latino de Raphael Bluteau, o qual foi, como sabemos, muito utilizado por Morais Silva na confecção de seu dicionário de língua portuguesa. Bluteau escreve nas primeiras 44 páginas do volume 1 de seu dicionário um “Prologo do autor a todo genero de leitores”, no qual distingue dez gêneros de leitores, fazendo a cada um deles um prólogo, a saber: o leitor benévolo, o leitor malévolo, o leitor impaciente, o leitor português, o leitor estrangeiro, o leitor douto, o leitor indouto, o leitor pseudocrítico, o leitor impertinente e, finalmente, o leitor mofino. Ao leitor benévolo, diz Bluteau “Sem o merecer, eftou certo da tua approvação. No teu bom animo tenho a certeza deſte beneficio. Tem a benevolencia afinidade com o amor; Se não é cega, he mal viſta. Não digo mais, LEITOR BENEVOLO; como tal, não veràs, o não quereràs ver os meus erros.” (Bluteau 1712:s.n.). Perguntamo-nos se seria essa a reação do leitor que esperava ou contava em ter Morais Silva.

⁹⁰ Citamos o exemplo que apresenta para fazer tal afirmação “tambem ſerião falsas noções as que ſe deſſem de correspondencias entre o Latim, e Portuguez. *Me* v.g. parece ſe com o acusativo Latino, quando dizemos feriu *me*, matou *me*: mas *me* tambem indica o termo da acção, quando esta tem paciente, e termo, v. g. matou *me* um Livro, as quaes relações no Latim ſe representam por outro caso diverſo: (*mihi* e não *me*) e no Portuguez mültas vezes *me*, e a *mim* representam o mesmo.” (Morais Silva 1806: IV)

engrossam seus livros com ‘conjugações’, mas reduzem o tratamento da ‘composição’ a muito poucas páginas; assim, procurará expor esta parte com mais demora. Depois, escreve um longo trecho acerca de suas fontes, afirmando que usa no *Epítome* textos “Clássicos”, tanto para exemplificar o acerto, quanto para exemplificar o erro. Ao fim do prólogo, Morais Silva fala que mesmo distintos oradores podem não conhecer completamente a gramática e apresenta uma breve citação de Cícero em Latim que está traduzida adiante:

Pois falar Latim é algo que se deve ter em alta conta, não tanto por si mesmo, mas porque é negligenciado por muitos. De fato, não é tão admirável saber Latim como é torpe não o saber; e me parece que isto [i.e. sabê-lo] é mais próprio do Cidadão Romano que do Orador⁹¹. (Brutus 140)

A retórica de Morais Silva é *revolucionária*, ele inicia, pois, seu prólogo com as palavras “propuz me nesta Grammatica dar te idéyas mais claras, e exactas, do que cômummente se achão nos livros d’est assumpto, que tenho visto no nosso idioma” (Morais Silva 1806: III). Tem, ainda, críticas a seus pares, ao dizer que não explicam bem o ‘artigo’, que usam a descrição do latim para descrever o português e que tratam pouco da ‘sintaxe’. Sua crítica parece se destinar às gramáticas do português anteriores⁹², as quais usavam do latim com frequência para descrever a língua portuguesa; note-se que mesmo a *Arte da grammatica da lingua portugueza* de Reis Lobato, de 1770, já do período orientado pelo Marquês de Pombal, fez isso (cf. Crudis 2009). Entretanto, vale ressaltar que o gramático brasileiro apresenta, indiretamente, certa retórica de *continuidade* com ao menos parte da tradição da *grammaire générale* francesa, por conta da epígrafe de Condillac. Assim, sua retórica vai ao encontro de boa parte da tradição *mainstream* do período. Ademais, seu reconhecimento parece ter sido relativamente amplo, na medida em que sua gramática foi, no período, reeditada postumamente e posteriormente com modificações em Porto Alegre, e ainda que seja menos conhecida do que o dicionário nos dias atuais, sua primeira edição, de 1806, é constantemente citada pelas revisões históricas que se fizeram do período (cf. Nascentes 1939, Cavaliere 2001, Azevedo Filho 2002, Parreira 2011, Polachini 2013).

⁹¹ Tradução de Edgard Bikelis do original em latim: “Nam ipsum Latine loqui est illud quidem in magna laude ponendum, sed non tam sua spoute, quam quod est a plerisque neglectum. Non enim tam praeclarum est scire Latine, quam turpe nescire; neque tam id mihi Oratoris, quam Civis Romani proprium videtur. Cicero.” (cf. FD1, Apêndice B)

⁹² Não há muitas gramáticas exclusivamente do português até o século XVIII, temos conhecimento de: Oliveira (1536), Barros (1540), Argote (1721) e Reis Lobato (1770).

3.2.2. Ignacio Felizardo Fortes, *Arte da grammatica portugueza* (1816, [4])

Tal como Kemmler (2013), lamentamos não dispor de muitas informações biográficas a respeito de Fortes. Sacramento Blake em seu *Dicionário Bibliográfico*, única fonte que temos a esse respeito, afirma a respeito do autor:

Presbítero do habito de São Pedro, nasceu no último quartel do século XVIII e faleceu em 1856 em Cabo Frio, província do Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo de professor publico de latim da freguesia do Nossa Senha da Assumpção por muitos anos e também a advocacia. Era reputado como um grande latinista. (Sacramento Blake, vol. 3, 264-265)

Conhecemos também, via Sacramento Blake (1895) e buscas em catálogos de bibliotecas, algumas de suas outras publicações, todas posteriores à da gramática: *Breve exame de pregadores pelo que pertence à arte retórica*, publicada pela Tipografia Real em 1818; a tradução de dois tomos de *História do Brasil desde a sua descoberta até 1810*, originalmente escrita em francês por Mr. Affonso de Beauchamp, publicados em 1818 e 1819; e de 1834, o texto *Oração* que, segundo Sacramento Blake, foi recitado por D. Pedro II. Como se pode ver, nenhuma das obras posteriores do presbítero eram gramáticas e tinham relação com estudos da linguagem. No entanto, sua *Arte da Grammatica Portugueza*, cuja primeira edição é de 1810 ([2]), foi reeditada durante toda a vida do autor e também postumamente. De acordo com Sacramento Blake, houve, ao menos, outras quatorze reedições, das quais ele cita cinco: a terceira, mais correta e aumentada, de 1825 ([7]); a nona de 1844 ([23]), igualmente mais correta e aumentada; a décima segunda de 1851 ([31]); décima terceira de 1855 ([36]); e, finalmente, a décima quarta, já póstuma, de 1862 ([53]). Neste trabalho, analisamos a segunda edição, de 1816 ([4]).

Concordamos e ressaltamos com Kemmler (2013) que a gramática seja uma “ilustre desconhecida”, dado que, embora seja a primeira gramática escrita por um brasileiro e publicada no mesmo país e tenha tido diversas reedições ao longo de, ao menos, cinco décadas, não é mencionada em revisões históricas (cf. Capítulo 1, item 1.5). A razão de seu esquecimento não nos é clara. Na folha de rosto da obra, vemos seu título acompanhado de seu subtítulo: *Arte da grammatica portugueza que para uso dos seus discipulos compoz o Padre Ignacio Felizardo Fortes, Professor de Lingua Latina*. Nota-se que, embora seja uma gramática de língua portuguesa, Fortes era professor de língua latina, e, sendo a gramática destinada aos seus discípulos, espera-se que ela tenha alguma relação com o latim.

Há uma dedicatória na obra direcionada ao “Illustrissimo Senhor Luiz José de Carvalho Mello” que era, então, Desembargador do Paço, atribuição da Mesa do Desembargo do Paço, instituição que funcionava como um tribunal de justiça de Portugal

(do século XV a 1833) e era responsável pela concessão de licenças para impressão de livros relativos a matérias temporais. Nessa dedicatória, afirma que, no prólogo da obra, deixa claras as razões por que era importante publicá-la. No prólogo (cf. FD2, Apêndice B), Fortes explica a importância de se estudar a língua materna, ou seja, a língua portuguesa, lembrando que recentemente, em 1770, pelo Alvará do Senhor Rei D. José⁹³, as Aulas de Língua Latina deveriam incluir também o ensino do português. Justifica tal decisão dizendo que, por mais que alguém estude a língua portuguesa (somente), jamais poderia falá-la ou escrevê-la corretamente sem ter os conhecimentos etimológicos que se encontram na língua latina. Com isso em mente e considerando que as artes portuguesas de então, ainda que ache algumas muito boas, não se acomodavam à língua latina, procurou, a fim de auxiliar os alunos a realizarem a conexão entre as regras das duas línguas, reduzir ao português regras de latim apresentadas pelo Padre Antonio Pereira de Figueiredo, cuja arte de gramática era utilizada nas aulas dessa língua no Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves. Diz que seguiu sempre que foi possível as mesmas definições, regras e mesmos exemplos do Padre Pereira – as exceções, diz ele, estão, sobretudo, no detalhamento de ‘declinações’ de algumas *classes de palavras* e de ‘conjugações’ do ‘verbo’, a ‘sintaxe’, porém, é quase toda a mesma, segundo o autor.

Fortes, como vemos, afirma em seu prólogo estar realizando algo diferente do que havia no período (“vendo eu, que as Artes Portuguezas até aqui impressas, [sendo] algumas muito boas, são tão pouco accommodadas ás Latinas”); há, assim, uma sutil *retórica revolucionária*, com a qual procura mais apresentar a necessidade de sua obra para uma forma de aprender a língua portuguesa do que se mostrar uma nova maneira de analisar a língua. O autor, inclusive, afirma basear as técnicas de sua gramática quase que completamente em gramáticas setecentistas latinas do Padre Antonio Pereira (1725-1797)⁹⁴. Quanto à *atuação profissional* de Fortes, ele afirma tê-la escrito com objetivo de auxiliar seus alunos a relacionar as línguas latina e a portuguesa; vemos que posteriormente não se interessou por escrever outras obras sobre língua latina ou língua portuguesa. Ademais, o autor encontrava-se atento ao contexto intelectual mais geral,

⁹³ Citamos de Mendonça (2013: 181) “Em 30/9/1770, El Rei D. José I assinava, no Palácio da Ajuda, a “Lei para que nas classes de latinidade sejam os mestres obrigados quando receberem discípulos a instruí-los previamente na gramática portuguesa”, à qual se anexava alvará que explicitava que o ensino se faria com base na Gramática Portuguesa composta por Antonio Joze dos Reis Lobato.”.

⁹⁴ De acordo com Kemmler (2012) e Moraes (2015), é possível encontrar traços de três obras do Padre Antonio Pereira na *Arte* de Fortes, a saber: Figuras da Sintaxe Latina (1761), *Novo methodo da grammatica latina* (1765) e *Novo methodo de grammatica latina, reduzido a compendio* (1814 – décima primeira edição). Há também traços similares ao da *Arte da grammatica de lingua portugueza*, de Reis Lobato (1770).

dado que as justificativas para o modelo de sua gramática corroboram com determinações reais do último quartel do século anterior.

A gramática de Fortes, tal qual a gramática de Morais Silva, que vimos no item anterior (3.2.1), é uma das primeiras gramáticas de língua portuguesa escrita por brasileiro e, por isso, notável em seu contexto. Há apenas três gramáticas publicadas entre 1810 e 1819, das quais uma é reedição do *Epítome* de Morais Silva (1813), duas são edições de Fortes (1810, 1816). Era um período com baixa produção gramatical no Brasil; no entanto, havia já controvérsias explicitadas. Vimos na epígrafe e no texto introdutório “ao leitor benévolo” de Morais Silva que ele critica os textos gramaticais que davam ao português e ao latim as mesmas regras, que é justamente a proposta da *Arte* de Fortes, o qual, por sua vez, diz que então tais relações não eram feitas de forma satisfatória para que a língua portuguesa fosse incluída nas aulas de latim. É interessante notar que, entretanto, Morais Silva é anterior a Fortes e, portanto, falava de gramáticas que já realizam tal relação, como comentamos anteriormente (cf. item 3.2.1). As duas gramáticas não dialogam efetivamente entre si, mas tratam de temas de discussão próprios do clima de opinião daquele momento.

3.2.3. Antonio da Costa Duarte, *Compendio da grammica portugueza* (1829, [10]) e *Compendio de grammica philosophica da lingua portugueza* (1859, [44])

De acordo com o Sacramento Blake (1883:144-5), Costa Duarte nasceu na capitania, depois província, do Maranhão no final do século XVIII, foi presbítero de São Pedro e lente de gramática filosófica da língua portuguesa e análise dos clássicos. De suas publicações, Sacramento Blake conhece apenas as duas edições de sua gramática, a primeira de 1829 ([10]) e a segunda de 1840 ([19]), cujo título já havia sido modificado. Nós tivemos conhecimento ainda de quatro *reedições*, de 1853 ([33]), 1859 ([44]), 1862 ([51]), 1877 ([105]). Dentro de nosso mapeamento da produção gramatical brasileira de língua portuguesa, a gramática de Costa Duarte é uma das primeiras obras publicadas—foi, inclusive, dada por Nascentes (1939), que desconhecia sua primeira edição e outras obras, como a segunda obra publicada no Brasil, sendo posterior apenas à de Coruja (1835).

Além do título e do subtítulo, há outras diferenças nos *paratextos* das duas edições que analisamos. A primeira, intitulada, *Compendio de grammica portugueza: para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos*, apresenta uma epígrafe, citação de Cícero, que diz “Que maior ou melhor serviço

podemos oferecer à república que ensinar e instruir os jovens?”⁹⁵, ademais, oferece e dedica a obra ao “Illm^o. e Exm^o Sñr. Candido Joze de Araujo Vianna, Deputado nas Cortes Legislativas, Cavalleiro da Ordem de Christo, e Desembargador da Relação de Pernambuco” solicitando que este leia a obra e a corrija em sua doutrina no que for necessário para que seja interessante à instrução da mocidade (cf. FD3, Apêndice B). Esse senhor era então governador da província do Maranhão (ocupou o cargo de janeiro de 1829 a outubro de 1832). Costa Duarte parece pedir ao governante reconhecimento para que sua obra possa ser utilizada naquela província. Se era essa sua intenção, o gramático obteve sucesso, dado que o título e subtítulo da segunda edição, de 1840, eram *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza, escolhido pela congregação do lyceu do Maranhão para uso do mesmo lyceu*; o liceu havia sido criado dois anos antes, em 1838 (Viveiros s.d.). Ademais, a partir da quarta edição, de 1859, é incluído ao subtítulo “e das aulas de primeiras lettras da província”. Nesta última já não há epígrafe nem dedicatória. A obra alcançou considerável sucesso, dado que foi reeditada por, pelo menos, as quatro décadas seguintes, sendo a última edição de que temos conhecimento a sexta, de 1877.

É curioso que essa gramática seja, na primeira edição, de 1829, oferecida e dedicada ao governador da província do Maranhão, e que o Ato Adicional à Constituição de 1824, que descentralizava a educação, tornando-a responsabilidade das províncias seja apenas 1834. Algo similar se dá com a *Grammatica elementar e methodica* de Paz, que foi publicada em 1833 ([13]) e é oferecida à mocidade fluminense também antes do Ato Adicional – todos os outros direcionamentos regionais em subtítulos de obras se dão após 1834. As edições seguintes da gramática de Costa Duarte, posteriores ao Ato Adicional, a partir de 1840, têm outra conexão com a província por meio de uma instituição, visto que em subtítulo é dito que ela é adotada no Liceu Maranhense e às escolas de primeiras letras da província.

Embora não haja prólogos que explicitem a maneira como o gramático se autopercebia em 1829 e depois em 1859, podemos, ao analisar os *paratextos* disponíveis, inferir algo acerca de sua *agenda*. Parece-nos que o Padre Antonio Costa Duarte procurou tornar sua gramática relevante em sua província por meio de dedicatória a seu governador no Brasil recém independente, e que o autor obteve o reconhecimento desejado e sua gramática foi reeditada e veiculada até o início do último quartel do século.

⁹⁵ Tradução do latim de Edgard Bikelis. Original: “Quod munus adferre majus meliusve reipublicae possumus, quam si docemus et erudimus juventutem? (Cic)” (cf. FD3, Apêndice B)

Em suma, parece-nos que as duas *títulos* que analisamos da gramática de Costa Duarte têm um autor com *agendas* diferentes. Em 1829, o presbítero, que possivelmente era também professor de língua portuguesa, dedica sua obra ao então governador da província a fim de angariar reconhecimento. Pouco mais de dez anos depois, já com reconhecimento estabelecido, o gramático dá à luz uma *nova edição com título modificado* (e com diversas modificações internas, como veremos no capítulo 4), que é oficialmente utilizada no recém-aberto Liceu Maranhense e que, em edições seguintes, viria a ser utilizada nas escolas de primeiras letras da província. Assim, embora não tenhamos muitas informações biobibliográficas desse autor, é notável pela análise feita que há um percurso crescente de acesso a reconhecimento de acordo com as publicações de suas gramáticas, sobretudo entre a primeira e a segunda edição.

3.2.4. Antonio Alvares Pereira Coruja, *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* (1835, [16]; 1873, [92])

Da mesma forma que fizemos com Costa Duarte (cf. item 3.2.3), analisamos a *agenda* de dois Corujas, aquele de 1835 e outro trinta e oito anos mais tarde, em 1873. Nascido em agosto de 1806, em Porto Alegre, Coruja estudou, ao longo dos anos, latim, Filosofia Racional e Moral, francês, cantochão. Foi ainda, de acordo com Bastos (2006), um dos precursores do ‘ensino mútuo’ ou ‘método lancasteriano’ na Província de São Pedro, no Rio Grande do Sul:

“Em 18 de dezembro de 1825 firmou um contrato com o Conselho da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo qual se comprometia a ir ao Rio de Janeiro habilitar-se na prática do método mútuo, para, posteriormente, assumir a primeira escola de ensino mútuo da Província. O contrato assinado estabelecia que se dispusesse ir à Corte do Rio de Janeiro, onde se *doutrinaria* no método lancasteriano, para, por este método, ensinar a mocidade” (Bastos 2006:7)

Ainda com base em Bastos (2006), sabemos que, em 1827, tendo já retornado à Província de São Pedro, fundou escola pública no método lancasteriano, chamada “Casa Queimada”. Em 1831, candidatou-se à cadeira de professor de Língua Latina, sendo aprovado. Em 1835, candidatou-se à cadeira de professor de Filosofia Racional e Moral, também sendo aprovado. (cf. Bastos 2006; Sacramento Blake 1983). No mesmo ano publicou a primeira edição da gramática que analisamos neste trabalho, no ano seguinte, porém, teve problemas e perseguições por conta de sua posição política na Revolta Farroupilha (1835-1845), tendo, inclusive, segundo Bastos (2006), sido preso. Em consequência disso, no ano de 1837, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde fundou o Liceu *Minerva*, em 1841, em que se ensinavam as primeiras letras, a Gramática

da Língua Nacional e princípio de religião moral e cristã, dentre outras matérias; o Liceu, no entanto, foi transferido para Franklin Teodoro de Castro Menezes em 1856 e acabou por ser fechado em 1862. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1839, e seu tesoureiro por vinte anos. Em 1860, tentando um novo rumo, Coruja fundou a Companhia de Seguros Feliz Esperança, mas ela acabou por ser fechada em pouco tempo; posteriormente, em 1870, fundou a Caixa Depositária Sociedade Glória do Lavradio, que faliu em 1880. Ademais, Publicou diversos artigos para a *Revista do IHGB*, dos quais destacamos a “Coleção de Vocábulos de Frases usadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, de 1852.

Grande parte de suas publicações é composta de livros escolares, evidentemente pelo forte vínculo profissional do autor com o ambiente pedagógico e educacional. Temos conhecimento dos seguintes livros, além do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional*, que foi reeditado diversas vezes por quase seis décadas (1835, [16]; 1846, [26]; 1847, [27]; 1849, [29]; 1862, [52]; 1865, [92]; 1873, [92]; 1891, [172]) (cf. FD4, Apêndice B), escreveu: *Manual dos estudantes de latim* (1838), *Compendio de orthographia da lingua nacional* (1848), *Arithmetica para meninos* (1850), *Colleção de vocabulos e frases usados na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul* (1852), *Lições de historia do Brazil* (1855), *A vida de José Bernardino de Sá depois de sua morte* (1856), *Anotações ás Memórias históricas de ‘monsehor Pizarro* (1858), *Notas á memoria do tenente-coronel José dos Santos Viegas* (1860), *Antigualhas e reminiscencias de Porto-Alegre* (1881). Após seu Liceu falir e seus insucessos em outras carreiras, Coruja acabou por falecer, em 1889, segundo relatos, na miséria e morando em repúblicas de estudantes.

Ressaltamos que a primeira edição do *Compendio* de Coruja, de 1835, foi considerada por Nascentes (1939) e Castilho (1962) como a primeira gramática brasileira. Não há em ambas as edições prólogos que evidenciem o objetivo do autor ao escrevê-las. No entanto, há que se destacar aspectos de seu título e de seu subtítulo (que se mantêm nas reedições): *Compendio da grammatica da lingua nacional: dedicado á mocidade rio-grandense*. Nota-se que existe um direcionamento geográfico, relativo à província do Rio Grande do Sul, o qual se mantém até 1891, quase seis décadas após Coruja ter se mudado para o Rio de Janeiro. Ademais, o título é introduzido com o termo “compêndio”, o qual, como notamos no mapeamento (cf. 3.1), estava relacionado ao ensino de primeiras letras e foi o tipo de título mais comum até as décadas de 1860 e 1870, quando os títulos iniciados por “gramática” tomam seu lugar. Além disso, tendo em conta o mapeamento, chama a atenção o fato de dizer que a gramática é de “língua nacional”, pois tais termos

para indicar a língua portuguesa não serão frequentes em gramáticas ao longo do século. Finalmente, a dedicação da obra à mocidade rio-grandense é um ponto interessante, na medida em que em 1834 houve um Ato Adicional sobre a Constituição de 1824, que tornava a educação básica responsabilidade das províncias. A continuidade desse título mesmo quando o autor muda-se para o Rio de Janeiro pode ser uma homenagem à sua província natal, é preciso considerar, porém, que seu compêndio foi recomendado para aulas de gramática portuguesa em São Pedro do Rio Grande do Sul em 1854.

Considerando os dados biobibliográficos e *paratextos* que temos de Coruja, notamos que seu perfil profissional quando escreve a primeira edição é de um jovem educador que elaborava seu primeiro livro. Na edição posterior, de 1873, que é similar à de 1835, exceto por acréscimos e pequenas mudanças, o autor, já teria escrito diversos livros direcionados para a educação e também já teria escrito seu famoso artigo a respeito de vocábulos e frases usados na província de São Pedro; no entanto, nesse momento, já abandonara a profissão de educador e procurava viver de outros empreendimentos.

3.2.5. Raymundo Camara Bithencourt, *Epítome da grammatica philosophica da lingua portugueza* (1862, [50])

De Raymundo Antonio Camara Bithencourt, sabemos, por Sacramento Blake (1902), que ele era natural do Rio de Janeiro, que talvez tenha exercido magistério na instrução primária e que, além de publicar o *Epítome*, traduziu diversas obras, entre peças e textos de fundo moral direcionados à infância, do francês (cf. FD6, Apêndice B), a maior parte do mesmo ano da publicação do *Epítome*, 1862, ou de anos próximos, como 1861 e 1863. O *Epítome* parece, portanto, ser seu único tratado gramatical, do qual só tivemos conhecimento da primeira edição, em cujo “Prefácio” temos algumas declarações do autor a respeito do momento que vivia e também dos objetivos que tinha ao escrever a obra.

Bithencourt inicia o prefácio dizendo que tem consciência do fato de que obra não seja perfeita. Ela, porém, segundo ele, não está abaixo daquelas que eram então publicadas; como exemplo, apresenta o compêndio de Costa Duarte como tendo muitas coisas aproveitáveis, mas que, por outro lado, tem doutrinas que, segundo Bithencourt, merecem reparo e não devem ser aceitas, sobretudo quando o gramático maranhense, Costa Duarte, se aparta da doutrina do gramático português Soares Barbosa, o qual era o modelo quase perfeito para o gramático carioca. Quase perfeito porque Bithencourt

afirma reformular alguns pontos em que o “ilustrado philologo nos [lhe] pareceu menos fundado”. Há, em consequência disso, dois motivos que o autor lista para escrever sua gramática: estarem, então, esgotadas as edições da gramática de Soares Barbosa (1822), e considerar essa mesma gramática muito difusa e, por isso, inadequada ao ensino em aulas. Acrescenta, enfim, um terceiro motivo mais pessoal, que citamos adiante:

“Um outro motivo, e perdõe-se-nos o orgulho, actuou tambem poderosamente em nós na composição deste epitome, a saber: a necessidade que tínhamos de provar solemnemente nossas habilitações, para bem exercermos um emprego em qualquer Repartição publica, um desses barateados á ignorancia, e arrançados pelo patronato; um emprego, emfim, que nos ponha a abrigo das primeiras necessidades da vida, já que o governo do paiz (não nos refirimos aos ministerios actual, ao qual por ora nada temos pedido) nunca se dignou de attender-nos. Acreditamos que o ministerio presidido pelo venerando Marquez de Olinda, tão amigo e protector das letras como é, nos fará justiça, e não consentirá que um moço que reúne algumas habilitações, com as quaes póde até prestar bons servições em uma secretaria d’estado, continue a viver sem um emprego e sem meios de prover á subsistencia de sua familia.” (Bithencourt 1862: vii-viii)

Não podemos dizer com toda certeza, mas talvez essa motivação esteja, de modo geral, na intensa publicação de textos traduzidos pelo autor entre 1861 e 1863, da qual temos conhecimento por Sacramento Blake (1902). Como não sabemos ao certo que profissão exercia o autor e se, de fato, exerceu magistério, focaremos o desenho de seu *perfil profissional* baseando-nos em seu prefácio. O gramático evidentemente encontra-se numa posição de falta de reconhecimento, e parece escrever a gramática (e possivelmente traduzir outros textos na mesma época) a fim de acessar tal reconhecimento, o qual não necessariamente diz respeito à defesa de uma teoria ou doutrina, mas à ascensão social.

Ademais, o autor percebe-se ao mesmo tempo como *continuista e revolucionário*, pois apresenta *retórica mista* em relação à gramática filosófica de Soares Barbosa, com alguns pontos corrigidos e em um formato mais didático. Ademais, afirma que corrige pontos em que Costa Duarte, outro gramático brasileiro, se distancia de Soares Barbosa. Bithencourt, assim, corrige pontos da gramática de Soares Barbosa ao mesmo tempo em que utiliza-a como base para refutar Costa Duarte.

Embora analisemos somente uma gramática da década 1860, vimos nessa década, no *mapeamento* que realizamos dessa produção, uma grande explosão de publicações de gramáticas do português por brasileiros (cf. item 3.1): em 1850 haviam sido publicadas 15 gramáticas (das quais 11 eram *edições específicas*), já em 1860 foram publicadas 33 obras (das quais 22 eram *edições específicas*). A gramática de Bithencourt, portanto, faz parte desse contexto de aumento de publicações. As intenções que o autor apresenta no prólogo demonstram que ele não pretendia criar uma gramática nova, mas adaptar uma antiga – criticando, também, as novas que não se enquadravam nos planos; tencionava

também ser reconhecido e obter um emprego em alguma repartição pública. Assim, nesse contexto de grande aumento no número de gramáticas publicadas, temos um exemplo de gramática que, por um lado, dialoga vigorosamente com a tradição de descrição da língua portuguesa, e, por outro, foi usada como objeto de ascensão social.

3.2.6. Francisco Sotero dos Reis, *Grammatica portugueza accomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica* (1877, [106])

Francisco Sotero dos Reis nasceu em 1800, em São Luís do Maranhão, local em que permaneceu até sua morte, em 1871. Teve ampla e diversa *atuação profissional*. Em 1821, foi nomeado pelo governador do Maranhão para lecionar latim em um colégio de instrução primária. Foi deputado provincial em 1832, e reeleito por várias legislaturas seguintes. Foi também o primeiro diretor do Liceu Maranhense, fundado em 1838, e primeiro inspetor da Instrução Pública do Maranhão. Além disso, desde 1825 participou ativamente da imprensa como jornalista (Martins 2010). Fundou uma série de periódicos, o mais importante deles, *A Revista*, foi fundado em 1840. Nelas estão seus mais célebres artigos de crítica literária. Escreveu para a *Revista Trimestral do IHGB* a biografia do falecido presidente da província do Maranhão, Eduardo Olímpio Machado (Sacramento Blake 1895).

Ao longo da década de 1860, já próximo ao fim da vida, publicou quatro livros. Em 1862, foram impressas as *Postillas de Grammatica Geral applicada á lingua portugueza pela analyse dos classicos*, obra que tratava especificamente de sintaxe e teve segunda edição em 1868. No ano de 1863, publicou tradução do texto *Comentários sobre a Guerra Gálica*, de Júlio César. Em 1866, a primeira edição de sua *Grammatica portugueza accomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica* foi publicada, tendo duas reedições póstumas, de 1871 e 1877 – analisamos a última. Entre os anos de 1866 e 1868, escreveu os volumes de seu conhecido *Curso de litteratura portugueza e brasileira*. (Sacramento Blake 1895, Nogueira 2006)

De acordo com a revisão historiográfica de Nascentes (1939), a *Grammatica* e as *Postillas* de Sotero dos Reis tiveram bastante prestígio no período de sua publicação, da mesma forma que seu *Curso de Literatura*. Ambos foram publicados em um dos períodos mais prósperos economicamente e intelectualmente da província do Maranhão. Nesse período, São Luís era conhecida como a “Atenas Brasileira”, principalmente por conta de

suas ‘Belas Letras’, constituídas, dentre outros, por Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Sotero dos Reis, os quais formavam o “Grupo Maranhense” (Nascentes 1939; Elia 1975).

É notável que Sotero dos Reis, embora tenha iniciado trabalhos com educação desde, pelo menos 1838, publique sua gramática, junto com outros livros, apenas no fim da vida, momento em que já se valia de grande reconhecimento intelectual e como homem de letras.

Não há prólogo do autor a nenhuma das edições da obra. O título *Grammatica portugueza accomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica* é, como vimos em nosso mapeamento, um dos vários textos da década de 1860 que trazem em subtítulo algo relativo ao sistema em que se baseia a obra e ao seu modo de apresentação. Nota-se, assim, que a gramática se vincula à gramática geral, por considerar que a língua portuguesa poderia ser descrita por meio de princípios gerais da palavra; já a imediata aplicação prática pode tanto estar relacionada à exemplificação do português (que é muito frequente na obra e, ao que parece, os exemplos são em geral forjados pelo próprio gramático), quanto ao teor pedagógico da obra, que apresenta “modelos de análise” após os capítulos. Em suma, a *Grammatica Portugueza* de Sotero dos Reis parece ter sido escrita com uma *agenda* que fundia pedagogia e teoria, então, ao mesmo tempo que se apresentava como baseada na *grammatica geral*, tinha também objetivo de ser clara aos alunos que aprendiam português.

3.2.7. Ernesto Carneiro Ribeiro, *Grammatica Portugueza Philosophica* (1881, [120]) e *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza* (1890, [171])

Nascido em 1839 em Itapacarica na Bahia e morto na mesma cidade em 1920, é um intelectual afrodescendente lembrado até os dias atuais – seu 175º aniversário foi celebrado pelo Doodle do Google Brasil, em 2014⁹⁶. Diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1864, e, quando ainda era estudante, foi professor no Ginásio Baiano – de Abílio César Borges, então famoso educador e gramático (apresentamos duas gramáticas suas no Apêndice A, ver [47] e [104]). Da década de 1860, temos conhecimento, por meio de Sacramento Blake (1893), de alguns textos que escreveu para a área da medicina, *Relações da medicina com as sciencias philosophicas*; *O sulfato de*

⁹⁶ Cf. nos sites: <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/09/175-aniversario-do-ernesto-carneiro-ribeiro-e-celebrado-em-doodle.htm> (Acessado em 21/06/2017) e <https://www.google.com/doodles/ernesto-carneiro-ribeiros-175th-birthday?hl=pt-BR> (Acessado em 21/06/2017).

quinino nas febres intermitentes; Do centeio espigado e sua aplicação na obstetrícia; Theoria da respiração vegetal.

Em 1871, foi aprovado para a cadeira de Gramática Filosófica do Liceu Provincial. Em 1874, fundou o Colégio da Bahia com financiamento do Império Brasileiro, o qual durou até 1883. Em 1875, fundou o Ginásio Carneiro Ribeiro, do qual foi diretor por cerca de trinta e seis anos, sendo sucedido por seus filhos. Teve alunos famosos, como Ruy Barbosa, Euclides da Cunha e Rodrigues Lima. Publicou em 1877, a *Grammatica Philosophica*, que analisamos aqui. Em 1885, segundo Sacramento Blake (1893), escreveu *Perturbações psychicas no domínio da hysteria*. Em 1890, publicou outra gramática, chamada *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa*, na qual procura se aproximar de estudos mais recentes sobre a linguagem, dado que ela inclusive, como é indicado pelo subtítulo, foi escrita de acordo com o programa de exames de 1887 do Colégio Pedro II. Sua gramática foi reeditada até meados do século XX e seu texto teve considerável aumento – houve duas outras edições em vida do autor, a segunda de 1915 e a terceira de 1919, da quarta não temos data, a quinta e sexta, póstumas, são respectivamente de 1950 e 1956. Ademais, já no início do século XIX, protagonizou, junto com seu ex-aluno, Ruy Barbosa, uma polêmica gramatical acerca da revisão do Projeto Civil.

A atuação profissional de Carneiro Ribeiro é dupla, já que exercia a medicina e o magistério. Sabemos pouco de sua carreira na medicina, mas é possível observar, por conta da fundação de colégios, que o autor teve reconhecimento no ensino. Sua primeira gramática, talvez por estar tão próxima da ruptura ocorrida em 1881 com a publicação da gramática de Ribeiro, não parece ter obtido grande reconhecimento. Foram os *Serões Grammaticaes* que obtiveram grande sucesso, sendo reeditados algumas vezes ao longo do século XX, e sendo citada por diversas revisões (cf. 1.5), ainda que possivelmente defendesse uma posição diferente do *mainstream* da época, como veremos adiante.

Não há prólogo na *Grammatica Philosophica*, mas seu título indica sua tendência a seguir, provavelmente, a doutrina veiculada pela *grammaire générale*. O autor apresenta uma epígrafe, citação de Francis Bacon em latim, que ressalta a importância da gramática: “Eu sou a lei do discurso, a regra verdadeira das línguas: “quem não me aprende não obterá mais nada”⁹⁷. Curiosamente, essa mesma epígrafe seria usada dez anos mais tarde

⁹⁷ Tradução de Edgard Bikelis: Lex sum sermonis, linguarum regula certa; qui me non didiscit coetera nulla petat.

na *Grammatica Analytica* de Maciel, de que também tratamos neste trabalho (cf. item 3.2.10).

Nos *Serões Grammaticaes*, Carneiro Ribeiro apresenta uma nova epígrafe e escreve longo prólogo em que são discutidas as novas tendências dos estudos da linguagem de então em relação aos mais antigos. Na epígrafe, em latim, o autor parece modestamente apresentar seu objetivo com a obra diz “não para que sejamos louvados, mas para que sejamos úteis”⁹⁸. Quanto ao prólogo, Carneiro Ribeiro inicia-o dizendo que nos últimos anos os estudos gramaticais desenvolveram-se e foram esclarecidos com a gramática comparada. Assim, naquele momento, todo estudo que não considerasse a história no estudo da língua e sua evolução progressiva, como um organismo vivo, era considerado menor por ser abstrato e metafísico, dado que toda ciência aspirava então uma utilidade prática e real. Ainda que Carneiro Ribeiro valorize as novas direções que estavam tomando os estudos da linguagem, ele também era crítico a elas; diz no prólogo:

Duas direcções diferentes têm dado os escriptores ao estudo da sciencia da linguagem: na primeira o sentido das palavras é tudo, a sua função e o seu valor logico; a grammatica considerada sob esse aspecto é uma sciencia puramente abstracta como o é a logica, a que se vincula intimamente e com que se confunde; na segunda attentam mais nos elementos morphicos das palavras, consideram-nas sob o aspecto material; a grammatica então se torna uma sorte de anatomia ou histologia: estudam-se as palavras como compostas de *orgãos*; estudam-se para nos exprimirmos assim, os *tecidos* desses *orgãos*, os *elementos* desses tecidos, como nascem e vivem, como crescem e proliferam e definham, se encorpam e se apoucam, se engrazam e separam, se modificam, se transformam, estacionam, envelhecem e remoçam, apparecem e morrem. O grammatico não é mais um logico, senão um naturalista. Sob o primeiro aspecto estudaram a grammatica os Gregos e Romanos; sob o segundo, os grammaticos da India. Por muitos seculos foi aquella primeira a direcção que sempre se deo ao estudo da grammatica; a direcção, porem, a que se dá modernamente a preferencia é a segunda; mas por um excesso, a que tende sempre a humanidade quando duas opiniões se contrastam e parecem dividir os espiritos, á força de attentar na forma e no material das palavras; tem-se menosprezado o seu lado logico, o seu sentido e a sua função. O verdadeiro estudo da grammatica historica, como de qualquer grammatica especial, não é perfeito, se essas duas direcções se reputam incompatíveis, antagonicas e inconciliaveis, se não se approximam, auxiliando-se, comprehendendo-se, robustecendo-se, amalgamando-se e fundido, encontrando uma na outra a saber em que se levanta e sustenta. (Carneiro Ribeiro 1890: II-III).

Vê-se que o gramático, apesar de valorizar os estudos mais recentes, os compreende como incompletos sem a abordagem mais antiga, preferindo, dessa forma, que ambos sejam reunidos. Assim, após ler tal prólogo, não esperamos que sua gramática, apesar de estar de acordo com o Programa de Estudos, tenha unicamente a abordagem das doutrinas mais recentes, mas que preserve ainda abordagens de doutrinas anteriores, as quais, possivelmente, Carneiro Ribeiro usou em sua gramática anterior, a *Grammatica Philosophica*. Finalmente, justifica o título *Serões Grammaticaes*, ao dizer que este foi

⁹⁸ Tradução de Edgard Bikelis: Non ut laudemur, sed ut prosimus.

escrito em subtraídas horas de repouso do autor, por conta de suas diversas ocupações, mas que essas foram horas bem ocupadas, dado que resultaram em uma grande e útil obra.

3.2.8. Julio Cezar Ribeiro Vaughan, *Grammatica Portugueza* (1881, [123]; 1885, [143])

Filho de uma brasileira e de um cidadão norte-americano, Júlio César Vaughan Ribeiro nasceu em 1845, na cidade de Sabará, em Minas Gerais. Em 1862, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fez três anos do curso da Escola Militar, deixando-o para se dedicar ao magistério e ao jornalismo. Posteriormente, foi nomeado professor de latim no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo e deu aula em diversas escolas do interior do estado de São Paulo, como o Culto à Ciência, de Campinas. Morou também em Lorena, Sorocaba, Campinas, Capivari e Santos. Já no fim da vida, quando o Brasil tornou-se república, Ribeiro foi nomeado professor de retórica do Instituto de Instrução Secundária (cf. biografia em site da ABL).

Conhecemos quatro gramáticas escritas por ele, a *Grammatica Portugueza*, de 1881, a *Grammatica Analytica* (1885) o *Holmes Brasileiro ou Grammatica da Puericia* (1887) a *Nova Grammatica de Lingua Latina*, que não estava acabada no momento de sua morte e foi publicada em edição póstuma, em 1895. Ademais, escreveu também os *Traços gerais de Linguística* (1880). Sua gramática é dada, com frequência, como aquela que promoveu a primeira ruptura epistemológica na gramática brasileira do português (cf. item 1.5).

Além de escrever diversas obras gramaticais e linguísticas, Ribeiro foi também jornalista proprietário e diretor de jornais, como *Sorocabano* (1870-72), *Procellarias* (1887) e *O Rebate* (1888). Temido polemista, Julio Ribeiro escreveu as *Cartas Sertanejas*, as quais saíram ao longo de 1885 no *Diário Mercantil* como resposta a artigos que saíram no jornal *A Província* (atual Estado de São Paulo), da autoria de “Demócrito”. Nelas, ele responde a diversos ataques à sua gramática e às filosofias ou aos teóricos que defendia. Em geral, o gramático respondia a essas críticas tanto com a resposta à questão ou crítica que lhe faziam quanto com crítica, nas quais afirmava haver erros na língua portuguesa escrita de seu oponente (cf. Ribeiro 2007).

Escreveu também dois romances, *O padre Belchior Pontes* (1876-1877) e *A Carne* (1888). Este, um romance naturalista, foi duramente criticado na época, por conta de suas acentuadas descrições sexuais. De uma dessas críticas surgiu a *Polêmica Célebre* entre

Julio Ribeiro e o Padre Senna Freitas, na qual, além de trocar diversas ofensas, o gramático critica a escrita do Padre, afirmando que há erros nela.

Nas *Cartas Sertanejas*, Ribeiro descreveu-se como ateu que já havia sido católico e presbiteriano, e como republicano e intransigente (cf. Ribeiro 2007:15). Ademais, sustentava a tese de que um bom político devia ser “cientificamente preparado”, o que significava, para ele, ter conhecimentos, ao menos elementares, nas seguintes áreas:

[M]athematicas, a physico-khimica, a bio-physiologia, a psykologia-moral. Deve ter boas noções de arithmetica, de algebra, de geometria, de mekhanica, de cosmologia, de astronomia sideral e planetária, de geodesia, de geographia physica, de geologia, de mineralogia, de paleontologia, de botanica, de zoologia, de anatomia, de histologia, de linguistica, de historia e geographia-historica, de industria, de arte, de litteratura, de sociologia, de legislação, de politica (Ribeiro 2007:23)

Em diversos ponto das *Cartas Sertanejas*, considera os políticos do país atrasados, isto justificado pelo fato de a maior parte deles terem estudado Faculdades de Direito, as quais ele considerava “metafísicas”, que era o oposto de “científico” e, dado o perfil de político por ele idealizado, o oposto do que um político deveria ser. Esse mesmo termo, “metafísica”, é apresentado no prólogo à segunda edição, de 1885, e na assinatura da primeira. No início do prólogo à segunda edição, Ribeiro afirma que “as antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua” (Ribeiro 1885: 10) e que para se afastar da “trilha batida”, ele não poupou trabalhos. No final da primeira edição, há um pequeno trecho de finalização da obra em que ele diz que “subtilezas só engendram confusão: em metaphysica cada qual discreteia a seu modo, e ha sempre tantas sentenças quantas são as cabeças.” (Ribeiro 1881: 291).

É notável sua *retórica revolucionária* em relação à “metafísica”. Sabemos pelas *Cartas Sertanejas* que Ribeiro tinha uma espécie de rixa com os bacharéis em Direito, os quais eram, naquele momento, a grande maioria dos governantes do Império, além de serem considerados a alta classe intelectual. O gramático, assim, parecia se perceber numa condição de mais baixo reconhecimento por não ser bacharel em Direito, mas ter estudado no Colégio Militar. Entretanto, como vimos, ele acreditava que os estudos científicos, que ele fazia, eram a direção correta; além disso, e com a influência positivista no país no final do século, a ciência passou a ter mais espaço (Bastos 2005). Assim, parece-nos, seu *acesso ao reconhecimento* dependia de uma *retórica revolucionária*, a qual não apenas direcionava-se ao estudo da linguagem, mas a grande parte do estado de coisas do Brasil de então.

Seu acesso ao reconhecimento, entretanto, foi relativamente rápido, dado que sua primeira edição da gramática alcançou grande sucesso, sendo citada por todas as revisões

históricas que observamos (cf. item 1.5) e também em trabalhos mais recentes que tratam especificamente de sua gramática e/ou de sua obra (cf., pelo menos, Vidal Neto 2008; Coan 2016; Aquino 2016). Além disso, na segunda edição, Ribeiro transcreve os pareceres e os comentários positivos feitos por Ruy Barbosa, Conselheiro Antônio José Viale e André Lefèvre à primeira edição da obra (cf. FD12, Apêndice B).

As três epígrafes da obra, que se mantêm nas duas edições analisadas, apresentam sobretudo a *autopercepção* do gramático. A primeira, de Duarte Nunes de Leão (1530?-1608), que, além de historiador, foi pioneiro descritor da ortografia da língua portuguesa do século XVII, afirma ter tentado ensinar aos seus naturais o que de outrem não pôde aprender. Com essa citação, Ribeiro parece também se considerar de alguma forma pioneiro. A segunda é uma citação de Émile Littré (1801-1881), famoso lexicógrafo e filósofo francês, que afirma que a gramática moderna só pode ser explicada por meio do conhecimento da gramática antiga. Com essa fala, o autor se apresenta como estando mais próximo dos métodos da gramática histórico-comparativa, que era expoente naquele momento. Finalmente, a epígrafe com citação de François Guizot (1787-1874), político francês, parece ser de cunho pessoal, ela diz que a glória de um homem não está em atingir seu objetivo, mas de ter rumado ao encontro dele (cf. FD12, Apêndice B).

Na primeira edição, há uma dedicatória a diversos nome expoentes do estudo da linguagem de então como: Friedrich Diez, Emile Littré, William Dwight Whitney, Max Müller, Auguste Branchet, Gaston Paris, Michel Bréal, Theophilo Braga, Adolpho Coelho. Na segunda edição, Ribeiro dedica sua obra à memória de Luiz de Camões, Friedrich Diez e Émile Littré, aos “mestres” André Lefèvre, Michel Bréal e Adolpho Coelho, ao erudito polígrafo Theophilo Braga, ao escritor Camillo Castello Branco, que Ribeiro chama de “mais robusto manejador actual da Lingua Portuguesa”, e aos brasileiros Capistrano de Abreu, Vieira de Almeida, Thomas Galhardo e Serafim de Mello. É notável a entrega de intelectuais brasileiros na segunda edição e omissão de outros autores a quem a obra era dedicada quando em primeira edição.

Ademais, o autor pede nas duas edições à “crítica ilustrada e honesta” que seja severa em suas críticas à gramática, a fim de melhorar a obra. O prólogo à segunda edição traz, entre outras coisas, comentários acerca das críticas e as mudanças realizadas pelo autor entre uma edição e outra. Diz Ribeiro que ainda que tenha acolhido certas críticas, exultou outras que eram “injustas e virulentas de gente atrabiliária que, à mingua da sciencia, lança mão do insulto”. A respeito das mudanças de conteúdo, afirma que deixou as definições que tomara de Burgraff, preferindo as de Whitney. Ressalta que o tratamento

da sintaxe é baseado no sistema germânico de Becker, o qual foi modificado e introduzido na Inglaterra por C. P. Mason, e que foi adaptado ainda por Whitney, Bain e Holmes. Além disso, afirma que não tinha visto ainda *A Higher English Grammar* de Bain em 1881, mas que ambos os autores acabaram por seguir caminhos similares e análogos em suas gramáticas.

Em suma, considerando os dados cruzados, é certo que a *agenda* de Ribeiro era, explicitamente, promover uma mudança, a qual daria maior reconhecimento e prestígio aos viéses por ele defendidos. Tal desejo de mudança é acompanhado por uma forte *retórica de ruptura*, que se apresenta em diferentes âmbitos, inclusive a respeito do modelo usado para a descrição linguística.

3.2.9. Maximino de Araujo Maciel, *Grammatica Analytica* (1887, [152]) e *Grammatica Descriptiva* (1895, [188])

Em volume publicado em 1900, Sacramento Blake descreve Maximino de Araújo Maciel (1865-1923) como recém-formado em Direito que se encaminhava para se formar em Medicina.

Dr. Maximino Maciel – natural de Sergipe – Formado em medicina e em direito, professor cathedratico do Collegio Militar, membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, do Instituto Historico e Geographico de Sergipe. (Sacramento Blake 1900: 265)

Nas folhas de rosto dos dois *títulos* estudados, há uma breve descrição da *atuação profissional* de Maciel. Em 1887, é descrito como “natural de Sergipe, estudante do curso médico. Professor de Linguas no collegio Augusto, professor livre de philosophia, ex-professor de portuguez e frances da Associação Promotora da Instrucção”. Já em 1894, descreve-se como “Natural de Sergipe. Formado em direito e em sciencias sociaes, professor cathedratico no Collegio Militar”. Nota-se que é relevante a informação de que o autor é nascido em Sergipe, a qual está presente em ambas as folhas de rosto. Nota-se também que em 1887 Maciel destaca ser estudante do curso médico, o qual, de acordo com Sacramento Blake, concluiu; no entanto, em 1894, essa informação não aparece na folha de rosto, é colocada apenas sua formação em direito e ciências sociais (a primeira apresentada também por Sacramento Blake). Ademais, em 1887, Maciel apresenta uma série de empregos, inclusive ex-empregos; já em 1894, apresenta somente um, de grande prestígio, catedrático do Colégio Militar. Talvez possamos

interpretar esses dados como uma busca por *reconhecimento* em 1887 e um *acesso ao reconhecimento* mais estabelecido em 1894. De fato, esse reconhecimento pode ser atestado pelo alto número de reedições que teria sua obra, chegando, até onde sabemos, à décima segunda edição em 1931.

As publicações do autor passam por diversos assuntos. Até 1900, temos conhecimento apenas de publicações relativas à língua portuguesa, as duas gramáticas citadas e o livro *Philologia Portuguesa*, publicado em 1889 no Rio de Janeiro. Do século XX, temos conhecimento das publicações relativas a outras áreas do conhecimento: *Noções geraes de agronomia* (1901), *Lições de Botânica Geral* (1903), *Elementos de chimica geral* (1913). Há ainda modificações e acréscimos realizados na *Grammatica Descriptiva*, como o da quarta edição, de 1910, que acrescenta ao final da obra uma revisão dos estudos gramaticais brasileiros do século XIX (cf. item 1.5).

Na primeira edição de sua gramática, intitulada *Grammatica Analytica*, publicada em 1887, consta no subtítulo que a obra foi escrita “baseada nas doutrinas modernas, satisfazendo às condições do actual programma”. Este “programa” de que fala Maciel é o Programa de Estudos do Colégio Pedro II, elaborado por Fausto Barreto, no mesmo ano. É notável, entretanto, que no texto que inicia a obra, Maciel revele que escreveu a obra em 1885 (quando, ressalta o autor, contava 20 anos). Nesse mesmo texto, Maciel trata extensivamente a respeito da transição que atravessava a ciência da linguagem. Afirma que o final do século XIX ficaria marcado nas páginas da história geral dos povos como o século das grandes evoluções científicas. Considerando, pois, que haveria uma harmonia reinante tanto no “mundo físico” como no “moral”, haveria uma existência de relações recíprocas das ciências (cf. Apêndice B, FD15). Tal ênfase nas relações entre as ciências, que não aparece na edição seguinte, talvez justifique também a apresentação do curso médico na folha de rosto da obra.

Na segunda edição da obra, que aparece oito anos depois, o título é modificado para *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. Em nosso mapeamento observamos que esta é a única gramática em que consta o adjetivo “descritiva”. Havia, porém, algumas obras que exibiam o adjetivo “analítica” em seu título, como Moraes (1869), Ortiz & Pardal (1871, 1873, 1876, 1884, 1888), Grivet (1881), Carvalho (1885), Ribeiro (1881) e Massa (1888). Não pudemos encontrar, porém, nenhuma correlação entre o conteúdo dos títulos e uma possível *agenda* do autor. No prólogo à segunda edição Maciel afirma que

Em 1887 publicámos o nosso primeiro trabalho -- *Grammatica Analytica* em que, baseando-nos nas doutrinas modernas, concorresmos de algum modo para romper com a velha tradição, quebrando os antigos moldes em que vasava a grammaticographia. E certo que esse trabalho nosso a que alludimos, posto que houvesse sido acceito pelos competentes e exaltado pela imprensa, se resentia de muitos defeitos, devidos á transição em que se achavam as doutrinas d'então. Além disso, nós o escrevemos baseados mais no que havíamos lido do que na observação e até *experimentação* dos phenomenos da lingua, de sorte que actualmente discordamos de alguns pontos, graças á longa pratica do magisterio em que consolidamos o que sabiamos e adquirimos o que hoje se acha exarado no corpo dessa *Grammatica Descriptiva*. (Maciel 1902[1894]: VIII)

Vemos, portanto, que Maciel procurou desde a primeira edição de sua gramática, em 1887, renovar a tradição da gramaticografia brasileira do português. Essa atitude é similar em 1894, mas com o acréscimo da experiência pedagógica do autor juntamente com correções das partes que sofreram críticas. A *retórica revolucionária* é evidente em ambas as edições. Ademais, no mesmo prólogo, Maciel define que sua obra não era destinada exatamente a alunos, mas aos professores para que estes, por sua vez, repassassem os assuntos, seletivamente, aos alunos (cf. FD22, Apêndice B). Finalmente, na segunda edição apresenta uma citação de Francis Bacon como epígrafe (a mesma, coincidentemente ou não, anteriormente apresentada por Carneiro Ribeiro (1877)), que traduzida para o português quer dizer “sou a lei do discurso, a regra verdadeira das línguas; quem não me aprende não obterá mais nada”⁹⁹, a qual parece querer enfatizar o valor positivo, senão necessário, da gramática.

3.2.10. Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, *Noções de grammatica portugueza* (1887, [153])

Noções de grammatica portugueza foi obra escrita por dois autores, Manuel Pacheco da Silva (? - ?), de quem temos mais informações, e Boaventura Plácido Lameira de Andrade (? - 1897), que conhecemos menos. O primeiro, de acordo com Sacramento Blake, dedicou-se desde jovem ao magistério, lecionou inglês no Liceu de artes e ofícios e foi nomeado lente de português e história literária do imperial Colégio Pedro II. Temos notícia de diversas publicações suas a respeito da língua portuguesa e inglesa. Em 1876, publicou o *Novo methodo facil e pratico para aprender a language ingleza*, uma adaptação do texto originalmente inglês. Em 1877, publicou o texto *Estudo da lingua vernacula. Phonologia*. Em 1878, a *Grammatica litteraria da lingua portugueza*, que teve segunda edição em 1883. Nesse mesmo ano, escreveu o *Diccionario etymologico da*

⁹⁹ Tradução do latim de Edgard Bikelis “Lex sum sermonis, linguarum regula certa; qui me non didiscit coetera nulla petat”.

lingua portugueza, o qual não sabemos se chegou a ser publicado. Enfim, em 1887, publicou, em co-autoria com Lameira de Andrade, o livro que analisamos neste trabalho, o qual é organizado segundo os quarenta e seis itens do Programa de Estudos de Fausto Barreto para o Collegio Pedro II; a segunda edição, de 1894, modificada, aumentada e com novo título: *Grammatica da lingua portugueza para uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes* desse já não tem os capítulos organizados com base nos itens do programa. Escreveu outro texto gramatical, as *Noções de analyse grammatical, phonetica, etymologica e syntaxica*, em co-autoria com Boscoli, outro gramático da época, temos conhecimento da edição de 1888. Além das obras gramaticais, publicou ainda, segundo Sacramento Blake, texto de história do Colégio Pedro II em 1880, chamado *O collegio Pedro II, seu passado, presente e futuro*.

Como dissemos, obtivemos poucas informações sobre o Boaventura Plácido Lameira de Andrade, sabemos apenas, por (Oliveira & Matta 2011), que ele era responsável pela seção destinada aos estudos da Linguagem de um periódico de divulgação científica do século XIX intitulado “O Vulgarizador: O Jornal dos Conhecimentos Úteis”, editado entre os anos de 1877 – 1880 por Augusto Emílio Zaluar (1825-1882), autor português naturalizado brasileiro; sabemos também que Lameira de Andrade era o professor, de escolas normais, e filólogo. Nota-se, portanto, que ambos os autores atuavam profissionalmente com ensino e reflexão sobre a língua portuguesa e ambos parecem também ter acesso a reconhecimento.

A gramática apresenta epígrafe em português sem indicação de autor, citamos: “ainda quando a grammatica histórica só dêsse em resultado tornar as grammaticas ordinarias mais logicas e mais simples, já não prestava pequeno serviço”. Nessa epígrafe, os autores apresentam uma defesa da “gramática histórica”, que, como vimos, é defendida também por outros autores do mesmo período em seus *paratextos*. Ademais, no prólogo, os autores apresentam seus objetivos ao escrever a gramática e também visão a respeito dos estudos da linguagem no Brasil então.

O objetivo inicial dos autores era “escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em lucta a tradição”. Tal rompimento com a tradição, *retórica revolucionária*, parece-nos, está relacionado àquela tradição baseada na *grammaire générale*, pois, como vimos, ambos parecem engajados nos estudos da linguagem mais recentes, pois escrevem a obra de acordo com o Programa de Estudos de Fausto Barreto e, como vimos na epígrafe, defendem a abordagem da “gramática histórica”. Seu objetivo inicial, entretanto, foi um tanto modificado quando souberam do programa e dos pontos

nele exigidos, os quais não estavam presentes nas gramáticas brasileiras de então, assim, a fim de auxiliar a mocidade estudiosa e apressadamente escreveram a gramática que analisamos.

Afirmam que a única dificuldade que tiveram nessa empreitada foi a dosagem, para explicar o que quiseram dizer com isso, citam o pedagogo Alberto Brandão:

A grande dificuldade com que vão arcar os professores é a *dosagem*, porquanto, como disse Michel Bréal, não ha methodo mais perigoso do que o historico, quando mal applicado, e os autores do livro a apparecer têm de pôr de parte a vaidade natural aos que muito estudam para formularem um livro modesto e comprehendido pelos que começam a estudar.

Segundo o julgamento dos gramáticos, alguns dos pontos do programa deveriam ser tratados em “theses, não de exames de preparatórios, mas de concurso ao imperial Collegio [Pedro II]”. Procuraram, assim, seguir o conselho de Brandão – afirmam em nota que colocaram em texto de tipo maior o que o aluno é obrigado a saber, já em tipo menor estão informações para os que desejam aprender mais; ademais, afirmam ter omitido informações de que os alunos já tinham conhecimento desde a escola primária.

Como vimos em nosso mapeamento, houve outras gramáticas publicadas nos anos de 1887 e 1888 que seguiam o programa de estudos de Fausto Barreto, o qual parece ter sido um divisor de águas no período, ao menos em relação à educação secundária. Nesse sentido, a *retórica mista* dos autores, que elogiam a transição por que passava a gramática brasileira naquele momento ao mesmo tempo em que vêm um problema de dosagem, se apresenta com um forte viés histórico e com algumas críticas pedagógicas parece ser um produto desse contexto de debate, próprio de um período de transição.

3.2.11. Fillipe Benicio de Oliveira Condurú, *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza* (1888, [157])

Com o ato adicional de 1834, a responsabilidade pelo ensino primário e secundário passou para as províncias. Assim, começaram a surgir as primeiras Escolas Normais, de formação de professores. Condurú foi em 1838 enviado à França por dois anos, com despesas pagas pela província, a fim de lá estudar o método de ensino de Lancaster (ou ensino mútuo), e, na volta para o Brasil, dirigir uma Escola Normal, de formação de professores. De acordo com Viveiros (s.d.), Condurú, além do método Lancaster, aprofundou-se também línguas e geografia durante sua estadia na França.

Sua *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, publicada pela primeira vez em 1850 (cf. Nogueira 2009), e, de acordo com Viveiros, obteve grande sucesso,

chegando a ter mais de vinte reedições, e foi adotada em escolas do Maranhão e do Pará. A edição a que tivemos acesso é a da 1888, que não tem data na impressão da obra, mas que é, segundo Nogueira (2009), de 1888. Em sua folha de rosto, está escrito que Condurú era então professor da Escola Normal do Maranhão, e que a obra fora aprovada pelo Inspetor da Instrução Pública para uso das escolas de Primeiras Letras da província do Maranhão, e que fora aprovada pelo Conselho de Instrução Pública para uso do Liceu, Colégios e Aulas de Instrução Primária na província do Pará.

Não há prólogo na obra, de Condurú. Pelas poucas informações que temos a respeito dele e de sua gramática, podemos supor que ela tenha um direcionamento pedagógico e que ela obteve grande reconhecimento por um longo período, dado que em 1888, 38 anos após a primeira edição, ainda era reeditada e usada em diversas escolas do país. Não temos conhecimento de sua *retórica*.

3.2.12. João Ribeiro Fernandes, *Exames de Portuguez – Grammatica Portugueza* (3^o anno) (1889, [167])

João Ribeiro, cujo nome completo era João Batista Ribeiro de Andrada Fernandes (cf. Rodrigues 2013), nasceu em Laranjeiras, na província do Sergipe, em 1860, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1934. Inicialmente estudou medicina na Bahia, notando, porém, sua inaptidão para a profissão, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1881, a fim de cursar a Escola Politécnica, mas, enfim, preferiu estudar Ciências Jurídicas e Sociais, curso que conclui na Faculdade do Rio de Janeiro em 1893 ou 1894 (cf. Sacramento Blake 1898; Rodrigues 2013).

Em 1885, foi aprovado para o cargo de oficial da Secretaria da Biblioteca Nacional. Escrevia, então, para alguns jornais, função que exerceria por toda vida. Nesse mesmo período, passou a escrever um curso de gramática em três volumes que foram impressos pela tipografia Francisco Alves, as obras são: *Exames de portuguez. Lições de grammatica portugueza, coordenadas segundo o programma de 1887*, de 1887 ([154]) (1ª edição); *Grammatica portugueza elementar*, 1888 ([163][164]) (não sabemos se é a primeira edição); *Grammatica portugueza. Curso médio. 2.º anno de Portuguez*, de 1888 ([164]) (acreditamos ser a 2ª edição). Essas obras alcançaram muitas reedições, a primeira, direcionada para os exames de português teve algumas novas edições com novo título, *Grammatica portugueza. Curso superior. 3.º anno de Portuguez*, ainda no século XIX, das quais tivemos das dos seguintes anos: 1888 ([165]), 1889 ([167]), 1891 ([174]), 1893 ([176]), 1894 ([183][182]), 1898 ([198]); todas as edições pela tipografia de

Francisco Alves. Escreveu ainda outros textos relacionados ao estudo da linguagem e da literatura: *Estudos philologicos: morphologia e funciologia*, de 1884; *Diccionario Grammatical*, de 1889; e no século XX escreveu muitos outros textos, dos quais destacamos: *Autores contemporâneos* (1923, 1931)¹⁰⁰ e *A lingua nacional* (1921, 1933). Ainda quanto às Letras, é importante ressaltar que João Ribeiro entrou para a Academia Brasileira de Letras um ano após sua fundação, em 1898, e foi um dos promotores da reforma ortográfica de 1907. João Ribeiro também era poeta, escreveu *Sensações* (1879), *Idilios Modernos* (1880), *Versos* (1890). (cf. Leão 1954)

Realizou o concurso para entrar no Pedro II em 1887, ficando em segundo lugar com a tese “Morfologia e Colocação de Pronomes”. Posteriormente, foi nomeado em novembro de 1890 como lente de história universal do Pedro II (cf. Biografia ABL) e, a partir de então, iniciou suas pesquisas na área de história que lhe rendeu algumas publicações, como *Historia antiga: Oriente e Grécia* (1892); e no século XX, *História do Brasil: curso superior* (1990), *História Universal* (1918), *História da Civilização* (1932) (cf. Rodrigues 2013).

Como vemos, o autor estudado obteve grande reconhecimento sobretudo nos estudos da linguagem e da literatura, mas também na área de história, visto que foi professor dessa disciplina no Colégio Pedro II. Seus livros, em geral publicados pela Francisco Alves – pois, como vimos no mapeamento, diferentemente de outros autores, Ribeiro tinha suas reedições sempre impressas pela mesma tipografia – obtiveram grande número de reedições e foram indicados em programas de estudo do Colégio Pedro II (cf. Razzini 2000). Ademais, por ter escrito uma gramática baseada no programa de estudos de Fausto Barreto, de 1887, é autor citado na maior parte das revisões da produção gramatical brasileira (cf. item 1.5).

Vê-se, portanto, que ainda que sua atuação profissional fosse de professor de história no prestigiado Colégio Pedro II, o gramático manteve intenso contato com os estudos da linguagem, pelo qual foi bastante reconhecido. Tal reconhecimento aparece também no prefácio à segunda edição da gramática (cf. FD15, Apêndice B). O autor relata que a primeira edição vendeu mais de dois mil exemplares, tendo se esgotado em quatro meses, e afirma que tal evento se deve aos elogios recebidos de seus generosos críticos: Carlos de Laet, então presidente do Instituto Filológico, de Sylvio Romero, que disse: “ou muito me engano, ou o livro do Sr. João Ribeiro está destinado á popularidade e ás

¹⁰⁰ Que de acordo com Razzini, foi frequentemente utilizado em Programas do Colégio Pedro II.

successivas edições”. Recebeu também elogios de Capistrano de Abreu, Felisbello Freire, Aureliano Pimentel. No prólogo à segunda edição, avisa sobre mudanças que realizou a fim de aprimorar a gramática e destaca alguns autores que utilizou como modelo, que são: Latham, Mason, Andres Bello, Adolpho Coelho e Karl von Reinhard Stoettner. Finalmente, vale ressaltar a advertência feita pelos editores na folha de rosto da obra, de que se o leitor precisasse de mais aprofundamento em algum tema, ele poderia procurá-lo no *Diccionario Grammatical* do mesmo autor e publicado igualmente pela Francisco Alves.

É notável o *reconhecimento institucional* de João Ribeiro, que estava: (1) trabalhando no prestigiado Colégio Pedro II, (2) publicando suas obras por uma também prestigiada tipografia da época, a Francisco Alves, (3) e, na reunião desses dois fatores, seus livros didáticos eram indicados nos programas do Colégio Pedro II, alcançando um grande número de reedições. Tal reconhecimento é fruto de um clima de opinião mais institucionalizado, que certamente influenciava sua *agenda*. O autor escrevia gramáticas para diferentes níveis de ensino, evidenciando sua preocupação pedagógica, que pela maior institucionalização era, possivelmente, igualmente uma preocupação do clima de opinião de então.

Sua *agenda* também estava relacionada com a visão que se tinha de língua naquele momento. Ribeiro expressa sua intenção, por meio de uma citação do prefácio à primeira edição, “de escrever um livrinho util e claro que desaffrontasse a glottologia elementar do imminente descredito que, a olhos profanos, parece entre nós ameaçar-a” (cf. FD18, Apêndice B). Ressalta que o “critério histórico” – já citado por outros autores, como vimos – não sendo mais novidade, não precisava de excessos para sua divulgação, mas defende que naquele momento seria impossível desterrar o “critério filológico” do estudo das línguas, convinha, assim, que o bom senso o consolidasse, ainda que alguns “devotos errados” procurassem desacreditá-lo. A *retórica mista* do autor é revelada em tal trecho, dado que mostra como Ribeiro, por um lado, exaltava o novo modelo de análise, ao mesmo tempo em que observava “devotos errados”. Tal *retórica* nos parece pertinente num momento de transição em que haveria frequentes discordâncias entre os gramáticos.

3.2.13. Alfredo Gomes, *Grammatica Portugueza* (1895, [187])

Temos pouquíssimas informações sobre Alfredo Gomes, intelectual cujo nome não encontramos no dicionário biobibliográfico de Sacramento Blake. Sabemos por meio

das revisões históricas da produção gramatical que ele escreveu uma gramática de acordo com o programa de estudos de 1887 (cf. Maciel 1910, Nascentes 1939, Elia 1975, Cavaliere 2001, Azevedo Filho 2002, Parreira 2011, Polachini 2013), em geral citando apenas seu nome ao lado de outros autores que escreveram gramáticas de acordo com esse programa, a saber: João Ribeiro, Pacheco e Lameira, Maximino Maciel. Conhecemos e tivemos acesso apenas à 6ª edição da obra, publicada em 1895, a qual, de acordo com Razzini (2000), foi recomendada para o primeiro e segundo ano do Colégio Pedro II nos Programas dos anos de 1895, 1897 e 1898.

Pela folha de rosto da obra, sabemos que Alfredo Gomes era então professor da Escola Normal, provavelmente do Rio de Janeiro, e que sua gramática era adotada no Ginásio Nacional, Escola Normal, Colégio Militar, Colégio Abílio, Colégio Moss. O autor, como vemos, não cita ainda o Colégio Pedro II, talvez porque sua adoção da obra seja posterior à sua impressão. Esses dados podem atestar reconhecimento da obra e, conseqüentemente, de seu autor, o qual trabalhava no magistério. Sua inserção no Colégio Pedro II também pode aludir ao fato de que era uma gramática que procurava tratar da língua por meio de doutrinas mais recentes, mais aproximadas do método histórico-comparativo, em detrimento aplicação de princípios gerais da *grammaire générale*. Não tivemos conhecimento, porém, de sua *retórica*.

Palavra dócil
Palavra d'água pra qualquer moldura
Que se acomoda em balde, em verso, em mágoa
Qualquer feição de se manter palavra
(Chico Buarque de Holanda)

CAPÍTULO 4 | Análise orientada para conteúdo

Neste capítulo, fazemos a análise orientada para o conteúdo das dezoito gramáticas selecionadas (cf. item 2.1), que consiste na observação das relações que o *conceito-chave* ‘verbo substantivo/abstrato’ trava com outros a realizando uma *rede conceitual* em torno dele (cf. item 2.3). A análise é dividida, inicialmente, por autor, em seguida, por obra (em ordem cronológica). Como já vimos no item 2.3, na análise particular da rede de cada obra, distinguimos cinco principais conceitos ou conjunto de conceitos, os quais são, em suma: (1) conceitos de *gramática* e de *linguagem*; (2) conceitos de *metaclasses* e *classes de palavras*; (3) conceitos *modificadores do nome* (‘artigo’, ‘pronome’, ‘adjetivo’); (4) conceito de verbo; (5) conceitos de ‘oração’, ‘sentença’, ‘proposição’ e de seus elementos (‘sujeito’, ‘verbo’, ‘atributo’, ‘predicado’, ‘complementos’, ‘funções’).

Em seguida, considerando a diferença entre *texto* e *metatexto*, analisamos as relações entre o conceito de ‘verbo substantivo’, nosso *conceito-chave* que está incluído no item (4) supracitado, com os outros conceitos apresentados. Como mencionamos anteriormente (cf. 1.2), essas relações podem ser de quatro diferentes naturezas: (1) *subordinação*; (2) *intersecção*; (3) *equivalência*; (4) *base teórica comum*.

4.1. *Epítome da grammatica de lingua portugueza* (1806, [1]), de Antonio Morais Silva

4.1.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

Como podemos ver na Ficha Descritiva da obra (cf. Apêndice B, FD1), Morais Silva, depois de apresentar uma “Introdução”, divide a gramática em dois livros. O primeiro chamado “das palavras ou partes da sentença” em que trata de oito *classes de palavras*. O segundo, chamado “da composição das partes da sentença entre si ou syntaxe”, em que trata das syntaxes de ‘concordância’, ‘regência’ e ‘figurada’. Ademais, no segundo livro, fala de ‘composições viciosas’ e apresenta um capítulo sobre ‘sinais ortográficos’ e ‘pontuação’.

Na “Introdução”, define ‘gramática’ como a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras. Segundo Morais Silva, há duas *espécies* de ‘gramática’, a ‘universal’, que ensina os métodos e princípios de falar comuns a todas as

línguas, e a ‘particular de qualquer língua’, que aplica os princípios comuns de todos os idiomas ao nosso, segundo os usos adotados pelos que melhor falam. Finalmente, diz que trata a gramática, de ‘sentenças’ e das diversas partes de que elas se compõem, isto é, ‘palavras’. Em *metatexto* (nota de rodapé), completa que ‘palavra’ é uma quantidade de ‘som articulado’ que significa algum conceito em um determinado idioma, e acrescenta que quaisquer sons que não são articulados e não são significantes não seriam objetos da gramática, caso, diz o gramático, das ‘partículas’, como ‘advérbio’, ‘interjeição’ e ‘preposição’. Entretanto, o gramático as descreve na seção relativa às *classes de palavras*.

O *Epitome da Grammatica Portugueza* de Morais Silva, como diz o título, é uma ‘gramática particular’, que seria fundamentada em princípios da ‘gramática universal’. Como veremos adiante, o autor em geral sugere que a ‘língua’, isto é, as ‘palavras’ e as ‘sentenças’, seriam manifestação de movimentos da alma ou pensamento que são universais – o que nos mostra que a o *conceito* de linguagem do autor se enquadra no Programa de Correspondência (Swiggers 2004, cf. Quadro 2). O gramático apresenta um tom normativo ao dizer que, além disso, a ‘gramática particular’ apresenta os usos adotados pelos que melhor falam (p. 9). Há, dessa forma, com base nos conceitos de ‘gramática’ apresentados, um ponto de vista híbrido, em que se procura explicar a língua portuguesa com base em princípios sua universalidade ao mesmo tempo em que há intenção apresentar a língua usada pelos que melhor falam.

4.1.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

Morais Silva (1806:15-18) apresenta oito *classes de palavras*, as quais, na ordem colocada pelo gramático, são: ‘nomes’ ou ‘substantivos’, ‘adjetivos articulares’, ‘adjetivos atributivos’, ‘verbos’, ‘advérbios’, ‘preposições’, ‘conjunções’, ‘interjeições’. Dessas, cinco dividem-se em três *metaclasses*: os ‘substantivos’ e ‘adjetivos atributivos’ são “os objetos que se apresentam à nossa alma”; o ‘verbo’ “o que a alma julga, afirma ou quer acerca dos objetos”; e ‘preposições’ (correlações entre coisas) e ‘conjunções’ (correlações entre sentenças) “as correlações que a alma vê entre os juízos e a forma deles”. Quanto às outras três classes de palavras, afirma em *metatexto* (nota de rodapé) que ‘advérbios’ são ‘palavras compostas’ (ex.: “agora = hac hora; ninguém – nenhuma pessoa”). Ainda em *metatexto*, em outra nota de rodapé, a respeito dos ‘adjetivos articulares’, que não se enquadram nas *metaclasses*, diz que indicam o modo em que a

alma vê a extensão individual dos nomes de ‘classes’, ‘gêneros’, ‘espécies’, isto é, em quantos indivíduos estende a significação do nome (p. 17). A respeito da ‘interjeição’ explica, em *texto*, que essa *classe de palavras* seria própria à ‘linguagem com sentenças sentimentais’, pois expressam simplesmente ‘paixões’, ao passo que as outras sete *classes de palavras* fariam parte da ‘linguagem analisada e discursada’.

Adiante, apresentamos um quadro síntese das *classes de palavras* e *metaclasses* expostas por Morais Silva:

<i>Conceitos em texto</i>			<i>Conceitos em metatexto</i>
<i>Linguagem</i>	<i>Metaclasses</i>	<i>Classes de palavras</i>	<i>Metaclasses</i>
Analisada e discursada	Objetos que se apresentam à nossa alma	Substantivos Adjetivos atributivos	-
	O que a alma julga, afirma, quer	Verbo	-
	Correlações que a alma vê entre os juízos e a forma deles	Preposições Conjunções	-
	-	Adjetivo articular	Modo como a alma vê a extensão individual dos nomes de classes, gêneros e espécies, isto é, a quantos indivíduos se estende a significação dos nomes.
	-	Advérbio	Palavras compostas.
Com sentenças sentimentais	-	Interjeição	-

Quadro 21. *Metaclasses e classes de palavras* de Morais Silva (1806)

O gênero ‘linguagem analisada e discursada’ tem como *espécies* três ‘modos’ principais da alma expressar ideias, seja por objetos, por juízos e vontade ou pela correlação entre juízos e sua forma. Esses três ‘modos’ são *gêneros* de *espécies* representadas por algumas das *classes de palavras*, que metodologicamente chamamos de *metaclasses*. O primeiro do ‘substantivo’ e ‘adjetivo atributivo’, o segundo do ‘verbo’, e o terceiro da ‘preposição’ e da ‘conjunção’. Estão ausentes, entretanto, três das oito *classes de palavras* de que fala Morais Silva. O ‘adjetivo articular’ estaria dentro de um quarto ‘modo’, no qual a alma vê a extensão dos nomes, entretanto, esse modo é apresentado em *metatexto*. A ‘interjeição’ não faz parte do gênero linguagem articulada e discursada, de que os modos são *espécie*, mas faz parte do gênero linguagem com ‘sentenças sentimentais’. O ‘advérbio’, por sua vez, é dado, em *metatexto* (nota de rodapé), como uma ‘classe de palavra composta’ e, por isso, não figuraria nos ‘modos’ (ex.: agora, hac hora; hoje, hoc die; boamente, bona mente). Em *texto*, Morais Silva expõe

palavras que declaram ‘objetos’, ‘atributos’ e outras ‘circunstâncias’ nas ilustrações: “eu” quer dizer “homem ou mulher que te falo”, “amo” equivale a “eu sou amante agora”, “teme” é o mesmo que “tu sê temente agora”.

É notável que, exceto pela explicação dada ao ‘advérbio’, todas as outras são *psicológicas*, no sentido em que as quatro *metaclasses* propostas são expressão do pensamento ou alma, e a ‘interjeição’ é expressão do sentimento – esse modo de análise certamente estaria dentro do Programa de Correspondência de Swiggers (2004, cf. Quadro 2). Ademais, três das quatro *metaclasses* (‘modos’) estão relacionadas a *processos sintáticos*, o que é coerente com a ocupação da ‘gramática’ segundo a gramática, que vimos na seção anterior, como sendo a de tratar de ‘sentenças’ e de suas ‘partes’. Assim, as classes de palavras estão sempre atreladas à ‘sentença’ e ao ‘pensamento’. A ausência do ‘advérbio’ na classificação, porém, parece ser justificada em referência à *forma da palavra*, sem referência ao pensamento ou à ‘sentença’, dado que o gramático apresenta equivalências entre ‘advérbios’ da língua portuguesa e duas palavras da língua latina.

Adiante, observamos mais detidamente os conceitos *modificadores do nome*, que no caso de Moraes Silva, são as *classes de palavra* ‘adjetivo articular’ e ‘adjetivo atributivo’.

4.1.3 Conceitos modificadores do nome

O *Epitome* de Moraes Silva é a única das gramáticas estudadas a apresentar dois diferentes conceitos de ‘adjetivo’, ‘articular’ e ‘atributivo’, como *classes de palavras*. O primeiro, define como elementos que se ligam aos ‘nomes gerais’ ou ‘comuns’ para determinar o número ou quantidade de indivíduos de que falamos. Suas *espécies* são: ‘artigo simples’, ‘numerais’, ‘demonstrativos’, ‘possessivos’, ‘conjuntivos’ e ‘articulares’ sem ‘especificação’.

O ‘artigo simples’ tem como *exemplos* apenas “o, a”, em princípio, ele indica que o ‘nome’ se toma em toda a ‘extensão’ dos indivíduos que sua significação se aplica, como na *ilustração de uso*: “o homem é mortal”. No entanto, pode ter diversas outras funções, listo-as adiante: determinar ‘nome’ extensivamente restrito a um só ‘sujeito’ ou menos de todos da espécie junto com outras ‘circunstâncias’ (il.: o homem que ontem vimos, o velho da montanha); ‘nomes próprios’ não admitem ‘determinativos’, por terem já determinada sua ‘extensão’; pode haver ‘artigo posposto’ junto com uma circunstância

quando o nome individual não basta (il.: D. Afonso, o bravo); omite-se o ‘artigo’ toda vez que o ‘nome comum’ se usa atributivamente (il.: animal é boi, parede de ferro); parece trazer à memória o ‘nome antecedente’ (il.: Viste o cavalo de João? Vi-o), mas em verdade trata-se de ‘elipse’ ou falta do nome “cavalo” que facilmente se subentende – Morais Silva ressalta que o ‘artigo’ não muda de natureza, nem é ‘pronome’ como “eu, tu”; finalmente, se usamos dos ‘adjetivos’ em vez dos ‘nomes abstratos’ (il.: o doce, o amargo) o ‘artigo’ refere-se e modifica ao ‘nome’ “ser” subentendido¹⁰¹. O gramático afirma, em *metatexto*, que “a natureza do artigo parece que foi inteiramente desconhecida de nossos gramáticos”. Algo similar é dito no prólogo da obra, como vimos anteriormente (cf. capítulo 3, item 3.2.1).

O ‘numeral’ tem os seguintes exemplos “um, dois, três” – Morais Silva comenta que “um” denota incerteza. Ademais, há uma *espécie* de ‘numerais’ chamados ‘ordinais’, que são exemplificados por “primeiro, segundo, terceiro”. ‘Demonstrativos’, exemplificados por “este, esse, aquele”, determinam a extensão do ‘nome’ a que se liga pela circunstância de estar o objeto, respectivamente, junto à primeira pessoa, à segunda pessoa ou distante das duas anteriormente citadas. Diz em *metatexto* (menção a gramáticos) que os gramáticos denominam esse conceito como ‘pronomes demonstrativos’, mas são, em verdade, ‘adjetivos articulares demonstrativos’, cujos ‘substantivos’ se calam ou se expressam. Ainda em *metatexto* (nota de rodapé, menção), ressalta que dizem alguns gramáticos que “isto, isso, aquilo” são ‘variações neutras’ de “este, esse e aquele”, mas em verdade, segundo Morais Silva, equivalem a vários elementos da oração. ‘Possessivos’ são “meu, teu, seu, nosso, vosso”. Em *metatexto* (menção a gramáticos), afirma que os gramáticos chamam-nos de ‘pronomes possessivos’, mas são ‘articulares possessivos’. ‘Relativos’ são “que, qual, quem, cujo, onde, quando”, trazem à memória o ‘nome’ antecedente ou tempo ou espaço e ajuntam a ‘sentença’ em que está o ‘articular’ com a antecedente.

Finalmente, há os ‘articulares’ sem denominação específica. O primeiro citado é “ele” que traz à memória um nome antecedente. Em *metatexto* (menção a gramáticos), diz que tem os casos “lhe, lhes” e que é impropriamente chamado de ‘pronome de terceira pessoa’, entretanto, é ‘adjetivo articular’ por ser derivado do latino “ille, illa, illud” que em português usa-se frequentemente com ‘elipse’ do ‘substantivo’ a que pertence. Outros

¹⁰¹ Não há ilustrações de Morais Silva para esse caso, entretanto, supomos que seja algo similar a “o ser doce”, “o ser amargo”.

‘articulares’ são “todo”, que se usa sem o ‘articular’ e indica a totalidade de indivíduos e “algum, nenhum, cada, qualquer” cujo sentido, diz Morais Silva, é óbvio.

O ‘adjetivo atributivo’, outra *classe de palavra*, é definido como palavra que significam as qualidades existentes em algum objeto (ex.: branco, louro, manso, leal, amável). Por vezes, diz Morais Silva, podem ser usados por ‘nomes abstratos’ (ex.: o agro dessa fruta; o doce do mel; o teso do monte). O autor se pergunta se não subentenderiam o ‘nome verbal’ “ser”, que, em *metatexto* (nota de rodapé), ilustra com texto de Camões “o ser preso de tão formosos olhos, cantá-lo bastaria a contentar-me”.

4.1.4 Conceito de verbo

Morais Silva define o ‘verbo’ como palavra com que se declara o que a alma julga ou quer acerca dos ‘sujeitos’ e dos ‘atributos’ das ‘sentenças’, com ele, portanto, afirmamos e mandamos (il.: eu sou amante; filho, sê temente a Deus). O gramático ressalta que a significação ou ofício principal dos ‘verbos’ anda anexa à significação de algum ‘atributo’ que existe ou que queremos que exista e as diversas épocas em que ele existe. Complementa que há usos que se equivalem e os ilustra: “amo” por si só equivale a “eu sou amante atualmente”, e “ama a deus” a “sê tu amante de Deus”. Essa é uma definição *sintática*, o ‘verbo’ é definido com base na ‘sentença’; é também citada, secundariamente, sua função de exprimir ‘tempo’.

Considerando-se a relação do ‘verbo’ com os elementos que vêm ao seu redor na ‘sentença’, há o ‘verbo neutro’, que não é nem ‘ativo’ nem ‘passivo’. Segundo Morais Silva, em *metatexto*, os gramáticos chamam assim ‘verbos’ que não significam ‘ação’ (il.: o vento dorme; as ondas jazem; o cisne iguala a neve na candura) ou que significam uma ação que fica no mesmo ‘sujeito’ de quem se afirma (il.: eu ando, salto, respiro, corro, vivo). Ressaltamos, porém, que na definição de ‘verbo’ e da *metaclasse* que o engloba, o gramático não cita ‘ação’, mas apenas ‘afirmação’, ‘julgamento’ e ‘mando’ – perguntamo-nos se seria essa ‘ação’ correspondente a um ‘atributo’ do ‘verbo’. Os ‘verbos ativos’ têm em geral um ‘paciente’ ou ‘objeto’ em quem se emprega a ‘ação’ (il.: feri a Pedro; matei a lebre; remar o batel; remei meu remo; pelejar as pelejas do Senhor). Esses se dizem ‘verbos transitivos’ mas por vezes são usados sem ‘paciente’ (il.: não teme, não espera a consciência pura – isto é, não teme, não espera nada; primeiro haveis de alimpar como marmelo – isto é, ficar limpo; as minas da Espanha esgotaram). Por

outro lado, pode-se juntar eventualmente aos ‘verbos neutros’ ‘pacientes’, como aos ‘transitivos’ (il.: viver vida feliz; correr carreiras; correr seu curso; o homem medroso tudo o estremece; deus chovia maná aos Israelitas; a planta malnascida o céu a geia, neva, abrasa e chove; entre outros). Alguns ‘verbos neutros’ usam-se com ‘paciente’ para designar espontaneidade e energia do ‘sujeito’ (il.: entrou o ano; entrou se o inimigo pela porta). Quando o ‘sujeito’ faz a ação em si mesmo (il.: Pedro feriu-se, cortou-se) dizem os gramáticos (*metatexto*) que isso se dá por ‘verbos reflexos’. Já se os ‘sujeitos’ são reciprocamente ‘agentes’ e ‘pacientes’ (il.: Pedro e João amam-se; feriram-se). Menciona ainda que outras línguas têm propriamente, isto é, em ‘sentido’ e em ‘figura’, ‘verbos médios’, ‘dobradamente ativos’, que não há no português, dado que os ‘reflexos’ ou ‘pronominais’ e os ‘recíprocos’ são ‘ativos puros’, usados com ‘sujeito’ e ‘pacientes’ idênticos. Ademais, a falta que a língua portuguesa tem de ‘verbos passivos’ é suprida de dois modos: usando dos ‘verbos’ “ser” e “estar” com os ‘participios passivos’ (ex.: sou amado; estou ferido; il.: por ser justo e devido o dever se guardar tal como) ou ajuntar o ‘caso’ “se” aos sujeitos da ‘terceira pessoas’ que não podem fazer a ação em si mesmos (il.: cortam-se árvores; tecem-se sedas; edifica-se o edifício).

Morais Silva, fala, enfim, do ‘verbo substantivo’ ao dizer que os gramáticos (*metatexto*) chamam ao ‘verbo’ “ser” ‘substantivo’, porque a ele se ajuntam todos os ‘atributivos’ e ainda ‘nomes’ usados ‘compreensivamente’ ou ‘atributivamente’ (ex.: ser amado, ferido, amante; il.: o ser vosso, senhora, me condena [ref.: Camões]; o tempo ensina ser justo os pequenos [ref. Ferreira]; tudo é suspeito e pouco seguro para as mulheres até o serem virtuosas [ref. Menina e Moça]). Em *metatexto* (nota de rodapé), observa que por vezes o ‘infinitivo substantivo’ “ser” ou “serem” pode estar ‘elíptico’ (il.: de que maneira podiam escapar, de mortos ou cativos = de serem mortos ou cativos [ref. Jornada d’África]; segundo os cavaleiros d’esta casa são poucos costumados a ociosos = a serem ou estarem ociosos [ref.: Palmeirim]).

Morais Silva define os ‘verbos impessoais’ como aqueles que não têm variações correspondentes à ‘primeira’, nem à ‘segunda pessoa’, as quais são comuns ao homem, porque os ‘atributos’ desses ‘verbos’ não podem caber a homens, não se diz, por exemplo, “eu chovo”, a não ser no sentido figurado (il.: tu nos choves altas doutrinas). A esses ‘verbos’, diz Moraes Silva, chamam os gramáticos (*metatexto*) ‘impessoais’ ou carecentes de ‘variações pessoais’, mas eles as tem, ao menos das ‘terceiras pessoas’. Além disso, por uso não se diz “eu fudo, eu brando, eu muno” por serem esses ‘verbos defectivos’.

Embora os *termos* e *conceitos* apresentados por Moraes Silva priorizem a *atividade* e *passividade* do ‘verbo’, acima da *transitividade*, essa é contemplada muitas vezes na *definição* dos *conceitos* de ‘verbo recíproco’, ‘reflexo’, ‘médio’ e, sobretudo, ‘ativo’. Ademais, notamos a utilização de conceitos da língua latina ao tratar das *espécies* de ‘verbo’, como se vê no caso de ‘verbo passivo’ e ‘verbo médio’ (os quais o autor diz não haver em português, mas ainda assim levanta o *conceito*) – embora o autor critique fortemente essa postura (cf. item 3.2.1). Ressaltamos que o ‘verbo substantivo’ é mostrado como apenas mais uma das *espécies* de ‘verbo’, sendo apresentado ao final do capítulo de tratamento dessa *classe de palavra*. Ademais, na definição dada ao ‘verbo impessoal’, o autor diz que o ‘atributo’ do ‘verbo’ não poderia corresponder a “homens”, por isso ele é usado sempre na ‘terceira pessoa’. A noção de que existe um ‘atributo’ nos ‘verbos’ é explicitada por diversos gramáticos (por exemplo, Bithencourt 1862 e Caneiro Ribeiro 1881, 1890, cf. 4.5 e 4.7), entretanto, ela é baseada na noção de que todo ‘verbo’ é formado também pelo ‘verbo substantivo’. Como Moraes Silva apresenta um *conceito* alternativo de ‘verbo substantivo’ e não o coloca como essencial ao *conceito* de ‘verbo’, a definição de ‘verbo impessoal’ parece deslocada de outros conteúdos da obra.

4.1.5 Conceito de sentença e seus elementos

Moraes Silva define a ‘sentença’, ou ‘sentido perfeito’, como a ‘boa composição’ das ‘partes da oração’ entre si com que nos fazemos entender, falando por ‘palavras’. Toda ‘sentença’ declara o que julgamos das coisas (il.: este pomo é doce, João é virtuoso) ou o que queremos que as pessoas, coisas, sejam, façam, sofram (il.: filho, sê estudioso, sofre-te com os trabalhos). Nas ‘sentenças’ estão o ‘sujeito’, o ‘atributo’, o ‘verbo’ e, eventualmente, ‘circunstâncias’. O ‘sujeito’ é de quem se afirma, o qual é representado por um ‘nome’ sozinho ou modificado por ‘articulares’ e ‘atributivos’ ou por ‘nomes’ com ‘preposições’ (il.: este homem virtuoso foi infeliz; o templo de deus é lugar santo). O ‘atributo’ declara-se por ‘adjetivos atributivos’ ou ‘nomes’ com ‘preposições’ (ex.: infeliz; il.: Pedro é homem de honra, sem honra) – Moraes não explica o papel do ‘atributo’ na ‘sentença’, apenas diz de que *classes de palavras* ele pode ser constituído. O ‘verbo’ afirma e conecta os ‘atributos’ aos ‘sujeitos’ ou exprime a vontade e mando (il.: tu é amante, sê amante). Por vezes, um único ‘verbo’ faz uma ‘sentença perfeita’ (il.: *amas, ama*). O ‘verbo’ também pode significar ação que se emprega no ‘paciente’ e ‘termina’ em alguém (il.: feri a Pedro; dei um livro a Pedro; ensinei gramática aos

meninos) – a noção de ‘ação’ não estava na *definição* da *classe de palavra* ‘verbo’, mas aparece na definição de ‘verbo ativo’. Finalmente, o ‘verbo’ ou a ação que ele significa pode ser modificada e acompanhada de ‘circunstâncias’ de ‘lugar’, ‘tempo’, ‘modo’, ‘instrumento’ e ‘fim’ (il.: dá esmolas aos pobres em segredo, com alegria, para consolação da sua aflição, sem vexame de sua vergonha e por satisfação da sua verdadeira liberalidade, sem mistura de vanglória).

O gramático afirma que o artifício de compor ‘sentenças’ consiste em mostrar as ‘conexões’ ou ‘correlações’ entre os ‘nomes de coisas’ e seus ‘atributos’ significados pelos ‘adjetivos’; entre os ‘nomes de coisas’ e os ‘adjetivos articulares’, entre os ‘nomes sujeitos’ e os ‘atributos’ anexos aos ‘verbos’ com a afirmação ou querer. As ‘correlações’ entre os ‘nomes’ podem se dar de três maneiras: 1) variando a ‘terminação’ do ‘nome’ correlato com o seu antecedente, e isso principalmente nas línguas que tem ‘casos’; 2) por meio de ‘preposições’ que indicam a ‘correlação’ que há entre os ‘nomes’ dos objetos; 3) pondo o ‘nome correlato’ junto do outro, que está em relação com ele, por meio de algum ‘verbo’ modificante do ‘nome antecedente’.

Em *metatexto* (nota de rodapé) traz duas ilustrações, uma para (3) e outra para (2). Em relação ao terceiro modo como correlações podem se dar, Moraes Silva apresenta as *ilustrações de uso*: em “Pedro ama João”, a ‘correlação’ entre “João”, ‘objeto’ amado por “Pedro”, ‘agente’, resulta do ‘atributo’ “amante” que está unido ao ‘verbo’ “é”, pois “ama” equivale a “é amante”; para (2), apresenta a *ilustração de uso* “homem hábil para as letras”, em que a ‘correlação’ entre “homem” e “letras” é mostrada pela ‘preposição’ “para” que indica o fim e que completa o sentido vago de “homem hábil”. Em *texto*, apresenta *ilustrações de uso* da língua latina para mostrar como se daria (1).

Nenhuma das ‘correlações’ de Moraes Silva está relacionada à ‘afirmação’, que é parte significativa da *definição* de ‘verbo’ e de ‘sujeito’. Ademais, é de se notar que o gramático apresente a ‘correlação’ feita por meio de ‘casos’ e a exemplifique em latim, ainda que sua gramática tenha como objeto apenas a língua portuguesa.

Moraes Silva é bastante conciso quando trata de *espécies* de ‘sentença’. Diz que há ‘sentenças’ que modificam a ‘sentença principal’ explicando-a ou limitando-a a um ou mais indivíduos (il.: a virtude, que sempre é respeitável, nem sempre é amada; a casa que ontem vimos é minha; os livros, que eu tinha, perderam-se em um naufrágio). Essas ‘sentenças’ chamam-se ‘incidentes’, iniciam-se com ‘articulares relativos conjuntivos’ (ex.: que, quem, qual, onde, quando; il.: estive no teatro quanto tu lá estavas) e podem ser ‘explicativas’ ou ‘determinativas’ do sentido de uma palavra da ‘sentença principal’.

<i>Conceitos de espécies de ‘sentença’</i>		
Sentença Principal	Não há definição. Morais Silva diz apenas que ela pode ser modificada por outras ‘sentenças’, sendo assim explicada ou limitada a um ou mais indivíduos. (il.: a virtude, que sempre é respeitável, nem sempre é amada; a casa que ontem vimos é minha; os livros, que eu tinha, perderam-se em um naufrágio)	
Sentença Incidente	Explicam ou limitam/determinam o sentido de uma palavra da ‘sentença principal’. Iniciam-se por ‘articulares relativos conjuntivos’	
	Explicativa	Explicam o sentido de uma palavra da ‘sentença principal’ (il.: a virtude, que sempre é respeitável, nem sempre é amada)
	Determinativa	Determinam o sentido de uma palavra da ‘sentença principal’ (il.: casa que ontem vimos é minha; os livros, que eu tinha, perderam-se em um naufrágio)

Quadro 22. *Espécies de ‘sentença’ em Morais Silva (1806)*

Notamos alguma aproximação *conceitual* entre as *espécies* de ‘sentença incidente’ e as *espécies* de ‘adjetivo’ (cf. item 4.1.2), tal aproximação não chega, porém, a ser um paralelismo. Lembremos que o ‘adjetivo articular’ é definido como aquele que determina o número ou quantidade de indivíduos de que se fala e tem como *espécies* ‘artigos’, ‘demonstrativo’, ‘possessivos’, enquanto o ‘atributivo’ significa qualidades existentes em algum objeto. Finalmente, observamos que embora o autor traga um número considerável de dados linguísticos (*exemplos e ilustrações de uso* são frequentes), mostrando sua preocupação com a língua, a gramática por vezes parece não explorar todos os aspectos desses dados, visto que ele conceitua apenas duas *espécies* de ‘sentença’.

4.1.6 Rede conceitual

O conceito de ‘verbo substantivo’ é definido como aquele a que se ajuntam todos os ‘atributivos’ e ‘nomes’ usados compreensivamente ou atributivamente (Morais Silva 1806: 60-61), seu exemplo é “ser”, as ilustrações de uso provêm quase todas da literatura, seja para demonstrá-lo em uso, seja, em *metatexto*, para demonstrar sua ausência, quando ele está omitido. Em ambos os casos, as fontes de dados são textos literários portugueses do século XVI: cita autores como Bernadim Ribeiro (1482? — 1552?), por *Menina e Moça*, Francisco de Moraes (1500-1572), por *Palmeirim*, Luís Vaz de Camões (1524-1580), Antonio Ferreira (1528-1569), Jerônimo de Mendonça (1578-1607), por *Jornada d’África*, dos quais extrai ilustrações em que o ‘verbo substantivo’.

Como vimos na breve história do conceito de cópula (cf. Capítulo 1, item 1.4), o ‘verbo substantivo’ era, em geral, na tradição da *grammaire générale*, próprio de uma língua em parte lógica, em parte subjacente, a qual nem sempre se apresentava na fala

usual, isto é, ele fazia parte da análise e conhecimento da língua. Assim, Morais Silva foge a essa tradição ao apresentar exemplos cujas referências sejam literárias, consequentemente, usuais, não subjacentes.

Essa visão da língua como lógica e subjacente se apresenta, porém, com frequência na obra de Morais Silva, por exemplo, quando o gramático trata do *conceito* de linguagem e da distinção das *metaclasses de palavras*, e mesmo quando trata dos *conceitos* de ‘verbo’ e de ‘sentença’. Esses últimos, aliás, são conceitos estritamente relacionados, pois envolvem *definições* que tratam de ‘afirmação’ ou ‘mando’ – o que se dá, muito provavelmente, proveniente da junção entre aspectos da *grammaire générale* francesa e do *Hermes* (1751) do inglês James Harris (1709-1780) (cf. Capítulo 1, item 1.4.2), obra citada diversas vezes por Morais Silva na gramática. Ademais, as ilustrações de uso apresentadas na definição de ‘verbo’ chamam atenção na medida em que as duas primeiras (il.: eu sou amante; filho, sê temente a Deus) apresentam o verbo “ser”, que podia facilmente ser suprimido nos dois casos. Posteriormente, emenda que há usos equivalentes e apresenta as seguintes ilustrações “amo” a “eu sou amante atualmente”, “ama a deus” a “sê tu amante de Deus”. No entanto, não é mencionado o ‘verbo substantivo’ e, pelas ilustrações de uso apresentadas para esse conceito, parece que ele era considerado o verbo “ser” usual e não um item que se apresenta essencialmente em todos os outros verbos, chamados pela tradição, em geral, de ‘adjetivos’. Logo, parece-nos que, embora Morais Silva apresente análises que se assemelham àquelas que poderiam ser feitas com o conceito de ‘verbo substantivo’ costumeiro da tradição, o conceito de ‘verbo substantivo’ apresentado no final da seção de tratamento da *classe de palavra* ‘verbo’ e em *metatexto* não tem correspondência com essas análises. Ainda, em relação ao conceito de ‘sentença’, nota-se que o autor dá duas possibilidades estruturais para ela: uma em que o ‘verbo’ significa ‘julgamento’ ou ‘mando’ e outra em que é ‘ação’ e, nesse caso, costuma ter um ‘paciente’ e pode ter também um ‘termo’. Em suma, Morais Silva apresenta *ecletismo horizontal* nos *conceitos* de ‘verbo’ e ‘sentença’, os quais ainda assim sustentam a noção de linguagem que predomina na obra, ao mesmo tempo em que seu *conceito* de ‘verbo substantivo’ é bastante particular e distancia-se mesma da concepção de linguagem.

Quanto à base teórica da obra, define ‘gramática’ no início como “arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos”. Os ‘modos’ da ‘linguagem analisada e discursiva’ são sempre relativos à maneira como a ‘alma’ concebe e observa objetos, juízos, determinações e relações. As *classes de palavras* parecem, assim, ser expressão

dos movimentos da alma. A ‘sentença’ também seria a expressão um movimento da alma, julgamento ou mando, regido pelo ‘verbo’. Da mesma maneira, as *espécies* de ‘sentença’ e de ‘adjetivos’ são movimentos da alma que ‘explicam’ e ‘determinam’ objetos. Essa base teórica, portanto, seria aproximada do *Programa de correspondência* de que fala Swiggers (cf. Capítulo 1, item 1.2). Entretanto, o conceito ‘verbo substantivo’ no *Epítome* de Moraes Silva contrai apenas *relação de subordinação* com o *conceito* de ‘verbo’. É apenas mais uma dentre as *espécies* de ‘verbo’ e está apresentado em *metatexto*. Dessa forma, ele é coadjuvante entre as *espécies* de verbo.

4.2. Arte da grammatica portugueza (1816, [4]), de Ignacio Felizardo Fortes

4.2.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

A gramática de Fortes é dividida em oito livros (cf. Apêndice B, FD2). Os cinco primeiros referem-se às *classes de palavras*. O livro I trata do ‘nome’, do ‘pronome’, do ‘particípio’, do ‘artigo’ e de ‘acidentes’ dessas *classes* como ‘número’ e ‘caso’; o livro II trata do ‘acidente’ ‘gênero’; no livro III, o gramático disserta a respeito do ‘verbo’, suas *espécies* e suas ‘conjugações’; o livro IV é dedicado a falar sobre o ‘pretérito’ e do ‘particípio pretérito’ nas três ‘conjugações’; finalmente, o livro V trata das *classes de palavras* ‘advérbio’, ‘conjunção’, ‘interjeição’ e da ‘proposição’. A ‘prosódia’ é tema do livro VI. No livro VII, dedicado à ‘sintaxe’, o gramático trata da ‘sintaxe de regência’ e da ‘sintaxe de concordância’, trata ainda dos casos ‘dativo’, ‘acusativo’ e ‘ablativo’. Finalmente, o assunto do livro VIII é ‘sintaxe figurada’.

Fortes define ‘gramática portuguesa’ como “uma arte que ensina a fazer sem erros a oração portuguesa” e que deve conter quatro partes, que são: ‘ortografia’, ‘prosódia’, ‘etimologia’ e ‘sintaxe’.

4.2.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

De acordo com o gramático, há nove ‘partes da oração’, que são colocadas na seguinte ordem: ‘artigo’, ‘nome’, ‘pronome’, ‘verbo’, ‘particípio’, ‘advérbio’, ‘conjunção’, ‘interjeição’, ‘preposição’. Não são apresentadas *metaclasses*, nem há explicação para justificar a seleção de *classes de palavras* realizada.

4.2.3 Conceitos modificadores do nome

As três *classes de palavras* que correspondem ao que temos chamado de *modificadores do nome* são ‘artigo’, ‘nome’ e ‘pronome’, as quais são anteriores ao ‘verbo’ e representam *classes* que, em diversas gramáticas, estariam juntas sob a *classe* “guarda-chuva” de ‘adjetivo’ (por exemplo, Moraes Silva e Costa Duarte cf. 4.1 e 4.3), o qual, entretanto, na gramática analisada, é apenas uma *espécie* do ‘nome’. O *conceito* de ‘artigo’ para Fortes é o de uma ‘parte da oração’ que serve para mostrar os ‘gêneros’ e os ‘casos’ dos ‘nomes’. Exemplifica com duas palavras “o, a”, as quais podem ser colocadas nos cinco ‘casos’, nos dois ‘gêneros’ e no ‘singular’ e ‘plural’, como no quadro adiante:

	Masc., sing.	Masc., plural	Fem., sing.	Fem., plural
Nominativo	o	os	as	as
Acusativo	do	dos	da	das
Dativo	ao	aos	à	às
Ablativo	o/ao/para o	os/aos/para os	a/para a	as/para as
Genitivo	da/no/pelo	dos/nos/pelos	da/na/pela	das/nas/pelas

Quadro 23. 'Casos' do 'artigo' em Fortes (1816)

O nome divide-se em ‘substantivo’ e ‘adjetivo’. Definem-se por sua oposição: o primeiro pode estar na ‘oração’ sem o ‘adjetivo’, ao passo que o segundo não pode estar na ‘oração’ sem o ‘substantivo’. Ademais, o segundo divide-se em diversas *espécies* (‘positivo’, ‘comparativo’, ‘superlativo’, ‘partitivo’, ‘possessivo’, ‘pátrio’, ‘gentílico’, ‘numeral’), das quais enfatizamos o ‘possessivo’, que mostra o senhor ou possuidor de algo (il.: paço real), e o ‘numeral’, que significa número e tem as seguintes *espécies*: ‘cardinal’ (ex.: um, dois, três), o número absolutamente, e ‘ordinal’, número por ordem (ex.: primeiro, segundo, terceiro).

Finalmente, o ‘pronome’ é uma ‘voz’ que na ‘oração’ se põe em lugar de um ‘nome’, como é o caso de “eu, este”. Há diversas *espécies* de ‘pronomes’, listamo-las com suas *definições* e *exemplos* a seguir: ‘demonstrativo’, é aquele que serve para mostrar qualquer coisa (ex.: este, esta); o ‘relativo’ traz à memória nome antecedente (ex.: aquele, o qual); o ‘interrogativo’ serve para perguntar (ex.: quem?, qual?); ‘primitivo’, aquele que não é ‘derivado’ de outro (ex.: eu, tu); ‘derivado’, aquele que deriva de outro (ex.: meu, teu); ‘possessivo’, o que mostra o senhor ou possuidor de algo (ex.: meu, teu); ‘recíproco’, refere-se à ação ao mesmo ‘sujeito’ de quem se fala (ex.: se; il.: Pedro feriu-se).

4.2.4 Conceito de verbo

Fortes define o ‘verbo’ como ‘voz’ com que se significam as ‘ações’ e as ‘paixões’ de qualquer ‘sujeito’ declarando juntamente o tempo em que elas se exercem (il.: eu amo; eu sou amado). Há três *espécies* de ‘verbo’. ‘Ativo’, que tem significação ‘transitiva’, emprega-se em ‘sujeito’ diverso de sua significação (ex.: louvar). ‘Passivo’, que significa ação obrada por outro ‘sujeito’ e sofrida pelo ‘sujeito’ do verbo (il.: eu sou louvado). ‘Neutro’, que tem ‘significação permanente’, que se emprega em si mesmo ou em ‘sujeito’ da mesma significação (ex.: morrer). Em *metatexto* (nota de rodapé), acrescenta os ‘verbos auxiliares’; diz que o verbo “ter” é ‘ativo’, mas pode também se chamar ‘auxiliar’, porque ajuda a ‘conjuguar’ todos os demais ‘verbos’. A ‘forma passiva’, diz ele, conjuga-se ajuntando o particípio “tido, tida” (e de todos os outros ‘verbos’) ao ‘verbo’ “ser” em todos os tempos; é possível, também, formá-la colocando-se a partícula “se” antes ou depois dos ‘verbos ativos’, conforme fizer melhor ‘pronúnciação’ (ex.: se louva, louva-se). Como se vê, o autor não apresenta o ‘verbo substantivo’ nem faz qualquer alusão a ele; além disso, quando menciona o ‘verbo’ “ser”, coloca-o como ‘auxiliar’.

4.2.5 Conceito de oração e seus elementos

O tratamento da sintaxe na gramática de Fortes é dividido em ‘sintaxe de concordância’, ‘sintaxe de regência’ e ‘sintaxe figurada’. As duas primeiras seções são compostas apenas de ‘regras’, não há *definição* de *conceitos*. Consequentemente, não há *definição* de ‘oração’. Há, no total, 35 regras, as quais, afirma o autor em *metatexto* (nota de rodapé), têm regras correspondente na língua latina (o que está de acordo com os objetivos de Fortes para a obra analisada, cf. item 3.1.2). Dessas, 24 são de ‘regência’, das quais transcrevo parte adiante a fim de demonstrar os *conceitos* que Fortes utiliza para tratar da sintaxe.

O ‘sujeito’ que exercita a significação do ‘verbo do modo finito’ vai para o ‘nominativo’, com o qual o ‘verbo’ concorda em ‘número’ e ‘pessoa’ (il.: Antônio dorme; Os meninos brincam). Aquilo que se afirma ou se nega desse ‘sujeito’ ou a ele se refere também vai para o ‘nominativo’ (ilustração de uso: A velhice é doença; Eu sou chamado Antônio). O ‘nome’ que significa o senhor ou possuidor de alguma coisa ou a que ela pertence põe-se em ‘genitivo’ ‘regido’ da ‘preposição’ “de” (il.: Estou em casa de

Francisco). Aos ‘verbos’ “confiar, dar, entregar, enviar, mandar, obedecer, remeter, recomendar”, e outros, se junta o ‘dativo’, que significa a pessoa a que se confia, dá, entrega etc. (il.: todos devemos obedecer ao mestre). O ‘verbo ativo’ tem depois de si o ‘acusativo’, que é aquele ‘sujeito’ a quem se dirige a significação do ‘verbo’ (il.: Pedro matou a Antônio; o fogo queimou as casas.). O modo com que alguma coisa faz põe-se no ‘ablativo’ com a ‘preposição’ “com” ou “de” (il.: Leio com grande cuidado; o lobo investe a ovelha de salto.).

4.2.6 Rede conceitual

Sendo nosso *conceito-chave* o ‘verbo substantivo’, não pudemos encontrar *rede conceitual* estabelecida em torno dele nessa gramática. Entretanto, é notável observar o viés da obra, em que se desenvolvem técnicas de descrição da língua latina, sobretudo porque isso acaba por fazer com que nenhum dos seus *conceitos* aproximem-se do que seria uma *rede conceitual* hipotética (cf. item 1.4.2). O ‘adjetivo’ é *espécie* de ‘nome’ e é simplesmente definido como aquele que não pode aparecer sem o ‘substantivo’. O ‘verbo’ é definido, semanticamente, como paixão ou ação. A ‘oração’ nem sequer é definida na obra, cujo tratamento da sintaxe se dá por meio de regras, as quais tratam sobretudo dos ‘casos’ latinos adaptados para língua portuguesa.

4.3. *Compendio da grammatica portugueza* (1829, [10]) e *Compendio de grammatica philosophica da lingua portugueza* (1859, [44]), de Antonio da Costa Duarte

4.3.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

Podemos ver que a divisão da gramática em quatro partes mantém-se a mesma nas duas gramáticas, são elas: ‘ortoépia’, ‘etimologia’, ‘sintaxe’, e ‘ortografia’ (cf. Apêndice B, FD3 e FD5). A única diferença entre as duas obras é a extensão de alguns subcapítulos, sendo os do *Compêndio* de 1859 mais longos, o que ocorre, provavelmente, pelas longas notas de rodapé inseridas.

Na ‘Introdução’ de ambas as gramáticas, Costa Duarte apresenta o seguinte trecho, no qual podemos identificar seu *conceito* de linguagem, que, por estar relacionado ao pensamento, que é uniforme, único e imutável:

Na formação de seus pensamentos é uniforme, unico, e imutável o procedimento do espirito humano; pois que todo o homem, de qualquer Nação que seja, pensa porque tem ideias e comparando-as apreende a relação que entre elas ha; mas como entre as operações de nosso espirito e a Linguagem articulada, por meio da qual se exprimem, ha uma intima connexão e correspondencia; é forçoso que esta mesma immutabilidade se communique ás Linguas de todos os Povos. (1829: 7; 1859:5)

O autor define duas espécies de ‘gramática’, a ‘universal’ e a ‘particular’. A primeira é a ‘arte’ que, analisando o pensamento, ensina com que ‘espécies de palavras’ se devem exprimir as ideias e as relações de que ele pode constar e, por isso, essa gramática é imutável e a mesma em todas as nações. A ‘gramática particular’ supriria a necessidade de acomodação dos princípios invariáveis da ‘gramática universal’ à índole de cada língua, visto que no seu aspecto material os vocábulos são diferentes (entre as línguas). Depois do estabelecimento dos preceitos gerais da linguagem, esses são aplicados aos usos da língua que se pretende ensinar. Acrescenta que a gramática trata tanto o aspecto físico e material dos vocábulos como de seu aspecto lógico e discursivo. Sobre o primeiro aspecto, ela observa os sons articulados elementares e fundamentais da linguagem, as sílabas que resultam de sua combinação, a pronúncia desses sons, os caracteres literais adotados pelo uso para representarem e fixarem esses mesmo sons e vocábulos na escrita; desses temas, tratam a ‘ortoépia’ e a ‘ortografia’. Trata também, sobre o segundo aspecto, dos vocábulos como sinais representativos das nossas ideias e das suas relações, na ‘etimologia’ e na ‘sintaxe’, os quais:

para que representem clara, distincta, e fielmente as nossas ideias, é necessario primeiramente analysar o pensamento, reduzindo-o aos seus elementos, para distribuir em classes determinadas assim as ideias, como as relações de que elle póde constar; e depois assignar a cada uma destas classes outras tantas especies de palavras correspondentes que as enunciem; o que é dependente da observação das differentes propriedades, usos, e serventias, que as palavras tem no discurso; [...] resta saber coordenar e compor uma oração ou um encadeamento dellas, dando ás palavras já esta, já aquella terminação, subordinando umas as outras, de maneira que se accomodem ás differentes relações que as ideias tem entre si, ou sejam de identidade e coexistencia, ou de determinação e subordinação, e colocando em fim as palavras de um modo authorizado pelo uso, para de tudo isto resultar um sentido ao mesmo tempo ligado, e distincto. (1829: 8; 1859:6)

Assim, o gramático explicita na introdução da obra seus conceitos de linguagem e de gramática, além de separá-la em quatro partes. Notamos que há *subordinação* da linguagem ao pensamento, o qual sendo uno transmuta-se nos usos variáveis das diversas línguas. A gramática teria como base categorias do pensamento que seriam adaptadas à língua, visto que esta é considerada expressão daquele – tal maneira de ver a língua está claramente dentro do Programa de Correspondência definido por Swiggers (2004, cf. Quadro 2).

No início do capítulo logo após a introdução, o autor, nas duas gramáticas, apresenta uma definição de caráter normativo para a ‘gramática portuguesa’: “arte que ensina a falar, ler, e escrever sem erros a Lingua Portuguesa” (1829: 9; 1859: 7). Na gramática de 1859 conecta essa definição a uma nota de rodapé, *metatexto*, em que define ‘arte’ e ‘língua’. ‘Arte’ é “um systema rasoado de operações proprias a produzir um effeito importante á vida, e que se não podia esperar da natureza só” (1859:7). ‘Língua’, por sua vez, é definida como um sistema de sinais que manifestam diretamente o pensamento, tal manifestação pode se dar por meio da linguagem articulada (com a língua e os vocábulos específicos de cada nação) ou por meio de gestos (movimentos do rosto e sons inarticulados). Finalmente, afirma que uma língua deve ser fácil para que seja entendida por ignorantes e sábios, mas para que seja bem feita e fácil, deve ser clara, precisa ou resumida, rica, e fundada na origem e geração de ideias.

4.3.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

Na gramática de 1829, há uma introdução ao capítulo ‘Da Etymologia’ que se inicia com a seguinte afirmação: como em toda natureza há unicamente ‘substâncias’, ‘qualidades’ e ‘relações’, no pensamento há só ‘ideias de substancias’, ‘de qualidades’ e ‘percepção de relações’ (‘de identidade’, ‘determinação’, ‘nexo’ e ‘ordem’) entre as mesmas ideias e, enfim, sendo as palavras sinais de nossas ideias e de nosso pensamento, há em toda língua cinco *espécies* de palavras. Adiante, apresentamos um quadro com elas e o aspecto da realidade e do pensamento com que elas têm correspondência.

Aspectos da natureza	Ideias e relações do pensamento	Partes elementares da oração e do discurso
Substâncias	Ideias de substâncias	Nome substantivo
Qualidades	Ideias de qualidades	Adjetivo
Relações	Relações de identidade	Verbo substantivo
	Relações de determinação	Preposição
	Relações de nexo e de ordem	Conjunção

Quadro 24. Natureza, pensamento e discurso em Costa Duarte (1829, 1859)

As *classes de palavras* são justificadas por corresponderem a *metaclasses* relativas a ‘ideias’ e ‘relações’ do pensamento, as quais, por sua vez, correspondem a aspectos na natureza. Ao corresponder os recortes da realidade, do pensamento e da linguagem, Costa Duarte apresenta uma *conceptualização* específica de linguagem (mais uma vez,

intimamente relacionada com o Programa de Correspondência definido por Swiggers 2004, cf. Quadro 2).

O capítulo de ‘etimologia’, que trata das ‘partes elementares da oração e do discurso’, é iniciado pela definição de ‘oração’ ou ‘proposição’, que é a união de um ‘atributo’ com um ‘sujeito’ (il.: o homem é racional), e de ‘discurso’, um encadeamento de ‘proposições’. Apresenta, depois, seis partes do discurso, as cinco ‘partes elementares’ e a ‘interjeição’ que equivale a todas elas e passa a defini-las e explicá-las nas seções seguintes.

Na gramática de 1859, não apresenta introdução ao capítulo de ‘etimologia’. Inicia-o pela definição de ‘oração’, que é a mesma exposta em 1829. Em *metatexto* (nota de rodapé), define ‘juízo’, ‘ideia’ e ‘proposição’, que são, respectivamente: a percepção da ‘relação de conveniência’ ou ‘de repugnância’ entre duas ‘ideias’; o resultado da ação da alma sobre um sentimento único; e um ‘juízo enunciado’ (este último equivale à definição dada em *texto* para ‘oração’, avisa o autor). Em *texto*, apresenta as mesmas cinco ‘partes elementares da oração’ que estavam na gramática de 1829, inclui ainda a ‘interjeição’, que não é considerada ‘parte elementar do discurso’, porque ela equivale a uma ‘oração’ ou a muitas. Em nota de rodapé, *metatexto*, apresenta parte do texto colocado na introdução do capítulo na gramática de 1829.

Emenda ainda, na gramática de 1859, observações sobre a ‘interjeição’, dizendo que nos exprimimos por ela quando enunciamos as “ideias em confusão”. Assim, a ‘interjeição’ é equivalente a todas as cinco ‘partes do discurso’, mas o autor a contabiliza entre elas, somando seis. Costa Duarte sustenta que as ‘partes do discurso’, ainda que possam variar no material dos sons em diferentes povos, representam as mesmas ideias e as mesmas relações em todas as línguas (sejam, diz ele, cultas, selvagens, antigas e modernas). Observa ainda na mesma nota de rodapé que os termos ‘nome substantivo’, ‘adjetivo’ etc. são invenções dos gramáticos, mas que são invenções necessárias para dar um nome a cada uma das diferentes *classes de palavras*, as quais correspondem às diversas espécies de ideias que existem no pensamento. Enfatiza que sempre houve nas línguas, palavras essencialmente diferentes, e ainda que palavras sejam iguais no material, pode haver variação quando são ‘sinais de ideias’; ilustra isso dizendo que “head”, em inglês, significa “cabeça, chefe” quando é ‘nome substantivo’, mas significa “governar” quando é ‘verbo’; em português “tinha, capa, rio” são ‘nomes’ e ‘verbos’.

4.3.3 Conceitos modificadores do nome

Nas gramáticas de Costa Duarte, os *conceitos modificadores do nome* estão na *classe de palavra* ‘adjetivo’. Em 1829, Costa Duarte apresenta uma seção chamada “Dos nomes adjetivos”, em que define o ‘adjetivo’ como palavra que significa acessórios e qualidades de um ‘sujeito’, a quem serve de ‘atributo’, e, conseqüentemente, não pode estar na ‘oração’ sem o ‘sujeito’. Vê-se que a ‘oração’ tem papel central na análise do gramático (diferentemente, por exemplo, do que vimos na *arte* de Fortes em que o ‘adjetivo’ não pode aparecer sem um ‘substantivo’ (cf. 4.2)). Na edição de 1859, define ‘nome adjetivo’ (curiosamente dentro da seção de tratamento dos ‘nomes substantivos’) como palavra “que significa alguma qualidade, existente em algum sujeito; ou determina o nome substantivo, como: *Virtuoso, Alegre, Todo, Este*.” (p. 23). Quando inicia o tratamento de ‘adjetivos’ apresenta uma seção chamada “Divisão dos nomes adjetivos”, na qual, sem definir a *classe de palavra*, porque já havia sido definida anteriormente, divide-a, tal como fizeram em 1829, em três *espécies*, mostradas no quadro adiante:

Espécie de ‘adjetivo’ (termo)	Conceitos (iguais) apresentados em 1829 e 1859
Explicativo	Significa algumas das qualidades incluídas na significação do nome apelativo (il.: Homem racional)
Restritivo	Exprime alguma qualidade não incluída na significação do apelativo (il.: homem virtuoso)
Determinativo	Junto ao apelativo, faz com que ele seja aplicado a compreender todos os indivíduos da sua classe, somente alguns, um só, ou nenhum (il.: todo o homem, alguns homens, este homem, nenhum homem)

Quadro 25. Espécies de ‘adjetivo’ em Costa Duarte (1829, 1859)

Observamos que muitos gramáticos apresentam essas espécies de ‘adjetivo’, como veremos neste capítulo, entretanto, é mais comum que façam duas divisões binárias, uma primeira que divide o ‘adjetivo’ em ‘determinativo’ e ‘qualificativo’ e outra que divide o ‘qualificativo’ em ‘restritivo’ e ‘explicativo’.

Há três espécies de ‘adjetivo determinativo’ em ambas as edições, a saber: ‘artigos’, ‘demonstrativo’ e ‘determinativo de quantidade’. Adiante, observaremos suas *definições* e *taxonomia* nas diferentes gramáticas de Costa Duarte.

No *Compêndio* de 1829, o ‘artigo’ é definido como: anteposto ao ‘apelativo’, mostra que ele compreende determinadamente todos os indivíduos da sua classe (ex.: o, a, os, as) (il.: o homem é racional). Quando é necessário que o ‘artigo’ compreenda apenas um indivíduo, ou menos dos da espécie, usa-se de alguma circunstância restritiva (il.: o café do Pará; viste o homem?). Além disso, é anteposto ao ‘sujeito’ da ‘oração’ il.: o

estudo aperfeiçoa a razão) e quando é anteposto a qualquer ‘elemento da oração’ torna-o ‘substantivo’ (il.: o amar). Faz ‘nomes próprios’ ‘apelativos’ (il.: a Bahia; o Porto; os Camões). Finalmente, não se usam anteposto a ‘nomes próprios’, quando assim usado, não pertence ao ‘nome próprio’ (il.: o Brasil = o império Brasil) e não se usam antepostos a alguns ‘demonstrativos’.

No Compêndio de 1859, Costa Duarte define ‘artigo’ simplesmente como: ‘monossílabos’ que, antepostos aos ‘nomes apelativos’ fazem com que eles se tomem: ou no sentido individual, ou determinadamente ou de modo vago. Distingue duas *espécies* de ‘artigo’: ‘artigos definidos’ (ex.: o, a, os, as) e ‘artigos indefinidos’ (ex.: um, uma, uns, umas), os primeiros – similares ao que foi denominado apenas ‘artigo’ em 1829 – são definidos aqueles que, antepostos ao ‘apelativo’, mostram que ele compreende determinadamente todos os indivíduos da sua classe (il.: o homem é racional). Porém sendo necessário que o apelativo compreenda um só indivíduo ou menos do da espécie, usa-se de alguma circunstância restritiva (il.: o café do Pará; viste o homem?). É anteposto a ‘apelativos’ que significam objetos conhecidos. Ademais, repete o que já havia sido dito em 1829 sobre: ser anteposto ao ‘sujeito’ da ‘oração’; tornar substantivo qualquer elemento ao qual se antepõe; faz ‘nomes próprios’ ‘apelativos’; não é usado antes de ‘nomes próprios’ e quando está nessa posição; não pertence a ele; finalmente, não é usado anteposto a alguns demonstrativos. O ‘artigo indefinido’, por sua vez, anteposto ao ‘apelativo’, dá-lhe sentido individual, porém, vagamente. (il.: um filho deve ser obediente ao pai). Ademais, antepõe-se a ‘apelativos’ que significam objetos desconhecidos.

Em ambas as gramáticas, os ‘demonstrativos’ dividem-se em três *espécies*: ‘pessoais’, ‘puros’ e ‘conjuntivos’. Os ‘pessoais’ fazem com que os nomes a que se ajuntam, ou a que se referem, sejam uma das três pessoas ou coisas que lhes pertença (ex. de primitivos: eu, tu, ele, nós, vós, eles; ex. de derivados: meu, teu, seu, nosso, vosso).

Os ‘puros’ são os que fazem com que os apelativos mostrem os objetos no lugar e distância em que estão (ex.: este, esta, isto, esse, essa, isso, ele, ela, elo (antigo), aquele, aquela, aquilo, mesmo, o mesmo). Todos os ‘demonstrativos puros’ podem ser ‘relativos’, isto é, representar nomes antecedentes; mas não podem ser ‘conjuntivos’.

Finalmente, os ‘conjuntivos’ mostram ou o ‘sujeito’, ou o ‘atributo’ de uma ‘oração antecedente’ e unem ao mesmo tempo as ‘orações parciais’ com as de que são parte (ex.: o qual, a qual, os quais, as quais, que, cujo, cuja, cujos, cujas, quem; il.: qual é a coisa que pode faltar a quem tem por seu um deus cujo é tudo quanto há no céu e na

terra?). Ademais, todos os ‘demonstrativos conjuntivos’ podem ser ‘interrogativos’, mas nem por isso deixão de ser os mesmos ‘conjuntivos’ (il.: que hei de fazer? = dizei-me a coisa que eu hei de fazer.) Na gramática de 1859, Costa Duarte acrescenta em *metatexto* que há quem se oponha a que os ‘interrogativos’ sejam ‘demonstrativos conjuntivos’, e apresenta seu ponto de vista, contrário, com *ilustrações*: “dize-me que navios entraram hoje?” que é o mesmo que “dize-me o número e nome dos navios que entraram hoje”, visto que, afirma o gramático, em ambas estas proposições se exprime o desejo de saber, e ambas são linguagem corrente.

A última *espécie* de ‘adjetivo determinativo’ são os ‘determinativos de quantidade’, que se definem, nas duas gramáticas, como aqueles que fazem com que os apelativos, a que se juntam compreendam ou todos os indivíduos da classe, ou somente alguns, ou nenhum, para sobre eles, ou sobre nenhum recair o atributo da oração (il.: todo o homem é mortal; alguns homens são virtuosos; nenhum homem é infalível). Há duas espécies de ‘adjetivos determinativos’, ‘universais’ e ‘partitivos’. Em 1829, define os ‘universais’ como aqueles que fazem compreender todos os indivíduos da classe do apelativo juntos (ex.: todo, toda, tudo, todos, todas). Em ambas as obras esses universais podem ser ‘afirmativos’ (ex.: todo, toda, tudo, todos, todas) ou ‘negativos’ (ex.: nenhum, nenhuma, nada e ninguém). Na gramática de 1859, distingue os ‘universais’ em ‘coletivos’, que tem a mesma definição dos ‘universais’ de 1829, mas inclui nos exemplos também os ‘artigos definidos’ “o, a, os, as”, e em ‘distributivos’, que fazem compreender todos os indivíduos da classe do apelativo separadamente um por um (ex.: cada) (il.: cada homem tem seu gênio = todos os homens têm seu gênio, cada qual o seu). Os ‘partitivos’, em ambas as gramáticas, são os que fazem com que os ‘apelativos’ a que se unem, compreendam só uma parte, ou ‘determinada’ ou ‘indeterminada’, dos indivíduos da sua classe; e por isso fazer as ‘orações particulares’ (il.: alguns homens escaparam do naufrágio e quatro morreram afogados). Na gramática de 1859, acrescenta ainda uma *espécie* particular de ‘determinativo de qualidade’ chamada ‘numerais’, os quais determinam ao certo o número dos indivíduos. São ‘cardiais’, número das unidades (ex.: um, dois); ‘ordinais’ (ex.: primeiro, segundo), ‘multiplicativos’ (ex.: duplo, dobrado, triplicado) ou ‘fracionários’ (ex.: quinta parte, duas sesmas).

Em ambas as gramáticas, finaliza a seção destinada à descrição dos ‘adjetivos’ com um pequeno texto sobre as os ‘objetos’ que os ‘nomes’ juntos numa ‘oração’ podem ser ou as ‘relações’ que eles podem ter. Costa Duarte cita ‘Sujeito’, ‘Atributo’, ‘Vocativo’, ‘Complemento Restritivo’, ‘Complemento Terminativo’, ‘Complemento

Objetivo’ e ‘Complemento Circunstancial’, os quais são brevemente explicados em 1829 (ver quadro adiante), já em 1859, o autor prefere apenas se referir ao capítulo de ‘sintaxe’, dizendo que lá tratará com mais detalhes desses *conceitos*.

Costa Duarte (1829: 25-26)	
Sujeito	Quem fala, ou de quem se fala na ‘oração’
Atributo	O que se afirma do sujeito, ou se lhe atribui
Vocativo	O que exprime a pessoa com quem se fala
C. Restritivo	Um nome precedido da preposição “de”
C. Terminativo	O nome que exprime o termo de outra relação
C. Objetivo	O nome que exprime o objeto imediato da ação do verbo
C. Circunstancial	Os nomes circunstâncias, pertencentes aos termos da oração

Quadro 26. Objetos que os nomes podem ser e relações que podem ter na oração (Costa Duarte 1829)

Em seguida, define ‘casos’ como a ‘terminação’ diferente de um nome dentro do mesmo ‘número’. Ressalta que na língua portuguesa, apenas os ‘pessoais primitivos’ têm casos, porque variam de terminação para exprimir as diferentes relações, as quais são indicadas nos outros nomes pela sua posição ou por meio de partículas antepostas a eles. Tal preocupação em já definir ou ao menos citar esses *conceitos*, próprios do tratamento da sintaxe, no capítulo ‘Etimologia’, que trata das *classes de palavras*, pode ser interpretada como uma centralização do tratamento da sintaxe.

4.3.4 Conceito de verbo

Chama atenção a diferença de leiaute entre as duas gramáticas quando tratam do ‘verbo’, pois, enquanto em 1829, praticamente não há notas de rodapé, em 1859, as notas de rodapé são maiores do que o texto em muitas páginas. Em geral, esses longos *metatextos* de 1859 são reflexões ou discordâncias sobre o que havia na gramática de 1829 a respeito do ‘verbo’, e que o autor, mantém parcialmente no *texto* de 1859. Adiante, observamos essa tensão existente entre o *conceito* de ‘verbo’ entre as duas gramáticas de Costa Duarte e também entre *texto* e *metatexto* na gramática de 1859. Dessa forma, iremos sempre comparar os *textos* das duas edições para, depois, apresentar o *metatexto* de 1859. No quadro adiante, comparamos os dois *conceitos* de ‘verbo’ em *texto*.

Conceito de ‘verbo’ em <i>texto</i>	
Costa Duarte 1829	Costa Duarte 1859
‘Verbo’ é uma ‘parte do discurso’ que une o ‘atributo’ da ‘oração’ com o seu ‘sujeito’, enunciando por diferentes modos a coexistência de um no outro, com relação a certos tempos e pessoas (il.: eu sou, tu foste, elle será). A enunciação da existência é o que é essencial ao ‘verbo’, assim,	‘Verbo’ é a palavra que anima os ‘termos da proposição’, e por diferentes modos, tempos, e pessoas exprime a união de um ‘atributo’ com um ‘sujeito’ (il.: Deus é justo: O homem não é infalível: Aplico-me ao estudo). A essência do ‘verbo’ consiste em animar os termos da

não podêmos admitir mais do que o ‘verbo substantivo’, porque só este pode enunciar-la; mas tendo nós em vista assim a enunciação da existência, como outras ideias acessórias, dividimos em geral o verbo em três espécies, a saber: ‘verbo substantivo’, ‘verbos auxiliares’ do mesmo, e ‘verbo adjetivo’.	‘proposição’, e ao mesmo tempo enunciar a ‘relação de conveniência’ entre um e outro. Mas atendendo não só á essência do ‘verbo’, e ao emprego que se lhe dá, mas também às ideias acessórias, nele muitas vezes concentradas, podemos dividir o ‘verbo’ em três espécies, a saber: verbo substantivo’, ‘verbos auxiliares’, e ‘verbo adjetivo’.
--	--

Quadro 27. *Conceitos de 'verbo' em Costa Duarte (1829, 1859)*

Há pequenas diferenças de texto, em 1859, já não se chama o ‘verbo’ de ‘parte do discurso’ e ele ‘anima’ os ‘termos’ da ‘proposição’ em vez de apenas, como é definido em 1829, ‘unir o ‘sujeito’ e o ‘atributo’ da ‘oração’ e promover a ‘coexistência’ de um no outro. Além disso, em 1829, o ‘verbo’. As *ilustrações de uso* apresentadas são diferentes, embora em ambos os casos apresente-se o ‘verbo’ “ser”, em 1859, há também o ‘verbo’ “aplicar-se”. Em ambas as gramáticas, há uma essência do ‘verbo’, em cada uma delas, porém, é diferente. Em 1829, é a ‘enunciação da existência’, o que cabe ao ‘verbo substantivo’ apenas; já em 1859 consiste em ‘animar’ os termos da ‘proposição’, e ao mesmo tempo enunciar a ‘relação de conveniência’ entre um e outro – não há menção ao ‘verbo substantivo’. Finalmente, ambas as obras, considerando também as ideias acessórias do verbo, apresentam três *espécies* de ‘verbo’: ‘substantivo’, ‘auxiliares’ (que em 1829 referem-se ao ‘verbo substantivo’ apenas), e ‘adjetivos’. Costa Duarte parece ter desistido da definição de ‘verbo’ como palavra que promove a coexistência.

Em *metatexto* de 1859, nota de rodapé cujo índice está na definição de ‘verbo’, Costa Duarte repete a definição dada em *texto*; em seguida, defende que o ‘verbo’ signifique me ‘relação’, lembrando que sem os dois ‘termos’ da ‘proposição’, ‘sujeito’ e ‘atributo’ essa relação não pode existir. Acrescenta que essa ‘relação’ é tão simples que poderia ser significada sem o ‘verbo’ por mera relação de concordância entre dois termos (il.: homem frágil, leão rugidor). Ressalta não faria sentido que significasse ação, ato ou estado, dado que esses são modos de existir do ‘sujeito’. Finalmente, diz que o ‘verbo’ é ‘palavra animada’, pois dá vida aos ‘termos’ da ‘proposição’ e por conta disso os latinos teriam lhe chamado de “verbum”, ‘palavra por excelência’. Observa, no final da nota, que o ‘verbo’ não exprime relação de discordância, pois as ‘proposições negativas’ reduzem-se às ‘positivas’, visto que a negação modifica o ‘atributo’, não o ‘verbo’ (il.: o homem não é infalível = o homem é não infalível = o homem é falível).

No quadro adiante, apresentamos os *conceitos* apresentados em *texto* de ‘verbo substantivo’, ‘auxiliar’ e ‘adjetivo’ nas duas gramáticas de Costa Duarte.

<i>Conceitos (Termos)</i>	<i>Conceito em texto - Costa Duarte (1829)</i>	<i>Conceito em texto - Costa Duarte (1859)</i>
Verbo Substantivo	Une o ‘atributo’ da ‘oração’ com seu ‘sujeito’ e enuncia a ‘coexistência’ de um em outro (ex.: ser).	Não tem concentrado em si ‘atributo’ e serve de ‘cópula’ ou ‘nexo’ que une os ‘termos’ da ‘proposição’, isto é, o ‘atributo’ e o ‘sujeito’ (ex.: ser; il.: <i>Pedro é sábio</i>). Há dois verbos na língua portuguesa que exprimem a existência: “ser”, que exprime existência habitual e permanente, e “estar”, que exprime existência atual e temporária (il.: eu sou doente; eu estou doente).
Verbo Auxiliar	Auxiliam o ‘verbo’ “ser” a tomar todas as ‘formas compostas’ e ‘combinações necessárias’ ao discurso – para indicar as diferentes épocas da existência (ex.: haver, estar, ter). Só quando conjugados com o infinito pessoal e participio do verbo “ser” esses verbos são ‘auxiliares’.	
Verbo Adjetivo	‘Redução’ e ‘concentração’ do ‘sujeito’, do ‘verbo substantivo’, e do ‘atributo’ em uma só palavra (il.: amo – eu sou amante). Todo ‘verbo adjetivo’ pode ser dividido em duas partes, de maneira que as ‘terminações’ “ar”, “er”, “ir” façam uma parte, e as ‘sílabas’ que as precedem, outra (il.: <i>am-ar, tem-er, ouv-ir</i>). A primeira parte é a ‘radical’, que exprime o ‘atributo’ (il.: am = amante; ouv = ouvinte; tem = temente). O ‘radical’ é sempre a mesma e invariável em todos os ‘modos’, ‘tempos’, e ‘pessoas’ dos ‘verbos regulares’. A ‘terminação’ é o mesmo ‘verbo substantivo’ transformado; e na conjugação vai tomando formas diferentes. Daqui se vê que os ‘verbos adjetivos’ podem se desfazer, pondo em separado as partes que neles estão concentradas, isto é, o ‘sujeito’, o ‘verbo substantivo’, e o ‘atributo verbal’ (il.: amo = eu sou amante; tenho amado = tenho sido amante; hei de amar = hei de ser amante). A parte ‘radical’ do ‘verbo adjetivo’, isto é, o ‘atributo’ nele incluído, pode ter uma significação, ou ‘absoluta’, ou ‘relativa’, e por isso ou demandar ‘complementos’, ou não os demandar; assim nasce a divisão do ‘verbo adjetivo’ em ‘intransitivo’ e ‘transitivo’.	

Quadro 28. Principais espécies de ‘verbo’ em Costa Duarte (1829, 1859)

Como vemos, entre os textos das edições analisadas, apenas o ‘verbo substantivo’ tem um *conceito* que diverge, enquanto os *conceitos* de ‘verbo auxiliar’ e ‘verbo adjetivo’ são os mesmos. Em 1829, Costa Duarte define o ‘verbo substantivo’ simplesmente como aquele que une o ‘atributo’ da ‘oração’ ao ‘sujeito’ e enuncia a ‘coexistência’ de um no outro. Já em 1859, a definição de ‘verbo substantivo’ inicia-se dizendo que ele não contém ‘atributo’, em seguida, diz que esse ‘verbo’ serve de ‘cópula’ entre o ‘sujeito’ e o ‘atributo’. Em seguida, apresenta um trecho que não deixa claro se tem relação ainda com o conceito de ‘verbo substantivo’; Costa Duarte diz que há dois verbos que exprimem a existência na língua portuguesa, mas, como vimos, o ‘verbo substantivo’ não exprime a existência em seu *conceito*. Além disso, os textos diferem também quanto às ilustrações, em 1829, há apenas o *exemplo* “ser”, ao passo que em 1859, há também a *ilustração* “Pedro é sábio” – e se considerarmos que Costa Duarte

considerou que o ‘verbo substantivo’ era também ‘verbo’ que exprimia a existência, há outro *exemplo*, “estar”, e outras duas *ilustrações* “eu sou doente” e “eu estou doente”.

Em longas notas de rodapé (*metatexto*), Costa Duarte (1859), por um lado, acrescenta conteúdo ao *conceito* de ‘verbo auxiliar’, e, por outro, refuta os *conceitos* apresentados em *texto* para ‘verbo substantivo’ e ‘verbo adjetivo’. Quanto ao *metatexto* relativo aos ‘verbos auxiliares’, o gramático acrescenta que “ser” nunca é ‘auxiliar’, porque na ‘voz passiva’ dos ‘verbos adjetivos’ ele é ‘nexo’ entre os dois ‘termos’ (il.: eu sou amado por Antônio), assim como em quaisquer ‘proposições’. Acrescenta ainda outros *exemplos* de ‘verbos auxiliares’ (ex.: andar, ir, vir).

Em nota de rodapé (*metatexto*) que vem logo após a afirmação, em *texto*, de que há dois verbos que exprimem a existência em português, diz Costa Duarte acrescenta que também podem ser considerados verbos que significam ‘existência’ *existir*, *ter* e *haver*, *possuir* e *gozar*, como nos *exemplos*:

Amar a virtude, Ter amor á virtude, Possuir amor á virtude, Gozar do amor á virtude, Ser amante da virtude, Ser amador da virtude, tudo é o mesmo, pois as idéas são as mesmas, e só ha differença em as enunciar por nomes que significão ou qualidades, concretas, ou abstractas, ou por palavras que reúnem em si o attributo e o verbo. (Costa Duarte 1859:43-4)

Completa dizendo que verbos como “estar”, “existir”, “ter” e “haver”, tal como “ser”, também não têm ‘atributo’ em si; e que os verbos “estar” e “existir” podem também servir de ‘nexo’. Ainda na mesma nota, o gramático maranhense apresenta alguns argumentos contra a consideração do verbo “ser” como único ‘verbo substantivo’: (1) tal como “ser”, “estar”, “existir”, “ter” e “haver” não apresentam ‘atributo’ algum; (2) “estar” e “existir” podem servir de nexo, característica do ‘verbo substantivo’; (3) o verbo “ser” não pode ser único, pois necessita de auxiliares para chegar a determinados tempos; (4) ou, em outros casos, depende de ‘participios imperfeitos’ (‘atributos’) para exprimir esse tempo; (5) e, por fim, diz que nem sempre o verbo “ser” serve para exprimir a relação de conveniência com o ‘sujeito’, sobretudo quando isto precisa ser feito por meio de uma qualidade abstrata. O gramático, porém, não apresenta exemplos, deixando a cargo do leitor a interpretação dessas críticas no que diz respeito aos dados linguísticos.

Em nota que vem logo após a definição de ‘verbo adjetivo’, Costa Duarte refuta quase tudo que havia dito na definição de ‘verbo substantivo’ em *texto*. Ele inicia a nota da seguinte forma:

Dizem os Grammaticos modernos que Verbo Adjectivo é a reducção e concentração, ou expressão abbreviada, do sujeito, do verbo substantivo, e do attributo verbal em uma só palavra, como: *Amo*, em lugar de *Eu sou amante*; *Durmo*, em lugar de *Eu sou dormente* etc. Parece-nos

que nisto ha falta de reflexão, e que nem o sujeito, nem o verbo substantivo, nem o attributo verbal estão concentrados no Verbo Adjetivo. (Costa Duarte 1859:61)

No trecho, ele menciona os “Grammaticos modernos” como se fossem outros gramáticos, mas refere-se à mesma definição que deu em *texto* na mesma gramática, de 1859, e também na anterior, de 1829. Afirma, como vemos, que nem o ‘sujeito’, nem o ‘atributo’, nem o ‘verbo substantivos’ estão concentrados no ‘verbo adjetivo’. O ‘verbo adjetivo’ teria somente as “variações que mostram o caráter” dos ‘sujeitos’, mas não os próprios ‘sujeitos’. Ao dizer que o ‘atributo verbal’ (ex.: amante) não poderia ser parte do ‘verbo adjetivo’, o gramático quer dizer que ele não existiria antes do ‘verbo adjetivo’ (ex.: amar) e, portanto, não poderia ser parte de sua composição. Isto porque Costa Duarte trabalha, nesse momento, com a ideia de que os ‘nomes’ são anteriores aos ‘verbos’ na formação da linguagem, assim o ‘atributo’ tem de ser um ‘nome’ e não um ‘atributo verbal’. Dentro dessa lógica, se o ‘atributo’ for considerado um ‘nome’, dir-se-ia “Eu sou amor” em vez de “sou amante”, o que é dado por ele como absurdo. Consequentemente, dentro dessa teoria de criação das classes de palavras numa ordem específica, não poderia haver dentro do ‘verbo adjetivo’ o ‘verbo substantivo’ “ser”.

Vejamos: *Eu sou olho, Eu sou prego, Eu sou mão*. Ora bem se ve que isto e falso e ridículo, assim como tambem o é dizer: *Eu sou olhante* ou *olhador, Eu sou pregante* ou *pregador, Eu sou maneante* ou *maneador*; pois não foi desses attributos que se fizeram aquelles verbos, e alem disto elles são nómes verbaes, e porisso não podião existir antes dos seus verbos. Isto mesmo prova que todos os verbos nao são outra coisa mais do que nomes mais ou menos alterados, a que se ajuntarão significativas da relação de conveniencia desse mesmo attributo em um sujeito, as quaes vozes na nossa Lingua sao: *ar, êr, ir*. (Costa Duarte 1859:62)

Ao fim dessa nota, o gramático conclui o que disse no início: não há ‘sujeito’, nem ‘verbo substantivo’, nem ‘atributo verbal’ dentro do ‘verbo adjetivo’. É certo que há uma teoria evolutiva da linguagem por trás de suas afirmações, na qual os ‘nomes’ são anteriores ao ‘verbo’, mas há também uma aproximação dos dados observáveis por parte do gramático, dado que os ‘verbos’ são simplesmente ‘nomes’ a que se uniram as ‘terminações verbais’, que no caso do português são “ar, er, ir”. Neste momento, o gramático parece excluir o conceito de ‘verbo substantivo’ de sua definição de ‘verbo’, mas ainda afirma que há um ‘verbo’ que se une ao ‘atributo’.

Qual é pois o verbo que está unido ao attributo? Basta acreditar o testemunho dos sentidos e da razão, para conhecer que na 1ª conjugação é *ar*, na 2ª *êr*, e na 3ª *ir*; verbos tão simples como a relação de conveniencia que elles exprimem; verbos que nunca andao sos mas sempre unidos a seus attributos, porque sos nada significão, pela mesma razão porque a relação que elles significão, per si so e inteiramente nada como já mostramos. Estes verbos vão crescendo em sons, á medida que se vão encarregando de exprimir as ideas accessorias de tempos, numeros, e o caracter dos sujeitos. Estes verbos exprimem a mesma cousa, isto e, a relação de conveniencia; mas disto não se segue que sejam um só verbo assim como por tres pessoas se empregarem cada

qual em fazer uma coisa igual, se não segue que ellas não sejam tres individuos distinctos. Se os Grammaticos tivessem feito esta distincção; se tivessem attendido á differença que ha entre os individuos, e seu emprego; se não tivessem confundido o material do vocábulo *Ser* com o que elle significa; não teriao caído no erro de dizer que *Ser* é o unico verbo, e que se acha concentrado nos outros, contraindo e transformado. Virão elles que *Ser* enuncia a relação de conveniencia, e que os outros verbos a enunciação também, e assentarão logo em que o verbo *Ser* estava concentrado em todos os outros verbos; como se fosse impossivel haverem outras palavras que exprimissem a mesma relação, ou se o verbo *Ser* tivesse obtido algum privilegio, para elle só a enunciar. O verbo *Ser* tem seu uso no discurso, do mesmo modo que os outros o tem. (Costa Duarte 1859: 63)

Assim, acreditando nos “testemunhos do sentido e da razão”, Costa Duarte afirma que o ‘verbo’ que unido ao ‘atributo’ são as terminações “ar, er, ir”, as quais promovem a simples relação de conveniência e nunca estão separadas de seu ‘atributo’. Refuta novamente a possibilidade de se considerar a existência do ‘verbo substantivo’ “ser”, pois, diz o gramático, não se deveria confundir o ‘material’ do ‘verbo’ “*ser*” com o que ele ‘significa’, isto é, a relação de conveniência, que se apresenta em todos os verbos. Finaliza, assim, a longa nota de rodapé. Ressaltamos sua atenção aos ‘sentidos’ na primeira frase do trecho citado anteriormente, essa preocupação com a língua manifestada torna-se relevante na medida em que no final do século XIX, quando o conceito de ‘verbo substantivo’ é negado e omitido por diversas obras, a tendência das obras será, ao menos retoricamente, de se aproximar de dados manifestados e distanciar-se daqueles projetados ou subjacentes (cf. Polachini 2013).

Finalmente, em nota de rodapé (*metatexto*) que vem logo após *ilustrações*, que já citamos anteriormente, do ‘verbo adjetivo’ (il.: amo = eu sou amante; tenho amado = tenho sido amante; hei de amar = hei de ser amante), Costa Duarte ressalta que tais ilustrações meramente se tratam de ‘traduções’ ou ‘substituições’ de uma palavra por outras, visto que nem “ter”, nem “haver”, nem “ser”, nem o ‘atributo verbal’ estão concentrados no ‘verbo adjetivo’, como já mostraram em nota anterior.

De volta ao *texto*, retomamos agora a afirmação de Costa Duarte acerca das diferentes *espécies* de ‘verbo adjetivo’ de acordo com o significado de sua parte ‘radical’, ou seu ‘atributo’, ser ‘absoluto’ ou ‘relativo’, demandando ou não ‘complemento’. Há, assim, duas espécies de ‘verbo adjetivo’, o ‘intransitivo’ e o ‘transitivo’ cujos *conceitos* apresentados em cada gramática expomos no quadro abaixo:

Espécies de ‘verbos adjetivos’ (termos)	Costa Duarte (1829)	Costa Duarte (1859)
Intransitivo	O que significa qualquer ‘estado’, ‘ação’, ou ‘qualidade’ absoluta e inseparável do ‘sujeito’ do ‘verbo’, sem pedir	O que não só exprime a ‘relação de conveniência’, mas também tem incluído em si um ‘atributo’ que significa um ‘estado’ ou ‘ação absoluta’ e ‘inseparável’

	‘complemento’ algum (ex.: dormir, arder, andar).	do ‘sujeito’, e por isso não pede ‘complemento’ algum; como: (ex.: padecer, chorar, gemer, suspirar).
Transitivo	Aquele cuja significação incompleta e suspensa, pede um ou mais ‘complementos’ (il.: servir à patria, aplicar-se ao estudo, dar o seu a seu dono). O ‘verbo transitivo’ pode ser ou ‘ativo’, ou ‘passivo’, ou ‘médio’ e ‘reflexo’.	O que além de exprimir a ‘relação de conveniência’ tem incluído em si um ‘atributo’, que significa um ‘estado’ ou ‘ação incompleta’ e suspensa, e por isso pede ou mais ‘complementos’ (il.: servir a Deus, dar esmolas aos pobres). O ‘verbo transitivo’ divide-se em ‘relativo’, ‘ativo’, ‘ativo e ao mesmo tempo relativo’, ‘passivo’, ‘médio’ ‘reflexo’.

Quadro 29. *Espécies de ‘verbo adjetivo’ em Costa Duarte (1829, 1859)*

Há algumas diferenças entre as gramáticas de Costa Duarte. Em 1829, o gramático não distingue o ‘atributo’ como sendo responsável pela significação do verbo, já o considerando um todo quando diz que sua significação é absoluta ou incompleta. Ao passo que em 1859, ele ressalta a expressão da ‘relação de conveniência’ (a qual, como vimos em seus longos *metatextos*, era considerada propriedade de todos os verbos) e parece enfatizar que o significado de ‘estado’ ou ‘ação’ completa ou incompleta é do ‘atributo’. Vemos ainda que há *espécies* de ‘verbo adjetivo’, as quais apresentamos no quadro adiante em cada uma das gramáticas de Costa Duarte.

Espécies de ‘verbos transitivos’ (termos)	Costa Duarte (1829)	Costa Duarte (1859)
Relativo	-	Pede uma ‘preposição’ com seu ‘consequente’, para lhe servir de ‘termo da relação’ que elle significa (il.: venho de casa).
Ativo	Aquele cujo ‘sujeito’ produz uma ‘ação’ que ‘outro’ recebe (il.: amo a deus).	O que, em razão do ‘atributo’ nele incluído, significa uma ‘ação’ que deve ser exercitada pelo ‘sujeito’ do mesmo ‘verbo’, e ‘empregada’ em um ‘objecto’, o qual pode ser o mesmo ‘sujeito’ (il.: eu amo a Deus; Pedro ama-se).
Ativo e Relativo	-	O que, em razão do ‘atributo’ nele incluído, pede não só um ‘objecto’ em que se empregue na ‘ação’ que ele significa, mas também um ‘termo’ de sua ‘relação’ (il.: dei um livro a Pedro).
Passivo	Aquele cujo ‘sujeito’ recebe e padece uma ‘ação’ que outro produz (il.: Deus é amado por mim).	O que, em razão do ‘atributo’, significa uma ‘ação’ que deve ser exercitada por um ‘agente’, e empregada no ‘sujeito’ do

		mesmo ‘verbo’ (il.: Deus é amado por mim).
Médio Reflexo	Aquele cujo ‘sujeito’ produz uma ação e a recebe em si (il.: <i>Pedro ferio-se</i>).	É o mesmo ‘verbo ativo’ quando o ‘sujeito’ produz uma ‘ação’ e a emprega em si (il.: <i>Pedro ferio-se</i>).

Quadro 30. *Espécies de ‘verbo transitivo’ em Costa Duarte (1829, 1859)*

Em 1859, Costa Duarte apresenta duas *espécies* de ‘verbos adjetivos’ que não constavam em 1829: ‘verbo relativo’ e ‘verbo relativo e ativo’, que consideram um ‘termo de relação’ do verbo’ (il.: venho de casa, eu dei um livro a Pedro). Ademais, em relação as *espécies* que já eram concebidas em 1829, suas definições são mais longas em 1859. Isto se dá, por um lado, porque em 1859, ressalta em todas as definições que a significação do ‘verbo’ é proveniente de seu ‘atributo’ – em 1829, não fazia essa distinção na definição; além disso, se em 1829 o único *conceito* usado em todas as definições eram ‘sujeito’, em 1859, utiliza, além de ‘sujeito’, outros como ‘agente’, ‘objeto’ e ‘termo’. Parece ter havido um acréscimo teórico às definições de Costa Duarte em 1859, visto que há novos *conceitos* de elementos da ‘proposição’ que não estavam presentes anteriormente, o que o faz conceber outras duas *espécies* de ‘verbo adjetivo transitivo’. Finalmente, embora seja apresentado e definido, o *conceito* de ‘verbo médio e reflexo’ é dado apenas como uma variação do ‘verbo ativo’, na qual o ‘sujeito’ é o ‘objeto’ da ação em 1859.

No que diz respeito à descrição dos *conceitos* que acabamos de mencionar nas obras, há duas notas de rodapé (*metatexto*) em 1859 e apenas uma em 1829, a qual coincide com uma das de 1859. Esta última, conectada ao *conceito* de ‘verbo médio e reflexo’ adverte que as ‘terceiras pessoas’ desses ‘verbos’ tomam um ‘sentido passivo’, quando os ‘agentes’ são coisas que não tem ‘ação’ sobre si (il.: as cousas estimam-se pelo que valem = As cousas são estimadas). A outra nota de rodapé, exclusiva de 1859, está conectada ao *conceito* de ‘verbo passivo’ e refuta, justamente, a existência desse *conceito* para a descrição da língua portuguesa. O autor afirma que a língua portuguesa, tem, em verdade, uma ‘voz passiva’ que se mostra que o ‘sujeito’ não é ‘agente’, como o é na ‘voz ativa’, mas que é ‘paciente’ ou ‘recipiente’ da ‘ação’ – é possível ver que por meio dos *conceitos* novos, apresentados apenas em 1859, que Costa Duarte realiza essa reflexão que não estava em sua gramática anterior. Na mesma nota, afirma que em português não há também ‘verbos neutros’, dado que não há ‘passivos’ e, enfim, sugere que o melhor seria dizer que o ‘verbo transitivo’ tem três ‘vozes’: ‘ativa’, ‘passiva’ e ‘média’ ou ‘reflexa’. É notável que nesse caso, tal como aconteceu na definição e ilustração dos

conceitos de ‘verbo substantivo’ e ‘verbo adjetivo’, Costa Duarte está em conflito com a doutrina que apresenta em *texto* (o qual é, em geral, similar ao de 1829).

É curioso, entretanto, que no final da seção de tratamento do verbo, haja um parágrafo em *texto* que se mantém idêntico nas duas gramáticas e trata justamente da não adequação do ‘verbo passivo’ e do ‘verbo médio e reflexo’ à língua portuguesa, do qual transcrevemos parte adiante

S.XVI. *Conjugação do Verbo Adjectivo na sua Voz Passiva, e Media ou Reflexa*. Na Lingua Portuguesa não ha *Verbos Passivos*, mas nós os suprimos com grande facilidade, ajunctando a qualquer Linguagem do Verbo Substantivo o *Participio Passivo* do Verbo Adjetctivo, como: *Eu Sou Amado, Tenho Sido Amado, Hei de Ser Amado, &c.* Quando os sujeitos dos verbos são cousas inanimadas e da terceira pessoa, tambem se fôrma de repente a Voz Passiva, ajunctando o reciproco *se* ás terceiras pessoas dos verbos, como: *Aqui premea-se a virtude*; é o mesmo que dizer: *Aqui é premiada a Virtude*. Tambem a Lingua Portuguesa não tem *Verbos Reflexos* em fôrma simples, mas suppre-os, conjugando os verbos com os Demonstrativos Pessoas Primitivos, postos ou antes, ou depois, ou no meio delles, como: *Eu me amo, Tu te amas, Elle se ama, Nós nos amamos, Vós vos amais, Elles se amão*. (Costa Duarte 1829: 51-52; Costa Duarte 1859: 75-76)

Embora seja o mesmo *texto*, há efeitos diferentes nas duas gramáticas. Em 1829, o gramático apresenta o título com o *conceito* de ‘voz’ sem antes tê-lo explicado e acaba refutando, em *texto*, o que havia dito anteriormente – como analisamos. Já em 1859, o autor corrobora com *metatexto* apresentado anteriormente, em que a noção de ‘voz’ já havia sido introduzida.

Em suma, pelo *conceito* de ‘verbo’, é possível ver que houve radicais mudanças no pensamento gramatical de Costa Duarte entre a escrita de um texto e de outro – a qual, porém, já estava, ao menos parcialmente, de alguma forma em seu pensamento em 1829, como vimos pela análise do parágrafo XVI. Em 1859, o autor parece preferir deixar observações que mostram tal mudança de pensamento em *metatexto*, as quais por vezes são bastante assertivas quanto à inadequação ou erro do conteúdo que se apresenta em *texto*. As pequenas modificações que há em *texto* entre as duas gramáticas são, em geral, pequenos acréscimos ou especificações.

Temos analisado também os *conceitos* de ‘verbo impessoal’ e ‘defectivo’ nas obras. Esses *conceitos* são definidos igualmente nas duas gramáticas, como expomos adiante. Nas duas gramáticas de Costa Duarte, ‘defectivos’ são verbos a que falta algum ‘tempo’, ‘número’ ou ‘pessoa’ (ex.: precaver (1829), prazer (1859), munir (1859, 1879)); ‘impessoais’ são os que se usam só nas terceiras pessoas (ex.: chove, pesa-me). Em nota (*metatexto*) refere aos ‘verbos impessoais’, diz que os exemplificados são ‘verbos propriamente impessoais’, mas que há outros que nem sempre têm uso ‘impessoal’ (il.: ao cidadão cumpre ser útil à sua pátria, a esta convém premiá-lo). Na mesma nota, diz em

ambas as gramáticas que alguns gramáticos dão nome de ‘pronominais’ a verbos que não se conjugam sem ‘demonstrativos pessoais primitivos’, pois sem eles mudam de significação (ex.: partir-se), enquanto são chamados ‘recíprocos’ os verbos que com os mesmos demonstrativos exprimem ação e reação entre dois ou mais ‘sujeitos (il.: escrevo-me com Antonio (1829, 1859); as artes entre si se comunicam (1829); Antonio e João se abraçaram mutuamente (1859). Em 1859, acrescenta ainda na nota que alguns gramáticos chamam ‘pronominais’ e ‘recíprocos’ aos verbos conjugados na ‘voz média’. Finalmente, em 1829, termina essa nota dizendo que não falará de outras divisões dos verbos por serem mais curiosas do que úteis; na gramática de 1859, porém, prefere citar, definir e exemplificar essas outras divisões do ‘verbo’ que são: ‘frequentativos’, ‘continuativos’ e ‘incoativos’.

4.3.5 Conceito de oração ou proposição e seus elementos

Diferentemente do que vimos ao analisar o *conceito* de ‘verbo’ nas duas gramáticas de Costa Duarte, há grande, quase total, identidade entre o tratamento que se dá à sintaxe nas duas obras, quanto ao *texto* e ao *metatexto*.

Em ambas as obras, a ‘oração’ ou ‘proposição’ é definida como enunciação de um ‘atributo’ em um ‘sujeito’ ou a união de um ‘atributo’ com um ‘sujeito’. (il.: o homem é racional; o vício é detestável). Há três ‘partes essenciais’ da ‘proposição’: ‘sujeito’ que é pessoa ou coisa a que se atribui alguma qualidade, ‘atributo’ que é a qualidade que se atribui ao ‘sujeito’, e ‘nexo’ ou ‘cópula’ (termo usado apenas em 1859) que liga o ‘atributo’ com o ‘sujeito’ (il.: Deus é justo). Afirma que os ‘termos essenciais da proposição’ podem ser enunciados ou com três palavras, correspondentes a cada um (il.: eu sou amante), ou com duas (il.: eu amo) ou com uma só equivalente a todos os três (il.: amo). No quadro adiante, a que *classes de palavras* ou *orações* correspondem aos elementos da ‘oração’.

Elementos da oração	Costa Duarte 1829	Costa Duarte 1859
Sujeito	Qualquer ‘nome substantivo apelativo’ com ‘artigo’, ou ‘nome substantivo próprio’; uma ‘proposição’, ou qualquer parte elementar do discurso substantivada por meio do ‘artigo’ (il.: O ser pobre não é deshonra)	
Atributo	Um ‘adjectivo’, ou cousa que o valha (il.: Pedro é homem).	
Nexo (1829, 1859) ou Cópula (1859)	É sempre o ‘verbo substantivo’ ou só, (il.: Eu sou amante); ou incorporado com o ‘atributo’ no ‘verbo adjectivo’ (il.: como: Eu amo).	É sempre um ‘verbo’, ou só, (il.: Eu sou amante); ou incorporado com o ‘atributo’ no ‘verbo adjectivo’ (il.: como: Eu amo).

Quadro 31. Elementos da oração em Costa Duarte (1829, 1859)

Chama atenção a pequena diferença entre as duas gramáticas no que diz respeito ao ‘nexo’ ou a ‘cópula’. Em 1829, era evidentemente o ‘verbo substantivo’, em 1859, é um ‘verbo’; as *ilustrações* com o verbo “ser” mantêm-se em 1859 as mesmas, porém.

Na seção em que trata de ‘regência regular’ Costa Duarte trata dos ‘complementos’ que são outros elementos que podem fazer parte da ‘oração’ ou ‘proposição’. ‘Complementos’, definidos igualmente nas duas gramáticas, são palavras que estão completando a significação de outras (il.: abundante de frutos). No quadro adiante, apresentamos as quatro *espécies* de ‘complemento’ apresentadas pelas duas gramáticas.

<i>Espécies de Complemento (termos)</i>	Costa Duarte 1829 e 1859
Objetivo	Toda palavra ou oração, sobre que o ‘verbo ativo’ emprega a ‘acção’ que significa (il.: Amo a virtude, Desejo instruir-me).
Terminativo	Toda palavra ou oração, pedida por outra palavra de significação relativa, (il.: Ser útil à pátria, Venho de casa, Abundante de frutos). Na Língua Portuguesa as ‘preposições’ são os sinais destes ‘complementos’. Só os casos “me, nos, te, vos, se” não levam ‘preposição’
Restritivo	Toda palavra ou oração com a ‘preposição’ “de” posta imediatamente depois de um ‘apelativo’ de significação vaga e absoluta (il.: Livro de Pedro).
Circunstancial	Qualquer palavra ou oração, regida de ‘preposição’, que se ajunta a algum ‘verbo’ ou ‘adjetivo’, cuja significação não demanda complemento algum, (il.: Pedro morreo em Agosto, por falta de tractamento, e á pura necessidade, com grande mágoa de seus amigos). Os ‘complementos circunstanciais’ indicam várias circunstâncias, como o ‘Modo’, ‘Tempo’, ‘Lugar’, ‘Preço’, ‘Causa’, ‘Companhia’, o que facilmente se conhece pela significação dos ‘antecedentes’ e ‘consequentes’ das ‘preposições’ (il.: Moro com Antonio, Estuda com cuidado).

Quadro 32. *Espécies* de ‘complementos’ (Costa Duarte 1829, 1859)

Ademais, Costa Duarte define o ‘vocativo’, dizendo que é destinado para chamar e excitar a atenção da pessoa com quem se fala (il.: Ó Melibeu ouve-me). Explica também que a ‘regência irregular por elipse’ se dá quanto falta alguma palavra ou algumas palavras necessárias para a integridade gramatical da proposição – a qual, além dos três termos essenciais (‘sujeito’, ‘atributo’, ‘nexo’), deve conter também os complementos necessários – sem que isso afete sua compreensão.

Finalmente, observamos as *espécies* de ‘proposição’ apresentadas por Costa Duarte. Primeiramente, ele distingue duas *espécies* em 1829, ‘simples’, ‘composta’, e três em 1859, além das outras duas, ‘proposições complexas’. No quadro adiante, cada uma delas é definida:

<i>Espécies de 'proposição'</i>	Costa Duarte 1829	Costa Duarte 1859
Simples	Tem só um 'sujeito' e um 'atributo' (il.: <i>Pedro é sabio</i>).	
Composta	Tem mais de um 'sujeito', ou mais de um 'atributo', ou muitos 'sujeitos' e 'atributos' ao mesmo tempo (il.: <i>A virtude, e a sabedoria são estimaveis, e difficeis de se encontrar.</i>) A 'Proposição Composta' inclui tantas 'Proposições Simples', quantos são os 'sujeitos', e 'atributos' que nela estão.	
Complexa	-	Aquela cujo 'sujeito' ou 'atributo' ou ambos os 'termos' são modificados por alguma 'proposição parcial', ou por ideias a ela equivalentes (il.: O homem sábio, ou que é sabio, aborrece os vícios).

Quadro 33. *Espécies de 'proposição' em Costa Duarte (1829, 1859)*

Nas relações entre si, quando ajuntam-se diversas proposições, como em um 'período', as quais podem ser 'principal', 'total subordinada' ou 'parcial'. 'Principal' é aquela que pode figurar sozinha no discurso porque faz um sentido completo e independente, sendo todas as outras 'proposições' dependentes dela – seu 'verbo' está sempre no 'modo indicativo'. A 'proposição total subordinada' não faz parte de outra, diferentemente da 'oração parcial', mas tem sentido suspenso e dependente da 'proposição principal' – seu 'verbo' pode estar 'modo subjuntivo' ou no 'modo indicativo', quando com alguma 'conjunção' 'suspensiva de sentido' (il.: *As delicias podem ter algum sabor, mas não podem ter utilidade alguma*). Ambas essas 'proposições' podem ser 'modificadas' por outras palavras, que as expliquem, limitem ou completem. Daí surgem as 'proposições parciais', que são as que fazem parte de alguma palavra ou de outra proposição e têm ordinariamente em seu princípio algum dos 'demonstrativos conjuntivos' (ex.: que, quem, cujo), ademais, seus verbos devem estar no 'infinitivo', 'indicativo' ou 'subjuntivo' conforme demandar a significação do 'verbo determinante'. Há três *espécies* de 'proposições parciais', as 'explicativas', 'restritivas' ou 'integrantes'. No quadro adiante, definimos cada uma delas.

<i>Espécies de 'proposições parciais' (termos)</i>	<i>Conceitos</i>
Explicativas	'Proposição' que desenvolve alguma qualidade, incluída já na significação de alguma palavra de outra proposição (il.: Deus, <u>que é justo</u> , premeia a virtude)
Restritivas	'Proposição' que limita alguma palavra de outra 'proposição', acrescentando-lhe alguma ideia, não incluída a significação dela (il.: O homem <u>que é sabio</u> aborrece os vícios).
Integrantes	'Proposição' que inteira e completa a significação 'transitiva' do 'verbo adjetivo', isto é, do 'atributo' nele incluído (il.: Desejo <u>ser virtuoso</u> ; Dizem <u>que Francisco é sabio</u> ; Espero <u>que venhas hoje</u>) As significações dos verbos

	“desejo”, “dizem”, “espero” ficariam incompletas e suspensas sem as ‘proposições integrantes’.
--	--

Quadro 34. *Espécies de 'proposições parciais' em Costa Duarte (1829, 1859)*

Embora o autor não explicita isso (como faz, por exemplo, Bithencourt 1862), há paralelismos entre os *conceitos* de duas *espécies* (das três) de ‘adjetivo’ e duas *espécies* (das três) de ‘orações parciais’, os quais usam *termos* iguais: ‘explicativos’ e ‘restritivos’.

Finalmente, ‘período’ é definido como reunião de muitas ‘proposições totais’ ligadas entre si e terá tantas ‘proposições’ quantos forem seus ‘verbos’. Se houver uma única ‘proposição total’ e várias ‘parciais’, não há ‘período’.

4.3.6 Rede conceitual

Como vimos, as gramáticas de Costa Duarte são predominantemente similares entre si. No tratamento do ‘verbo’, porém, o gramático apresenta em 1859 uma série de mudanças, em *texto* e sobretudo em *metatexto*. Ademais, há *conflitos* entre *conceitos* apresentados em *texto* e em *metatexto* na obra de 1859. Mas antes de entrar nesse tema, observaremos a *rede conceitual* formada na edição de 1829 para depois compará-la com a *rede conceitual* formada na edição de 1859.

Em 1829, há clara *rede conceitual* em torno do ‘verbo substantivo’ que está em relação de *identidade* e *equivalência* com o *conceito* de ‘verbo’, porque, por um lado, as *ilustrações* de ‘verbo’ são todas com o ‘verbo’ “ser”, e, por outro, o ‘verbo substantivo’ tem o que é essencial ao verbo, isto é, sua ‘enunciação da existência’; além disso, como vimos, o ‘verbo substantivo’ é considerado uma *classe de palavra*, que promove uma ‘relação de identidade’. Entretanto, se levarmos em conta as outras duas principais *espécies* de ‘verbo’, o ‘verbo substantivo’ pode também ser considerado uma *espécie* de ‘verbo’ travando com ele uma *relação de subordinação*. Essas outras *espécies* de ‘verbo’ têm íntima relação com o ‘verbo substantivo’: os ‘verbos auxiliares’ servem para que este chegue a tempos a que não chegaria sozinho, os ‘verbos adjetivos’ contêm o ‘verbo substantivo’ dentro de si, já que são uma redução ou concentração deste com o ‘atributo’; nosso *conceito-chave*, portanto, trava uma *relação de subordinação* com o ‘verbo adjetivo’. Há ainda *espécies* de ‘verbo adjetivo’, como ‘intransitivo’, ‘transitivo’ (e as espécies deste último), as quais em 1829, diferentemente do que veríamos em 1859, não distinguem em sua definição o ‘verbo substantivo’ e o ‘atributo’ que estão concentrados

em si. Dessa forma, a relação entre o ‘verbo substantivo’ e essas outras *espécies* de verbo é menos clara em 1829.

Costa Duarte define a ‘proposição’ como sendo a união de ‘sujeito’ com um ‘atributo’ por meio do ‘nexo’ (em 1859 fala também ‘cópula’), este último é, em 1829, o ‘verbo substantivo’ e quando está incorporado ao ‘atributo’ torna-se ‘verbo adjetivo’. Além dos três *elementos* essenciais, a ‘proposição’ pode ainda ser composta por outros quatro ‘complementos’, ‘objetivo’, ‘terminativo’, ‘restritivo’ e ‘circunstancial’, os quais acrescentam, obrigatoriamente ou não, informações aos elementos essenciais da ‘proposição’, como faz o ‘complemento objetivo’ ao ser ‘palavra’ ou ‘oração’ sobre que o ‘verbo ativo’ emprega ação.

Costa Duarte distingue as espécies de ‘proposição’ por dois critérios. O primeiro é pela sua composição, que, em 1829, teria as espécies ‘simples’ e ‘composta’ (quando tem mais de um ‘sujeito’ ou mais de um ‘atributo’) em cuja definição mantém a estrutura tripartite de ‘proposição’, sendo o ‘verbo substantivo’ *subordinado* também a essas *espécies* de ‘proposição’. O segundo critério consiste em distinguir *espécies* de ‘proposição’ de acordo com as relações que travam entre si, não há referência ao ‘verbo substantivo’ nas proposições ‘principais’ e ‘subordinadas totais’; há, entretanto, uma relação de paralelismo entre duas das *espécies* de ‘proposição parcial’ e espécies de ‘adjetivo’ ‘explicativo’ e ‘restritivo’. Tal paralelismo, porém, não é comentado pelo gramático, que também não alude a uma possível elipse do ‘demonstrativo conjuntivo’ e do ‘verbo’ “ser” que poderia tornar a ‘proposição parcial’ um ‘adjetivo’. Ainda assim, podemos hipotetizar que existe uma *relação* justificada por base teórica comum entre essas *espécies* de ‘adjetivo’, as ‘proposições parciais’ e o ‘verbo substantivo’, na medida em que são todos *conceitos* provenientes de uma visão lógica da linguagem.

O ‘verbo substantivo’ tem, certamente, *base teórica comum* em relação aos *conceitos* de ‘linguagem’ e de ‘gramática’, pois estes consideram que ainda que as línguas variem entre si, existe uma base comum entre elas, a qual apresenta diferentes tipos de ‘relações’ e de ‘ideias’, os quais, por sua vez, como vimos, formam as *classes de palavras*. Assim, o ‘verbo substantivo’ que, na língua portuguesa é frequentemente contraído com o ‘atributo’ formando o ‘verbo adjetivo’, é perfeitamente possível e mesmo necessário dentro da formulação de língua proposta pelo autor. Ademais, é notável que o autor insira aspectos do tratamento da sintaxe, como a definição de ‘oração’ e uma breve explanação sobre os ‘complementos’ respectivamente ao introduzir à obra e ao finalizar o tratamento

dos ‘nomes adjetivos’. Isso pode ser sinal do protagonismo da ‘proposição’, cujo eixo é o ‘verbo substantivo’, e do tratamento da ‘sintaxe’ na obra.

Em suma, em 1829, a *rede conceitual* do ‘verbo substantivo’ é formada por *relação de equivalência* e/ou de *subordinação* com o *conceito* de ‘verbo’; relação de *subordinação* com os conceitos de ‘verbo adjetivo’, de ‘proposição’ e há *base teórica comum* entre o conceito de ‘verbo substantivo’, as espécies de ‘adjetivo’ e as ‘proposições parciais’, por ambos serem lógicos, e há *base teórica comum* com o *conceito* de linguagem e de gramática, por considerarem um nível subjacente e imutável da língua, do qual o ‘verbo substantivo’ é parte.

Quanto ao *texto* de 1859, ele é bastante similar ao que vimos em 1829. As mudanças principais estão no conceito de ‘verbo’ que deixa de promover a ‘coexistência’ entre ‘sujeito’ e ‘atributo’ para ser apenas ‘cópula’ entre ‘sujeito’ e ‘atributo’. A essência do verbo torna-se ‘animar’ os termos da ‘proposição’. Ademais, uma das *ilustrações* apresentadas tem o ‘verbo’ “aplicar-se”, as outras apresentam “ser”. O ‘verbo substantivo’ parece também ter uma relação mista de *equivalência* e *subordinação* com esse conceito de ‘verbo’; da mesma forma que mantém próximas relações com as outras duas *espécies* de ‘verbo’: ‘auxiliar’ e ‘adjetivo’. É notável que nessa edição Costa Duarte distinga o ‘atributo’ como responsável pela transitividade ou semântica na maior parte das *espécies* de ‘verbo’ (as exceções são apenas ‘verbo relativo’ e ‘verbo médio reflexo’). No tratamento da ‘proposição’, o autor coloca como ‘nexo’ ou ‘cópula’ o ‘verbo’ – não fazendo mais referência ao ‘verbo substantivo’ como havia em 1829. Além disso, acrescenta a *espécie* ‘proposição complexa’, que é aquela cujos ‘sujeito’ ou ‘atributo’ são modificados por alguma ‘proposição parcial’.

Finalmente, observamos que o *metatexto* de 1859, sobretudo no tratamento do ‘verbo’, promove um *ecletismo vertical*, à medida que os *conceitos* que apresenta são alternativas aos *conceitos* apresentados em *texto*. Defende que o *conceito* de ‘verbo’ seja simplesmente ‘relação de concordância’ entre dois ‘termos’, a qual seria tão singela que poderia ser significada sem a presença do ‘verbo’ (il.: homem frágil); acrescenta que a negação recairia sobre o ‘atributo’, promovendo, assim, o ‘verbo’ sempre ‘relações de concordância’. Neste momento, há apenas acréscimos concordantes com os *conceitos* apresentados em *texto*. Na nota que vem logo após a afirmação de que há dois ‘verbos de existência’ no português, o gramático começa a refutar a assunção de “ser” seja o único ‘verbo’; um de seus argumentos, que ressalta que ele precisa de ‘auxiliares’ para chegar a certos tempos, refuta a *relação de equivalência* entre ‘verbo substantivo’ e ‘verbo’

apresentada em *texto*. Na nota de rodapé conectada à definição de ‘verbo adjetivo’, Costa Duarte, por meio de uma explanação da ordem de origem das *classes de palavras*, refuta novamente que o ‘verbo’ “ser” seja o ‘verbo substantivo’ e, mais, refuta que o ‘verbo adjetivo’ possa ser analisado pela distinção entre “ser” e um ‘atributo verbal’. Sugere ele que os ‘verbos’ sejam unicamente as formas simples “ar, er, ir”, pois essas formas promovem a simples ‘relação de conveniência’ com o ‘sujeito’, e tais formas juntam-se aos ‘atributos’, formando ‘verbos atributivos’. Ademais, em outra nota, anexada a *ilustrações* do ‘verbo adjetivo’ (il.: hei de amar = hei de ser amante), afirma que essa são apenas ‘traduções’ e ‘substituições’ e não uma análise do ‘verbo adjetivo’.

Assim, ainda que Costa Duarte, em *metatexto*, mantenha a conceito de ‘verbo adjetivo’, que contém um ‘atributo’, o autor parece eliminar o conceito de ‘verbo substantivo’ e substituí-lo pela simples forma do ‘verbo’ cujos *exemplos* são “ar, er, ir”. Tal concepção de ‘verbo’ entraria em conflito com *conceitos* assumidos em *texto*, por conta de sua *intensão* como também de sua *extensão*, em que apresenta com frequência o ‘verbo ser’ em seus *exemplos* e *ilustrações* (ainda que o gramático chame-os então de ‘traduções’), como é o caso de: ‘verbo’, ‘verbo auxiliar’, ‘verbo adjetivo’ e ‘proposição’.

Em suma, Costa Duarte apresenta uma *rede conceitual* do ‘verbo substantivo’ na sua primeira gramática, de 1829, em que nosso *conceito-chave* é equivalente e/ou *subordinado* ao *conceito* de ‘verbo’, também é *subordinado* aos conceitos de ‘verbo adjetivo’, de ‘proposição’, e há *base teórica comum* com as espécies de ‘adjetivo’, as ‘proposições parciais’ e com o *conceito* de gramática e de linguagem da obra. Em 1859, há uma *rede conceitual* em *texto*, mas a gramática é *eclética verticalmente*, pois são apresentados *conceitos* alternativos em *metatexto*, os quais estão em discordância com a existência do ‘verbo substantivo’ que fora apresentado em *texto*. Consideramos, porém, que a eliminação do ‘verbo substantivo’ se dá em local de menor destaque e destinado à reflexão linguística, o *metatexto*, ao passo que ele se mantém na descrição linguística de destaque da obra, o *texto*.

4.4. *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* (1835, [16]; 1873, [92]), de Antonio Alvares Pereira Coruja,

4.4.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

Coruja (1835, 1873) define igualmente nas duas edições analisadas ‘gramática’ como uma ‘arte’ que ensina a declarar bem os pensamentos por meio de palavras; a qual compreende quatro partes: ‘etimologia’, ‘sintaxe’, ‘prosódia’ e ‘ortografia’ (cf. FD4 e FD8, Apêndice B).

O sumário das duas edições é bastante similar também, salvo pequenos acréscimos na edição posterior. Em ambas, vemos uma parte primeira de ‘etimologia’, em que constam as *classes de palavras*. Em seguida, está a parte segunda de ‘sintaxe’, onde se fala dos elementos da ‘sentença’ e da ‘sintaxe figurada’ na primeira edição (1835); na edição posterior (1873), são acrescentadas seções relativa aos ‘complementos’ e às *espécies* de ‘oração’. A terceira parte trata de ‘prosódia’ e ‘figuras de dicção’. Finalmente, a quarta parte diz respeito à ‘ortografia’ e à ‘pontuação’.

4.4.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

De acordo com Coruja (1835), há nove ‘partes da oração’, que são, na ordem apresentada pelo autor: ‘artigo’, ‘nome’, ‘pronome’, ‘verbo’, ‘particípio’, ‘advérbio’, ‘conjunção’, ‘preposição’, ‘interjeição’. Na primeira edição, os ‘nomes substantivos’ e ‘adjetivo’ fazem parte de uma mesma *classe* e não há *metaclasses*, o que seria modificado na edição posterior de 1873. Nela, encontramos dez ‘partes da oração’, porque o ‘nome’ ou ‘substantivo’ e ‘adjetivo’ tornam-se *classes* separadas. O autor ainda explicita as *metaclasses* de ‘palavras variáveis’ (as seis primeiras a apresentar: ‘artigo’, ‘nome/substantivo’, ‘adjetivo’, ‘pronome’, ‘verbo’, ‘particípio’) e ‘invariáveis’ (as quatro últimas: ‘preposição’, ‘advérbio’, ‘conjunção’, ‘interjeição’), algo que não apresenta na edição de 1835, ainda que as palavras estejam em ordem similar.

Adiante, um quadro sintético comparativo das *metaclasses* e *classes de palavras* apresentadas por Coruja nas duas edições de seu *Compendio*.

Coruja 1835	Coruja 1873	
Classes de palavras	Classes de palavras	Metaclasses
Artigo	Artigo	Variáveis
Nome	Nome / Substantivo	
	Adjetivo	
Pronome	Pronome	
Verbo	Verbo	
Particípio	Particípio	
Preposição	Preposição	Invariáveis
Advérbio	Advérbio	
Conjunção	Conjunção	

Interjeição	Interjeição	
-------------	-------------	--

Quadro 35. *Metaclasses e classes de palavras* em Coruja (1835, 1873)

A propósito, é possível observar em diversas gramáticas (por exemplo, Fortes (1816) e Condurú 1888 cf. 4.2 e 4.11) que a ordem em que as *classes de palavras* estão colocadas poderia ser dividida nesses dois conjuntos: um de ‘variáveis’ (ou ‘declináveis’) e outro de ‘invariáveis’ (ou ‘indeclináveis’), mesmo quando a gramática não menciona essas *metaclasses*, como faz Coruja (1835). Entretanto, quando for esse o caso, não levaremos essa suposição à análise, com ela expomos apenas que havia no período, como veremos em quase todos os gramáticos, essa preocupação em apresentar as *classes de palavras* em uma ordem específica e é compartilhada.

4.4.3 Conceitos modificadores do nome

Coruja 1835 e 1873 apresentam sutis diferenças entre a assunção dos três ou *conceitos* analisados nesta seção, que são ‘artigo’, ‘pronome’ e ‘nome adjetivo’ ou ‘adjetivo’. Em 1835, define o ‘artigo’ como parte da oração que precedendo o nome mostra seu ‘gênero’ e ‘número’, como dá a entender que o nome se toma ‘extensivamente’ (e não ‘compreensivamente’). O único artigo é “o”, que varia em “os, a, as”. Em 1873, sua definição torna-se mais enxuta, ao passo que os *exemplos*, mais abrangentes. ‘Artigo’ é, então, parte da oração que precedendo um nome, nos mostra seu ‘gênero’ e ‘número’. Pode ser ‘definido’ (ex.: o, a, os, as) ou ‘indefinido’ (ex.: um, uma – quando não são ‘numerais’).

O ‘nome’, em 1835, é definido como palavra com que significamos alguma coisa ou sua qualidade (ex.: homem, prudente). Classifica-se em ‘substantivo’, aquele que significa coisa ou pessoa, e ‘adjetivo’, que significa qualidade de coisa ou pessoa. Este último tem nove espécies (‘positivo’, ‘comparativo’, ‘superlativo’, ‘partitivo’, ‘possessivo’, ‘pátrio’, ‘gentílico’, ‘numeral’), das quais enfatizamos três, o ‘partitivo’, que significa parte de uma multidão (ex.: cada, qualquer, algum), o ‘possessivo’, que indica posse (ex.: popular, nacional, imperial), e o ‘numeral’, que se define como mostradora do número, e divide-se em ‘cardinal’, o número simples e absolutamente, e ordinal, que designa por ordem. Em *metatexto* (nota), Coruja diz que alguns gramáticos chamam ‘adjetivos articulares’ não só aos ‘artigos’ “o, a” e aos ‘pronomes’ “ele, aquele, meu, teu, seu, vosso, nosso, que, qual”, mas também aos ‘partitivos’ “todo, algum,

nenhum, cada, qualquer, outro” e ao ‘advérbio’ “onde”. Entretanto, pelo que vemos no *texto*, ele não concorda com essa categorização ou, ao menos, não adere a ela.

Em 1873, Coruja define o conceito de ‘adjetivo’ como palavra que ‘qualifica’ ou ‘determina’ a coisa ou pessoa indicada pelo ‘substantivo’, dividindo-o em ‘qualificativo’, que indica a qualidade do ‘substantivo’, e ‘determinativo’, que ‘determina’ a quantidade do ‘substantivo’ a que se acha ligado na ‘oração’, declarando se sua significação se estende a todos, a alguns ou a quais. O ‘determinativo’ divide-se, ainda, em seis tipos, que são: ‘universais’ (ex.: nenhum, todo); ‘partitivos’ (ex.: alguns, muito); ‘distributivos’ (ex.: outro, cada, qualquer); ‘relativos’/‘conjuntivos’ (ex.: quanto, cujo); ‘numerais’, que se dividem em ‘cardiais’ (ex.: três, cinco, dez) e ‘ordinais’ (ex.: terceiro, quinto, décimo); ‘articulares’ (ex.: o, um), este último ele ressalta pertencer à classe dos ‘adjetivos’. Entretanto, vemos que os *exemplos* dessa última *espécie* são os mesmos da *classe de palavras* ‘artigo’.

Finalmente, no que diz respeito ao ‘pronome’, em 1835, Coruja o define como ‘voz’ que traz à memória ‘nome antecedente’ ou com ele tem relação (ex.: eu, tu, ele, aquele). Essa *classe* divide-se em sete *espécies*. ‘Relativo’, que traz à memória ‘nome antecedente’, ou com ele tem relação (ex.: aquele, o qual) – essa que é a mesma definição dada ao ‘pronome’. Em *metatexto*, diz que “cujo” é o mesmo que “do qual”, por isso, é ‘relativo’ e ‘possessivo’, pois relata um ‘nome antecedente’ e concorda com um subsequente. ‘Interrogativo’, o ‘pronome’ que serve para perguntar (ex.: quem, que, qual). ‘Possessivo’, que denota posse (ex.: meu, teu, nosso). ‘Primitivo’, que designa a pessoa de quem se fala e que não se deriva de outro (ex.: eu, tu, ele). ‘Derivado’, que se deriva do primeiro (ex.: teu, seu). ‘Demonstrativo’, que demonstra a pessoa ou coisa de se trata (ex.: isso, isto, aquilo). Finalmente, ‘reflexivo’, o ‘pronome’ “se” quando a ação do ‘verbo’ se emprega no mesmo sujeito de quem fala (il.: João riu-se), chama-se ‘recíproco’ quando os ‘sujeitos’ exercitando a ação do ‘verbo’ uns sobre os outros recebem deles ação igual (il.: Paulo e Maria amam-se).

Em 1873, o gramático define o ‘pronome’ como palavra que traz à memória pessoa e lugar a que se refere e que se põe na ‘oração’ no lugar do ‘nome’. Divide-se em cinco *espécies*. ‘Pessoal’, que indica pessoa (ex.: eu, tu, ele). ‘Relativo’, que se refere a ‘nome antecedente’ (ex.: quem, que, qual). Em *metatexto*, nota de rodapé, afirma os ‘relativos’ também podem se chamar ‘interrogativos’, ainda que emende que perguntas podem ser feitas com muitas outras palavras. ‘Demonstrativos’, que limita a significação do ‘substantivo’ por circunstância de lugar, seja no discurso, seja fora de nós (ex.: este,

esse, aquele). ‘Possessivo’, que indica posse (ex.: meu, teu, vosso, nosso, seu). ‘Reflexivo’, que se une ao ‘verbo’ com referência ao ‘sujeito’ da ‘oração’ (ex.: se; il.: Domingos deita-se). Em *metatexto*, sobre o ‘reflexivo’, acrescenta que outros ‘pronomes pessoais’ são usados como ‘reflexivos’ (ex.: me, te, nos, vos) e que o ‘pronome’ “se” chama-se ‘recíproco’ quando se une ao ‘verbo’ com referência ‘recíproca’ a dois indivíduos que lhe servem de ‘sujeito’. Observa ainda que alguns desses ‘pronomes fazem’ as vezes de ‘adjetivo determinativo’ quando vêm com ‘substantivo claro’. Lembra também que os *exemplos* “o, a, os, as”, quando vêm unidos a ‘verbos’ são considerados como variações de “ele”, da mesma sorte é o “o” tomado invariavelmente.

Em 1835, as *definições* dos *modificadores* do nome de Coruja se aproximam das de Fortes (1816, cf. 4.2). Já em 1873, as *definições* e a própria *taxonomia* dos *conceitos* apresentam um conteúdo mais lógico, como quando Coruja apresenta as noções de ‘compreensão’ e ‘determinação’.

4.4.4 Conceito de verbo

O *conceito* de ‘verbo’ em 1835 é simplesmente o de ‘voz’ com que na ‘oração’ significamos ‘ação’. Em 1873, o autor acrescenta outros aspectos à definição, o ‘verbo’ é palavra com que na ‘oração’ significamos a ação ‘afirmando’ uma coisa de outra. Nesta edição, há uma nota de rodapé (*metatexto*) em que diz que o único e principal ‘verbo’ essencialmente falando é o ‘verbo’ “ser” que é, por excelência, chamado ‘substantivo’, ele exprime a existência de uma qualidade ou ‘atributo’ no ‘sujeito’ da ‘oração’. Todos os outros ‘verbos’ chamam-se ‘adjetivos’ e são uma redução ou abreviação da ‘linguagem substantiva’, e ‘afirmam’, a partir do ‘atributo’ ou ‘predicado’, ação (‘verbos ativos’) e estados (‘verbos neutros’) do ‘sujeito’ da ‘oração’ (il.: eu amo = eu sou amante; eu vivo = eu sou vivente). Coruja finaliza a nota dizendo que tais explicações não são próprias de um ‘compêndio’ e, por isso, figuram apenas em nota. Na edição de 1835, não há menção ao ‘verbo substantivo’.

As três principais *espécies* de ‘verbo’ apresentadas nas duas edições são as mesmas, com sutis diferenças em aspectos dos *conceitos*. Apresentamos no quadro adiante os *conceitos* de cada edição:

<i>Espécies</i> de verbo (termos)	Coruja 1835	Coruja 1873
	Conceito em texto e metatexto	Conceito em texto e metatexto

Verbo ativo	<p>T: Tem uma significação ‘transitiva’, emprega-se em ‘sujeito’ diverso de sua significação (ex.: amar, louvar, defender)</p> <p>MT: Quando a ação do verbo recai sobre o mesmo sujeito que a pratica chamam alguns ‘verbo reflexivo’ (il.: eu me compadeço; tu te queixas). Chamam também ‘recíproco’ quando os sujeitos fazendo recair a ação do verbo sobre sujeitos diversos recebem deles a mesma ação reciprocamente (ex.: alegram-se; defendem-se).</p>	<p>T: Tem significação ‘transitiva’ que se emprega em ‘sujeito’ diverso (ex.: amar, louvar, defender).</p> <p>MT: Quando a ação do ‘verbo’ recai sobre o mesmo ‘sujeito’ que a pratica chamam alguns ‘verbo reflexivo’ (il.: eu me compadeço; tu te queixas). Chamam também ‘recíproco’ quando os sujeitos fazendo recair a ação do verbo sobre sujeitos diversos recebem deles a mesma ação reciprocamente (ex.: alegram-se; defendem-se). Contudo, nem por isso perde a força de ‘ativo’.</p>
Verbo neutro (1873: intransitivo)	<p>T: Tem significação ‘permanente’, que se emprega em si mesmo ou ‘sujeito’ de mesma significação (ex.: voar, ir, vir, morrer)</p>	<p>T: Chama-se também ‘intransitivo’. Tem significação ‘intransitiva’ que se emprega em si mesmo ou em sujeito de mesma significação (ex.: voar, ir, vir, morrer).</p> <p>MT: Quando o ‘verbo neutro’ tem por ‘paciente’ palavras de sua mesma significação, é considerado virtualmente como ‘ativo’ (il.: vives vida feliz)</p>
Verbo passivo	<p>T: Aquele cuja ação é sofrida pelo mesmo ‘sujeito’ do ‘verbo’ (ex.: ser ferido, ser louvado)</p> <p>MT: No nosso idioma, não temos ‘verbos passivo simples’. Todos são ‘compostos’ ou ‘auxiliados’ do ‘verbo’ “ser” ou da ‘partícula’ “se” (il.: João é amado; fia-se lã).</p>	<p>T: Aquele cuja ação é sofrida pelo mesmo ‘sujeito’ do ‘verbo’ (ex.: ser ferido, ser louvado).</p> <p>MT: Em nosso idioma não temos ‘verbo passivo simples’ (como no latim), todos são ‘compostos’ ou ‘auxiliados’ do verbo “ser” ou da ‘partícula’ “se” (il.: João é amado; fia-se lã).</p>

Quadro 36. Espécies de 'verbo' em (Coruja 1835, 1873)

Em ambas as edições, Coruja optou por utilizar *terminologia* ligada ao *conceito* de ação (‘verbo ativo’, ‘verbo neutro’, ‘verbo passivo’); e, como vimos, em ambas o ‘verbo’ é definido como palavra com que significamos ação. No entanto, nas definições, o autor apresenta o conceito de ‘transitividade’ para o ‘verbo ativo’ e de ‘intransitividade’ para o ‘verbo neutro’, apenas na edição de 1873 – em 1835, falava que este verbo tinha ‘significação permanente’. É notável use o termo ‘ativo’ para a *espécie* do ‘verbo’, entretanto, sem apresentar a noção de ‘ação’ em sua *definição* – ela aparece aoenas ai tratar do ‘verbo passivo’. Ademais, embora apresente o ‘verbo passivo’ em ambas as edições em *texto*, observa em *metatexto* (nota de rodapé) que a língua portuguesa não tem a forma ‘passiva simples’ (tal como há no latim, lembra Coruja apenas em 1873), assim, todos os ‘verbos passivo’ são apresentados pelo verbo “ser” ou pela ‘partícula’ “se”.

Em *metatexto* (nota relativa a ‘verbos irregulares’) em 1835, Coruja diz que os ‘verbos impessoais’ só têm as ‘terceiras pessoas’ (ex.: anoitece, apraz). A única diferença em relação à edição de 1875 é que nela o autor acrescenta que os verbos ‘impessoais’ melhor se chamariam ‘unipessoais’.

4.4.5 Conceito de oração e seus elementos

O conceito de ‘oração’ das duas edições é quase o mesmo, difere apenas porque na edição de 1873, acrescenta-se que a ‘oração’ consta também de ‘predicado’, elemento que não estava na edição de 1835. Assim, a ‘oração’ é união ou agregado de palavras com que afirmamos alguma coisa. Consta de ‘sujeito’, ‘verbo’, ‘paciente’ (ou ‘predicado’ em 1873) e ‘circunstâncias’ quando as há. Entretanto, ainda que não cite o ‘predicado’ na definição de ‘oração’ em 1835, Coruja o define posteriormente, junto com os outros elementos da ‘oração’. No quadro adiante comparamos os *conceitos* de cada um deles.

Elementos da ‘oração’ (termos)	Coruja 1835	Coruja 1873
	<i>Conceito em texto e metatexto</i>	<i>Conceito em texto e metatexto</i>
Sujeito (1835: agente)	T: Aquele que exercita a ação do ‘verbo’. (il.: Os meninos estudam; vós aprendeis) MT: Chama-se também ‘agente’.	T: Aquele que exercita a significação do ‘verbo’ (vós aprendeis; os meninos estudam). MT: O ‘sujeito’ da ‘oração’ nem sempre é o ‘agente’ do ‘verbo’, como se vê nas ‘orações’ de ‘verbo passivo’. Nestas, o ‘sujeito’ sofre a ação do ‘verbo’.
Verbo	-	-
Predicado (1873: atributo)	T: Aquilo que se afirma ou se nega do ‘sujeito’. (il.: João é bom; os estudos são necessários)	T: Pode se chamar ‘atributo’. Aquilo que se afirma ou se nega do ‘sujeito’. (il.: João é bom; os estudos são necessários)
Paciente / Predicado regido (1873: complemento objetivo / regimen direto)	T: Aquele que sofre a ação do ‘verbo’. (il.: Vós aprendeis gramáticas; o mestre instrui o discípulo)	T: A que também chamamos ‘complemento objetivo’ ou ‘regimen direto’. Aquele que sofre a ação do ‘verbo’. (il.: vós aprendeis gramática; o mestre instrui os discípulos)
Circunstâncias	T: São de lugar, fim, causa, modo, companhia, qualidade, instrumento, posse, tempo, termo de ação, aquisição, matéria, distância, preço, princípio, ‘objeto’ a que se dá oposição (muitos exemplos). Sobre as preposições que devem reger as ‘circunstâncias’ de uma ‘oração’ não se pode estabelecer regra certa. As ‘circunstâncias’ podem ser regidas daquelas preposições que parecem mais convenientes à ‘oração’. (il.: passam os soldados <u>pela rua</u> ; as horas são próprias <u>para a lição</u> ; a lição estuda-se <u>com atenção</u>)	-

Quadro 37. Elementos da ‘oração’ em Coruja (1835, 1873)

Coruja não define ‘verbo’ nesse momento, observamos, porém, que de 1835 a 1873, ele modificou principalmente a *definição* deste e, conseqüentemente, do ‘sujeito’ da ‘oração’. Este, que em 1835 também poderia se chamar ‘agente’, deixa de exercer a ação do ‘verbo’, então, para exercer simplesmente sua significação, em *metatexto* de 1873, a razão da mudança fica clara: o gramático diz que o ‘sujeito’ nem sempre é ‘agente’, pois no caso de ‘verbos passivos’ pode sofrer a ação do ‘verbo’. Ademais, ele acrescenta o *termo* ‘atributo’ ao ‘predicado’ e os *termos* ‘complemento objetivo’ e ‘regimen direto’ ao ‘paciente’, que é, em ambas as edições, aquele que sofre a ação do ‘verbo’. Finalmente, não apresenta definição, nem exemplos ou ilustrações para as ‘circunstâncias’, essas seriam contempladas quando falasse dos ‘complementos’ ‘restritivo’ e, sobretudo, ‘circunstancial’, os quais não constavam na edição de 1835.

Em 1873, o ‘complemento’ é definido como, gramaticalmente falando, a palavra ou as palavras que servem para completar o sentido de outra palavra, ‘determinando-o’ ou ‘explicando-o’. Há quatro *espécies* de ‘complemento’, cuja definição e ilustrações de uso expomos no quadro adiante:

Apenas Coruja 1873	
<i>Espécies de ‘complemento’ (termos)</i>	<i>Conceito em texto</i>
Compl. Objetivo	Palavra sobre a qual cai a ação do ‘verbo ativo’, ‘paciente’. Chama-se também ‘regimen direto’, para se distinguir do ‘indireto’ (il.: tenho sede; amo a deus; feriste-me).
Compl. Terminativo	É a palavra que vai terminar a ‘significação relativa’ do ‘verbo’ ou ‘adjetivo’ a que vem unido na ‘oração’ (il.: dei meus livros a Pedro; Francisco tem sido útil à sua mãe; Horas próprias para a lição; Saudades da pátria; Contente com a sua sorte).
Compl. Restritivo	Palavra que restringe a ‘significação vaga’ do ‘substantivo’ a que vem unido (il.: filho de deus; homem de honra) quando esse ‘complemento’ se faz por ‘pronome possessivo’ (il.: meu filho; vosso livro), ou por ‘adjetivos qualificativo’ (il.: homem probó; senhora distinta).
Compl. Circunstancial	Todo aquele que não é essencialmente necessário à integridade gramatical da oração. Tais são as circunstâncias que indicam relações de lugar, coisa, modo, companhia, instrumento, tempo, matéria il.: paixão os soldados <u>pela rua</u> ; a lição estuda-se <u>com atenção</u> –)

Quadro 38. *Espécies de ‘complementos’ em Coruja (1873)*

O ‘complemento objetivo’ e o ‘circunstancial’ são os únicos a aparecerem como elementos da ‘oração’. Entretanto, nota-se que o ‘complemento terminativo’, que parece corresponder ao ‘regimen indireto’ (citado na definição de ‘complemento direto’), não é mencionado senão na seção relativa aos ‘complementos’, ainda que seja, por vezes, parte essencial da ‘oração’, como no caso da ilustração dada pelo próprio autor “dei meus livros

a Pedro”. Não havendo essa seção na edição de 1835, esse suposto (por nós) elemento da ‘oração’ não é mencionado na obra.

As *espécies* de ‘oração’ também não são apresentadas na edição de 1835. Na edição de 1873, há dois critérios para os conjuntos de *espécies* de ‘oração’, o primeiro é as partes de que elas se compõem. Dentro desse critério, há as *espécies* ‘simples’ e ‘composta’, que exprimem respectivamente ‘juízo simples’ e ‘juízo composto’, que correspondem a ter apenas um ‘sujeito’ ou ‘atributo’ ou mais de um; entretanto, Coruja não definiu a ‘oração’ como ‘juízo’ anteriormente, mas apenas como união ou agregado de palavras ou ‘afirmação’. Ainda sob esse critério, a ‘oração’ pode ser ‘perfeita’ por ter claras todas suas partes necessárias, ou ‘imperfeita’. O gramático, porém, ressalta que ‘orações’ com ‘verbo intransitivo’ são perfeitas, mesmo sem ‘paciente’, e ‘orações’ com ‘verbo impessoal’ também o são, ainda que não tenham nem ‘sujeito’ nem ‘paciente’.

O outro conjunto de *espécies* de ‘oração’ tem como base a relação entre elas. Há quatro *espécies* de ‘oração’, a ‘principal’ que é absoluta e independente, a ‘incidente’, que restringe ou explica o substantivo de outra ‘oração’, a ‘subordinada’ que tem sentido suspenso e por isso depende de uma oração ‘principal’, e a ‘integrante’ que integra outra ‘oração’ como ‘sujeito’, ‘predicado’, ‘paciente’ ou ‘complemento’.

4.4.6 Rede conceitual

Como vimos, os conceitos de ‘verbo substantivo’ e de ‘verbo adjetivo’ só são apresentados na edição de 1873 do *Compêndio* de Coruja e aparecem em *metatexto* (nota de rodapé). O gramático justifica não ter adotado o *conceito* em *texto* por seu manual se tratar de um ‘compêndio’. Supomos, portanto, que Coruja considera ‘compêndio’ um texto elementar, do qual não faria parte a descrição da ‘linguagem substantiva’ e, conseqüentemente, os *conceitos* de ‘verbo substantivo’ e ‘verbo adjetivo’. Assim, o ‘verbo substantivo’ não se apresenta na *descrição linguística* da obra, mas fica restrito à *reflexão linguística* que não condiz com a obra.

Se consideramos que discussões sobre ‘linguagem substantiva’ estariam conectadas à assunção de um nível subjacente da linguagem (cf. item 1.4), podemos interpretar que, quando Coruja define a ‘gramática’, em ambas as edições analisadas, como um manual que ensina a declarar bem os pensamentos por meio de palavras, ele está, em verdade, mais preocupado com a boa ‘declaração’ do que com o ‘pensamento’.

Em outras palavras, notamos que sua gramática é frequentemente baseada em dados linguísticos do nível manifesto, há bem poucos sinais de consideração de uma linguagem subjacente nas técnicas descritivas propostas pelo autor. Há entretanto, alguns *conceitos* que se aproximam da lógica, como de ‘oração’, que apresenta a estrutura tripartite, de ‘sujeito’, ‘verbo’ e ‘atributo’, mas acrescenta-se ela o ‘paciente’ e o papel do ‘verbo’ não é explicitado como a reunião entre ‘sujeito’ e ‘atributo’ (que, como vimos, era a definição de ‘verbo substantivo’ dada em *metatexto*).

Quanto às diferenças entre as edições, notamos, primeiramente, que o *conceito* de ‘verbo’ é modificado. Em 1835, ele significa ação, já em 1873, continua definido como palavra com que se exprime ação, mas é acrescido do detalhe: “afirmando uma coisa de outra”. Como vimos, essa é a mesma definição que é dada para ‘verbo adjetivo’, que afirma, por meio do ‘atributo’, ‘ação’ ou ‘estado’, o que poderia gerar os ‘verbos ativos’ e ‘neutros’. Não há, porém, qualquer referência à noção de ‘afirmação’ na *definição* dada para essas *espécies* de ‘verbo’, nem na edição de 1835, nem na de 1873.

Notamos diferenças na distribuição das *classes de palavra* nas duas edições. Vemos que em 1835 há nove *classes* enquanto que em 1873, há dez, isso porque na edição mais antiga a classe denominada ‘nome’ contém o ‘substantivo’ e o ‘adjetivo’, que são *classes* diferentes em 1873. Em 1835, o ‘nome adjetivo’ é definido como aquele que significa qualidade de pessoa ou coisa; já em 1873, ele pode qualificar ou determinar e, por isso, há duas *espécies* de ‘adjetivo’, o ‘qualificativo’ e o ‘determinativo’. O segundo contém uma *espécie* chamada ‘articular’, a qual tem como *exemplos* os mesmos dados linguísticos dados para ‘artigo’, o que não era incomum no período. É notável a mudança de papel do ‘adjetivo’, que de *espécie* de uma *classe* torna-se não apenas *classe*, e passa a ser definido, indiretamente, pelas noções lógicas de *intensão* e *extensão*, o que o leva conter dados de outra *classe*, a do ‘artigo’.

Ademais, é somente na edição de 1873 que são apresentados os quatro diferentes ‘complementos’, os quais são definidos como responsáveis por completar o sentido de uma palavra. Finalmente, é também apenas na edição de 1873 que Coruja apresenta diferentes *espécies* de ‘oração’. Chama atenção também a presença de ‘orações incidentes’ que podem ser ‘restritivas’ ou ‘explicativas’, como o eram em geral na tradição da *grammaire générale* (cf. item 1.4.2); não há, porém, *espécies* paralelas de ‘adjetivo qualificativo’ na obra.

Finalmente, quanto à edição de 1835, temos uma gramática que não apresenta os conceitos de ‘verbo substantivo’ e ‘verbo adjetivo’ (nem em *metatexto*) e que, de fato, em

relação à edição de 1873, tem poucos traços que poderiam ser observados como *rede conceitual* de nosso *conceito-chave* – as únicas exceções, dentro do que analisamos, estão no *conceito* de ‘gramática’ como uma ‘arte’ que ensina a declarar bem os pensamentos por meio de palavras (no qual ressaltamos a ideia de língua como expressão dos pensamentos) em que haveria *base teórica comum*, e no *conceito* de ‘oração’ que pode conter um ‘sujeito’, ‘verbo’ e ‘atributo’, em que haveria relação de *subordinação* do ‘verbo substantivo’ em relação à ‘oração’. Os acréscimos à edição de 1873 tornam o *conceito* de ‘verbo’ parece mais próximo do *conceito* de ‘verbo adjetivo’, por “afirmar uma coisa de outra”. Também são inseridos critérios lógicos que não estavam presentes na edição anterior, para a distinção de *espécies* de ‘adjetivo’ e de ‘orações incidentes’, o que poderia configurar como relação de *base teórica comum* com o ‘verbo substantivo’. Entretanto, ainda que haja essas *relações*, deve-se considerar o distanciamento promovido entre o ‘verbo substantivo’ e esses outros *conceitos* por ele ser apresentado somente em *metatexto*, não fazendo parte da descrição linguística da obra. Portanto, consideramos o *Compendio* de 1873 *eclético verticalmente*, à medida que ela procura inserir elementos em *metatexto* que coadunam apenas parcialmente com aqueles apresentados em *texto*.

4.5. *Epitome da grammatica philosophica da lingua portugueza* (1862, [50]), de Raymundo Camara Bithencourt

4.5.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

Bithencourt define ‘gramática’ como a ‘arte’ que ensina a falar e escrever com acerto a própria língua, entretanto, diz ele, isso não basta. É preciso saber ou conhecer a razão por que se fala ou se escreve com acerto, por isso, é preciso conhecer a relação da linguagem com os preceitos da lógica. Dessa tarefa incumbe-se a ‘gramática filosófica’. Em *metatexto* (nota de rodapé), ele acrescenta a distinção entre ‘gramática geral’ e ‘gramática filosófica’:

Parece-nos indispensavel essa divisão das duas grammaticas, da qual aliás não tratou ainda grammatico algum, nem mesmo o erudito Jeronymo Soares Barbosa, certamente o mais conspicuo philologo da lingua portugueza. Parece-nos tambem que já estamos ouvindo criticar-nos pela differença que assignalamos, objetando-se-nos que, se a grammatica em geral é uma arte, dará ela os preceitos para bem se falar e escrever. É verdade, mas quando discriminamos a grammatica geral da philosophica, atendemos a que a primeira é estudada por meninos que, por assim dizer, acabam de aprender a soletrar, e, portanto, embora vejão escriptos os preceitos, todavia não os podem comprehender; entretanto que o estudo da grammatica philosophica presuppõe anteriores conhecimentos da parte daquellas pessoas que o começam e entre taes conhecimentos, o do latim e philosophia racional e moral. A differença, pois, que estabelecemos

entre *grammatica* geral e *grammatica philosophica*, é muito procedente. Aliás, para que o estudo da segunda, tendo sido feito o da primeira? (Bithencourt 1862:1-2)

Assim, o autor considera a ‘gramática geral’ um manual mais simples e elementar da língua, que pode ser estudado por iniciantes, ao passo que a ‘gramática filosófica’ pressuporia conhecimentos de ‘filosofia moral e racional’ e de latim. Ao final da nota, pergunta-se se é realmente necessário aprender a ‘gramática filosófica’ no caso de já ter conhecimentos da ‘gramática geral’. Observamos, em suma, que o gramático considera que há na língua uma razão, a qual pode ser explicada por meio de conteúdos da lógica e do latim. É curioso que, por um lado, o gramático apresenta um *conceito* de linguagem que se aproxima do Programa de Correspondência (Swiggers 2004, cf. Quadro 2), pois a língua seria analisada pelo conhecimento da razão. No entanto, por outro lado, afirma que o latim seria também necessário para compreender a gramática do português, o que aproxima Bithencourt, ainda que sutilmente, do Programa Descritivista, pois ele considera que a comparação entre as línguas, sendo o português filiado do latim, seria um bom meio para o aprendizado daquela.

Além disso, o gramático diz que a gramática deve se dividir em quatro partes: a ‘ortoépia’, a ‘ortografia’, a ‘etimologia’ e a ‘sintaxe’. Essa é a mesma divisão de sua obra, que tem quatro capítulos (cf. FD6, Apêndice B).

4.5.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

Bithencourt concebe sete *classes de palavras* ou ‘partes elementares da oração’, que são: ‘nome substantivo’, ‘nome adjetivo’, ‘verbo’, ‘preposição’, ‘advérbio’, ‘conjunção’ e ‘interjeição’. Acrescenta numa longa nota de rodapé (*metatexto*) em que comenta a respeito da gramática do, também brasileiro, Costa Duarte (analisado neste trabalho, cf. Capítulo 4, item 4.3), diz que ele, acompanhando quase todos os gramáticos, não inclui a ‘interjeição’ no número das ‘partes elementares da oração’, pois ela equivaleria a uma ‘proposição’. Bithencourt argumenta que, de fato, a ‘interjeição’ equivale a uma, senão mais de uma, ‘proposição’, mas afirma que isso também se daria com o ‘advérbio’, que é colocado por Costa Duarte no número das ‘partes da oração’, ainda que o próprio diga que essa *classe* é o mesmo que uma ‘preposição’ com seu ‘complemento’. Bithencourt discorda de Costa Duarte, afirmando que se poderia dizer algo similar de quase todas as outras partes da oração (il.: Pedro é bom certamente = Pedro é bom, tenho certeza disso; pai = homem que tem filhos). Continua sua

argumentação dizendo que na ‘etimologia’ não se deve considerar as palavras mecanicamente, mas a partir de sua lógica ou espírito.

Dessa forma, segundo o gramático, a classificação das *classes de palavras* não é mero arbítrio, mas é fruto de uma investigação verdadeira e genuína da aplicação dos ‘vocábulo’ e os empregam segundo a ideia ou ideias que eles representam; ressalta ainda que não atender essa consideração pode ter como consequência a confusão entre o ‘material’ e o ‘imaterial’ dos ‘vocábulo’. Exemplifica esse pensamento dizendo que não se confunde o ‘substantivo’ “bondade” com o ‘adjetivo’ “bom”, no primeiro caso exprime-se uma ‘ideia absoluta’, no segundo, expressa-se uma ‘ideia que necessita de outra’, que deve a acompanhar necessariamente; igualmente, não se confunde a ‘preposição’ “entre” com o ‘verbo’ “entre”. A distinção, assevera o gramático, é tanto mais incontestável quanto o é a das ideias. Consequentemente, a etimologia da natureza das palavras deve ser apreciada sob um aspecto lógico ou filosófico, que é a maneira como gramático diz ter realizado na gramática analisada.

Não há *metaclasses*, entretanto, o autor traz um posicionamento em *metatexto* acerca da maneira como as classes de palavras devem ser distinguidas, isto é, sob o aspecto lógico ou filosófico, como vimos.

4.5.3 Conceitos modificadores do nome

Bithencourt define o ‘adjetivo’ como *classe de palavra* que não pode subsistir independente do ‘substantivo’, esteja este claro ou oculto na mesma ‘oração’. Os ‘adjetivos’ são divididos em ‘explicativos’ ou ‘restritivos’ ou ‘determinativos’. O primeiro exprime uma qualidade essencial do ‘nome apelativo’ (il.: homem frágil), o segundo é o que expressa alguma qualidade não essencial ao ‘apelativo’ (il.: homem virtuoso), finalmente, o ‘determinativo’ é aquele que, anteposto ao ‘apelativo’, faz com que ele compreenda totalidade de indivíduos da sua classe, apenas alguns, um só ou nenhum (il.: todo homem, alguns homens, este homem, nenhum homem). Em *metatexto*, Bithencourt assevera que “esta divisão é incontestável, digão lá o que quizerem alguns grammaticos”, na primeira *ilustração* “homem frágil” o ‘adjetivo’ representa algo próprio à humanidade, uma qualidade essencial; já na segunda *ilustração* “homem virtuoso” o ‘adjetivo’ é uma qualidade acidental do nome. Ainda em nota, o gramático contesta o ponto de vista que considera essas duas *espécies* de ‘adjetivo’ como uma única, a de

‘designativo’, que, segundo ele, pretendem certos gramáticos, pois assim as qualidades essenciais e acidentais do ‘apelativo’ ficariam confundidas, além de que não haveria clareza sobre a ‘determinação’, isto é, a designação da ‘extensão’ do ‘apelativo’. Por outro lado, há gramáticos brasileiros que criticam essa distinção (como é o caso, por exemplo, de Condurú 1888, item 4.11, e Maciel 1887, cf. 4.9).

Em outro *metatexto* (nota de rodapé), a respeito dos ‘determinativos’, Bithencourt reforça que esses devem ser antepostos ao ‘apelativo’, porque se pospostos mudariam absolutamente o pensamento (il.: todo homem é mortal; homem todo é mortal). Essa, afirma o gramático, é uma distinção entre os ‘adjetivos qualificativos’ e ‘restritivos’ em relação ao ‘determinativo’, os dois primeiros podem ser colocados antepostos ou pospostos ao apelativo sem que o sentido se altere (il.: homem virtuoso = virtuoso homem). Acrescenta o caso do ‘determinativo’ “algum” que considera notável, visto que se colocado anteposto afirma alguma coisa, se posposto, nega absolutamente (il.: algum homem é perverso, homem algum é perverso). Finaliza a nota citando, novamente, Costa Duarte, ao criticá-lo por não tratar da diferença de posicionamento do ‘determinativo’, acusa-o ainda de definir o ‘determinativo’ de forma confusa, sem apresentar exemplos.

Há três *espécies* de ‘adjetivos determinativos’: ‘artigos’, ‘demonstrativos’ e ‘determinativos de quantidade’. No quadro adiante, apresentamos o conceito de cada um deles.

Espécies de ‘artigos’ (termos)	Conceito em <i>Texto</i>	Conceito em <i>Metatexto</i>
Artigo definido	<p>O artigo definido (ex.: o, a, os, as) posto antes do apelativo mostra que este compreende todos os indivíduos de sua classe (il.: o homem é mortal); posto antes de qualquer elemento da oração converte-o em um nome substantivo (il.: o proibido, o permitido, o louvar, o porquê). Os nomes dos Estados têm ou podem deixar de ter artigo. Não se usa do artigo quando o apelativo já está determinado por demonstrativo qualquer (il.: esta gramática), mas deve ser anteposto aos demonstrativos “mesmo, qual” e aos ordinais “primeiro, segundo etc.” quando esses ordinais antecedem substantivo. Deve-se também ser anteposto aos demonstrativos “meu, teu, seu, nosso, etc.”</p>	<p>A palavra ‘artigo’, que tem sua derivação de um ‘verbo’ grego, que quer dizer adaptar, preparar, tem sido empregada pelos gramáticos para que, anteposta aos ‘nomes apelativos’, faça com que sejam esses tomados ‘determinadamente’ ou de ‘modo indefinido’.</p> <p>Segundo Costa Duarte, para mostrar que o artigo não compreende todos os indivíduos de sua classe é preciso usar-se uma alguma ‘circunstância restritiva’ (il.: o café do Pharoux). Parece-me que em tal caso o artigo é um verdadeiro ‘demonstrativo puro’ (il.: Pedro, dá-me os livros que te emprestei = Pedro, dá-me aqueles livros que te emprestei). Donde podemos definir que o artigo pode também ser ‘adjetivo demonstrativo’.</p>

		<p>No exemplo, “Filho, sê temente a Deus e ama-o de todo coração” é fora de dúvida, e nisso concordamos com Costa Duarte, que o “o” neste caso é um verdadeiro ‘demonstrativo relativo’ (il.: Filho, sê temente a Deus e ama a Deus de todo o coração; ou ama a ele de todo o coração). Costa Duarte não concorda que o “o” esteja em lugar de “ele” e a razão que dá para isso é que, carecendo os latinos de ‘artigo definido’, viria a estar incluído esse artigo no demonstrativo ele ou ela, que é o “ille, illa, illud” dos latinos. Não há problema, podemos traduzir “ille” por “o”. O artigo “o” muda o “r” final do infinito em “l” (il.: amá-lo); essa mudança se dá apenas por ‘eufonia’, podia também ser o relativo anteposto ao ‘infinito’ sem a menor alteração no pensamento.</p> <p>Não nos parece ‘gramatical’ que o ‘artigo’ seja anteposto aos ‘demonstrativos’, ainda que queiramos indicar uma coisa com mais particularidade, caso este aceite por Costa Duarte. O ‘demonstrativo’ por si só já determina.</p>
Artigo indefinido	Artigo indefinido (ex.: um, uma, uns, umas). O artigo indefinido dá ao apelativo a que é anteposto um sentido individual, mas vago (il.: um discípulo deve obedecer a seu mestre).	-

Quadro 39. *Espécies de 'artigo' em Bithencourt (1862)*

É notável que o *metatexto* a respeito do ‘artigo’ seja maior do que o *texto* sobre o mesmo assunto. Em nota, Bithencourt apresenta sua opinião a respeito de algumas polêmicas sobre a função do ‘artigo’. Sumariamente, ele define o ‘artigo’ como ‘adjetivo demonstrativo’ quando está restrito por uma ‘circunstância’; considera o “o” do ‘período’ “Filho, sê temente a Deus e ama-o de todo o coração” como um ‘demonstrativo relativo’, embora não haja definição dessa *espécie* de ‘demonstrativo’ na obra; finalmente, diz que não lhe parece gramatical que o ‘artigo’ seja anteposto aos ‘demonstrativos’. Em todas as opiniões, cita o gramático maranhense Costa Duarte, na primeira discorda dele, na segunda, concorda e, na última, discorda novamente. Como temos visto, as comparações com a gramática de Costa Duarte são frequentes no *metatexto* de Bithencourt.

Além desses detalhes, o gramático distingue o ‘artigo definido’ do ‘artigo indefinido’, sendo este primeiro referente à ‘compreensão’ de todos os indivíduos de uma classe denominada pelo ‘nome’ (por conta disso, entra na primeira questão colocada em *metatexto*), já o ‘indefinido’ compreenderia um único indivíduo dessa classe de modo vago.

Quanto aos ‘demonstrativos’, esses podem ser ‘pessoais’, ‘puros’ ou ‘conjuntivos’. Em *metatexto*, acrescenta outras *espécies*, como ‘demonstrativos neutros’ e ‘relativos’. No quadro adiante, apresentamos o *conceito* de cada uma:

Espécies de ‘demonstrativos’	<i>Conceito em texto</i>	<i>Conceito em metatexto</i>
Pessoais	Demonstrativos ‘pessoais’ são adjetivos que determinam os nomes a que se juntam ou a que se referem, pela qualidade da personagem ou papel que fazem no ato do discurso, ou da propriedade e posse relativo à mesma personagem (assim define S. Barbosa). São também ‘primitivos’ (ex.: eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas, se) ou ‘derivados’ (ex.: meu, minha, meus, minhas, nosso, nossa, nossos, nossas, teu, tua, teus, tuas, vosso, vossa, vossos, vossas, seu, sua, seus, suas)	Costa Duarte diz que os ‘demonstrativos pessoais’ são os únicos nomes que na língua portuguesa têm ‘casos’. Discordamos, pois a índole do idioma repugna a existência de ‘casos’, mesmo que parcial. Essa aberração, ou exceção à regra geral, não tem fundamento algum lógico ou filosófico, e, quando muito, se poderia admitir como necessária à beleza da língua.
Puros	Demonstrativo ‘puro’ é aquele adjetivo que faz com que o apelativo mostre os objetos assinalando diversas distâncias e localidades (ex.: este, esse, ele, aquele, o mesmo).	Além dos cinco demonstrativos puros, há também demonstrativos que podem ser chamados de ‘neutros’ (ex.: isto, isso, aquilo). São chamados de ‘neutros’ porque judiciosamente observa Soares Barbosa, esses demonstrativos exprimem coisas, ações ou sentidos que não têm gênero. A gramática portuguesa bem pudera dispensar o emprego de tais demonstrativos chamados neutros, pois que eles poderiam ser plenamente substituídos por alguns dos cinco mencionados.
Conjuntivos	Demonstrativos conjuntivos são aqueles que atam as orações, na frente das quais se encontram, com a antecedente, como incidentes ou como integrantes (il.: qual é a coisa que pode faltar a quem tem por seu um Deus, cujo é tudo quanto há no céu e na terra?) (ex.: o qual, a qual, os quais, as quais, que, cujo, cuja, cujos, cujas, quem)	Os ‘demonstrativos conjuntivos’ são ao mesmo tempo ‘relativos’, as outro tanto não sucede com os ‘demonstrativos puros’, que podendo ser ‘relativos’, jamais são ‘conjuntivos’.

Quadro 40. *Espécies de ‘adjetivos demonstrativos’ em Bithencourt (1862)*

Em diversos momentos, cita o gramático português Soares Barbosa e também o brasileiro Costa Duarte. No caso desse último, critica seu posicionamento a respeito dos ‘demonstrativos pessoais’ por considerar que na língua portuguesa não há ‘casos’. Ademais, em *metatexto*, embora concorde que com a classificação de ‘demonstrativos neutros’ de Soares Barbosa, opina que esses sejam dispensáveis para a língua portuguesa. Finalmente, em *metatexto* relativo aos ‘demonstrativos conjuntivos’, Bithencourt diz que esses podem também ser ‘relativos’, sem, entretanto, explicar o que são ‘demonstrativos relativos’, supomos por inferência que sejam aqueles que retomam ‘nome’ de ‘oração’ anterior.

O gramático define, em *texto*, o ‘determinativo de quantidade’ como aqueles que fazem que os ‘apelativos’ abranjam todos os indivíduos de sua classe ou apenas parte (il.: todos os homens; alguns homens). Por isso, dividem-se em ‘universais’ (ex.: todo, o) e em ‘partitivos’ (ex.: alguns, certos) – é curioso observar que o *exemplo* que o gramático tinha, anteriormente, dado como ‘artigo definido’ consta nos *exemplos* de ‘determinativos de quantidade universais’. Isso poderia ter alguma relação com o que o gramático disse anteriormente a respeito do ‘material’ e do ‘imaterial’ das palavras, entretanto, a *definição* de ambos é bastante similar, isto é, abranger todos os indivíduos da classe referida no ‘apelativo’.

Apresenta em *metatexto*, nota de rodapé, o que dizem outros gramáticos sobre o ‘determinativo de quantidade’. Dizem que também podem excluir e não abranger parte nenhuma dos indivíduos (il.: nenhum homem é infalível). Costa Duarte discorda dessa posição, ainda que ela seja a de todos os gramáticos que tem lido, inclusive Soares Barbosa. Em substituição dessa classificação, propõe que os ‘adjetivos’ supracitados, juntamente com o “algum” posposto ao ‘nome’, chamassem ‘adjetivos exclusivos’.

Ademais, em *texto*, apresenta as *espécies* de ‘determinativo’ que apresentam números: ‘numerais cardeais’ (ex.: um, dois), ‘numerais ordinais’ (ex.: primeiro, segundo), ‘numerais multiplicativos’ (ex.: duplo, dobro, triplo), e ‘numerais fracionários’ (ex.: um quarto, um quinto).

Finalizado o conteúdo acerca dos ‘adjetivos determinativos’, entramos nas *espécies* de ‘adjetivo qualificativo’, o qual pode ser ‘explicativo’ e ‘restritivo’. Os ‘adjetivos explicativos’ e os ‘restritivos’ modificam o ‘substantivo’, porém, não se confundem, porque os ‘explicativos’ não acrescentam ideia alguma nova ao ‘substantivo’, mas apenas desenvolvem aquelas que o mesmo ‘substantivo’ contém, os ‘restritivos’, por sua vez, acrescentam ao ‘substantivo’ ideia nova que não se encontrava em sua significação. Os primeiros podem ser postos indiferentemente antes ou depois do ‘apelativo’ (il.: pedra dura, dura pedra); já os ‘restritivos’ devem ir depois do ‘apelativo’, porque às vezes, exprimem ideias diferentes se antepostos ou pospostos (il.: homem pobre, pobre homem).

Ambos são descritos como podendo ser substituídos por ‘orações’, o primeiro, quando posposto ao ‘nome apelativo’, pode ser convertido em uma ‘oração incidente’ ou ‘causal’ (il.: Deus é misericordioso perdoa os pecadores = Deus, que é misericordioso, etc.); o ‘adjetivo restritivo’ pode se converter em uma ‘proposição condicional’ (il.: O homem virtuoso detesta o pecado = O homem, se virtuoso, etc.). É interessante observar

a relação que Bithencourt faz entre ‘adjetivos’ e ‘orações’, dado que na *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal de Arnauld e Lancelot (1662), havia também tal relação, ainda que em diferentes moldes. Com esse posicionamento, o autor parece querer demonstrar que a língua pode expressar a mesma razão com diferentes materiais.

4.5.4 Conceito de verbo

‘Verbo’ é definido como a ‘parte da oração’ que serve para mostrar a relação do ‘atributo’ com o ‘sujeito’, exprimindo por diferentes ‘modos’ a coexistência e identidade de um com outro, segundo os diferentes tempos e maneira de existir. Além de compreender sua principal significação, de existência, o ‘verbo’ compreende cinco ideias acessórias: 1) do ‘sujeito’ da ‘oração’; 2) número; 3) diferentes ‘modos’ de exprimir a existência; 4) tempos da existência; 5) diferentes estados da existência. De acordo com o gramático, há na língua portuguesa três *espécies* de ‘verbos’: ‘verbo substantivo’ (ex.: ser), ‘verbo auxiliar’ (ex.: estar, haver, ter) e ‘verbo adjetivo’ (que é exemplificado por todos os outros).

‘Verbo substantivo’ é aquele que não tem concentrado em si ‘atributo’ algum (ex.: ser). Em *metatexto* (nota de rodapé), Bithencourt assevera que o ‘verbo’ “ser” é o único ‘verbo substantivo’, e exprime a existência de uma qualidade ou ‘atributo’ do ‘sujeito’ da ‘oração’. Consequentemente, todos os mais ‘verbos’ podem se reduzir ao ‘verbo’ “ser” (il.: eu amo a Pedro = eu sou amante ou amador de Pedro). Ainda em nota, diz que há alguns gramáticos, cita Costa Duarte, que não concordam que “ser” seja o único ‘verbo substantivo’, nem que “eu amo a Pedro” possa se converter em “eu sou mante de Pedro”. Costa Duarte, nas palavras de Bithencourt, argumenta que dado que os ‘infinitos’ dos ‘verbos’ formam-se dos ‘substantivos’ correspondentes, para se admitir que todos os ‘verbos’ se pudessem converter no verbo “ser”, seria necessário juntar a esse ‘substantivo’ o ‘verbo substantivo’, e assim dizer “eu sou amor” em vez de “eu amo”. Entretanto, segundo Bithencourt, é certo que os ‘adjetivos verbais’ ‘restritivos’ e ‘qualificativos’ são inseparáveis dos ‘substantivos’ e não é concebível assinalar a prioridade de existência de um sobre a de outro. Dessa forma, desde que houve a ideia de “amor”, naturalmente também houve a de “amante”. A opinião de Costa Duarte, conclui Bithencourt, não tem nada de filosófica, visto que o gramático maranhense, além do já mencionado, também discorda da maioria dos gramáticos, inclusive Soares Barbosa, de que todos os verbos possam se converter no ‘substantivo’ “ser”, e sugere que “amo” possa se reduzir a “tenho

amor”, o que, segundo Bithencourt, desvirtua a natureza dos ‘verbos substantivos’ e ‘auxiliares’. Em outra nota, *metatexto*, ainda sobre o ‘verbo substantivo’, Bithencourt critica novamente Costa Duarte por este considerar o ‘verbo’ “estar”, além do ‘verbo’ “ser”, como ‘substantivo’ e tendo como “ser” a significação de existência, embora atual e temporária. Bithencourt replica dizendo que todos os ‘verbos’ exprimem a existência, visto que todos são inseparáveis de “ser”, diz ainda que Costa Duarte é totalmente refutado por Soares Barbosa em sua ‘gramática filosófica’.

Define o ‘verbo adjetivo’ como a concentração do ‘atributo’ e o ‘verbo’ em uma só ‘palavra’ (il.: amo = sou amante). Todo ‘verbo adjetivo’ pode ser dividido em dois ‘membros’, partindo-o pelas suas ‘terminações’ em “ar”, “er” e “ir” (ex.: am-ar; tem-er; ouv-ir). O primeiro ‘membro’ é a ‘parte radical’, a única própria do ‘verbo adjetivo’, pela qual ele exprime o ‘atributo’. Essa parte pode ter uma ‘significação absoluta’ ou ‘relativa’ e, conseqüentemente, exige ou não exige ‘complementos’ após si. Por conseguinte, o ‘verbo adjetivo’ é ‘intransitivo’ e ‘transitivo’.

O ‘verbo intransitivo’ é aquele que, enunciando a ‘relação de conveniência’ entre o ‘sujeito’ e ‘atributo’, e tendo em si concentrado esse mesmo ‘atributo’, não exige nenhum ‘complemento’ (ex.: dormir, chorar, rir). O ‘verbo transitivo’, ao contrário, exige um ou mais ‘complementos’ (il.: louvar a Deus, amar a Pedro); e tem as seguintes *espécies* ‘relativo’, ‘ativo’, ‘ativo e relativo’, ‘passivo’, ‘médio’ e ‘reflexo’. No quadro adiante, apresentamos o conceito de cada um deles.

Espécies de ‘verbo transitivo’ (termos)	<i>Conceito em texto e metatexto</i>
Ativo	T: Aquele que, tendo em si incluído o ‘atributo’, enuncia uma ação que deve ser exercida pelo ‘sujeito’ do mesmo ‘verbo’, ou, como se expressavam os antigos gramáticos, aquele que tem um ‘paciente’ (il.: eu louvo a Deus).
Relativo	T: Aquele que depois de si demanda uma ‘preposição’ com seu ‘consequente’ (il.: vou para casa)
Ativo e relativo	T: Aquele que não só tem ‘paciente’, mas também ‘complemento’ (il.: Dei dinheiro a Pedro)
Passivo	T: Aquele que, em consequência do ‘atributo’, enuncia uma ação que se deve referir ao ‘sujeito’ do mesmo ‘verbo’ (il.: Pedro é louvado por Paulo). MT: Segundo Costa Duarte, as ‘terceiras pessoas’ de tais ‘verbos’ tomam uma significação passiva quando os ‘sujeitos da oração’ são coisa que não podem obrar sobre si (il.: as coisas são estimadas). Recomenda o citado gramático que não se deve apassivar ‘verbos’ deste modo quando os ‘sujeitos’ podem obrar sobre si (il.: mataram-se quatro homens).
Médio e reflexo	T: Não diversifica do ‘verbo ativo’, mas é este mesmo ‘verbo’ que, enunciando a ‘relação de conveniência’ entre o ‘sujeito’ e o ‘atributo’, faz que a ação recaia sobre o mesmo ‘sujeito’ (il.: Pedro matou-se) MT: Entendem alguns gramáticos que os ‘verbos médios e reflexos’ devem ser chamados ‘pronominais’, por conta do ‘pronome’ que às vezes se lhes pospõe,

	mas a maior parte dos gramáticos pensam que ‘verbos pronominais’ são aqueles que não pode prescindir dos ‘demonstrativos pessoais primitivos’ ou ‘pronomes’ (ex.: abster-se, compadecer-se). ‘Verbos recíprocos’ são os mesmos ‘verbos’ conjugados na sua ‘voz média’ ou ‘reflexa’, mas que exprimem uma mesma ação recíproca entre duas ou mais pessoas (il.: Pedro e João amam-se).
--	---

Quadro 41. *Espécies de 'verbo transitivo' em Bithencourt (1862)*

É notável que em quase todos os conceitos de *espécies* de ‘verbo’, Bithencourt ressalte o papel do ‘atributo’ na característica específica de cada um, sendo, dessa forma, coerente com a sua definição inicial de ‘verbo’. Em *metatexto*, apresenta outras duas espécies, que se confundem com ou podem ser parte do ‘verbo médio e reflexo’, que são os ‘verbos pronominais’ e os ‘recíprocos’. Em *texto*, Bithencourt define os ‘defectivos’ como aqueles aos quais falta algum tempo ou alguma pessoa (ex.: munir) e os ‘impessoais’ como os que se conjugam somente nas terceiras pessoas (ex.: chover).

4.5.5 Conceito de oração e seus elementos

A ‘oração’ ou ‘proposição’ de Bithencourt é definida como qualquer juízo expresso ou mais detalhadamente, a ‘conveniência’ ou ‘desconveniência’ entre duas ideias expressadas por meio de palavras. Toda ‘oração’ consta necessariamente de três elementos: ‘sujeito’, ‘atributo’ e ‘verbo’, que também se chama ‘cópula’ ou ‘nexo’. ‘Sujeito’ e ‘atributo’ são ‘termos’ da ‘oração’. O ‘verbo’ exprime a relação entre ‘sujeito’ e ‘atributo’. O ‘sujeito’ enuncia a pessoa ou coisa a respeito da qual se expressa alguma coisa; é um ‘substantivo’ ou ‘nome substantivado’ (il.: Deus é misericordioso; o ser virtuoso é muito difícil). O ‘atributo’ é quase sempre um ‘adjetivo’ ou ‘apelativo’. Em *metatexto* (nota de rodapé), o autor ressalva, porém, que seria completa a ‘oração’ “louvo” porque o ‘verbo adjetivo’, que tem concentrado em si o ‘atributo’ ou qualidade, deixa claramente conhecer o ‘sujeito’.

No que diz respeito a organização dos itens da ‘oração’, Bithencourt define ‘regência regular’ como quando estão igualmente expressas as palavras regentes e seus ‘complementos’. De acordo com o gramático, reger quer dizer ‘determinar’ e ‘demandar’ alguma coisa. As palavras que regem outras palavras são os ‘verbos adjetivos’, os ‘adjetivos transitivos’ e as ‘preposições’. A ‘regência irregular’ se dá, segundo o gramático, por ‘elipse’, isto é, quando falta alguma parte essencial à ‘oração’; para que não seja viciosa é preciso que a ‘elipse’ seja justificada pela razão ou pela própria língua, quando, por exemplo, o elemento ausente já foi citado anteriormente.

Há diferentes *espécies* de ‘palavras’ quando pensamos em ‘regência’. Há ‘palavras ativas’ que exigem um ‘objeto’; ‘relativas’ que exigem um ‘termo’; ‘ativas e relativas’ ao mesmo tempo, as quais exigem um ‘termo’ e um ‘objeto’; e, finalmente, há ‘palavras absolutas’ que nada demandam necessariamente. As palavras que completam a significação de outras chamam-se ‘complementos’. Há quatro tipos deles: o ‘objetivo’ (que completa ‘verbos ativos’ e ‘verbos ativos e relativos’), o ‘terminativo’ que (completa ‘palavras relativas’), o ‘restritivo’ (que completa ‘palavras absolutas’) e o ‘circunstancial’ (que completa ‘palavras absolutas’). No quadro adiante, definimos cada um dos ‘complementos’:

<i>Espécies de ‘complementos’</i>	<i>Conteúdo em texto e metatexto</i>
C. objetivo	<p>T: Toda ‘palavra’ ou ‘oração’ sobre que recai a ação do ‘verbo ativo’ (il.: amo a Francisco; ambiciono instruir-me).</p> <p>MT: É chamado por alguns gramáticos de ‘paciente’. É o ‘complemento’ do ‘atributo’ incluído no ‘verbo’ (il.: amo a Francisco = sou amante de Francisco). Não se confunde com o ‘atributo’, como pensaram alguns gramáticos antigos, quando diziam ‘paciente’ ou ‘predicado’ como se fosse a mesma coisa. Nem todos os ‘verbos’ têm ‘paciente’ ou ‘complemento objetivo’, não há, entretanto, um só que não tenha ‘predicado’ ou ‘atributo’ – porque não há um só ‘verbo’ que não possa ser reduzido ao verbo “ser” seguido do ‘adjetivo verbal’.</p>
C. terminativo	<p>T: ‘Palavra’ ou ‘oração’ que completa ou termina a significação relativa das ‘palavras regentes’, e do mesmo modo que as significações relativas são diferentes, semelhantemente o são também as ‘preposições’ usadas nos ‘complementos terminativos’ (il.: deu-me um livro = deu um livro a mim).</p>
C. restritivo	<p>T: Qualquer palavra precedida de ‘preposição’ “de” e posta imediatamente depois de qualquer ‘nome apelativo’ para lhe determinar a significação vaga que de outro modo teria (il.: dinheiro de Pedro).</p> <p>MT: É chamado por alguns gramáticos de ‘caso de posseção’ ou ‘complemento de posseção’. Sobre a palavra “caso” nada mais diremos, porque já temos observado mais de uma vez que ela não convém de maneira alguma à ‘etimologia’ e à ‘sintaxe’ da ‘Gramática Portuguesa’. Por vezes, esse ‘complemento’ denomina posse, mas não sempre (il.: homem de virtudes, homem de honra). Sempre, entretanto, restringe o indeterminado do ‘apelativo’, assim seu nome, ‘restritivo’, é adequado.</p>
C. circunstancial	<p>T: Toda ‘palavra’ ou ‘oração’ precedida de uma ‘preposição’ e junta a qualquer ‘verbo’ ou ‘adjetivo’ cuja significação não exige ‘complemento algum’ (il.: João faleceu em dezembro por falta de tratamento). Indicam diversas circunstâncias, como modo, causa, instrumento, tempo etc. (il.: Pedro feriu-me com a espada; leio com atenção).</p>

Quadro 42. *Espécies de ‘complementos’ em Bithencourt (1862)*

Ressaltamos o *metatexto* em que fala do *conceito* de ‘complemento objetivo’, pois explica que este é o ‘complemento’ do ‘atributo’ incluído no ‘verbo’, destacando novamente que o ‘verbo’ é dividido em ‘atributo’ e ‘verbo substantivo’.

As ‘orações’ têm diferentes espécies de acordo com a sua natureza ou de acordo com a sua graduação no ‘período’, este que é a reunião de tantas ‘proposições totais’ e de tal maneira atadas umas com outras que estas supõem necessariamente aquelas para que

o sentido fique completo; o ‘período’ terá tantas ‘orações’ quantos forem os ‘verbos’. No quadro abaixo, apresentamos as diferentes *espécies* de ‘orações’.

Espécies de ‘oração’ de acordo com sua ‘natureza’ (termos)	Conceito em texto
Simple	Tem só um ‘sujeito’ e um só ‘atributo’ (il.: João é mortal).
Composta	Consta ou de mais de um ‘sujeito’ ou de mais de um ‘atributo’ (il.: Pedro e João são mortais; Pedro é inteligente e virtuoso). Há nela tantas ‘proposições simples’ quantos são os seus ‘sujeitos’ e ‘atributos’.
Complexa	Aquela cujo ‘sujeito’ ou ‘atributo’ é modificado por alguma ‘proposição parcial’ (il.: Pedro, se é virtuoso, aborrece a intemperança.). Podendo, assim, converter-se em ‘orações simples’ (il.: Pedro aborrece os vícios. Se Pedro é virtuoso.).
Espécies de ‘oração’ de acordo com sua graduação no ‘período’ (termos)	Conceito em texto
Principal	É ‘absoluta’, isto é, não depende de outra (il.: Deus é misericordioso)
Total dependente	Embora não faça parte de outra, depende da ‘proposição principal’ (il.: os vícios podem lisonjear os sentidos, <u>mas são prejudiciais</u>).
Parcial (explicativa e restritiva)	Modifica qualquer dos ‘termos da oração’. Como os termos da oração podem ser modificados em ‘sentido explicativo’ ou ‘sentido restritivo’, segue-se que a ‘oração parcial’ se subdivide em ‘explicativa’ e ‘restritiva’. A primeira desenvolve ou explica o ‘predicado’ já incluído em algum dos termos da ‘proposição principal’ (il.: Deus, <u>que é misericordioso</u> , perdoa os pecadores). A segunda restringe algum ‘vocábulo’ de outra ‘proposição’, apresentando ou enunciando alguma ideia não incluída na significação de algum dos seus ‘termos’ (il.: o homem <u>que é virtuoso</u> detesta o pecado).
Integrante	É a mesma ‘proposição simples’ completando a ‘significação transitiva’ do ‘verbo adjetivo’ (il.: Ambiciono ser sábio).

Quadro 43. Espécies de 'oração' de acordo com sua 'natureza' em Bithencourt (1862)

Nota-se que as ‘orações parciais’ assemelham-se com os ‘adjetivos qualificativo’, visto que ambos podem ser ‘explicativos’ ou ‘restritivos’. Por outro lado, como vimos anteriormente, o gramático menciona os conceitos de ‘oração causal’ (que teria alguma equivalência com o conceito de ‘oração incidente’) e ‘oração condicional’ ao tratar dos ‘adjetivos’, mas não os apresenta na seção destinada ao tratamento das *espécies* da ‘oração’.

4.5.6 Rede conceitual

Bithencourt apresenta em seu *Epítome* uma clara *rede conceitual* em torno do ‘verbo substantivo’; consequentemente, seu *texto* pode ser considerado um exemplo de gramática em que há *rede conceitual*. Como vimos, a ‘gramática filosófica’ é definida como aquela que explica as ‘razões’ do falar correto, o que tem implícito um conceito de

linguagem baseada em razões. Essa concepção de linguagem também se apresenta quando o autor trata da distinção entre as *classes* de palavras. Quanto aos conceitos *modificadores do nome*, nota-se um ponto de vista essencialmente semântico, onde são observadas sobretudo ‘determinação’, ‘explicação’ e ‘restrição’. Esses dois últimos são também encontrados nos conceitos das *espécies* de ‘oração incidente’ – tal paralelismo, que é destacado pelo gramático, pode estar relacionado à assunção de uma ‘razão’ da linguagem ou nível subjacente. Assim, a *base teórica* desses *conceitos* é *comum* à do ‘verbo substantivo’; possui ainda, historicamente, relação com a assunção do ‘verbo substantivo’ como protagonista da ‘oração’, como pudemos ver no capítulo 1 (item 1.4.2). As relações entre ‘verbo substantivo’, ‘verbo’ e ‘oração’ tripartite são mais próximas, ambas tratam da relação entre ideias ou da relação em ‘sujeito’ e ‘atributo’ e apresentam nas ilustrações o verbo “ser”. Com ambos os *conceitos*, o ‘verbo substantivo’ trava relação de *subordinação*.

Vimos, ademais, que há longas reflexões do gramático em nota de rodapé, *metatexto*. Nelas, Bithencourt rejeita o conceito de ‘verbo substantivo’ proposto pelo gramático brasileiro Costa Duarte e, para isso, apoia-se no português Soares Barbosa. Costa Duarte (como já vimos no item 4.3) apresenta, em *metatexto*, um conceito, heterodoxo de ‘verbo substantivo’, se considerarmos a tradição da *grammaire générale*.

4.6. *Grammatica portugueza accomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica* (1877), de Francisco Sotero dos Reis

4.6.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

Nos prolegômenos da obra, Sotero dos Reis afirma que a ‘gramática’ se divide em ‘gramática geral’ e ‘gramática particular’. A primeira é a ciência dos princípios imutáveis e gerais da palavra pronunciada ou escrita em todas as línguas. A segunda, é a arte de aplicar aos princípios imutáveis gerais da palavra às instituições arbitrárias e usuais de qualquer língua. Depois dessa definição mais concisa, cita longo trecho traduzido que referencia como sendo de Du Marsais¹⁰² do qual citamos a parte final adiante:

Não obstante esta distincção da sciencia e da arte grammatical, não pretendemos insinuar que se deva ou possa separar o estudo de uma do de outra. A arte nenhuma certeza poderá dar á pratica, si não fôr esclarecida e dirigida pelas luzes da especulação; a sciencia nenhuma consistencia poderá dar á theoria, si não observar os usos combinados e as differentes praticas, para leval-a

¹⁰² É possível, porém, que o texto seja de autoria de Beauzée, visto que consta na Letra G da *Encyclopédie*, pois diz-se que Du Marsais escreveu apenas até a letra F antes de falecer (cf. Polachini 2013).

por grãos á generalisação de princípios. Mas nem por isso é menos razoavel distinguir uma da outra; assignar a cada uma seu objecto proprio; prescrever-lhes os respectivos limites, e determinar-lhes a differença. (Sotero dos Reis 1877:VI]

Define ‘gramática portuguesa’ como a arte de aplicar aos princípios imutáveis e gerais da palavra os usos e idiotismos da língua portuguesa. Afirma que procurou desenvolver essa definição na gramática estudada, assim, tentou simplificá-la ao máximo na teoria, subordinando os usos da língua aos princípios gerais, visto que considera que o método e a clareza não têm maior inimigo que a multiplicidade de regras; e procurou apresentar exemplos tão logo apresentasse a teoria. Apresenta ainda outra definição para a ‘gramática portuguesa’ como arte de falar e de escrever corretamente a língua portuguesa.

Em nota (*metatexto*), diz que a GGR-PR, de forma geral, define a gramática como “arte de falar”, que é, segundo o autor, a definição mais concisa, porque “falar” abrange tudo o mais. Além disso, divide em a gramática em quatro partes, que são: ‘etimologia’, ‘sintaxe’, ‘ortografia’ e ‘prosódia’. Afirma ter dado muito mais desenvolvimento às duas primeiras partes, considerando que essas constituem a base de toda a ‘ciência gramatical’, são essencialmente especulativas e práticas. Completa dizendo que o consenso unânime de quase todos os gramáticos antigos e modernos vem em apoio dessa opinião, que, segundo o autor, é tão velha quanto a gramática.

Ainda nos prolegômenos, define ‘palavras’ como sinais com que representamos as simples noções das coisas, os quais, quando combinados em enunciados ou ‘proposições’, exprimimos ‘operações do espírito’. Isso, porém, também pode ser representado, ainda que imperfeitamente, pelos ‘gestos’ e outras ‘combinações intelectuais’. Por conta disso, a ‘linguagem’ pode ser em dividida naquela de ‘sons articulados’ e aquela que consta de ‘gestos’. Sotero dos Reis lembra que o objeto da gramática é apenas a ‘linguagem articulada’. Uma língua, diz ele, não é mais do que um ‘sistema de sinais’, que pode ser mais ou menos completo, segundo a língua se acha mais ou menos aperfeiçoada. Claramente, o *conceito* de ‘gramática’ e o *conceito* de ‘linguagem’ de Sotero dos Reis estejam dentro do Programa de Correspondência (Swiggers 2004, cf. Quadro 2), visto que baseia-se na relação entre as operações do espírito, de onde vêm os princípios imutáveis, e as línguas.

4.6.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

Ainda nos Prolegômenos, Sotero dos Reis afirma que há duas ‘espécies de palavras’, nós, porém, as consideramos *metaclass*, as ‘palavras variáveis’, que correspondem às *classes de palavras* ‘nome’, ‘pronome’, ‘adjetivo’ e ‘verbo’, e as ‘palavras invariáveis’, que correspondem às *classes de palavras* ‘conjunção’, ‘preposição’, ‘advérbio’, ‘interjeição’. Em *metatexto* (nota), ele ressalta que nem todos os gramáticos estão de acordo com a divisão em oito classes de palavras. Cita o gramático latino Quintiliano e o gramático francês Tracy para exemplificar a divisão em apenas três classes de palavras ‘nome’, ‘verbo’ e ‘conjunção’.

Na seção de ‘Etimologia’, algumas das *classes de palavras* recebem *termos* com pequenas variações em relação ao dado na seção “Prolegômenos”. O ‘substantivo’ e o ‘adjetivo’ tornam-se ‘nome substantivo’ e ‘nome adjetivo’ – embora não estejam sob o escopo de uma classe chamada *nome*, que não há na obra; ademais, o ‘pronome’ recebe a especificação de ‘pronome pessoal’. Os *termos* das outras *classes*, ‘verbo’, ‘conjunção’, ‘preposição’, ‘advérbio’ e ‘interjeição’, são mantidos.

4.6.3 Conceitos modificadores do nome

Na gramática de Sotero dos Reis, são *conceitos modificadores do nome* ‘pronome’ ou ‘pronome pessoal’ e ‘adjetivo’ ou ‘nome adjetivo’. O primeiro é definido, “como o está dizendo a força dos termos, o que se põe em lugar do nome, ou do sujeito, indicando ao mesmo tempo a pessoa gramatical deste e o papel que representa no discurso” (p. 5). O ‘nome adjetivo’ é “como soa a palavra, um nome que se ajunta ao substantivo, ou para *qualificar*, ou para *determinar* a pessoa ou coisa por ele designada” (p. 8-9), serve como acessório do ‘substantivo’ e não figura no discurso sem ele. Há duas *espécies* de ‘nome adjetivo’, o ‘adjetivo qualificativo’ que também pode se chamar ‘atributivo’, que exprime a qualidade do ‘substantivo’ e é o ‘atributo’ por excelência; o ‘adjetivo determinativo’, não exprime qualidade, “indica de um modo positivo o objeto significado pelo substantivo a que se junta” (p.16), e pode ser simples mostrador do ‘atributo oculto’. O ‘adjetivo qualificativo’ tem duas *espécies*, ‘restritivo’ e ‘explicativo’; o ‘adjetivo determinativo’ tem sete *espécies*, ‘articular’, ‘conjuntivo’, ‘interrogativo’, ‘numeral’, ‘quantitativo’, ‘possessivo’ e ‘pronominal’. No quadro adiante, apresentamos sua *taxonomia*.

Adjetivo qualificativo	Restritivo	
	Explicativo	

Adjetivo determinativo	Articular	Artigo	
		Adjetivo Demonstrativo	Definido
			Indefinido
			Puro
			Partitivo
			Distributivo
	Conjuntivo		
	Interrogativo		
	Numeral		
	Quantitativo	Ordinal	
	Possessivo	Cardinal	
	Pronominal		

Quadro 44. *Espécies de 'adjetivo qualificativo' e 'adjetivo determinativo' em Sotero dos Reis (1877)*

A diferença das *espécies* do ‘adjetivo qualificativo’ é que o ‘restritivo’ exprime qualidade inerente ao objeto (il.: homem mortal), ao passo que o ‘explicativo’ exprime qualidade accidental ao objeto (il.: homem prudente). Como vemos no quadro, o ‘adjetivo determinativo’ divide-se em diversas *espécies* e muitas delas tornam-se *gênero* de outras *espécies*. O ‘articular’, que determina indicando gênero, espécie, lugar, identidade e distribuição, tem como *espécies* o ‘artigo’ e o ‘adjetivo demonstrativo’. O primeiro, que põe-se antes do substantivo apelativo para determiná-lo (ex.: o, a, os, as, um, uma, uns, umas), tem ainda duas *espécies*, pode ser ‘definido’, quando, anteposto ao nome, indica objeto individualizando-o de modo certo (il.: o mestre); ou ‘indefinido’, quando, anteposto ao nome, indica objeto individualizando-o de modo vago (il.: um mestre). Em nota (*metatexto*), afirma que ainda que muitos gramáticos rejeitem o ‘artigo indefinido’, a língua portuguesa o admite, diferenciando-o do ‘numeral cardeal’ por possuir plural.

Tal como fazem diversos gramáticos, Sotero dos Reis também discute os usos do ‘artigo’. Diz, por exemplo, que “o homem” pode individualizar a ideia geral de homem de modo determinado ou pode equivaler a toda humanidade. Afirma que a ausência do ‘artigo’ pode adjetivar certos ‘nomes apelativos’ (il.: o homem é homem de bem; o trigo é trigo sem joio) e ressalta que o ‘artigo’ nunca é posto antes de ‘nome próprio’, visto que este já está, por sua natureza, determinado, assim, sempre que é usado, há algum ‘apelativo oculto’ (o Manuel = o homem Manuel; a Maria = a mulher Maria; o Amazonas = o rio Amazonas; o Brasil = o império Brasil). Em notas (*metatexto*), acrescenta que quando se junta o ‘artigo’ a ‘nomes próprios’ no plural, estes convertem-se em ‘apelativos’; e que quando o ‘artigo’ se antepõe a qualquer ‘parte da oração invariável’ ou ‘orações inteiras’, pode-se dizer que ele está em sua ‘forma neutra’, que tomou do *hic*, *haec* e *hoc* latino.

O ‘adjetivo demonstrativo’, também *espécie* do ‘articular’, indica o objeto significado pelo ‘nome substantivo’, demonstrando-o sob alguma ‘relação’, como de lugar, identidade ou distribuição. São ‘puros’ (ex.: este, esta, isto, aquele, aquela, aquilo, esse, essa, isso, mesmo, mesma, o mesmo, a mesma) ‘partitivos’ (ex. outro, outra, al (antiquado), outro, outra, algo (antiquado), tal, qual, todo, toda, tudo, nenhum, nenhuma, outro) ou ‘distributivos’ (ex.: cada, cada um, qualquer, quaisquer, cada qual, quem quer). Todos os ‘demonstrativos puros’, exceto ‘mesmo’, postos sozinhos na ‘oração’ podem servir de ‘sujeitos’ (este afirmou, aquele negou, esse nada disse), por conta disso, afirma Sotero dos Reis, em *metatexto* (menção a gramáticos), que antigos gramáticos iludidos pela aparência denominaram-nos ‘pronomes’. Não o são, porém, porque não substituem “eu, tu, ele”, os quais não precisam ter sido tratados anteriormente no discurso. Diz, ainda em *metatexto* (menção a gramáticos), que alguns gramáticos incluem “ele, ela, elo (antiquado)” nos demonstrativos, mas hoje estes passaram a ser exclusivamente ‘pronomes pessoais’.

O ‘adjetivo conjuntivo’ conjunta ‘proposições’ fazendo as vezes de ‘conjunção’, pois liga ‘proposições incidentes’ (cf. 4.6.5) a outras por elas modificadas, por meio de dois termos de relação, um na ‘proposição modificada’, o ‘antecedente’, e outro na ‘modificante’, o ‘consequente’ (il.: o homem, que ama a Deus, vive isento do temor da morte: homem = antecedente, que (homem) = consequente). São ‘adjetivos conjuntivos’ “o qual, a qual, que, cujo, cuja, do qual, da qual, quem”, por vezes, os ‘advérbios’ colocam-se pelo ‘adjetivo conjuntivo’ (ex.: onde, de onde, para onde).

O ‘adjetivo interrogativo’ serve para interrogar e liga ‘proposições completivas’ (il.: não diás quem és?; ex.: cujo?, cuja?, qual?, que?, quem?). Sotero dos Reis diz que como o primeiro termo da relação do ‘adjetivo interrogativo’ está sempre oculto ou é puramente mental, a ‘proposição’ que se liga à ‘completiva’ pode também estar oculta (il.: quem bate? = quem é que bate à porta?; que queres? que é o que queres?). O ‘advérbio’ “onde” também se coloca como ‘adjetivo interrogativo’, daí que tem também o nome de ‘advérbios interrogativos’.

O ‘adjetivo numeral’ determina o objeto significado pelo ‘substantivo’ acrescentando-lhe a ideia de número, de modo positivo. Pode ser ‘cardinal’, que exprime simplesmente o número (ex.: um, dois, três, quatro), ‘ordinal’, que exprime o número por ordem (ex.: primeiro, segundo, terceiro, quarto). Já o ‘adjetivo quantitativo’ que também se chama ‘numeral indefinido’, determina o objeto significado pelo ‘substantivo’ juntando-lhe a ideia de quantidade numérica indeterminada (il.: muitos homens, mais

soldados, tantas casas). O ‘adjetivo possessivo’ determina o objeto significado pelo ‘substantivo’, trazendo à lembrança a ideia de seu possuidor (il.: meu livro, teu chapéu, seu filho; ex.: meu, minha, meus, minhas, nosso, nossa, nossos, nossas, teu, tua, teus, tuas, vosso, vossa, vossos, vossas, seu, sua, seus, suas). Há também o ‘adjetivo possessivo’ derivado de ‘nome próprio’ de pessoa (ex.: junonio (de Juno); manelino (de Manoel), josefino (de José)).

Finalmente, o ‘adjetivo pronominal’ ou ‘adjetivo pronome’, como, segundo Sotero dos Reis, lhe chamam os franceses, tem este termo porque representa o ‘nome’ que indica e está sempre só na ‘oração’. São “o, a” e vêm do “is, ea, id” latinos (il.: Copiaste a carta? Copiei-a (a = carta); O que escreve deve pensar antes (o = homem)). Embora pareça em forma e aparência com o ‘artigo definido’, o ‘adjetivo pronominal’ se distingue pelo seu emprego.

A *classe de palavras* ‘pronome’ ou, mais especificamente, ‘pronome pessoal’, como dissemos anteriormente, substitui o ‘nome’ ou o ‘sujeito’, indicando ao mesmo tempo a pessoa gramatical deste ou o papel que ele representa no discurso. As pessoas gramaticais, diz Sotero dos Reis, compreendem não só os indivíduos de nossa espécie, que são as pessoas por excelência, mas também, por extensão, os seres irracionais e mesmo coisas inanimadas. São ‘pronomes pessoais’ da ‘primeira pessoa’ “eu, me, mim, migo, nós, nos, nosco”, da ‘segunda pessoa’ “tu, te, ti, tigo, vós, vos, vosco” e da ‘terceira pessoa’ “ele, ela, lhe, eles, elas, lhes, se, si, sigo”.

4.6.4 Conceito de verbo

A *classe de palavra* ‘verbo’ é considerada a palavra por excelência porque dá vida ao discurso, que não pode existir sem ela. É a palavra que serve para afirmar a existência da qualidade na substância, pessoa ou coisa e, por conseguinte, o ‘nexo’ ou ‘cópula’, que une o ‘atributo’ ao ‘sujeito’ da ‘proposição’, ‘frase’, ‘sentença’ ou ‘enunciado de juízo’. O ‘verbo’ tem como propriedade essencial a ‘afirmação’ (il.: Deus é eterno; Deus não é injusto), em que afirma que a qualidade de “ser eterno” e de “não ser injusto” existe no ‘sujeito’ “Deus”. Outra propriedade sua é a ‘conjugação’.

Sotero dos Reis considera que a ‘forma primitiva’ do ‘verbo’ é única em todas as línguas, na portuguesa é “ser”, que quer dizer “ser ente”. Por isso, o ‘verbo’ tem duas *espécies*, o ‘verbo substantivo’ e o ‘verbo adjetivo’. O primeiro é o ‘verbo’ em sua forma primitiva, “ser”, que pode se apresentar dessa forma, separado do atributo, ou juntamente

com o ‘atributo’ dentro do ‘verbo atributivo’ ou ‘adjetivo’. O ‘verbo substantivo’ é o único que não é combinado com um ‘atributo’ (ex.: tu és estudioso; Pedro era sabio; Elle foi prudente; nós seremos amigos), todos os outros são ‘verbos adjetivos’. O ‘verbo substantivo’ é também o único que significa a ‘afirmação’ e pode resolver todas as ‘proposições’.

Em *metatexto* (menção a gramáticos), Sotero dos Reis relata que alguns gramáticos pretendiam também considerar “estar” ‘verbo substantivo’. O gramático maranhense discorda dessa possibilidade, argumentando que “estar”, que se resolve por “ser estante”, envolve a significação ou ideia de existência modal, e, portanto, é um ‘verbo substantivo’ combinado com um ‘atributo’. Enquanto “ser” exprime uma qualidade permanente, “estar” manifesta uma qualidade accidental.

O ‘verbo atributivo’ é, como já dissemos, o ‘verbo’ que tem o ‘atributo’ como parte de si. Ele existe, segundo o gramático, pela necessidade de abreviar o discurso para acompanhar o pensamento em sua rapidez. Assim, “ser criante” e “ser vivente” tornaram-se “criar” e “viver”. Sotero dos Reis apresenta ainda uma descrição sobre as ‘terminações verbais’, que citamos abaixo:

Todas estas tres terminações comprehendem o attributo grammatical e o verbo, *Ser*, que se torna patente na terminação em, *er*, da segunda conjugação. A terminação em, *ar*, é evidentemente uma terminação contracta de, *aer*, e a terminação em, *ir*, é também outra terminação contracta de, *ier*. Assim, *Amar*, quer dizer, amante *ser*, ou *ser* o que ama; *Mover*, movente *ser*, ou *ser* o que move; *Unir*, uninte *ser*, ou *ser* o que une. A terminação infinitiva em, *ôr*, que só se nota no verbo, *Pôr*, e seus compostos, não dá origem a uma conjugação especial, porque, *Pôr*, é a contracção de, *Pôer*, como se dizia antigamente. (Sotero dos Reis 1877: 55-6)

Há diversas tábuas em que Sotero dos Reis apresenta a conjugação verbal em diferentes tempos, modos e pessoas. Em uma delas, ele afirma que

para melhor se conhecer o verbo attributivo consta de um adjectivo, que é o attributo, e do verbo substantivo, que afirma a existencia d’elle no sujeito passarei a agora a conjugal-lo em seus tempos simples, pondo claras as fórmas mutiladas que representam o attributo e o verbo, das quaes a primeira se chama a radical ou raiz, e a segunda ou a terminação é o mesmo verbo. (Sotero dos Reis 1871: 72-3)

A tábua era organizada da seguinte forma. No presente do indicativo: Tem-*o*, temente *sou*; Tem-*es*, temente *és*; Tem-*emos*, tementes *somos*; Tem-*eis*, tementes *sois*; Tem-*em*, tementes *são*. No pretérito perfeito do indicativo: Tem-*i*, temente *fui*; Tem-*este*, temente *foste*; Tem-*êo*, temente *foi*; Tem-*emos*, tementes *fomos*; Tem-*estes*, tementes *fostes*; Tem-*êrão*, tementes *fôrão*.

Entre as *espécies* do ‘verbo’, há também o ‘verbo auxiliar’ (ex.: haver, ter), que é usado pelo ‘verbo substantivo’ (e, consequentemente, ‘verbos adjetivo’) alcance certos tempos.

O ‘verbo adjetivo’ ou ‘atributivo’ tem as seguintes espécies: ‘transitivo’, ‘intransitivo’, ‘relativo’, ‘reflexo’ e ‘pronominal’, cujo conceito apresentamos resumidamente no quadro adiante:

<i>Espécies do ‘verbo atributivo’ (termo)</i>	<i>Conceito</i>
Transitivo	Passa a ação do ‘sujeito’ a outro ‘sujeito’ diverso em que ela se emprega, e que se denomina ‘complemento directo’ ou ‘objectivo’ do ‘verbo’ (il.: Pedro estuda a gramática). Pode passar facilmente para a voz passiva (il.: A gramática é estudada por Pedro).
Transitivo > Intransitivo	O ‘verbo transitivo’ pode converter-se em ‘intransitivo’ quando, tomado absolutamente, não passa a ‘ação’ do ‘sujeito’ para outro ‘sujeito’ diverso (il.: Pedro ama = tem ou experimenta amor). A razão disto é que o ‘atributo’ grammatical “amante” que exprime a ‘ação’ que o ‘verbo substantivo’ afirma do sujeito, é tomado n’este caso como simples ‘adjectivo verbal’; ao passo que, quando o verbo é ‘transitivo’, o ‘atributo’ “amante” conserva a sua força de ‘participio latino’ no verbo portuguez, ou é um verdadeiro ‘participio alatinado’.
Transitivo relativo	O ‘verbo transitivo’, pode ser ao mesmo tempo ‘relativo’, quando além do ‘complemento directo’ ou ‘objectivo’, pede um ‘termo de relação’, que se denomina ‘complemento indirecto’ ou ‘terminativo’. (il.: dei um livro a Pedro).
Intransitivo	O ‘verbo intransitivo’ quando não passa a ‘ação’ do ‘sujeito’ para outro ‘sujeito’ diverso (il.: José fallou admiravelmente).
Intransitivo relativo	O ‘verbo intransitivo’ pode se tornar relativo quando se dá um ‘termo’ de relação à ‘ação’ exercida pelo ‘sujeito’ da ‘proposição’ (il.: Tu morreste para o mundo; ficou-lhe a glória da ação).
Relativo	O ‘verbo attributivo’, quando pede ‘complemento indirecto’ ou ‘terminativo’, ou um ‘termo de relação’ da ‘acção’ exercida pelo ‘sujeito’. (il.: O mundo obedece a Deus; O sacerdote usa de vestes talaras).
Reflexo	O ‘verbo attributivo’, quando se lhe dá por ‘complemento directo’ ou ‘objectivo’ o mesmo ‘pronomine pessoal’ que representa o ‘sujeito’ (il.: Tu te feriste).
Pronominal	Quando habitualmente se conjuga com o referido ‘pronomine’ por aquelle ‘complemento’; porque então a ‘ação’ exercida pelo ‘sujeito’ não passa para outro ‘sujeito’ diverso, mas reflecte sobre ele proprio. (ex.: eu não me queixo).
Relativo	O ‘verbo pronominal’ é muitas vezes ‘relativo’ (il.: Condoo-me de ti; Compunge-te de meus males).
Atributivo composto	Formado ordinariamente com os ‘verbos’ “estar”, “ficar”, “andar”, “ir”, “vir”, e o ‘gerundio’ dos outros verbos (il.: estar orando; ficar esperando, andar viajando, ir subindo, vir descendo) ou com o ‘gerundio’ próprio, quando o ‘verbo’ que com elle se combina exprime movimento (il.: andar andando, ir indo, vir vindo). Esta especie de verbo composto pode ser, transitivo, intransitivo, relativo, reflexo e pronominal, segundo a natureza da significação do gerundio com que se compõe (il.: Estou escrevendo cartas; Ficou expirando; Andou usando de banhos; Vou-me exercitando; se queixando).

Quadro 45. *Espécies de ‘verbo atributivo’ em Sotero dos Reis (1877)*

Como vemos, exceto pela definição em que trata da transição de ‘verbos transitivos’ para ‘verbos intransitivos’, Sotero dos Reis, não trata da distinção entre ‘verbo

substantivo’ e ‘atributo’ inserida nas *espécies* de ‘verbo atributivo’. Na definição mencionada, o gramático explica que ‘verbos transitivos’ que se tornam ‘intransitivos’, por meio de uma distinção feita na língua latina, a qual, de acordo com o gramático, pressupõe duas análises diferentes do ‘verbo adjetivo’ (em ‘verbo substantivo’ mais ‘adjetivo verbal’ ou ‘verbo substantivo’ mais ‘particípio’).

4.6.5 Conceito de oração e seus elementos

Sotero dos Reis inicia seu capítulo de tratamento de sintaxe afirmando que o ‘discurso’ consta de ‘proposições’ e as ‘proposições’ de ‘palavras’; afirma também que a ‘proposição’ também é denominada por outros *termos* como ‘oração’, ‘frase’, ‘sentença’ e define-a como o enunciado do juízo ou ato do entendimento pelo qual afirmamos uma coisa de outra. Os três ‘termos’ da ‘proposição’ são ‘sujeito’, ‘atributo’ e ‘verbo’, os dois primeiros são ‘ideias acessórias, ao passo que o último é ‘ideia principal’ e promove o ‘nexo’ entre os outros dois ‘termos’ (il.: Deus é eterno).

‘Sujeito’ e ‘atributo’ podem ser ‘gramaticais’ ou ‘totais’. Quando gramaticais, são representados por ‘nome substantivo’, ‘pronome’ e ‘oração’, no caso do ‘sujeito’, e ‘nome adjetivo’ ou equivalente, no caso do ‘atributo’. Quando ‘totais’, são acompanhados por ‘complementos’, que são definidos como “toda palavra ou ação que completa o sujeito e atributo”. Ademais, o ‘sujeito’ e o ‘atributo’ também são classificados em ‘simples’, ‘compostos’ e ‘complexos’. No quadro abaixo, apresentamos o conceito de cada um:

<i>Espécies</i> de ‘sujeito’ e ‘atributo’	Simples	Composto	Complexo
Sujeito	Representa apenas um objeto ou objetos de mesma natureza (il.: O homem é mortal).	Representa objetos diferentes ou de natureza diversa (il.: Pedro e João são irmãos).	Tem complementos (il.: O homem que sabe regular sua vida é prudente).
Atributo	Exprime uma só maneira de existir do ‘sujeito’ (il.: O homem é mortal).	Exprime diversas maneiras de existir do ‘sujeito’ (il.: Cícero foi orador e filósofo).	Tem complementos (il.: O mundo foi criado por Deus).

Quadro 46. *Espécies* de ‘sujeito’ e ‘atributo’ em Sotero dos Reis (1877)

Sotero dos Reis distingue em seu capítulo de tratamento da sintaxe, uma sintaxe de ‘palavras’ e outra de ‘proposições’, em ambas há ‘ligação’ e ‘subordinação’ (de palavras e de proposições). Lembramos que no ‘prólogo’ da obra, ele havia dito que a respeito das relações entre ‘palavras’ de que se compõe a ‘proposição’, assim como as

relações entre as ‘proposições’ de que se compõem o ‘discurso’, são de três naturezas: ‘nexo’, ‘concordância’, ‘dependência’ ou ‘subordinação’.

É quando trata das ‘dependências’ das palavras que Sotero dos Reis descreve diversos tipos de ‘complementos’ que pode haver nas ‘proposições’. Antes, porém, ressalta a diferença entre línguas que têm ‘casos’, como latim e grego, e línguas que não têm, como o português. Enquanto aquelas expressam a ‘subordinação’ das palavras entre si por meio de ‘casos’ e independentemente de preposições claras ou subentendidas e sem “lei da posição”, a língua portuguesa expressa essas subordinações por meio dos ‘complementos diretos’ ou ‘objetivos’ (sem preposição) e ‘indiretos’ ou ‘terminativos’ (com preposição) e deve-se observar a “lei da posição” das palavras.

Diferentemente da maior parte dos gramáticos, Sotero dos Reis não apresenta primeiro as *espécies* de ‘complemento’ e depois a que elas se referem, mas os apresenta distinguindo-os primeiramente pela palavra que complementam. Assim, há três ‘complementos’: do ‘nome apelativo’, do ‘nome adjetivo’ e do ‘verbo atributivo’, os quais podem ser das seguintes *espécies*, respectivamente, ‘restritivo’ ou ‘terminativo’, ‘terminativo’ ou ‘circunstancial’, ‘objetivo’ ou ‘terminativo’ ou ‘circunstancial’. No quadro adiante, apresentamos sinteticamente o *conceito* de cada um:

‘Complementos’ de classes de palavras	<i>Conceito</i>
Nome apelativo	Ordinariamente, ‘restritivo’, que designa propriedade, posse ou fim (il.: Este livro é de Pedro; As leis de Licurgo fizeram dos espartanos um povo guerreiro) Mas pode também ser ‘terminativo’, que modifica o ‘nome apelativo relativo’ (il.: inclinação às armas). Pode também ter os dois ‘complementos’ ao mesmo tempo (il.: A inclinação às armas é evidente em Pedro; O amor ao estudo é feliz disposição para aprender).
Nome adjetivo	Quando é ‘relativo’ o ‘nome adjetivo’ pode ser modificado pelo ‘complemento terminativo’, e, sendo ou não ‘relativo’, pode ser modificado pelo ‘complemento circunstancial’, que adiciona circunstância ao nome adjetivo, (il.: Este homem é temente a Deus; Esta menina me é cara).
Verbo atributivo	Pode ser ‘direto’ / ‘objetivo’, quando o ‘verbo’ é ‘transitivo’ (il.: O homem fertiliza com a cultura a terra ainda a mais ingrata; Estimo a Pedro que é um homem de bem) ou ‘indireto’ / ‘terminativo’, quando o ‘verbo’ é ‘relativo’ (il.: O mundo obedece a Deus; usa de armas defesas. Pode, por vezes, haver os dois complementos quando o verbo é ‘transitivo relativo’ (Escrevi-te uma carta; Aquele que primeiramente ensinou aos homens a arte de escrever, fez um grande bem à humanidade). O ‘complemento’ do ‘verbo atributivo’ pode também ser ‘circunstancial’, modificando-o ao acrescentar a ele um ‘modo’, ‘meio’, ‘instrumento’, ‘causa’, ‘origem’, ‘fim’, ‘companhia’, ‘ordem’, ‘oposição’, ‘exclusão’, ‘matéria’, ‘preço’, ‘medida’, ‘espaço’, ‘distância’, ‘tempo’ e ‘lugar’.

Quadro 47. ‘Complementos’ de classes de palavras em Sotero dos Reis (1877)

É curioso que, ao tratar do ‘sujeito complexo’ e do ‘atributo complexo’, falou que esses teriam ‘complementos’, mas ao tratar dos ‘complementos’, o gramático não volta a citar o ‘sujeito’ e o ‘atributo’, mas apenas *espécies de classes de palavras*, as quais poderiam ter esses papéis na ‘proposição’, no caso do ‘nome apelativo’ e do ‘nome adjetivo’, mas há também a *espécie* de ‘verbo’ ‘verbo atributivo’ que também pode ter ‘complementos’.

Finalmente, o gramático distingue as *espécies* de ‘proposição’, em três espécies: as ‘absolutas’, as ‘subordinadas circunstanciais’ e as ‘subordinadas completivas’. Essas espécies, entretanto, surgem da oposição inicial entre ‘proposições absolutas’ e ‘subordinadas’. As primeiras podem estar sozinhas no discurso (il.: Deu criou o mundo em seis dias) ou podem aproximar-se entre si, quando este último caso ocorre, ligam-se por ‘conjunções’ de ‘aproximação’ ou pela ‘identidade’ de ‘sujeito’ ou simplesmente pelo ‘sentido’. Já as ‘subordinadas’ devem sempre estar acompanhadas de uma ‘proposição absoluta’, da qual dependem; quando estão unidas, a ‘absoluta’ chama-se ‘principal’ (il.: o homem pensa, porque é um ente dotado de inteligência). A união se dá por meio de ‘conjunções de subordinação’, ‘adjetivos conjuntivos’ (il.: Eneias fugia de Tróia, que tinha sido tomada), ‘advérbios conjuntivos’ (a terra, onde nos vai bem, é para nós a pátria) ou ‘preposições’ (no caso de ‘proposição infinitiva’; il.: sem a cultivares, a terra não te produz bons frutos). No quadro adiante, apresentamos um resumo do *conceito* das duas *espécies* de ‘proposição subordinada’.

<i>Espécies de ‘proposição’ (termos)</i>	<i>Conceitos</i>
Subordinadas circunstanciais	É ora equivalente do ‘complemento restritivo’, ora do ‘terminativo’, ora do ‘objetivo’.
Subordinadas completivas	É equivalente do ‘complemento circunstancial’ (il.: nao partirei hoje, porque já é tarde para seguir viagem; para que sejas bem sucedido no exame, é necessário estudar; como recomendas, assim se fará; depois que daqui partiste, só me escreveste uma vez).

Quadro 48. *Espécies de ‘proposição’ em Sotero dos Reis (1877)*

4.6.6 Rede conceitual

É possível notar em Sotero dos Reis uma *rede conceitual* em torno do ‘verbo substantivo’, sobretudo pela *identidade* e *equivalência* entre o *conceito* de ‘verbo substantivo’ e de ‘verbo’, além da clara *subordinação* do *conceito* de ‘verbo substantivo’ ao de ‘proposição’, visto que nosso *conceito-chave* é justamente o elo entre ‘sujeito’ e ‘atributo’. Ademais, o *conceito* de ‘verbo substantivo’ parece ter *base teórica comum* com

o *conceito* ‘gramática’ dado pelo autor, como princípios imutáveis da palavra que são aplicados às instituições das línguas, dado que o ‘verbo substantivo’ seria o ‘verbo primitivo’, presente em todas as línguas, enquanto que o ‘verbo adjetivo’ ou ‘atributivo’ seria já uma instituição, uma abreviação. Entretanto, diferentemente do que fazem outros gramáticos (Costa Duarte 1829, Bithencourt 1862 e até mesmo Ribeiro 1881, cf. 4.3, 4.5 e 4.8), ao tratar das diferentes *espécies* de ‘verbo adjetivo’ ou ‘atributivo’, o autor não distingue ‘verbo substantivo’ de ‘atributo’, ele apenas diz, por exemplo, que o ‘verbo transitivo’ passa uma ‘ação’ – *conceito* este não apresentado anteriormente como sendo do ‘verbo’, então provavelmente teria relação com ‘atributo’ – do ‘sujeito’ a um ‘complemento objetivo’.

Ademais, Sotero dos Reis trata dos ‘complementos’ como complementando *classes de palavra* (‘nome substantivo’, ‘nome adjetivo’ e ‘verbo atributivo’) em vez de um *papel sintático*, como seria se complementasse o ‘sujeito’ ou o ‘atributo’, ainda que ao tratar de ‘sujeito complexo’ e ‘atributo complexo’, o autor considere que esses dois *papéis sintáticos* têm ‘complemento’. Finalmente, dentre as *espécies* de ‘proposição’, as ‘subordinadas’ são equivalentes a quatro *espécies* de ‘complemento’, não havendo, assim, equivalência entre os *conceitos* de ‘adjetivo restritivo’ e ‘adjetivo explicativo’ e de *espécies* de ‘proposição’.

Em suma, a gramática de Sotero dos Reis apresenta alguma *rede conceitual* em torno do ‘verbo substantivo’, mas por vezes não considera em descrições em que era comum considerá-lo, como a de *espécies* do ‘verbo adjetivo’ ou ‘verbo atributivo’.

4.7. *Grammatica Portugueza Philosophica* (1881, [120]) e *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza* (1890, [171]), de Ernesto Carneiro Ribeiro

4.7.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

Há similaridades e diferenças entres os conceitos apresentados nas duas obras de Carneiro Ribeiro. Em 1881, ele define gramática como ‘ciência da linguagem’ por ser a ‘ciência’ de enunciar os nossos pensamentos segundo as regras estabelecidas pela ‘razão’ e pelo ‘bom uso’. Afirmar ainda que ela deve ser estudada à luz da ‘ideologia’, que seria um estudo das ‘ideias’ no período. A linguagem para o gramático é, por um lado, aquilo que permite a análise das ideias, pois dá a elas um corpo fixo, separado do todo confuso

e indistinto do pensamento. Por outro lado, define-a como um “verdadeiro organismo, tão difícil de inventar, quanto o organismo de um animal”, sem o qual o pensamento ficaria preso, pois não teria o ‘verbo’ exterior. Em 1890, mais enxuto, define ‘gramática’ também como ‘ciência da linguagem’, mas modifica sutilmente restante, diz que a ‘gramática’ estuda leis ou normas segundo as quais se exprime o pensamento pela linguagem, quer escrita, quer falada. Portanto, já não cita a ‘razão’ como estabelecadora das regras, nem explicita o ‘bom uso’. Em 1890, define ‘linguagem’ como um conjunto dos sinais pelos quais manifesta o homem seus pensamentos. Esses sinais são os músculos do rosto (mais próxima dos animais do que dos homens), os caracteres escritos (escritura) e os sons articulados (palavra). Finaliza definindo ‘linguagem articulada’ não é só um meio de comunicação, mas, como já havia dito em 1881, um poderoso instrumento por meio do qual se analisa, esclarece e desenvolve o pensamento, tornando realizáveis as operações do espírito.

Nas duas obras, são concebidas três *espécies* de gramática, cujos *conceitos* expomos nos quadros adiante.

Espécie de ‘gramática’	<i>Conceito em 1881</i>	<i>Conceito em 1890</i>
Geral	Tem por assunto os princípios invariáveis, imutáveis e universais da linguagem. É uma ciência, porque é a investigação razoada dos princípios universais da linguagem, os quais são comuns a todas as línguas, e são as leis necessárias e eternas do pensamento, constitutivas de todos os espíritos.	Tem por assunto os princípios universais e invariáveis da linguagem.
Particular	Faz aplicação dos princípios da ‘gramática geral’ aos usos e às instituições arbitrárias de uma língua. Comumente se define arte de ler, escrever e falar corretamente uma língua. É ‘elementar’ ou ‘filosófica’. Quando ‘elementar’, limita-se aos estudos das regras sem elevar-se aos princípios gerais de que se deduzem tais regras (arte); quando ‘filosófica’ estuda as regras gramaticais prendendo-as e ligando-as aos princípios gerais que as explicam e justificam (ciência-arte).	Faz aplicação dos princípios da ‘gramática geral’ aos usos e às instituições arbitrárias de uma língua. É ‘elementar’ (diz-se também expositiva, descritiva, ou prática) ou ‘filosófica’. No primeiro caso, limita-se ao estudo das regras e instituições mais ou menos arbitrárias, sem se elevar aos princípios gerais, de que se deduzem. No caso da ‘filosófica’, estuda essas instituições ligando-as aos princípios gerais, que são os seus fundamentos, princípios de uma verdade imutável comum a todas as línguas. Expõe regras ou normas observadas no emprego de um idioma sem atender às suas transformações, nem aos princípios gerais a que tais regras obedecem. Geralmente é definida como a arte de falar e escrever corretamente uma língua. Assim, a gramática portuguesa é a disciplina ou arte que ensina a falar e

		escrever corretamente a língua portuguesa.
Comparativa (1890: ou Histórica)	É a que estuda dois ou mais idiomas, investigando suas analogias e semelhanças, comparando seus fatos, suas transformações. É ciência que estuda os idiomas aproximando-os, remontando-se às etimologias, comparando todos os seus elementos – tem sido cultivada neste século [XIX] nos países civilizados, nomeadamente a Alemanha.	Estuda os idiomas investigando suas analogias e semelhanças, suas feições particulares, comparando seus fatos, suas transformações, sua filiação, seu desenvolvimento e sua evolução histórica. Recebe o nome de ‘histórica’ porque não é possível comparar dois ou mais idiomas sem acompanhar seu desenvolvimento histórico.

Quadro 49. *Espécies de 'gramática' em Carneiro Ribeiro (1881, 1890)*

As *espécies* e os conceitos são bastante similares. A diferença entre as obras está no acréscimo de ‘histórica’ à gramática antes apenas ‘comparativa’ e na grande redução na *definição* de ‘gramática geral’ nos *Serões*; além disso, em 1890, não julga mais se algumas *espécies* de ‘gramática’ são ciência ou não. Ademais, nas duas obras, define as mesmas quatro partes constitutivas da gramática: ‘fonologia’ ou ‘fonética’, ‘ortografia’, ‘lexicologia’ e ‘fraseologia’ ou ‘sintaxe’.

Observa-se, na definição das *espécies* de gramática, a mistura de aspectos do Programa Descritivista e do Programa de Correspondência (Swiggers 2004, cf. Quadro 2), pois considera, ao mesmo tempo, que gramática descreve a expressão do pensamento, fazendo, assim, uma relação entre linguagem e pensamento, ao mesmo tempo em que ela deve ser analisada enquanto objeto comparável. Como veremos nos próximos itens, essa é uma característica comum das gramáticas publicadas na década de 1880 e 1890.

Além desse conteúdo, nas duas obras Carneiro Ribeiro apresenta uma breve reflexão (*metatexto*) a respeito da história da ‘gramática’ e cita gramáticos ou filósofos de diferentes períodos. Na *Grammatica Philosophica* de 1881, cita na Antiguidade Platão, Aristóteles, Ênio (latino), Dionísio da Trácia, que Carneiro Ribeiro considera responsável pela autonomia da gramática. Pula para o século XVI e XVII e cita gramáticos do latim e do francês renascentistas, como Pedro Ramos, Erasmo, Julio Cesar Scaligero, Vossio e Vangelas, e também os dois primeiros gramáticos da língua portuguesa Fernão de Oliveira e João de Barros. Menciona ainda o filósofo natural Francis Bacon, que, segundo o gramático, deu impulso às ciências experimentais. Menciona, em seguida, “os religiosos de Port Royal”, Dangeau e, do século XVIII, Duclos, Dumarsais, Condillac, Predidente de Brosses, Beauzée, Court de Gébelin, Harris, Sylvestre de Sacy, Destutt de Tracy. Finalmente, do século XIX, menciona Adelung, Vater, Jones, Klaproth, Colebrooke, Burnouf, Bopp, Diez, Max Müller, Schlegel, Schleicher, Humboldt, Pott, Grimm, Benfey, Renan, Leo Meyer, A. Maury, Adolpho Coelho.

Em 1890, apresenta um histórico mais enxuto, com um número menor de nomes. Menciona brevemente a Antiguidade, fala de gregos e romanos sem citar nomes, em seguida, fala muito brevemente da Idade Média (oculta na gramática anterior), salta os séculos XVI, XVII e XVIII e fala do XIX da seguinte forma:

Mas o verdadeiro methodo no estudo da sciencia gramatical ainda não se havia descoberto: subtilezas mais ou menos engenhosas, umas metaphysica futil e esteril, uma polyglottia pesada, inconsistente embaraçosa, substituiu os verdadeiros processos no estudo da grammatica. O criterio historico e comparativo data da primeira metade do século 19. (Carneiro Ribeiro 1890:)

Cita desse último século: William Jones, Schlegel, Bopp, Pott, Maury, Benfey, Grimm, Burnouf, Diez, Max Müller, Bréal, Littré, Branchet, Adolpho Coelho.

É curioso que o histórico realizado pelo autor nas duas gramáticas seja, de alguma maneira, complementar. O que está apresentado em detalhe em 1881 é apenas retomado em 1890, e aquilo que não foi apresentado em 1881, como a idade média e um maior detalhamento do século XIX, são apresentados na gramática de 1890. O gramático parece querer demonstrar sua erudição e, sobretudo, seu conhecimento dos autores que mais tinham impacto no que, nos parece, é sua *agenda* ao escrever a gramática. Em 1881, cita, por exemplo, diversos gramáticos franceses da tradição da *grammaire générale*, em geral franceses, e alguns estudiosos oitocentista da gramática histórico-comparativa. Em 1890, Carneiro Ribeiro menciona apenas estes últimos, e já não cita os nomes da *grammaire générale*.

4.7.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

A *Grammatica Philosophica* (1881) de Carneiro Ribeiro é, em geral, mais prolixa e traz comentários em *metatexto* mais longos do que os *Serões Grammaticaes* (1890). Na primeira, o gramático discute, em *metatexto*, diversas possibilidades de distribuir as *classes de palavras* em *metaclasses* (e seus respectivos autores) das quais discorda antes de apresentar o modelo com que concorda e que utiliza na obra. Adiante, apresentamos um breve resumo dessa discussão.

Diz Carneiro Ribeiro que Aristóteles, Varrão, Dionísio de Halicarnasse, Quitiliano e Plutarco, Sanchez de las Brozas, Lancelot e Gaultier dividiam todas as palavras em três classes: ‘nomes’, ‘verbos’ e ‘partículas’. À luz da ‘gramática filosófica’, porém, esse modo não é aceito, dado que não tem ‘fundamento lógico’. Muitas palavras de natureza diferentes são colocadas na mesma classe; por exemplo, os ‘adjetivos’ estão

na mesma classe dos ‘substantivos’ quando grande diferença separa estes daqueles; ‘preposições’, ‘conjunções’ e ‘interjeições’ formam uma só ‘classe’, quando a análise da natureza desses diversos elementos ‘invariáveis’.

Harris, por outro lado, considera as palavras divididas em duas ‘classes’: ‘palavras principais’ ou de ‘significação absoluta’, que significam independentemente de outras palavras, e ‘palavras acessórias’ ou de ‘significação relativa’, que não têm significação senão unidas a outras palavras, como é o caso de ‘preposições’ e ‘conjunções’. Algumas ‘preposições’ e ‘conjunções’, porém, têm por si mesmas uma significação, podendo, inclusive, ser reduzidas a ‘nomes’ e ‘adjetivos’. Menciona ainda, baseado em Horne Tooke, que ‘preposições’, ‘conjunções’ e ‘advérbios’ acham-se em outras ‘partes do discurso’, como ‘nomes’ e ‘verbos’.

Já U. Domergue distingue as palavras em duas classes: ‘substantivos’ e ‘atributivos’. Parece, entretanto, a Carneiro Ribeiro que essa classificação é deficiente, na medida que julgamos que toda classificação de palavras deve ter uma correspondente à ‘relação’, que é um dos elementos integrantes da razão. O próprio Domergue apresenta esse elemento como parte da ‘proposição’: ‘judicando’, ‘judicato’, ‘julgador’ ou ‘cópula’ – este último exerceria a ‘relação’. Lemare, por outro lado, concebe apenas ‘substantivos’ e ‘adjetivos’ revestidos ou privados de ‘ideias acessórias’; considera que ‘preposições’ e ‘advérbios’ são ‘substantivos’ truncados’. Entretanto, Carneiro Ribeiro afirma que é difícil aplicar essa teoria quando se procura explicar todos os ‘advérbios’ e todas as ‘preposições’ e ‘conjunções’ sem recorrer a sutilezas que a razão e a lógica não aprovam. Ademais, a distinção entre ‘palavras variáveis’ e ‘invariáveis’ não é, segundo o gramático brasileiro, extensiva a todas as línguas. No chinês, por exemplo, de acordo com Abel de Remusat, são ‘invariáveis’ em forma todos os vocábulos tomados separadamente, não admitindo inflexão nem mudança alguma.

A ‘palavra’, segundo Portalis, é o ‘pensamento encarnado’ e, sendo assim, toda classificação delas deve ter correspondência com a ‘classificação de ideias’. A realidade é, de modo concreto, constituída por ‘Deus’, ‘alma’ e ‘corpo’, considerando-a abstratamente, há três elementos: ‘substância’, ‘qualidade’ e ‘relação’. A razão humana, de acordo com Cousin, não concebia as coisas senão sob a razão de duas ideias: a ‘unidade’ e a ‘pluralidade’, o ‘absoluto’ e o ‘relativo’. Posteriormente, Cousin acrescentou um terceiro elemento: a ‘relação’. O filósofo Aristóteles já havia mencionado a ‘substância’, a ‘qualidade’ e a ‘relação’ entre suas dez categorias. Estabelecidos esses

princípios filosóficos, bastaria, segundo o gramático, aplicá-los à classificação das palavras do discurso.

Enfim, apresenta suas *metaclasses* baseado nesses três elementos¹⁰³. O gramático baiano afirma que a ‘substância’ corresponde à classe dos ‘denominativos’, a ‘qualidade’ à dos ‘qualificativos’ e a ‘relação’ à dos ‘conjuntivos’. A primeira compreende os ‘substantivos’ e os ‘pronomes’, a segunda, os ‘adjetivos’, ‘advérbios’ e ‘verbos’, a terceira, finalmente, as ‘preposições’ e ‘conjunções’. Já a ‘interjeição’, embora tenha sido colocada pelos gregos como parte dos ‘advérbios’, forma uma ‘classe de sinais’ que não pertence à ‘linguagem analítica’, mas à ‘linguagem sintética’, visto que são sinais que por si sós indicam uma situação inteira de nossa alma. Ainda assim, o autor apresenta na gramática uma seção de tratamento dessa classe de palavra.

Mais direto nos *Serões Grammaticaes* (1890), Carneiro Ribeiro apresenta as mesmas *metaclasses* de 1881, com a mesma distribuição das *classes de palavras*. A diferença entre as duas obras é apenas *terminológica*, pois a *metaclass* dos ‘qualificativos’ de 1881 passa a se chamar *metaclass* dos ‘modificativos’ em 1890. Diz ele que os elementos gramaticais vulgarmente conhecidos pela denominação de ‘partes da oração’ reduzem-se aos seguintes: ‘substantivo’, ‘pronome’, ‘adjetivo’, ‘verbo’, ‘preposição’, ‘conjunção’ e ‘advérbio’. Dividem-se em três classes: ‘denominativos’ (‘substantivos’ e ‘pronomes’), ‘modificativos’ (‘adjetivos’, ‘verbos’, ‘advérbios’) e ‘conjuntivos’ (‘preposições’ e ‘conjunções’). A respeito da ‘interjeição’, comenta que formam uma ‘classe de sinais’ que não pertencem à ‘linguagem analítica’, a linguagem registrada na ‘gramática’. Entretanto, além dos ‘sinais arbitrários’ da ‘linguagem analítica’ há também os ‘sinais afetivos’, é relevante que a gramática estude e analise as ‘interjeições’ a fim de determinar-lhes a natureza.

Em *metatexto* (reflexão), o gramático fala brevemente sobre outras duas possibilidades de *metaclasses*, ao dizer que alguns gramáticos consideram que esses elementos podem ser divididos em ‘variáveis’ ou ‘de flexão’ e ‘invariáveis’ ou ‘sem flexão’, e que há, ainda, uma divisão antiga que distingue os ‘elementos gramaticais’ em ‘nomes’ (‘substantivos’, ‘pronomes’, ‘adjetivos’), ‘verbos’ e ‘partículas’. Carneiro Ribeiro, entretanto, diferente do que fez em 1881, não apresenta um julgamento a respeito dessas outras classificações, apenas não as adota.

¹⁰³ Assemelhando, nesse ponto, a Costa Duarte (1829, 1859 – cf. 4.3), dado que essa divisão distinguia as *classes de palavras* por estarem associadas a ‘ideias’, as quais podiam ser ‘substância’ ou ‘qualidade, e a ‘relações’.

No quadro adiante, apresentamos os conceitos de *classes* e *metaclasses* de palavras realizado pelo gramático nas duas obras:

Metaclasses	Classes de palavras
Denominativos	Substantivos
	Pronomes
Qualificativos (1881) Modificativos (1890)	Adjetivos
	Verbos
	Advérbios
Conjuntivos	Preposições
	Conjunções

Quadro 50. *Metaclasses e classes de palavras em Carneiro Ribeiro (1881, 1890)*

4.7.3 Conceitos modificadores nome

Em ambas as gramáticas, Carneiro Ribeiro define os ‘pronomes’ como palavras que exprimem seres ‘determinados’ designando-os pela ideia de sua pessoa; afirma que na ‘classe de pronomes’ considera apenas os elementos gramaticais a que geralmente se dá a denominação de ‘pronomes pessoais’. Em *metatexto*, afirma que Lemare os chamou de ‘substantivos personativos’. Os exemplos dessa *classe de palavra* são “eu, mim, me migo, nós, nos, nosco, tu, ti, te, tigo, vós, vos, vosco, ele, ela, o, a, si, se, sigo, os, as, si, se, sigo”. Afirma ainda que os exemplos “eu, tu, ele, ela, eles, elas, nós, vós”, correspondentes ao ‘caso nominativo’ dos ‘pronomes’ latinos, chamam-se ‘variações diretas’, ao passo que as outras variações pronominais chamam-se ‘oblíquas’. Explica, na gramática de 1881, que ‘casos’ são as diversas ‘terminações’ ou ‘inflexões’ que tomam as ‘palavras’ para exprimir os diferentes intuitos do espírito ou as diversas relações dos objetos entre si e que, na língua portuguesa, só os ‘pronomes’ têm ‘casos’.

Em *metatexto*, na edição de 1881, apresenta uma reflexão acerca da classificação feita pelo ‘pronome’. Primeiramente, critica o gramático português Jerônimo Soares Barbosa por ter colocado os ‘pronomes’ dentro da *classe* dos ‘adjetivos’ (algo que, como vimos, muitos gramáticos brasileiros também fazem. Ademais, diz que muitos gramáticos se atêm à ‘etimologia’ do vocábulo ‘pronome’ e, por isso, acabam por defini-lo como palavra que se coloca em lugar do nome, mas argumenta que se assim fosse, todas as palavras empregadas ‘metaforicamente’ e grande número de ‘adjetivos’ estariam incluídos nessa classificação (il.: aquela cidade tem trinta mil almas; código napoleônico; leis julianas). Por outro lado, elogia os gramáticos franceses Dumarsais e Beauzée, aquele por ter sido o primeiro a reconhecer bem a natureza do ‘adjetivo’, o segundo por segui-lo e aperfeiçoá-lo. Em suma, segundo esses gramáticos, os ‘substantivos’ ‘designam’ os

seres pela ideia de sua natureza, ao passo que os ‘pronomes’ os ‘determinam’ pela ideia precisa de uma relação com o ‘ato da palavra’.

Por fim, ainda em *metatexto*, em ambas as obras destaca que muitas outras gramáticas (1881) ou que a ‘gramática tradicional’ (1890) distingue diversas *espécies* de ‘pronome’, como ‘possessivos’, ‘demonstrativos’, ‘relativos’ ou ‘conjuntivos’ e ‘indefinidos’, mas rejeita essa opção. Em 1881, é enfático na crítica, dizendo que essa distinção é “completamente falsa” (1881:175), ao passo que em 1890 é mais brando e afirma simplesmente que parte dos dados que corresponderiam a essas *espécies* ficam nos ‘nomes’ e outra parte nos ‘adjetivos’ (ex.: isso, aquilo, tudo, outrem, quem, ninguém, nada, que, o qual, cujo, meu, teu, seu).

Antes de tratarmos dos ‘adjetivos’, ressaltamos que ainda na seção de tratamento dos ‘substantivos’ das duas gramáticas, Carneiro Ribeiro menciona que esses têm em seu significado a ‘compreensão’ e a ‘extensão’. A primeira corresponde à totalidade das ideias parciais que se encerram na ideia total que ele exprime, já a ‘extensão’ é o número de indivíduos a que se aplica o ‘substantivo’. Esses, diz Carneiro Ribeiro, estão em razão inversa, assim, quanto mais for a extensão, tanto menor será a compreensão e vice-versa (como vimos em 4.1.2, esta observação tem origem na *Logique* de Port-Royal). Ressalta, em seguida, que essa distinção será relevante para a distribuição dos ‘adjetivos’ em *espécies* diferentes.

Nas duas gramáticas, define ‘adjetivos’ como palavras que indicam seres indeterminados, designando-os por uma ideia accidental à natureza comum indicada pelo ‘apelativo’. Lembra ainda o leitor que os ‘adjetivos’ pertencem à *metaclass* dos ‘modificativos’, a qual compreende igualmente ‘verbos’ e ‘advérbios’. Em 1881, afirma ainda que, como sinal de uma das categorias do espírito humano, o ‘adjetivo’ é uma categoria gramatical essencial a todas as línguas – o que torna explícito sua visão de que as *classes de palavras* são expressões de categorias já presentes no pensamento. Em *metatexto*, menciona pesquisas que indicavam a falta absoluta desse elemento gramatical no vocabulário dos Mohegans e Hurões, que, no entanto, não podem sustentar que os falantes dessas línguas não distingam o ‘sujeito’ do ‘predicado’ ou a ‘substância’ da ‘qualidade’.

Há duas *espécies* de ‘adjetivo’: ‘qualificativos’ (ex.: bom, mau, justo, bonito, belo, grande, honesto, mole, duro, quente, frio, doce, amargo, verde, branco, negro, útil, necessário, possível, perfeito, infinito, eterno) e ‘determinativos’ ou ‘artigos’ (ex.: o, a, os, as, todo, nenhum, cada, um, uma, algum, dois, três, quatro, primeiro, segundo,

terceiro, este, esse, aquele, meu, teu, seu, que, qual, cujo). Os ‘qualificativos’ modificam a compreensão dos ‘nomes apelativos’ sem lhes determinar a ‘extensão’; ‘determinativos’ determinam a ‘extensão’ dos apelativos sem nada lhes ajuntar à ‘compreensão’.

Em *metatexto*, apenas em 1881, cita Tracy, gramático francês, dizendo que em nossas línguas não modificamos uma ideia em sua compreensão sem que primeira a modifiquemos em sua extensão. Assim, não dizemos simplesmente “homem pobre”, mas “o homem pobre” ou “todo homem pobre”, “alguns homens pobres”.

Nas duas gramáticas o ‘adjetivo determinativo’ ou ‘artigo’ divide-se em: ‘artigo indicativo’ ou ‘puro’, que apenas indica de um modo vago que a natureza comum significada pelo apelativo se deve aplicar aos indivíduos (ex.: o, a, os, as), e ‘artigo conotativo’, ‘combinado’ ou ‘especial’, que são todos os outros, que a essa ideia de indicação geral e vaga dos indivíduos ajuntam mais alguma ideia, determinando mais ou menos precisamente a quantidade dos indivíduos (ex.: nenhum, todo, algum, dois, segundo, suplo, oitava, meu, estes, que). No quadro adiante, apresentamos sua *taxonomia*:

Artigo indicativo / puro				
Artigo conotativo	Universais	Positivo		
		Negativo		
		Indefinitos		
	Partitivo	Definitos	Numerais	Cardinais
				Ordinais
				Dual
			Possessivo	
			Demonstrativos	Puros
				Conjuntivos

Quadro 51. Espécies do 'artigo indicativo' ou 'puro' e 'artigo conotativo' em Carneiro Ribeiro (1881, 1890)

4.7.4 Conceito de verbo

Nas duas gramáticas, ‘verbo’ é definido como uma *classe de palavras* que indica seres indeterminados designando-os pela ideia de uma existência intelectual com relação a um ‘atributo’. Ressalta Carneiro Ribeiro que o ‘verbo’ é a palavra por excelência; e que está dentro da *metaclass* dos qualificativos (1881) ou ‘modificativos’ (1890) porque sua ideia primordial e característica é a ideia de existência, e esta é atributo universal dos seres – afirma ainda que se o verbo indica também uma relação, faz isso secundária e posteriormente (em 1890, acrescenta que somente as ‘preposições’ e ‘conjunções’ constituem a *metaclass* dos ‘conjuntivos’). Como já temos visto na análise das obras, frequentemente os autores não concordam a respeito da *metaclass* que inclui o ‘verbo’;

há alguns que o encaixam em uma *metaclasse* de relação (cf. Ribeiro 1881, Maciel 1887), enquanto há outros que negam isso, como fez Carneiro Ribeiro.

A descrição das *espécies* do ‘verbo’ é bastante similar nas duas obras; diferem sobretudo porque em 1890 Carneiro Ribeiro apresenta poucos *exemplos e ilustrações* e porque em 1881 há reflexões mais longas sobre alguns aspectos. Afirma em 1890 que, considerados quanto à sua ‘natureza’, os verbos dividem-se quanto a conter ou não um ‘atributo’. Em 1881 não há essa introdução, mas as duas espécies *principais* de ‘verbo’, nas duas gramáticas, são as mesmas: o ‘abstrato’ e o ‘concreto’. O primeiro, que também se chama ‘substantivo’, ‘lógico’, ‘metafísico’ ou ‘copulativo’, designa o ser pela ideia precisa de uma existência intelectual com relação a um atributo qualquer. O segundo, que também pode se chamar ‘atributivo’ ou ‘adjetivo’, é o que designa o ser pela ideia de uma existência intelectual com relação a um ‘atributo determinado’, ‘concentrado’ e contido no ‘radical verbal’. Afirma ainda que só há um ‘verbo abstrato’, o ser; todos os mais são ‘concretos’. Em *metatexto*, destaca que o ‘verbo’ “estar” não é abstrato, porque quer dizer “ser” em um determinado lugar, em uma certa posição, em um certo estado ou situação (o que o torna um ‘verbo concreto’). Em 1881, apresenta em *texto ilustrações* das duas *espécies*, ‘verbo abstrato’ (il.: a caridade é amável; a virtude é estimada; o justo será recompensado no céu; os homens são frágeis) e ‘verbo concreto’ (il.: Pedro ama a virtude; Francisco dança; eles cantam; teus irmãos farão essa viagem).

Ainda em 1881, reflete acerca do ‘verbo’ “ser”, afirmando que “racionalmente falando”, esse verbo é anterior a todos os outros verbos; porque, sendo existência o atributo universal dos seres e indicando todos os verbos a existência simples combinada com um ‘atributo’, tem o ‘verbo’ “ser” a prioridade lógica relativamente aos outros pela razão de ser o único que designa a “existência simples e abstrata”, desacompanhada de ‘ideia atributiva’. Em ambas as gramáticas, assume que todos os ‘verbos concretos’, “racionalmente considerados”, contém a ideia expressa pelo ‘verbo abstrato’ “ser” combinada mentalmente com um ‘atributo’. Ressalta, entretanto, apenas em 1881, que não seria exato “cronologicamente falando” considerar o ‘verbo’ “ser” anterior a todos os outros, isto não apenas porque o verbo “ser” (“esse” latino) não teve sempre essa significação abstrata, mas, ao contrário, indicou a princípio uma ideia material e concreta, como porque não poderia ser o ‘verbo primitivo’ da linguagem, visto que é a abstração um processo ulterior do espírito. Nesse segundo ponto, o cronológico, Carneiro Ribeiro parece basear suas ideias numa teoria evolutiva da linguagem, que era relativamente difundida no período e foi mencionada também por outros gramáticos brasileiros (cf.

Costa Duarte 1859, cf. 4.3 – mas foi rejeitada por outros, cf. Bithencourt 1862, cf. 4.5), em que as classes de palavras tiveram uma ordem de surgimento, do mais abstrato ao mais geral.

Outra *espécie* de ‘verbo’, não apresentada como *espécie* do ‘abstrato’ ou do ‘concreto’, é a dos ‘verbos auxiliares’, definidos nas duas gramáticas como certas formas verbais que se ajuntam ao ‘verbo abstrato’ ou ‘concreto’ para exprimir diversos aspectos sob que se considera a ideia fundamental por ele enunciada. Em 1890, apresenta exemplos (ex.: estar, ter, haver, dever, ir, vir, andar), mas salienta que esses *exemplos* nem sempre são ‘auxiliares’, pois só o são quando formam ‘línguas compostas’. Em 1881, tece uma reflexão (que se configura como *metatexto*) acerca da natureza desses verbos. Afirmar que são resultado dessa marcha incessante em que se movem os idiomas da ‘síntese’ para a ‘análise’ e que essa *espécie* de verbo é grande recurso nas ‘línguas neolatinas’, pois por meio deles, torna-se mais clara, mais precisa e completa a enunciação da existência considerada não já em si mesma, senão por diferente luz, debaixo dos variadíssimos aspectos por que o pensamento encara, concebe e representa. Torna-se cada vez mais visível que em 1890, o gramático procurou tornar sua obra mais enxuta, retirando diversas reflexões apresentadas em 1881.

Antes de ‘distinguir’ as *espécies* de ‘verbo concreto’, que são as mesmas apresentadas nas duas obras, isto é, ‘absoluto’, ‘relativo’ e ‘bitransitivo’, tece em 1881 longa reflexão, omitida na gramática de 1890, acerca de outra possibilidade de *classificação* das *espécies* de ‘verbo concreto’. Assim, diz em *metatexto* (reflexão) que o ‘atributo’ concentrado na ‘ação verbal’ indica ou uma ação do próprio ‘sujeito’, uma ‘ação’ ou um ‘simples estado’ que não é propriamente ‘ação’ nem ‘paixão’, tais características se configurariam como as *espécies* ‘verbo ativo’ (ex.: amar, andar, matar, correr, vir), ‘passivo’ (ex.: padecer, sofrer, cair, morrer), e ‘neutro’ (ex.: existir, durar, ficar, permanecer). Afirmar que os “gramáticos modernos”, considerando os verbos mais pelo modo como o ‘atributo’ é neles enunciado, pelo ‘papel’ que representam na ‘frase’ e pelo modo pelo qual se ajuntam aos outros ‘elementos da oração’, do que pela ‘natureza’ do ‘atributo’ neles encerrado, os dividem em ‘absolutos’ ou ‘intransitivos’ e ‘relativos’ ou ‘transitivos’. Observa que esta divisão é menos filosófica que a primeira (sem justificar a razão disso), mas que é a que usará na gramática a fim de estar de acordo com o uso geral dos gramáticos. Carneiro Ribeiro é o único gramático que discute essa distinção, observando suas diferenças e optando explicitamente por uma das opções; como vimos e veremos na análise das outras dezesseis obras, era frequente que os gramáticos

misturassem as duas visões ou optassem por uma delas sem trazer justificativas. É notável também que, no exame de ambas as ‘classificações’, o gramático apresente o ‘atributo’ como responsável pelas distinções entre *espécies*.

As *espécies* de ‘verbos concretos’ são definidas da seguinte forma nas duas obras. ‘Absolutos’ ou ‘intransitivos’ são ‘verbos’ que em si mesmos têm um ‘sentido determinado ou completo’ (ex.: brincar, existir, morrer, nascer, permanecer, durar, ficar, cair, viver, amanhece, alvorecer, dormir). ‘Relativos’ ou ‘transitivos’ são ‘verbos’ que não têm em si um ‘sentido completo’, sendo necessário um ‘complemento’ para ‘determiná-lo’ e ‘completá-lo’ (ex.: amar, receber, defender, matar, admitir, estimar, encher, trazer, saber, conhecer, ter, levar, conduzir, colocar, perder, ganhar, meter, possuir, concluir, terminar, completar). Os ‘verbos transitivos’ ou ‘relativos’, quando pedem um ‘complemento direto’ ou ‘imediatos’ denominam-se ‘transitivos diretos’ (ex.: amar, colher, possuir, perder, ganhar; il.: amo a virtude, colho flores e frutos, possuo um chácara, perdi um conto de reis, ganhei a sorte grande), quando pedem um ‘complemento indireto’ ou ‘mediato’ dizem-se ‘transitivos indiretos’ (ex.: obedecer, carecer, precisar, tender, resistir, depender, pertencer, descender, emanar, emergir; il.: obedeço à voz de minha consciência; careço de dinheiro; preciso de tuas luzes; os corpos tendem a seu centro; resistiu aos maus impulsos; este negócio depende de muita prudência e discrição; pertence este livro a Paulo; descende de uma boa família; esta autoridade emana de um poder legítimo; a luz vai emergindo destas trevas). Há também entre os ‘transitivos’ aqueles que pedem dois ‘complementos’, um ‘direto’ e outro ‘indireto’, que chamam-se ‘bitransitivos’ (ex.: dar, entregar, remeter, oferecer, atribuir, contar, dizer, referir e relatar; (1890) il.: dar esmolas a um mendigo; entregar uma carta a alguém; remeter uma carta a um amigo; oferecer um jantar a um homem; atribuir a alguém a autoria de um crime; contar, dizer, referir, relatar um fato a alguém). No quadro adiante, sintetizamos a taxonomia das *espécies* de ‘verbo’ mencionadas até o momento:

<i>Espécies de ‘verbo’</i>	<i>Espécies de ‘verbo concreto’</i>	<i>Espécies de ‘verbo transitivo’</i>
Verbo abstrato		
Verbo concreto	Intransitivo	
	Transitivo	Direto
		Indireto
		Bitransitivo
Verbo auxiliar		

Quadro 52. *Espécies de ‘verbos’ em Carneiro Ribeiro (1881, 1890)*

Os ‘verbos concretos’ ainda podem ser divididos em outras *espécies* de acordo com sua ‘forma’ e ‘conjugação’, as quais são ‘regulares’, ‘irregulares’, ‘defectivos’ e ‘pronominais’. ‘Defectivos’ são ‘verbos’ a que faltam tempos, modos, números ou pessoas, podem ter ‘sujeito indeterminado’ ou ‘sujeito determinado’. Os primeiros chamam-se ‘impessoais’, e podem ser ‘essencialmente impessoais’ (ex.: chover, gear, trovejar, relampejar) ou ‘acidentalmente impessoais’ (il.: dança-se; brinca-se; corre-se; dorme-se). Alguns ‘impessoais’ podem algumas vezes ser empregados com ‘sujeito determinado’ no sentido figurado (il.: chovem-me lágrimas dos olhos; a ida de deus que do céu chove; relampagueie a estes olhos a verdade). Os que têm ‘sujeito determinado’ podem ser ‘unipessoais’, quando só se empregam na terceira pessoa do singular (ex.: importa, releva, convém, cumpre), ou ‘pessoais’, quando carecem de algumas pessoas nos tempos e modos de que usa a língua (ex.: feder, carpir, brandir, remir) ou se empreguem em todas as pessoas desses mesmo tempos e modos (ex.: poder, querer).

Como observamos no início desta seção, há poucas diferenças entre as duas gramáticas, as quais colocam-se sobretudo na observação de que em 1881, era mais comum o autor apresentar reflexões em *metatexto*, nas quais disserta sobre aspectos teóricos, conectados a uma visão de linguagem, como ao examinar acerca da anterioridade do ‘verbo substantivo’ em relação a outros ‘verbos’ ‘racionalmente falando’ ou ‘cronologicamente falando’ ou mesmo ao discorrer sobre a ‘marcha incessante’ em que se movem os idiomas da ‘síntese’ para a ‘análise’ ao tratar dos ‘verbos auxiliares’, e sobre diferentes possibilidades de análise, como quando trata da outra maneira de distinguir *espécies* do ‘verbo concreto’. Tais reflexões, como vimos, estão omitidas da gramática de 1890, o que pode ser uma tentativa do autor de tornar os *Serões Grammaticales* um texto mais enxuto e direto. Vemos que no *texto* há poucas diferenças entre as edições, ela se apresenta na maior ou menor presença de *ilustrações* e *exemplos*. Como vimos, Carneiro Ribeiro apresenta em 1881 uma série de *ilustrações* para as espécies ‘verbo abstrato’ e ‘verbo concreto’, ao passo que em 1890 não há nenhuma.

Em suma, vemos que em ambas as obras considera o ‘verbo’ uma palavra ‘conjuntiva’, mas prefere colocá-lo nas *metaclass* de ‘modificativos’ por considerar a ‘existência’ um ‘atributo universal’.

4.7.5 Conceito de oração e seus elementos

A ‘oração’ ou ‘proposição’, que em 1890 também podia ser chamada de ‘sentença’, é definida em ambas as obras como a ‘enunciação de um juízo’, que nada mais é do que uma ‘afirmação mental enunciada’: ao perceber a ‘relação de conveniência’ entre a ‘ideia’ de “Deus” e a de “justiça”, formamos em nosso espírito o ‘juízo’: “Deus é justo”.

Carneiro Ribeiro distingue, também nas duas gramáticas, duas maneiras diferentes de se considerar a ‘oração’ quanto às partes que a compõem. Quando logicamente considerada, ela compõe-se de três partes: ‘sujeito’, ‘verbo’ e ‘atributo’ ou ‘predicado’ – que são os ‘elementos essenciais’ ou ‘lógicos’ da ‘oração’. Considerada, porém, gramaticalmente compõe-se de tantas partes, quantas são as ‘palavras’ de que consta – que são os ‘elementos gramaticais’ da ‘oração’.

Afirma, nas duas gramáticas, que os dois ‘termos’ da ‘proposição’, o ‘sujeito’ e o ‘atributo’, reunidos constituem o que em ‘linguagem lógica’ denomina-se ‘matéria da proposição’, enquanto o ‘verbo’ constitui a sua ‘forma’ – em 1881 acrescenta que esses *termos* ‘termos’ e ‘matéria’ são provenientes dos ‘escolásticos’. Ademais, define ‘sujeito’ como o ‘objeto’ de que se ‘afirma’ ou ‘nega’ alguma coisa; ‘atributo’ ou ‘predicado’ como aquilo que se afirma ou nega do ‘sujeito’; e ‘verbo’ como palavra que, exprimindo a ‘existência intelectual’ com relação a um ‘atributo’, ‘liga’ este ao ‘sujeito’. Exemplifica os três elementos da ‘proposição’: “a caridade é língua universal” em que o vocábulo “caridade” é o ‘sujeito’, “língua universal” é o ‘atributo’ ou ‘predicado’, “é”, o ‘verbo’, por ser a palavra que liga o ‘atributo’ ao ‘sujeito’ – como vimos na *definição* de ‘verbo’ este exerce também relação, mas faz isso apenas secundariamente.

Toda a ‘proposição’ consta essencialmente destes três elementos, estejam todos eles explícitos (il.: Deus é bom), esteja o ‘atributo’ combinado com o ‘verbo’ (il.: o sol brilha, odio velho não cansa), ou seja a ‘proposição’ exprimida por um só ‘vocábulo’, que contém ao mesmo tempo o ‘sujeito’, o ‘atributo’ e a “palavra que indica a relação destes dois termos” (il.: chove, chuveira, troveja, neva), há ainda varias outras ‘proposições’ assim, como sucede ainda em todas as ‘orações’ que são exprimidas por ‘interjeições’.

O ‘sujeito’ e o ‘atributo’ podem ser ‘simples’, quando exprimem uma unidade de ‘ideia’, ou ‘compostos’, quando não exprime uma unidade de ideia; podem ser também ‘complexos’, quando são modificados por algum ‘acessório’ ou ‘incomplexos’, quando nenhum ‘acessório’ os modifica.

Ainda nas duas gramáticas, além dos três elementos essenciais, uma ‘proposição’ também pode ter ‘complementos’, ‘apostos’ e ‘completivos’. Os primeiros são palavras que se unem a outra para completar seu sentido (il.: amar a pátria; obedecer à lei; proceder

de pais ilustres; amante do jogo; amor às letras; gosto da leitura; propenso à guerra; N. Bonaparte morreu em Santa Helena em 1821). Segundo Carneiro Ribeiro, há duas *espécies* de ‘complemento’: o ‘complemento direto’ ou ‘imediato’ e o ‘complemento indireto’ ou ‘mediato’. O primeiro é pedido imediatamente pela significação do ‘verbo’, completando seu o ‘sentido’ sem interposição de ‘preposição’ – em *metatexto* afirma que são chamados por outros gramáticos de ‘complemento passivo’ ou ‘regimen direto’. Apresenta *ilustrações* apenas nos *Serões* (il.: amo a virtude, admiro a caridade, respeito a ciência, venero a velhice). O segundo completa, com a interposição de uma ‘preposição’, o ‘sentido’ do ‘verbo’ ou de qualquer palavra suscetível de ‘complemento’. [– em *metatexto* afirma que são chamados por outros gramáticos de ‘regimen indireto’. Apresenta *ilustrações* apenas nos *Serões* (il.: obedeco a meu dever; assistiu à sessão; presidiu à cerimônia; agradou a todos aquele discurso). Acrescenta em *metatexto* que quando o ‘complemento indireto’ exprime circunstância de ‘lugar’, ‘tempo’, ‘modo’, ‘instrumento’, ‘preço’, ‘causa’, ‘meio’, ‘fim’ etc., é denominado por alguns gramáticos de ‘circunstancial’ (il.: A vitória de Trafalgar foi ganha pelo almirante Nelson em 1805; granharam os turcos as casas, pelas quais foram descendo a fortaleza [ref: Jac. de Andrade]).

‘Aposto’ é qualquer palavra que vindo imediatamente após outra, exprime com esta uma só e mesma pessoa ou coisa (il.: Tito, delícias de Roma; Átila, flagelo de Deus; Pedro, o venerável; Afonso, o batalhador). Chama-se ‘compelativo’ a palavra que serve para exprimir a pessoa ou coisa a que nos dirigimos falando (il.: (apenas 1881) Terra da minha pátria! abre-me o seio, na morte ao menos [ref.: Garrett]; (em 1881 e 1890) Orgulho humano, qual es tu mais? feroz, estúpido ou ridículo? [ref.: A. Herculano]).

Vistos os elementos essenciais e não essenciais da ‘proposição’, observaremos agora a classificação realizada por Carneiro Ribeiro no que diz respeito a *espécies* de ‘proposição’, a qual difere parcialmente nas duas gramáticas. Distingue, inicialmente (em ambas as obras), duas espécies, a ‘absoluta’, que para integridade de seu sentido não necessita de outra. (il.: Deus é eterno; a caridade é língua universal), e a ‘relativa’ quando supõe outra para lhe completar o sentido (il.: não há corpo fraco onde o espírito é forte).

Ademais, afirma que uma ‘frase’ (o que também chama de ‘período’) é uma ‘proposição composta’, isto é, a reunião de duas ‘proposições relativas’, uma delas se chama ‘principal’ ou ‘primordial’ e a outra ‘subordinada’ ou ‘secundária’ (il.: o soldado generoso estima a guerra, porque deseja a vitória). Pode haver também ‘principais coordenadas’, quando na ‘frase’ há várias ‘proposições’ da mesma natureza, as quais

seguem a mesma ordem de ideia, podendo cada um ser principal em relação às outras (il.: cresce a cegueira com a luz; é o dia noite aos olhos dos morcegos [ref.: Lucena]).

As ‘orações secundárias’ ou ‘subordinadas’ dividem-se em ‘secundárias de primeira ordem’ e ‘secundárias de segunda ordem’. As primeiras indicam um sentido parcial que, não sendo complemento de algum dos termos de outra oração, depende todavia de uma principal que lhe determine e subordine (il.: logo que Rumeção teve posta em perfeição a mina, determinou à sombra dela dar um geral assalto [ref: Andrade]). As ‘secundárias de segunda ordem’, são de duas *espécies* ‘incidentes’ e ‘integrantes’. As primeiras são as que fazem parte de outra, ampliando ou restringindo algum de seus ‘termos’, podendo ser ‘ampliativas’ ou ‘explicativas’ e ‘restritivas’ ou ‘determinativas’. As primeiras desenvolvem o ‘sentido’ do ‘sujeito’ ou do ‘atributo’ da ‘oração principal’ sem lhe restringir a ‘extensão’ (il.: Deus, que é onipotente, é infinitamente bom e justo). As ‘restritivas’, por sua vez, acrescentam uma ‘ideia’ ao ‘termo’ por ela modificado que não convém a este ‘termo’ em toda a sua ‘extensão’ (il.: o homem que é justo respeita os direitos de seus semelhantes). Apesar de fazer essa distinção, Carneiro Ribeiro reflete (em *metatexto*) que é, muitas vezes, difícil distinguir as duas *espécies* de ‘orações incidentes’, pois o caráter ‘ampliativo’ ou ‘restritivo’ de tais ‘orações’ dependem amiúde de “certas circunstâncias extrínsecas apenas conhecidas daquele que fala ou escreve ou do número limitado de indivíduos para quem se fala ou escreve” (1881:380). Tal discussão, como veremos adiante, é feita também por outros gramáticos¹⁰⁴

Definimos adiante as ‘orações integrantes’, cuja definição é similar nas duas gramáticas, mas a terminologia é diferente. Podem ser de duas *espécies*: ‘puras’(1881) ou ‘simplesmente integrantes’(1890) e ‘comparativas’ (1881 e 1890) ou ‘correlativas’ (1881 e 1890). As primeiras são as que fazem parte da outra ‘oração’ servindo-lhe de ‘sujeito’, ‘atributo’ ou ‘complemento’ (il.: não sei se Francisco chegou da Europa; penso que estás enganado; julgo seres o autor daquele escrito; começa a sair e a crescer o sol, eis o gesto agradável do mundo e a composição da mesma natureza toda mudada [ref: Vieira]). Já as ‘comparativas’ completam o sentido de outra ‘oração’ ou de ‘palavra’ de outra ‘oração’ que se repetem ou correlacionam. (il.: Tal mulher me sejas tu, qual te eu sou marido [ref.: Ferreira]; vi o quanto ali se fez em seu benefício; tem mais espírito que ciência).

¹⁰⁴ Como Condurú (1888) e Maciel (1887).

Considerada quanto à forma ou à totalidade, a oração é: ‘plena’ quando não se omite nenhuma de suas partes (il.: Deus é eterno); ‘elíptica’ quando lhe falta uma ou muitas dessas partes (il.: venho da Bahia; aqui d’el-rei; Adeus; Até logo; Hoje por mim; Amanhã por ti); ‘implícita:’ quando em si contém o ‘sujeito’, o ‘verbo’ e o ‘atributo’, sendo todas essas partes resumidas numa só, que desaparece, reduzida a implícita uma oração plena (i.l.: sus! ora, sus!; oxalá!; holá!). Denomina-se ‘período’ a enunciação de um sentido completo e acabado por meio de uma reunião de orações que, não sendo partes integrantes umas das outras, se ligam todavia de tal modo entre si, que umas supõem as outras para a plenitude do ‘sentido parcial’; e são ‘membros do período’ as orações que fazem no período um sentido parcial.

4.7.6 Rede conceitual

Carneiro Ribeiro apresenta o *conceito* de ‘verbo abstrato’ ou ‘substantivo’ nas duas gramáticas, as quais, a propósito, são bastante similares entre si. Como vimos, a grande diferença entre as duas está, sobretudo, em *metatexto*, por conta dos comentários que o autor faz a respeito de outras perspectivas gramaticais do passado e do presente na *Grammatica Philosophica*, de 1881, e também, eventualmente, pela presença ou ausência de *ilustrações* ou *exemplos* de algum *conceito*.

As duas obras apresentam clara *rede conceitual* em torno do ‘verbo abstrato’, a qual é um tanto diferente das *redes conceituais* que vimos em outras obras porque o autor tem, na verdade, um *conceito* diferente de ‘verbo abstrato’ (que nas outras gramáticas é, geralmente, denominado ‘verbo substantivo’). Carneiro Ribeiro define-o como palavra que designa o ser pela ideia precisa de uma existência intelectual com relação a um atributo qualquer, o que tem relação de *intersecção* com o *conceito* de ‘verbo’, pois este não identifica se o atributo é ‘qualquer’ ou ‘determinado’, tendo uma relação de *subordinação* com as *espécies* ‘verbo abstrato’ e ‘verbo concreto’, cuja *definição* é designa o ser pela ideia de uma existência intelectual com relação a um ‘atributo determinado’).

Quanto às *espécies* de ‘verbo concreto’, as duas classificações, aquela feita em texto e a outra feita em *metatexto*, observam que há um ‘atributo’ no ‘verbo’, distinguindo apenas sua função. Assim, ambas estão numa relação de *intersecção* com o ‘verbo abstrato’, visto que ele é também, por definição, parte do ‘verbo’ que contém o ‘atributo’.

Quanto à ‘proposição’, ainda que Carneiro Ribeiro apresente duas possibilidades de defini-la, a ‘lógica’ e a ‘gramatical’, a que ele realmente descreve é a ‘lógica’, em que a ‘proposição’ é composta por três elementos: ‘sujeito’, ‘verbo’ e ‘atributo’. Esse verbo é, justamente, o ‘verbo abstrato’, dado que é a “palavra que indica a relação destes dois termos”. Como vimos, ainda que Carneiro Ribeiro trate do verbo como se não fosse de ‘relação’, pois essa é uma característica secundária dele, trata-o dessa maneira e no *conceito* de ‘proposição’, e estando o ‘atributo’ separada desse ‘verbo’, ele deve ser o ‘verbo abstrato’. Assim, nosso *conceito-chave* está em relação de *subordinação* com a ‘proposição’. Esta última, a propósito, pode conter, além dos três elementos essenciais também ‘complementos’, os quais pode ser ‘diretos’ ou ‘indiretos’, e ‘apostos’.

Quanto às espécies de ‘oração’, Carneiro Ribeiro apresenta as ‘subordinadas de segunda ordem’ chamadas ‘incidentes’, que podem desenvolver o ‘sentido’ (o que interpretamos como ‘compreensão’, pois está em oposição a ‘extensão’) dos ‘termos’ da ‘oração principal’ sem restringir a ‘extensão’, quando ‘ampliativas’ ou ‘explicativa’, ou podem acrescentar uma ‘ideia’ ao termo por ela modificado que não convém a este ‘termo’ em toda sua ‘extensão’, o que acaba por restringi-la, daí seu nome de ‘incidente restritiva’ ou ‘determinativa’. ‘Adjetivo qualificativos’, que modificam a ‘compreensão’ dos ‘nomes apelativos’ e os ‘adjetivos determinativos’, que determinam a ‘extensão’ dos ‘nomes apelativos’ sem nada ajuntar à sua ‘compreensão’. Como vemos, as relações entre ‘compreensão’ e ‘extensão’ promovidas nos conceitos de ‘adjetivo’ e de ‘oração incidente’ não são paralelas – elas são, na verdade, as duas *oposições* de Noël e Chapsal (cf. 1.4.2). – no entanto, tem *base teórica comum* com o ‘verbo substantivo’.

As duas gramáticas de Carneiro Ribeiro são, dentre todas as que analisamos neste trabalho, possivelmente as que apresentam sua organização baseada em uma linguagem lógica subjacente e proveniente do pensamento de maneira mais explícita, pois usa com frequência termos da lógica para definir os *conceitos*. Assim, o ‘verbo abstrato’ forma *rede conceitual* a grande parte dos *conceitos* investigados. É notável, porém, que o gramático apresente mais de um *conceito* para diversos *termos*, havendo com frequência reflexões em *metatexto* acerca dessas possibilidades, com atenção aos *conceitos* das *espécies* de ‘verbo atributivo’ e o *conceito* de ‘proposição’; nesse sentido, a gramática apresenta *ecletismo vertical*. Além disso, quando define as *espécies* de ‘gramática’, reúne visões de linguagem bastante diferentes, o que proporcionaria à obra também *ecletismo horizontal*.

A entrada na década de 1880, com Carneiro Ribeiro e, posteriormente, com Julio Ribeiro, marca um período de transição na gramaticografia brasileira. Assim, não é de se admirar que a gramática de Carneiro Ribeiro oscile entre as possibilidades descritivas da língua, vagueando por conceptualizações diversas. Nesse momento do século, isso passa a ser comum, como já vimos na análise das gramáticas de Carneiro Ribeiro e veremos nas obras observadas adiante.

4.8. *Grammatica Portugueza* (1881, [123]; 1885, [143]), de Julio Cezar Ribeiro Vaughan

4.8.1 Conceitos de gramática de linguagem e organização da obra

Na introdução das duas edições analisadas de sua gramática, Ribeiro define ‘gramática’ como exposição metódica dos fatos da linguagem. Em nota (*metatexto*), faz referência ao texto *Essentials of English Grammar*, de Whitney, de 1881. Em seguida, afirma que a gramática não faz leis e regras para a linguagem, mas expõe os fatos dela, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. Não tem, assim, por objetivo a correção da linguagem, visto que ouvindo bons oradores e conversando com pessoas instruídas, lendo artigos e livros bem escritos, muita gente consegue falar e escrever corretamente sem ter feito estudo especial.

Há, entretanto, segundo o gramático, muitos pontos de vista sob os quais é útil o estudo da gramática. Como para exprimir o pensamento oralmente ou na forma escrita, é preciso usar da linguagem não só com correção, mas também de modo que agrade aos outros, e sobre eles exerça influência. Há ainda pessoas que precisarão aprender línguas estranhas. Ademais, afirma o autor que é bom conhecer as formas várias por que passou a língua, para que, por meio da comparação, compreenda-se melhor a atual e como veio a ser o que é. Não basta usar a linguagem, mas saber o que a constitui, pois tal estudo nos diz muito sobre a natureza e história do homem. Sendo a linguagem instrumento e meio principal das operações da mente, para conhecê-la, é preciso estudar a linguagem. Finalmente, afirma que o conhecimento gramatical se inicia, mas nunca acaba, sempre há algo a acrescentar mesmo aos homens mais inteligentes. Define ‘linguagem’ como expressão do pensamento por meios articulados. Anteriormente, ao falar da gramática, disse que a ‘linguagem’ era também o instrumento e meio principal das operações da mente.

Tal como veremos em muitos gramáticos do final do século, Ribeiro, ao definir linguagem, mistura aspectos dos Programas Descritivista e de Correspondência (Swiggers 2004, cf. Quadro 2), pois afirma que chegamos ao conhecimento da gramática de uma língua por meio de comparação da língua atual com o que ela já foi, por outro lado, essa mesma língua é expressão de um pensamento.

A ‘gramática’, segundo o autor, pode ser ‘geral’ ou ‘particular’. A primeira é uma exposição metódica dos fatos da linguagem em geral. A segunda, a exposição metódica dos fatos de uma língua determinada, como, no caso da gramática portuguesa de Ribeiro, é a língua portuguesa. As definições utilizadas por Ribeiro são bastante vagas, não deixando claro a que Programa pertenceriam. Finalmente, apoiado em ampla bibliografia¹⁰⁵, Ribeiro divide a gramática em duas partes: ‘lexecologia’ e ‘sintaxe’ (cf. FD10, FD11 Apêndice B)

4.8.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

A taxonomia, segundo a primeira edição da *Grammatica Portugueza* de Ribeiro (1881), é a distribuição das palavras em grupos correspondentes aos grupos de ideias de que se compõe o pensamento. Há três *metaclasses*: na primeira, as palavras representam objetos ou coisas sobre que se exerce comparação ou juízo; na segunda, as palavras representam a existência da comparação ou a relação; finalmente, na terceira, as palavras representam a natureza da relação. Dessa maneira, pode-se pensar que há também somente três classes de palavras, as quais, correspondendo às *metaclasses*, são, respectivamente, ‘nomes’, ‘verbos’ e ‘partículas’. Na ilustração de uso “Pedras não são sensíveis”, “pedras” e “sensíveis” são ‘nomes’, “são” é ‘verbo’, e “não” é uma ‘partícula’.

Ribeiro, porém, apresenta outra possibilidade de distribuir as palavras, selecionando oito espécies: ‘substantivos’, ‘artigo’ ‘adjetivo’, ‘pronome’, ‘verbo’, ‘preposição’, ‘conjunção’, ‘advérbio’. Em *metatexto*, diz que a maior parte dos gramáticos ainda acrescenta o ‘particípio’ e a ‘interjeição’, algo que ele não faz porque o

¹⁰⁵ Ribeiro cita diversos textos em nota de rodapé para sustentar essa visão. Transcrevemos a nota adiante: “BURGRAFF, *Principes de Grammaire Générale*, Liège, 1863, pag. 11. ALLEN AND CORNWELL, *English Grammar*, London, 1865, pag. 9. AYER, *Grammaire Comparée de la Langue Française*, Paris 1876, pag. 12. BASTIN, *Étude Philologique de la Langue Française*. St. Petersburg, 1878, vol. 1, pag. 1. CHASSANG, *Nouvelle Grammaire Grecque*, pag. 1 e 131.” Outro gramático brasileiro a sugerir essa divisão da gramática é Ribeiro (1889), sem usá-la, no entanto, já que seguia a divisão e ‘lições’ de acordo com os pontos de Programa de Estudos de Fausto Barreto.

primeiro é parte integrante do verbo, e, por conta disso, não deve ser categoria à parte, e a segunda é um grito involuntário, instintivo, animal e, como não representa ‘ideia’, não constitui ‘parte do discurso’.

O gramático procura reunir as duas classificações realizadas, como demonstramos no quadro abaixo. Ele ainda acrescenta as *metaclasses* de ‘palavras variáveis’ e ‘invariáveis’, as quais incluímos também no quadro.

Metaclasses 1	Classes de palavras	Metaclasses 2
Nome	Substantivo	Variáveis
	Artigo	
	Adjetivo	
	Pronome	
Verbo	Verbo	Invariáveis
Partículas	Preposição	
	Conjunção	
	Advérbio	

Quadro 53. *Metaclasses e classes de palavras em Ribeiro (1881)*

Emenda, em *metatexto*, que as palavras hoje consideradas ‘invariáveis’ já gozaram de vida no passado, visto que já tiveram formas móveis nas línguas matrizes. Em seguida, faz uma analogia com as ciências naturais, ao dizer que “são, se é permitido o símile, organismos inferiores cujas juntas ankylosaram-se, cujas partes fluidas solidificaram-se por uma cristalização linguística” (Ribeiro 1881: 52). Ressalta, porém, que no advérbio, há ainda vestígios de flexão. Vemos que muitas vezes Ribeiro discute, em *metatexto*, a história das línguas.

Na segunda edição, de 1885, são mantidas as *metaclasses* de palavras ‘variáveis’ e ‘invariáveis’ e as mesmas oito classes de palavras apresentadas em 1881. Entretanto, as *metaclasses* relativas a ‘nome’, ‘verbo’, ‘partícula’ são substituídas por outras, as quais descrevemos adiante: 1) há três *classes* de palavras que são ‘independentes’ das outras e capazes de formar sentenças, são ‘substantivo’, ‘pronome’, ‘verbo’; 2) três classes de ‘palavras qualificadoras’, que são sempre dependentes de outra palavra que elas descrevem ou limitam, são ‘artigo’, ‘adjetivo’ e ‘advérbio’; 3) finalmente, há duas espécies de ‘palavras conectivas’, que juntam uma palavra a outra ou uma sentença com outra, são ‘conjunção’ e ‘preposição’. Dessa forma, considerando as duas possibilidades de *metaclasses* e as oito classes de palavras, o quadro da taxonomia de 1885 fica assim:

Metaclassse 1	Classes de palavras	Metaclassse 2
Palavras independentes	Substantivo	Variáveis
	Pronome	
	Verbo	
Palavras qualificadoras	Artigo	Invariáveis
	Adjetivo	
	Advérbio	

Palavras conectivas	Preposição	Invariáveis
	Conjunção	

Quadro 54. Metaclasses e classes de palavras em Ribeiro (1885)

Repete, em *metatexto*, na edição de 1885, que as palavras invariáveis já gozaram de “vida” em outro momento.

4.8.3. Conceitos modificadores do nome

Em ambas as edições, o ‘artigo’ é definido como palavra que se antepõe ao substantivo para particularizar sua significação. Em *metatexto* (nota de rodapé), completa a definição dizendo que o ‘artigo’ é a palavra átona que nada exprime por si, mas contribui poderosamente para a clareza da expressão; em seguida, cita o latim, língua que não possui o ‘artigo’ tal qual o português, dizendo que este fica muito abaixo das línguas neolatinas, justamente por lhe faltar o artigo, ilustra isso ao comparar as frases portuguesas “dá-me pão, dá-me um pão, dá-me o pão” que são traduzidas igualmente por “da mihi panem” em latim.

Em 1881, o ‘artigo’ pode ser ‘definido’ ou ‘indefinido’. O primeiro (ex.: o) particulariza a definição do substantivo de modo certo (il.: o menino deu-me o pêssego) e é frequentemente utilizado antes de substantivos que denotam espécies (il.: o tigre é animal veloz; o hipopótamo é vagaroso). Já o ‘indefinido’ (ex.: um) particulariza a definição do substantivo de modo vago (il.: o menino deu-me um pêssego; vieram-lhe uns cães da Espanha). Em 1885, não apresenta essa divisão, simplesmente exemplifica o ‘artigo’ como “o”. Em *metatexto* (nota de rodapé), acrescenta a observação de que Chassang (*Nouvelle Grammaire Française*, Paris, 1881) elimina o chamado ‘artigo indefinido’ que, diz ele, vai com toda razão ocupar lugar de ‘adjetivo determinativo indefinido’.

O ‘adjetivo’ definido, em 1881, como palavra que ‘descreve’ ou ‘limita’ o substantivo; em 1885, a definição é modificada para palavra que ‘descreve’ ou ‘determina’ o substantivo. Em ambas as edições, há uma nota de rodapé, na qual que faz referência à gramática de Grivet de 1865 ([71]). Nesse *metatexto*, é afirmado por Ribeiro que o ‘adjetivo’ é terminantemente discriminado de outras espécies de palavras por sempre andar ligado a um ‘substantivo’ ou ‘pronome’ na qualidade de ‘atributo’ ou ‘predicado’, pois sempre que exerce outra função (‘complementos direto’ e ‘indireto’,

‘sujeito’), deixa de ser ‘adjetivo’ para tornar-se ‘substantivo’ (no caso do ‘adjetivo descritivo’) ou ‘pronome’ (no caso do ‘adjetivo determinativo’).

O ‘adjetivo’ é primeiramente classificado em ‘qualificativo’ ou ‘descritivo’, que denota ou denomina qualidade ou propriedade da coisa significada pelo substantivo a que ele se refere, e ‘determinativo’ ou ‘limitativo’, que denota o número, a posição ou qualquer outra limitação da coisa significada pelo substantivo a que se refere. Em *metatexto*, na edição de 1885, Ribeiro ressalta que o ‘adjetivo qualificativo’ não tem significação própria e supõe a existência de um ‘sujeito’, além de ser convertido facilmente em ‘substantivo’. Essas duas *espécies* de ‘adjetivo’ são *gênero* de outras *espécies*, cujo conceito expomos no quadro adiante. As *espécies* de ‘adjetivo’ e suas *definições* são iguais nas duas edições, entretanto, são acrescidas notas de rodapé à edição de 1885, que especificamos no quadro como *metatextos*.

Espécies de ‘adjetivo’	Espécies dos itens da coluna anterior	Conceito
Adjetivo qualificativo / descritivo	Restritivo	Denota ou denomina qualidade acessória do ‘substantivo’ (il.: homem bom; cavalo preto).
	Qualificativo	Denota ou denomina qualidade essencial que já se inclui na ideia do objeto (il.: diamante duro; homem mortal)
Adjetivo determinativo / limitativo	Numeral	Adjetivo empregado para expressar limitação numérica. - cardinal (ex.: um, dois) - ordinal: (ex.: quarto, décimo) - multiplicativo: (ex.: duplo, triplo, cêntuplo) MT (1885): Há formas numéricas que não pertencem ao ‘adjetivo’, mas são ‘substantivos’ (ex.: metade, dobro, milhão), ‘verbos’ (ex.: dobrar, centuplicar) e advérbios (ex.: primeiramente).
	Demonstrativo	Designa pessoas ou coisas, distinguindo-as de outras no que diz respeito a lugar ou a tempo (ex.: este, esse, aquele, estoutro, esseoutro, aqueloutro)
	Distributivo	Indica que os indivíduos que compõem um todo ou agregado devem ser considerados separadamente (ex.: cada, cada um, cada qual) (il.: cada terra tem seu uso)
	Conjuntivo	Conecta cláusulas (il.: um homem, o qual eu vi)
	Possessivo	Indica senhorio ou posse em referência às coisas significadas pelos substantivos a que ele se junta (meu, teu, seu, nossa, vossa, próprio, alheio) (il.: minha espingarda; teu cavalo). Muitos ‘adjetivos qualificativos’ envolvem uma ideia de posse (il.: fazenda nacional, família imperial).
	Indefinido	Limita pessoa ou coisa sem indicação de individualidade particular (ex.: algum, certo, mais, menos, mesmo, muito, nenhum, outro, pouco, qualquer, quanto, quejando, só, tal, tanto, todo) (il.: alguns homens, ... negócios)

Quadro 55. Espécies de ‘adjetivo’ em Ribeiro (1881, 1885)

Ressaltamos que o ‘adjetivo indefinido’ não apresenta o antigo ‘artigo indefinido’ (ex.: um) em seus *exemplos* ou *ilustração de uso*, ainda que em *metatexto* o gramático tenha, anteriormente, citado a reclassificação dos dados linguísticos “um, uma”.

Ribeiro define ‘pronome’ como palavra usada em lugar de um ‘substantivo’. Há dois tipos de ‘pronome’, o ‘substantivo’ e o ‘adjetivo’. O primeiro aparece em lugar do substantivo, sem limitá-lo por maneira nenhuma; podem se chamar também ‘pronomes pessoais’ (ex.: eu, tu, ele, nós, vós, eles) (il.: ele fala; em vez de Pedro fala). O ‘pronome adjetivo’ toma lugar do ‘substantivo’ e o limita de alguma maneira (ex.: este, esse, aquele, este outro, esse outro, aquele outro) (il.: este relógio é bom, aquele é ruim). Em *metatexto* (nota), afirma que o ‘pronome adjetivo’ nada mais é do que o ‘adjetivo determinativo’ empregado na oração sem substantivo claro. Todavia, nessa classe, há também ‘pronomes essenciais’ que não são empregados como ‘adjetivos’ (como é o caso dos ‘pronomes adjetivos indefinidos’). Ademais, ainda em nota, com base em Grivet (1865), Ribeiro diz que há gramáticos que consideram como ‘pronomes’ os ‘adjetivos numerais’ quando estão sozinhos na ‘oração’.

No quadro adiante, apresentamos as espécies de ‘pronome adjetivo’ e seu conceito segundo Ribeiro (1881, 1885):

<i>Espécies de ‘pronome adjetivo’ (termo)</i>	<i>Conceito em texto</i>
Demonstrativo	Idem ‘adjetivo determinativo demonstrativo’ sem sujeito claro, além de ‘pronomes essenciais’ (ex.: isto, isso, aquilo)
Distributivo	Idem ‘adjetivo determinativo distributivo sem sujeito claro.
Conjuntivo	Idem ‘adjetivo determinativo conjuntivo’ sem sujeito claro, além de ‘pronomes essenciais’ (ex. de 1881: que, quem), (ex.: de 1885: que, quem, o que quer que, quem quer, quem quer que).
Possessivo	Idem ‘adjetivo determinativo possessivo’ sem sujeito claro.
Indefinido	Idem ‘adjetivo determinativo indefinido’ sem sujeito claro, além de ‘pronomes essenciais’ (ex.: al, algo, alguém, beltrano, fulano, homem, nada, ninguém, outrem, sicrano, tudo).

Quadro 56. Espécies de ‘pronome adjetivo’ em Ribeiro (1881, 1885)

Em 1885, apresenta ainda duas ‘observações’, que se configuram como *metatexto*. Na primeira, observa que “que” em frases interrogativas e exclamativas emprega-se também adjetivamente (il.: que homem aquele?; que mulher!). Na segunda, disserta, baseando-se no filólogo português Theófilo Braga, sobre o uso de “homem” como ‘pronome indefinido’.

4.8.4 Conceito de verbo

O conceito de ‘verbo’ é bastante divergente nas duas edições da *Grammatica Portugueza*, de Ribeiro. Na edição de 1881, Ribeiro define o ‘verbo’ como uma palavra que exprime a existência de uma relação entre duas ideias. Em seguida, inicia uma pequena crônica¹⁰⁶ acerca do *conceito* de ‘verbo’ em diferentes momentos da história: primeiramente, aborda a visão aristotélica do ‘verbo’, definido por expressar tempo, que foi também utilizada por gramáticas posteriores; em segundo lugar, apresenta e contesta a concepção de verbo como palavra que exprime ‘ideia de ação’; finalmente, apresenta argumentos contrários à concepção de ‘verbo’ como ‘afirmação’ (citando, inclusive, a *Grammaire Générale* de Port-Royal). No primeiro caso, afirma que o ‘verbo’ não é a única *classe de palavra* que expressa tempo; no segundo, considerando que todo verbo possa ser dividido em “ser” acompanhado de um ‘predicado’, diz que nem sempre este representa uma ‘ação’, como é o caso de verbos como “descansar, sentar, dormir”; finalmente, diz que o verbo não apenas ‘afirma’, mas também pode ‘negar’. Por essa razão, o autor dá preferência à definição de ‘relação’ entre duas ‘ideias’. Finalmente, junta essa definição, à de Whitney, de que o ‘verbo’ é palavra que diz ou declara.

Adiante, apresenta as *espécies* de ‘verbo’. Primeiramente, o ‘verbo’ divide-se em ‘substantivo’ e ‘predicativo’, posteriormente, o ‘verbo predicativo’ divide-se em ‘intransitivo’ e ‘transitivo’. Adiante, apresentamos seus conceitos em *texto* e em *metatexto*.

Espécies de ‘verbo’ (termo)	Conceito em texto	Conceito em metatexto
Verbo substantivo	É o que indica a relação entre uma ideia qualquer e a ideia simples de substância (il.: Deus é, foi, e será) (ex.: ser). Quando relaciona a uma ideia qualquer a ideia de substância modificada por um predicado, é considerado simples ‘cópula’ (il.: Pedro é bom; esses meninos são inteligentes).	(Nota) Verbo ‘estar’ não é substantivo porque não indica a existência em absoluto, mas já modificada por um estado ou uma posição
Verbo predicativo	Indica existência de uma relação entre uma ideia qualquer e a ideia de substância, modificada por um predicado expresso pela raiz verbal (il.: Pedro ama = Pedro é amante). Subdividem-se em ‘intransitivos’ e ‘transitivos’.	-
> V. Intransitivo	O predicado apresenta-se ao nosso espírito: (1) como simples estado, puro modo de ser, como simples mudança	(Nota) Os Estoicos chamaram ao verbo transitivo em voz ativa ‘kategórema

¹⁰⁶ Ribeiro cita ao fim da crônica, em nota de rodapé, Burgraff (1883). Ao comparar as duas obras, notamos que o gramático brasileiro praticamente apenas traduziu essa crônica do gramático belga.

	que um ser de um lugar para outro (ex.: andar, tombar) – esses são os ‘verbos intransitivos’	orthón’, ‘verbum rectum’, ‘verbo direito’; ao ‘verbo transitivo’ em voz passiva deram o nome de—‘yption’ ‘verbum supinum’, ‘verbo deitado de costas’; ao verbo intransitivo classificavam eles como ‘oydéron’, ‘verbum neutrum’, verbo que não era direito, nem deitado de costas. Estas denominações foram tomadas, ao que parece, das atitudes diversas dos atletas ao darem e receberem golpes. (Referência: R. Schmidt – <i>Stoicorum Grammatica</i>)
> V. Transitivo	O predicado apresenta-se ao nosso espírito: (2) como estado de um objeto, como um modo de ser desse objeto, que produz ou pode produzir efeito sobre outro objeto (ex.: ferir, quebrar, amar, odiar) – esses são os ‘transitivos’. Os verbos transitivos estão na ‘voz ativa’ quando a ‘ação’ é exercida pelo ‘sujeito’ da ‘oração’, e na ‘voz passiva’ quando a ‘ação’ é exercida sobre esse ‘sujeito’.	

Quadro 57. Principais espécies de ‘verbo’ em Ribeiro (1881)

Alguns aspectos desses *conceitos* merecem destaque. Primeiramente, observamos, que o ‘verbo substantivo’ pode, de acordo com Ribeiro, estar numa ‘sentença’ sem que haja ‘predicado’, indicando apenas “a relação entre uma ideia qualquer e a ideia simples de substância”, a *ilustração* apresentada é “Deus é, foi, será”. Em *metatexto*, o gramático mineiro ressalta que o ‘verbo’ “estar” não pode ser substantivo, por não significar ‘existência absoluta’, mas modificada por um ‘estado’ ou ‘posição’ – alguns gramáticos, a partir de um certo momento do século, passam a apresentar refutações à *classificação* de “estar” como ‘verbo substantivo’, enquanto outros gramáticos apresentavam “ser” e “ser” como ‘verbo substantivo’ (cf.5.3). Ademais, é notável que na *definição* dada para as *espécies* do ‘verbo atributivo’, ‘verbo intransitivo’ e ‘verbo transitivo’, o gramático destaca o ‘predicado’ como responsável pela transitividade verbal.

Na segunda edição da *Grammatica Portuguesa* de Ribeiro, de 1885, ele define ‘verbo’ como palavra que enuncia, diz ou declara alguma coisa e que implica sempre uma ‘asserção’ ou ‘predicação’. Em seguida, já divide o ‘verbo’ em ‘transitivo’ e em ‘intransitivo’. O primeiro é definido como ‘verbo’ que enuncia um estado ou mesmo uma ação que não se exerce diretamente sobre um ‘objeto’. O segundo, como ‘verbo’ que enuncia uma ação que se exerce diretamente sobre um ‘objeto’. Como vemos, essas definições não destacam o ‘predicado’ e tratam de ‘ação’, noção que não era tratada nas *definições* dadas em 1881. Essas definições, porém, são apresentadas em *metatexto* (nota) na edição de 1885, nelas é dado, como vimos anteriormente, destaque para o ‘predicado’, como descrevemos anteriormente; na edição de 1885, entretanto, Ribeiro já não apresenta os *conceitos* de ‘verbo substantivo’ e ‘verbo predicativo’. Ademais, mantém, em nota de rodapé (*metatexto*) a observação sobre a transitividade verbal de acordo com os Estoicos.

No que vimos acima, as diferenças entre as edições são notáveis: o autor modifica seu conceito de ‘verbo’, retira a crônica baseada em Burgraff, retira as *espécies* de ‘verbo

substantivo’ e ‘verbo predicativo’ e modifica sutilmente a definição em *texto* de ‘verbo transitivo’ e ‘verbo intransitivo’, mantendo em *metatexto* o que já estava na edição anterior.

Há ainda outros ‘verbos’ citados por Ribeiro nas duas edições de maneira quase idêntica (ressaltamos a única diferença no quadro), são eles: ‘auxiliar’, ‘regular’, ‘irregular’, ‘impessoal’, ‘defectivo’, ‘perifrástico’, ‘frequentativo’, ‘terminativo’ e ‘pronominal’. No quadro adiante, o *conceito* de cada um deles.

Outras espécies de ‘verbo’ (termo)	Conceito em <i>texto</i> e <i>metatexto</i> (MT)
Auxiliar	É empregado como elemento subsidiário na formação dos tempos compostos de todos os verbos, de todos os tempos de verbos passivos, de todos os tempos dos verbos perifrásticos (ex.: haver, ter, ser). Apenas na edição de 1881: Podem entrar na classe de ‘auxiliares’ os verbos “cessar de”, “deixar de”, “acertar de”, “dever de”, “tornar a” e “dar” (il.: deixar de fazer alguma coisa; não cessava de importunar e amesquinhar-se; acertou de passar (casualmente passou); os autos devem de ser perdidos (provavelmente se perderam); não tornes a pecar (não peques outra vez); muitos que já estavam para quebrar, deram em dar (começaram a dar) para que deles tal se não presumisse [Manoel Bernardes]).
Regular	Segue exatamente seu paradigma de conjugação (ex.: louvar, defender)
Irregular	Não segue exatamente seu paradigma de conjugação (ex.: dar, caber)
Impessoal	Em acepção própria não pode ter por sujeito um nome de pessoa (ex.: trovejar, acontecer).
Defectivo	Não é empregado em todas as formas (ex.: feder, colorir)
Perifrástico	Ao seu infinito ligam-se por meio da preposição “de” os tempos dos verbos “haver”, chamado ‘promissivo’ (il.: eu hei de comprar), ou “ter”, chamado ‘obrigativo’ (il.: eu tenho de comprar).
Frequentativo	Ao particípio imperfeito ajuntam-se tempos seus ou de outro verbo para denotar duração e progresso do estado de movimento ou atividade, marcado pelo seu predicado (il.: ir indo; vir vindo; estar caindo; andar estudando)
Terminativo	O predicado nele contido exige um termo indireto de ação. “Dar” e “usar” são verbos terminativos porque os predicados neles contidos “dante” e “usante” (palavras fictícias) requerem termos indiretos de ação (il.: dar alguma coisa a alguém; usar de alguma coisa).
Pronominal	Por uso da língua, emprega-se sempre com um ‘pronome’ objetivo que representa o ‘sujeito’ (ex.: queixar-se, condoer-se). MT: A distribuição da ação do verbo em ‘recíproca’ e ‘reflexiva’ está mais no domínio da lógica do que no da gramática, diz Garret. “O verdadeiro sistema de gramática deveria ser o de simplificar, mas parece que acintemente não tratam senão de aumentar entidades e fazer dificultoso o que é simples e fácil, multiplicando termos e categorias de divisões e subdivisões em coisas que as não precisam. Que quer dizer, por exemplo, ‘verbo recíproco’? É um ‘verbo ativo’, nem mais, nem menos, com um pronome objetivo, assim como podia ter um nome.”

Quadro 58. Outras espécies de ‘verbo’ em Ribeiro (1881, 1885)

4.8.5 Conceito de sentença e seus elementos

A ‘sentença’ é definida quase igualmente nas duas edições, a diferença entre elas está apenas na troca de uma *ilustração*. Ambos dizem que o termo ‘sentença’, proveniente

do termo latino ‘sententia’ (que significa pensamento, juízo, expressão completa) é preferível ao termo ‘período’, pois esteve, proveniente do grego ‘periodos’ (que significa caminho em volta, rodeio) não traduz bem a noção de pensamento e de juízo – Aristóteles e Cícero usaram esse último termo com a significação de ‘sentença retórica’, ‘figurada’, ‘ornada’. Ademais, toda ‘sentença’ tem dois elementos, o ‘sujeito’, que representa a coisa a cujo respeito se fala, e o ‘predicado’, que representa o que se diz do sujeito. Este último ainda se subdivide em dois elementos, o ‘predicado propriamente dito’, que é a ideia que se liga ao ‘sujeito’, e a ‘cópula’, o laço que prende o ‘predicado propriamente dito’ ao ‘sujeito’. Ressaltamos as diferenças entre o papel a ‘cópula’ que ocupava na relação à estrutura tripartite de ‘sentença’ parecia mais relevante, dado que ela não mais era o ‘nexo’ entre os ‘termos’ da ‘sentença’, do que o que ela ocupa nessa organização binária dos elementos da ‘sentença’, visto que tornou-se uma parte do ‘predicado’.

A diferença entre as duas edições está na ilustração de ‘sentença’. Há um primeiro exemplo que é idêntico nas duas, “Rosas são flores”, em que “rosas” é ‘sujeito’, “são flores”, ‘predicado’, em que “são” é a ‘cópula’ e “flores”, o ‘predicado propriamente dito’. O exemplo seguinte é “Pedro ama”, em que “Pedro” é o ‘sujeito’ e “ama”, o ‘predicado’. Este último elemento é dividido de duas maneiras. Em 1881, “ama” decompõe-se em “é amante”, sendo “é” a ‘cópula’ e “amante”, o ‘predicado’. Já em 1885, Ribeiro decompõe “ama” em “am” que é ‘tema’ e “a” que é ‘terminação’. O ‘tema’ é o ‘predicado propriamente dito’, a ‘terminação’ é ‘cópula’. Ribeiro apresenta, em seguida, uma nota, *metatexto*, dizendo que baseando-se em Mason (*English grammar*, London, 1864, pág. 95) a ‘cópula gramatical’ de todas as ‘sentenças’ consiste na ‘flexão’ do ‘verbo’. Nessa mesma nota, afirma que o ato da mente de conectar um ‘predicado’ ao ‘sujeito’ chama-se ‘juízo’, que o resultado de um ‘juízo’ é um ‘pensamento’ e, por fim, que a expressão de um ‘pensamento’ é a ‘sentença’.

Como vemos, Ribeiro mantém os *conceitos* nas duas edições, mas ao modificar a *ilustração* de ‘sentença’ em 1885, deixa de assumir que haja projeção de um dado linguístico na análise da ‘sentença’ “Pedro ama” em que o verbo “ser” seja a ‘cópula’ acompanhada do ‘predicado propriamente dito’ “amante”, para apenas fazer a simples *segmentação* do verbo “ama” em ‘radical’ “am” e ‘tema’ “a”, tornando a ‘cópula’ a ‘flexão do verbo’. Assim, ainda que, como vemos em sua nota, ainda considere a ‘sentença’ o resultado de um ‘juízo’ e que mantenha o *conceito* de ‘cópula’, o autor modifica a maneira de examinar os dados linguísticos de forma decisiva. Do ponto de vista técnico, podemos dizer que o gramático deixou de lado uma análise linguística

baseada num Programa de Correspondência para se aproximar do Programa Descritivista (cf. Swiggers 2004 – cf. Quadro 2). Ademais, tal mudança pode, justamente, corresponder à eliminação do conteúdo vinculado ao *conceito* de ‘verbo substantivo’ na segunda edição.

No tratamento da sintaxe de ambas as edições, Ribeiro, a fim de explicar a organização dos itens da ‘sentença’, considera cinco ‘relações’ que as palavras ou grupos de palavras têm entre si. No quadro adiante, apresentamos o *conceito* de cada uma delas.

<i>Espécie de ‘relação’ (termo)</i>	<i>Conceito em texto</i>
Subjetiva	Relação que o ‘sujeito’ de uma ‘sentença’ está para com seu ‘predicado’ (il.: Pedro é rico). Pode ser ‘nome’, ‘pronome’, ‘parte da oração substantivada’, ‘cláusula’, ‘sentença’.
Predicativa	Relação em que o ‘predicado’ de uma ‘sentença’ está para com seu ‘sujeito’. Há ‘verbos de predicação completa’ (il.: o vegetal vive); ‘verbos de predicação incompleta’ (il.: Antônio está doente) – estes últimos são ‘verbo substantivo’, ‘estar’, alguns ‘intransitivos’ (ex.: ficar, parecer) todos os ‘intransitivos’. (il.: A França parece rejuvenescida; o rei ama-vos).
Atributiva	Relação em que a palavra que representa alguma qualidade, alguma circunstância da coisa de que se fala está para a palavra que representa tal coisa – isso sem que haja asserção, sem que se fale uso do verbo para mostrar tal conexão. (il.: Homens prudentes). Somente ‘substantivos’ travam relação com o ‘atributo’, este pode ser ‘artigo’, ‘substantivo’, ‘adjetivo descritivo’, ‘adjetivo determinativo’, ‘particípio’, ‘substantivo’ precedido por ‘preposição’, ‘cláusula adjetivo’ (il.: o homem; um homem; Afonso; rei; maçã grande; este livro; cada casa; soldado ferido; a casa de Pedro; a carta que escrevi).
Objetiva	Relação que está para com um ‘verbo’ de ‘ação transitiva’ o ‘objeto’ a que se dirige ou sobre o que exerce essa ação (il.: o cão levantou a cabeça). Podem servir de ‘objeto’ ‘substantivos’ e ‘palavras’, ‘frases’, ‘sentenças’ tomadas como ‘substantivo’. Não é indicada por ‘preposição’, a não ser em caso anfibologia.
Adverbial	Relação em que está para com um ‘substantivo’, ‘adjetivo’, ‘verbo’ ou ‘advérbio’ a palavra que modifica as relações entre eles existentes. É expressa por ‘advérbio’, ‘substantivo’ precedido por ‘preposição’, ‘pronomes substantivos’, ‘cláusulas advérbio’ (ex.: ele combateu esforçadamente; Pedro escreve com gosto; Pedro veio comigo; Deu-me o presente; Antônio estava lendo quando cheguei).

Quadro 59. Espécies de ‘relação’ em Ribeiro (1881, 1885)

Ao tratar de ‘relações’, o gramático inclui os elementos essenciais da ‘sentença’, isto é, o ‘sujeito’ e o ‘predicado’, diferentemente do que vimos nos gramáticos até agora, que, em geral, apresentavam ‘complementos’ aos três elementos essenciais da ‘proposição’, ‘oração’ ou ‘sentença’. Esse é um ponto crucial da mudança que se iniciava nesse momento, pois a noção de ‘proposição lógica’ parece começar a perder seu protagonismo, e, dessa forma, passa a ser analisada nos mesmos termos que eram analisados os outros elementos que fazem parte da ‘sentença’, como é o caso, por exemplo, do ‘objeto’ e as palavras que promovam ‘relações adverbiais’. Além disso, ‘predicado’ e ‘atributo’

passam a ser *conceitos* diferentes. O primeiro contém necessariamente um ‘verbo’, ao passo que o segundo pode ser colocado numa ‘sentença’ sem ele.

No exame das *espécies* de ‘sentença’ os *conceitos* apresentados para ‘sentença simples’ e ‘composta’ são idênticos nas duas edições. A ‘sentença simples’ (também se chama ‘oração’ ou ‘proposição’) é aquela que contém uma só ‘asserção’, sejam ou não ampliados seu ‘sujeito’ e seu ‘predicado’ (il.: abelhas fazem mel). A ‘sentença composta’ contém mais de uma ‘asserção’ (il.: Pedro é feliz, mas eu sou desgraçado; se me abandonas, considero-me perdido). Quando uma ‘sentença’ se compõe de duas ou mais ‘asserções’ cada uma delas se chama ‘membro’ (il.: o plano foi bem concebido / e produziu efeito). Chamam-se ‘cláusulas’ os ‘membros’ da ‘sentença’ quando são tão conexos entre si que um depende do outro ou até o modifica (il.: foge o veado / se o acossa o cão). ‘Frase’ é uma combinação de ‘palavras coordenadas’ (il.: o orador excedeu a expectativa do público). A ‘frase’ construída com um ‘infinito’ chama-se ‘frase infinitiva’ (il.: obedecer a lei é dever do cidadão). A ‘frase’ construída com o ‘particípio’ chama-se ‘frase participial’ (il.: negreiros são traficantes de escravos).

Duas são as relações que podem manter entre si os ‘membros’ de uma ‘sentença composta’: ‘coordenação’, quando os ‘membros’ são independentes entre si; ‘subordinação’ é quando um ou mais ‘membros’ da ‘sentença composta’ dependem de outro membro da mesma ‘sentença’. Os ‘membros’ de que dependem outros ‘membros’ chamam-se ‘cláusulas principais’, os ‘membros’ dependentes têm o nome ‘cláusulas subordinadas’. No quadro adiante, definimos as diversas espécies de ‘sentença’, aquelas relativas à ‘coordenação’ e à ‘subordinação’, de acordo com as duas edições da gramática de Ribeiro.

Relação entre membros (termos)	Espécies (termos)	Conceito em texto
Coordenação	Copulativa	Não há oposição entre elas (il.: Pedro é tenente e Antônio é capitão).
	Adversativa	Há oposição entre elas (Pedro é conservador e Antônio é liberal).
	Contratas	Sentenças coordenadas com o mesmo ‘sujeito’, ‘predicado’ ou ‘adjunto adverbial’ (il.: Pedro furtou um relógio e foi pilhado em flagrante; Pedro está bêbado e Antônio, louco).
	Colaterais	Sentença que estando a par umas das outras não se acham ligadas por conjunção (il.: vim, vi, venci).
Subordinação	Cláusula substantivo	Aquela que em sua relação com o resto da ‘sentença’ equivale a um ‘substantivo. Começa sempre por “de” ou “que”. Pode ser ‘sujeito’ do ‘verbo’ da ‘cláusula principal’; ‘objeto’ desse mesmo ‘verbo’; ‘predicado’ dele; ‘adjunto atributivo’ do sujeito ou do ‘objeto’ do mesmo ‘verbo’, ‘complemento de preposição’ (il.: <u>que eu caísse</u> , era o que ele desejasse; eu disse-te <u>que fosses</u> ; Pedro é exatamente <u>o que</u>

		<u>parece ser</u> ; a ideia <u>de que partirás sem mim</u> , tortura-me o coração; arrependo-me <u>de que lhe tivesse dito</u>).
	Cláusula adjetivo	Aquela que em sua ‘relação’ com o resto da ‘sentença’ equivale a um ‘adjetivo’. Está sempre em ‘relação atributiva’ e o ‘substantivo’ expresso ou subentendido ao qual se por meio de um ‘pronome relativo’ (il.: veja este lenço <u>que eu bordei</u>).
	Cláusula advérbio	Aquela que em sua relação com o resto da ‘sentença’ equivale a um ‘advérbio’. Está sempre em relação adverbial para com um substantivo, para com um ‘adjetivo’, ou para com um ‘verbo’ (il.: Bayard, leão quando combatia, era cordeiro quando perdia; Pedro te escrevia uma carta quando chegaste). Há ‘cláusulas advérbio’ de tempo (quando, antes que), lugar (onde), ordem (antes que, depois que), modo (como, assim como, porque), dúvida (se, se bem que).

Quadro 60. 'Relações' entre 'membros' e *espécies* de 'sentença' em Ribeiro (1881, 1885)

Como vemos, diferentemente da maior parte dos gramáticos anteriores, Ribeiro já não trata de ‘orações incidentes’ ou ‘parciais’.

4.8.6 Rede conceitual

Na edição de 1881, há uma *rede conceitual* que, tendo o ‘verbo substantivo’ como eixo, envolve divisão das *metaclasses* de palavras e os conceitos de ‘verbo’ e ‘sentença’. Nas *metaclasses* de palavras, o ‘verbo’ se encaixa como ‘palavra de relação’. Isso corresponderia ao *conceito* de ‘verbo’ que se definia como palavra que exprimia a existência de uma relação entre duas ideias. Nosso *conceito-chave*, o ‘verbo substantivo’ é uma das duas principais *espécies* de ‘verbo’ e define-se como aquele que indica a relação entre uma ideia qualquer e a ideia simples de substância; a outra *espécie* principal de ‘verbo’ é o ‘predicativo’ que indica a existência de uma relação entre uma ideia qualquer e a ideia de substância modificada por um ‘predicado expresso’ ou pela ‘raiz verbal’. Há, assim, claramente, *relação de intersecção* entre os conceitos de ‘verbo’, de ‘verbo predicativo’ e de ‘verbo substantivo’. Os verbos ‘transitivo’, ‘intransitivo’ e ‘terminativo’ incluem a noção de ‘predicado’ em sua definição, consequentemente, tendo relação de *intersecção* com o ‘verbo substantivo’. Ao definir a ‘sentença’, o gramático diz que ela consta de dois elementos, o ‘sujeito’ e o ‘predicado’, mas este último pode se dividir novamente em dois elementos, a ‘cópula’ e o ‘predicado propriamente dito’ e dá como *ilustrações de uso* “Rosas são flores” e “Pedro ama” que poderia ser fragmentado em “Pedro é amante”, essa fragmentação evidencia a função do ‘verbo substantivo’, cujo único exemplo é “ser”, dentro das ‘sentenças’. O conceito de ‘verbo substantivo’ trava, portanto relação de *subordinação* com os *conceitos* de ‘sentença’ e de ‘verbo’ suas *espécies*.

É interessante observar que essa *rede* se perca quase completamente na segunda edição da obra, de 1885, sobretudo porque isso não se dá apenas pelo fato do autor excluir os *conceitos* de ‘verbo substantivo’ e ‘verbo predicativo’ da obra. As *metaclasses* já são outras, o ‘verbo’ é parte daquela que abriga palavras ‘independentes’, como também o são o ‘substantivo’ e o ‘pronome’. O ‘verbo’ é definido, com base em Whitney, como palavra que diz ou declara alguma coisa. As definições de verbos ‘transitivo’ e ‘intransitivo’ não apresentam mais o conceito de ‘predicado’ em *texto*, mas apenas em *metatexto* (o conceito de ‘verbo terminativo’, porém, mantém a noção de ‘predicado’ em *texto*). A definição de ‘sentença’ se mantém a mesma, mas uma das *ilustrações de uso* é modificada, “Pedro ama” é fragmentado em “Pedro am-a”, sendo “am”, ‘radical’, o predicado propriamente dito, enquanto “a” ‘tema’, que corresponderia também à ‘cópula’. Vemos, portanto, que Ribeiro ao retirar o ‘verbo substantivo’ da obra, procurou eliminar os elementos a ele relacionados. Com isso, temos, na análise das gramáticas de Ribeiro, comprovação de nossa hipótese, de que o ‘verbo substantivo’ tem uma *rede conceitual* em torno de si, a qual é frequentemente eliminada junto com o *conceito*.

Ademais, quanto aos *modificadores* do nome, ainda que o autor apresente a distinção entre duas espécies de ‘adjetivo’, o ‘qualificativo’ e o ‘determinativo’, e também distinga duas *espécies* de ‘adjetivo qualificativo’, ‘restritivo’ e ‘explicativo’ nas duas edições da obra, realizando as duas oposições de Noël e Chapsal (cf. item 1.4.2), não apresenta relações entre estes *conceitos* e as *espécies* de ‘sentença’, tal como comumente fizeram gramáticos anteriores.

Finalmente, é possível analisar a gramática de 1881 de Ribeiro como *eclética*, na medida em que, ao encaixar o conceito de ‘verbo substantivo’ e sua *rede*, o gramático apresenta, por um lado, *ecletismo vertical*, por apresentar dois *conceitos* de ‘sentença’ bastante diferentes, um baseado em Burgraff e outro em Whitney, e, por outro, *ecletismo horizontal*, na medida em que as *espécies* de ‘sentença’ e as ‘funções’ não tem relação com a noção de ‘cópula’ (como verbo “ser”).

4.9. *Grammatica Analytica* (1887, [152]) e *Grammatica Descriptiva* (1895, [188]), de Maximino de Araujo Maciel

4.9.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

Em 1887, a gramática é definida como disciplina que trata das normas do pensamento humano pelo estudo analíticos dos fatos da linguagem. Há três espécies de gramática: ‘descritiva’, ‘histórica’ e ‘filosófica’. Em 1895, a gramática é definida como sistematização lógica dos fatos e normas de uma língua qualquer – o *conceito* de pensamento desaparece da definição. Maciel apresenta quatro espécies, a ‘descritiva’, a ‘histórica’, a ‘comparativa’ e a ‘geral’.

<i>Espécies de ‘gramática’ (termo)</i>	<i>Conceito em 1887</i>	<i>Conceito em 1895</i>
Descritiva / Expositiva / Particular (1887)	Trata praticamente das normas ou fatos de uma língua qualquer.	Sistematização orgânica dos fatos e normas próprios de uma língua, isoladamente considerada. ‘Gramática portuguesa’: sistematização orgânica das normas e fatos da língua portuguesa, isoladamente considerada.
Histórica ou Comparativa (1887)	Trata dos fatos de uma língua em diferentes épocas ou compara os fatos de uma língua com os de outras, para conhecer as suas relações.	Sistematização das normas e fatos da língua desde a sua origem até nossos dias, isto é, aquela que trata da evolução da língua nos seus diversos períodos de formação.
Histórica (1895)		Sistematização das normas e fatos de duas ou mais línguas comparadas entre si, isto é, nas suas diversas relações e divergências.
Comparativa (1895)		
Filosófica (1887) / Geral	Aquele que procura ou investiga as diferentes leis e princípios que dirigem os fatos gerais da linguagem.	Poderia se chamar ‘glossologia’, isto é, o tratado das normas gerais e abstratas que é possível aplicar à expressão do pensamento ou à linguagem. De acordo com Sayce, “linguagem é a manifestação exterior do pensamento consciente”. ¹⁰⁷

Quadro 61. *Espécies de ‘gramática’ em Maciel (1887, 1895)*

A gramática de 1895 apresenta maior detalhamento nas definições, ao ponto mesmo de distinguir duas *espécies* de ‘gramática’ onde 1887 havia apenas uma. Ademais, em 1887, Maciel preocupava-se em demonstrar de que assuntos tratava cada *espécie* de gramática, já em 1895, exceto pela ‘gramática geral’, especifica que as gramáticas são sistematizações. É curioso que, quando define ‘gramática geral’, em 1895, o gramático a

¹⁰⁷ Referência a *La science du Language*, de Max Müller; *Philologie Comparée* de Sayce.

equivale a outro conceito, o de ‘glossologia’¹⁰⁸, algo que é feito também por Pacheco e Lameira (1887), que usa outro termo ‘glotologia’ (cf. 4.10); esta gramática, diferentemente das outras, não é definida como ‘sistematização’, mas como ‘tratado’, o qual corresponde a normas gerais da ‘linguagem’ enquanto ‘expressão do pensamento’.

Ao definir ‘linguagem’, o autor apresenta diferentes “modos de manifestar o pensamento” em 1887; já em 1895 considerara-a a manifestação mediante sinais cuja teorização constitui a ‘sêmica’ (nota de rodapé com referência a *A língua portuguesa*, de Adolpho Coelho). Há três *espécies* de modos de expressar o pensamento: ‘linguagem’, ‘escritura’ e ‘gesticulação’ ou ‘mímica’ ou ‘accionação’; esses três parecem equivalentes às *espécies* de ‘sêmica’: ‘fonética’, ‘gráficas’ e ‘mímica’. No quadro adiante, apresentamos *conceitos* dessas *espécies*.

Conceitos em 1887		Conceitos em 1895	
Modos de manifestar o pensamento (termos)	Conceito	Manifestação do pensamento: Sêmica (termos)	Conceito
Linguagem	Manifesta o pensamento por meio da voz humana.	Fonética	Manifesta o pensamento por meio da voz humana, isto é, sons articulados. A linguagem no rigor do termo, a palavra viva. (Ref. a <i>Gram. Franc. d’après l’histoire</i> , de Delon)
Escritura	Manifesta o pensamento via ‘caracteres significativos’	Gráfica	Manifesta o pensamento via ‘símbolos literais’. Constitui o que vulgarmente se chama ‘linguagem escrita’.
Gesticulação / Mímica / Accionação	Manifesta o pensamento por meio de certos movimentos fisiológicos ou sinais mímicos.	Mímica	Manifesta o pensamento por meio de certos movimentos fisiológicos ou gesticulações.

Quadro 62. Diferentes ‘modos’ de ‘manifestar o pensamento’ em Maciel (1887, 1895)

Embora a *terminologia* seja diferente, o *conceito* dos modos de manifestar o pensamento é similar nas duas gramáticas de Maciel. Há mais acréscimo no *conceito* de ‘linguagem’, que é seguido de referência bibliográfica. Em 1887 e 1895 a gramática é

¹⁰⁸ É provável que na referência que faz a Max Müller, Maciel esteja considerando este trecho : La science du langage est de date très-récente : elle ne remonte pas beaucoup au-delà du commencement de notre siècle, et les autres sciences, ses soeurs ainées, l’admettent à peine sur un pied d’égalité. Son nom même est encore indéterminé, et les dénominations diverses qu’elle a reçues en Angleterre, en France et en Allemagne, sont si vagues et si mobiles qu’elles ont donné lieu, dans le public, aux idées les plus confuses sur les sujets réls de cette nouvelle science. Nous l’entendons appeler la *Philologie comparée*, l’*Étymologie scientifique*, la *Phonologie* et la *Glossologie*. En France, elle est connue sous le nom commode, mais un peu barbare, de *linguistique*. (Max Müller 1867 :4-5). (cf. Polachini 2013: 69).

dividia em quatro ‘partes’, que são ‘phonologia’, ‘lexeologia’, ‘syntaxologia’ e ‘semeiologia’. (cf. Apêndice B, FD12 e FD18).

Da mesma forma que outros gramáticos do período, Maciel parece, em seus conceitos de ‘gramática’ e ‘linguagem’, misturar os Programas de Investigação de Correspondência, por enfatizar que a língua seja manifestação do pensamento, e o Programa Descritivista, em que a língua é segmentada e comparada com outras ou com diferentes estágios de seu desenvolvimento.

4.9.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

Em ambas as gramáticas (Maciel 1887, 1895), as *classes de palavras* aparecem na seção denominada ‘taxionomia’ da gramática de Maciel, seção essa que é definida em 1887 como “classificação das palavras em categorias correspondentes às idéas que exprimem” (Maciel 1887:73) e em 1895 como a “classificação das palavras em grupos segundo as categorias lógicas a que correspondem” (Maciel 1895: 90) – uma diferença sutil entre as obras, portanto.

Nas duas gramáticas, há as mesmas três *metaclasses* de palavras (as quais, em 1895, Maciel diz ter retirado da *Gram. Supérieure* de Larousse), são elas: ‘nominativas’, ‘modificativas’ e ‘conectivas’. As primeiras correspondem, nas duas gramáticas, ao ‘substantivo’, ao ‘pronome’ e, em 1895, também ao ‘verbo’; as ‘modificativas’, ao ‘adjetivo’ e ao ‘advérbio’ e, em 1887, também ao ‘particípio’; as ‘conectivas’ são a ‘preposição’ e a ‘conjunção’, e, em 1887, também ao ‘verbo’. O gramático ainda observa, nas duas gramáticas, que os ‘pronomes relativos’ entram no grupo das ‘conectivas’ (apesar da classe do ‘pronome’ estar nas ‘nominativas’), pois ligam as ‘proposições’, o ‘particípio’, por sua vez, em 1895, pode ser ‘modificativo’ ou ‘nominativo’ de acordo com a sua função de ‘verbo’ ou de ‘adjetivo’, finalmente, em ambas as obras, Maciel afirma que a ‘interjeição’ não é classe de palavra – por ser “o grito synthetico e organico que, arrancado sob um impulso violento do nosso ser, exprime syntheticamente o sentimento subito que nos afeta [...] vale por uma proposição implícita” (1887:74) ou por ser “mais um grito, uma phrase latente e instantenea do que propriamente palavra” (1895:90). Além disso, na seção destinada ao tratamento de cada *classe de palavra* da *Grammatica Descriptiva* (1895), Maciel dá um *epíteto* a elas. No quadro adiante, apresentamos uma síntese das *metaclasses*, *classes de palavras* apresentadas por Maciel em texto com também os nomes que ele dá a cada *classe*.

<i>Metaclasse</i>	<i>Classes 1887</i>	<i>Classes 1895</i>	<i>Epíteto dado à classe em 1895</i>
Nominativas	Substantivo	Substantivo	Palavra de entidade
	Pronome	Pronome	Palavra de substituição
	-	Verbo	Palavra de afirmação
	-	(Particípio)	-
Modificativas	Particípio		
	Adjetivo	Adjetivo	Palavra de modificação
	Advérbio	Advérbio	Palavra de circunstância
Conectivas	Verbo	-	-
	Preposição	Preposição	Palavra de relação
	Conjunção	Conjunção	Palavra de ligação
	Pronome relativo	(Pronome relativo)	-
-	(Interjeição)	(Interjeição)	-

Quadro 63. *Metaclases, classes e epítetos em Maciel (1887, 1895)*

Como se pode ver, é notável que o ‘verbo’ muda de *metaclasse* de uma gramática para outra de Maciel. Na primeira, faz parte das palavras ‘conjuntivas’, ao passo que na segunda, enquadra-se nas palavras ‘nominativas’. Observaremos mais adiante as relações que tal mudança pode ter com o próprio *conceito* de ‘verbo’. Ademais, o ‘particípio’ faz parte das palavras ‘modificativas’ em 1887 e, em 1895, fica entre a ‘categoria’ das ‘modificativas’ e das ‘nominativas’.

Em *metatexto* (menção a outros gramáticos) de 1895 apenas, o gramático observa que a “velha divisão clássica” (p. 90) em ‘nome’, ‘verbo’ e ‘partícula’ e a divisão de Mason em ‘palavras nocionais’ e ‘palavras relacionais’ não condizem com as condições atuais das línguas – em nota de rodapé, apresenta a seguinte referência: *La troisième année de Grammaire*, de Larrive et Fleury. Como vimos, outros gramáticos brasileiros também refletem a respeito das primeiras *metaclases*¹⁰⁹.

4.9.3 Conceitos modificadores do nome

O ‘adjetivo’, denominado como ‘palavra de modificação’ em 1895, define-se em ambas as gramáticas como a ‘compreensão’ ou a ‘extensão’ de um ‘nome apelativo’ (1887) ‘substantivo’ (1895). Na gramática mais antiga (1887:87), subdividem-se em ‘qualificativo’ e ‘determinativo’. O primeiro, também chamado ‘descritivo’, modifica a

¹⁰⁹ Carneiro Ribeiro (1881), tal como Maciel, rejeita as *metaclases* de ‘nome’, ‘verbo’ e ‘partícula’, em sua gramática posterior, de 1890, cita essa possibilidade de *metaclases* mas não a aplica. Ribeiro (1881), por outro lado, aplica essas *metaclases*, as quais são retiradas da edição seguinte, de 1885, da gramática (cf. 4.7 e 4.8).

‘compreensão’ do ‘nome apelativo’, juntando-lhe uma ideia de qualidade (ex. de 1887: casa nova, homem louco). O ‘determinativo’, por sua vez, modifica a extensão do ‘nome apelativo’, limitando-o a um maior ou menor número de indivíduos. Na gramática de 1895, vemos mudança *terminológica*, mas sutil diferença no conceito das *espécies* de ‘adjetivo’, o qual é ‘descritivo’ quando modifica a ‘compreensão’ de um ‘substantivo’ mediante uma ideia de qualidade ou propriedade (il.: homem, alto, magro, pálido, nervoso, inteligente, sagaz, sábio), e ‘designativo’ quando limita a ‘extensão’ do ‘substantivo’ definida ou indefinidamente. Em *metatexto* (reflexão), explica, de certa forma, a mudança terminológica de uma obra para outra, afirmando que esses nomes estão mais de acordo com a ‘gramática moderna’ do que os termos ‘qualificativo’ e ‘determinativo’ (os quais, como vimos, foram usados por um número considerável de gramáticas ao longo do século); tal mudança terminológica se deve, segundo Maciel (1895), ao aprofundamento dos estudos dos fatos.

Acrescenta ainda, nas duas gramáticas, cinco aspectos que fazem as duas principais *espécies* de ‘adjetivo’ diferir entre si: (1) enquanto o número de ‘determinativos’/‘designativos’ é limitado e conhecido, há grande número de ‘adjetivos ‘qualificativos’/‘descritivos’; (2) os ‘adjetivos qualificativos’/‘descritivos’ podem se antepor ou se pospor ao ‘substantivo’, ao passo que os ‘determinativos’/‘designativos’ normalmente se antepõem (il.: branca neve, neve branca; este livro); (3) a maior parte dos ‘qualificativos’/‘descritivos’ podem formar ‘advérbio’ (na forma feminina, com acréscimo do ‘sufixo’ *–mente*), já os ‘designativos’ não podem formar ‘advérbios’, salvo alguns ‘ordinais’¹¹⁰ (il.: grandemente; perfeitamente; primeiramente); (4) grande parte dos ‘descritivos’ têm ‘grau’, ao passo que os ‘designativos’ não o tem¹¹¹; (5) todo ‘qualificativo’/‘descritivo’ sem ‘substantivo’ torna-se ‘substantivo’ (‘substantivo accidental’, em 1887), já os ‘determinativos’/‘designativos’ passam ao estado de ‘pronome’ (‘pronome adjetivo’, em 1887). Exemplifica em 1887: “o justo” e “este é meu”. Conclui em 1895 que, assim, os ‘descritivos’ são ‘adjetivos nominais’ e os ‘designativos’, ‘pronominais’.

¹¹⁰ Em 1887 (p.88), ele afirma, em *metatexto* (nota), que os ‘determinativos ordinais’ devem, antes de formar um ‘advérbio’, passar pelo estado de ‘qualificativos’ (ex.: primeira-mente). Não há essa afirmação na obra de 1895.

¹¹¹ Em 1887 (p. 88), Maciel observa, em *metatexto* (nota), que por vezes podem ser encontrados na língua as expressões “muitíssimo” e “mesmíssimo”, mas não devem ser empregadas, dado que não têm autoridade clássica para tal. Comenta também que não raro escutamos a expressão “esse objeto é mais meu do que seu”, mas que nelas a comparação não se exerce no determinativo, mas nas expressões “é meu” e “é seu” que, diz o gramático, “são verdadeiras locuções que os determinativos formam com o verbo ‘ser’, significando ‘pertencer’” (Maciel 1887:88).

Essas duas *espécies* também são *gêneros* de outras *espécies*, cujos *conceitos* que apresentamos nos quadros adiante, comparando as duas gramáticas:

<i>Gênero</i>	<i>Espécies</i>	<i>Conceito em texto de 1887</i>	<i>Conceito em texto de 1895</i>
Qualificativo Descritivo	Restritivo	Modifica a ‘compreensão’ do ‘nome apelativo’, juntando-lhe uma ideia de qualidade ‘acidental’, isto é, não incluída na própria significação do ‘nome apelativo’ (ex.: homem <u>sábio</u> , mesa <u>redonda</u> , árvore <u>alta</u>).	Modifica o ‘conceito’ do ‘substantivo’, mas mediante propriedade extrínseca à sua ‘significação geral’ (ex.: homem <u>douto</u> , mulher <u>bela</u> , animal <u>manso</u>)
	Explicativo (Latente, 1895)	Modifica a ‘compreensão’ do ‘nome apelativo’, juntando-lhe uma ideia de ‘qualidade essencial’, isto é, incluída na própria significação do ‘nome apelativo’ (ex.: homem <u>mortal</u> , sol <u>brilhante</u> , leite <u>branco</u>).	Modifica o ‘conceito’ do ‘substantivo’, mas mediante uma ideia de propriedade intrínseca ¹¹² à sua significação geral (ex.: homem <u>moral</u> , sol <u>brilhante</u> , neve <u>branca</u> , mármore <u>duro</u>).
	Específicos (1895)	-	Restringem-se a exprimir sempre uma ideia de pessoa ou de lugar. Há duas espécies: - Personativos: calcados no radical de um ‘substantivo personativo’ (il.: leis <u>manuelinas</u> , ordenações <u>afonsinas</u> , mês <u>mariano</u>). - Locativos: calcados no radical de um nome de lugar (ex.: americano, brasileiro, sergipano, lisboense, paraense)

Quadro 64. *Espécies de 'adjetivo qualificativo descritivo' em Maciel (1887, 1895)*

Alguns *metatextos* são acrescentados aos *conceitos* supracitados. Em ambas as obras, Maciel observa que se o ‘adjetivo’ será de uma espécie ou outra a depender do ‘substantivo’, dado que o mesmo ‘adjetivo’ pode ser ‘explicativo’ em relação a um ‘substantivo’ e ‘restritivo’ em relação a outro (ex.: neve branca; saia branca)¹¹³. Ressalta ainda que os ‘adjetivos explicativos’ ou ‘latentes’ possam, indiferentemente, se pospor ou antepor ao ‘substantivo’, ao passo que os ‘restritivos’ geralmente se pospõem, pois podem ter significados diversos quando antepostos (il.: simples coisa, coisa simples; santa casa, casa santa; pobre homem, homem pobre). Na edição de 1895, apresenta duas observações, diz primeiramente que Sotero dos Reis (cuja gramática é analisada no item 4.6) considerou os ‘adjetivos específicos’ erradamente como ‘adjetivos possessivos’ – em

¹¹² No texto está escrito “extrínseca”, entretanto, acreditamos que isso foi um engano da tipografia, pois, caso a palavra seja mesmo “extrínseca” as duas espécies de ‘adjetivo’ têm o mesmo significado.

¹¹³ Esse tipo de discussão parece se tornar comum no fim do século, estando presente também em Condurú (1888).

nota de rodapé apresenta não apenas a referência da gramática de Sotero dos Reis, mas também a de Carneiro Ribeiro (analisada neste trabalho no item 4.7), dado que o gramático baiano fez essa mesma afirmação sem, porém, se remeter especificamente a Sotero dos Reis. A citação de outras gramáticas brasileiras revela o conhecimento que Maciel tinha dessa tradição. Observa também que os ‘específicos’ têm sido chamados de ‘gentílicos’, ‘pátrios’ ou ‘nacionais’, mas afirma estarem essas denominações em desacordo com os fatos, por isso é preferível o termo mais genérico de ‘locativo’.

<i>Gênero</i>	<i>Espécies</i>	<i>Conceito em texto de 1887</i>	<i>Conceito em texto de 1895</i>
Designativos	Articulares	Limitam a extensão do nome apelativo particularizando-lhe a significação. Há duas espécies: - Definito: modifica a extensão do ‘nome apelativo’ particularizando-lhe a significação de modo certo e positivo (ex.: o, a, os, as) - Indefinito: Modifica a extensão do nome apelativos particularizando-lhe a significação de um modo incerto e vago (ex.: um, uma)	Chama-se também ‘artigo definido’. É o ‘designativo monossilábico’ que individualiza a significação do ‘substantivo’ de modo positivo e certo (ex.: o, a, os, as).
	Demonstrativos	Modificam a extensão do ‘nome’ limitando-o a um ‘indivíduo’ situado no espaço ou na ‘proposição’. São ‘simples’ (ex.: este, esse, aquele) ou ‘compostos’/‘combinados’ (ex.: est’outro, ess’outro, aquel’outro).	Modificam a extensão do ‘nome’ mediante uma ideia de lugar no espaço ou na ‘proposição’. São ‘simples’ (ex.: este, esse, aquele) ou ‘compostos’ (ex.: est’outro, ess’outro, aquel’outro).
	Possessivos	Modificam a extensão do ‘nome apelativo’ limitando-o sob uma relação definida de posse (ex.: meu, teu, seu, nosso, vosso, seus). São cognatos dos ‘pronomes pessoais’.	Modificam a extensão do ‘substantivo’ mediante uma relação definida de posse (ex.: meu, teu, seu, nosso, vosso, seus) São cognatos dos ‘pronomes pessoais’.
	Indefinitos	Modificam a extensão do ‘nome apelativo’, limitando-o de um modo mais ou menos vago ou geral (ex.: algum, certo, pouco quanto etc.). Há duas espécies: - Universais: estendem a significação do ‘nome apelativo’ a todos os indivíduos de uma ‘classe’ (ex.: todos, nenhum, cada, qualquer, algum (posposto)). - Partitivos: estendem a significação do nome apelativa a uma parte dos indivíduos de uma ‘classe’ (algum (anteposto), pouco, outro, quanto, tal).	Modificam a extensão do ‘nome apelativo’, porém de um modo mais ou menos vago ou geral (ex.: algum, alheio, cada, menos, nenhum, outro, qual). Às vezes também as palavras “que, certo, vários, diversos” precedendo geralmente ao ‘substantivo’. Há duas espécies: - Universais: estendem a significação do ‘substantivo’ a todos os indivíduos de uma ‘classe’ (ex.: todos, nenhum, cada, qualquer, algum (posposto)). - Distributivos: estendem a significação do substantivo a

			um ou a alguns dos indivíduos de uma ‘classe’ (algun (anteposto), pouco, outro, quanto, tal).
	Numerais	-	Limitam a extensão do ‘substantivo’ mediante uma ideia de quantidade positiva e determinada. São ‘cardinais’ (ex.: um, dois, três, quatro), ‘ordinais’ (ex.: primeiro, segundo, terceiro, quarto; três <u>quartos</u>), ‘duais’ (ambos; um... outro; os dois) e ‘multiplicativos’ (duplo, triplo; duplicado, triplo).

Quadro 65. *Espécies de 'adjetivo designativo' em Maciel (1887, 1895)*

Em *metatexto* (reflexão), na gramática de 1887, observa que as formas “um, uma, uns, umas” devem passar para ‘adjetivos indefinitos’, são consideradas ‘artigos’ simplesmente por serem ‘proclíticas’ e ‘monossilábicas’. Parece esta ser uma observação que faz referência à gramática de 1887, na qual, como vimos, “um” e “uma” eram considerados ‘adjetivos articulares’.

O ‘pronome’, denominado em 1895 como ‘palavra de substituição’, é definido como qualquer palavra substituta dos nomes ou “de qualquer parte da oração tomada nominativamente” (1887:80) ou “de qualquer expressão nominativa” (1895: 101). Há duas *espécies* principais, os ‘pronomes substantivos’ e os ‘pronomes adjetivos’. No quadro abaixo, apresentamos o *conceito* das *espécies* em cada uma das gramáticas.

<i>Espécie</i>	Conceito em texto de 1887	Conceito em texto de 1895
Substantivo	Chama-se também ‘essencial’. Aquele que na ‘proposição’ é sempre empregado como pronome (ex.: eu, tu, isto, quem). Há quatro espécies: ‘pessoais’, ‘demonstrativos’, ‘conjuntivos’ e ‘indefinitos’.	Substituem sempre os ‘nomes’, pois não exercem outra função (ex.: eu, ele, tu, nós, vós, eles, ninguém). Há cinco <i>espécies</i> : ‘pessoais’, ‘demonstrativos’, ‘articulares’, ‘conjuntivos’ e ‘indefinitos’.
Adjetivo	Chama-se também ‘acidental’. Qualquer ‘adjetivo determinativo’ empregado na ‘proposição’ sem ‘substantivo’ enunciado.	Não substituem propriamente o nome, mas apenas lhes evitam a repetição (ex.: este homem e <u>aquele</u> ; teu livro e o <u>meu</u>). Constituem uma função dos ‘adjetivos designativos’, até mesmo os ‘numerais’ têm força pronominal (ex.: eu tenho um livro, tu <u>dois</u>) ¹¹⁴ .

Quadro 66. Principais *espécies* de ‘pronomes’ em Maciel (1887, 1895)

No quadro adiante, apresentamos os conceitos das espécies de ‘adjetivo substantivo’ nas duas gramáticas.

¹¹⁴ Em nota de rodapé, apresenta referência da *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza* de Grivet.

<i>Espécie de 'adjetivo substantivo' (termo)</i>	<i>Conceito em texto de 1887</i>	<i>Conceito em texto de 1895</i>
Pessoais	Aqueles que substituem as pessoas gramaticais (ex.: eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas). Os pronomes assumem diferentes formas, para enunciação de funções sintáticas distintas. as quais se chamam 'declinação dos pronomes pessoais' (ex.: me mim, migo, te, ti, tigo, se, si, sigo, lhe, o, a, nos, nosco, vos, vosco, se, si, sigo, lhes, os, as).	Aqueles que substituem as pessoas gramaticais. (ex.: eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas). A cada um dos pronomes correspondem outras formas pronominais, de acordo com as relações sintáticas (ex.: me mim, migo, te, ti, tigo, se, si, sigo, lhe, o, a, nos, nosco, vos, vosco, se, si, sigo, lhes, os, as).
Demonstrativos	Substituem o 'nome', limitando-o mediante alguma relação de situação no espaço ou na proposição (isto, isso, aquilo).	Substituem o 'nome', indicando uma relação de posição no espaço ou na proposição (isto, isso, aquilo, o (quando significa "aquilo")); il.: <u>o</u> que é útil é caro).
Articulares	-	Próprio 'artigo definido', substituindo na proposição a um substantivo anteriormente expresso (il.: este livro, melhor que <u>o</u> (livro) que compraste não é <u>o</u> livro da tua irmã).
Conjuntivos / Relativos	Conjuntivos, também chamados 'relativos' ou 'memorativos', são aqueles que conjuntam duas proposições e se referem rigorosamente a um nome antecedentemente enunciado (ex.: que, qual, quem, cujo).	Relativos são aqueles que conjuntam duas proposições e sempre se referem a um nome anteriormente expresso (ex.: que, o qual, quem, cujo, onde, (em alguns casos) quando). Também se dizem 'conjuntivos' porque servem de conectivo a preposições.
Indefinitos	Substitui o 'nome', porém de um modo vago, mais ou menos geral (ex.: tudo, nada, ninguém, alguém, outrem, fulano, sicrano, beltrano, al, algo).	Substitui o 'substantivo', porém de modo vago e indeterminado (ex.: tudo, nada, ninguém, al, algo, alguém, outrem, etcetera, fulano, beltrano, sicrano)

Quadro 67. *Espécies de 'adjetivo substantivo' em Maciel (1887, 1895)*

Há *metatextos* (notas) diferentes nas gramáticas para 'pronome pessoal'. Na de 1887, acrescenta que há a palavra "você", considerada 'pronome pessoal de uso familiar'. Nas duas gramáticas, Maciel observa que os 'pronomes' "migo, tigo, sigo, nosco, vosco" são de uso limitado, pois só se usam pospostos à 'preposição' "com". Em 1895, o autor comenta em *metatexto* (nota) que os 'pronomes' "ele" e "ela" são mais 'pronomes demonstrativos' do que propriamente 'pessoais'.

4.9.4 Conceito de verbo

Como vimos, o 'verbo' está em *metaclasses* diferentes nas duas gramáticas de Maciel. Em 1887, é 'palavra conjuntiva', ao passo que em 1895 é 'palavra nominativa'. A definição também difere nas duas obras. Em 1887, é definido como "a palavra conjuntiva que sob a noção de tempo exprime a existencia de um facto abstracto ou concreto, ex.: amo, quebro, etc." (Maciel 1887: 107). Além disso, em 1887, enfatiza que

o ‘verbo’ é ‘palavra por excelência’, dado que é elemento essencial ao ‘juízo’ e sempre exprime ‘afirmação’, que é declarar se uma coisa é ou deixa de ser. Em 1895, é “palavra de tempo destinada a afirmar e a exprimir simultaneamente os factos” (Maciel 1895: 104).

As *espécies* de ‘verbo’ são diferentes de uma gramática de Maciel para outra. Em 1887, ele distingue, inicialmente, o ‘verbo substantivo’ ou ‘abstrato’ do ‘verbo atributivo’ ou ‘predicativo’. O primeiro não tem ‘atributo’ incluído em si e exprime uma noção de existência em absoluto (ex.: ser). Em *metatexto*, explica que o ‘verbo’ “estar” não pode ser ‘substantivo’, pois tem um ‘atributo’, visto que “estar” significa existir em um certo estado (il.: Maria stabat ad crucem). É curioso que o gramático, falando da língua portuguesa, apresente uma ilustração de uso em latim, sobretudo considerando que o verbo latino “stabat” talvez não corresponda exatamente ao que significa “estar” em português. Acrescenta, ainda, que se “estar” for ‘verbo substantivo’ outros ‘verbos’ que exprimem uma noção de existência modificada também o serão, como é o caso de “andar, ficar, permanecer”. O ‘verbo substantivo’ tem duas *espécies*: é ‘abstrativo’ quando limita-se a exprimir a existência um ‘sujeito’ sem ‘modificação predicativa’ (il.: era no outono; Deus é, foi e será); é ‘conectivo’ quando limita-se a exprimir a existência de um sujeito com modificação predicativa (il.: as flores são belas; Deus é onisciente).¹¹⁵

O ‘verbo atributivo’, também chamado ‘predicativo’ ou ‘concreto’, tem o predicado incluído no ‘radical’ e exprime uma noção de ‘existência relativa’. Todos os ‘verbos’ dessa *espécie* equivalem ao ‘verbo’ “ser” e um ‘predicado’ expresso pelo ‘radical verbal’ (il.: as estrelas brilham, isto é, as estrelas são brilhantes; o sol luz, isto é, o sol é luzente). O ‘verbo atributivo’ concentra duas ideias em uma só palavra: a ideia de ‘qualidade’ incluída no ‘radical’ e a ideia de ‘relação’ incluída na ‘flexão’, sendo esta última traduzida ‘materialmente’ pelo ‘verbo’ “ser” (ex.: brilhar = brilhante ser; dizer = dizente ser; punir = puninte ser). Enfim, o autor conclui a definição dessas duas *espécies* de ‘verbo’ com uma observação (*metatexto*) explicando que pelo fato de todo verbo equivaler a “ser”, que liga o ‘sujeito’ ao ‘predicado’, ele é uma ‘palavra conjuntiva’.

<i>Espécies de ‘verbo atributivo’</i>	<i>Espécies de ‘verbo transitivo’</i>	<i>Conceito em texto</i>
---	---	--------------------------

¹¹⁵ Chama atenção o *conceito* de ‘verbo substantivo abstrativo’ apresenta a mesma ilustração dada por Ribeiro (1881 – cf. 4.8) “Deus é, foi e será”; em que o ‘verbo substantivo’ pode, na língua em uso, exprimir existência do sujeito sem a presença de um predicado. A definição de ‘existência em absoluto’ aparece também em Ribeiro 1889 (cf. 4.12).

Intransitivo / Subjetivo	-	Sua ação, não exigindo ‘objeto externo’, fica no ‘sujeito’.
Transitivo / Objeto	-	Sua ação exige um ‘objeto externo’ sobre que recaia.
	Direto/ Imediato	Sua ação se transmite a um ‘objeto externo’ sem intervenção de ‘preposição’ (il.: tenho amigos, amos as rosas)
	Indireto / Mediato	Sua ação se transmite a um ‘objeto externo’ mediante uma ‘preposição’ (il.: usamos de café, precisamos de criados)
	Bitransitivo	Sua ação se transmite a dois ‘objetos externos’, um ‘direto’ e outros ‘indireto’ (il.: mandei livros a Pedro; comprei limas a João; concedi licença aos meninos)

Quadro 68. *Espécies de 'verbo atributivo' em Maciel (1887)*

Em *metatexto*, afirma que, para seu ‘verbo bitransitivo’, a maioria dos gramáticos dá o nome de ‘verbo transitivo-relativo’, que, à luz de uma análise semiológica, seria uma expressão altamente pleonástica, visto que tanto ‘transitivo’ quanto ‘relativo’ querem dizer que o ‘verbo’ tem uma ação revestida de certa ‘relação’ para com seu ‘complemento necessário’, assim seria o mesmo dizer ‘verbo transitivo-transitivo’ ou ‘verbo relativo-relativo’. Concorda com o gramático brasileiro Carneiro Ribeiro (cujas gramáticas são analisadas no item 4.7) que dá ao ‘verbo transitivo’ o nome de ‘verbo relativo’.

Enfim, apresenta um comentário acerca das mudanças por que passava a ‘ciência da linguagem’ no período, que transcrevemos completo adiante:

Abandonemos certas expressões taxonomicas legadas pelas falsas observações do grammaticos antigos e consideremos os fatos da língua sob aspecto racional e científico. A sciencia da linguagem está atravessando uma época de transição, tendendo amplamente a estabelecer definitiva e positivamente as suas modernas theorias. (Maciel 1887:111).

Na *Grammatica Descriptiva*, de 1895, Maciel afirma que o ‘verbo’ tem uma ‘predicação’, sua ‘significação’ ou ‘ação’, uma ‘personalidade’, a integralidade de suas formas, e uma ‘conjugação’, a sistematização de suas formas regulares e irregulares. A ‘predicação’ determina *espécies* de ‘verbos’, as quais são similares às que vimos anteriormente na gramática de 1887. Há uma *espécie* de ‘verbo de predicação completa’, cuja significação não exige nenhum ‘objeto’ ou ‘adjunto predicativo’ (ex.: nascer, durar, morrer, correr). Há também três *espécies* de ‘verbo de predicação incompleta’, os quais exigem, em sua significação, um ‘objeto’ ou ‘adjunto predicativo’, e duas *espécies* de ‘verbos de predicação dupla’, cuja significação exige ao mesmo tempo dois ‘objetos’, um ‘direto’ e outro ‘indireto’. No quadro adiante, apresentamos o *conceito* de cada uma dessas seis *espécies* de ‘verbo’.

Predicação	Espécie de ‘verbo’ (termo)	Conceito em <i>texto</i> e <i>metatexto</i>
Completa	-	Sua significação não exige nenhum ‘objeto’ ou ‘adjunto predicativo’ (ex.: nascer, durar, morrer, correr).

Incompleta	Transitivo direto	Sua significação se transmite a um ‘objeto’ imediatamente, isto é, sem ‘preposição’ (ex.: estimar, mover, impelir, depor).
	Transitivo indireto	Sua significação se transmite a um ‘objeto’ mediatamente, isto é, com preposição (ex.: precisar (de); depender (de); provir (de); obedecer (a); tender (a); corresponder (a); acreditar (em)). As preposições são, em geral, “a”, “de” e “em”.
	Adjuntivo	Sua significação, em vez de ‘objeto’, exige um ‘adjunto predicativo’ (ex.: ser, estar, andar, ir, vir, ficar, permanecer, continuar).
Dupla	Biobjetivo / Bitransitivo	Sua significação exige ao mesmo tempo dois ‘objetos’, um ‘direto’ e outro ‘indireto’ (ex.: dar, atribuir, contar, unir, comprar, tirar).
	Objetivo adjuntivo	Exige não apenas o ‘objeto direto’, mas também um ‘adjunto predicativo’ que modifica o ‘objeto’ e integra sua significação (il.: fazer alguém feliz, julgar alguém bom).

Quadro 69. *Espécies de 'predicação' e 'verbo' em Maciel (1895)*

Acrescenta em nota de rodapé conectada ao ‘verbo adjuntivo’, que, com base na *English Grammar* de Murray, é na sintaxe que se pode estatuir a classe a que se filia o ‘verbo’, de acordo com as condições em que está empregado. Em outra nota de rodapé, conectada ao ‘verbo objetivo adjuntivo’, Maciel apresenta uma série de referências bibliográficas, as quais: *Grammatica Portugueza*, de Epiphanyo Dias; *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro; *Sintassi latina comp. con la Greca*, de Giovanni Giordano; e *Latin Grammar* de Zumpt.

Após apresentar essas *espécies* de ‘verbo’, inicia uma seção chamada “a antiga classificação”, que é iniciada pela seguinte frase “a doutrina do verbo *substantivo* e *adjectivo* cahiu por estar provado que” (Maciel 1895:105). Assim, observamos que nessa seção, o gramático apresenta seis razões para não conceber o ‘verbo substantivo’, as quais são: (1) “ser” tem forma de três verbos latinos (ex.: sedere, esse, fui); (2) considerando-se o estado atual da língua, os ‘verbos adjuntivos’ supracitados também seriam ‘substantivos’, pois exercem igual função; (3) “ser” aparece na ‘acepção primitiva’ de “existir” e na de “acontecer” (il.: Aqui foi a cidade que Meliapor se chama; previmos os fatos e assim foi); (4) a maioria dos pretensos ‘verbos adjetivos’ não são sempre equivalentes a “ser” seguido de um ‘adjetivos’ terminado por “nte” (ex.: ter = ser tenente; vir = ser vinte; agir = ser agente; morrer = ser morrente); (5) “ser” por sua “quase imprestabilidade syntactiva e significativa” (p.106) é, em geral, sujeito à elipse, mesmo que ainda não tenha sido expresso (il.: não há mais novidade (não seja) arder o palácio do Lavra); (6) com base em Whitney (*La vie du langage*) afirma que “ser” tem por vezes apenas função gramatical, puramente formal, é quase destituído de significação, limitando-se a ligar o ‘adjunto predicativo’ ao ‘sujeito’ e não existe em diversas línguas.

Vistas essas duas maneiras de conceber o ‘verbo’ e suas *espécies* fica claro que Maciel passou por uma transição de sua primeira gramática, escrita em 1887, e da segunda, publicada oito anos depois. Essa transição é marcada pela exclusão do *conceito* de ‘verbo substantivo’ e, conseqüentemente, também do *conceito* de ‘verbo adjetivo’. O ‘verbo’ assim, deixa de ser palavra ‘conjuntiva’, para tornar-se palavra ‘nominativa’ e, como vimos nas justificativas para a queda do ‘verbo substantivo’, sua função de ligação é renegada a algo de menor importância e até mesmo desnecessário. Ademais, é perceptível que a preocupação terminológica, acompanhada de certa instabilidade, visto que diversos conceitos eram nomeados por mais de um termo, justificada pela transição por que passavam os estudos a respeito da língua, é diminuída consideravelmente na gramática de 1895.

4.9.5 Conceito de sentença ou proposição e seus elementos

Há diferenças entre o conceito de ‘sentença’ ou ‘proposição’ de 1887, e o conceito de ‘proposição’ de 1895. Na *Grammatica Analytica*, Maciel (1887), chama-se ‘sentença’ uma ‘proposição’ ou agregado de ‘proposições’ formando um ‘pensamento completo’. A ‘sentença’, ‘logicamente considerada’, contém três elementos essenciais: ‘sujeito’, ‘verbo’ e ‘predicado’. ‘Sujeito’ é a pessoa ou coisa que atribuímos o ‘predicado’, o ‘objeto de juízo’, a ‘ideia de substância’ e a ‘ideia principal’; ‘verbo’ é o elemento conectivo que liga formalmente o ‘predicado’ com o ‘sujeito’, a base da afirmação e a ‘ideia intermédia’; finalmente, ‘predicado’ é a qualidade que atribuímos ao ‘sujeito’, o ‘atributo’ é a ideia secundária e de qualidade.

Em 1895, diz que a ‘proposição’ – que também se diz ‘cláusula’, ‘frase’, ‘sentença’ ou ‘oração’, mas é preferível o ‘termo’ ‘proposição’, por ser mais geral e estar mais de acordo com a teorizações da lógica – é um pensamento expresso por palavras. Mais especificamente, é um pensamento expressado por dois ‘termos’: ‘sujeito’ e ‘predicado’ (il.: os céus / ressoam do Senhor a glória [ref.: *Poesias*, Padre Caldas]; o Douro / é bem carregado e triste [ref.: *L. e Narrativas*, A. Herculano]). O ‘sujeito’ é o ser de quem se diz alguma coisa (il.: os céus). O predicado é o que se diz a respeito do ‘sujeito’ (il.: ressoam do céu a alegria). Há ‘proposições’ constituídas pelo ‘verbo’ “ser” em que os dois termos têm a mesma extensão, isto é, o ‘adjunto predicativo’ pode

substituir ao ‘sujeito’ (il.: o maior dos males é a subversão dos princípios [ref: *L. de Cultos*, Bispo do Pará.]).

A diferença entre o *conceito* de ‘proposição’ ou ‘sentença’ das duas gramáticas é evidente. Em 1887, ela é tripartite, composta por ‘sujeito’, ‘verbo’ – que é relacional – e ‘predicado’. Em 1895, o ‘sujeito’ permanece, não há menção ao ‘verbo’ porque ela faz parte do ‘predicado’. Além disso, em ‘proposições’ com o ‘verbo’ “ser” haveria o ‘sujeito’ e o ‘adjunto predicativo’. Não há *ilustrações* em 1887, já em 1895, há ilustrações extraídas de textos literários, como podemos ver pelas referências dispostas pelo próprio autor. Ademais, em 1887, a ‘sentença’, que também poderia ser uma ‘proposição’ ou um ‘agregado de proposições’, corresponde a um pensamento completo. Ao passo que em 1895, a ‘proposição’ (que também poderia ter outros vários nomes como ‘cláusula’, ‘frase’, ‘sentença’ ou ‘oração’), é a expressão de um pensamento.

Em ambas as obras, essas seriam as ‘sentenças’ ou ‘proposições simples’. Em 1887, especifica que é ‘simples’ a ‘sentença’ que contém uma só ‘proposição’ ou ‘asserção’ (ex.: todos geralmente o adoram com vários ritos e cerimônias [ref.: Bernardes]); é por sua vez ‘composta’, quando contém duas ou mais ‘proposições’ ou ‘asserções’ (ex.: logo porém teve Sara anúncio direto que conceberia, e com efeito Abraão teve dela Isaac [ref.: J. J. da Rocha]). Nas sentenças compostas, cada uma das ‘proposições’ com seus acessórios chama-se ‘membro’ ou ‘côlon’. Os ‘membros’ tomarão o nome de ‘cláusulas’ se estiverem ligados mutuamente por uma ‘relação de dependência’ (il.: e tanto que a corneta deu o sinal, partem as carroças de Itálico, como se foram setas sacudidas do poderoso arco [ref.: Bernardes]).

Em 1895, em texto um pouco diferente, diz que a ‘sentença composta’ é aquela que é constituída por duas ou mais ‘sentenças simples’. As ‘sentenças simples’ chamam-se ‘proposições’ e são consideradas ‘membros’ da ‘sentença composta’. Há dois tipos de ‘proposições’, as ‘coordenadas’ e as ‘subordinadas’. A ‘proposição composta’, também chamada ‘período composto’, é constituída por duas ou mais proposições simples. Ela pode ser ‘composta’ por ‘coordenação’, quando as ‘proposições’ são independentes entre si (il.: levantou-se o cardeal e subiu ao estado de príncipe), ou por ‘subordinação’, quando as ‘proposições’ são dependentes entre si (il.: eu amo seus olhos que choram sem causa um pranto sem dor [ref: Clássicos, de Fr. Luiz de Souza]).

Adiante, um quadro com os *conceitos* das *espécies* de ‘proposição’ nas duas gramáticas de Maciel de acordo com o seu conectivo.

<i>Espécies de 'proposições coordenadas' ou 'membros' de acordo com o conectivo</i>	Maciel 1887	Maciel 1895
Copulativa (1887) Aproximativa (1895)	Indica juízo independente, está apenas liga a outra por meio de uma conjunção 'copulativa' (il.: as estrelas douram o espaço e a luz retrata-se no mar)	Ligadas por conjunção aproximativa (il.: era eu vestida de riquíssimas galas; (e) alva coroa de rosas me tocava [ref: Garret])
Explicativa (1887)	Aquela que explica e desenvolve o sentido de outra, ligando-se por meio de uma conjunção explicativa (il.: o orvalho suaviza a flor como a virtude suaviza as ações)	-
Disjuntiva (1887) Alternadas (1895)	Aquela que indica uma alternância de pensamento, ligando-se a outra por meio de uma conjunção disjuntiva (il.: pastora virá falar-me, ou então irei ter com ela)	Ligadas por conjunção alternativa (il.: os monarcas indultam ou toleram facilmente a república americana [ref: Lat. Coelho])
Conclusiva (1887) Ilativas (1895)	Aquela que se liga a outra por meio de uma conjunção lógica (il.: a virtude é louvável, logo a caridade é louvável)	Ligadas por conjunção ilativa ou conclusiva (il.: Jesus Cristo nasceu do Espírito Santo, logo era espírito [ref: Bittencourt Sampaio])
Adversativa	Aquela que indicando oposição de pensamento liga-se a outra por uma conjunção adversativa (il.: eu sou trabalhador, porém tu és vadio)	-
Correlativa	Aquela que indica um pensamento independente, confrontando-o com outro também independente mediante uma conjunção correlativa (il.: assim como o orvalho vivifica a flor, assim a virtude vivifica o espírito)	-

Quadro 70. Espécies de 'proposições coordenadas' ou 'membros' em Maciel (1887, 1895)

<i>Espécies de 'proposições subordinadas' ou 'cláusulas' de acordo com o conectivo</i>	Maciel 1887	Maciel 1895
Conjuntiva (1887) Conjunccionais (1895)	Está relacionada com a principal por meio de uma conjunção (il.: Não sei se voltes; Cumpra que partas)	Ligam-se mediante conjunção subordinativa (ex.: o padre Cristiano tomou depressa a porta, porque não podia reprimir o riso [ref: Manoel Bernardes])
Pronominal conjuntiva (1887) Relativas (1895)	Relacionada com a principal por meio de pronome conjuntivo (il.: Vi o homem que passou)	Ligam-se mediante pronome relativo (il.: O berço é a barca que encahou na vida [ref: Castro Alves])
Indefinita	-	Ligam-se mediante pronome ou adjetivo indefinido (il.: qual a matéria seja não se enxerga [ref: Camões])

Quadro 71. Espécies de 'proposições subordinadas' ou 'cláusulas' em Maciel (1887, 1895)

São notáveis as mudanças entre as duas gramáticas, as quais ocorrem no que diz respeito aos *termos*, às *definições*, e às *ilustrações*. É notável também o rigor descritivo de Maciel. O gramático ainda define, em 1887, as ‘subordinadas’ por sua natureza, daí existem as ‘substantivas’ (il.: quero que venhas), as ‘adjetivas’ (il.: o negócio que favorece deve ser empreendido) e as ‘adverbiais’ (il.: partirei antes que ele venha). Afirma que as ‘adjetivas’ chamam-se também ‘incidentes’, porque interrompe o sentido de outra proposição, e divide-a em ‘explicativa’ e ‘restritiva’, conforme valha por um ‘adjetivo restritivo’ ou ‘explicativo’. Em 1895, apresenta essa mesma classificação, mas não distingue as ‘adjetivas’ em ‘restritivas’ e ‘explicativas’, nem a chama também de ‘incidente’.

Em ambas as gramáticas, Maciel afirma que as ‘palavras’ podem exercer diferentes ‘funções’ na ‘proposição’ como resultado de suas diversas relações. No quadro adiante, expomos os conceitos de cada *espécie* de ‘função’ em cada uma das gramáticas de Maciel.

Espécies de ‘funções’ (termos)	<i>Definição em 1887</i>	<i>Definição em 1895</i>
Subjetiva	Aquela exercida pelo ‘sujeito’ em relação ao seu ‘verbo’. Exercida pelo ‘sujeito’.	Sujeito, que é o ser de quem se diz alguma coisa.
Predicativa	Aquela exercida pelo ‘predicado’ em relação ao ‘sujeito’. Exercida pelo ‘predicado expresso’ ou é encerrada na ‘raiz verbal’.	Predicado, que é aquilo que se diz a respeito do ‘sujeito’.
Atributiva	Aquela que é exercida por uma palavra, exprimindo qualidade, determinação ou restrição sem formar proposição.	Adjunto atributivo, que é toda palavra ou expressão modificando ao ‘substantivo’, mas não constituindo ‘asserção’.
Objetiva	Aquela que é exercida por uma palavra sobre que recai imediatamente a ação do ‘verbo transitivo direto’. Exercida pelo ‘complemento objetivo’.	Objeto direto ou objeto indireto, que é a palavra ou expressão a que se transmite imediata ou mediata a ação do ‘verbo transitivo’.
Vocativa	Aquela que é exercida por uma palavra a que se dirige o discurso.	Vocativo, que é palavra ou expressão que, posta interjetivamente na proposição indica a pessoa ou a coisa a que nos dirigimos.
Terminativa	Aquela que é exercida por uma palavra inteirando mediatamente o conceito significativo de outra. Exercida pelo ‘complemento terminativo’ ou ‘necessário’.	-
Adverbial	Aquela que é exercida por uma palavra que mediante uma circunstância modifica o verbo, o adjetivo, o substantivo ou o advérbio. Exercida pelo ‘complemento circunstancial’.	Adjunto adverbial, que é palavra ou expressão que, mediante uma circunstância, modifica o verbo, o adjetivo e até outro advérbio.

Quadro 72. Espécies de ‘funções’ em Maciel (1887, 1895)

Em 1887, ele apresenta o *conceito* de ‘função’ (também chamado de ‘relação’), o qual é bastante similar ao *conceito* de ‘relação’ que vimos em Ribeiro (1881 e 1885 – cf. 4.8). Maciel (1887) concebe sete ‘funções’. Como vemos no quadro, apenas nas *definições* de 1887 apresenta outro conceito, pelo qual a função denominada “é exercida” (como é o caso da ‘função subjetiva’, exercida pelo ‘sujeito’, ou a ‘função adverbial’, exercida pelo ‘complemento circunstancial’). Já em 1895, há sempre um outro conceito que, parece-nos, é equivalente ao da ‘função’, pois inicia a *definição*. Assim, na definição de cada uma das ‘funções’, um outro ‘conceito’ inicia-a, como se pode ver no quadro acima; por exemplo, a *definição* de ‘função subjetiva’ inicia-se por ‘sujeito’, a de ‘função atributiva’ inicia-se pelo ‘adjunto atributivo’. Maciel parece, portanto, estar concebendo dois conceitos com termos diferentes, mas cujo conteúdo é equivalente; talvez isso seja motivado pela grande variedade terminológica do período, a qual encontramos não apenas em Maciel, mas também em outras gramáticas¹¹⁶.

Ademais, tal como comentamos acerca de Ribeiro (1881 e 1885 – cf. 4.8), esse outro modo de observar os elementos da ‘proposição’, em comparação com o *conceito* de ‘complemento’ (utilizado por muitos gramáticos brasileiros, sobretudo por aquele que publicam antes de 1880), diminui a importância dada anteriormente àqueles que eram os elementos essenciais da ‘proposição’ tripartite, isto é, o ‘sujeito’ e o ‘atributo’.

4.9.6 Rede Conceitual

Maciel faz um percurso similar ao que vimos em Ribeiro (1881, 1885), visto que ambos apresentam o *conceito* de ‘verbo substantivo’ em uma obra e o retiram de outra ulterior. Esse comportamento talvez seja característico do período de transição que se passava na gramaticografia brasileira de então. Ademais, tal como vimos em Ribeiro, a eliminação do *conceito* de ‘verbo substantivo’ parece ser o gatilho para mudanças em outros aspectos da obra.

A respeito da gramática de 1887, consideramos que o *conceito* de ‘verbo substantivo’ concebido por Maciel trava *relação de subordinação* com o *conceito* de ‘verbo’, pois enquanto aquele é definido semanticamente como expressão da existência em absoluto, este definido como existência de um fato abstrato ou concreto, sendo, ao que parece, que esse fato é o ‘atributo’ do ‘verbo predicativo’, que exprime a existência

¹¹⁶ Veja-se, por exemplo, Pacheco e Lameira (1887, cf. 4.10) e Gomes (1895, cf. 4.13).

relativa – haveria, assim, relação de *equivalência* entre ‘verbo’ e ‘verbo predicativo’. Este último divide-se em duas *espécies*: ‘verbo intransitivo’ e ‘verbo transitivo’, mas não há, em sua definição, qualquer referência à distinção entre ‘verbo substantivo’ e ‘predicado’.

O ‘verbo substantivo’ também trava *relação* de *subordinação* com o *conceito* de ‘proposição’ tripartite apresentado, em que ‘verbo’ é o elemento conectivo entre o ‘sujeito’ e o ‘predicado – o que corresponderia, ao menos, à espécie de ‘verbo substantivo’ chamada ‘conectivo’. Ao tratar das ‘funções’, Maciel mantém o *conceito* anteriormente expresso do ‘predicado’ na ‘função predicativa’ pois esse pode estar expresso ou encerrado na ‘raiz verbal’. Além disso, afirma que as funções ‘objetiva’, ‘terminativa’ e ‘adverbial’ são exercidas, respectivamente, pelos ‘complementos’ ‘objetivo’, ‘terminativo’ e ‘circunstancial’. Parece haver, assim, certo *ecletismo* do gramático, na medida em que equivale algumas das ‘funções’ a ‘complementos’, os quais são justamente aqueles que se aplicavam aos elementos da ‘proposição’ em gramáticas anteriores.

Quanto aos *modificadores do nome* e às *espécies* de ‘proposição’, há paralelismo entre elas, Maciel utiliza terminologia e definições lógicas, de ‘compreensão’ e ‘extensão’, para distinguir diferentes *espécies* de ‘adjetivo’. Consideremos, portanto, que há *base teórica comum* com ‘verbo substantivo’. Finalmente, em 1887, o autor define gramática misturando aspectos dos Programas Descritivista e de Correspondência (cf. Quadro 2), pois, por um lado, apresenta a língua como manifestação do pensamento, já, por outro, considera-a como objeto cuja análise se faz por meio de comparação. Dessa forma, o autor apresenta certo *ecletismo vertical*.

Quanto à gramática de 1895, como vimos, Maciel não somente elimina o ‘verbo substantivo’ de sua gramática como também apresenta uma crítica a ele em *metatexto*. Na crítica, ressalta que “ser” teve três formas em latim e aparece na acepção primitiva de “existir” e “acontecer”, que os ‘verbos adjuntivos’ (il.: fazer alguém feliz, julgar alguém bom). têm mesma função que o ‘verbo substantivo’, que nem sempre é possível transformar um “pretensio” ‘verbo adjetivo’ na junção entre um ‘verbo substantivo’ e um ‘adjetivo’ terminado em “nte”, e finalmente que a função de relação exercida por “ser” pode ser facilmente elipsada, sendo apenas necessária quando se junta o ‘sujeito’ ao ‘adjunto predicativo’ em português, mas que em verdade não existe em diversas línguas.

Observemos, adiante, como ele tratou os *conceitos* que na gramática de 1887 travavam relação com o ‘verbo substantivo’. O primeiro traço, bastante marcante, é o fato do ‘verbo’ deixar de ser palavra ‘conjuntiva’ para tornar-se ‘nominativa’. Ademais, a ‘proposição’ encerra somente o ‘sujeito’ e o ‘predicado’, sendo tudo aquilo que se diz a respeito do ‘sujeito’, incluindo o ‘verbo’ seus ‘objetos’ e eventuais ‘adjuntos’, como se vê pelas *ilustrações* apresentadas pelo gramático. Finalmente, ao tratar das funções, já não equivale três delas as três ‘complementos’, e, especificamente, ao tratar da ‘função predicativa’, elimina trecho em dizia que o ‘predicado’ poderia ser ‘expresso’ ou estar ‘encerrado na raiz verbal’. Quanto ao tratamento dos *modificadores do nome*, ainda que as critique (de maneira parecida com a que faz Condurú 1888, cf. 4.11), Maciel mantém as *espécies* apresentadas na gramática anterior, modificando sua *definição*, mas mantém, sobretudo, as definições baseadas em conceitos da lógica. Finalmente, não faz mais relação com o pensamento em sua definição de gramática, que é definida como sistematização lógica dos fatos e normas de uma língua qualquer. No entanto, ao tratar da gramática geral, ainda se refere ao pensamento – o que, em verdade, parece ser uma característica daqueles que queriam unir o conceito de língua como expressão do pensamento com o conceito de língua como objeto comparável, pois Sayce, que ele cita, tem esse pensamento, o mesmo ocorre com na obra Pacheco e Lameira (cf. 4.10 e 3.2.10).

4.10. *Noções de grammatica portugueza* (1887, [153]), de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade

4.10.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

A gramática de Pacheco & Lameira, tal como a de Ribeiro (1889) por ser baseada no Programa de Estudos escrito por Fausto Barreto, é dividida em capítulos que correspondem a cada um dos itens colocados no programa, os quais os autores da gramática chamam de lições (cf. Apêndice B, FD 13 e FD 15). Na lição 1, dividem a gramática quatro *espécies* ‘geral’, ‘histórica’ ou ‘comparativa’, ‘descritiva’ e ‘portuguesa’. No quadro adiante apresentamos o *conceito* de cada uma delas, em *texto* e *metatexto*.

<i>Espécies de ‘gramática’</i>	<i>Conceito em texto e metatexto</i>
Geral	<p>T: Estudo dos fatos e das leis da linguagem em toda sua extensão; conjunto dos processos comuns a muitas línguas comparadas. Seu fim é coordenar semelhanças e divergências dos vários processos orais, seguidos no maior número de línguas conhecidas, para a expressão dos sentimentos e ideias, estabelecendo ao mesmo tempo: regras gerais, princípios fundamentais, leis comuns e positivas. Nessa acepção, a gramática geral é o próprio estudo da linguagem ou ‘glotologia’.</p> <p>MT (nota): Há duas orientações no domínio da gramática geral: (1) uma tendência lógica, que impõe <i>a priori</i> uma teoria do pensamento a todas as modalidades linguísticas; (2) outra tendência exclusivamente mórfica, que procura explicar o sentido pela estrutura, isto é, o interno pelo externo. Quando exclusivas, essas orientações tornam-se viciosas, pois a linguagem é composta de ideia e forma. Para perfeita constituição da glotologia, é pois mister a íntima combinação dos dois processos.</p>
Histórica ou Comparativa	<p>T: Aquela que emprega a história e a comparação como instrumentos verificadores da linguagem. Ela nos ensina a dissecação científica dos vocábulos e permite remontar ao passado obscuro, pode reconstituir a forma típica das palavras desfiguradas e gastas pelas migrações e pelos séculos.</p>
Descritiva ou Expositiva	<p>T: Codificação empírica e exposição analítica dos fatos da linguagem. Não investiga causadas nem explica leis; seu fim é apenas classificar, definir e exemplificar os materiais linguísticos.</p> <p>MT: Ainda que estude a linguagem muito incompletamente, esse método gramatical é de grande utilidade por sua clareza didática e ainda é acrescido por muitos respingos de provas cumulativas.</p>
Portuguesa	<p>O objeto dessa gramática é o estudo geral, descritivo, histórico, comparativo e coordenativo, mas tão somente no domínio da língua portuguesa.</p>

Quadro 73. *Espécies de ‘gramática’ em Pacheco e Lameira (1887)*

É notável que as definições em texto se aproximem do Programa Descritivista (cf. Quadro 2), pois tratam a língua como objeto e a comparação entre elas é um ponto crucial. Em *metatexto* relativos à ‘gramática geral’, porém, o autor ressaltam que há dois modos de abordá-la, os quais deveriam se unir, a saber, um modo *a posteriori*, que viria por meio

da segmentação mórfica, e outro *a priori*, que seria baseado em princípios da relação entre linguagem e pensamento. Nesse sentido, os gramáticos aproximam o Programa Descritivista do Programa de Correspondência (cf. Quadro 2).

É certo que a ‘gramática portuguesa’ não se encontra no mesmo nível que as outras *espécies*. Enquanto as outras três são abstrações a respeito da visão e das técnicas de análise da linguagem, a ‘portuguesa’ tem como especificidade seu objeto, a língua portuguesa, e, pela definição dada pelos gramáticos Pacheco e Lameira, ela coaduna as técnicas das gramáticas ‘geral’, ‘histórica’ ou ‘comparativa’ e ‘descritiva’ ou ‘expositiva’ para esse fim, visto que apresenta o estudo geral, descritivo, histórico, comparativo e coordenativo da língua proposta.

Além disso, quanto à ‘gramática descritiva’, afirma em *metatexto* que seu objetivo é ser didática, não científica; mas acrescenta em que há nela muitos respingos científicos. Sendo sua gramática nomeada de ‘noções de gramática portuguesa’ e sendo ela direcionada para alunos que desejam realizar um exame (cf. 3.2.10), não fica claro se ela se aproxima mais da ‘gramática portuguesa’ ou da ‘gramática descritiva’.

Os gramáticos, ao falar da ‘gramática geral’ citam a ‘glotologia’ (que parece ser uma variação do termo ‘glossogia’, citado por Maciel, cf. 4.9). Em *metatexto*, afirmam que há duas maneiras de se realizar ‘glotologia’, uma por meio de princípios *a priori* detectados na relação entre pensamento e linguagem e outra por meio da análise mórfica do dado externo, as quais em vez de se polarizarem devem, segundo os gramáticos, reunirem-se, dado que a língua é ‘ideia’ e ‘forma’.

Finalmente, a ‘gramática portuguesa’ é constituída por duas partes: ‘lexicologia’ e ‘sintaxe’. Na primeira, a palavra é estudada individualmente, em seus aspectos ‘fonológicos’ (que incluem ‘fonética’, ‘prosódia’ e ‘ortografia’), ‘morfológicos’, e ‘semiológicos’. Na segunda, trata da ‘palavra coletiva’, isto é, da ‘frase’ e da ‘proposição’ (divide-se em ‘gramatical’ e ‘literária’).

4.10.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

Na sétima lição da gramática, Pacheco & Lameira apresentam a ‘classificação das palavras’, que se entende pela distribuição das palavras em suas várias ‘espécies’ ou ‘partes do discurso’. Dizem ainda que outros gramáticos (*metatexto*), definem essa classificação como conjunto das ideias ordenadas por ‘gêneros’ e ‘espécies’, o que

corresponde à ‘taxonomia’. Ressaltam que a “teoria das partes do discurso ou da oração” é antiga. Em nota (*metatexto*), afirmam que de acordo com Thomson¹¹⁷ classificam-se as palavras em três classes: ‘substantivos’, ‘adjetivos’ e ‘preposições’, já do ponto de vista de Beeker distinguem-se apenas duas classes, a de ‘palavras nocionais’, que exprimem ideias de seres ou ações formadas no espírito (como é o caso de ‘substantivo’, ‘adjetivo’, ‘verbo’, ‘advérbio de modo’, ‘tempo’ e ‘lugar’), e a de ‘palavras relacionais’, que não exprimem noção ou ideia, mas apenas indicam a relação entre palavras (como é o caso de ‘verbos auxiliares’, ‘artigos’, ‘pronomes’, ‘numerais’, ‘preposições’, ‘conjunções’, e ‘advérbios de relação’). Afirmam ainda, com base em Ticknor, que aplicar os princípios de ‘classificação de palavras particulares’ é uma tarefa difícil, dado que é possível que eles mudem de classe em certo período da história, além de poderem pertencer a diferentes classes em um mesmo período.

No português, segundo Pacheco e Lameira (1887:75), classificam-se as palavras, de acordo com sua significação em oito classes: ‘substantivo’, ‘adjetivo’, ‘pronome’, ‘verbo’, ‘advérbio’, ‘preposição’, ‘conjunção’ e ‘interjeição’ – esta última quando não é considerada simplesmente forma rudimentar e instintiva. Quanto às suas ‘funções naturais’, as palavras dividem-se duas categorias: 1) ‘nominativas’ ou ‘ideais’, dependentes ou independentes, “servem para distinguir os seres, as substâncias reais ou abstratas, as qualidades e ações, os diversos estados das pessoas e coisas e todas as manifestações da vida” (Pacheco & Lameira 1887: 76) como ‘nome’ e ‘verbo’; 2) ‘conectivas’ e ‘relativas’ são as palavras que exprimem as numerosas relações de tempo, lugar, número, quantidade, causa, efeito” (Pacheco & Lameira 1887: 76), como ‘preposição’ e ‘conjunção’. O ‘advérbio’, por sua vez, participa de ambas as classes, pois, por sua natureza especial, é, por vezes, adjetivo e, outras, partícula; é também a classe de palavra que marca a transição das ‘palavras de flexão’ para as ‘invariáveis’. Dado que, quanto à ‘forma’, as ‘categorias’ de palavras dividem-se em ‘variáveis’, que são o ‘nome’ (que compreende ‘substantivo’, ‘adjetivo’ e ‘pronome’) e o verbo, e em ‘invariáveis’, que são as ‘partículas’ (‘destroços orgânicos’ ou ‘organismos inferiores’), muitas delas sem existência independente (Pacheco & Lameira 1887:76-77).

Adiante, apresentamos um quadro sintético das diversas possibilidades de divisão de classes de palavras apresentadas por Pacheco & Lameira.

¹¹⁷ Thompson, Beeker e Ticknor são citados por Pacheco e Lameira (1887) para tratar de diferentes modos de descrever as *metaclasses*. Não os descrevemos em mais detalhe para o leitor por desconhecê-los.

<i>Metatexto</i>		<i>Texto</i>		
Segundo Thompson	Segundo Beeker	Divisão por suas ‘funções naturais’	Divisão por ‘forma’	Divisão do Português quanto à significação
Substantivos	Palavras nocionais	Nominativas / Ideais	Variáveis	Substantivo
Adjetivos				Adjetivo
-	Palavra relacional			Pronome
-	Palavra nocional / relacional (verbos auxiliares)			Verbo
-	Palavra nocional (de modo, tempo e lugar) / relacional (de relação)	Está nas duas classes	Marca a transição	Advérbio
Preposições	Palavras relacionais	Conectivas / Relativas	Invariáveis	Preposição
-				Conjunção
-				Interjeição

Quadro 74. *Metaclases e classes de palavras em Pacheco e Lameira (1887)*

Nota-se que o ‘advérbio’ é uma palavra diferenciada das outras, na medida em que não se enquadra nas ‘divisões’ por ‘funções naturais’ e por ‘forma’, que funcionam como *metaclases* da ‘divisão do português’, nem pode se encaixar em uma única *metaclasse* na divisão de Beeker. A propósito, nota-se que a divisão feita por Beeker pensa nas *classes* de palavras como *permeáveis*, na medida que podem-se colocar determinadas *espécies* de um *gênero* de classe de palavra como sendo ‘palavras nocionais’, ao passo que outras espécies desse mesmo *gênero* de classe de palavra corresponderiam a ‘palavras relacionais’ – como vemos ocorrer com o ‘verbo’ e o ‘advérbio’. Algo similar (menos explícito, porém) parece ocorrer com o ‘advérbio’ nas duas ‘divisões’ supracitadas de Pacheco e Lameira. Ademais, observamos que o ‘verbo’, de um ponto de vista mais geral, é considerado, por sua função, ‘nocional’ ou ‘nominativo/ideal’ em oposição, respectivamente, a palavras ‘relacionais’ ou ‘conectivas’.

4.10.3 Conceitos modificadores do nome

As *classes de palavras de modificadores do nome* são o ‘adjetivo’ e o ‘pronome’, que analisamos adiante. Pacheco e Lameira (1887:85-86) definem o ‘adjetivo’, na ‘oitava lição’, como aquele que se junta – dada sua etimologia “lat. adiectivum, de ad-icere, por a par, que ajunta” (p. 85) – ao ‘substantivo’ para qualificá-lo ou determiná-lo. Por designar as propriedades de um ser ou de um objeto, de pessoa ou ideia, o ‘adjetivo’ torna clara a ‘compreensão’ da ideia expressa pelo substantivo (il.: homem sábio, sete livros,

esta pena). Ademais, o ‘adjetivo’ não pode, sozinho, ser o ‘sujeito’ da ‘proposição’, mas com o ‘verbo’ “ser”, pode formar o ‘predicado’ (il.: Deus é justo; o homem é mortal), ainda que o ‘adjetivo’ possa ser empregado ‘substantivamente’ (ex.: grego: *ho sophos*; latim: *sapiens* – o sábio).

Em *metatexto* (nota), acrescentam que antigamente o ‘adjetivo’ não era considerado uma *classe de palavra*, mas simples ‘substantivo comum’ (ou ‘apelativos’) que indicavam mais ‘qualidade’ que ‘substância’. Na ‘classificação moderna’, entretanto, o ‘adjetivo’ é classe separada porque sempre vem ligado a ‘substantivo’ ou ‘pronome’ na qualidade de ‘atributo’ ou ‘predicado’ – e, quando não for assim considerado, é ‘substantivo’ ou ‘pronome’.

Há duas *espécies* principais de ‘adjetivo’, os ‘qualificativos’ (que também se chamam ‘atributivos’ ou ‘descritivos’) exprimem uma qualidade ou condição, já os ‘determinativos’ (que também se chamam ‘circunstanciais’ ou ‘definitos’) definem e limitam a significação do nome a que se unem. Os gramáticos acrescentam que, por vezes, quando o ‘adjetivo’ se torna um ‘substantivo’ ou ‘pronome’, o ‘adjetivo atributivo’ é aquele que pode se tornar um ‘substantivo’ (ex.: chão, frio), enquanto o ‘adjetivo circunstancial’, torna-se um ‘pronome’ (ex.: o, este, aquele).

As *espécies* de ‘adjetivos’ podem ser distinguidas por dois pontos de vista: quanto à ‘significação’ ou quanto à ‘forma’. No quadro adiante, apresentamos as *espécies* de ‘adjetivo’ de acordo com cada perspectiva.

<i>Quanto à significação</i>	
Qualificativo / Atributivo	Essenciais / Explicativos
	Acidentais / Restritivos
Determinativo / Circunstancial	Possessivos
	Demonstrativos
	Conjuntivos
	Quantitativos / De números
	Artigos

Quadro 75. *Espécies de 'adjetivo' quanto à 'significação' em Pacheco e Lameira (1887)*

A oscilação *terminológica* é evidente, na medida em que diversos *conceitos* têm mais de um *termo*. Quanto ao ‘qualificativo’ ou ‘atributivo’, há uma divisão inicial em duas *espécies*: ‘essenciais’ ou ‘explicativos’ e ‘acidentais’ ou ‘restritivos’. Os primeiros exprimem uma ‘qualidade’ ou ‘condição’ (p. 86) indicam propriedades essencialmente características da pessoa ou coisa (il.: branca neve; o cavalo é quadrupede) (p. 89). Os ‘acidentais’ ou ‘restritivos’, por sua vez, ‘definem’ e ‘limitam’ a significação do ‘nome’ ao qual estão ligados (p. 86) e indicam propriedades não essencialmente características

da pessoa ou coisa (ex.: chapéu alto; cavalo náfego). Em *metatexto*, afirma que alguns gramáticos contemporâneos não aceitam essa divisão, adiante citamos a nota:

Alguns grammaticos hodiernos rejeitam a moderna classificação dos adjectivos em determinativos e qualificativos, apoiados nas duas seguintes ponderações: 1.º, que todos os adjectivos ajuntando-se aos nomes para determinar-lhes ou restringir-lhes a significação á idéa da especie particular, são forçosamente determinativos; 2.º, que tal classificação obriga a considerar, ora na classe dos adjectivo, ora na cathegoria do pronome, certas palavras da mesma natureza, posto não exerçam as mesmas funcções no discurso (meu, qual...). (Pacheco & Lameira 1887: 86).

Segundo um aspecto ressaltado por Pacheco e Lameira, a crítica de outros gramáticos é baseada na suposição de que os ‘adjetivos’ sempre seriam ‘determinativos’, visto que sempre restringiriam a significação do nome de alguma maneira, algo que é efetivamente contrário à definição de ‘adjetivo explicativo’ de muitos gramáticos do período, inclusive na gramática analisada nesta seção¹¹⁸.

Pacheco e Lameira (1887:87) definem *espécies* de ‘adjetivo determinativo’ da seguinte maneira. ‘Possessivos’ são ‘adjetivos pronominais’ e exprimem ideia de posse (ex.: meu, teu, seu, nosso, vosso); ‘demonstrativos’ indicam pessoa ou coisa com ideia de lugar ou tempo (ex.: este, esse, aquele); ‘conjuntivos’ conjuntam ‘cláusulas’ (ex.: que, qual, cujo); ‘quantitativos’ ou ‘de número’ determinam todos os indivíduos de uma ‘classe’, ou parte dela. Esse último divide-se em duas *espécies* ‘universais’ ou ‘gerais’, aqueles, por sua vez, subdividem-se em ‘coletivos’ (ex.: todo, nenhum) e estes em ‘distributivos’ (ex.: cada, cada um), e ‘partitivos’, que podem ser ‘definidos’ (ex.: um, dois) ou ‘indefinidos’ (ex.: algum, certo, pouco) que exprimem um número ou quantidade indeterminada, seja em ‘unidade’ e ‘pluralidade’ (ex.: alguma, certo, muitos), seja em ‘totalidade’ ou ‘universalidade’ (ex.: cada, nenhum, todos). Emenda em *metatexto* (nota) que “qualquer, todos, cada, nenhum” têm ‘valor pronominal’ quando são empregados ‘absolutamente’. Em *texto*, os ‘partitivos’ definidos’ dividem-se em cardinais, que representam números formadores de qualquer numeração (ex.: um, dois, vinte), e ‘ordinais’, que, sendo verdadeiramente adjetivos, exprimem ordem (ex.: primeiro, quinto, vigésimo).

De acordo com os gramáticos (Pacheco & Lameira 1887: 88), o ‘artigo’ é o “verdadeiro adjetivo determinativo” que individualiza o ‘nome’ ou designa uma ‘espécie’ geral ou particular. Citamos nota (*metatexto*) do autor a respeito do ‘artigo’ adiante:

¹¹⁸ Entre as dezoito gramáticas analisadas, vimos críticas a respeito dessa divisão em Bithencourt (1862 – cf. 4.5) e Condurú (1888 – cf. 4.11). Os argumentos usados por eles, entretanto, não são os mesmos citados por Pacheco e Lameira (1887).

Tirou origem na necessidade que tem o povo de nomear claramente as cousas da vida commum, de individualisar a significação do nome. Sobre a origem do artigo como categoria grammatical, é erronea a hypothese de considerá-lo resultante da obliteração do sentido vivo das raizes indicativas ou relacionaes. De feito, o zend, o sanskrito, o grego homérico, e o latim classico, conservam mais clara a consciencia dos elementos de relação; mas as linguas semiticas – que mais conservam a significação primitiva concreta e material de seus typos radicaes (Renan) – possuíam o artigo, e desde o mais remoto periodo historico. (Pacheco & Lameira 1887: 88)

O ‘pronome’ é palavra que substitui o nome (Pacheco & Lameira 1887: 92), entretanto, diferentemente do ‘substantivo’, que exprime uma ideia e designa pessoas ou coisas por suas qualidades distintivas, características e naturais, o ‘pronome’ exprime apenas uma ‘relação oracional’. São ‘substantivos’, quando exercem funções de ‘substantivo’ tendo lugar de ‘sujeito’, ‘objeto’ (il.: ele (o professor); deu-lhe um livro), e ‘adjetivos’, quando determinam o ‘substantivo’ juntando-lhe uma relação de posse, indicação ou ideia de espaço ou distância (il.: este quadro é de Pedro; o teu (escrito) é de mais valor; aquela (autor) é mais clássico que este). No quadro adiante, apresentamos os conceitos das *espécies* de ‘pronome’ de Pacheco e Lameira (1887:92-94).

<i>Espécies de ‘pronome’ (termos)</i>	<i>Espécie do gênero da coluna à esquerda (termos)</i>	<i>Conceito em texto</i>
Pronome substantivo	Pessoal	Designa a pessoa que fala, a com quem se fala, e a pessoa ou coisa de que se fala (ex.: eu, nós; tu, vós; ele, ela, eles, elas, o, a, os, as; il.: tinha essa obra, mas já <u>a</u> dei).
	Indefinido	Essencialmente pronominais, ou seja, não podem ser construídos com ‘substantivos’ ‘claros’ (ex.: alguém, ninguém, se, outrem, tudo, nada; fulanos, sicrano, beltrano).
Pronome adjetivo	Demonstrativos	Essencialmente pronominais (ex.: isso, isto, aquilo)
	Distributivos	- (não há definição, apenas menciona o termo)
	Conjuntivos / relativos (interrogativos)	Essencialmente pronominais (ex.: que, quem, quem quer que, o que quer que). Referem-se a alguma coisa já expressa em outra proposição. São ‘interrogativos’ quando perguntam a ‘relação demonstrativa’ em ‘orações interrogativas’ e ‘interjectivas’ (ex.: que flor é essa? ; que menino!).

Quadro 76. *Espécies de ‘pronome’ em Pacheco e Lameira (1887)*

Em *metatexto* (notas e menção a outros autores), Pacheco e Lameira fazem observações etimológicas a respeito dos ‘pronomes’ ‘pessoal’ e ‘indefinido’ e reflexões teóricas acerca da *classe* ‘pronome’. Quanto ao primeiro, consideram que o ‘pessoal’ é o “verdadeiro pronome”. Ademais, com base em Bleek¹¹⁹, afirmam que os ‘pronomes’ teriam derivado de ‘substantivos’ com significado, por exemplo, de “senhor”, sendo uma

¹¹⁹ Desconhecemos também o autor dessa referência feita por Pacheco e Lameira (1887).

amostra desse fato, na língua portuguesa, a transformação gradual de “Vossa mercê” em “você”. Quanto aos ‘indefinidos’, os gramáticos observam que “homem” e “gente” são empregados na linguagem popular de Portugal e do Brasil como verdadeiros ‘pronomes’ desde o século XV, tendo como evidências textos de autores dessa época, cita ainda exemplos similares de outras línguas: francês (ex.: on), alemão (ex.: mann) e inglês (ex.: man e people). Finalmente, afirmam que o ‘pronome’ é uma diferenciação lógica do nome, sua origem repousa na dupla modalidade psicológica do ‘subjetivo’ e do ‘objetivo’, constituem os traços entre a gramática e o vocabulário, além de serem os primeiros ensaios da passagem do ‘abstrato’ para o ‘concreto’.

Observamos que Pacheco e Lameira distinguem os ‘adjetivos’, indiretamente, pelos critérios lógicos de intensão e extensão. Há, assim, os ‘determinativos’ e ‘qualificativos’, estes ainda dividem-se em ‘explicativos’ ou ‘restritivos’, os quais se adequam nas duas divisões de Noël e Chapsal (cf. item 1.4.2). A grande variação terminológica nesse momento pode se. Ademais, como vimos, os autores observam em nota que nem todos os gramáticos estão de acordo com a distinção entre ‘explicativos’ e ‘restritivos’; é notável que Pacheco e Lameira, em todos os aspectos examinados, frequentemente apresentem notas (*metatexto*) em que apresenta outras possibilidades de se pensar o dado linguístico quando tomam em *texto* um posicionamento que na época não era unânime.

4.10.4 Conceito de verbo

O verbo é assunto da décima lição, em que é definido como “palavra que exprime uma acção, uma afirmação” (p. 96). Em nota de rodapé (*metatexto*), ressalta que todos os verbos exprimem noção de atividade, mesmo os aparentemente ‘inativos’ já exprimiram originariamente uma acção. Em longa nota (*metatexto*), disserta acerca de sua definição de ‘verbo’ dada anteriormente, inicia-a com a afirmação “sem asserção não pode haver comunicação de pensamento” (p. 95). Ademais, nega que a noção de tempo deva constar na definição de ‘verbo’, visto que em grande parte das línguas os verbos têm formas que excluem essa noção (como o ‘infinitivo’), e também porque as formas gramaticais que expressam tempo são, em proposições gerais, empregadas aoristicamente ou sem referência a tempo (ex.: os pássaros voam) – o emprego do presente pelo futuro seria uma prova dessa hipótese (il.: vou amanhã; je vais demain). Conclui dizendo que

chamar o verbo de ‘palavra de tempo’ como fazem os alemães (Zeitwort) é denominá-lo não por uma característica essencial, mas por uma propriedade ocasional.

De volta ao *texto*, os autores consideram que o ‘verbo’ consta de dois elementos, um ‘material’, o ‘tema’, que corresponde à ‘ação enunciada’, e um ‘formal’, a ‘desinência’, que refere-se à ‘afirmação’ ou ‘cópula lógica’. A divisão do ‘verbo’ em *espécies* se dá segundo três critérios de ‘significação’, o quais expomos no quadro abaixo.

Critério	Espécies de ‘verbo’ (termo)	Conceito em texto e metatexto
Segundo a natureza do ‘sujeito’	Pessoal	-
	Unipessoal	<p>T: Aquele que não tem expresso seu ‘sujeito lógico’ (ex.: trovejar, chover). Só se emprega na ‘terceira pessoa do singular’, constitui sozinho uma ‘proposição’ cujo ‘sujeito’ é a ideia de uma ‘ação’ ou de um ‘fenômeno natural’ expresso pelo ‘verbo’.</p> <p>MT: De acordo com Egger, é um ‘nome’ com ‘terminação verbal’. No sentido figurado, tornam-se ‘pessoais’ (il.: choveram empenhos; Deus choverá sobre os maus as penas, tormentos [ref.: H.P.]; em nossas almas choves certas e altas doutrinas [ref.: Cam.]; troveja o orador, relampeje a estes olhos a verdade [ref.: Esc. da Verd.]).</p>
Segundo a natureza da ‘ação’ dividem-se os ‘pessoais’ MT: essa classificação tem por fundamento o ‘predicado’ incluído no ‘verbo’	Transitivos / Objetivos	T: Expressam ações que passam de um ‘sujeito’ a um ‘objeto’. Sua ideia é incompleta sem a noção complementar de um ‘objeto’. Muitos verbos ativos são empregados intransitivamente e vice-versa.
	Intransitivos / Subjetivos	<p>T: Afirmam ações limitadas aos sujeitos que as fazem (ex.: dormir, chorar, morrer, cair). Sua ideia é completa sem a noção complementar de um ‘objeto’. Não podem, por sua natureza, ser conjugados na ‘forma passiva’. Há entre os ‘verbos intransitivos’ os ‘incoativos’ que exprimem princípio de ação ou ação sucessiva (ex.: empalidecer, envelhecer)</p> <p>MT: As ações dos verbos intransitivo por vezes exprimem modos de ser ou estado, por isso o ‘verbo’ é muitas vezes definido como palavra que exprime ação ou estado. Entretanto, há muitos ‘verbos intransitivos’ que indicam movimento (ex.: correr, andar), mas as ideias neles contidas não representam os ‘objetos’ de que são ‘predicados’ as qualidades (ex.: andante, corrente) como exercitando uma ação sobre outro objeto.</p>
Segundo a natureza da ‘afirmação’, dividem-se os ‘transitivos’	Ativos	T: A relação existente entre ‘sujeito’ e ‘predicado’ pode ser ‘ativa’ ou ‘passiva’ – daí os ‘verbos ativos’ e ‘passivos’.
	Passivos	
	Neutros	-
	Reflexos	<p>‘Verbos pronominais’ cuja ação recai na mesma pessoa que a pratica (il.: ele feriu-se; arrependeu-se).</p> <p>São consequência da ‘voz reflexa’ ou ‘média’ em que o ‘sujeito’ é ao mesmo tempo ‘ativo’ e ‘passivo’. Conjugam-se com um ‘pronomes objetivo’ da mesma pessoa do ‘sujeito’.</p>

		<p>Dividem-se em ‘intransitivos’, que são os ‘reflexivos’ propriamente ditos (ex.: arrepender-se; refugiar-se) e ‘transitivos’, que são acidentais, por serem ‘verbos transitivos’ empregados como ‘reflexivos’ (ex.: enganar-se; deleitar-se; exercitar-se; enfadar-se; enferrujar-se; admirar-se).</p> <p>Esses verbos (ativos ou neutros) exprimem muitas vezes uma ação recíproca entre dois ou mais sujeitos (il.: eles falaram-se; nós nos batemos).</p>
--	--	--

Quadro 77. *Espécies de 'verbo' segundo diferentes critérios em Pacheco e Lameira (1887)*

Embora os mencionem, Pacheco e Lameira não definem nem exemplificam os ‘verbos’ ‘pessoais’ e ‘neutros’. No início do capítulo, como vimos, os gramáticos distinguem no ‘verbo’ duas partes, o ‘tema’, que significa a ‘ação’ e a ‘desinência’, que corresponde a ‘afirmação’ ou ‘cópula lógica’, visto que o ‘verbo’ exprime ao mesmo tempo ‘afirmação’ e ‘ação’. Ao classificar as *espécies*, distingue dois (dos três) critérios com base nessas duas partes do verbo. Dessa forma, os ‘verbos’ são ‘transitivos’ ou ‘intransitivos’ com base no segundo a natureza de sua ‘ação’, que pode ou não ser passada a um ‘objeto’; essa ‘ação’ corresponde ao ‘tema’ do ‘verbo’, o qual ele corresponde, em *metatexto*, a ‘predicado’. Os ‘verbos’ são ‘ativos’, ‘passivos’, ‘neutros’, ‘reflexos’ de acordo com a natureza de sua ‘afirmação’, isto é, a relação (de ‘cópula lógica’) estabelecida entre ‘sujeito’ e ‘predicado’, como especificam ao definir os ‘verbos’ ‘ativo’ e ‘passivo’. É curioso que o autor tenha colocado o ‘verbo’ na *metaclasse* de palavras ‘nominativas’¹²⁰, que estava em oposição à *metaclasse* de palavras ‘conectivas’, mas ressalte nessa definição que ele promove a relação entre ‘sujeito’ e ‘predicado’.

Além dos verbos supracitados, que são chamados pelos gramáticos de ‘principais’, há também os ‘verbos auxiliares’, que são elementos formadores dos ‘tempos compostos’, da ‘voz passiva’, dos ‘verbos perifrásticos’ e ‘frequentativos’. São ‘verbos relacionais’, só exprimem o tempo ou modalidade e a ‘voz passiva’ dos ‘verbos principais’ ou ‘nacionais’. Em *metatexto* (nota), ressalta que há também os ‘verbos semi-auxiliares’, que podem auxiliar, mas conservam parte da sua significação própria (ex.: tornar, ir, dever, vir).

Os verbos ainda podem ser classificados, de acordo com a sua natureza, em cinco diferentes espécies:

Espécies de ‘verbo’	Conceito em <i>texto</i>
Concretos	Exprimem uma ideia de ação (ex.: ler, matar). Pode formar a ‘cópula’ ou o ‘predicado’ de uma ‘proposição’.

¹²⁰ Como fazem também Maciel (1895 – cf. 4.9) e Gomes (1895 – cf. 4.13).

Abstratos	Exprimem simples ‘relação’ da ‘proposição’, só podem formar ‘cópula’, nunca o ‘predicado’.
Terminativos	Verbos sujo predicado requer um termo indireto de ação (il.: dar esmola aos pobres). Podem ser ‘transitivos’ ou ‘intransitivos’.
Frequentativos	Seu particípio imperfeito junta-se aos tempos dos mesmos verbos ou de outro, a fim de indicarem com mais colorido a ação expressa pelo ‘predicado’ (il.: vir vindo, vou indo, andar caindo).
Perifrásticos	Locuções complexas formadas dos tempos dos verbos “haver” e “ter” e do infinito do ‘verbo principal’ ligados pela ‘preposição’ “de” (il.: tu tens de escrever (verbo principal obrigatório); havemos de estudar (verbo principal promitente).

Quadro 78. Outras *espécies* de ‘verbo’ em Pacheco e Lameira (1887)

‘Concretos’ e ‘abstratos’ são *espécies* de ‘verbo’ do ponto de vista das relações que promovem dentro de uma ‘proposição’, seja ela de ‘cópula’ e de ‘predicado’, no caso do primeiro, ou apenas de ‘cópula’ no caso do segundo. Ademais, lembramos que a terminologia ‘concreto’ e ‘abstrato’ para ‘verbos’ foi usada como equivalente, respectivamente, aos termos de ‘verbo substantivo’ e ‘verbo adjetivo’ ou ‘atributivo’, por Beauzée (e por diversos gramáticos; dentre os brasileiros, vemos Carneiro Ribeiro 1881, 1890 – cf. 4.7). Os gramáticos, porém, não exemplificam ou ilustram tais *espécies* de ‘verbo’, não permitindo, assim, que observemos se o ‘verbo abstrato’ correspondia ao ‘verbo’ “ser”.

Pacheco e Lameira finaliza o tratamento do ‘verbo’ com uma pequena nota (*metatexto*), que, parece-nos, é um elogio a essa *classe de palavra*, a qual transcrevemos adiante:

Verbo = palavra. O chinês chama aos verbos – *palavras vivas*, aos nomes = *palavras mortas*. E, de feito. O verbo é o termo essencial da proposição, a palavra por excelência, o elemento vital do discurso, “o verdadeiro sinal do juízo”. “Onde há um verbo há um juízo e uma proposição; sempre que elle falta, ha apenas noções isoladas, ideias sem ligação – ou pelo menos incompletas. É de criação muito mais moderna que o nome, e seu desenvolvimento flexional é de origem mais recente que as flexões nominais. (p. 103)

No trecho, é enfatizado, o papel para a formação da ‘proposição’, sua natureza de ‘sinal do juízo’ e também sua importância para o ‘discurso’, por promover a ‘ligação’ entre ideias. Ademais, os gramáticos tocam no tema da ordem de criação das palavras, dado que, em comparação com ‘nome’, o ‘verbo’ é mais moderno, tal como também o são seu ‘desenvolvimento flexional’ em relação às ‘flexões nominais’¹²¹.

É curioso, como já mencionamos anteriormente, que Pacheco e Lameira coloquem o ‘verbo’ em *metaclasses* que dizem respeito a nomes e ideias, visto que, embora sua

¹²¹ A discussão acerca das evolução histórica das *classes de palavras* não é exclusiva de Pacheco e Lameira, sendo encontrada também nas gramáticas de Costa Duarte (1859), Bithencourt (1862) e Carneiro Ribeiro (1881, 1890).

definição de ‘ação’ realmente seja compatível com essa classificação, o ‘verbo’ é também definido como ‘afirmação’, o que promoveria relações entre ‘sujeito’ e ‘predicado’ e o que, provalmente, é mencionado quando os gramáticos, na nota citada, dizem que sem os ‘verbos’ há apenas noções isoladas e ideias sem ligação. Ademais, no tratamento do ‘verbo’ observamos, por um lado, que são poucos os *exemplos* e *ilustrações*, e, por outro, que é frequente a variação *terminológica* e rica a *taxonomia*.

4.10.5 Conceito de proposição e seus elementos

Na trigésima lição, Pacheco e Lameira definem ‘proposição’ como uma ‘afirmação’, a qual contém dois ‘termos essenciais’, o ‘sujeito’ e o ‘predicado’, mas pode conter também ‘termos acessórios’. O ‘sujeito’ é expresso por um ‘substantivo’ ou por outra palavra ou ‘expressão substantivada’. O ‘predicado’ é representado simplesmente pelo ‘verbo de predicação completa’ ou ‘intransitivo’ ou pelo de ‘predicação incompleta’, mas nesse caso também é composto por seus ‘modificadores’ ou ‘termos acessórios’. Essa noção de ‘predicado’ parece não ser equivalente àquela apresentada anteriormente, no tratamento do ‘verbo’, quando os gramáticos, em *metatexto*, afirmam que essa classificação tem por fundamento o ‘predicado’ incluído no ‘verbo’, dado que o *conceito* de ‘predicado’ exibido dentro da ‘proposição’ *contém* o ‘verbo’ e não o contrário.

Em *metatexto*, os gramáticos observam que há exceções (il.: ele é bom, eu estou bom, tu pareces contente). Os ‘modificadores’ ou ‘determinadores’ dos ‘termos essenciais’ da ‘proposição’ são: para o ‘sujeito’: ‘adjetivos’, ‘palavras’ ou ‘expressões adjetivas’ às quais se dá o nome de ‘atributos’; já para o ‘predicado’: eles são ‘objeto’ e ‘complemento adverbial’, conforme são representados por ‘substantivo’, ‘palavra’ ou ‘expressão de natureza substantiva’, ou ainda pelo ‘advérbio’ e ‘palavra’ ou ‘expressão adverbiada’. Pacheco e Lameira definem o ‘objeto’ mais detidamente, dividindo-o em ‘direto’ ou ‘indireto’, conforme modifica imediatamente ou mediatamente (com ou sem ‘preposição’) o sentido do ‘predicado’ (il.: Deus recompensa os justos; ele matou-se; vivo do trabalho; preciso de ti). Observam, entretanto, que em alguns casos, o ‘objeto direto’ é precedido de preposição (il.: amo a Deus, arrancam das espadas). Ademais, comentam que o ‘complemento adverbial’ não é necessário para o perfeito sentido do elemento que ele modifica, pode ser substituído por outro termo acessório (il.: comprei há dias um bom livro; ele escreve corretamente, ele escreve com correção).

A ‘proposição’ é dividida em ‘simples’, se tem apenas uma ‘afirmação’ e ‘composta’, se é composta por duas ou mais ‘proposições simples’. Outras espécies de ‘proposição’ se dividem de acordo com diferentes critérios: quanto à ‘forma’, elas podem ser ‘completas’, ‘incompletas’ ou ‘elípticas’; quanto à ‘lógica’, são ‘principais’ e ‘subordinadas’. Vemos que é frequente a distinção entre ‘forma’ e ‘lógica’ na obra.

As ‘proposições’, dentro de um ‘período composto’, podem travar duas relações entre si, a ‘coordenação’ e a ‘subordinação’. Nas primeiras, as ‘proposições’ que, por serem de “igual categoria intelectual ou força significativa”, juntam-se por meio de ‘justaposição’ ou de ‘conjunções conectivas’ formando o ‘período composto’ (il.: o homem pensa, fala e ri). Como há simplesmente ‘coordenação’, as ‘proposições’ são sempre ‘principais’. Ademais, no caso de haver ‘conectivo’, se são ‘sindéticas’, para junção das proposições, elas podem ser ‘copulativas’, ‘adversativas’, ‘disjuntivas’, ‘conclusivas’. No caso de haver mera justaposição, chamam-se ‘assindéticas’.

Quando há relação de ‘subordinação’ num ‘período composto’, uma das ‘proposições’ determina outra que passa a ser um dos seus ‘termos’ ou serve-lhe de ‘complemento’. As ‘orações subordinadas’ dividem-se: quanto ao ‘conectivo’, podendo ser ‘conjuncionais’ e ‘relativas’, conforme for ele uma ‘conjunção’, ‘adjetivo’ ou ‘pronome relativo’; quanto à natureza, dividem-se em ‘substantivas’, ‘adjetivas’ e ‘adverbiais’, conforme representam uma dessas três categorias gramaticais; quanto à ‘função’, podem ser ‘subjativas’, ‘objetivas’, ‘atributivas’, ou ‘adverbiais’, conforme preenchem as funções de ‘sujeito’, ‘objeto’, ‘atributo’ ou ‘adjunto adverbial’ (il.: noticiaram que ele morreu, isto é, a sua morte; a mulher de pudor, isto é, a mulher pudica, pudenta, pudibunda; chegou depois que saímos, isto é, depois de nossa saída). As ‘subordinadas adverbiais’ podem exprimir diversas circunstâncias, de tempo, fim, lugar, causa, consequência, comparação, conclusão.

Em *metatexto*, acrescentam que ‘proposições subordinadas’ ainda são classificadas por alguns gramáticos em: ‘completivas’, quando encerram um ‘complemento essencial’ para o sentido de outra proposição; ‘incidentes’, quando se unem ao ‘sujeito’ ou ‘atributo’ de uma outra ‘proposição’ por um ‘pronome relativo’, podendo ser ‘explicativas’ ou ‘terminativas’; e, finalmente, ‘circunstanciais’, quando exprimem ‘circunstância’ (de tempo, modo, causa etc.) complementar do sentido de outra ‘proposição’.

4.10.6 Rede conceitual

Pacheco e Lameira não tratam exatamente do *conceito* de ‘verbo substantivo’ tal qual esse era apresentado na *tradição* da *grammaire générale*, há, porém, o ‘verbo abstrato’, que parece estar em oposição ao ‘concreto’, pois o primeiro apenas forma ‘cópula’ enquanto o segundo exprime também ‘ideia de ação’. Não há ilustrações ou exemplos para o ‘verbo abstrato’.

Como vimos, no início da obra, ao definir ‘glotologia’, os gramáticos ressaltam a importância de analisar dois aspectos da língua, a ‘ideia’ e a ‘forma’, algo que de fato segue ao realizar sua descrição da língua portuguesa. Nos trechos que analisamos, vemos que o autor opõe a noção de ‘forma’ a alguns outros termos como ‘natureza’, para tratar da *metaclases de palavras*, e ‘lógica’, ao tratar do ‘verbo’ e da ‘proposição’.

Os gramáticos consideram que o ‘verbo’ exprime ‘ação’ e ‘afirmação’ e que tem duas partes, o tema, que corresponde à ‘ação’, e a desinência, que corresponde à ‘afirmação’ ou ‘cópula lógica’. Tal distinção é utilizada para distinguir as *espécies* de ‘verbo’, visto que os ‘transitivos’ e ‘intransitivos’ o são segundo a natureza de sua ‘ação’, isto é, se ela passa ou não para outro e os ‘ativos’, ‘passivos’, ‘neutros’ e ‘reflexos’ o são de acordo com a natureza de sua ‘afirmação’. Esta ‘afirmação’, também chamada de ‘cópula lógica’, é estabelecida entre o ‘sujeito’ e o ‘predicado’.

É possível, certamente, pensar que o ‘verbo abstrato’ corresponderia à ‘cópula lógica’ e, por isso, estaria presente em todos os outros ‘verbos’ – os quais seriam ‘verbos concretos’. No entanto, os gramáticos não fazem essa relação explicitamente, eles também, como vimos, não apresentam exemplos para o ‘verbo abstrato’. Parece-nos, portanto, que essas noções servem mais aos aspectos da língua, ‘ideia’ e ‘forma’, que os gramáticos expuseram no início da obra, do que propriamente a uma *rede conceitual* em torno do ‘verbo abstrato’. Esses mesmos aspectos, ‘lógica’ e ‘forma’, como vimos, aparecem na definição as *espécies* de ‘proposição’.

Ademais, ainda que a ‘proposição’ seja definida como ‘afirmação’, o ‘verbo abstrato’ não é dado como parte de sua constituição. Há nela apenas os ‘termos essenciais’ ‘sujeito’ e ‘predicado’, sendo este último representado pelo ‘verbo de predicação completa’ ou ‘incompleta’ e, no último caso, há também ‘termos acessórios’ na ‘proposição’. É interessante que, enquanto definem a ‘proposição’ como ‘afirmação’, os gramáticos considerem a ‘predicação’ do ‘verbo’ ao falar de ‘predicado’, muito embora tenham dito anteriormente que as *espécies* de ‘verbo’ ‘intransitivo’ e ‘transitivo’ são

definidas de acordo com sua ‘ação’ e não por sua ‘afirmação’, como era o caso das *espécies* ‘ativo’, ‘neutro’ etc.

Finalmente, vemos que o gramático trata dos ‘adjetivos’ em termos lógicos, isto é, distinguindo-os, indiretamente, pela sua extensão e intensão. O que teria relação de *base teórica comum* com o ‘verbo abstracto’, visto que este é uma ‘cópula lógica’. No entanto, não trata da ‘proposição’ tripartite. Ademais, não trata das sentenças incidentes senão em *metatexto*. Em conclusão, consideramos a gramática de Pacheco e Lameira *eclética*, na medida em que apresentam um *conceito* similar ao ‘verbo abstracto’, mas também outros que não estão relacionados a ele, como a ‘proposição’.

4.11. *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa* (1888, [157]), de Fillipe Benicio de Oliveira Condurú

4.11.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

Condurú inicia a décima terceira edição de sua gramática elementar definindo a ‘gramática portuguesa’ como arte que ensina a falar, escrever e ler com acerto a língua portuguesa. Diz ainda que divide-se em quatro partes, que são: ‘etimologia’, ‘prosódia’, ‘ortografia’ e ‘sintaxe’, que exatamente os quatro capítulos de sua obra.

4.11.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

De acordo com o gramático maranhense, há sete *classes de palavras*, as quais não são divididas por *metaclasses*, são elas: ‘substantivo’, ‘adjetivo’, ‘verbo’, ‘preposição’, ‘advérbio’, ‘conjunção’, ‘interjeição’. Em *metatexto*, Condurú afirma que o ‘advérbio’ e a ‘interjeição’ não são ‘partes elementares’ e ‘representativas’ de ‘ideias simples’, mas são ‘partes constitutivas’ da ‘proposição’, que podem ser de natureza ‘simples’, ‘composta’ ou ‘complexa’. Ainda assim, ele ressalta que não pretende omiti-las, pois classificar as ‘palavras’ que existem no uso vivo da língua e omitir as que têm propriedades especiais não lhe parece razoável.

4.11.3 Conceitos modificadores do nome

Todos os *conceitos* modificadores do ‘nome’ concentram-se na classe de palavra ‘adjetivo’, que é definida como a palavra que exprime as ‘qualidades’ do ‘substantivo’ ou o representa de um ‘modo determinado’ (il.: o menino dócil é estimado de seus mestres). Há dois tipos principais de ‘adjetivo’, o ‘determinativo’, que determina ‘apelativos’, fazendo com que sejam considerados de maneira particular, e o ‘qualificativo’ ou ‘atributivo’, que exprime ‘qualidades’ ou ‘atributos’ dos ‘substantivos’.

Em *metatexto*, o autor ressalta que a divisão de ‘adjetivos’ em três espécies, ‘explicativos’, ‘restritivos’ e ‘determinativos’, não lhe parece razoável, porque a propriedade de explicar e de restringir o substantivo é geral à classe dos ‘qualificativos’ e não pode, por conseguinte, caracterizar uma parte deles somente para constituir divisão da espécie – um mesmo ‘qualificativo’ pode ser ora ‘restritivo’, ora ‘explicativo’ (il.: alma racional, animal racional; branca neve, mulher branca). Finaliza a nota dizendo que os que adotam essa divisão confundem com caracteres distintivos as ‘relações de conveniência’ (‘inerente’ ou ‘acidental’) que podem ter os ‘adjetivos’ com os ‘substantivos’ que eles qualificam.¹²²

Os ‘determinativos’ são divididos em quatro espécies, ‘artigos’, ‘pronomes’ ‘pessoais’, ‘demonstrativos’ e ‘quantitativos’. No quadro adiante apresentamos os conceitos *espécies* de cada um deles.

Conceito de espécies de “adjetivos determinativos” (termo)	Conceito em <i>texto</i>	Conceito em <i>metatexto</i>
Artigo	Determinativo que se antepõe ao ‘apelativo’ para indicar que sua significação geral é tomada em sentido individual. Espécies: -Artigo definido: indivíduos determinados (ex.: o, a) - Artigo indefinido: indivíduos indeterminados (ex.: um, uma)	Também ‘substantiva’ quaisquer ‘partes da oração’ e mesmo ‘orações’ inteiras (il.: o justo; o porquê; o amar a Deus sobre todas as coisas)
Pronome pessoal	Determinativo que na oração representa a pessoa que fala, a quem se fala e de quem se fala ou coisas tomadas no sentido de pessoa.	‘Pronome’ é a palavra na oração que se põe em lugar do nome de pessoa ou coisa. Os verdadeiros pronomes da língua portuguesa são, além dos

¹²² Ressaltamos que diversos gramáticos brasileiros distinguiram essas duas *espécies* de ‘adjetivo’, como, por exemplo, Costa Duarte (1829, 1859 – cf. 4.3), Carneiro Ribeiro (1881, 1890 – cf. 4.7), Gomes (1895 – cf. 4.13). Bithencourt (1862), porém, asseverou em *metatexto* que ela “incontestável”.

	(ex.: eu/nós, tu/vós, ele/eles – <i>que variam/declinam em</i> mim, me, migo, nós, nos, nosco, ti, te, tigo, vós, vos, vosco, lhe, o, a, elas, eles, os, as)	<p>pessoais, “alguém, ninguém, outrem, quem, cada qual, este”, que se referem a pessoas, e os “algo, al, isto, aquilo, tudo, nada, o mesmo” que se referem a coisas. O relativo “o” quando representa uma ideia já expressa por palavras com que não pode concordar, deve ser considerado pronome (il.: há verdades que o não parecem, as feias nem por o serem deixam de agradar).</p> <p>Todos esses são formas indefinidas de diversos determinativos quando exprimem ideias concretas, por isso, não lhe demos lugar distinto na classificação das partes da oração, entretanto, mestres minuciosos o poderão fazer.</p>
Demonstrativos	<p>São os que mostram as pessoas ou coisas de que falamos.</p> <p>Espécies:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Puros: aplicam-se a objetos presentes à vista ou à imaginação (ex.: este, esse, aquele, o mesmo) - Possessivos: Designam objetos pertencentes às pessoas que, a quem ou de quem se fala (ex.: meu, teu, seu, cujo) - Relativos: referem-se a pessoas, coisas ou juízos enunciados em frase antecedente (ex.: o, a, quem, que, o que, a que, a qual, o qual; il.: o tempo que tão breve passa é preciso) 	<p>Costumam os gramáticos compreender “cujo” não entre os ‘possessivos’, mas entre os ‘relativos’ por ele se derivar diretamente de “cujus”, genitivo de “qui, quoe, quod” latino, que em português equivale a “de que, de quem, do qual, da qual”. Incluímo-lo, não obstante, entre os possessivos, por isso mesmo que o genitivo latino exprime possessão ou restrição, e o ofício que este demonstrativo exerce na língua portuguesa, bem como o dos possessivos pessoais é sempre o de restringir o apelativo que ele determina.</p> <p>‘Demonstrativos puros’ e ‘possessivos’ podem se tornar ‘relativos’ quando referem-se a substantivos expressos antecedentemente.</p> <p>‘Relativos’ são chamados ‘interrogativos’ quando por meio deles se faz uma pergunta.</p>
Quantitativos	<p>Ajuntam à definição do apelativo uma ideia de quantidade (il.: todo homem é mortal; ninguém é perfeitamente sábio)</p> <p>Espécies:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Universais: Fazem compreender na significação do substantivo todos os indivíduos de sua classe (il.: a alma é racional, nenhum cidadão deve eximir-se de servir a pátria; ex.: todo, toda, tudo, nenhum, nenhuma, ninguém, nada, quemquer, qualquer, cada) 	<p>O artigo definido converte-se em quantitativo universal quando, individualizando uma ideia geral, faz compreender na significação de um apelativo todos os da mesma espécie (il.: o tigre é feroz; o pensamento é os olhos da alma).</p>

	<p>- Partitivos: fazem compreender na significação do substantivo somente uma parte dos indivíduos da sua classe (il.: alguns amigos e visitaram, certas pessoas desejam ver-te; ex.: só, tal, um, uma, certo, certa, muito, muita, infindo, infinda, pouco, pouca, tanto, tanta, quanto, quanta, ambos, ambas, os mais, as mais, algum, alguma, alguém, algo, outro, outra, outrem, al.</p> <p>- Numerais: exprimem números.</p> <p>-- Cardinais: exprimem números simplesmente (ex.: um, dois, três)</p> <p>-- Ordinais: exprimem número por ordem (ex.: primeiro, segundo)</p>	
--	---	--

Quadro 79. *Espécies de 'adjetivos determinativos' em Condurú (1888)*

Os ‘adjetivos qualificativos’ ou ‘atributivos’ são os que exprimem qualidades ou atributos do substantivo (il.: Sol brilhante, terra fértil). Entre os qualificativos, distinguem-se os gentílicos, pátrios e participios.

4.11.4 Conceito de verbo

Em *texto*, define ‘verbo’ como palavra que exprime a existência, estado ou ato de algum sujeito por diferentes modos, tempos, números e pessoas. Em seguida, diz que os verbos são ou ‘de existência’ ou ‘de ação’. A primeira *espécie*, que também pode ser chamado de ‘verbo substantivo’, é definido como aquele que afirma a existência de um sujeito modificada por algum ‘atributo’ (il.: Deus é onipotente; o Brasil está situado na América). ‘Verbos de ação’ são definidos como aqueles que exprimem o estado de um sujeito praticando alguma ação (il.: eu escrevo; tu lê; ele brinca).

Em *metatexto*, ele diz que preferiu a definição dada em *texto* por considerá-la mais conforme a natureza dos verbos portugueses e, conseqüentemente, mais adaptada à compreensão dos meninos do que a definição lógica. Entretanto, apresenta esta última em nota para que o leitor siga a que preferir. Define, primeiramente, o ‘verbo lógico’ como palavra que exprime a relação de conveniência entre os termos da proposição, encontre-se em sua forma simples, como ‘verbo substantivo’, ou incorporado ao atributo, como ‘verbo adjetivo’. O primeiro tem seu nome por subsistir sem ideias acessórias e seria o único necessário, visto que por meio dele pode-se enunciar todas as proposições (ex.: ser, estar). O segundo tem seu nome porque o atributo nele incluído é exprimido, em geral, por ‘adjetivo’. Todos os verbos, exceto por “ser” e “estar”, são ‘adjetivos’ e podem ser

substituídos por esses com o ‘atributo’ expresso (il.: amar = ser amante = estar amando; folgar = estar folgando). Finaliza a nota dizendo que essa doutrina, verdadeira para as línguas formadas segundo os princípios da Ideologia, apresenta dificuldades de análise naquelas em que não seja possível substituir verbos por outros termos sem alteração de sentido ou sem recorrer a palavras estranhas ao uso vivo da língua.

Em nota seguinte (portanto, *metatexto*) relativa às ilustrações dadas para ‘verbo de existência’, Condurú emenda que além de “ser” e “estar” tem a língua portuguesa vários outros verbos que por vezes também pedem ‘atributo’ (il.: ficar (contente); parecer (alegre); permanecer (triste)), os verbos “existir” e “haver”, na mesma significação, são incontestavelmente ‘verbos de existência’, e se não pedem atributo expresso é porque na sua significação, que é “ser existente”, já o compreendem.

De volta ao *texto*, Condurú divide o ‘verbo de ação’ em ‘absoluto’ ou ‘intransitivo’, ‘transitivo’ e ‘relativo’ – para os quais também apresenta um *metatexto* didático (“convindo muito que os principiantes distingam desde logo essas espécies de verbos, damos nessa nota a maneira prática de os conhecer”). Há também os verbos ‘pronominais’, ‘auxiliares’ e ‘impessoais’, conceitos que distribuímos e explicitamos no quadro adiante.

Espécies de verbo (termos)	Conceito em <i>texto</i>	Conceito em <i>metatexto</i>
Absoluto / Intransitivo / Neutro	Exprime uma ação que não passa do sujeito que a pratica (il.: vós velais, eles dormem)	Todas as vezes que depois dele não se poder dizer “alguém” ou “alguma coisa” (ex.: suspirar). Contudo, às vezes tomam os verbos significação diversa da que lhes é própria (il.: Estuda se queres saber; este homem reflete bem; viver vida alegre). Nessas ilustrações de uso, os ‘verbos transitivos’ “estudar” e “saber” e o ‘relativo’ “refletir” têm significação de ‘absolutos,’ e o ‘absoluto’ “viver”, a de transitivo.
Transitivo	Exprime uma ação que pode ser empregada diretamente em algum objeto (il.: Deus criou todas as coisas)	Pode-se perguntar a ele: “o que?” ou “a quem?” (ex.: amar, saber). (Cf. <i>metatexto</i> de v. absoluto)
Relativo	Pede depois de si um termo precedido de alguma preposição para completar seu sentido (il.: a virtude não precisa de adorno)	Todo verbo que é sempre seguido de certa preposição, sem a qual ele deixa de fazer sentido (ex.: rivalizar, recorrer). (Cf. <i>metatexto</i> de v. absoluto)
Transitivo e Relativo	Pedem não só o objeto sobre que recai a ação, mas também o termo a que ela se refere (il.: Deus ordenou a caridade a todos os homens)	

Pronominais	Certos verbos que são sempre acompanhados de algumas variações dos ‘determinativos pessoais’ (ex.: me, te, se, nos, vos; il.: apoderar-se, obstinar-se, condoer-se).	-
Auxiliares	Verbos que auxiliam os outros em alguns de seus tempos (ex.: ter, haver, ser).	Na classe dos verbos auxiliares compreende-se os que, conjugados em todos ou em alguns tempos somente com os participios ou infinito de outros, servem para dar-lhes uma significação particular (il.: ando trabalhando, vamos vivendo). O verbo “poder”, seguido quase sempre de outro no infinito, parece-nos auxiliar deste, porque na mudança das proposições ativas ou passivas, ele, assim como o “ter” e “haver”, conserva sua forma primitiva (il.: podes-te alcançar um emprego – um emprego pode ser alcançado por ti).
Defectivos	Verbos que não se prestam a todas as variações de uma conjugação (ex.: feder e munir – que só têm as terminações em que o “d” e o “n” não são seguidos de “o”).	-
Impessoais < defectivos	Só se empregam na terceira pessoa do singular (ex.: chover, nevar, trovejar).	-

Quadro 80. *Espécies de 'verbo' em Condurú (1888)*

4.11.5 Conceito de oração e seus elementos

Em *texto*, Condurú define a ‘oração’ ou ‘proposição’ como enunciação de um ‘sujeito’ de quem se afirma ou se nega alguma coisa. Tem necessariamente duas partes, o ‘sujeito’ e o ‘verbo’, quando este é ‘absoluto’ (il.: a Terra gira); quando o ‘verbo’ é ‘de existência’, consta também de ‘atributo’ (il.: o sol é brilhante); finalmente, se for ‘verbo’ de ação ‘transitiva’, há um termo chamado ‘paciente’ ou ‘complemento objetivo’ (il.: a lua tem dois movimentos). No quadro adiante, apresentamos a definição de cada um dos elementos essenciais da ‘oração’:

<i>Elementos essenciais da ‘oração’ (termo)</i>	<i>Conceito em texto</i>
Sujeito	Pessoa ou objeto de quem se afirma ou nega alguma coisa, cujo caráter e número são indicados pelo verbo (ex.: terra, sol, lua). Pode ser qualquer substantivo, alguns dos pronomes pessoais ou dos demonstrativos relativos, algum verbo no infinito, ou outra oração.
Verbo	Palavra que exprime a existência, estado ou ato do sujeito
Atributo	Aquilo que se afirma ou nega do sujeito, por meio dos ‘verbos de existência’ (il.: o sol é brilhante). Pode ser um adjetivo qualificativo, substantivo ou qualquer

	frase que modifique o sujeito. (il.: tu és feliz; João foi advogado; a minha ocupação é instruir a mocidade).
Paciente	Objeto sobre o qual recai a ação do sujeito por meio do verbo transitivo (il.: a lua faz seu movimento). Tudo quanto pode ser sujeito, pode também ser paciente (que fazer aí?; vós aprendeis a ler; vejamos se eles estudam).

Quadro 81. Elementos essenciais da 'oração' em Condurú (1888)

Nota-se que há pequenas incoerências nas definições, pois falta ao ‘sujeito’ realizar uma ação, visto que o ‘paciente’ é aquele sobre o qual recai a ação do ‘sujeito’. Fala-se também de ‘afirmar’ na definição do ‘sujeito’ e do ‘atributo’ e mesmo na definição de ‘oração’, mas não fica claro que elemento da ‘oração’ seria responsável por isso, pois o ‘verbo’ é definido apenas como palavra que exprime existência, estado ou ato do sujeito.

Em *metatexto*, apresenta outro *conceito* de ‘proposição’ que, sendo analisada logicamente, teria como *elementos* o ‘sujeito’, o ‘verbo’ e o ‘atributo’, como nas seguintes *ilustrações de uso* “deus é espírito” e “creio”, que pode ser analisado como “eu sou crente”. Acrescenta ainda, em *metatexto*, que pode ser necessário haver ‘palavras modificativas’ na ‘proposição’, como ‘atributos continuados’, ‘complementos restritivos’, ‘terminativos’, ‘objetivos’ e ‘circunstanciais’.

Quanto à organização dos elementos por ‘regência’, Condurú afirma que há palavras chamadas ‘membro regente’ que pedem que outra lhe complete o ‘sentido’, a qual é nomeada de ‘regimen’ ou ‘complemento’. Os ‘membros regentes’ são ‘verbos transitivos’, ‘preposições’ e todas as palavras de ‘significação relativa’ que demandam alguma ‘preposição’ que, com seu ‘regimen’, lhe complete o sentido (il.: superior aos mais; abundante de frutos; propensão para o estudo).

Os ‘complementos’ são dados somente em *metatexto* (os gramáticos dizem) e são de quatro *espécies*: ‘objetivo’, ‘terminativo’, ‘restritivo’ e ‘circunstancial’, sendo os dois primeiros necessários, ao passo que os dois últimos são acidentais. No quadro adiante, apresentamos o conceito de cada um.

Espécies de ‘complemento’	Conceito em <i>metatexto</i>
Objetivo	‘Palavra’ ou ‘frase’ sobre que recai diretamente a ação do ‘verbo transitivo’ (il.: cultivar as letras; dizem que és estudioso).
Terminativo	Palavra ou frase precedida de alguma preposição, pedida por força da significação de outra palavra (aplica-te ao trabalho; foge da ociosidade).
Restritivo	Palavra ou frase que, precedida da proposição “de”, serve de restringir a significação geral do apelativo antecedente, tornando-a particular (il.: o amor da glória; o desejo de tornar-se útil à sociedade).
Circunstancial	Qualquer palavra ou frase que, à maneira dos advérbios, modifica o nome ou verbo com que se relaciona por meio de alguma preposição, clara ou oculta (il.: aplicado com afincos a seu trabalho; não atendia (em) muitas vezes ao que se passava em sua vizinhança).

Quadro 82. Espécies de 'complemento' em Condurú (1888)

Fala ainda de ‘subatributos’ ou ‘palavras continuadas’ e de ‘apóstrofe’ ou ‘vocativo’ como outros elementos possíveis da ‘oração’. As primeiras se pospõem a outras para acrescentar-lhes alguma ideia ou explicar-lhes alguma qualidade (Gama, o descobridor da navegação da Índia, foi feito conde da Vidigueira por D. Manoel, rei de Portugal; o brilho da virtude torna-se mais vivo quando luta com a adversidade), a segunda é a pessoa ou coisa personificada por quem chamamos ou a quem exortamos por meio da ‘interjeição’ “ó”, expressa ou subentendida (il.: Lembra-te, ó homem, que é de pó formado; correi, lágrimas, que o pranto a dor embota).

As *espécies* de ‘oração’ podem ser consideradas sob dois critérios, de acordo com seus próprios termos ou de acordo com as relações que mantêm entre si dentro do ‘período’. Dentro do primeiro critério, ela pode ser ‘simples’, quando consta de apenas um ‘sujeito’, de um único ‘atributo’ ou somente um ‘paciente’ (il.: o vício é feio; eu amo a virtude). Pode ser ‘composta’ quando tem mais de um ‘sujeito’, ‘atributo’ ou ‘paciente’ (il.: e Paulo são probos; Francisco é grato e generoso; João e Antônio estudam gramática e geografia); há na ‘oração composta’ tantas ‘simples’ quantos forem seus ‘sujeitos’, ‘atributos’ ou ‘pacientes’. Finalmente, a ‘oração’ é ‘complexa’ quando o ‘sujeito’, o ‘atributo’ ou ‘paciente’ é modificado por outra ‘proposição’ ou por ideias equivalentes (il.: Deus justo (ou que é justo) não deixará sem prêmio o virtuoso (ou o homem que é virtuoso). É curioso que essa ilustração apresente certa equivalência entre ‘adjetivos’ e ‘orações’ (sobretudo as ‘incidentes’, que vemos a seguir).

Quando as ‘orações’ fazem parte de um ‘período’, há várias ‘orações subordinadas’ e uma delas que é a ‘principal’, da qual dependem todas as outras. No quadro adiante apresentamos as *espécies* de ‘oração’ selecionadas por Condurú.

Espécies de ‘oração’ dentro do ‘período’ (termos)	Conceito em texto	
Principal	Aquele que por si só faz sentido completo no ‘período’, é sempre enunciada por ‘verbo’ do ‘indicativo’ ou do ‘imperativo’, sem ‘conjunção’ que a torne dependente de outra.	
Subordinada	Depende de outra por meio de alguma ‘conjunção’, por isso não faz por si só sentido completo. Pode ser enunciada por verbo de qualquer modo.	
Parcial	Aquele que faz parte de outra, ou modifica algum de seus membros (il.: a dor que nos causa o arrependimento de nossos erros traz consigo um germe de consolação, porque já a consciência, que é inspiração divina, começa a dirigir nossa reflexão – a dor traz consigo um germe de consolação > principal; porque já a consciência começa a dirigir a nossa reflexão > subordinada; que nos causa o arrependimento de nossos erros, que é inspiração divina, a dirigir a nossa reflexão > parciais). As ‘orações parciais’ dividem-se em ‘integrantes’ e ‘incidentes’.	
	Integrante	Aquele que faz parte de outra como ‘sujeito’, ‘atributo’ ou ‘complemento necessário’ (il.: convém que nos entendamos; teu

		prazer é andares vagando; sabeis que sou vosso amigo). Sendo ela suprimida, deixa suspenso o sentido da frase.
	Incidente	<p>Aquela que se refere a algum membro de outra por meio dos relativos “que, qual, quem” ou do ‘possessivo’ “cujo” e pode ser ‘explicativa’ ou ‘restritiva’.</p> <p>- ‘Explicativa’ é a que desenvolve alguma qualidade compreendida na significação do mesmo que ela modifica (il.: Deus, que é justo, não deixará a virtude sem prêmio). A ‘oração explicativa’ pode ser suprimida sem alterar o sentido da frase.</p> <p>- ‘Restritiva’ é a que ajunta alguma ideia não incluída na significação do membro por ela modificado (il.: o homem que é modesto não louca suas próprias ações). A ‘oração restritiva’ não pode ser tirada da frase sem alteração do sentido.</p>

Quadro 83. *Espécies de 'oração' dentro de um 'período' em Condurú (1888)*

Era comum entre as gramáticas¹²³ apresentar um paralelismo entre as *espécies* de ‘adjetivo qualificativo’ e de ‘oração incidente’, mas, como vimos anteriormente, Condurú nega a possibilidade de ‘adjetivos’ poderem ser distinguidos dessa maneira, afirmando que isso seria uma confusão entre caracteres distintivos e ‘relações de conveniência inerente’ ou ‘acidental’ que pode haver entre ‘substantivos’ e ‘adjetivos’. Entretanto, na ilustração que vimos acima, o autor parece possibilitar certa equivalência entre ‘adjetivos’ e ‘orações’, sobretudo as ‘incidentes’.

4.11.6 Rede conceitual

Consideramos a gramática elementar de Condurú *eclética verticalmente*. Isso porque os *conceitos* que formam *rede conceitual* com o ‘verbo substantivo’ da tradição estão em *metatexto*, tal como está o próprio ‘verbo substantivo’, que é considerado pouco adequado, ao menos, para a língua portuguesa. No entanto, em *texto*, os *conceitos* apresentados fogem a essa *rede*. Talvez isso seja consequência do momento de transição, o qual pudemos notar em outras obras, como as já analisadas de Ribeiro (1881, 1885) e Maciel (1887 e 1895) (cf. 4.8 e 4.9), com a diferença de que analisamos duas obras de cada um desses autores, assim, eles apresentavam a o ‘verbo substantivo’ e sua *rede* na obra mais antiga, os quais eram eliminados em obra ulterior. No caso de Condurú, cuja edição que analisamos é a décima terceira, o gramático parece optar por apresentar a *rede conceitual* do ‘verbo substantivo’ apenas em *metatexto*, ou seja, em lugar de menos destaque; preferindo apresentar em *texto* outros *conceitos* de ‘verbo’ e ‘oração’.

¹²³ Ver, por exemplo, Bithencourt (1862) que, explicitamente, estabelece esse paralelismo. Outros gramáticos que o apresentam de maneira menos explícita são Costa Duarte (1829, 1859), Maciel (1887), Alfredo Gomes (1895).

Em *metatexto*, o ‘verbo substantivo’ está em *relação de subordinação* com o *conceito* de ‘verbo lógico’, o *conceito* de ‘proposição’ apresentando em *metatexto*. Observamos, aliás, que a *ilustração de uso* do conceito de ‘verbo adjetivo’, que inclui o ‘verbo substantivo’, “amar = ser amante”, é equivalente à *ilustração* apresentada para o *conceito* de ‘proposição lógica’ “creio = eu sou crente”.

Ademais, haveria certo paralelismo entre as *espécies* de ‘adjetivos qualificativos’ e as *espécies* de ‘oração incidente’ em decorrência apenas de uma *ilustração* apresentada pelo autor. Condurú, entretanto, mostra-se em *metatexto* contrário à distinção entre ‘adjetivos qualificativos restritivos’ e ‘explicativos’. Afirma que um mesmo ‘adjetivo’ seria ora ‘explicativo’, ora ‘restritivo’. Finalmente, a definição de gramática do autor não faz referência a diferentes níveis da linguagem. A *base teórica comum* que pressupõe uma língua subjacente parece, portanto, não ter tanta relevância.

Ainda a respeito do ‘verbo substantivo’, é notável que ele seja considerado inadequado, especificamente, para a língua portuguesa, que não ser uma língua formada de acordo com os “princípios da Ideologia”. Como vimos, Condurú, ao definir gramática, ressalta somente a correção, não define linguagem como expressão do pensamento. Dessa forma, podemos supor que sua base teórica não contenha esse *conceito* de linguagem, o que possibilitaria que o ‘verbo substantivo’ fosse adequado a certas línguas, enquanto impróprio para outras. Em suma, o gramático parece mais focado em dados linguísticos, nesse caso, do que em abstrações sobre a língua, mas está ainda atado à tradição e, por isso, apresenta conceitos relativos a ela em *metatexto*.

4.12. Exames de Portuguez – Grammatica Portugueza (3º anno) (1889, [167]), de João Ribeiro Fernandes

4.12.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

A gramática de Ribeiro, por ser baseada no Programa de Estudos escrito por Fausto Barreto, é dividida em capítulos que correspondem a cada um dos itens colocados no programa, os quais ele chama de lições (cf. Apendice B). Na lição 1, define gramática como coordenação das fórmulas, leis ou regras segundo as quais uma língua é falada ou escrita. Em *metatexto* (nota), diz ainda que

Esta definição é deduzida da observação dos fatos da linguagem. A analyse revela que toda a lingua tem grammatica, porque os vocabulos que servem para a expressão das ideias, affectam variações de fôrma, de collocação e de sentido susceptíveis de serem generalizadas, isto é, de

serem construídas sob o tipo de *leis* ou *regras*. O *systema* geral e abstracto destas leis constitui a *grammatica*. (Ribeiro 1889:1)

A ‘gramática’, desse ponto de vista, não é apenas um manual que descreve a linguagem, mas também leis intrínsecas a cada língua. A língua, assim, por conter uma gramática, pode ser vista como um sistema geral e abstrato de tais ‘leis’.

Ribeiro divide a ‘gramática’, enquanto manual, em ‘geral’ e ‘particular’. A primeira é aquela que expõe princípios lógicos comuns a todas as línguas, ao passo que a ‘particular’ expõe princípios e particularidades especiais de um idioma. Em *metatexto* (nota), afirma que “actualmente o progresso da philologia proscreeu a sciencia da *grammatica geral*” e que ela existe apenas quando para análise de uma classe, família ou grupo de língua de mesma filiação. Expõe, nesse trecho, que a base teórica abstrata, normalmente baseada em uma língua subjacente, da ‘gramática geral’ não era mais aceita, por isso, teria sido substituída por uma base teórica voltada para dados, mais próxima do Programa Descritivista (cf. Quadro 2), em que a generalidade da gramática seria observada por razões históricas e relações genéticas entre línguas.

Define ainda outros quatro tipos de ‘gramática’: ‘histórica’, ‘comparativa’, ‘descritiva’ e ‘portuguesa’. A primeira é aquela que estuda os fatos de uma língua em diversos períodos, de sua origem e formação até a época presente. A ‘comparativa’ estuda fatos comuns ou diversos em um grupo de línguas cuja origem é a mesma. Em *metatexto* (nota) diz que os estudos histórico e comparativo são, em geral, inseparáveis e constituem o ‘método histórico-comparativo’, que é, segundo Ribeiro, essencial à ciência das línguas. Acrescenta que, no caso da língua portuguesa, os elementos históricos são fornecidos pelo ‘português antigo’, o ‘latim’ e por influência de ‘línguas estranhas’, já os elementos comparativos encontram-se na análise de ‘línguas românicas’, como ‘italiano’, ‘francês’ e ‘espanhol’, que originaram-se do ‘latim bárbaro’ da Idade Média.

Em *texto*, define a ‘gramática descritiva’ ou ‘expositiva’ ou ‘prática’ como arte que ensina a falar e a escrever corretamente uma língua. Em *metatexto*, observa que como essa gramática é ‘arte’, contém amiúde ‘preceitos anticientíficos’ e procura meios mecânicos e mnemônicos que facilitem o estudo. Ela, por exemplo, denomina como ‘verbos irregulares’ aqueles que, cientificamente, “no sentido de sua filiação historica, conservam a regularidade primitiva” (Ribeiro 1889: 2).

A respeito da ‘gramática portuguesa’, em *texto*, explicita sua divisão em quatro partes principais, que são ‘fonologia’, ‘morfologia’, ‘classificação’ ou ‘taxonomia’ e ‘sintaxe’. As três primeiras são relativas ao estudo do vocábulo, a última, ao da ‘frase’ ou

‘proposição’. Em seguida, em *metatexto* (nota), o gramático afirma que as três partes supracitadas que se referem ao estudo do vocábulo têm, no conjunto, a denominação de ‘lexilogia’. Ademais, afirma que o ‘sentido’ do ‘vocábulo’ é estudado na ‘semântica’, e sua origem e formas primitivas, na ‘etimologia’, estudos esses que apesar de dependentes da ‘gramática’, em geral, não fazem parte dela, antes representam divisões da ‘filologia geral’.

Finaliza, assim, a introdução da lição 1, que dizia respeito, segundo o nome do capítulo (e o programa de Fausto Barreto) a “observações geraes sobre o que se entende por grammatica geral, grammatica historica ou comparativa e por grammatica descriptiva ou expositiva; objeto da grammatica portugueza e divisão do seu estudo”.

Chamam atenção, sobretudo, os *metatextos* do autor, que revelam de certa forma que algumas coisas não eram óbvias e, por isso, precisavam ser ressaltadas. Isso acontece, primeiramente, na nota que explicita que todas as línguas têm ‘leis’ ou ‘regras’ que constituem a ‘gramática’ de cada língua, as quais são apresentadas no manual ‘gramática’ a partir da observação de fatos linguísticos. Em outra nota, trata da proscrição da ‘gramática geral’, que seria agora apenas a análise da relação histórica e genética entre as línguas. Finalmente, observa que há aspectos anticientíficos da ‘gramática’ e procura explicar que o estudo do vocábulo se dá na ‘lexilogia’, sendo a ‘etimologia’ e a ‘semântica’ mais próprias da filologia.

Todos esses comentários apresentam alguma ruptura com a tradição anterior, que: (1) observava a língua por meio de categorias do pensamento e da razão, não estando preocupada necessariamente com os fatos linguísticos; (2) tinha como sua base a ‘gramática geral’, uma abstração das categorias do pensamento e da razão que poderia ser aplicada a todas as línguas; (3) que a gramática não é uma ciência, mas tem objetivo de ensinar a língua, mais de métodos mnemônicos do que de uma explicação científica acerca dos fatos linguísticos; (4) era comum que gramáticas anteriores nomeassem a seção destinada ao estudo dos vocábulos, suas definições e espécies como ‘etimologia’, que, de acordo com Ribeiro, seria um estudo histórico das palavras e se aproximaria da ‘filologia’.

4.12.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

Ainda na introdução da obra, lição 1, o autor define ‘taxionomia’ ou ‘classificação’ como a distribuição dos vocábulos por famílias e espécies, segundo o

sentido. Em *metatexto* (nota), afirma que essa classificação tem por base a ‘idéia’, por ser esta o atributo mais notável do ‘vocábulo’ – a partir disso, as palavras são classificadas em ‘famílias’ como ‘substantivos’, ‘verbos’ etc. Diz ainda que a ‘taxionomia’ refere-se também à classificação de ‘frases’ e ‘preposições’, segundo a função que representam no ‘discurso’.

Na lição VII, apresenta a ‘classificação de palavras’. Inicia-a definindo novamente ‘taxionomia’ como a parte da gramática que nos ensina a classificar as palavras. Em *metatexto* (nota), diz que “na boa classificação a logica determina que se observe a subordinação dos caracteres” dos vocábulos, sendo a ‘ideia’ o mais importante deles. Pode-se, entretanto, classificar os vocábulos tomando por base outros caracteres ou atributos. Um deles é a ‘forma histórica’, os vocábulos classificam-se em ‘primitivos’, que não se originam de outra palavra (ex.: trovão, livro), e ‘derivados’, que se formaram dos primitivos (ex.: trovada, de trovão; livraria, de livro). Em *metatexto* (nota), ressalva que, na prática, não convém levar ao exagero o rigor desse processo, pois alguns nomes ditos derivados derivam, em verdade, do latim diretamente (ex.: anual, que deriva de *annualis*, não de ano; pedreira, que deriva de *petraria*, não de pedra). Outra possibilidade é tomar por base de classificação a quantidade extensiva dos vocábulos, que podem ser ‘monossílabos’ (uma sílaba – ex.: dor, mar), ‘dissílabos’ (duas sílabas – ex.: pedra, casa) ou ‘polissílabos’ (muitas sílabas – ex.: socorro, extraordinário). Em *metatexto* (nota), afirma que existe ainda a denominação ‘trissílabos’ para os que têm três sílabas, e que esse processo de classificação é puramente material e não tem muitas aplicações fora da ‘ortografia’ e ‘prosódia’.

Quando se toma por base as ‘variações’ que se observam em muitos vocábulos, diz que é possível classificá-los em dois grandes grupos. Um de ‘palavras variáveis’, são aquelas que sofrem diversas variações na ‘terminação’ para exprimir gênero, número, tempo etc., correspondem aos ‘substantivo’, ‘artigos’, ‘adjetivos’, ‘pronomes’ e ‘verbos’. Outro de ‘palavras invariáveis’, aquelas cuja estrutura não aparece modificada, correspondem aos ‘advérbios’, ‘preposições’, ‘interjeições’ e ‘conjunções’. Em *metatexto* (nota), emenda que o caráter de variabilidade não é muito fixo, visto que, por exemplo, ‘advérbios’ e ‘preposições’ tinham primitivamente variações de ‘grau’ (alguns ainda sobrevivem, ex.: certamente – certissimamente).

Tomando por base a comparação de vocábulos entre si, é possível classificá-los nos seguintes grupos: ‘sinônimos’, que têm mais ou menos a mesma significação (ex.: casa, mansão, lar, domicílio); ‘antônimos’, que têm significados opostos (ex.: luz, trevas;

riso, lágrimas); homônimos, vocábulos semelhantes entre si (ex.: bota (calçado), bota (do verbo botar)) – acrescenta o *metatexto* (nota) dizendo que chamam-se ‘homógrafos’ quando se escreve com as mesmas letras, e ‘homófonos’ quando têm apenas a mesma ‘prosódia’ ou ‘pronúncia’ (ex.: cesta, sexta); e, finalmente, ‘parônimos’ que são palavras pouco diferentes entre si (ex.: relevar, revelar; diferir, deferir). Todas as classificações supracitadas, utilizadas frequentemente por gramáticos, são, entretanto, para o autor, imperfeitas, porque se baseiam em caracteres secundários. O caráter essencial de qualquer vocábulo é a ideia ou significação. Assim, no léxico de qualquer língua, encontramos palavras que indicam seres, como os ‘substantivos’, outras que indicam fatos e ações, como os ‘verbos’ etc.

Em seguida, inicia o tratamento do ‘substantivo’ e das demais classes de palavras, que são, em sua ordem de apresentação (a qual era determinada pela ordem dos pontos do Programa de Estudos de Fausto Barreto): ‘substantivo’, ‘adjetivo’, ‘pronome’, ‘verbo’, ‘advérbio’, ‘preposição’, ‘conjunção’, ‘interjeição’.

Assim, podemos observar que o autor apresenta as *metaclasses* de palavras ‘variáveis’ e ‘invariáveis’, que juntas constam de nove *classes de palavras*; dessas, ele descreve apenas oito. A diferença se dá pela posterior ausência do ‘artigo’ na divisão das lições da gramática (a qual, como já mencionado, segue o programa de estudos). É curioso, como veremos adiante, que Ribeiro não apresenta os ‘artigos’ como *espécie* do ‘adjetivo’. Ele tratará desse conceito apenas na lição 26, sobre a ‘etimologia’ do ‘artigo’ e do ‘pronome’.

4.12.3 Conceitos modificadores do nome

O ‘adjetivo’ é definido, na lição VIII, como palavra que serve para qualificar ou determinar objetos. Em *metatexto* (nota de rodapé), coloca que a denominação latina dessa classe de palavra era ‘nomen adjetctivum’, que, por sua vez, era tradução do grego *ἐπίθετον* *epitheto*. Os ‘adjetivos’, segundo o autor, dividem-se em duas grandes classes, ‘nominais’ ou ‘qualificativos’ e ‘pronominais’ ou ‘determinativos’. Ele apresenta a seguinte organização:

Adjetivos	1. Nominais ou qualificativos		-
		Possessivos	
		Demonstrativos	
		Relativos	

	2. Determinativos	Interrogativos	
		Quantitativos	Numerais
			Indefinidos

Quadro 84. *Espécies de 'adjetivos' em Ribeiro (1889)*

Ribeiro observa que ‘indefinidos’, ainda que não possam ser ‘determinativos’, exprimem uma determinação. Os interrogativos são definidos, sobretudo, pela você de quem fala e pela inflexão da voz do que pela natureza do vocábulo.

Define o ‘adjetivo qualificativo (nominal)’ como aquele que exprime a qualidade do objeto (il.: casa assoalhada). Em *metatexto* (nota), diz que a função do qualificativo é mostrar *como* são os objetos (ex.: grande, vermelho, prudente, luminoso). Entretanto, há momentos em que o qualificativo exerce função determinativa do objeto, distinguindo-o de outros, nesses casos vem ordinariamente anteposto (il.: São Pedro; a bela Helena). Em seguida, define as ‘locuções adjetivas’ como qualificativos expressos analiticamente por duas ou três palavras (ex.: quarto de dormir, mesa de mármore, vela de cera, navio de vela, navio de vapor, animal de dois pés) e que podem ser substituídos por um ‘qualificativo’.

‘Determinativos’, que também podem chamar ‘pronominais’, marcam a referência dos ‘nomes’ sem indicar nenhuma qualidade. Em *metatexto* (nota), observa que, em verdade, ‘adjetivos determinativos’ são simultaneamente ‘adjetivos’ e ‘pronomes’. As funções podem ser discriminadas apenas no texto da frase, pois o ‘adjetivo’ vem junto ao ‘substantivo’ (il.: que coisa?; meu tio), ao passo que o ‘pronomes’ vem isoladamente (il.: o chapéu que achastes é meu). Pelas mesmas razões, diz o gramático, na frase “os soldados são sete” a palavra “sete” deveria ser considerada ‘pronomes’. Para evitar confusões como essa, segundo Ribeiro, muitos gramáticos judiciosamente só consideram a existência dos ‘pronomes pessoais’¹²⁴.

Ribeiro define cada uma das espécies de ‘adjetivo determinativo’, apresentamos um pequeno resumo de cada um adiante. O ‘possessivo’ é o que determina a pessoa gramatical a que pertencem os objetos (ex.: meu, teu, seu, nosso, vosso, seu, deles). Acrescenta que ‘adjetivos gentílicos’ são uma espécie de ‘possessivos’ (ex.: brasileiro – do Brasil; francês, de França). ‘Demonstrativos’ são os que determinam o lugar dos objetos no espaço, no tempo e no discurso (ex.: este, aquele). ‘Relativos’ referem-se a um nome ou pronomes, que é determinado ou qualificado por uma proposição (il.: eu que sou

¹²⁴ Um dos gramáticos que analisamos que faz isso, embora não apresente tal justificativa, é Sotero dos Reis (1877) (cf. 4.6).

criança; o qual homem já conheces). Em *metatexto* (nota), acrescenta que o ‘relativo’ substitui o ‘nome’ e ao mesmo tempo faz vezes de ‘conjunção’, ligando o nome determinado, chamado ‘antecedente’, com a proposição determinante que se segue, por isso, pode ser denominado também ‘adjetivo conjuntivo’. O ‘interrogativo’ exprime indefinidamente os objetivos, como indagando a sua individualidade ou natureza (ex.: quanto?; que?; il.: que homem?). O ‘quantitativo’ pode ser ‘indefinido’ ou ‘positivo’, este também chamado de ‘numeral’. O primeiro dá aos nomes uma determinação, sem indicar o número ou a qualidade (ex.: muitos, poucos, diversos, diferentes, vários, alguns, algo, tantos, quantos, quais, todos, cada, nenhum, uns, outros). Os ‘numerais’ indicam números, determinando a quantidade exata (ex.: um, três, milésimo); é dividido em ‘cardiais’, que indicam números de unidades (ex.: um, dois, vinte e cinco), e ‘ordinais’, que exprimem o número conforme a ordem das coisas (ex.: primeiro, vigésimo), também podem exprimir frações (ex.: centésima, décima oitava parte).

Na lição IX, trata dos ‘pronomes’ e suas espécies. Define a classe de palavra como palavra que lembra o nome, em relação à sua pessoa gramática. Em *metatexto* (nota de rodapé), diz que o vocábulo formado de *pro* e *nomen* significa em lugar de nome. Em outro *metatexto* (nota), afirma que o ‘pronome’ é um simples ‘determinativo’, pois quando se diz “livro”, este ser aparece como todos os seus atributos, ao passo que o ‘pronome’ “ele” pode designar qualquer indivíduo, independentemente dos atributos. De volta ao *texto*, afirma que ‘pronomes pessoais’ conservam os vestígios da ‘declinação’ que tinham no latim, por isso têm variações em todas as pessoas. Adiante, exemplo da primeira pessoa:

		Português	Latim
Sing.	Nominativo	Eu	Ego
	Dativo	Mim, me	Mihi
	Acusativo	Me	Me
	Ablativo	Comigo	Mecum
Pl.	Nominativo	Nós	Nos
	Acusativo	Nós	Nos
	Ablativo	Conosco	Noscum

Quadro 85. 'Vestígios de declinação' em 'pronomes pessoais' em Ribeiro (1889)

Ribeiro usa a metalinguagem de descrição da língua latina por acreditar que, neste ponto, essa língua e o português se assemelham. Como vimos anteriormente, outros gramáticos eram contrários a essa prática.

Na lição XVI, chamada ‘etimologia do artigo e do pronome’, Ribeiro apresenta *espécies* de ‘artigo’, que não apresentou em capítulos anteriores. Divide-o em ‘definito’ e ‘indefinito’. O último é aquele que, junto ao ‘nome’, não lhe determina a ‘existência’

ou ‘posição’ (il.: um homem). O ‘definito’, por sua vez, determina a ‘espécie’ (o homem é animal) ou o ‘indivíduo’ (o homem que vimos).

4.12.4 Conceito de verbo

Verbo é uma palavra pela qual se pode atribuir a um ser uma ação, um estado ou uma qualidade (numa nota de rodapé, *metatexto*, acrescenta que o ‘ser’ citado é o ‘sujeito’ do ‘verbo’). Em *metatexto* (nota de rodapé), divide o verbo em duas partes: o ‘radical’, que representa ideia principal, e a ‘desinência’, que é sempre variável e exprime a ideia acessória (ex.: am-ar, receb-er). Após falar a respeito de ‘conjugações’ e ‘tempo’, introduz, em *texto*, o ‘verbo substantivo’ (em nota de rodapé, afirma que também pode se chamar ‘verbo abstrato’), que define como ‘verbo único’ que não tem ‘ideia atributiva’, isto é, o ‘atributo’ (que não havia sido definido anteriormente) está separado dele, e exprime apenas ‘cópula’ ou ‘existência em absoluto’ (ex.: ser). Todos os outros ‘verbos’ chamam-se ‘atributivos’ e encerram uma ‘ideia predicativa’ do ‘sujeito’. Nota-se, portanto, que o ‘verbo atributivo’ está mais próximo da definição de ‘verbo’ de Ribeiro do que o ‘verbo substantivo’.

Em seguida, apresenta outras *espécies* de ‘verbo’. Os ‘transitivos’, que têm um ‘complemento’ no qual se emprega diretamente a ‘ação predicativa’ (il.: amo a virtude). ‘Intransitivos’ são os que exprimem uma ‘predicação’ por si só completa ou com um ‘complemento indireto’ (ex.: durmo; vou a Roma).

Em *metatexto*, acrescenta a observação de que todos os ‘transitivos’ como os ‘intransitivos’ podem entre si mudar de categoria. Assim, por essa ‘virtualidade imanente’, toda ação é possível (il.: chorei lágrimas; escrevo; leio). Há ainda ‘verbos pronominais’, que aparecem ‘não casualmente’, mas sempre com dois ‘pronomes’ (il.: eu me arrependo; arrepender-se). Fala também de ‘verbos defectivos’ ou ‘impessoais’, a que faltam alguns tempos ou pessoas da conjugação (ex.: chove, troveja). Em outra nota (*metatexto*), afirma que a omissão das flexões dos ‘defectivos’ explica-se, em geral, pela impossibilidade que as primeiras e segundas pessoas têm de receber certas atribuições (il.: eu trovejo, tu nevas – não se pode dizer, a não ser que em sentido figurado).

Ao final da lição Ribeiro fala, em *metatexto* (nota), da impossibilidade de dar uma definição suficiente do ‘verbo’, fazendo com que toda definição seja uma ‘locução substantiva’, entretanto, nenhum ‘substantivo’ poderia manter a equipolência com o ‘verbo’. Finaliza a seção de tratamento do ‘verbo’, com a definição de ‘verbo’ de um

gramático chamado Flores (do qual não temos informação) como ideal: “verbo é a palavra que significa *ser, estar ou fazer* qualquer coisa”.

4.12.5 Conceito de proposição e seus elementos

Ribeiro define ‘proposição’ como todo agrupamento de palavras formando ‘juízo’ e que consiste sempre dois elementos indispensáveis, o ‘sujeito’ e o ‘predicado’. O primeiro é o ser de que se afirma alguma coisa, o segundo aquilo que se afirma do ‘sujeito’ (il.: os pássaros / voam; a vida em Paris / é cara; o tempo / consome as coisas). Ambos podem ser ‘lógicos’, quando acompanhados das palavras que os completam, ou ‘gramaticais’ (ex.: lógicos – a vida em Paris / consome as coisas; gramaticais: vida / consome).

A respeito da organização dos elementos da ‘proposição’, Ribeiro cita três classes de ‘relações’ entre ‘frase’ e ‘palavra’: ‘predicativa’, ‘atributiva’, ‘adverbial’. A ‘relação predicativa’ é a que existe entre os dois elementos essenciais de uma ‘proposição’, isto é, o ‘sujeito’ e o ‘predicado’ (il.: Deus / existe; o homem / é mortal; Pedro e João / amam o estudo; a língua dos brasileiros / é a portuguesa). A ‘relação atributiva’ é toda aquela em que o ‘substantivo’ é modificado (il.: o homem; todas as plantas; água de beber; este chapéu; a frase o amor tudo vence; o homem que é justo; o livro que escreveste; Sócrates, filósofo grego). Finalmente, a ‘relação adverbial’ é aquela que modifica ou limita o ‘verbo’ e o ‘adjetivo’ por meio de uma ou mais palavras (il.: Jantou como um gastrônomo; saiu às pressas; Júlia é perfeitamente educada; Educado com apuro; voltarei às dez horas). Acrescenta que há um caso especial digno de nota entre as ‘relações adverbiais’: a ‘relação objetiva’, que também modifica o ‘verbo’ (il.: Pedro ama a virtude). Diz ainda que ‘objeto’ é a palavra em que é empregada a ação do ‘verbo’, pode ser ‘direto’. O primeiro exprime a coisa passiva, que recebe a ação (il.: Antonio matou um faisão) ou que exprime uma ‘coisa fatativa’, isto é, produto da ação (il.: Escreveu uma carta). O ‘objeto indireto’ exprime a coisa em vista da qual a ação se realiza (il.: deu um livro a Pedro; escreveu-me). Finalmente, trata dos ‘adjuntos’, que são elementos secundários que modificam os elementos principais da frase. Podem ser ‘atributivos’ quando modificam o ‘substantivo’ e ‘adverbiais’ quando modificam o ‘verbo’ e o ‘adjetivo’. No quadro adiante resumimos as quatro ‘relações’ apresentadas por Ribeiro.

Relação	Elementos envolvidos	Ilustração de uso ¹²⁵
Predicativa	Sujeito e Predicado	Deus / existe; o homem / é mortal; Pedro e João / amam o estudo; a língua dos brasileiros / é a portuguesa.
Atributiva	Substantivo e algo que o modifica	<u>O</u> homem; <u>todas as</u> plantas; água <u>de</u> beber; <u>este</u> chapéu; a frase <u>o amor tudo</u> vence; o homem <u>que é justo</u> ; o livro <u>que escreveste</u> ; Sócrates, <u>filósofo grego</u> .
Adverbial	Verbo ou Adjetivo e algo que o modifica	Jantou <u>como um</u> gastrônomo; saiu <u>às pressas</u> ; Júlia é <u>perfeitamente</u> educada; Educado <u>com apuro</u> ; voltarei <u>às dez horas</u> .
Objetiva (< Adverbial)	Verbo e Objetivo (direto, coisa fatativa, indireto)	Pedro ama a <u>virtude</u> ; Antônio matou <u>um faisão</u> ; Escreveu <u>uma carta</u> ; Deu <u>um livro</u> a Pedro; escreveu-me.

Quadro 86. Espécies de 'relação' e elementos 'da proposição' envolvidos em Ribeiro (1889)

Os 'sujeitos', 'predicados', 'objetos' e o fato de poderem ser 'simples', 'compostos' e 'complexos'. No quadro adiante, sintetizamos esses conceitos:

	Simples	Composto	Complexo
Sujeito	É representado por um substantivo, pronome, infinito ou palavra substantiva (il.: a vida é breve; viver é necessário; eu estudo; assaz é um advérbio).	É o que consta de dois nomes ou palavras substantivas (il.: o nascimento e a morte são dois termos da vida; eu e tu estamos bons; ser e não ser são coisas opostas)	É representado por uma proposição ou citação (il.: "Deus e o meu direito" é a sua dívida; que o trabalho dá saúde é coisa certa; viver sem pecado é a ambição do justo)
Predicado	É expresso por um simples verbo finito (il.: o mineral cresce; o homem pensa; eu leio)	-	É o que se compõe de um verbo de predicação incompleta com o seu 'completivo' necessário (ex.: ser; tornar-se; parecer; poder; il.: Pedro tornou-se rico; Ele ficou doente; Ele parece francês; Nós podíamos estudar). O completivo pode ser 'subjetivo' quando se refere ao sujeito, o que se dá em 'orações passivas' (il.: a Áustria foi proclamada nação livre), pode também referir-se ao 'objetivo' e ser, então, 'objetivo' (il.: Eu tornei o livro mais volumoso).
Objeto (caso de 'relação adverbial')	Mesma definição de 'suj. simples' aplicada ao 'objeto' (il.: amo a justiça; amo o justo; desejo viajar)	Mesma definição de 'suj. composto' aplicada ao 'objeto' (il.: amo a justiça e a clemência; amo os justos)	Mesma definição de 'suj. complexo' aplicada ao 'objeto' (il.: sei como estudas; creio que estás)

¹²⁵ Nas ilustrações de uso da 'relação predicativa', a barra separa o 'sujeito' do 'predicado', nas ilustrações seguintes, 'atributiva', 'adverbial' e 'objetiva', grifamos, respectivamente, aquilo que modifica o 'substantivo', aquilo que modifica o 'adjetivo' ou o 'verbo' e, finalmente, o 'objeto direto', 'coisa fatativa' ou 'objeto indireto' do 'verbo'.

		e os clementes; quisera ler e escrever).	zombando; vi chover pedras).
--	--	--	------------------------------

Quadro 87. *Espécies* de 'sujeito', 'predicado' e 'objeto' em Ribeiro (1889)

Na lição XXXI, apresenta *espécies* de 'proposição', que também podem ser 'simples', 'complexas' e 'compostas' e toca no tema da 'subordinação' e da 'classificação'. A 'proposição simples' é aquela que se compõe unicamente de 'sujeito' e de 'predicado' (il.: Deus é onipotente, o poder de Deus é ilimitado; alguns animais vivem à custa de outros; os peixes respiram; Júlio Cesar venceu os bárbaros).

A 'proposição complexa' é aquela que, além de possuir 'sujeito' e 'predicado', contém outras proposições que são 'subordinadas', estas também se denominam 'cláusulas' e dividem-se em três classes. Há a 'cláusula substantiva', que tem função equivalente à de um substantivo (il.: notou que estava pálido (sua palidez); assegurou que eu viria (a minha vinda); quando eu vá é coisa incerta (o tempo da minha vida)); a 'cláusula adjetiva' que tem função de um adjetivo, isto é, modifica o substantivo (il.: vi o livro que tu escreveste (escrito por ti); os dedos que são cinco são os órgãos mais delicados do tato; palavras que ele pronuncia são sempre agradáveis; e, finalmente, as cláusulas adverbiais, que representam uma relação equivalente à do 'advérbio' (il.: ficou onde o deixaram; sairei quando todos saírem). As 'cláusulas advérbios' podem exprimir circunstâncias diversas de tempo, lugar, grau, causa, fim, condição, modo.

A 'proposição composta' é aquela que se compõe de várias proposições que têm a mesma função na 'frase', as proposições internas chamam-se 'coordenadas' e ligam-se pela simples sucessão, neste caso, chamam-se 'colaterais' (chegou, viu, venceu; Amo a virtude. Detesto o vício.), ou por 'conjunções de coordenação', que podem ser 'copulativas' (il.: Deus criou o homem e criou o mundo); 'adversativas' (il.: ele estuda, mas não aprende); 'disjuntivas' (venha ou mande); 'conclusivas' (il.: penso, logo existo). Aquelas que têm a 'conjunção' entre si são também chamadas 'sindéticas', enquanto que aquelas que não têm nada entre elas chamam-se 'assindéticas').

Há ainda outros dois tipos de 'proposição' de que fala Ribeiro. As 'contratas', que têm em comum o mesmo 'objeto', 'predicado' ou 'sujeito' (il.: os franceses e os russos são brancos; o livro que imaginaste e escreveste). Em *metatexto* (nota), observa que não são 'contractas' aquelas 'proposições' irreduzíveis à análise (il.: Pedro e Paulo são irmãos – Pedro é irmão, Paulo é irmão). As 'proposições elípticas' são aquelas que deixam subentender-se uma parte da frase que não é idêntica à similar já expressa (il.: ele é mais sábio que eu (sou sábio)).

Ao final da lição, o gramático apresenta um esquema geral do conteúdo dado nela e também afirma que retirou o conteúdo apresentado de duas obras. A análise de proposições foi retirada da *English Grammar* de Mason e do texto *Analyse de relações* do Prof. A. Alexander¹²⁶.

4.12.6 Rede conceitual

João Ribeiro menciona o ‘verbo substantivo’ (que também pode se chamar ‘abstrato’) ao tratar das *espécies* do ‘verbo’, definindo-o como ‘verbo único’ que não contém ‘ideia atributiva’, isto é, o ‘atributo’ está separado dele, e, por isso, exprime apenas ‘cópula’ ou ‘existência em absoluto’¹²⁷. Parece, entretanto, que esse *conceito* não se relaciona com outros – exceto pela distinção, indiretamente, relacionada a noções lógicas de *intensão* e *extensão*, entre ‘adjetivo qualificativo’ e ‘adjetivo determinativo’, que configuraria *base teórica comum*.

Em nota da primeira lição da obra, Ribeiro afirma que a ‘gramatical geral’ foi proscrita e, assim, que a base teórica abstrata, normalmente baseada em uma língua subjacente, da ‘gramática geral’ não era mais aceita, por isso, teria sido substituída por uma base teórica voltada para dados, em que a generalidade da gramática seria observada por razões históricas e relações genéticas entre línguas. O ‘verbo’ é definido como palavra pela qual se pode atribuir a um ser uma ação, um estado ou uma qualidade, aproximando-se mais da definição dada ao ‘verbo atributivo’. A ‘proposição’ é constituída por ‘sujeito’ e ‘predicado’, sendo este último o ‘verbos’ e ‘adjuntos’.

Concluimos, portanto, que a gramática de Ribeiro é *eclética horizontalmente*, pois apresenta os *conceitos* de ‘verbo substantivo’ sem relacioná-lo a outros *conceitos* da obra. Tal como vimos em outras gramáticas da década de 1880, esse pode ser um sintoma do período de transição por que passava a gramaticografia brasileira.

4.13. *Grammatica Portugueza* (1895, [187]), de Alfredo Gomes

¹²⁶ Não sabemos quem é Prof. Alexander. Mason é o mesmo autor citado por Ribeiro (1881, 1885) (cf. 4.8), do qual também tratamos no item 1.4.

¹²⁷ Essa parece ser uma tendência para definir o ‘verbo substantivo’ no final do século, opondo duas maneiras de significá-lo: como cópula, que liga o sujeito ao atributo, ou como existência absoluta. Vemos isso também em Ribeiro (1881, cf. item 4.8) e Maciel (1887, cf. item 4.9). Nas gramáticas anteriores, o ‘verbo substantivo’ era definido, em geral, em relação ao ‘sujeito’ e ao ‘atributo’, fosse como cópula ou existência, não se falava da ‘existência em absoluto’.

4.13.1 Conceitos de gramática e de linguagem e organização da obra

A gramática de Gomes é dividida em quarenta e nove pontos, os quais se assemelham, mas não são os mesmos do Programa de Estudos de Fausto Barreto, de 1887 – os quais, em número de quarenta e seis, foram usados como eixo organizador das gramáticas de Pacheco & Lameira (1887) e de Ribeiro (1889), como vimos anteriormente. Esses 49 pontos encontram-se integralmente no Apêndice B (cf. FD 13 e FD15). Apenas observaremos com mais tardar os pontos relativos aos itens de nossa análise adiante.

O primeiro ponto da gramática de Gomes chama-se “Grammatica geral e particular; seu objecto e divisões. Phonologia”, diferentemente do primeiro ponto do Programa de Estudos de 1887, que citava outros tipos de gramática “Observações geraes sobre o que se entende por grammatica geral, por grammatica historica ou comparativa e por grammatica descriptiva ou expositiva”. É nesse ponto que o gramático define gramática, na primeira página da obra como ciência dos fatos da linguagem. Divide-a, como já pressupomos pelo título do ponto, em ‘geral’ e ‘particular’, a primeira corresponde ao estudo de ‘preceitos’, ‘leis’ e ‘anomalias’ que regem a linguagem em qualquer idioma de um grupo. O autor não menciona ‘princípios gerais’, como era comum quando se tratava da *grammaire générale*, usa os termos ‘leis’ e ‘anomalias’ cujos conceitos eram mais aproximados do viés histórico e comparativista de então. A ‘particular’ é a mesma coisa, mas refere-se apenas à linguagem em um idioma determinado.

Ademais, apesar de não apresentá-la no título do ponto, define ‘gramática histórica’, como os estudos dos fatos de uma língua de sua origem até os dias atuais, e ‘gramática comparativa’, como estudo dos fatos de uma língua comparado ao de outras línguas. Define, ainda, o que seria a ‘verdadeira gramática’ como aquela que é ao mesmo tempo ‘histórica’ e ‘comparativa’. Finalmente, apresenta a ‘gramática descritiva’ ou ‘expositiva’ como a que ensina as leis para bem falar e bem escrever.

Em seguida, afirma que o objeto da gramática portuguesa é o estudo dos fatos da língua portuguesa e que a gramática é dividida em duas partes, a ‘morfologia’, ou estudo da forma da palavra ou do vocábulo, e a ‘sintaxe’, ou estudo da função e boa disposição da palavra na frase. Entretanto, sua gramática é dividida em 49 pontos, como já dissemos.

Gomes não define linguagem, mas pelas suas definições de gramática, notamos que esta pode ser estuda por diferentes pontos de vista, os quais, em nenhum momento, referem-se à relação entre pensamento e linguagem (como vimos com frequência em

gramáticas anteriores), mas referem-se a ‘leis’, ‘anomalias’ e ‘fatos’. É notável que, sem o foco tocar no pensamento, o gramático tem apenas a língua como objeto. Nesse sentido, ao definir ‘gramática’, Gomes se aproxima do Programa Descritivista de Swiggers (cf. Quadro 2).

4.13.2 Conceitos de metaclasses e classes de palavras

Alfredo Gomes, no ponto IV da obra, denominado “Taxeonomia. Substantivos e suas espécies”, afirma que as palavras podem se agrupar em dez *espécies*, que são: ‘substantivo’, ‘artigo’, ‘adjetivo’, ‘pronome’, ‘verbo’, ‘particípio’, ‘advérbio’, ‘preposição’, ‘conjunção’ e ‘interjeição’. Entretanto, racionalmente, essas espécies poderiam ser reduzidas a sete, visto que a ‘interjeição’ não pertence a gramática, o ‘artigo’ é um ‘adjetivo determinativo’ e o ‘particípio’ é ora ‘adjetivo’, ora ‘verbo’. Apresenta, em seguida, as *metaclasses* possíveis de palavras ‘invariáveis’ e ‘variáveis’. As últimas são divididas em ‘radical’, que permanece mais ou menos imutável, e ‘flexão’, que muda constantemente.

Ademais, apresenta outras *classes* de palavras: do ponto de vista formal, as palavras seriam ‘simples’ ou ‘compostas’ (ex.: bondade, expressão, verde-negro, tico-tico); etimologicamente, elas seriam ‘primitivas’ ou ‘derivadas; pela sua essência, elas seriam ‘nominativas’ também chamadas ‘ideais’, que exprimem substâncias imateriais ou reais, qualidades abstratas, ações personificadas, ou ‘relativas’ / ‘conectivas’, que exprimem laços ou relações entre aquelas. Há ainda a possibilidade de serem ‘interjectivas’ (‘interjeição’), que expressam sentimento, ou ‘analíticas’, que exprimem atos ou relações intelectuais (todas as outras classes). Finalmente, diz que as palavras também podem ser divididas pela relação que mantêm entre si: ‘sinônimas’ (quase ou mesma significação), ‘antônimas’ (exprimem objetos, atos ou qualidades opostas), ‘homônimas’ (palavras semelhantes ou idênticas na pronúncia ou escrita) e ‘parônimas’ (são um pouco semelhantes na pronúncia).

Dez classes de palavras	Sete classes de palavras (critério racional)	Metaclasses 1	Metaclasses 2 (suposição)	Metaclasses 3
Substantivo	Substantivo	Variáveis	Nominativas / ideais	
Artigo	-			
Adjetivo	Adjetivo			
Pronome	Pronome			

Verbo	Verbo	Invariáveis	Relativas	Analíticas
Particípio	-			
Advérbio	Advérbio			
Preposição	Preposição			
Conjunção	Conjunção			
Interjeição	-		-	Interjectivas

Quadro 88. *Metaclases e classes de palavras em Gomes (1895)*

É pelas *metaclases* de palavras ‘variáveis’ e ‘invariáveis’ que Gomes organiza a obra, já que os pontos de IV a VII tratam de palavras variáveis (‘substantivo’, ‘pronome’, ‘adjetivo’ e ‘verbo’) e o item VIII trata das outras *classes de palavras* ‘invariáveis’ (‘advérbio’, ‘preposição’, ‘conjunção’ e ‘interjeição’). Ressaltamos, porém, outra divisão feita pelo gramático, nas quais relaciona a *classe* ‘interjeição’ a ‘sentimentos’ e, por isso, a coloca separada das outras classes, que, sendo ‘analíticas’, correspondem a ‘relações intelectuais’, pois nesse momento há certa relação, ainda que sutil, entre pensamento e linguagem.

4.13.3 Conceitos modificadores do nome

Os *conceitos modificadores* do nome são o ‘pronome’ e o ‘adjetivo’ na gramática de Gomes. ‘Pronome’ é definido como a palavra que substitui o ‘nome’, mas Gomes acrescenta, em *metatexto* (“observação”¹²⁸), que eventualmente ele também substitui ‘adjetivos’, outro ‘pronome’, ‘membros de frases’ ou mesmo uma ‘oração’ inteira (il.: já fui bom, hoje não o sou; ontem vi-o alegre; fulano é o favorito, beltrano nunca o foi; fale a verdade, manda-o a consciência). Os ‘pronomes’ têm as seguintes *espécies* ‘pessoais’, ‘demonstrativos’, ‘relativos’ ou ‘conjuntivos’, ‘absolutos’ e ‘indefinidos’. No quadro adiante, apresentamos seu *conceito* em maior detalhe:

<i>Espécies de ‘pronome’ (termo)</i>	<i>Conceito</i>
Pessoais	Indicam as pessoas gramaticais, que são as diversas situações do indivíduo no ato do discurso. No ato de falar, o indivíduo só pode ser o orador ou a pessoa que fala (ex.: eu, me, mim; nós, nos), o interlocutor ou a pessoa com quem se fala (ex.: tu, te, ti; vós, vos), ou o objeto de que se fala (ex.: ele, ela, lhe, o, a; eles, elas, lhes, os, as). Há ainda um pronome pessoal que exerce função ‘reflexiva’ (ex.: se), os outros também podem exercer essa função.
Demonstrativos	Substituem o nome demonstrando o lugar que os seres ocupam segundo as pessoas gramaticais (isto, isso, aquilo).
Relativos-conjuntivos	Conjuntam orações, lembrando a ideia de um nome anterior (ex.: que, o qual, quem, cujo, onde).
Indefinidos	Lembram o nome de modo vago e indeterminado (ex.: alguém, ninguém, tudo, nada, outrem, fulano, sicrano, beltrano, outra coisa, cada um, cada qual).

¹²⁸ Item diagramado de maneira diferente, que o autor da gramática denomina “observação”.

Absolutos	<p>“Que, quem, qual” empregados em frases interrogativas ou sem referência a termo anterior (il.: que fazes? quem disse isso?)</p> <p><i>Metatexto</i>: “onde” em interrogações ou sem referência é ‘advérbio’.</p>
-----------	---

Quadro 89. *Espécies de 'pronome' em Gomes (1895)*

Define ‘adjetivo’ como palavra que exprime ‘qualidades’ dos ‘substantivos’ ou os ‘determina’, por isso, são divididos em ‘qualificativos’ e ‘determinativos’. Os primeiros exprimem qualidades dos seres (il.: casa boa), ao passo que os segundos os determinam (il.: meu chapéu). Há duas *espécies* de ‘adjetivo qualificativo’, que são ‘restritivo’ e ‘qualificativo’; e há quatro *espécies* de ‘adjetivos determinativos’, a saber: ‘articulares’, ‘demonstrativos’, ‘possessivos’ e ‘quantitativos’. No quadro adiante, apresentamos o *conceito* de cada uma das *espécies*.

Espécies de adjetivo (termo)	Espécies de (coluna anterior) (termo)	Conceito
Qualificativo / Descritivo	Restritivo	Exprimem qualidade accidental ao ser (il.: homem inteligente). Necessário ao sentido do substantivo. Pode-se colocar a expressão “nem todo” antes dele para checagem.
	Explicativo	Exprimem qualidade essencial ao ser (il.: Deus onipotente). Dispensável ao sentido do ‘substantivo’. Pode-se colocar a expressão “todo” antes dele para checagem.
Determinativo	Articulares	Limitam a significação dos ‘substantivos’, reduzem os ‘nomes próprios’ a ‘apelativos’, ‘substantivam’ qualquer ‘parte da oração’ (il.: o livro, um José Bonifácio, o porquê, o sim, o não). Há dois artigos: ‘definido’ (ex.: o, a, os, as) e ‘indefinido’ (ex.: um, uma)
	Demonstrativos	Designa o lugar que os seres ocupam no tempo ou no espaço em relação às pessoas gramaticais (ex.: este, esta, estes, estas; esse, essa, esses, essas; aquele, aquela, aqueles, aquelas)
	Possessivos	Indicam os seres com a ideia de posse em relação às pessoas gramaticais (ex.: meu, minha, meus, minhas, nosso, nossa, nossos, nossas; teu, tua, teus, tuas, vosso, vossa, vossos, vossas; seu, sua, seus, suas).
	Quantitativos	Dão ideia de quantidade, ora quantidade fixa e numérica, feita pelos ‘numerais’, ora indefinida e variável, feita pelos ‘indefinidos’. Os ‘numerais’ subdividem-se em ‘cardinais’, que indicam número simplesmente (ex.: três, oito), e ‘ordinais’, que indicam número por ordem (ex.: primeiro, nono). Os ‘indefinidos’ subdividem-se em ‘universais’, totalidade dos seres (ex.: todo, nenhum), ‘partitivos’, porção maior ou menor de seres (ex.: algum, pouco, muito, vários, diversos), ‘distributivos’, todos os seres, mas divididos um a um (ex.: cada, outro, este, qualquer), ‘multiplicativos’, seres multiplicados (ex.: duplo, triplo, décuplo). <i>Metatexto</i> (parêntesis): o autor ressalta que “este” é um determinativo que está em duas classes, ‘demonstrativos’ e ‘quantitativos’.

Quadro 90. *Espécies de 'adjetivo' em Gomes (1895)*

Como a maior parte dos autores já analisados, Gomes também apresenta o ‘artigo’, ou ‘adjetivo determinativo articular’ como *espécie* do ‘adjetivo’. Ademais, nota-se que

Gomes é bastante direto quanto a *classificação* que faz dos *modificadores do nome*, sem hesitações ou *metatextos* que apresentem outros pontos de vista possíveis ou com os quais o autor discorda.

4.13.4 Conceito de verbo

O ‘verbo’ é definido como a palavra que exprime ação, qualidade ou estado. Logo em seguida, em *metatexto* (nota), afirma a respeito do ‘verbo substantivo’:

Não é aceita hoje a caduca divisão dos verbos em *verbo substantivo* e *verbo adjetivo*, só útil para a metaphysica decomposição de todo *verbo adjetivo* no *verbo substantivo* SER e um *adjetivo attributo*, tirado do radical verbal; d’onde *amar* seria *ser amante*, *crer*—*ser crente*, etc. Ora isso poderá (?) ser philosophico, mas não é processo natural e a linguagem é sciencia natural de um lado e historica de outro, nem é tal decomposição testemunhada pela composição dos verbos adjectivos, que existiram antes do verbo substantivo ou abstrato. Este mesmo verbo substantivo é realmente adjetivo, isto é, encerra ideia de attributo na sua primitiva fôrma, na sua raiz. (Gomes 1895: 35)

Sua argumentação, ressaltando que a ‘linguagem’ é ‘ciência natural’ e ‘histórica’, baseia-se nas ideias de que os chamados ‘verbos adjetivos’ existiram antes do ‘verbo substantivo’ e que o verbo “ser” seria, em verdade, ‘adjetivo’, por ter um ‘atributo’ na sua forma primitiva.

Gomes distingue três *espécies* principais de ‘verbos’, que são ‘ativos’, ‘inativos’ e ‘auxiliares’, os quais colocamos no quadro abaixo:

Espécie de verbo	Conceito
‘Ativos’	Exprime ação (ex.: dizer)
	‘Transitivos’ ou ‘de predicação incompleta’: aqueles cuja ação passa do sujeito.
	‘Intransitivos’ ou ‘de predicação completa’: aqueles cuja ação não passa do sujeito.
‘Inativos’	Exprimem estado, fenômeno (ex.: troveja, viver)
‘Auxiliares’	Auxiliam outros verbos em tempos compostos (ex.: ter, haver, ser; por vezes: estar, andar, ir, vir, sair, deixar, começar, principiar, querer, entrar, tornar, por) (il.: tenho feito, havia dito, ando pensando, vou abrindo, começo a entender, principia a chover, entrou a dizer, tornou a chorar, estou refletindo, pôs-se a gritar, vou indo, deixou-se estar, ele saiu graduado (Castilho), isto quer dizer).

Quadro 91. Principais *espécies* de ‘verbo’ em Gomes (1895)

Apresenta também uma divisão de verbos pela sua ‘forma’ em quatro *espécies*, ‘passivo’, ‘reflexivo’, ‘recíproco’, ‘impessoal’ ou ‘unipessoal’, cujo conceito apresentamos no quadro adiante.

Espécie de verbo	Conceito
‘Passivo’	Exprimem ação sofrida pelo sujeito (il.: Pedro foi ferido; a cadeira quebrou-se). Os verbos passivos conjugam-se com o auxiliar “ser” ou com a partícula apassivadora “se”.
‘Reflexivo’	Exprimem ação feita e recebida pelo mesmo sujeito (il.: o menino pendurou-se na árvore)
‘Recíproco’	Exprimem ação feita e recebida ao mesmo tempo por dois ou mais sujeitos (il.: eles se bateram e se feriram gravemente)
‘Impessoal’ ou melhor ‘Unipessoal’ ¹²⁹	Só se conjugam nas terceiras pessoas de cada tempo (il.: chove, relampeia).

Quadro 92. Espécies de 'verbo' quanto à 'forma' em Gomes (1895)

Gomes não apresenta o *conceito* de ‘verbo substantivo’ em *texto*, mas o critica, juntamente com o ‘verbo adjetivo’, em *metatexto*. Ademais, o autor apresenta um *termo* e um *conceito* incomuns: o ‘verbo inativo’. Por outro lado, o autor mantém a categoria de ‘verbo passivo’ em relação à ‘forma’, algo que muitos gramáticos brasileiros rejeitam.

4.13.5 Conceito de proposição ou oração e seus elementos

Chama-se ‘proposição’ ou ‘oração’ o ‘enunciado verbal’ de um ‘juízo’. A ‘proposição’ consta de dois elementos indispensáveis: ‘sujeito’ e ‘predicado’. O primeiro é o ser a que se refere a ação, fenômeno ou estado expresso pelo ‘predicado’ (il.: Pedro é rico). Pode ser de várias *espécies*, que apresentamos no quadro adiante.

Espécie de ‘sujeito’ (termo)	Conceito
‘Lógico’	Exprime o ser com todos os modificativos (il.: <u>O homem que é honesto</u> merece a consideração de todos)
‘Gramatical’	Exprime o ser desprovido dos modificativos que possa ter (il.: (considerando exemplo acima) homem)
‘Simples’	Representa um só ser ou uma coleção de seres da mesma espécie (il.: <u>A mangueira</u> é forte; <u>Os animais</u> têm instintos muito diversos)
‘Composto’	Representa mais de um ser separadamente (il.: <u>o gato e o rato</u> vivem sempre em guerra aberta)
‘Complexo’	É o sujeito modificado (il.: <u>Tu, que és bom estudante,</u> mereces ser aprovado com distinção)
‘Incomplexo’	É o que se apresenta sem modificativos (il.: <u>Ele</u> chorou amargamente)

Quadro 93. Espécies de 'sujeito' em Gomes (1895)

‘Predicado’ é o que se afirma ou nega do sujeito. O predicado compreende o ‘verbo’ e um ‘predicativo’ ou um ‘objeto’ (il.: Pedro é bom; o sábio merece o nosso respeito, mas não precisa dele). ‘Predicados complexos’ aparecem com ‘modificativos’,

¹²⁹ Apresenta ainda os verbos ‘frequentativos’, ‘incoativos’ e ‘diminutivos’, que não estamos analisando neste trabalho.

como o são os ilustrados acima. ‘Predicados simples’ não tem modificativos (il.: morreu o Neves).

Os ‘modificativos’ de ‘sujeito’ ou ‘predicado’ chamam-se ‘adjuntos’. Quando exprime qualidade e modifica substantivo, chama-se ‘adjunto atributivo’ (il.: um coração magoado; o copo de vidro dura pouco). Quando exprime circunstância modificadora de ‘verbo’, de ‘adjetivo’ ou de outro ‘advérbio’, chama-se ‘adjunto adverbial’ (il.: o velho caminha para a cova; a preguiça move-se com pasmosa lentidão; é digno de prêmio o estudante aplicado; fui passear juntamente com esse amigo). Em *metatexto* (observação), Gomes diz que há uma espécie de ‘adjunto’ que aparece modificando o verbo e que ocupa, pela sua significação e valor sintático, um lugar entre o ‘adjunto adverbial’ e o ‘adjunto atributivo’. Este chama-se ‘predicativo’, que se define como ‘adjetivo’ ou ‘substantivo adjetivado’ que vem modificando certos verbos que exprimem estado, fenômeno, qualidade ou ação média ou passiva (il.: eu estou bom; ele caiu doente; este homem morreu impenitente; o menino é por natureza travesso; tu te julgas curado; esta senhora foi nomeada adjunta; chamo-me Alfredo); ele pode, por vezes, ser acidentalmente ‘preposicional’ (il.: este juiz passa por íntegro; eu o tenho como justo). Há espécies de ‘predicativo’, que expomos no quadro adiante:

Espécie de ‘predicativo’ (termo)	Conceito
Simple	Contém apenas uma qualidade (il.: o menino é estudioso)
Composto	Encerra mais de uma qualidade (il.: este menino é estudioso e obediente)
Complexo	Vem modificado (il.: este livro é digno de leitura)
Incomplexo	Não vem modificado (il.: o meu livro está velho)

Quadro 94. Espécies de ‘predicativo’ em Gomes (1895)

Finalmente, quanto à ‘proposição’, Gomes distingue oito *espécies* relacionadas à ‘forma’; o conceito de cada uma delas é apresentado no quadro adiante:

Espécie de ‘proposição’ quanto à forma (termo)	Conceito
Simple	Aquela cujos ‘termos’ são simples (il.: o dinheiro é às vezes fatal) <i>Metatexto</i> (observação): os termos da ‘proposição’ são o ‘sujeito’ e o ‘atributo’
Composta	Aquela cujos ‘termos’ são compostos (il.: eu e Joaquim fomos ontem ao Corcovado; o menino é por natureza leviano e irrefletido)
Complexa	Que tem qualquer dos ‘termos complexos’ (il.: falar a verdade é dever de todos)
Incomplexa	Que não tem ‘termo modificado’ (il.: o passarinho morreu)
Plena	Que tem claro todos os ‘termos’ (il.: o verão é a estação mais quente do ano)
Elíptica	Que tem algum ‘termo’ oculto (il.: o homem severo provoca rancores, mas (ele) vive em paz com a sua consciência)
Afirmativa	Em que se afirma uma qualidade qualquer do sujeito (il.: o rato é destruidor)

Negativa	Em que se nega uma qualidade atribuída ao sujeito (il.: o rato não tem utilidade, nem sequer merece tolerância)
----------	---

Quadro 95. *Espécies* de 'proposição' quanto à 'forma' em Gomes (1895)

As proposições podem, ainda, ser ‘coordenadas’ ou ‘subordinadas’ umas às outras dentro de ‘períodos’. O ‘período simples’ consta somente de uma ‘proposição’, já o ‘período composto’ tem mais de uma ‘proposição’, e este pode ter proposições ligadas por ‘coordenação’ ou por ‘subordinação’. A ‘coordenação’ pode ser feita pelo sentido, sendo ‘assindética’, ou pela ‘conjunção’, sendo então ‘sindética’. De acordo com a natureza da ‘conjunção’ (ou ‘sindese’) divide-se em ‘coordenadas sindéticas’: ‘copulativas’, ‘disjuntivas’, ‘adversativas’, ‘continuativas’, ‘ilativas’ ou ‘conclusivas’. A ‘subordinação’ é feita por ‘pronome relativo conjuntivo’ ou por ‘conjunções subordinativas’. Dividem-se as ‘proposições subordinadas’ em ‘subordinadas’: ‘relativas’ (‘incidentes’ ou não), ‘causais’, ‘condicionais’, ‘concessivas’, ‘circunstanciais de tempo’, ‘finais’, ‘integrantes’ (‘subjativa’, ‘predicativa’, ‘objetiva’, ‘direta’ ou ‘indireta’). Não há definições ou ilustrações dessas espécies de proposições, Gomes apenas as lista, da mesma maneira que relatamos.

Em seguida, afirma que quanto à ‘categoria mórfica’ ou ao tipo ‘formal’ que apresentam, as ‘proposições subordinadas’ podem ser ‘substantivas’, ‘adjetivas’ ou ‘adverbiais’. A primeira serve de ‘sujeito’, de ‘predicativo’ ou de ‘objeto’ de um ‘verbo’ e é por sua natureza redutível a um ‘substantivo’ (il.: dizem que isto é verdade). As ‘adverbiais’ são as que exprimem circunstância (il.: ao anoitecer... se chover... quando chegar... para que vissem) e corresponde a um ‘advérbio’. Finalmente, a ‘proposição adjetiva’ restringe ou explica o sentido de algum ‘substantivo’ (il.: a pessoa que visitei ontem, falou a teu respeito; Deus, que é infinitamente misericordioso, concede sempre o perdão ao criminoso arrependido), formando, assim, claro paralelismo com as duas *espécies* de ‘adjetivos qualificativos’ ou ‘descritivos’, chamados ‘restritivo’ e ‘explicativo’.

Ao tratar da ‘regência’, organiza e define os termos da ‘oração’: ‘sujeito’, ‘predicativo’, ‘objeto direto’, ‘objeto indireto’, ‘adjunto atributivo’. No quadro abaixo, apresentamos o conceito de cada um deles:

Item considerado na regência (termo)	Conceito em <i>texto</i>
Sujeito	Pode ser ‘sujeito’ em uma ‘oração’ o ‘substantivo’ ou qualquer palavra ou locução que lhe corresponda. Assim, aparecem como sujeito: 1) ‘substantivo’ (il.: <u>amor</u> é vida [Gonçalves Dias]); 2) ‘pronome’ (il.: <u>eu</u> cerro o peito à ventura [Th.

	<p>Ribeiro)]; 3) qualquer espécie de ‘palavra substantivada’ (il.: terrível palavra é <u>um não</u> [P. Antono Vieira]); 4) um ‘membro da frase’ (il.: <u>o ser herói</u>, Marília, não consistem em queimar os impérios [Th. Gonzaga]); 5) uma ‘oração inteira’ (il.: <u>Dos cavalos o estrepito parece que</u> faz que o chão deixado todo treme [Camões]).</p> <p>MT: (Observação) Como se vê, o sujeito não pode ser regido de preposição.</p>
Predicativo	<p>Pode servir de ‘predicativo’ um ‘adjetivo’ uma qualquer palavra, uma ‘locução adjetivada’ ou uma ‘oração inteira’ (il.: não me façais <u>mais desgraçada</u> [Garrett]; senhora, parece-me aquela <u>Filida</u> [J. de Barros]; No céu temos as nossas Índias, chegar aí é <u>salvar-se</u> [M. Bernardes]). Por vezes, o ‘predicativo’ vem regido de ‘preposição’, quer seja expresso por ‘substantivo’, quer seja por ‘adjetivo’ (il.: Na Igreja primitiva os cálices eram <u>de pão</u> [M. Bernardes]; qual vermelhas as armas faz <u>de Brancas</u> [Camões]).</p>
Objeto direto	<p>O ‘objeto direto’ é expresso por um substantivo, pronome, infinitivo de verbo ou mesmo oração inteira (il.: Enfim tens coração de ver-me aflita [Santa Rita Durão]; tomando de um cipó que desamarra, se atira n’agua a índia forasteira [Mello Moraes Filho]; mas viu esmorecido, em torno dos thuricremos altares, negra escuma ferver nas ricas taças [Garção]. Pode, eventualmente, ser regido de ‘preposição’ (il.: Arrancam das espadas de aço fino... [Camões]). Deve ser preposicional quando exprime ser capaz de exercer a ação do ‘verbo (il.: amo a meus filhos; não: amo meus filhos).</p> <p>MT: Citação de autor: É o que [objeto direto regido de preposição] Fausto Barreto chama de ‘objeto direto esporadicamente preposicional’, verdadeiro ‘objeto indireto aparente’.</p> <p>Essa regra é [do ‘objeto direto preposicional’], porém, de rigor absoluto quando da obscuridade. Assim, não imitaremos Camões quando disse “toda a corte alvoroça a novidade”; diremos antes de maneira que não haja dúvida no sentido “a novidade alvoroça a toda a corte” ou “toda a corte alvoroça-se com a novidade”.</p>
Objeto indireto	<p>Expresso por ‘substantivo’, por qualquer palavra ou locução substantiva regida de ‘preposição’ (il.: gosto de ouvir; ele se aplica ao estudo). Note-se, porém, que as flexões pronominais conjuntivas ao verbo “<i>me, te, se, lhe, nos, vos, lhes</i>”, embora sirvam de ‘objeto indireto’, dispensam a preposição que está incluída em sua forma (il.: diga-lhe isto). O mesmo se dá com cláusulas do infinito e até com orações integrantes ligada pela conjunção “que” e servindo de objeto indireto, que por vezes dispensam a preposição (il.: preciso que me diga verdade; temos certa que v. ex. virá; precisas estudar com coragem).</p> <p>O ‘objeto indireto’ é, por vezes, aparente: na realidade é um ‘adjunto atributivo’ mascarado com aquela forma. Neste exemplo de A. Ferreira “Eu também por que lhe sei a condição, faço-me com ele um Hércules”, “lhe” é ‘adjunto atributivo’ da palavra “condição” (porque sei a condição dele). O mesmo nesse outro exemplo de Camões “Tomé, barão sagrado, que a Jesus Cristo teve a mão no lado”, onde se deve entender “que teve a mão no lado de Jesus Cristo”.</p>
Adjunto atributivo	<p>É expresso ordinariamente por adjetivo qualificativo, por substantivo regido de preposição, por qualquer espécie de palavra substantiva e até por uma cláusula de infinitivo ou oração sempre regida de preposição (il.: copo <u>de barro</u>; casa <u>limpa</u>; o dia <u>do Fico</u>; a causa <u>de serem tais fatos mal interpretados</u>; o desejo <u>de que tal se dê</u>). Pode ser expresso por ‘substantivo’ sem ‘preposição’ (il.: Epaminondas, <u>cidadão tebano</u>, nem por gracejo mentia). Algumas vezes tem o termo principal de uma locução tem forma de adjunto atributivo ficando o termo secundário com a função de regente (il.: a cidade <u>de Roma</u> é a capital do mundo católico).</p>
Adjunto adverbial	<p>Expresso por ‘advérbio’ ou qualquer expressão adverbial, as quais pode ser um substantivo ou palavra substantivada regida de preposição (il.: venho <u>de casa</u>, tremo <u>por ti</u>); um infinitivo regido (il.: corro <u>a vê-lo</u>); uma oração ou cláusula de participio que exprima circunstância (il.: <u>quando estiver alegre</u>...; <u>em sendo o dia claro</u>...). Por vezes, pode dispensar a preposição (il.: Os cavaleiros eram partidos <u>caminho de Zamora</u> [A. de Castilho]; vou (para) <u>jantar</u>; venho (para) <u>visitá-los</u>).</p>

Quadro 96. Elemento considerado na 'regência' em Gomes (1895)

4.13.6 Rede conceitual

Como vimos, Gomes não apresenta um *conceito* de ‘verbo substantivo’, pelo contrário, ele cita esse *conceito* e também o de ‘verbo adjetivo’ para criticá-los. Algo que não era incomum na década de 1890, dada a transição epistemológica ocorrida na década anterior (que pudemos acompanhar nos itens anteriores, cf. itens 4.8 a 4.12). Assim, nossa busca não é exatamente por uma *rede conceitual* neste caso, mas observar como o autor trata os conceitos que, em geral, estavam conectados a essa rede quando o ‘verbo substantivo’ era assumido.

Na divisão de palavras na *metaclasses* ‘nominativas’ e ‘relativas’, Gomes insere o ‘verbo’ nas primeiras¹³⁰. Assim, de certa forma, ele nega que dentro do *conceito* de ‘verbo’ haja alguma noção de relação. Sua ‘proposição’, ainda que definida como o “enunciado verbal de um juízo”, contém apenas dois “elementos indispensáveis”, o ‘sujeito’ e o ‘predicado’ – não há ‘cópula’ nem ‘atributo’.

Os ‘modificativos’ são também chamados de ‘adjuntos’ e podem ser ‘atributivos’ ou ‘adverbiais’, assemelhando-se assim ao que outros gramáticos chamaram de ‘complementos restritivos’ e ‘circunstanciais’, os quais não eram obrigatórios para a regência regular. Não há, porém, ‘adjuntos’ que se assemelhem com os ‘complementos’ ‘terminativo’ e ‘objetivo’, os quais eram solicitados pelas palavras que os regiam, estão são similares ao que Gomes chama de ‘objeto direto’ e ‘objeto indireto’ do ‘verbo’ e, quando presentes, fazem parte do ‘predicado’. O ‘predicado’ é aquilo que se diz do ‘sujeito’ e pode englobar várias palavras, além do ‘verbo’, poderiam fazer parte dele ‘objeto direto’, ‘objeto indireto’ ou um ‘predicativo’ – quando ‘complexo’ poderia haver nele também ‘adjuntos’.

Os ‘adjetivos’ são organizados pelas duas oposições que Colombat (1992) diz ser proveniente da gramática escolar de Noël e Chapsal (cf. 1.4.2), o que gera a primeira oposição entre ‘qualificativos’ e ‘determinativos’, e uma segunda divisão dos ‘qualificativos’ em ‘restritivos’ e ‘explicativos’. Essa segunda divisão aparece de forma idêntica quando o autor trata das ‘proposições adjetivas’, que podem explicar ou restringir o sentido de um ‘substantivo’; o curioso é que o autor cita também a ‘proposição incidente’, sem, entretanto, defini-la – como faz também com outras *espécies*.

¹³⁰ De maneira similar a Pacheco e Lameira (1887) e a Maciel (1895), que, entretanto, em gramática anterior (Maciel 1887) entendia o ‘verbo’ como ‘palavra conectiva’.

Talvez por ter colocado o ‘verbo’ na *metaclasse* de ‘palavras nominativas’, seu significado é mais relevante do que sua ideia de ‘ação’. Assim, os verbos são divididos inicialmente em ‘inativos’, que expressam ‘estado’ ou ‘fenômeno’, e ‘ativos’, que expressam ‘ação’, podendo estes últimos, por exprimir ação, transferi-la ou não a ‘objetos’ a depender de sua ‘predicação’ e, assim, sendo ‘transitivos’ ou ‘intransitivos’.

Em suma, vemos que os conceitos que teriam relações mais próximas e simples de destacar ao ‘verbo substantivo’, como ‘verbo’, ‘proposição’, têm *definições* e *exemplos* que já escapam da tradição. Há, entretanto, pontos mais distantes em que o autor se aproxima, como na distinção das *espécies* de ‘adjetivo’, quais estão claramente relacionadas a *espécies* de ‘proposição’.

*Deixo aos vários futuros (não a todos) meu
jardim das veredas que se bifurcam.*

(Jorge Luis Borges)

CAPÍTULO 5 | Resultados e contribuições

Neste capítulo, apresentamos resultados concernentes às análises realizadas nos capítulos 3 a 4 desta tese, as contribuições que tais análises podem ter tido para aprofundar o conhecimento sobre o objeto estudado e também perspectivas sobre as contribuições que a metodologia pode ter para a área da Historiografia Linguística.

5.1. Exame longitudinal de *redes conceituais*: continuidades e discontinuidades

Realizar a longa análise orientada para o conteúdo de dezoito gramáticas brasileiras de língua portuguesa, publicadas ao longo do século XIX, separadamente por autor, nos permitiu chegar a dois resultados diferentes.

O primeiro, já apresentado no próprio capítulo 4, no final de cada item, é a *rede conceitual* particular de cada gramática e, quando analisamos mais de uma gramática de um mesmo autor, a comparação entre suas *redes conceituais*. Pudemos, com esse primeiro resultado, avaliar se as gramáticas eram *ecléticas* (*horizontalmente* e/ou *verticalmente*) no que diz respeito, pelo menos, aos *conceitos* que hipoteticamente formariam *rede conceitual* ao redor do *conceito-chave*, ‘verbo substantivo’. No próximo item, 5.2, tratamos de possíveis relações entre *ecletismo* e *agenda* dos autores.

Outro resultado a que pudemos chegar diz respeito à comparação entre as *redes conceituais* observadas particularmente, o qual chamamos de exame longitudinal de *redes conceituais*. Esse exame permitiu que observássemos, justamente, continuidades e discontinuidades entre as obras. Como já dissemos anteriormente, selecionamos, para análise, uma *metodologia* que busca uma *rede conceitual* a fim de comparar as técnicas descritivas das obras, vendo nelas alguma homogeneidade ou, pelo menos, algo que poderia ir em direção a uma homogeneidade, isto é, a própria *rede conceitual*. Assim, procuramos compreender de que maneira os *conceitos* que, em algum momento, estiveram *relacionados* ao ‘verbo substantivo’ deixam de sê-lo, quando isso se dá, e se a ruptura é gradual ou abrupta.

Ademais, após essa observação, pudemos também comparar aqueles *conceitos* que, em princípio, não pareciam tão conectados ao ‘verbo substantivo’, os quais não são incluídos em sua *rede conceitual* particular. Isso porque, ao fazer o exame longitudinal da análise realizada sobre cada obra, observamos que *conceitos* deixam de ser utilizados e/ou são substituídos por outros no mesmo momento em que o *conceito* ‘verbo

substantivo’ e sua *rede conceitual* tornam-se mais frágeis e são eliminados das obras. Esse resultado nos permite hipotetizar que esses conceitos tinham alguma *relação* com o ‘verbo substantivo’, mesmo que esta não estivesse explícita na obra.

Adiante, apresentamos o primeiro resultado do exame longitudinal das *redes conceituais*, considerando somente as continuidades e descontinuidades das *redes conceituais* particulares, para, em seguida, incluir *conceitos* que não estavam explicitamente incluídos nas *redes conceituais*.

Como vimos, a tradição gramatical brasileira se inicia com gramáticas que não apresentam *rede conceitual* que tivesse como *conceito-chave* ‘verbo substantivo’. Morais Silva (1806), embora apresente outros *conceitos*, como o de ‘verbo’ e de ‘sentença’ – que se vinculariam ao ‘verbo substantivo’ sustentado outras gramáticas brasileiras (como, por exemplo, o *conceito* de Costa Duarte (1829) e Bithencourt (1862)) –, define o ‘verbo substantivo’, simplesmente, como o ‘verbo’ “ser”, apresentando, assim, como vimos, *ecletismo horizontal*. Ademais, é possível notar que o *conceito* de ‘verbo’ de Morais Silva é *subordinado* ao de ‘sentença’, tal como há paralelismo entre as *espécies* de ‘adjetivo’, ‘qualificativo’ e ‘determinativo’, com as *espécies* de ‘sentença incidente’, ‘explicativa’ e ‘determinativa’. Fortes (1816), por outro lado, baseia suas técnicas descritivas em gramáticas latinas, o que, certamente, é a razão de ele não apresentar nem o *conceito* de ‘verbo substantivo’, nem qualquer outro *conceito* que pudesse estar conectado a ele. Coruja (1835) não apresenta o *conceito* de ‘verbo substantivo’, define o ‘verbo’ como palavra que exprime ‘ação’, e no tratamento da sintaxe, pouco desenvolvido nessa edição, há um *conceito* de ‘oração’ cujos elementos são ‘sujeito’, ‘verbo’, ‘predicado’ e ‘paciente’.

O *Compendio* de Costa Duarte (1829) é a primeira gramática analisada a apresentar uma *rede conceitual* do ‘verbo substantivo’. Nela, este verbo é *equivalente* ao *conceito* de ‘verbo’, ao mesmo tempo que pode ser também *subordinado* a ele, e consequentemente à *metaclass* do ‘verbo’, a qual diz respeito a ‘relações de identidade’. É também *subordinado* aos *conceitos* de ‘verbo adjetivo’ e de ‘oração’ tripartite. Além disso, pode-se dizer que têm base teórica comum com os *conceitos* de *espécies* de ‘adjetivo’ e as ‘proposições parciais’, os quais têm entre si o paralelismo de serem ‘explicativos’ ou ‘restritivos’. Finalmente, os próprios *conceitos* de gramática e de linguagem sustentados por esse gramático têm *base teórica comum* com ‘verbo substantivo’, na medida em que consideram dois níveis da linguagem, um subjacente e imutável, e outro exposto e variável, e que a ‘gramática particular’, que é o caso de seu

compêndio, deve acomodar os princípios universais, apresentados na ‘gramática universal’, às línguas particulares. O ‘verbo substantivo’ faria parte do nível subjacente e imutável, o qual forma justamente os ‘princípios universais’; e ao designá-lo como “ser”, o gramático o acomoda à língua portuguesa. Na nova edição com título modificado do *Compendio* de Costa Duarte (1859), há em *texto* uma *rede conceitual* igual à de 1829; em *metatexto*, entretanto, o próprio *conceito* de ‘verbo substantivo’ é, depois de longa argumentação, eliminado; além disso, em *metatexto*, os *conceitos* de ‘verbo’ e de ‘verbo adjetivo’ são modificados, impossibilitando a *subordinação* do ‘verbo substantivo’ apresentado em *texto* a eles. Assim, consideramos a segunda gramática de Costa Duarte *eclética verticalmente*, na medida em que sustenta mais de um *conceito* para ‘verbo’, ‘verbo substantivo’ e ‘verbo adjetivo’.

A *rede conceitual* de Costa Duarte (1829) é bastante similar àquela que vemos também em Bithencourt (1862), Sotero dos Reis (1877) Carneiro Ribeiro (1881, 1890), as duas últimas obras, porém, são *ecléticas*. No *Epitome* de Bithencourt (1862), o ‘verbo substantivo’ é *subordinado* à ‘gramática filosófica’, na medida em que é nela que se encontra a “relação da linguagem com os preceitos da lógica”. Ainda que o autor não apresente *metaclasses*, afirma ao apresentar as *classes de palavras* que sua classificação não é mero arbítrio, mas é fruto de uma investigação verdadeira e genuína da aplicação dos ‘vocabúlos’ segundo a ideia ou as ideias que representam. As *espécies* de ‘adjetivo’, ‘explicativos’ e ‘restritivos’, estão em paralelismo explícito (ressaltado pelo autor) com as *espécies* de ‘oração parcial’, também ‘explicativas’ e ‘restritivas’. Assim, dado que ambos assumem dois níveis da linguagem, o ‘verbo substantivo’ tem relação de *base teórica comum* com esses itens. Tem, além disso, *relação de subordinação* com o ‘verbo’ e ‘oração’ tripartite.

O *conceito* de ‘gramática portuguesa’ concebido por Sotero dos Reis é arte de aplicar aos princípios imutáveis e gerais da palavra aos usos e idiotismos da língua portuguesa, algo exposto no próprio título da obra. Não opera com *metaclasses* baseadas nessa informação, mas define ‘verbo substantivo’ como equivalente à *classe* ‘verbo’, pois é o ‘verbo primitivo’ e por isso próprio dos princípios imutáveis e gerais da palavra. Os outros ‘verbos’, ‘atributivos’ e ‘auxiliares’, estariam nos usos e idiotismos da língua. Apresenta a distinção entre ‘adjetivo determinativo’ e ‘adjetivo qualificativo’, o qual, por sua vez, distingue-se em ‘adjetivo explicativo’ e ‘adjetivo restritivo’, mas não há equivalente nas espécies da ‘proposição’.

Como vimos, as duas gramáticas de Carneiro Ribeiro (1881, 1890) são bastante similares entre si. Em ambas as obras, a gramática é uma ciência que estuda a linguagem enquanto expressão do pensamento. Entretanto, o gramático apresenta *espécies* de gramática que se aproximariam do Programa Descritivista, mostrando *eclético horizontalmente*. Ademais, considera, em 1881, que as três *metaclasses*, ‘denominativos’, ‘qualificativos’ e ‘conjuntivos’, expressam aspectos das ideias e da realidade, a saber: os ‘substância’, ‘qualidade’ e ‘relação’, o que mostra que sua análise então é feita com base na relação entre pensamento e linguagem. Em 1890, não apresenta essa reflexão, mas mantém as *metaclasses*, substituindo apenas o termo ‘qualificativo’ por ‘modificativo’. O ‘verbo abstrato’, que nas duas obras exprime a ‘existência’, é *subordinado* ao ‘verbo’ que está na *metaclass* dos ‘modificativos’, porque sua ideia primordial e característica é a de existência, e esta é atributo universal dos seres. Assim, vemos que o ‘verbo substantivo’ é *subordinado* aos *conceitos* de linguagem e de gramática. É também *subordinado* à ‘proposição’ tripartite exposta pelo gramático – a qual, por sua vez, concorre com outro conceito de ‘sentença’ do autor, mostrando há em sua obra *ecletismo vertical*. Finalmente, não há paralelismo entre os *conceitos* das *espécies* de ‘adjetivo’ (‘qualificativos’ e ‘determinativos’) e de ‘oração incidente’ (‘explicativas’ e ‘restritivas’). Assim, ainda que haja *rede conceitual* em torno do ‘verbo abstrato’, ela concorre com conceitos que distoam dela, o que faz as gramáticas de Carneiro Ribeiro serem ecléticas, tanto horizontalmente quanto verticalmente.

Coruja (1873) e Condurú (1888) apresentam o *conceito* de ‘verbo substantivo’ apenas em *metatexto*, e justificam essa escolha. Coruja (1873), reedição do texto de 1835, afirma que não cabe a um compêndio tratar da ‘linguagem subjetiva’, Condurú (1888) propõe que o *conceito* de ‘verbo lógico’, que se divide em ‘substantivo’ e ‘adjetivo’, não é adequado à descrição dos ‘verbos portugueses’ e impróprio à compreensão dos alunos. É curioso, porém, que ambas as obras apresentem alguma *rede conceitual* com o ‘verbo substantivo’.

No caso de Coruja (1873), o ‘verbo substantivo’, que exprime a existência de uma qualidade ou ‘atributo’ no ‘sujeito’ da ‘oração’, é *subordinado* ao *conceito* de ‘oração’, que não tripartite, mas tem ‘sujeito’, ‘verbo’, ‘atributo’ e ‘paciente’. Ademais, não há paralelismos entre as *espécies* de ‘adjetivo’ (‘qualificativo’ e ‘determinativo’) e as de ‘proposição incidente’ (‘explicativa’ e ‘restritiva’). Condurú (1888), que define ‘gramática’ simplesmente como arte que ensina a falar, escrever e ler com acerto a língua portuguesa e não concebe *metaclasses de palavras*, apresenta em *texto* *conceitos* de

‘verbo’ e de ‘oração’ bipartite (‘sujeito’ e ‘verbo’) a que o ‘verbo substantivo’ não é *subordinado*, porém, em *metatexto*, trata do ‘verbo lógico’ e da ‘oração’ tripartite, aos quais o ‘verbo substantivo’ é *subordinado*. A *rede* está quase completamente em *metatexto*, em *conceitos* diferentes do que apresenta em *texto*, o que configura sua obra como *eclética verticalmente*. Ademais, o gramático maranhense rejeita a distinção dos ‘adjetivos’ em ‘explicativo’ e ‘restritivo’, mas distingue as ‘orações incidentes’ em ‘explicativas’ e ‘restritivas’.

As gramáticas de Pacheco & Lameira (1887) e Ribeiro (1889) não se assemelham apenas por terem sido escritas com base no Programa de Estudos de Fausto Barreto, mas também porque, apesar de, diferentemente das anteriores, apresentarem o ‘verbo substantivo’ ou ‘abstrato’ em *texto*, contêm, ou poucos *conceitos* relacionados a ele (no caso de Pacheco & Lameira (1887)), ou nenhum, no caso de Ribeiro (1889). Pacheco & Lameira (1887) definem ‘verbo’ como palavra que exprime ‘ação’ e ‘afirmação’ e que tem duas partes, o ‘tema’, que corresponde à ‘ação’, e a ‘desinência’, que corresponde à ‘afirmação’ ou ‘cópula lógica’. Posteriormente, define ‘verbo abstrato’ como aquele que apenas pode exprimir a simples ‘relação’ da ‘proposição’, só podendo formar ‘cópula’; Eles se opõem aos ‘verbos concretos’, que exprimem uma ideia de ação (ex.: ler, matar) e podem formar a ‘cópula’ ou o ‘predicado’ de uma ‘proposição’. Parece-nos, assim, que o ‘verbo concreto’ é *subordinado* ao *conceito* de ‘verbo’.

Tratamos agora das obras de Ribeiro e Maciel, de 1881 e 1887 respectivamente, que são bastante similares entre si, por apresentarem o ‘verbo substantivo’, em *texto*, *subordinado* aos *conceitos* de ‘verbo’ (o qual, na gramática de Maciel, faz parte da *metaclasse* de ‘palavras conectivas’) e de ‘sentença’ ou ‘proposição’. O *conceito* de ‘verbo substantivo’ de Ribeiro está também subordinado aos *conceitos* de *espécies* de ‘verbo’. Entretanto, ambas as obras são *ecléticas verticalmente*, porque Ribeiro (1881) define ‘verbo’ de mais de uma maneira e Maciel (1887) apresenta mais de um *conceito* de ‘proposição’.

Na segunda edição da gramática de Ribeiro (1885) e na segunda edição com título modificado da gramática de Maciel (1895), porém, o *conceito* de ‘verbo substantivo’ é eliminado e o ‘verbo’ passa a ser da *metaclasse* de ‘palavras nominativas’ em ambas as obras. Ademais, os *conceitos* de ‘verbo’ e ‘proposição’ são modificados nas duas obras (em Ribeiro há somente uma modificação de *ilustração*, mas que provoca distanciamento em relação ao ‘verbo substantivo’). Os dois gramáticos parecem afastar-se conscientemente da assunção do ‘verbo substantivo’ e da *rede conceitual* que

sustentavam em gramáticas anteriores. Finalmente, em Maciel (1895) há críticas à aplicação do ‘verbo substantivo’, tal qual há na gramática de Gomes (1895), que também apresenta o ‘verbo’ na *metaclasse* ‘nominativa’.

Reunimos as gramáticas por semelhança de *rede conceitual*, mas muitas vezes elas também estão próximas cronologicamente. Há duas gramáticas que não apresentam o *conceito* ‘verbo substantivo’ ou e uma que o apresenta com um *conceito* incomum, as três são do início do século (Morais Silva 1806, Fortes 1816, Coruja 1835) – estas formam o que chamamos de *bloco A*. Parece-nos que os anos entre 1829 e 1877 (Costa Duarte 1829, 1859, Bithencourt 1862, Sotero dos Reis 1877) foi o período em que *as redes conceituais* em torno do ‘verbo substantivo’, com algumas diferenças entre si, obteve maior produtividade; entretanto, como vimos há em 1859 a crítica, realizada em *metatexto*, por Costa Duarte, a qual, como vimos, foi rebatida por Bithencourt 1862 – estas obras formam o *bloco B*. No final desse período, porém, entre 1873 e 1890 (Coruja 1873, Carneiro Ribeiro 1881, Ribeiro 1881, Pacheco & Lameira 1887, Maciel 1887, Condurú 1888, Ribeiro 1889, Carneiro Ribeiro 1890), ainda que o ‘verbo substantivo’ aparecesse nessas obras, sua *rede conceitual* era limitada a pouco *conceitos* ou *conceitos* apresentados apenas em *metatexto*, são gramáticas *ecléticas* – estas formam o *bloco C*. Finalmente, entre 1885 e 1890, temos o que chamamos de *exclusão consciente* do ‘verbo substantivo’, pois em 1885, temos a segunda edição da *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro em que o *conceito* e sua *rede* são excluídos, e temos duas gramáticas que não apenas não aplicam o *conceito*, e sua *rede conceitual*, como também o criticam, de Gomes e Maciel – estas formam o *bloco D*.

Bloco A	Bloco B	Bloco C	Bloco D
Morais Silva 1806 Fortes 1816 Coruja 1835	Costa Duarte 1829 Costa Duarte 1859 Bithencourt 1862 Sotero dos Reis 1877	Coruja 1873 Carneiro Ribeiro 1881 Ribeiro 1881 Maciel 1887 Pacheco & Lameira 1887 Condurú 1888 Ribeiro 1889 Carneiro Ribeiro 1890	Ribeiro 1885 Gomes 1895 Maciel 1895

Quadro 97. As gramáticas de cada bloco

É notável, portanto, que a gramaticografia brasileira não tenha lidado com o *conceito* de *verbo substantivo* e sua *rede conceitual* logo em sua emergência, mas apenas após duas décadas da primeira gramática publicada. Depois disso, o *conceito* e sua *rede conceitual* que eram bastante similares, mas não completamente homogêneos entre as

gramáticas, foi frequente até a penúltima década do século. Entretanto, entre a década de 1870 e 1890 que sua *rede conceitual* passa a perder espaço. Finalmente, nos últimos 15 anos do século passa a ser excluído *conscientemente* das obras, e, enfim, em 1895 passa a ser objeto de crítica. Ressaltamos, porém, que nossa análise se limitou a observar dezoito obras das duzentas e quatro gramáticas brasileiras oitocentistas de que temos conhecimento, o que a leva a ser uma amostra dessa produção, isto é, uma versão possível de sua história.

Quanto à homogeneidade parcial das *redes conceituais* sustentadas entre 1829 e 1877, vemos que todos gramáticos do *bloco B* apresentam a ‘oração’, ‘sentença’ ou ‘proposição tripartite’, isto é, composta por ‘sujeito’, ‘verbo’ e ‘atributo’ ou ‘predicado’, à qual o ‘verbo substantivo’ era *subordinado*, visto que seu *conceito* era, em todas essas obras, conectado ao ‘sujeito’ e ao ‘predicado’. No entanto, por vezes ele significa ‘cópula’ (Costa Duarte 1859, Sotero dos Reis 1877), em outros casos significava também ‘existência’ (Costa Duarte 1829, Bithencourt 1862). É notável que todos os gramáticos deste *bloco* também apresentem *conceitos* de ‘linguagem’ e ‘gramática’ que relacionem ‘linguagem’ e ‘pensamento’, aproximando-se apenas do Programa de Correspondência (Swiggers 2004 – cf. 1.2). Ademais, nem todos os gramáticos desse *bloco* fazem equivaler as *espécies* de ‘adjetivo’ e de ‘proposição incidente’ ou ‘parcial’, os que fazem isto são apenas Costa Duarte (1829, 1859) e Bithencourt (1862). Ressaltamos, porém, que todos descrevem as *espécies* ‘adjetivos’ em termos lógicos, trabalhando, ainda que não diretamente, com *conceitos* de ‘intensão’ e ‘extensão’.

Os outros *blocos* são mais heterogêneos. A ‘oração’ tripartite está em quatro das oito gramáticas do *bloco C*, mas aparece em competição com outras definições (*ecletismo vertical*). Na gramática de Condurú (1888), aparece apenas em *metatexto*, pois em *texto* sua ‘oração’ divide-se em ‘sujeito’ e ‘verbo’. Na gramática de Maciel (1887), compete com a ‘proposição’, que conteria sete ‘funções’ ambas apresentadas em *texto*. Nas gramáticas de Carneiro Ribeiro (1881, 1890), aparece em competição com a proposição gramatical que é análise pelo número de palavras que tiver, ambas também apresentadas em *texto*. Ademais, do *bloco C*, Coruja (1873) inclui o ‘paciente’ na ‘oração’, Ribeiro (1881) faz duas divisões binárias na ‘sentença’ (em ‘sujeito’ e ‘predicado’, e depois divide o ‘predicado’ em ‘cópula’ e ‘predicado propriamente dito’) e Ribeiro (1889) e Pacheco & Lameira (1887) dividem-na apenas em ‘sujeito’ e ‘predicado’. No *bloco A*, apenas Morais Silva (1806) sustenta a ‘sentença’ tripartite, visto que Fortes (1816) não apresenta *conceito* de ‘oração’, Coruja (1835), tal como fez em (1873), inclui o ‘paciente’ na

‘oração’ tripartite. Finalmente, como era de se esperar, dado que elas criticam o ‘verbo substantivo’ ou o excluem *conscientemente*, nenhuma gramática do *bloco D* apresenta a ‘oração’ ou ‘proposição’ tripartite, as três preferem a forma bipartite constituída por ‘sujeito’ e ‘predicado’ – entretanto, como vimos, Ribeiro (1881) ainda apresenta a cópula como parte do ‘predicado’.

Quanto ao *conceito* de ‘verbo’, também bastante heterogêneo, no início do século, duas gramáticas do *bloco A* o definem como palavra que significa ação (Coruja 1835) e também ‘paixão’ (Fortes 1816). Já Morais Silva (1806), também do *bloco A*, define ‘verbo’ como “palavra com que se declara o que a alma julga ou quer acerca dos ‘sujeitos’ e dos ‘atributos’ das ‘sentenças’”. Outros dois gramáticos, do *bloco C*, que inserem a noção de ‘relação’ no *conceito* de ‘verbo’ são Maciel (1887), que define verbo como “palavra conjuntiva que sob a noção de tempo exprime a existência de um facto abstrato ou concreto”, e Condurú (1888), em *metatexto*, onde define o ‘verbo lógico’ como “palavra que exprime a relação de conveniência entre os termos da proposição”. Em *texto*, porém, a definição de Condurú é “palavra que exprime a existência, estado ou ato de algum sujeito”, a qual é similar às *definições* de Ribeiro (1889 – *bloco C*) e Gomes (1895 – *bloco D*), que são respectivamente, “palavra pela qual se pode atribuir a um ser uma ação, um estado ou uma qualidade” e “palavra que exprime ação, qualidade ou estado”. Finalmente, alguns gramáticos ressaltam a ‘afirmação’ e algum outro significado para definir o ‘verbo’. Coruja (1873 – *bloco C*) define-o como “palavra com que na ‘oração’ significamos a ação ‘afirmando’ uma coisa de outra”, Ribeiro (1885), como “palavra que enuncia, diz ou declara alguma coisa e que implica sempre uma ‘asserção’ ou ‘predicação’” e, finalmente, Maciel 1895, como “palavra de tempo destinada a afirmar e a exprimir simultaneamente os factos”.

O *conceito* de ‘gramática’ e de *espécies* de ‘gramática’ é diferente entre as gramáticas dos *blocos A, C e D*. Pacheco & Lameira (1887 – *bloco C*) não apresentam definição. Fortes (1816 – *bloco A*) e Condurú (1888 – *bloco C*) ressaltam o aspecto normativo do manual, pois definem ‘gramática’, respectivamente como “arte que ensina a fazer sem erros a oração portuguesa” e “arte que ensina a falar, escrever e ler com acerto a língua portuguesa”. Morais Silva (1806 – *bloco A*) e Coruja (1835 – *bloco A*; 1873 – *bloco C*) definem, igualmente, gramática como “arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras”. As gramáticas de Ribeiro (1881 – *bloco C*; 1885 – *bloco A*), Maciel (1895 – *bloco D*) e Ribeiro (1889 – *bloco C*) definem gramática como ‘exposição metódica’, ‘sistematização lógica’ ou ‘coordenação’ de ‘fatos’, ‘normas’,

‘fórmulas’, ‘leis’ e ‘regras’ da ‘linguagem’ ou de uma ‘língua qualquer’. Gomes (1895 – *bloco D*) define gramática como “ciência dos fatos da linguagem”. Finalmente, Maciel (1887 – *bloco C*) é o único a se aproximar do conceito sustentado pelas gramáticas do *bloco B*, mas inclui também a noção de ‘fatos da linguagem’, pois define gramática como “disciplina que trata das normas do pensamento humano pelo estudo analíticos dos fatos da linguagem”. Ressaltamos que a citação de ‘fatos’ é característica do final do século, visto que, ainda que variem entre os blocos definidos das *redes conceituais* do ‘verbo substantivo’, todas as gramáticas que usam esse termo foram publicadas entre 1881 e 1895.

Algumas gramáticas não apresentam *espécies* de ‘gramática’, como Fortes (1816), Coruja (1835, 1873) e Condurú (1888). Entre as que apresentam, é claro que até 1881, havia a oposição entre ‘gramática particular’ e ‘gramática universal’ ou ‘geral’, que se apresenta em Morais Silva (1806), Costa Duarte (1829, 1859), Sotero dos Reis (1877) e Ribeiro (1881, 1885). A única exceção do período é Bithencourt (1862) que diferencia a ‘gramática geral’ da ‘gramática filosófica’. Salvo por Ribeiro (1881, 1885), todas relacionam a ideia de ‘gramática geral’ com princípios universais das línguas, os quais eram aplicados na ‘gramática particular’ – concepções, muitas vezes, estavam ligadas à conexão entre pensamento e linguagem. A partir da década de 1880, os gramáticos passam a também definir a ‘gramática comparativa’, a ‘gramática histórica’ e/ou a ‘gramática histórico-comparativa’, que é o caso de Carneiro Ribeiro (1881, 1890), Maciel (1887), Pacheco & Lameira (1887), Ribeiro (1889), Gomes (1895) e Maciel (1895), que os aproxima de uma concepção de língua enquanto objeto comparável, mas mantêm – em geral – a definição de ‘gramática geral’, ainda que com divergências importantes.

Adiante esquematizamos as *continuidades* e *descontinuidades* da *rede conceitual* do ‘verbo substantivo’ no modelo *Descontinuidade-e-Continuidade* de Koerner (1989) (cf. 1.3). No seguinte esquema, considere que a linha que está no meio diz respeito à *rede conceitual* do ‘verbo substantivo’, a superior, a um tratamento anterior, que não considerava o ‘verbo substantivo’ e sua *rede*, como é o caso de Fortes (1816), típico da *gramática latina estendida*, e a linha inferior corresponde a uma superação consciente do ‘verbo substantivo’ e sua *rede*.

<i>Bloco A</i>	<i>Bloco B e Bloco C</i>		<i>Bloco D</i>
1806-1835	1829-1877	1873-1890	1885-1895

Figura 11. Modelo de continuidade vs. descontinuidade das gramáticas brasileiras oitocentistas

Percebemos, no início do século, que, embora a gramática de Fortes (1816) use claramente outro modelo, esse modelo já estava em competição com uma incipiente *rede conceitual* do ‘verbo substantivo’, por conta da gramática *eclética* de Moraes Silva (1806). Entre os anos 1829 e 1890, há gramáticas dos *blocos B e C*, enquanto as do *bloco B* estão espalhadas por um maior intervalo de tempo (de 1829 a 1877), as do *bloco C* estão em maior número na seleção que fizemos. Elas aparecem após 1873, quando a *rede conceitual* do ‘verbo substantivo’ passa a perder importância. Há ainda nesse período de tempo, uma gramática do *bloco A*, ainda no início do século, em 1835. Vemos que a transição gradual, assim, a *rede conceitual* do ‘verbo substantivo’ tem um longo período hegemônico, de cerca de quatro décadas; depois, por duas décadas, compete com outras maneiras de descrever o ‘verbo’, a ‘oração’, e a ‘gramática’, e, finalmente, na última década do século, a *rede conceitual* torna-se razão de crítica, desaparecendo da descrição linguística, e tendo seu lugar tomado por outra forma de descrição.

Passemos à segunda etapa de nosso exame longitudinal, em que observaremos que *conceitos*, não captados na *rede conceitual* particular podem ser observados como comuns às gramáticas dos diferentes *blocos*.

É comum que as gramáticas do *bloco B* tratem dos outros itens da ‘oração’, ‘sentença’ ou ‘proposição’ que estavam além da sua divisão essencial tripartite como quatro ‘complementos’ (‘objetivo’, ‘terminativo’, ‘restritivo’, ‘circunstancial’), como é o caso de Costa Duarte (1829, 1859), Bithencourt (1862), Sotero dos Reis (1877 – *bloco B*). Já Carneiro Ribeiro (1881, 1890 – *bloco C*) apresenta a noção de complemento, mas distingue apenas duas *espécies*, ‘direto’ ou ‘indireto’. Maciel (1887 – *bloco C*), embora apresente três dos quatro ‘complementos’ como equivalente a algumas das ‘funções’. As ‘relações’ e ‘funções’, diferentemente são exercidas por todos os elementos da ‘sentença’, inclusive os essenciais (‘sujeito’ e ‘predicado’). Elas aparecem, em número diferente, nas gramáticas das últimas décadas do século de Ribeiro (1881 – *bloco C*, 1885 – *bloco D*), Maciel (1887 – *bloco B*, 1895 – *bloco D*) e Ribeiro (1889 – *bloco C*). Alguns gramáticos

preferem não se prender a uma terminologia específica, caso de Moraes Silva (1806) e Coruja (1835), ambos do *bloco A*, Pacheco e Lameira (1887 – *bloco C*), e Gomes (1895 – *bloco D*). Finalmente, Fortes (1816 – *bloco A*) é o único a usar o *conceito* de ‘caso’ para organizar as palavras sintaticamente, visto que não apresenta conceito de ‘oração’. ‘Complemento’ parece, portanto, estar relacionado à *rede conceitual* do ‘verbo substantivo’, visto que é usado por todos os integrantes do *bloco B* e alguns do *bloco C*.

É possível ver que, ainda que não apresentassem paralelismo entre *espécies* de ‘adjetivo’ e de ‘oração’, quase todas as gramáticas que tratam de ‘orações incidentes’ ou ‘parciais’ que podiam ser ‘restritivas’ ou ‘explicativas’ são do *bloco B*. A única deste *bloco* que não apresenta os *conceitos* é a de Sotero dos Reis (1877). Ademais, duas gramáticas de outros *blocos* também os apresentam: Moraes Silva (1806 – *bloco A*), que, aliás, apresenta só essa *espécie* de ‘sentença’, e Condurú (1888 – *bloco C*), as duas, como vimos, *ecléticas*.

Finalmente, é notável que, exceto por Fortes (1816) e Coruja (1835), todos os gramáticos (dos quatro *blocos*) distingam nos ‘adjetivos’ *espécies* baseadas, mesmo que indiretamente, nas noções de *intensão* e *extensão*, seja pela dupla (1a) que modifica a compreensão do nome (‘qualificativo’) e (1b) que modifica a extensão do nome (‘determinativo’), seja pela dupla (em geral *espécies* do ‘qualificativo’): (2a) que modifica a compreensão do nome (‘restritivo’) e (2b) que não a modifica a compreensão do nome (‘explicativo’), ou mesmo por ambas as duplas (cf. 1.4.2) – ainda que, por vezes, rejeitem uma das duplas, como foi o caso de Condurú (1888). Ademais, curiosamente, quase todos os gramáticos que consideraram a dupla de (1) e (2), ou incluíram o ‘artigo’ na *classe* dos ‘adjetivos’ ou (Moraes Silva 1806, Costa Duarte 1829, 1859, Bithencourt 1862, Sotero dos Reis 1866, Carneiro Ribeiro 1881, 1890, Maciel 1887, 1895, Pacheco & Lameira (1887), Condurú (1888) e Gomes (1895)) ou classificaram os ‘artigos’ das duas maneiras, como *classe de palavra* e como *espécie* de ‘adjetivo’ (Coruja 1873) – as exceções são Ribeiro (1881, 1885) e Ribeiro (1889).

Esse segundo exame nos mostra que o ‘complemento’ é preferido como *conceito* organizador dos elementos da ‘proposição’ pelos gramáticos do *bloco B*, isto, muito provavelmente, porque ele serve para complementar os elementos essenciais da ‘oração’ tripartite, a qual é apresentada por todas as gramáticas do *bloco B*. As ‘orações incidentes’ ou ‘parciais’ que tivessem distintas *espécies* baseadas, ainda que indiretamente, nos conceitos de *intensão* e *extensão*, apresentam-se sobretudo em gramáticas do *bloco B* (com uma exceção: Sotero dos Reis (1877)). No entanto, vemos que essas noções lógicas

são utilizadas ao longo de todo século para definir *conceitos* de diferentes *espécies* de ‘adjetivo’, por vezes, colocando o ‘artigo’ como uma *espécie* de ‘adjetivo’. Dessa forma, embora estejam lidando com conceitos provenientes da *Logique* de Port-Royal (que foram adaptados pela tradição da *grammaire générale* (cf. 1.4.2)), as gramáticas brasileiras, diferentemente do que fizeram com o ‘verbo substantivo’ e sua *rede conceitual*, os mantêm durante todo o século para distinguir *espécies* de ‘adjetivo’, mas não para distinguir *espécies* de ‘oração’. Isto nos leva a crer que a rejeição ao ‘verbo substantivo’ e sua *rede conceitual* no final do século dizia mais respeito à sua premissa de que a língua deve ser analisada por um nível subjacente do que por sua herança lógica, dado que *conceitos* lógicos não foram inteiramente rejeitados.

5.2. *Agendas e dois tipos de ecletismo*

Como pudemos ver na análise do capítulo 4, alguns gramáticos mostraram-se *eccléticos* de duas maneiras diferentes: alguns por apresentar *conceitos* que não tinham relação com outros da *obra*, o que chamamos de *ecletismo horizontal*, e outros por apresentarem duas *definições* e/ou *ilustrações* para um mesmo *termo*. Nestes resultados, observamos em que medida o tipo de *ecletismo* presente nas obras pode ter alguma relação com a *agenda* dos autores, a qual analisamos no capítulo 3 (item 3.2).

O primeiro gramático brasileiro conhecido é *ecclético*. Notamos na gramática de Morais Silva *ecletismo horizontal*, pois seu *conceito* de ‘verbo substantivo’ não forma *rede conceitual* com outros *conceitos* da obra, sendo, como vimos, um *conceito* peculiar. Ademais, mesmo os *conceitos* de ‘verbo’ e de ‘sentença’ do autor coadunam *definições* de proveniência diferente. Sabemos, pela análise de sua *agenda*, que Morais Silva queria romper com os gramáticos anteriores, os quais, segundo ele, frequentemente baseavam a descrição do português numa *metalinguagem* própria para a língua latina, pois consideravam que as duas línguas tinham muitos aspectos em comum. O gramático brasileiro discorda dessa visão, como vimos por sua epígrafe e seu prólogo. Assim, Morais Silva autopercebia-se em um período de transição, no qual ele se via responsável por romper com modelos antigos. Talvez possamos relacionar esse ímpeto com seu *ecletismo horizontal*, visto que o autor, conhecendo uma série de doutrinas diferentes daquela que considera inadequada, pode, no ímpeto da mudança, ter recorrido a *conceitos* de proveniência diversa.

Na edição posterior com título modificado da gramática de Costa Duarte (1859), há um curioso *ecletismo vertical*. O gramático apresenta, em *texto*, o ‘verbo substantivo’

e sua *rede conceitual* de forma quase idêntica à que havia já apresentado em 1829, mas inclui longas notas de rodapé à seção de tratamento do ‘verbo’, que refutam os *conceitos* de ‘verbo’, ‘verbo substantivo’ e ‘verbo adjetivo’ apresentados em *texto*. Pouco sabemos da *agenda* desse gramático, a não ser que, em 1829, ele dedicava sua gramática ao então governador da província do Maranhão e solicitava que ele fizesse a ela as críticas necessárias. Em 1859, sua gramática, já com grande prestígio, era adotada no Liceu Maranhense e em aulas de primeiras letras de outras escolas da província. Não sabemos em que medida o gramático fez as modificações de acordo com críticas do governador da província ou se houve mudanças espontâneas em seu próprio pensamento. Vê-se, entretanto, que o gramático manteve o ‘verbo substantivo’ e sua *rede conceitual* no lugar de destaque, isto é, o *texto*, fazendo suas reflexões e críticas à parte dessa *rede*, em local de menos destaque, as notas de rodapé. Ressaltamos, porém, que o gramático não inseriu críticas ao *conceito* de ‘oração’ tripartite, nem aos ‘complementos’ ou à definição lógica dada às ‘orações incidentes’ e aos ‘adjetivos’.

A *Grammatica Elementar* de Condurú (1888[1860]), da qual analisamos a décima terceira edição, apresenta *ecletismo vertical*. Mas, ao contrário do que faz Costa Duarte, coloca os *conceitos* de ‘verbo substantivo’ e de sua *rede conceitual*, isto é, ‘verbo’, ‘oração’ (e mesmo ‘complemento’) em *metatexto*, ao passo que apresenta *conceitos* diferentes para ‘verbo’ e ‘oração’ em *texto*. O gramático afirma em uma das notas de rodapé que esses os *conceitos* apresentados em *metatexto* não se adequam bem ao português e, por isso, são impróprios para o ensino. Ainda assim, ele os apresenta para que o leitor possa ter opção sobre qual seguir. Vemos, portanto, que há preocupação de Condurú com a didática de sua obra, que era adotada em escolas de primeiras letras das províncias do Maranhão e do Pará. Ademais, pelas informações que temos sobre o autor, ele teve carreira no magistério, o que pode ter influenciado essa opção.

As duas gramáticas de Carneiro Ribeiro (1881, 1890), que se assemelham bastante entre si (ao menos no que diz respeito aos aspectos analisados), apresentam também *ecletismo vertical*, o qual parece, porém, ser resultante de um plano consciente do autor. Não há prólogo em sua *Grammatica Philosophica*, mas há nos *Serões*, de 1890, e nele o autor ressalta que os estudos mais recentes (‘naturalistas’) não deveriam excluir os mais antigos (‘lógicos’), mas, ao contrário, ambos deveriam se auxiliar e completar (cf. 3.2.7). Talvez por isso o autor exponha, por vezes, *conceitos* distintos para um mesmo *termo* que chama de ‘lógicos’, ‘racionais’ e ‘filosóficas’ em oposição aos que chama de ‘gramaticais’, como o faz em relação aos *conceitos* de *espécies* dos ‘verbos’ e de ‘oração’.

Parece-nos que Pacheco & Lameira (1887) seguem tendência similar, mas sua gramática apresenta *ecletismo horizontal*. Os dois autores eram educadores e tencionavam, como vemos em seu prólogo, escrever uma gramática que rompesse com a tradição; no entanto, ao definirem ‘gramática geral’ (ou ‘glossologia’) afirmam que deve-se examinar a linguagem tanto por meio de princípios *a priori* detectados na relação entre pensamento e linguagem, como por meio de análise mórfica do dado externo – tais princípios e dados, em vez de se polarizarem, devem, segundo os gramáticos, reunirem-se, uma vez que a língua é ‘ideia’ e ‘forma’. Talvez seja por sustentarem essa visão dos estudos da linguagem que definam o ‘verbo’ como palavra que exprime uma ação e uma afirmação e que consta de dois elementos, um ‘material’, o ‘tema’, que corresponde à ‘ação enunciada’, e um ‘formal’, a ‘desinência’, que se refere à ‘afirmação’ ou ‘cópula lógica’. No entanto, os autores não analisam a ‘proposição’ considerando essa distinção, visto que a proposição é constituída apenas por ‘sujeito’ e ‘predicado’, sendo este um ‘verbo de predicação completa’ ou um ‘verbo de predicação incompleta’ acrescido de ‘modificadores’.

Ribeiro (1881) e Maciel (1887), na primeira edição de suas gramáticas, por um lado, mantêm o ‘verbo substantivo’, mas apenas parte de sua *rede conceitual*; por outro lado, conceituam os mesmos segmentos de mais de uma forma. Ribeiro define ‘verbo’ em *texto* como “palavra que exprime a existência de uma relação entre duas ideias” e também como “palavra que diz ou declara” e, como já vimos, usa o *conceito* de ‘função’ para tratar dos elementos da ‘sentença’, mas não faz referência ao *conceito* de ‘sentença’ que havia apresentado anteriormente. Como sabemos por ampla literatura (cf. 1.5) e também pelos *paratextos* da gramática de Ribeiro (cf. 3.2.8), o gramático se autopercebia, tal como Morais Silva no início do século, num momento de transição, sentindo-se responsável por trazer novas maneiras de descrever a língua portuguesa em sua obra. Sendo assim, é possível que a rápida leitura de obras diversas, as quais, em alguns momentos tiveram seus trechos traduzidos e colocados diretamente na gramática (cf. Maciel 1910, Polachini 2013), tenha contribuído para o seu *ecletismo vertical* e *horizontal*.

Maciel avalia, no prólogo à sua *Grammatica Analytica*, de 1887, que é acomodada ao *Programa de Estudo para exames* de Fausto Barreto (1887), que todas as ciências passavam por grande progresso no século XIX, e que isso não era diferente para os estudos das línguas; assim, sua gramática baseava-se nas doutrinas modernas. Como sabemos, este foi seu primeiro livro publicado, o autor inclusive ressalta que terminou de

escrevê-lo quando contava apenas vinte e dois anos. Concluímos, dessa forma, que o autor, tal como Morais Silva e Ribeiro, autopercebia-se num período de transição e igualmente se sentia responsável por promover mudanças. Entretanto, talvez pela própria falta de experiência como gramático, visto que esse foi seu primeiro livro, há *ecletismo vertical e horizontal* na obra. O primeiro se dá porque o gramático define ‘proposição’ como sendo tripartite, isto é, constituída por ‘sujeito’, ‘verbo’ e ‘predicado’, e como sendo constituída por sete ‘funções’. Ademais, faz equivaler três ‘complementos’ a três das sete ‘funções’.

O *ecletismo horizontal* que vemos em Ribeiro (1889) é mais similar ao visto também em Ribeiro (1881) e Maciel (1887), porém mais simples. O autor, embora mencione os conceitos de ‘verbo substantivo’ e de ‘verbo adjetivo’, não dá qualquer continuidade ao seu tratamento, pois define ‘verbo’ como “uma palavra pela qual se pode atribuir a um ser uma ação, um estado ou uma qualidade” e ‘oração’ como constituída por ‘sujeito’ e ‘predicado’. Parece-nos que sua citação daqueles conceitos é meramente protocolar. Quanto à sua agenda, em seu prólogo à primeira edição, apresentado na terceira que analisamos, o gramático, tal como fazem quase todos desse momento, relata a mudança por que passavam no período os estudos sobre a linguagem.

Em conclusão, percebemos que, por um lado, o que pode ter contribuído para o *ecletismo* dessas obras é a grande abertura que os gramáticos brasileiros tinham para *conceitos* já utilizados em gramáticas elaboradas em outros países, sobretudo, da Europa. Assim, vemos que Morais Silva (1806), Ribeiro (1881) e Maciel (1887) têm fontes diversas, de onde colhem boa parte de seus *conceitos*, mas, talvez, por conta do ímpeto que tinham de modificar o modo como se descrevia a língua portuguesa então, não tenham atentado à diversidade conceptual dessas fontes. Este, talvez, seja o mesmo caso de Ribeiro (1889), ainda se dê de forma mais sutil.

Há também *ecletismo* nas obras quando seus autores conscientemente desejam abordar os temas de mais de um ponto de vista, o que se dá nas gramáticas de Pacheco & Lameira (1887), Carneiro Ribeiro (1881, 1890), Condurú (1888) e Costa Duarte (1859). A dupla de gramáticos prefere integrar nos *conceitos* de sua gramática, o que, ainda que as doutrinas da época considerassem opostos, eles consideravam constitutivo da linguagem. Carneiro Ribeiro faz algo similar, mas para isso prefere apresentar dois *conceitos* para um mesmo *termo*. Finalmente, Condurú e Costa Duarte discordam, pedagogicamente e/ou analiticamente, da maneira como certos *conceitos* são definidos e, portanto, apresentam uma alternativa a eles em nota, ou apresentam aqueles *conceitos* de

que discordam com menos destaque. Em suma, vemos que o *ecletismo* que percebemos no aspecto que analisamos das obras não é fortuito, mas relaciona-se a causas contextuais que podem, muitas vezes, ser rastreadas.

5.3. O ‘verbo substantivo’ e a língua portuguesa: o debate entre *ser* e *estar*

Na análise realizada no Capítulo 4, foi comum ver que diversos gramáticos debatiam em *metatexto*, fosse a favor ou contra, a respeito da pertinência ou não de o ‘verbo estar’ ser um *exemplo* de ‘verbo substantivo’. Tal debate não poderia ocorrer em qualquer língua. No francês, por exemplo, que era a primeira língua de diversos teóricos da *grammaire générale* não era um debate possível, dado que o verbo *être* significava tanto *ser* quanto *estar*. O grande agravante de se ter mais de um exemplo de ‘verbo substantivo’ seria não considerá-lo mais um ‘verbo único’, o que poderia ter consequências na teoria como um todo.

No início do século, não há menções a essa possibilidade. Todos os gramáticos que tratam, ainda que sumariamente, do ‘verbo substantivo’ apresentam apenas “ser” como *exemplo*. É a partir da década de 1850 que o debate começa a surgir nas obras, tomando as seguintes direções: (1) em *metatexto* é negada a possibilidade de “*estar*” ser ‘verbo substantivo’; (2) em *texto* ou *metatexto* é feita uma análise linguística que procura justificar que o verbo “*estar*” seja ou possa ser *exemplo* do ‘verbo substantivo’.

Os adeptos de (1) são Bithencourt (1862), Sotero dos Reis (1877), Ribeiro (1881), Carneiro Ribeiro (1881, 1890), Maciel (1887). É curioso que apenas as duas das primeiras gramáticas formam uma *rede conceitual* com o ‘verbo substantivo’ sem ter, ainda, influências do método histórico-comparativo. No entanto, essa polêmica não parece ter se iniciado com a introdução do novo método de descrição e análise linguística, mas de possíveis anomalias que os dados de língua portuguesa geravam na teoria.

A primeira obra que conhecemos a fazer esse questionamento é a gramática de Costa Duarte (1859), que apresenta uma série de questionamentos sobre concepções da *grammaire générale*, os quais parecem sempre estar baseados nas dificuldades de se analisar a língua portuguesa com tal modelo. Como vimos, Costa Duarte não acrescentou apenas o ‘verbo’ “*estar*” como *exemplo* do ‘verbo substantivo’ (cf. 4.3), pois, ao que nos parece, o gramático desprendia-se das rédeas do modelo teórico usado para observar de fato os dados linguísticos – chegando, assim, à conclusão de que havia desencaixe entre

eles. Crítica similar, mas muito menos detalhada, é feita por Condurú (1888) que também opta por apresentar o “estar” como ‘verbo substantivo’. Este último, porém, já não considerava o modelo de descrição baseado no ‘verbo substantivo’ como principal, pois a apresenta somente em *metatexto*. Vemos, portanto, que, dentre as obras analisadas, a inserção do ‘verbo’ “estar” como substantivo aparece juntamente com uma crítica ao modelo de descrição.

Esse resultado mostra que a preocupação com o dado sobreposta à preocupação com a teoria é mais antiga do que a entrada do modelo histórico-comparativo no Brasil. Entretanto, mesmo com a entrada parcial desse modelo, que preconizava a observação atenta do dado, o respeito ao modelo de descrição baseado em um verbo único se manteve, como podemos ver nas críticas que são feitas nas gramáticas posteriores à década de 1880 à apresentação de “estar” como *exemplo* do ‘verbo substantivo’.

5.4. Resultados e contribuições da metodologia da História Serial

Como já vimos nos Capítulos 1 e 2, a História Serial é uma metodologia que possibilita, a partir da análise de um material homogêneo, conceber *eventos* por meio observação em série de unidades. Nosso material homogêneo, a folha de rosto das obras ou suas informações catalográficas, permitiu, ao ser olhado em série, que concebêssemos diversos eventos, os quais expomos sumariamente no Capítulo 3. Neste item do capítulo de resultados e contribuições, intentamos, num primeiro momento, observar como tais eventos, específicos de nossa pesquisa, podem ser interpretados ao juntá-los a informações que obtivemos por outras análises ou por fontes secundárias. Posteriormente, apresentamos as contribuições que essa metodologia pode ter para a área de Historiografia Linguística como um todo.

Além de nos permitir ver a amplitude e diversidade da gramaticografia brasileira, que se formava naquele século, ela nos permitiu comprovar que é no Rio de Janeiro que se concentra a grande maior parte da produção gramatical, em relação ao número de autores, de gramáticas e de *títulos*, de que tivemos conhecimento. É fato que isso já era esperado, pois a cidade era então a capital do país recém-independente de Portugal. Com a vinda da família real portuguesa em 1808, foi no início do século, o primeiro local do Brasil a ter uma imprensa legalizada, a qual imprimiu a primeira gramática publicada em solo brasileiro (de que temos conhecimento), a saber, o *Epítome* de Fortes (1810, [2]).

Logo, porém, como vimos, províncias do sul e do norte do país também começaram a publicar gramáticas. Chamam atenção a província do Maranhão, que tem publicações já na década de 1820 (Costa Duarte 1829, [10]), a Bahia e o Rio Grande do Sul, que publicam gramáticas na década de 1830 (César 1832, [11]; Coruja, 1835 [16]).

Essa metodologia nos possibilitou ver também que gramáticas não são, em geral, referidas pelas revisões históricas (cf. item 1.5) podem ter obtido bastante prestígio ao longo do século XIX, dado seus elevados números de reedições, como foi o caso de Fortes (1810, 1816, 1825, 1844, 1851, 1855, 1862), Condurú (1850, 1888), Albuquerque (1846, 1858, 1874), Ortiz & Pardal (1871, 1873, 1876, 1884, 1888), Cruz (1853, 1863, 1865, 1879). O que nos faz concluir que há certa divergência entre a percepção que o século XX e início do XXI teve acerca da produção gramatical oitocentista e a maneira como ela era percebida então, dado que gramáticas de aparente prestígio na época não foram lembradas pelas revisões. Esse é um grande exemplo de contribuição da História Serial, visto que ela proporciona, como discutimos no Capítulo 1, a possibilidade de encontrar novos eventos justamente nos basearmos em algo que já foi estabelecido e interpretado anteriormente.

Pudemos, por meio dela, observar igualmente que é na década de 1860 que ocorre uma grande expansão na gramaticografia brasileira, momento também em que muitas obras oferecem subtítulos especificando: o conteúdo presente na obra ou se ela era baseada em um programa de estudos; os gramáticos, autores ou doutrinas em que a obra se baseia; sistemas ou teoria em que as obras têm seus fundamentos; modo de apresentação do conteúdo; e, finalmente, o material linguístico que é objeto da obra, como, por exemplo, textos literários clássicos. Tais subtítulos, parece-nos, expunham certa *publicidade* por explicitar algum atributo relativo ao seu conteúdo, formato ou objeto de análise ou qual era o público-alvo em diferentes partes do século. Esse grande aumento unido à publicidade pode ter tido por gatilho um maior interesse de colégios importantes do país no ensino de língua portuguesa, em detrimento do latim. Razzini (2000), explica que os programas de ensino de língua portuguesa do Colégio Pedro II surgem na década de 1850. É curioso também que o *Epítome* de Fortes, publicado pela primeira vez em 1810 e que, como pudemos ver no Capítulo 4, ensina a língua portuguesa por meio das relações que essa tem com o latim, tenha sido, de acordo com Sacramento Blake, publicado pela última vez em 1862; isto é, justamente quando o latim perde espaço para língua portuguesa no ensino.

Ademais, é na década de 1880 que temos o maior número de gramáticas publicadas no século. Foram 53 gramática, sendo 32 delas edições específicas, isto é, títulos que vimos pela primeira vez. Nesse período, os subtítulos já não eram tão populares, mas é nesse momento que ocorrem outros dois eventos. O primeiro foi observado também em nossa História Serial, é a ascensão de títulos iniciados com o *termo* ‘gramática’ e a queda dos títulos iniciados pelo *termo* ‘compêndio’ (seja em número total de *gramáticas*, seja em *edições específicas*). Como vimos, essa mudança poderia estar associada a diferentes razões, uma delas é o aumento de obras gramaticais destinadas a níveis de ensino superiores à educação primária – foco da educação do país até o último quartel do século –, visto que ‘compêndios’ eram, pelos dados que temos, apenas destinados a esse nível de ensino.

A segunda razão está relacionada à transição epistemológica por que passava a gramaticografia brasileira naquele momento, pois, como é dito nas revisões históricas do período (cf. 1.5) e como pudemos ver em nossa análise orientada para o conteúdo (cf. Capítulo 4), é nos primeiros anos da década de 1880 que começam a entrar nas gramáticas brasileiras o método histórico-comparativo, ao mesmo tempo em que a tradição da *grammaire générale* perde prestígio – a não ser, como vimos no capítulo 4, quando aspectos dessa tradição estão de alguma maneira relacionados ao método histórico-comparativo. Em 1887, seriam publicadas ao menos cinco gramáticas de acordo com o Programa de Estudos para o Colégio Pedro II, o qual preconizava a metodologia histórico-comparativa para o ensino de alunos de nível médio, visto que seriam tais conhecimentos que permitiriam sua entrada em um curso superior. Assim, um momento de transição, a qual era vista frequentemente com muito bons olhos, como pudemos ver pelos prólogos dos autores dessa década (cf. 3.2), haveria maior estímulo para a publicação de gramáticas.

Entretanto, como podemos observar nas tabelas e nos gráficos, esse estímulo perdeu o viço muito rapidamente, dado que há queda na publicação de gramáticas na última década do século. As 53 gramáticas passam a ser 35, e as 32 edições específicas caem para 18. Um dos motivos possíveis para essa queda pode ser a transição política por que passou o país, deixando de ser império para, depois da tomada de poder dos militares, tornar-se república. Pode também ter sido causado pelo reconhecimento das dificuldades de se absorver um novo modelo de análise. Vemos isso pelas mudanças que autores do período, que analisamos no Capítulo 4, promovem em suas gramáticas (cf. Ribeiro 1881, 1885 e Maciel 1887 e 1895), e pelo prólogo da gramática de Ribeiro (1889 – cf. 3.2.12),

em que o autor critica a maneira como o método estava sendo usado pelas gramáticas brasileiras. Críticas similares seriam feitas no posfácio de Maciel (1918[1910]) que avalia a produção oitocentista, e essas críticas seriam repetidas em estudos e periodizações posteriores, como vimos ao revisitar os estudos sobre essa gramaticografia (cf. 1.5).

Dessa forma, a metodologia da História Serial que utilizamos em nosso mapeamento descritivo e interpretativo da produção gramatical brasileira permitiu enxergar eventos que muito provavelmente não seriam vistos a olho nu, isto é, sem a meticulosa metodologia da História Serial. Ela também motiva e solicita que haja uma organização do material analisado. Assim, organizamos as 204 gramáticas de que tivemos conhecimento ao expô-las em ordem cronológica crescente no Apêndice A, e também as distribuímos numericamente e, por vezes, nominalmente de acordo com as décadas do século e as unidades analisadas. Essa organização, inédita para a produção gramatical brasileira, possibilita que outras interpretações e *insights* sejam realizados por pesquisas posteriores, sobretudo ao relacionar os dados com eventos que aconteciam ao redor das publicações. Nesse sentido, cumprimos duas das propostas iniciais desse trabalho (cf. Introdução), de, primeiramente, organizar o material de que tivemos conhecimento e, posteriormente, de utilizá-lo como objeto de análise a fim de realizar um mapeamento inédito de nosso objeto, a produção gramatical brasileira oitocentista de língua portuguesa.

Quanto a contribuições que tal metodologia possa proporcionar para a área da Historiografia Linguística, entendemos que ela possa ser sempre o ponto de partida para uma análise orientada para o contexto panorâmica, pois ao se observar as informações contidas na folha de rosto das obras já é possível encontrar critérios interessantes para organizar o material que temos em mãos. No entanto, acreditamos que tal metodologia, baseada no estabelecimento de unidades em série, as quais podem, posteriormente, ser cruzadas a fim de obter diferentes resultados, possa ser usada também na análise orientada para o conteúdo, observando conceitos que se repetem ao longo das obras. Por exemplo, poder-se-ia utilizar essa metodologia para se observar quais são as *metaclasses* e *classes de palavras* utilizadas pelas 204 obras¹³¹ e como os gramáticos preferiram ordená-las, visto que *classes de palavras* são essenciais para o gênero textual que chamamos de gramática – desde o nascimento desse gênero com a *Tékhne Grammatike* de Dionísio da Trácia, do século 2 a.C. Tendo esses dados iniciais, seria possível uni-los a uma

¹³¹ Infelizmente, porém, como já dissemos anteriormente, não tivemos acesso a todas as obras. Algumas conhecemos apenas pelo título.

interpretação do próprio conceito de cada *classe* e observar as relações existentes, enfim, entre o conceito e a organização desses dados.

Assim, propomos que essa metodologia seja futuramente testada não apenas em análises orientadas para o contexto, mas também em análises orientadas para o conteúdo. Pois acreditamos que seja uma excelente ferramenta para organizar *corpus* muito extensos.

5.5. Resultados e contribuições da metodologia da *rede conceitual*

Como já dissemos na introdução deste trabalho, procuramos uma metodologia que tornasse a *capa técnica* (Swiggers 2004) mais homogênea. Dessa forma, juntamos aspectos da *capa teórica* (conceitualização de gramática e de linguagem) a aspectos relevantes das *técnicas de análise* usadas pelos autores analisados na metodologia da *rede conceitual*.

Por meio dessa metodologia, esforçamo-nos para compreender matizes da ruptura epistemológica ocorrida na tradição gramatical brasileira oitocentista, que já era atestada por ampla bibliografia, por meio do exame de um *conceito* e sua *rede conceitual*. Acreditamos que nossos resultados permitem observar a gradação da mudança em maior detalhe por três razões: (1) a possibilidade de acompanhar a gradual eliminação de *conceitos* atrelados ao conceito-chave, visto que os blocos de gramáticas se sobrepuseram em determinados períodos; (2) a escolha de avaliar reedições ou gramáticas diferentes de um mesmo autor permitiu que acompanhássemos essa gradação pela mudança de opinião dos gramáticos no período de transição (como os casos marcantes de Maciel (1887, 1895) e Ribeiro (1881, 1885)); (3) a avaliação que fizemos de dois tipos de *ecletismos* motivados pela *agenda* dos autores, tendo em conta a distinção entre *texto* e *metatexto*, permite observar diferentes estratégias utilizadas pelos gramáticos no período de transição.

Em nosso trabalho, relacionamos o *conceito-chave* ‘verbo substantivo’ aos conceitos (1) *gramática* e *linguagem* (2) *classes* e *metaclasses de palavras* (3) *modificadores do nome* (4) *verbo* (5) *oração, sentença* ou *proposição*, entendemos que outros conceitos poderiam ter sido relacionados, com vistas a um maior detalhamento quanto à *rede conceitual*, optamos por não fazê-lo devido ao tempo para realização da pesquisa e pelo já extenso grau de descrição apresentado nesse trabalho. Nesse sentido, sugerimos que desdobramentos possíveis desse trabalho relacionem outros conceitos ao ‘verbo substantivo’, como, por exemplo, o ‘verbo impessoal’, as ‘conjunções’,

‘interjeição’, outras *classes de palavras* e a descrição da ordem de palavras, pois eles poderiam elucidar outros aspectos da rede conceitual.

É claro, também, que neste trabalho analisamos um número reduzido de obras, e que o acréscimo de outras gramáticas poderia trazer mais detalhes e precisão aos nossos resultados, ainda que saibamos que sempre estamos realizando *versões* da história dessa produção. Ainda assim, acreditamos que esse trabalho seja uma descrição rigorosa de aspectos internos da gramaticografia oitocentista brasileira, permitindo uma nova interpretação desses fatos.

Ademais, acreditamos que essa metodologia seja bastante profícua para futuros trabalhos que tratem do estudo de metalinguagem, pois uma das grandes contribuições de nosso trabalho é o detalhamento da noção de *conceito*, a qual foi formalizada a partir da síntese de importantes estudos anteriores. Assim, de posse de nosso modelo de análise, os pesquisadores que se interessem por metalinguagem poderão ter uma visão completa do que é um *conceito*, podendo, então, decidir trabalhar com ele como um todo ou apenas parcialmente.

No que diz respeito à metodologia da *rede conceitual*, acreditamos que ela possa ser usada em trabalhos que visem um análise mais panorâmica, pois é uma metodologia que, ao relacionar diferentes conceitos, permite uma visão holística e interpretativa do objeto estudado, chegando à conclusão da unidade de sua *rede* e/ou do *ecletismo*. Assim, ao mesmo tempo em que a noção de *conceito*, juntamente com a distinção entre *texto* e *metatexto*, oferece uma análise detalhada e bastante analítica da metalinguagem, a noção de *rede conceitual* faz perguntas que permitem uma visão de conjunto do objeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

BITHENCOURT, Raymundo Antonio Camara. 1862. *Epitome da grammatica philosophica da lingua portuguesa*. Rio de Janeiro. Eduardo & Henrique Laemmert.

CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. 1881. *Grammatica Portugueza Philosophica*. Bahia: Imprensa Economica.

CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. 1890. *Seroes grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Bahia: Imprensa Popular.

CONDURÚ, Fillippe Benicio de Oliveira Condurú. 1888. *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*. 1ª ed. Maranhão.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. 1835. *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional, dedicado á mocidade rio-grandense*. Porto Alegre : V.F. de Andrade.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. 1873. *Compendio da grammatica da lingua nacional*. Rio de Janeiro : Esperanca.

COSTA DUARTE, Antonio da. 1829. *Compendio de grammatica portugueza, para uso das Escolas de Primeiras Letras*. Maranhão: Tipografia Nacional [Maranhão].

COSTA DUARTE, Antonio da. 1859. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras letras da provincia, pelo Padre /.../ Lente da grammatica*. Maranhão : Tipografia do Frias.

FORTES, Padre Inácio Felizardo Fortes. 1816. *Arte da grammatica portugueza, para uso dos seus discipulos*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 2ª edição.

GOMES, Alfredo. 1895. *Grammatica Portugueza adoptada no Gymnasio Nacional, Escola Normal, Collegio Militar, Collegio Abilio, Collegio Moss*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo. 6ª ed.

MACIEL, Maximino. 1887. *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro, RJ : Typ. Central de Evaristo Rodrigues da Costa.

MACIEL, Maximino de Araújo (Sergipe ? - ?). 1895. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas* Capital Federal. 2ª ed.

MARTINHO, Marcos. 2007. “Dionísio da Trácia, Arte”. *Revista de Estudos Clássicos do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade de São Paulo*. n. 11, 2007.

MORAIS SILVA, Antonio. 1806. *Epitome da Grammatica Portugueza*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira.

PACHECO & LAMEIRA (Pacheco da Silva Jr & Lameira de Andrade). 1887. *Grammatica da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo.

RIBEIRO, João. *Exames de Portuguez – Grammatica portugueza (3º anno)*. 1889. Rio de Janeiro : Francisco Alves.

RIBEIRO, Julio. 1881. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Jorge Seckler.

RIBEIRO, Julio. 1885. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Teixeira & Irmão. 2. ed. ref. e muito aum.

SOTERO DOS REIS, Francisco. 1877. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. Maranhão: Livraria de Magalhães. 3. ed. revista

Fontes secundárias

ALBUQUERQUE, Manoel M. de A.; REIS, Arthur Cezar Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de. 1977. *Atlas histórico escolar*. 7ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FENAME.

ALONSO, Miguel C. 2012. “Multidimensionalidad, Complejidad y Dinamismo em la historiografía lingüística y em su definición del concepto *tradición*” *Todas as Letras S.* v. 14. n.1. p.71-86.

ALTMAN, Cristina; COELHO, Olga. s/d. *Documenta Grammaticae et Historiae: projeto de documentação linguística e historiográfica (séculos XVI-XIX)*. São Paulo, CEDOCH - DL - USP. (site: www.fflch.usp.br/dl/documenta)

ALTMAN, Cristina. 2012. “História, estórias e historiografia da linguística brasileira”. *TODAS AS LETRAS S*, v. 14, n. 1, 2012.

ARENS, Hans. 1984. *Aristotle’s theory of language and its tradition: texts form 500 to 1750* – selection and commentary by Hans Arens. Amsterdam: Benjamins.

ARGOTE, Jerónimo Contador de. 1725. *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Lingua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*. Muito acrescentada, e correcta. Segunda impressão. - Lisboa Occidental : na Officina da Musica.

ARISTÓTELES. 2013. *Da Interpretação – tradução e comentários José Veríssimo Teixeira da Mata*. São Paulo: UNESP.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. 1803[1660]. *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal. Paris: de l’imprimerie de Munier.

AZEVEDO FILHO, Leodegário de. 2002. “Os estudos filológicos e linguísticos no Brasil – uma tentativa de periodização” In: *Anais do Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas do mundo lusófono*. Rio de Janeiro: Editora Ágora da Ilha.

AUROUX, Sylvain. 2009[1992]. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. 2ª ed. [tradução do francês de Eni Puccinelli Orlandi]. São Paulo: Editora Unicamp.

BEAUZÉE, Nicolas. 1767. *Grammaire Générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*. Tome Premier. Paris: J. Barbou.

BARROS, João de. 1540. *Grammatica da lingua portugueza*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum.

BARROS, José D'Assunção. 2004. *Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História*. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004 - ISSN: 1676-2584

BATTISTA, Emiliano. 2011. *La Gramática castellana* (1914) de Manuel de Montoliu. Un análisis de sus concepciones gramaticales y lingüísticas. *RAHL*, n. III, v. 1 pp. 1-28.

BECCARI, Alessandro J. 2013. “Uma tradução da Grammatica Speculativa, de Tomás de Erfurt, para o português: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário. Tese de Doutorado. UFPR.

BECKER, Karl Ferdinand. 1845[1830]. *A Grammar of the German Language*. Second Edition: greatly improved. [Ed. by Bernhard Becker] London: Longman, Brown, Green, and Longmans.

BENVENISTE, Émile. 2005. “Categorias de pensamento e categorias de língua” In: Problemas de Linguística Geral. Campinas: Pontes.

BLOOMFIELD, Leonard. 1966[1933]. *Language*. New York: Holt, Rinehart and Wilson.

BORGES NETO, José. 2012. “Gramática Tradicional e Linguística Contemporânea: continuidade ou ruptura?” *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, v. 14, n.1.

BOUARD, Bérengère. 2007. “Structure de la proposition et construction verbale: régime, complément et transitivité dans les grammaires françaises 1651-1863”. Thèse de Doctorat. Université Paris Diderot (Paris 7).

BURGRAFF, Pierre. 1863. *Principes de grammaire générale, ou, Exposition raisonnée des éléments du langage*. Liège: Imprimerie de H. Dessain.

BURKE, Peter. 1992. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP.

CAVALIERE, Ricardo. 2001. “Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil”. *Alfa*. v. 45. p. 49-69.

CASTILHO, Ataliba, T. de. 1962. *Estudos Linguísticos no Brasil*. Alfa 2. pp. 135-143.

CHAPANSKI, Gissele. 2003. *Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

CHEVALIER, Jean-Claude. *Histoire de la syntaxe: naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*. Genève : Librairie Droz, 1968.

COELHO, Olga et al. 2010. *Documenta Grammaticae et Historiae: projeto de documentação linguística e historiográfica do Português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo, CEDOCH - DL - USP.

COELHO, Olga; DANNA, Stela M. D. G.; POLACHINI, Bruna S. 2013. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. “O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX.” n.43, v.46. Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, 2013.

COELHO, Olga; DANNA, Stela M. D. G. 2015. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. “História da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil em cinco gramáticas do século XIX”. 2015. N. 49. P. 215-245.

COLOMBAT, Bernard. 1992. “L’adjectif: perspectives historique et typologique” In: *Histoire Épistémologie Langage*. 1992. n. 14. v. 1, p. 5-23.

COXITO, Amândio A. 1981. *Lógica, semântica e conhecimento: na escolástica peninsular pré-renascentista*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.

ELIA, Silvio. 1975. “Os Estudos Filológicos no Brasil” In: *Ensaio de Filologia e Linguística*. Rio de Janeiro: Grifo. 2ª ed. pp. 117-176. 1975.

FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Márcia. A. G. 2006. *As Concepções Linguísticas no Século XIX: A gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

FOUCAULT, Michel. 2007. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

FURET, François. 1991. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva. v. I.

GARCÍA, Ventura S. 2004. “El tratamiento de la cópula verbal em la historia del pensamiento lingüístico”. *Estudios de Lingüística: el verbo*. p. 529-557.

GRAFFI, Giorgio. 2001. *200 years of syntax: a critical survey*. Studies in the History of the Language Sciences 98. Amsterdam: John Benjamins.

HALLEWELL, Laurence. 2009. *O Livro no Brasil: sua história*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edusp.

HARRIS, James. 1806[1751]. *Hermes or A Philosophical inquiry concerning vniversal grammar*. The sixth edition. London: Printed for F. Wingrave.

HJELMSLEV, Louis. 2003. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.

HYMES, Dell H. 1983. “Traditions and Paradigms” In: _____. *Essays in the history of linguistic anthropology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

ITKONEN, Esa. 1991. *Universal history of linguistics: India, China, Arabia, Europe*. Amsterdam: John Benjamins.

KEMMLER, Rolf. 2013. “A primeira gramática da língua portuguesa impressa no Brasil: a Arte de grammatica portugueza (1816) de Inácio Felizardo Fortes.” *Revista Confluência*, n. 45, p. 61-82.

KOERNER, Konrad. 1989a. "Models in Linguistic Historiography" In: _____. 1989. *Practicing Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. p.47-59.

KOERNER, Konrad. 1989b. "On the problem of 'influence'" In: _____. *Practicing Linguistic Historiography*. Series III - Studies in the history of the language sciences, v. 50. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

KOERNER, Konrad. 2014. "Questões que persistem na historiografia linguística" In: _____. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados – Seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman*. Coleção e Linguística 11 – Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-montes e Alto Douro. Vila Real: MMXIV.

KUHN, Thomas S. 2009[1962]. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Editora Perspectiva, São Paulo.

LAUWERS, Peter. 2004. *La description du français entre la tradition grammaticale et la modernité linguistique: étude historiographique et épistémologique de la grammaire française entre 1907 et 1948*. Serie Orbis Supplementa v. 24. Leuven: Peeters.

LEROY, Maurice. 1977. *As grandes correntes da linguística moderna*. São Paulo: Cultrix.

MACIEL, Maximino. 1918[1910]. "Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa" In: _____. 1918. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 7ª ed.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. 2013. "A Palavra e o Império: Manoel de Freitas Brasileiro e a Nova Grammatica Ingleza e Portuguesa". *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. n. 31, v. 1.

MASON, Charles P. 1858. *English Grammar – including the principles of grammatical analysis*. Eighteenth Edition (revises and enlarged). London: Bell & Daldy, York Street, Covent Garden.

MATTOSO CÂMARA, Joaquim. 1975. *História da linguística*. Petrópolis: Editora Vozes.

MORAES, Jorge Viana de. *Arte de grammatica portugueza (1816) de Ignacio Felizardo Fortes: a construção teórica sobre as figuras de sintaxe e as figuras de dicção*. Cadernos de Pós-graduação em Letras do Mackenzie, 2015, volume 15, nº1, pp. 188-206.

MOUNIN, Georges. 1967. *Histoire de la linguistique: des origines au XXe siècle*. Paris: PUF.

MURAKAWA, Clotilde de A. A. 2006. *Antônio de Moraes Silva: lexicógrafo de língua portuguesa*. Araraquara, SP: Laboratório Editorial da FCL, UNESP: Cultura Acadêmica Editora.

MURRAY, Stephen O. 1994. "Chapter 1: Theory Groups in Science" In: _____. *Theory groups and the study of language in North America: a social history*. (Studies in the history of the language sciences, 69.) Amsterdam: Benjamins. p. 1-26.

NASCENTES, Antenor. “A filologia portuguesa no Brasil (esboço histórico)” In: _____. *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 21-45. 1939.

NEBRIJA, Antonio. 1492. *Grammatica de la lengua catellana*.

NOGUEIRA, Sonia Maria. 2009. “Estudos Historiográficos e o Ensino de Língua Portuguesa.” do CNLF, Vol. XIII, Nº 04.

OBREGÓN, Diana. 2002. “La construcción social del conocimiento: los casos de Kuhn y de Fleck” *Revista Colombiana de Filosofía de la Ciencia*, año/vol.3, número 6-7. Universidad El Bosque, Bogotá, Colombia, pp.41-68.

OLIVEIRA, Fernão. 1536. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lixboa : e[m] casa d'Germão Galharde

PARREIRA, Andressa D. *Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX*. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca. Faculdade de Filologia. Julio de 2011.

PERCIVAL, Keith. 1976. “The applicability of Kuhn’s Paradigms to the History of Linguistics”. *Language*, Vol. 52, No. 2. p. 285-294.

PESSOA SANTOS, Maria Helena. 2010. *As ideias linguística portuguesas na centúria de oitocentos*. Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

POLACHINI, Bruna S. 2013. “O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do português do século XIX: estudo historiográfico” Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP. 2013.

POLACHINI, Bruna S. et al (Orgs.). 2015. *Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH* – vol. 1. São Paulo : FFLCH.

POLACHINI, Bruna S. 2016. “Difficulties in dealing with continuities and discontinuities in 19th-century Brazilian grammar’s treatment of syntax: a ‘complex’ periodization”. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES; Gonçalo; KEMMLER, Rolf (Orgs.). *Tradition and Innovation in the History of Linguistics*. Münster: Nodus Publikationen. p.286-295

POLACHINI, Bruna S. ; DANNA, Stela M. G. D. 2016. “Dados sintáticos do português brasileiro em gramáticas brasileiras oitocentistas”. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 45, v.1, p. 192-202, 2016.

RABY, Valérie. 2000. “La proposition dans la grammaire generale francaise (1660-1803)” Thèse de Doctorat. Université Paris Diderot (Paris 7).

RAZZINI, Marcia de P. G. 2000. “O Espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)” Tese de Doutorado. UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem.

REIS, José C. 2000. “Anos 1850: Varnhagen - O elogio da colonização portuguesa” In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. p.23-50.

- REIS LOBATO, António José dos. 1770. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica.
- RIBEIRO, Julio. 2007. *Cartas Sertanejas; Procellarias*. São Paulo: Fundap / Imprensa Oficial.
- ROBINS, Robert Henry. 1967. *A short history of linguistics*. London: Longmans.
- ROBOREDO, Amaro. 1619. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Salamanca. Edição de Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ROSIELLO, Luigi. 1967. *Linguistica Illuminista*. Bologna: Il Mulino. 1967.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1883. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Primeiro volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1893. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Segundo volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1895. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Terceiro volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1898. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Quarto volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1898. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Quinto volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1899. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Quinto volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1900. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Sexto volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1902. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Sétimo volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- SANCTIUS, Franciscus. 1587 *Minerva sive de causis linguae latinae*. Salamanca: Renaut.
- SCHÄFER-PRIEß, Barbara. 2002. “Entre a gramática filosófica e a linguística histórico-comparativa: Francisco Solano Constâncio e sua *Grammatica analytica da lingua portugueza* de 1831” In: _____; Rolf Kemmler & Schönberger (eds.). 2002. *Estudos de história da gramaticografia e lexicologia portuguesas*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea.
- SOARES BARBOSA, Jerônimo. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia de Sciencias. 1822.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. S.D. *Teoria da história*. São Paulo: Cultrix.
- SILVA, 2011. Maria Beatriz Nizza da. “Reflexões sobre a ciência histórica”. *Estado de São Paulo*, 12/02/2011. Disponível em

<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral/reflexoes-sobre-a-ciencia-historica-imp-678502> (Acessado em 08/2016)

SWIGGERS P.; DESMET P., JOOKEN L. 1996. "Metahistoriography meets (linguistic) historiography." In Schmitter, P. (Ed.), Van derWal, M. (Ed.), *Metahistoriography: theoretical and methodological aspects in the historiography of linguistics*. Special Conference on metahistoriography. Noordwijk, 11-12 April 1996 (pp. 29-59). Münster: Nodus.

SWIGGERS, Pierre. 1990. *Reflections on (models for) Linguistic Historiography*. In: Hüllen (Ed. 1990) p. 21-34.

SWIGGERS, Pierre. 1997. *Histoire de la pensée linguistique – analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIX^e siècle*. Paris : Presses Universitaires de France.

SWIGGERS, Pierre. 2004. "Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística". *Nuevas Aportaciones a la historiografía lingüística*. Actas del IV Congresso Internacional de la SEHL. La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003. p.113-146.

SWIGGERS, Pierre. 2009. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*, 1, 67-76.

SWIGGERS, Pierre. 2010a. "Le métalangage de la linguistique: réflexions à propos de la terminologie e de la terminographie linguistiques". *Revista do GEL*. v. 7, n. 2, p. 9-29.

SWIGGERS, Pierre. 2010b. "História e Historiografia de Linguística : Status, Modelo e Classificações" [trad. de Cristina Altman]. *Eutomia*. p.1-17.

SWIGGERS, Pierre. 2013. "A Historiografia da Linguística: Objeto, Objetivos, Organização" [trad. de Ricardo Cavaliere]. *Revista Confluência*. n.44/45. p. 39-50.

VAQUERA, María Luisa. 1986. *Hitoria de la gramática española (1847-1920: de A. Bello a R. Lenz*. Madrid: Gredos.

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. 2008. *A Grammatica portuguesa, de Júlio Ribeiro: um corte epitemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil*. Tese de Mestrado. FFLCH/USP, São Paulo.

VIVEIROS, Jerônimo de. S.D. *Apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular do Maranhão*. Disponível em < <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/> > (Acesso em 02/2017).

WHITNEY. William D. 1879[1877]. "Chapter I. Introductory: language and grammar" In: _____. *Essentials of English Grammar: for the use of schools*. Boston: Ginn and Heath. p. 1-5

APÊNDICE A | Referência completa das gramáticas

Referência completa das gramáticas encontradas em ordem cronológica¹³²

Os números nos nomes das gramáticas servem como índices para que se possa consultar sua referência completa sempre que for necessário. As categorias da referência completa são:

Ano de publicação. SOBRENOME, Nome do autor (Biodatas). *Título e subtítulo da obra* [sigla de tipo de título] [público-alvo/dedicatória-sigla]. Número da edição [tipo de edição, ver também [número de outras edições]]. Local de publicação: casa impressora. Número de páginas. — Citação e comentários em fontes secundárias: Sacramento Blake (1883:XX) [comentário]; Cavaliere (2001:XX); Parreira (2011:XX).

Quando não tivermos acesso a algum(ns) dos itens da referência completa, este(s) será(ão) substituído(s) por hífen(s): -.

1800

- [1]. 1806. MORAIS SILVA, Antonio de (1757 Rio de Janeiro – 1824 Pernambuco). *Epitome da grammatica portugueza* [Xgp] [-]. 1ª edição [Edição mais antiga conhecida, ver também [3] [12]]. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira. 165p. – Sacramento Blake (1883); Nascentes (1939); Cavaliere (2001); Azevedo Filho (2002); Parreira (2011); Polachini (2013).

1810

- [2]. 1810. FORTES, Padre Inácio Felizardo Fortes (último quartel do século XVIII – 1856 Cabo Frio). *Arte da grammatica portugueza, para uso dos seus discipulos* [Xgp] [Alunos-A]. 1ª edição [Edição mais antiga conhecida, ver também [4] [7] [23] [31] [36] [53]]. Rio de Janeiro: Imp. Régia. -p. – Sacramento Blake (1895); Kemmler (2012).
- [3]. 1813. MORAIS SILVA, Antonio de (1757 Rio de Janeiro – 1824 Pernambuco). *Epitome da grammatica portugueza* [Xgp] [-] In *Diccionario da Lingua Portugueza*. 2ª edição [edição posterior, ver também [1] [12]]. Lisboa: Typographia Lacerdena. 48p. – Sacramento Blake (1883).
- [4]. 1816. FORTES, Padre Inácio Felizardo Fortes (último quartel do século XVIII – 1856 Cabo Frio). *Arte da grammatica portugueza, para uso dos seus discipulos* [Xgp] [Alunos-A]. 2ª edição [edição posterior, ver também [2] [7] [23] [31] [36] [53]]. Rio de Janeiro: Imp. Régia. -p. – Sacramento Blake (1895); Kemmler (2012).
- [5]. 1823. TILBURY, Guilherme Paulo (? Inglaterra – 1862 Rio de Janeiro). *Breve explicação sobre a grammatica, contendo quanto basta e o que é de absoluta necessidade saber da grammatica portugueza para aprender qualquer outra*

¹³² Quando duas gramáticas haviam sido publicadas no mesmo ano, organizamos de acordo com a ordem alfabética dos sobrenomes dos autores.

lingua. [Xgpx] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: -. -p. - Sacramento Blake (1895).

1820

- [6]. 1824. MORAIS SILVA, Antonio de (1757 Rio de Janeiro – 1824 Pernambuco). *Grammatica Portugueza* [Gp] [-]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: Typographia de Silva Porto, e Comp. Xp. 91p. – Sacramento Blake (1883)
- [7]. 1825. FORTES, Padre Inácio Felizardo Fortes (último quartel do século XVIII – 1856 Cabo Frio). *Arte da grammatica portugueza, para uso dos seus discipulos* [Xgp] [Alunos-A]. 3ª edição “mais correcta e augmentada”. [edição posterior modificada, ver também [2] [4] [23] [31] [36] [53]]. Rio de Janeiro: -. -p. - Sacramento Blake (1895);
- [8]. 1828. ALENCASTRO. José Joaquim (?-?). *Resumo das quatro partes da grammatica portugueza* [Xgp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: -, -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [9]. 1828. LOUREIRO, Lourenço Trido (1793 Portugal - 1870 Pernambuco). *Grammatica razoavel da lingua portugueza, composta segundo a melhor doutrina dos grammaticos antigos e modernos de differentes idiomas* [Gxlp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Nac., XXXIX-362p. – Sacramento Blake (1899)
- [10]. 1829. COSTA DUARTE. Pa. Antonio da (17??-?). *Compendio de grammatica portugueza para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos, offerecido ao illmo. e exmo. Senhor Cândido José de Araújo Vianna, presidente da provincia do Maranhão, deputado ás cortes legislativas, etc* [Xgp] [Instrução Primária, Pessoa (dedicatória) - BI]. 1ª edição [Edição mais antiga conhecida, ver também [19] [33] [44] [51] [105]]. Maranhão: Tipografia Nacional. 98p. – Parreira (2011); Polachini (2013).

1830

- [11]. 1832. CÉSAR. Casimiro Ferreira (?-?). *Manual pratico ou methodo resumido do ensino, recopilado dos mais adoptados e mais próprios para as aulas da lingua nacional do Brazil* [Xln] [Alunos, Nacional - AF]. -ed. [Única edição conhecida]. Bahia: -. -p. - Sacramento Blake (1893).
- [12]. 1832. MORAIS SILVA, Antonio de (1757 Rio de Janeiro – 1824 Pernambuco). *Epitome da grammatica portuguesa agora mais resumido, e em fôrma de dialogo, para uso de meninos*. [Xgpx] [Alunos-A]. -ed. [Edição posterior com título modificado]. Porto Alegre: C. Dubreuil. 91p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [13]. 1833. PAZ, João Alexandre da Silva (Rio de Janeiro ? - ?). *Grammatica elementar e methodica da lingua portugueza, composta e oferecida á mocidade fluminense* [Gxlp] [Alunos, Regional - AE]. -ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [18]]. Rio de Janeiro: -. 163p. – Sacramento Blake (1895)
- [14]. 1834. CÉSAR. Casimiro Ferreira (?-?). *Grammatica Portugueza dada pela terceira vez á luz por C. F. César* [Gp] [-]. 3ed. [Única edição conhecida]. Bahia: -. -p. - Sacramento Blake (1893)
- [15]. 1834. LOPES, Isidoro José (Rio Grande do Sul ? - ?). *Compendio de grammatica da lingua portugueza ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos* [Xglp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio Grande: -. -p. - Sacramento Blake (1899).

- [16]. 1835. CORUJA, Antonio Alvares Pereira. (1806 Porto Alegre - 1889 Rio de Janeiro). *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade riograndense* [Xgln] [Alunos, Regional - AE]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [26] [27] [29] [52] [69] [87] [92] [172]]. Porto Alegre: V. F. de Andrade. 68p. – Sacramento Blake (1883); Nascentes (1939); Castilho (1962); Cavaliere (2001); Azevedo Filho (2002); Parreira (2011); Polachini (2013).
- [17]. 1835. SOARES, Francisco José das Chagas (Rio de Janeiro ? - ?). *Arte da Grammatica portugueza, composta e offerecida à Sociedade Promotora da Instrucção, na corte do Brazil*. [Xgp] [Institucional - G]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. 112p. – Sacramento Blake (1895)
- [18]. 1836. PAZ, João Alexandre da Silva (Rio de Janeiro ? - ?). *Grammatica elementar e methodica da lingua portugueza* [Gxlp] [-]. -ed. [edição posterior, ver também [13]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.

1840

- [19]. 1840. COSTA DUARTE. Pa. Antonio da (17??-?). *Compendio de grammatica philosophica da lingua portugueza, escolhido pela congregação do Lyceu do Maranhão para uso do mesmo Lyceu. etc.* [Xgxp] [Regional, Institucional - EG]. 2ª ed, segunda edição acrescentada. [Edição posterior com título modificado, ver também [10] [33] [44] [51] [105]]. Maranhão:-. p. – Nascentes (1939), Castilho (1962), Azevedo Filho (2002).
- [20]. 1841. ALBUQUERQUE, Salvador Henrique (1813 Paraíba - 1880 Pernambuco). *Breve Compendio da Grammatica Portugueza* [Xgp] [-]. -ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [21]]. Recife: Tip. do Santos. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [21]. 1844. ALBUQUERQUE, Salvador Henrique (1813 Paraíba - 1880 Pernambuco). *Breve Compendio da Grammatica Portugueza* [Xgp] [-]. -ed. [edição posterior, ver também [20]]. Recife: Tip. do Santos. -p. – Parreira (2011); Polachini (2013).
- [22]. 1844. CORDEIRO, I. J. (? - ?). *Nova grammatica de lingua portugueza* [nGlp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: Col. B. Ottoni. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [23]. 1844. FORTES, Padre Inácio Felizardo Fortes (último quartel do século XVIII – 1856 Cabo Frio). *Arte da grammatica portugueza, para uso dos seus discipulos* [Xgp] [Alunos-A]. 9ª edição “mais correcta e augmentada” [edição posterior modificada ver também [2] [4] [7] [31] [36] [53]]. Rio de Janeiro: -. -p – Sacramento Blake (1895);
- [24]. 1845. LOPES, Guilherme Antonio (? - ?). *Lingua Portugueza. Resumo explicativo de grammatica portugueza para uso das escolas de instrucção primaria* [Xgp] [Instrução Primária - B]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: Typ. do G. Globo. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [25]. 1846. ALBUQUERQUE, Salvador Henrique (1813 Paraíba - 1880 Pernambuco). *Compendio de grammatica portugueza, extrahido de diversos autores e offerecido a seus alumnos* [Xgpx] [Alunos]. 6ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [42] [94]]. Pernambuco:-. 117p. – Sacramento Blake (1902)
- [26]. 1846. CORUJA, Antonio Alvares Pereira. (1806 Porto Alegre - 1889 Rio de Janeiro). *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade riograndense* [Xgln] [Alunos, Regional - AE]. 4ª ed. “ampliada e mais correcta”

- [edição posterior modificada, ver também [16] [27] [29] [52] [69] [87] [92] [172]]. Rio de Janeiro: Tip. Francesa. 72p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [27]. 1847. CORUJA, Antonio Alvares Pereira. (1806 Porto Alegre - 1889 Rio de Janeiro). *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade riograndense* [Xgln] [Alunos, Regional - AE]. 5ª ed. “ampliada, e mais correcta” [edição posterior modificada, ver também [16] [26] [29] [52] [69] [87] [92] [172]]. Rio de Janeiro: Tip. Francesa. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [28]. 1848. PASSOS, José Alexandre (1808 Alagoas - 1878 Alagoas). *Compendio da grammatica portugueza pelo methodo analytico, recopilado especialmente das grammaticas de Moraes e Constancio, e accommodado á intelligencia dos meninos; dedicado á mocidade brasileira* [Xgpx] [Alunos, Nacional - AF]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: Tip. De M. A. Silva Lima. 117p. – Sacramento Blake (1906); Parreira (2011); Polachini (2013).
- [29]. 1849. CORUJA, Antonio Alvares Pereira. (1806 Porto Alegre - 1889 Rio de Janeiro). *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade riograndense* [Xgln] [Alunos, Regional - AE]. 5ª ed. [edição posterior, ver também [16] [26] [27] [52] [69] [87] [92] [172]]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1883)

1850

- [30]. 1850. CONDURÚ, Fillippe Benicio de Oliveira Condurú (? - ?). *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa* [Gxlp] [-]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [157]]. -:-. p. – Nogueira (2009)
- [31]. 1851. FORTES, Padre Inácio Felizardo Fortes (último quartel do século XVIII – 1856 Cabo Frio). *Arte da grammatica portugueza, para uso dos seus discipulos* [Xgp] [Alunos-A]. 12ª edição [edição posterior, ver também [2] [4] [7] [23] [36] [53]]. Rio de Janeiro: -. -p. – Sacramento Blake (1895);
- [32]. 1851. SUSANO, Luís da Silva Alves de Azambuja (1791 Rio de Janeiro - 1873 Espírito Santo). *Compendio da grammatica portugueza para uso das escholas primarias. Escripto. etc.* [Xgp] [Instrução Primária - B]. -ed. [Única edição Conhecida]. Rio de Janeiro: Tip. de Laemmert. 54p. – Sacramento Blake (1899)
- [33]. 1853. COSTA DUARTE. Pa. Antonio da (17??-?). *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras lettras da provincia.* [Xgxp] [Institucional, Instrução Primária, Regional - BEG]. 3ª ed [edição posterior, ver também [10] [19] [44] [51] [105]]. Maranhão: Livraria do Editor F. Fructuoso Ferreira. 170p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [34]. 1853. CRUZ, Policarpo José Dias (? Rio de Janeiro - 1865 Rio de Janeiro). *Compendio de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. -ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [62] [70] [110]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [35]. 1854. CAJA, Jose Ferreira Santos (Bahia ? - ?). *Compendio da grammatica portugueza, resumido para uso das escolas de primeiras lettras, extraido dos autores de melhor nota e mais seguidos neste imperio do Brazil e reino de Portugal* [Xgpx] [Instrução Primária - B]. 2ª ed. [Única edição conhecida]. Salvador: A. J. N. Bandeira. -p. – Sacramento Blake (1898).

- [36]. 1855. FORTES, Padre Inácio Felizardo Fortes (último quartel do século XVIII – 1856 Cabo Frio). *Arte da grammatica portugueza, para uso dos seus discipulos* [Xgp] [Alunos-A]. 13ª edição [edição posterior, ver também [2] [4] [7] [23] [31] [53]]. Rio de Janeiro: -. -p. – Sacramento Blake (1895);
- [37]. 1855. PASSOS, José Alexandre (1808 Alagoas - 1878 Alagoas). *Resumo da grammatica portugueza para uso das escolas de primeiras lettras* [Xgp] [Instrução Primária - B]. 2ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [64] [84]]. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio de Brito & Braga. -p. – Nascentes (1939); Castilho (1962); Azevedo Filho (2002).
- [38]. 1855. SILVEIRA, Cyrillo Dillermundo da. (Ceará ? – Rio de Janeiro ?). *Compendio de grammatica da lingua portugueza: obra adoptada pelo conselho de instrucção publica* [Xglp] [Institucional - G]. -ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [58] [89] [138]]. Rio de Janeiro:-. 128p. – Sacramento Blake (1893)
- [39]. 1856. ANDRADE, Joao Nunes de (1800 Beira (Portugal) - 1861 Rio de Janeiro – Foi para RJ em 1843). *Novo compêndio de eloquência grammatical da lingua portugueza por systema philosophico* [nXglp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1898)
- [40]. 1857. GRAÇA, Manoel Fernandes da Cunha. (1824 Portugal - ? Brasil). *Elementos de grammatica portugueza, colligidos para uso de seus alumnos* [Xgp] [Alunos - A]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. p. – Sacramento Blake (1900)
- [41]. 1858. ALBERTO JUNIOR, Philippe Jose (? - ?). *Grammatica ecletico-rudimentaria da lingua portugueza* [Gxlp] [-]. 5ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [146]]. Bahia:-. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [42]. 1858. ALBUQUERQUE, Salvador Henrique (1813 Paraíba - 1880 Pernambuco). *Compendio da grammatica portugueza* [Xgp] [-]. -ed. [edição posterior, ver também ver também [20] [94]]. Recife: Tip. Universal. 143p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [43]. 1859. ALBERTO JUNIOR, Philippe Jose (? - ?). *Grammatica da lingua portugueza* [Glp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: Moderna. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [44]. 1859. COSTA DUARTE. Pa. Antonio da (17??-?). *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras lettras da provincia.* [Xgxl] [Institucional, Instrução Primária, Regional - BEG]. 5ª ed, [edição posterior, ver também [10] [19] [33] [51] [105]] Maranhão: Tipografia do Frias. 121p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [45]. 1859. CRUZ, Policarpo José Dias (? Rio de Janeiro - 1865 Rio de Janeiro). *Postillas de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. -ed. [Única edição conhecida] Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1902)

1860

- [46]. 1860. BARKER, Antonio Maria (1792 Porto - 1853 Brasil [veio ao Brasil em 1810]). *Grammatica da lingua portugueza em forma de dialogo, que para intelligencia da orthographia contem o que é absolutamente indipensavel, etc.* [Glp] [-]. 8ª ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. 59p. – Sacramento Blake (1883)

- [47]. 1860. BORGES, Abílio César (1824 Bahia - ?). *Grammatica da lingua portugueza* [Glp] [-]. 6ª ed. [Edição posterior com título modificado, ver também [104] [206]]. -:- . -p. – Sacramento Blake (1883:3) ["A Grammatica da lingua portugueza, publicada com o titulo de « Epitome da grammatica portugueza » (ver [206]) até á quinta edição, foi publicada em edição posterior, dando-lhe o autor novo plano e desenvolvimento, do modo que se pôde considerar um trabalho inteiramente novo, como elle diz, mas com mudança de titulo, que se conserva na ultima edição, que é: — Resumo da grammatica portugueza. 7a edição, augmentada e melhorada segundo os grammaticos mais modernos, adoptada em varias escolas publicas do império do Brazil. Bruxellas, 1877 — Nesta edição foi o livro expurgado de alguns erros que ainda na anterior existiam."]
- [48]. 1860. RUBIM, Joaquim Frederico Kiappe da Costa (1831 Porto - 1866 Corrientes (Argentina), naturalizado brasileiro). *Novo methodo da grammatica portugueza composto em verso rimado, aprovado e adoptado para as aulas da provincia do Ceará e pelo Conselho director da instrucção publica da mesma provincia* [nXgp] [Regional, Institucional - EG]. -ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [56] [119]]. Rio de Janeiro:- 219p. – Sacramento Blake (1898)
- [49]. 1861. BEZERRA, Manuel Soares da Silva (1810 Ceará – 1888 Fortaleza). *Compendio da grammatica philosophica do lyceu provincial* [Xgx] [Institucional, Regional - EG]. -ed. [Única edição conhecida]. Ceará: Tip. Social . IV-128p. – Sacramento Blake (1900); Catálogo da BNP ["Inoc. Anota o seguinte: "No prefacio explica o auctor como pretendeu seguir uma vereda nova, não se limitando, como outros, "aos tratadinhos de palavras que estão em moda, com as novidades de algumas subtilezas e argucias"]]
- [50]. 1862. BITHENCOURT, Raimundo Câmara (Rio de Janeiro ? - ?). *Epitome da grammatica philosophica da lingua portugueza* [Xgxp] [-]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: Editores E. & H. de Laemmert. vii-144p. – Sacramento Blake (1902); Catálogo da BNP ["o auctor seguiu principalmente a doutrina de Jerónimo Soares Barbosa"]].
- [51]. 1862. COSTA DUARTE, Antonio. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza escolhida pela congregação do liceo do Maranhão para uso do mesmo, e das aulas de primeiras letras da provincia.* [Xgxp] [Institucional, Instrução Primária, Regional - BEG]. 5ª ed. [edição posterior, ver também [10] [19] [33] [44] [105]]. Maranhão: Antonio Pereira Ramos D'Almeida. 152p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [52]. 1862. CORUJA, Antonio Alvares Pereira. (1806 Porto Alegre - 1889 Rio de Janeiro). *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade riograndense* [Xgln] [Alunos, Regional - AE]. -ed. [edição posterior, ver também [16] [26] [27] [29] [69] [87] [92] [172]]]. Rio de Janeiro:- . -p. – Sacramento Blake (1883)
- [53]. 1862. FORTES, Padre Inácio Felizardo Fortes (último quartel do século XVIII – 1856 Cabo Frio). *Arte da grammatica portugueza, para uso dos seus discipulos* [Xgp] [Alunos-A]. 14ª edição [edição posterior, ver também [2] [4] [7] [23] [31] [36]]. Rio de Janeiro: -. -p – Sacramento Blake (1895).
- [54]. 1862. ORTIZ, José (? - ?); PARDAL, Candido Matheus de Faria (Rio Grande do Sul – 1888 Rio de Janeiro). *Novo systema de estudar a grammatica portugueza por meio de memória, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente* [Xgpx] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Vitória:- . -p. – Sacramento Blake (1899); Nascentes (1939:24)
- [55]. 1862. RIBEIRO, Joaquim Sabino Pinto (1812 Rio de Janeiro - 1863). *Compendio de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:- . -p. – Sacramento Blake (1899)
- [56]. 1862. RUBIM, Joaquim Frederico Kiappe da Costa (1831 Porto - 1866 Corrientes (Argentina)). *Novo methodo da grammatica portugueza composto em verso*

- rimado, aprovado e adoptado para as aulas da provincia do Ceará e pelo Conselho director da instrucção publica da mesma provincia* [nXgp] [Regional, Institucional - EG]. -ed. [edição posterior, ver também [48] [119]]. Rio de Janeiro/Ceará: E. & H. Laemmert. (RJ), mas impresso no Ceará: Typographia Cearense 219p. – Sacramento Blake (1898)
- [57]. 1862. SENNA, José Bernardino de Senna (Pernambuco ? - ?). *Lições de grammatica portugueza, destinadas ao uso dos alumnos de ambos os sexos que frequentam as aulas de primeiras lettras* [Xgp] [Alunos, Instrução Primária - AB]. -ed. [Única edição conhecida]. Pernambuco:-. -p. – Sacramento Blake (1898)
- [58]. 1862. SILVEIRA, Cyrillo Dillermundo da. (Ceará ? – Rio de Janeiro ?). *Compendio de grammatica da lingua portugueza: obra adoptada pelo conselho de instrucção publica* [Xglp] [Institucional – G]. -ed. [edição posterior, ver também [38] [89] [138]]. -:-. -p. – Sacramento Blake (1893).
- [59]. 1862. SOTERO DOS REIS, Francisco (1800 Maranhão – 1871 Maranhão). *Postillas da grammatica geral applicada á lingua portugueza: pela analyse dos classicos, ou guia para a construcção portugueza* [Xgx] [-]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [77]]. Maranhão: s.n. -p. – Sacramento Blake (1895); Castilho (1862); Elia (1975); Azevedo Filho (2002).
- [60]. 1862. TILBAULT, José Vicente (Rio Grande do Sul ? - ?). *Grammatica elementar, methodica do Brazil para uso das aulas de ensino primario* [Gxb] [Instrução Primária - B]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. 110p. – Sacramento Blake (1899)
- [61]. 1863. CARVALHO, Manoel Domingos (? - ?). *Elementos de grammatica portugueza para uso dos alumnos do mesmo estabelecimento* [Xgp] [Alunos, Institucional (? - AG)]. -ed. [Única edição conhecida]. Bahia: Tip. Poggetti. 46p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [62]. 1863. CRUZ, Policarpo José Dias (? Rio de Janeiro - 1865 Rio de Janeiro). *Compendio da grammatica portugueza* [Xgp] [-]. 3ª ed. [edição posterior, ver também [34] [70] [110]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1902)
- [63]. 1863. KOEFFER, Frederico Adão Carlos (1822 Prússia - ?). *Resumo da grammatica nacional, adequado ao ensino methodico dos principiantes* [Xgn] [Alunos, Instrução Primária - Ab]. -ed. [Única edição conhecida]. Porto Alegre:-. 64p. – Sacramento Blake (1895)
- [64]. 1863. PASSOS, José Alexandre (1808 Alagoas – 1878 Alagoas). *Resumo da grammatica portugueza*. [Xgp] [-]. ed. [edição posterior, ver também [37] [84]]. Rio de Janeiro: Tip. Nacional. 163p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [65]. 1864. CASTILHO, Francisco Alves da Silva (Desterro ? - ?). *Preliminares de grammatica, dispostos em leitura apropriada para exercitar a intelligencia dos principiantes e preparal-os para o estudo desta doutrina em obras de maior desenvolvimento, representando o systema grammatical figurado por meio da arvore da sciencia* [Xg] [Instrução Primária - B]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. p. – Sacramento Blake (1899) [Grammatica pittoresca ou systema grammatical explicado pela arvore da sciencia: mappa appenso aos Preliminares de grammatica da Escola brasileira]
- [66]. 1864. MURICI, João da Veiga (1806 Bahia - 1890). *Grammatica Geral...* [Gx] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Bahia: Typ. Constitucional de França Guerra. 59p. – Sacramento Blake (1898)
- [67]. 1864. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes (1823 Rio de Janeiro - 1876). *Grammatica da infância, dedicada aos senhores professores de instrucção*

- primaria* [Gx] [Instrução Primária, Professor - BJ]. ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 150p. – Sacramento Blake (1898)
- [68]. 1865. BEZERRA, Manuel Soares da Silva (1810 Ceará - 1888 Fortaleza). *Compendio de grammatica portugueza para uso do atheneu cearense e das escolas primarias* [Xgp] [Instrução Primária, Institucional, Regional - BEG]. -ed. [Única edição conhecida]. Ceará: Tip. Social. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [69]. 1865. CORUJA, Antonio Alvares Pereira. (1806 Porto Alegre - 1889 Rio de Janeiro). *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade riograndense* [Xgln] [Alunos, Regional - AE]. “Nova Edição ampliada” -ed. [edição posterior modificada, ver também [16] [26] [27] [29] [52] [87] [92] [172]]. Rio de Janeiro:-. 99p. – Sacramento Blake (1883)
- [70]. 1865. CRUZ, Policarpo José Dias (? Rio de Janeiro - 1865 Rio de Janeiro). *Compêndio de grammatica portugueza, corrigido e emendado de accordo com os bons professores públicos da corte, por autorisação do Exm. Sr. conselheiro de Estado, director da instrucção publica, para uso das escolas publicas deste município* [Xgp] [Institucional, Regional - EG]. 4ª ed “corrigida e emendada”. [edição posterior modificada, ver também [34] [62] [110]] Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1902)
- [71]. 1865. GRIVET, Charles Adrian (1816 Suíça – 1876 Rio de Janeiro). *Grammatica analytica da lingua portuguesa* [Gxlp] [-]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. p. – Nascentes (1939); Castilho (1962); Elia (1975); Cavaliere (2001); Azevedo Filho (2002); Polachini (2013).
- [72]. 1865. IBIRAPITANGA, Antonio Gentil. (1805 Bahia - ?). *Compendio grammatical, reduzido a dialogo, para uso dos principiantes do ensino das primeiras lettras* [Xg] [Alunos, Instrução Primária - AB]. –ed “nova edição”. [Edição mais antiga conhecida, ver também [97]]. Bahia:-. -p. – Sacramento Blake () [Esta não é a primeira edição deste compêndio, entretanto nada se declara no frontispício do livro, e ainda ocorre á primeira folha o seguinte sob o titulo de Advertência : «O mundo marcha o com elle a civilisação e a sciencia. Os erros se emendam e os enganos se corrigem. Vendo que a grammatica de Gentil, impressa ultimamente na França, não só veiu pejada de erros (alguns dos quaes pareceram ser do autor e não da impressão) resolvi-me, baseado na mesma grammatica, e fazendo as alterações que a sciencia grammatical exige, fazer uma nova edição e publical-a para maior intelligencia dos meninos de primeiras lettras.» E esta advertência nenhuma assignatura traz, nem ha indício de quem seja o autor della.]
- [73]. 1866. d’ALMEIDA, F. M. Rapozo (? - ?). *Elementos de grammatica portugueza segundo um systema mnemônico* [Xgpx] [-]. 2ª ed. [Única edição conhecida] Pernambuco:-. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [74]. 1866. MARTAGÃO, Bernadino Affonso (1815 Bahia - ? Bahia). *Compendio da grammatica da lingua portugueza para uso das aulas de primeiras lettras, mais correcto, recopilado e extrahido das melhores grammaticas, até o presente conhecidas, posto em ordem e offerecidos a mocidade brasileira etc.* [Xglpx] [Instrução Primária, Alunos, Nacional - ABF]. 8ª ed. [Única edição conhecida]. Bahia:-. -p. – Sacramento Blake (1883) [Tenho presente a nona edição desta obra, de 1866. Têm havido outras posteriores, porque este compêndio ainda é adoptado na provincia]
- [75]. 1866. SOTERO DOS REIS, Francisco (1800 Maranhão – 1871 Maranhão). *Grammatica portugueza, accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica, dedicada ao sr. Dr. Pedro Nunes de*

Leal [Gpx] [Pessoa (dedicatória) - I]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [85] [85][106]]. Maranhão: Tip. de B. de Matos. XI-274p. – Sacramento Blake (1898); Nascentes (1939); Elia (1975); Azevedo Filho (2002); Parreira (2011); Polachini (2013).

- [76]. 1868. SOARES, Vicente Rodrigues da Costa (? Portugal - 1884 Rio de Janeiro). *Curso elementar e theorico-pratico da grammatica nacional, aprovado pelo conselho director da instrucção publica* [Xgn] [Institucional - G]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. 182p. – Sacramento Blake (1902)
- [77]. 1868. SOTERO DOS REIS, Francisco (1800 Maranhão – 1871 Maranhão). *Postillas da grammatica geral applicada á lingua portugueza: pela analyse dos classicos, ou guia para a construcção portugueza* [Xgx] [-]. 2ª ed. [edição posterior, ver também [59]]. Maranhão: s.n. -p. – Polachini (2013).
- [78]. 1869. MORAIS, Alexandre José de Melo (1816 Alagoas – 1882 Rio de Janeiro). *Grammatica analytica da lingua portugueza, ensinada por meio de quadros analyticos, methodo facilimo para aprender a lingua* [Gxlp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1883)
- [79]. 1869. RABELLO, Laurindo José da Silva (1826 Rio de Janeiro - 1864). *Compendio de grammatica da lingua portugueza* [Xglp] [-]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [88]]. -:-. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.

1870

- [80]. 1870. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes (1823 Rio de Janeiro - 1876). *Grammatica theorica e pratica da lingua portugueza* [Gxlp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: Tip. De F. Alves da Sousa. 176p. – Sacramento Blake (1895)
- [81]. 1870. VILLEROY, Frederico Ernesto Estrella (? - ?). *Compendo da grammatica portugueza adoptado para uso das escolas da provincia do Rio Grande do Sul pelo respectivo Conselho Director da Instrucção Publica* [Xgp] [Institucional, Regional - EG]. -ed. [Única edição conhecida]. Porto Alegre: Typ. do Rio-grandense. - 80p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [82]. 1871. FREIRE DA SILVA, Augusto (1836 S. Luiz do Maranhão - ?); LEAL, Pedro Nunes (? - ?). *Noções de prosódia e orthographia para uso da infancia que frequenta as aulas do primeiro grau do instituto santista, intercaladas de um resumo da etymologia e syntaxe, extrahido da Grammatica portugueza de Francisco Sotero dos Reis pelo doutor Pedro Nunes Leal*. [X] [Instrução Primária, Institucional, Regional]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [96] [111] [136] [145] [173] [180]]. São Luiz do Maranhão:-. p. – Sacramento Blake ()
- [83]. 1871. ORTIZ, José (? - ?); PARDAL, Candido Matheus de Faria (1818 Rio de Janeiro - 1888). *Grammatica analytica e explicativa da lingua portuguesa* [Gxlp] [-]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [93] [102] [137] [162]]. Rio de Janeiro:-. p. – Sacramento Blake (1893, 1898)
- [84]. 1871. PASSOS, José Alexandre (1808 Alagoas - 1878 Alagoas). *Resumo da grammatica portugueza para uso das escolas de primeiras lettras* [Xgp] [Instrução Primária - B]. -ed. [edição posterior, ver também [37] [64]]. Maceió:-. 124p. – Sacramento Blake (1898).
- [85]. 1871. SOTERO DOS REIS, Francisco (1800 Maranhão – 1871 Maranhão). *Grammatica portugueza, accommodada aos principios geraes da palavra,*

- seguidos de immediata applicação pratica, dedicada ao sr. Dr. Pedro Nunes de Leal* [Gpx] [pessoa (dedicatória) - I]. 2ª ed. [edição posterior modificada, ver também [75] [85][106]]. Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C.. XI-304p. – Sacramento Blake (1898);
- [86]. 1871. TAYLOR, H. C (? - ?). *Grammatica da lingua nacional. Compendio adaptado ao ensino nas aulas de instrucção primaria*. [Gln] [Instrução Primária - B]. -ed. [Única edição conhecida]. Recife: Typ. de Santos & C.a. 112p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [87]. 1872. CORUJA, Antonio Alvares Pereira. (1806 Porto Alegre - 1889 Rio de Janeiro). *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade riograndense* [Xgln] [Alunos, Regional - AE]. -ed. [edição posterior, ver também [16] [26] [27] [29] [52] [69] [92] [172]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1883)
- [88]. 1872. RABELLO, Laurindo José da Silva (1826 Rio de Janeiro - 1864). *Compendio de grammatica da lingua portugueza: obra adoptada pelo governo imperial para uso das escolas regimentaes do exercito e para o ensino dos aprendizes artilheiros* [Xglp] [Alunos, Institucional – AG]. 2ª ed. [edição posterior, ver também [79]]. Rio de Janeiro: Typographia Esperança de Gaspar João José Vellozo. 158p. – Sacramento Blake (1899), Parreira (2011), Polachini (2013).
- [89]. 1872. SILVEIRA, Cyrillo Dillermundo da. (Ceará ? – Rio de Janeiro ?). *Compendio de grammatica da lingua portugueza: obra adoptada pelo conselho de instrucção publica* [Xglp] [Institucional - G]. 4ª ed. [edição posterior, ver também [38] [58] [138]]. Rio de Janeiro: Quirino & Irmão. -p. – Sacramento Blake (1893)
- [90]. 1872. SOUZA, Julio Cesar Ribeiro (1843 Acará (PA) - 1887). *Grammatica portugueza para as escolas primarias, adoptada e premiada pelo conselho da instrucção publica da provincia do Pará* [Gp] [Instrução Primária, Regional, Institucional - BEG]. -ed. [Única edição conhecida]. Pará:-. p. – Sacramento Blake (1899)
- [91]. 1873. ALBUQUERQUE, Salvador Henrique (1813 Paraíba - 1880 Pernambuco). *Rudimentos da grammatica portugueza* [Xgp] [-]. ed. [Única edição conhecida]. Recife: Tip. Commercial. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [92]. 1873. CORUJA, Antonio Alvares Pereira. (1806 Porto Alegre - 1889 Rio de Janeiro). *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade riograndense* [Xgln] [Regional]. –ed. “Nova edição” [edição posterior modificada, ver também [16] [26] [27] [29] [52] [69] [87] [172]]. Rio de Janeiro: Esperança. 99p. – Polachini (2013)
- [93]. 1873. ORTIZ, José (? - ?); PARDAL, Candido Matheus de Faria (1818 Rio de Janeiro - 1888). *Grammatica analytica e explicativa da lingua portuguesa* [Gxlp] [-]. 2ª ed. [edição posterior, ver também [83] [102] [137] [162]]. Rio de Janeiro: Nicolau-Alves. -p. – Sacramento Blake (1893, 1898)
- [94]. 1874. ALBUQUERQUE, Salvador Henrique (1813 Paraíba - 1880 Pernambuco). *Compendio da grammatica portugueza* [Xgp] [-]. “em edição posterior, dando-lhe novo plano e desenvolvimento”. [edição posterior, ver também ver também [25] [42]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1902).
- [95]. 1874. FRAZÃO, Manuel José Pereira (1836 Rio de Janeiro - ?). *Postillas de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-

- . 103p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [96]. 1875. FREIRE DA SILVA, Augusto (1836 S. Luiz do Maranhão - ?). *Compendio da grammatica portugueza* [Xgp] [-]. 2ª ed. “mais correcta e augmentada” [Edição Posterior com título modificado, ver também [82] [111] [136] [145] [173] [180]]. São Paulo: Tip. do Frias. 158p. – Sacramento Blake (1883); Castilho (1962); Parreira (2011); Polachini (2013)
- [97]. 1875. IBIRAPITANGA, (1805 Bahia - ?). *Compendio grammatical, reduzido a dialogo, para uso dos principiantes do ensino das primeiras letras* [Xg] [Instrução Primária]. –ed “nova edição”. [edição posterior, ver também [72]]. Bahia (Salvador): Off. Litho-typ. de J. C. Tourinho. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [98]. 1875. MARQUES, Filipe Pinto (? - ?). *Grammatica elementar da lingua portugueza extrahida dos melhores auctores e coordenada por...* [Gxlp] [-]. 2ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [128]]. Pará: C. Seidl. 152p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [99]. 1875. PIMENTEL, Francisco da Silveira da Ávila (? - ?). *Explicador de portuguez de conformidade com o programma do 1º anno do imperial collegio de Pedro II* [Xp] [Programa, Institucional, Instrução Primária - BGH]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. 136p. – Sacramento Blake (1895)
- [100]. 1876. CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino (1779 Recife - 1824). *Breve compêndio de grammatica portugueza, organisado em fôrma systematica, com adaptação á capacidade dos alumnos*. In: “Obras políticas e litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, colleccionadas pelo Commendados Antonio Joauim de Mello, em virtude da lei provincial n.º 900 de 25 de junho de 1869 mandadas publicar pelo exm. Sr. Commendados Presidente da Provincia - Desembargador Henrique Pereira de Lucena - Tomo II - [Xgpx] [Alunos - A]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. Recife: Typographia Mercantil. -p. – Sacramento Blake (1898); Parreira (2011); Polachini (2013).
- [101]. 1876. COSTA, Manuel Olimpio Rodrigues da (Bahia - 1891 Bahia). *Grammatica portugueza destinada ao curso do 1.º anno do Imperial Collegio Pedro Segundo* [Gp] [Instrução Primária, Institucional - BG]. -ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [149]]. Rio de Janeiro: Tip. Escola / Cinco de março. 112p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [102]. 1876. ORTIZ, José (? - ?); PARDAL, Candido Matheus de Faria (1818 Rio de Janeiro - 1888). *Grammatica analytica e explicativa da lingua portuguesa* [Gxlp] [-]. 3ª ed “aum”. [edição posterior modificada, ver também [83] [93] [137] [162]]. Rio de Janeiro: Nicolau-Alves. 151p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [103]. 1877. BEZERRA, Manuel Soares da Silva (1810 Ceará - 1888 Fortaleza). *Compendio de grammatica da lingua nacional* [Xgln] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Fortaleza:-. 80p. – Sacramento Blake (1900)
- [104]. 1877. BORGES, Abílio César (1824 Bahia - ?). *Resumo da grammatica portugueza* [Xgp] [Institucional - G]. 7ª ed “augmentada e melhorada segundo as grammaticas mais modernas, adoptadas em varias escolas publicas do imperio do Brasil” [Edição posterior com título modificado, ver também [47] [206]]. Bruxelas: Typ. Guyot. -p. – Sacramento Blake (1883:3)
- [105]. 1877. COSTA DUARTE. Pa. Antonio da (17??-?). *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras letras da*

- provincia*. [Xgxp] [Institucional, Instrução Primária, Regional - BEG]. 6ª ed, [edição posterior, ver também [10] [19] [33] [44] [51]]. Maranhão:-. 121p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [106]. 1877. SOTERO DOS REIS, Francisco (1800 Maranhão – 1871 Maranhão). *Grammatica portugueza, accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica, dedicada ao sr. Dr. Pedro Nunes de Leal* [Gpx] [Dedicado a pessoa]. 3ª ed. [edição posterior modificada, ver também [75] [85][85]]. Maranhão: Livraria de Magalhães. – Sacramento Blake (1898); Cavaliere (2001).
- [107]. 1877. VIEIRA, Joaquim José de Menezes Vieira (1851 Rio de Janeiro - ?). *Primeiras noções de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [124]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1898) [Este livro e os que o seguem pertencem à Bibliotheca da infância, collecção de livrinhos compilados especialmente para uso do collegio Menezes Vieira.]
- [108]. 1878. PACHECO da Silva Junior, Manuel. *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa* [Gxlp] [-]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1900)
- [109]. 1879. CARVALHO, Joaquim José de (1850 Rio de Janeiro - ?). *Postillas de grammatica portuguesa* [Xgp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1898)
- [110]. 1879. CRUZ, Policarpo José Dias (? Rio de Janeiro - 1865 Rio de Janeiro). *Compêndio de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. 6ª ed [Edição Posterior, ver também [34] [62] [70]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1902)
- [111]. 1879. FREIRE DA SILVA, Augusto (1836 S. Luiz do Maranhão - ?). *Compendio da grammatica portugueza: para uso de alunos de humanidades, que frequentam a aula de portugues* [Xgp] [Alunos - A]. 3ª ed. [edição posterior, ver também [82] [96] [136] [145] [173] [180]]. São Paulo: J. Sekler. -p. – Sacramento Blake (1883), Nascentes (1939)
- [112]. 1879. FREIRE DA SILVA, Augusto (1836 S. Luiz do Maranhão - ?). *Rudimentos da grammatica portugueza para uso dos alumnos de primeiras letras* [Xgp] [Alunos, Instrução Primária - AB]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [158]]. São Paulo:-. -p. – Sacramento Blake (1883); Castilho (1962).
- [113]. 1879. SANTOS, Hemetério José dos (Maranhão ? - ?). *Grammatica elementar da lingua portugueza extrahida dos melhores auctores e..* [Gxlp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. p. – Sacramento Blake (1895).
- [114]. 1879. SOUZA, José Martiniano de (Pernambuco ? - ?). *Tratado de analyse phonetica grammatical, syntaxica e lógica com seus desenvolvimentos e applicações, seguido de um catalogo de palavras diversificaveis em significação, para complemento do mesmo assumpto* [Xg] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Recife:-. -p. – Sacramento Blake (1898)
- [115]. 1879. WALTER, Luiz Kraemer (Porto Alegre ? - ?). Segundo livro de grammatica, composto segundo o methodo Marcet [Xgx] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Pelotas:-. -p. – Sacramento Blake (1899)
- [116]. 1879. WALTER, Luiz Kraemer (Porto Alegre ? - ?). Terceiro livro de grammatica, composto segundo o methodo Marcet [Xgx] [-]. 2ª ed. [Única edição conhecida]. Pelotas:-. -p. – Sacramento Blake (1899)

- [117]. 1880. CARVALHO, Felisberto Rodrigues Pereira de (18?? Rio de Janeiro - ?). *Elementos de grammatica portugueza para uso dos alumnos da instrucção primaria* [Xgp] [Instrução Primária, Alunos - AB]. -ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [132] [191]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1893)
- [118]. 1880. COSTA E CUNHA, Antonio Estevão da (Rio de Janeiro - ?). *Grammatica elementar portugueza, adaptada ao ensino das escolas da instrucção primaria, quer dos menores, quer dos adultos, e bem assim dos collegios, lycêos, escolas normaes e aulas preparatórias* [Gxp] [Alunos, Instrução Primária, Institucional - ABG]. -ed. [Edição mais antiga conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1883)
- [119]. 1880. RUBIM, Joaquim Frederico Kiappe da Costa (1831 Porto - 1866 Corrientes (Argentina)). *Novo methodo da grammatica portugueza composto em verso rimado, approved e adoptado para as aulas da provincia do Ceará e pelo Conselho director da instrucção publica da mesma provincia. Nova edição.* [nXgp] [Regional, Institucional - EG]. -ed. [edição posterior, ver também ver também [48] [56]]. Porto: Tip. Comercial Portuense. XV-200p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [120]. 1881. CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto (Bahia 1839 - 1920). *Grammatica portugueza philosophica* [Gpx] [-]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. Bahia:-. -p. – Sacramento Blake (1893); Nascentes (1939); Parreira (2011); Polachini (2013).
- [121]. 1881. GRIVET, Charles Adrian (1816 Suíça – 1876 Rio de Janeiro). *Nova grammatica de lingua portugueza* [nGlp] [-]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Nascentes (1939); Castilho (1962); Elia (1975); Cavaliere (2001); Azevedo Filho (2002); Parreira (2011); Polachini (2013).
- [122]. 1881. NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida (1826 Jaguary (MG) - 1882 Rio de Janeiro). *Rascunhos sobre a grammatica da lingua portugueza* [Xglp] [-]. ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [130]]. Rio de Janeiro: Typ. de A. Santos. 222p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [123]. 1881. RIBEIRO, Julio Cesar Vaughan (Sabará MG 1845-1890 São Paulo). *Grammatica Portugueza* [Gp] [-]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também , ver também [143] [189] [177] [193] [204]]. São Paulo: Typ. Jorge Seckler. 229p. – Sacramento Blake (1899), Maciel (1910) [Mais ou menos por esta época apparecera a Grammatica de Julio Ribeiro, baseada nos trabalhos dos philologos allemães, inglezes e francezes. Tão de perto se lhes abeirava, porém, que se diria antes uma adaptação á lingua vernacula do que um trabalho onde transluzissem, com a individualidade do autor, os seus processos o seu methodo, enfim norteação propria, oriunda de um trabalho de assimilação. Até ponto havia em que o Sr. Julio Ribeiro se adscrevia a transcerter, quasi ipsis verbis, para ov ernaculo, as novas doutrinas dos autores extrangeiros, de Guardia, de Mason, de Bergmann. Além disso, resumbrava-lhe do estylo certo grão de frouxidão e obscuridade; do methodo, certa desorientação; e, quanto á syntaxe, ao envez de exemplos hauridos aos monumentos literarios, dava-lh'os elle proprio, quasi sempre. O que nos afigura é que se apressurou o Sr. Julio Ribeiro a de chofre quebrar a rotina, fosse como fosse, embora inda não houvesse assimilado o qaunto lera nos philologos extrangeiros. Entretanto, ramanesce-lhe de certo o merito de haver sido o primeiro a trasladar para compendio didactivo a nova orientação, evertendo os alicerces da rotina e servindo de norma para algumas Grammaticas que se publicaram em S. Paulo.]; Nascentes (1939); Castilho (1962); Elia (1975); Guimarães (1996); Cavaliere (2001); Azevedo Filho (2002); Polachini (2013).
- [124]. 1881. VIEIRA, Joaquim José de Menezes Vieira (1851 Rio de Janeiro - ?). *Primeiras noções de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. 2ª ed. [edição posterior, ver também [107]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1898)

- [125]. 1881. WALTER, Luiz Kraemer (Porto Alegre ? - ?). *Primeiro livro de grammatica, composto segundo o methodo Marcet* [Xgx] [-]. 4ª ed. [Única edição conhecida]. Pelotas:-. -p. – Sacramento Blake (1899)
- [126]. 1882. BRANDÃO, Thomaz da Silva (Minas Gerais ? - ?). *Grammatica infantil da lingua portugueza, composta, etc. e adoptada pela Inspeccion geral da instrucção publica de Minas-Geraes para uso das escolas primarias* [Gxlp] [Instrução Primária, Regional, Institucional - BEG]. 2ª ed. [Única edição conhecida]. -:-. -p. – Sacramento Blake (1902)
- [127]. 1882. FEITOSA, Miguel Alves (Alagoas ? - ?). *Grammatica das escolas, dedicada à provincia de S. Paulo sobre o plano de Pierre Larousse*. [Gx] [Regional - E]. -ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [135] [144]]. Campinas: Gazeta de Campinas. p. – Sacramento Blake (1900)
- [128]. 1882. MARQUES, Filipe Pinto (? - ?). *Grammatica elementar da lingua portugueza extrahida dos melhores auctores e coordenada por...* [Gxlp] [-]. 4ª ou 5ª ed. “melh. e corr.” [edição posterior modificada, ver também [98]]. Pará:-. XIII-162p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [129]. 1882. MELLO, Silvino Soares de (? - ?). *Grammatica portugueza* [Gp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1902)
- [130]. 1882. NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida (1826 Jaguary (MG) – 1882 Rio de Janeiro). *Rascunhos sobre a grammatica da lingua portugueza* [Xglp] [-]. -ed. [edição posterior, ver também [122]]. Rio de Janeiro:-. cerca de 300p. – Sacramento Blake (1883)
- [131]. 1882. ANDRADE E SILVA, Hilario Ribeiro de (1847 Porto Alegre - 1886 Rio de Janeiro). *Grammatica elementar e lições progressivas de composição, adoptada nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catharina, Paraná, S. Paulo, Rio de Janeiro e município neutro. Terceira edição, melhorada e consideravelmente augmentada com novos exercicios de lexicologia, orthographia e linguagem ; exercicios de invenção, estylo e sobre synonymos* [Gx] [Regional]. 3ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [147]]. Porto Alegre:-. 148p. – Sacramento Blake (1895) [Na corte foi mandada adoptar por aviso do Ministério do império de 22 de agosto desse anno.]
- [132]. 1883. CARVALHO, Felisberto Rodrigues Pereira de (18?? Rio de Janeiro - ?). *Elementos de grammatica portugueza para uso dos alumnos da instrucção primaria* [Xgp] [Instrução Primária, Alunos - AB]. 5ª ed. [edição posterior, ver também [117] [191]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1893)
- [133]. 1883. COSTA E CUNHA, Antonio Estevão da (Rio de Janeiro ? - ?). *Manual do examinando de portuguez: repertorio philologico grammatical e litterario da lingua materna* [Xp] [Alunos - A]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro/Paris: Livraria Academica de J. de Azevedo. 416p. – Sacramento Blake (1883) [E' um compêndio das matérias indispensáveis para o estudo racional e methodico da lingua portugueza.]
- [134]. 1883. COSTA E CUNHA, Antonio Estevão da (Rio de Janeiro ? - ?). *Principios de Grammatica Historica e Comparada* [Xgx] [-]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. -:-. Parreira (2011); Polachini (2013).
- [135]. 1883. FEITOSA, Miguel Alves (Alagoas ? - ?). *Grammatica das escolas, dedicada à provincia de S. Paulo sobre o plano de Pierre Larousse*. [Gx] [Regional - E]. 2ª ed. “consideravelmente melhorada” [edição posterior modificada, ver também [127] [144]]. Campinas: Gazeta de Campinas. 310p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.

- [136]. 1883. FREIRE DA SILVA, Augusto (1836 São Luiz do Maranhão - ?). *Compendio da grammatica portugueza: para uso de alunos de humanidades, que frequentam a aula de portugues* [Xgp] [Alunos - A]. 4ª ed. [edição posterior, ver também [82] [96] [111] [145] [173] [180]]. São Paulo: Jorge Seckler & C.a. 238-VIIp. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [137]. [137]. 1884. ORTIZ, José (? - ?); PARDAL, Candido Matheus de Faria (1818 Rio de Janeiro - 1888). *Grammatica analytica e explicativa da lingua portuguesa* [Gxlp] [-]. 5ª ed [edição posterior, ver também [83] [93] [102] [162]] Rio de Janeiro: Nicolau-Alves. -p. – Sacramento Blake (1893, 1898)
- [138]. 1884. SILVEIRA, Cyrillo Dolermundo da. (Ceará ? – Rio de Janeiro ?). *Compendio de grammatica da lingua portugueza: obra adoptada pelo conselho de instrucção publica* [Xglp] [Institucional - G]. 9ª ed. [edição posterior, ver também [38] [58] [89]]. -:-. -p. – Sacramento Blake (1893)
- [139]. 1885. CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto (Bahia 1839 - 1920). *Elementos de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [149] [170] [179] [197]]. -:-. -p. – Souza (1957)
- [140]. 1885. CARVALHO, Joaquim José de (1850 Rio de Janeiro - ?). *Methodo de grammatica analytica* [Xgx] [-]. ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1898) [E' um methodo de ensino intuitivo em cadernos apropriados à cópia ou ditado, facilitando o estudo da natureza de cada termo dado]
- [141]. 1885. RABELO, Laurindo José da Silva (1826 Rio de Janeiro - 1864). *Elementos de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [142]. 1885. RIBEIRO, Julio Cesar Vaughan (1845-1890). *A grammatica analytica* [Gp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. São Paulo: Ty. de Leroy King. 29p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [143]. 1885. RIBEIRO, Julio Cesar Vaughan (1845-1890). *Grammatica Portugueza* [Gp] [-]. 2ª ed. “ref. e muito aumentada” [edição posterior modificada, ver também [123] [189] [177] [193] [204]]. São Paulo: Teixeira & Irmão. 362p. – Nascentes (1939)
- [144]. 1886. FEITOSA, Miguel Alves (Alagoas ? - ?). *Grammatica das escolas, dedicada à provincia de S. Paulo sobre o plano de Pierre Larousse*. [Gx] [Regional - E]. 3ª ed. [edição posterior, ver também [127] [135]]. Campinas: Gazeta de Campinas. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [145]. 1886. FREIRE DA SILVA, Augusto (1836 São Luiz do Maranhão - ?). *Compendio da grammatica portugueza: para uso de alunos de humanidades, que frequentam a aula de portugues* [Xgp] [Alunos - A]. 5ª ed. [edição posterior, ver também [82] [96] [111] [136] [173] [180]]. São Paulo: Typ. a vapor de Jorge. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [146]. 1887. ALBERTO JUNIOR, Philippe Jose (? - ?). *Grammatica ecletico-rudimentaria da lingua portugueza* [Gxlp] [-]. - ed. [edição posterior, ver também [41]]. Rio de Janeiro: Typ. de Quirino & Irmão. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [147]. 1887. ANDRADE E SILVA, Hilario Ribeiro de (1847 Porto Alegre - 1886 Rio de Janeiro). *Grammatica elementar e lições progressivas de composição* [Gx] [?] 7ª ed [edição posterior, ver também [131]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1895).

- [148]. 1887. BOSCOLI, José Ventura (1855 Rio de Janeiro - ?); PAIO, João Zeferino Rangel de S. (? - ?). *Grammatica portugueza* [Gp] [-]. ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [149]. 1893. CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto (Bahia 1839 - 1920). *Elementos de grammica portugueza* [Xgp] [-]. 4ª ed. [edição posterior, ver também [139] [170] [179] [197]]. -: -. -p. – Souza (1957)
- [150]. 1887. COSTA, Manuel Olimpio Rodrigues da Costa (Bahia ? – Capital Federal 1891). *Grammatica Portugueza* [Gp] [-]. -ed. [edição posterior, ver também [101]]. Rio de Janeiro:Typ. da Escola. -p. – Sacramento Blake (1900)
- [151]. 1887. GOMES, Alfredo (? - ?). *Grammatica Portugueza* (?) [Gp] [Programa - H]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [187] [196]]. -: -. -p. – Parreira (2011); Polachini (2013).
- [152]. 1887. MACIEL, Maximino de Araújo (Sergipe ? - ?). *Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas satisfazendo às condições do actual programma* [Gx] [Programa - H]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [188]]. Rio de Janeiro: Typ. Central de Evaristo Rodrigues da Costa. 316p. – Sacramento Blake (1900); Castilho (1962); Elia (1975); Parreira (2011); Polachini (2013).
- [153]. 1887. PACHECO DA SILVA JR, Manuel (1843 Rio de Janeiro - 1900 Rio de Janeiro); LAMEIRA ANDRADE (? - ?). *Noções da grammica portugueza de accordo com o programma official para os exames geraes de preparatorios do corrente anno* [nXgp] [Programa - G]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [181]]. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo. 537p. – Sacramento Blake (1900) [A publicação foi feita em fasciculos e [por Pacheco Junior] em collaboraço com o professor Lameira de Andrade. Teve segunda edição completamente refundida em 1894. Na primeira o livro foi escripto em fôrma de pontos, conforme os programmas de exames. Na segunda sob a fôrma moderna, baseada na historia e na comparaço, e accrescentada da syntaxe.]; Castilho (1962); Parreira (2011); Polachini (2013).
- [154]. 1887. RIBEIRO Fernandes, João (Sergipe 1860 - 1934). *Exames de portuguez. Lições de grammica portugueza, coordenadas segundo o programma de 1887* [Xgp] [Programa Institucional - H]. 1ª ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [165] [167] [174] [176] [183] [198]]. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Com. -p. – Parreira (2011); Polachini (2013).
- [155]. 1887. RIBEIRO, Julio Cesar Vaughan (1845 Sabará (MG) - 1890 São Paulo). *Holmer brasileiro ou grammica da puericia. Tradução da "Introduction to English Grammar" de G. F. Holmer.* [Xb ou Gx] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. São Paulo:-. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [156]. 1888. BOSCOLI, José Ventura (1855 Rio de Janeiro - ?); PACHECO da Silva Junior, Manoel (1843 Rio de Janeiro - 1900 Rio de Janeiro). *Noções de analyse grammatical, phonetica, etymologica e syntaxica* [Xgx] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1883)
- [157]. 1888. CONDURÚ, Fillipe Benicio de Oliveira (? - ?). *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza; approvada pelo inspector da instrucção pública para uso das escolas de primeiras letras desta provincia e pelo conselho de instrucção publica para uso do lyceu, collegios e aulas de instrucção primaria* [Gxlp] [Instrução primária, Institucional, Regional - BEG]. 13ª ed. [edição posterior modificada?, ver também [30]]. São Luiz do Maranhão: Typ. do Paiz. -p. –Nogueira ()
- [158]. 1888. FREIRE DA SILVA, Augusto (1836 S. Luiz do Maranhão - ?). *Rudimentos da grammica portugueza para uso dos alumnos de primeiras lettras* [Xgp] [Alunos, Instrução Primária - AB]. -ed. [edição posterior, ver também [112]]. São

- Paulo: Jorge Seckler. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [159]. 1888. LAPAGESSE, Leon Eugenio (1852 França - ? [casou em 1874 no Brasil, Santa Catarina]). *Grammatica portugueza. Compêndio mandado adoptar pelo governo para uso das escolas publicas de Santa Catharina por acto de 26 de outubro de 1888, em virtude do parecer do Conselho de Instrucção publica*. [Gp] [Institucional, Regional - EG]. 2ª ed. [Única edição conhecida]. Desterro: -. 198p. – Sacramento Blake (1899)
- [160]. 1888. LIMA, João Fernandes de (Bahia ? - ?). *Resumo da grammatica portugueza. Pontos de portuguez, segundo o novo programma de exames* [Xgp] [Programa - H]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: -. -p. – Sacramento Blake (1898)
- [161]. 1888. MASSA, José de Noronha Nápoles (1824 Bahia - 1890 Rio Grande do Sul). *Grammatica analytica da lingua portugueza, composta e offerecida aos brasileiros...* [Gxlp] [Nacional - F]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: H. Lombaerts. 544p. – Nascentes (1939); Castilho (1962); Azevedo Filho (2002); Polachini (2013)
- [162]. 1888. ORTIZ, José (? - ?); PARDAL, Candido Matheus de Faria (1818 Rio de Janeiro - 1888). *Grammatica analytica e explicativa da lingua portuguesa* [Gxlp] [-]. 6ª ed corr. E augm. [edição posterior modificada, ver também [83] [93] [102] [137]]. Rio de Janeiro: Alves e Cia. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [163]. 1888. RIBEIRO Fernandes, João (Sergipe 1860 - 1934). *Grammatica portugueza elementar* [Gpx] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Com. p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [164]. 1888. RIBEIRO Fernandes, João (Sergipe 1860 - 1934). *Grammatica portugueza. Curso médio. 2.º anno de Portuguez* [Gp] [Curso médio/2º ano]. ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: Livraria Clássica . p. – Sacramento Blake (1898)
- [165]. 1888. RIBEIRO Fernandes, João (Sergipe 1860 - 1934). *Grammatica portugueza. Curso superior. 3.º anno de Portuguez. Com um complemento de anotações no texto* [Gp] [Curso superior/3º ano - D]. 2ª ed. corr. E augm. [Edição posterior com título modificado, ver também [154] [167] [174] [176] [183] [198]]. Rio de Janeiro: Livraria Clássica / Alves. 347p. – Sacramento Blake (1898)
- [166]. 1889. CARDOSO, Domiciano H. Perdigão (? - ?). *Compendio de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Pará: Tavares Cardoso & C.a. 148p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [167]. 1889. RIBEIRO Fernandes, João (Sergipe 1860 - 1934). *Grammatica portugueza. (3.º anno)* [Gp] [Curso superior/3º ano - D]. 3ª ed. [edição posterior, ver também [154] [165] [174] [176] [183] [198]] Rio de Janeiro: Francisco Alves. 326p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [168]. 1889. VIEIRA, Verissimo Ricardo (1855 São Luiz do Maranhão - ?). *Grammatica elementar da lingua portugueza, dedicada á instrucção primaria e organizada de accordo com o programma vigente da instrucção primaria* [Gpx] [Instrução primária, Programa - BH]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: -. 182p. – Sacramento Blake (1902)
- [169]. 188?. LACERDA, Joaquim Maria de (? - ?). *Pequena grammatica da infancia composta para uso das escolas primarias* [Gx] [-]. “Nova edição” -ed. [Única

edição conhecida]. Rio de Janeiro: Garnier. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.

1890

- [170]. 1890. CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto (Bahia 1839 - 1920). *Elementos de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. 2ª ed. [edição posterior, ver também [139] [149] [179] [197]]. Salvador: Econômica. 167p. – Souza (1957)
- [171]. 1890. CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto (Bahia 1839 - 1920). *Seroes grammaticaes ou nova grammatica portugueza, obra adaptada ao curso secundario da lingua portugueza e adaptada ao novo programma de exames* [Xg/nGp] [Curso Médio/2º ano; Programa - CH]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. Bahia: Imprensa Popular. 369p. – Nascentes (1939:26); Castilho (1962); Elia (1975: 121) [O livro que melhor simboliza o espírito vernaculista do período é, porém, os Serões Gramaticais de Ernesto Carneiro Ribeiro, 1.ª ed. 1890; Trata-se de alentado volume de quase oitocentas páginas, onde se versam questões de fonética descritiva, de ortografia, de formação de palavras, de história da língua, de classificação de palavras, de etimologia, de sintaxe, de vício de linguagem, de figuras de sintaxe.]; Azevedo Filho (2002); Parreira (2011); Polachini (2013).
- [172]. 1891. CORUJA, Antonio Alvares Pereira. (1806 Porto Alegre - 1889 Rio de Janeiro). *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade riograndense* [Xgln] [Alunos, Regional - AE]. -ed. [edição posterior, ver também [16] [26] [27] [29] [52] [69] [87] [92]]. Rio de Janeiro: Clássica. 101p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [173]. 1891. FREIRE DA SILVA, Augusto (1836 São Luiz do Maranhão - ?). *Compendio da grammatica portugueza: para uso de alunos de humanidades, que frequentam a aula de portugues* [Xgp] [Alunos -A]. -ª ed. [edição posterior, , ver também [82] [96] [111] [136] [145] [180]]. São Paulo:-. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [174]. 1891. RIBEIRO Fernandes, João (Sergipe 1860 - 1934). *Grammatica portugueza. (3.º anno)* [Gp] [Curso superior/3º ano - D]. 4ª ed. [edição posterior, ver também [154] [165] [167] [176] [183] [198]]. Rio de Janeiro: Classica de Alves. 326p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [175]. 1892. REIS, Luiz Augusto dos (Rio de Janeiro ? - ?). *Grammatica portugueza* [Gp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. -:-. -p. – Sacramento Blake (1899)
- [176]. 1893. RIBEIRO Fernandes, João (Sergipe 1860 - 1934). *Grammatica portugueza. (3.º anno)* [Gp] [Curso superior/3º ano - D]. 5ª ed. [edição posterior, ver também [154] [165] [167] [174] [183] [198]]. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [177]. 1893. RIBEIRO, Julio Cesar Vaughan (1845-1890). *Grammatica Portugueza* [Gp] [-]. 3ª ed. (póstuma) revisada por João Vieira de Almeida [edição posterior modificada, ver também [123] [143] [189] [193] [204]]. São Paulo: Teixeira & Irmão. 362p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [178]. 1893-4. BOSCOLI, José Ventura (1855 Rio de Janeiro - ?). *Grammatica Portugueza: estudo raciocinado segundo os principaes hodiernos da sciencia da linguagem* [Gpx] [-]. -ed. [Edição mais antiga conhecida, ver também [201]]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1899)
- [179]. 1893. CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto (Bahia 1839 - 1920). *Elementos de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. 4ª ed. [edição posterior, ver também [139] [149] [170] [197]]. -:-. -p. – Souza (1957)
- [180]. 1894. FREIRE DA SILVA, Augusto (1836 S. Luiz do Maranhão - ?). *Grammatica portugueza* [Gp] [-]. 8ª ed. [Edição posterior com título modificado, ver também

- [82] [96] [111] [136] [145] [173]]. São Paulo: J. B. Endrizzi & C. 442p. – Parreira (2011);
- [181]. 1894. PACHECO DA SILVA JR, Manuel (1843 Rio de Janeiro - 1900 Rio de Janeiro); LAMEIRA ANDRADE (? - ?). *Grammatica da lingua portugueza para uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes* [Glp] [Institucional - G]. 2ª ed. [Edição posterior com título modificado, ver também [153]]. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves. 737p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [182]. 1894. RIBEIRO Fernandes, João (Sergipe 1860 - 1934). *Grammatica portugueza: curso primária, 1º anno de portuguez* [Gp] [Instrução Primária - B]. –ed. “nova edição” [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: Alves & Cia. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [183]. 1894. RIBEIRO Fernandes, João (Sergipe 1860 - 1934). *Grammatica portugueza. (3.º anno)* [Gp] [Curso superior/3º ano - D]. 6ª ed. [edição posterior, ver também [154] [165] [167] [174] [176] [198]] Rio de Janeiro: Alves. 328p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [184]. 1895. ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena (? - ?). *Grammatica portugueza... (Curso Superior)* [Gp] [Curso superior/3º ano - D]. -ed. [Única edição conhecida]. Pará: Typ. de Pinto Barbosa e Ca. 268p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [185]. 1895. BOSCOLI, José Ventura (1855 Rio de Janeiro - ?). *Grammatica da Puericia (lingua vernacula)*[Gx] [-]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. p. – Sacramento Blake (1899)
- [186]. 1895. COSTA E CUNHA, José Estevão da (Rio de Janeiro ? - ?). *Grammatica Pratica do 1º Gráo contendo muito e variados exercicios praticos de linguagem, lexiologia, syntaxe e recitação, regras de composição etc. Organizada de acordo com o novo plano de ensino primario do 1º gráo.* [Gx] [Instrução Primária, Programa - BH]. 4ª ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo. 141p. – Sacramento Blake (1883)
- [187]. 1895. GOMES, Alfredo (? - ?). *Grammatica Portugueza adoptada no Gymnasio Nacional, Escola Normal, Collegio Militar, Collegio Abilio, Collegio Moss* [Gp] [Institucional - G]. 6a ed. [edição posterior, ver também [151] [196]]. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo. 215p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [188]. 1895. MACIEL, Maximino de Araújo (Sergipe ? - ?). *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas* [Gx] [-]. 2ª ed. [Edição posterior com título modificado, ver também [152]]. Capital Federal:-. 316p. – Nascentes (1939); Castilho (1962); Elia (1975); Azevedo Filho (2002); Parreira (2011); Polachini (2013).
- [189]. 1895. RIBEIRO, Julio Cesar Vaughan (1845-1890). *Grammatica Portugueza* [Gp] [-]. -ª ed. (póstuma) [edição posterior, ver também [123] [143] [177] [193] [204]]. São Paulo: Grande Livraria Paulista. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [190]. 1896. ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena (? - ?). *Primeira grammatica da infancia* [Xgx] [-]. -ed. [Edição mais antiga conhecida]. Belém: Pacheco & Barbosa. 84p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [191]. 1896. CARVALHO, Felisberto Rodrigues Pereira de (18?? Rio de Janeiro - ?). *Elementos de grammatica portugueza para uso dos alumnos da instrucção primaria* [Xgp] [Instrução Primária, Alunos - AB]. -ed. [edição posterior, ver

- também [117] [132] [191]]. Rio de Janeiro: Liv. Clássica de Alves. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [192]. 1896. LUZ, Sabino da (? - ?). *Elementos de grammatica para uso das escolas primarias pelo professor* [Xg] [Instrução Primária - B]. -ed. [Única edição conhecida]. Pará:-. -p. – Sacramento Blake (1902)
- [193]. 1896. RIBEIRO, Julio Cesar Vaughan (1845-1890). *Grammatica Portugueza* [Gp] [-]. -4ª ed. (póstuma) [edição posterior, ver também [123] [143] [189] [177] [204]]. São Paulo: Teixeira. 364p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [194]. 1897. ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena (? - ?). *Primeira grammatica da infancia e Segunda grammatica da Infância* [Xgx] [-]. -ed. [edição posterior modificada [181]] .-:- -p. – Polachini (2013)
- [195]. 1897. BANDEIRA, Adelia Ennes (? - ?). *Grammatica portugueza practica* [Gpx] [-]. 1ª ed. [Única edição conhecida]. -:-. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [196]. 1897. GOMES, Alfredo (? - ?). *Grammatica Portugueza* [Gp] [-]. 7a ed. “corr e aum” [edição posterior modificada, ver também [151] [187]]. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo. 324p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [197]. 1898. CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto (Bahia 1839 - 1920). *Elementos de grammatica portugueza* [Xgp] [-]. 5ª ed. [edição posterior, ver também [139] [149] [170] [179]]. -:-. -p. – Souza (1957)
- [198]. 1898. RIBEIRO Fernandes, João (Sergipe 1860 - 1934). *Grammatica portugueza. (3.º anno)* [Gp] [Curso superior/3º ano - D]. 8ª ed. [edição posterior, ver também [154] [165] [167] [174] [176] [183]]. -:-. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [199]. 1898. VIEIRA, Verissimo Ricardo (1855 São Luiz do Maranhão - ?). *Instrucção primaria. Grammatica portugueza: curso elementar* [Gpx] [Instrução primária - B]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. 182p. – Sacramento Blake (1902) [E' um livro de 182 pags. do qual disse uma folha do dia: «Resolve este livro, graças à reconhecida competência e longa pratica do magistério do autor, um dos maiores problemas do ensino. O árido estudo da grammatica acha-se alli amenizado e conscienciosamente adequado a capacidade intellectual das crianças. Para que estas aprendam a matéria pelo methodo intuitivo, cada uma das lições começa por uma serie de phrases fáceis, a que se segue a parte theorica, abrangendo regras simples e claras, ao alcance de quem pela primeira vez vai estudar grammatica. O autor, como era natural, teve o cuidado de evitar os nomes arrevezados dessa falsa philologia que já foi moda e que difficultava o ensino em vez de facilitá-lo.»]
- [200]. 1899. ALMEIDA, Bibiano Francisco (? - ?). *Compêndio de grammatica da lingua portugueza: dedicado aos estudantes rio-grandenses* [Xglp] [Alunos, Regional - AE]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio Grande do Sul: Livreiro Rodolpho José Machado. -p. – Sacramento Blake (1883)
- [201]. 1899. BOSCOLI, José Ventura (1855 Rio de Janeiro - ?). *Grammatica Portugueza* [Gp] [-]. 2ª ed. “corrig. e aug.” [edição posterior, ver também [178]]. Rio de Janeiro: Alves. -p. – Polachini (2013)
- [202]. 1899. BRITO, Paulino de Almeida (Amazonas 1859 - ?). *Grammatica primaria* [Gx] [Instrução Primária - B]. -ed. [Única edição conhecida]. Pará:-. -p. – Sacramento Blake (1900) [Foi mandada adoptar nas escolas da instrucção publica do estado]
- [203]. 1899. MAIA, Zillah do Paço Mattoso Maia (Rio de Janeiro ? - ?). *Grammatica da lingua portugueza* [Glp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1902); Polachini (2013)

- [204]. 1899. RIBEIRO, Julio Cesar Vaughan (1845-1890). *Grammatica Portugueza* [Gp] [-]. 5ª ed. (póstuma) cuidadosamente revisada por João Vieira de Almeida [edição posterior, ver também [123] [143] [189] [177] [193], [204]]. São Paulo: Miguel Melillo. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.

Sem data¹³³

- [205]. s.d. ALBERTO JUNIOR, Philippe Jose (? - ?). *Grammatica da Lingua Portugueza* [Glp] [-]. -ed. [Outra edição conhecida, ver [43]]. Rio de Janeiro: Moderna. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [206]. s.d. BORGES, Abilio Cesar (Barão de Macahubas) (1824 Bahia - ?). *Epitome da grammatica portugueza* [Xgp] [-]. -ed. [Outras edições conhecidas (segundo Sacramento Blake), ver [47] [104]]. Rio de Janeiro:-. 5ª p. – Sacramento Blake (1883)
- [207]. s.d. (18--) CÂMARA, Paulo Perestrelo da (? - ?). *Grammatica das grammaticas da lingua portugueza* [Gglp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [208]. s.d. CONY, Augusto Candido Xavier (? - ?). *Nova grammatica portugueza de Bento José de Oliveira, modificada e reduzida a compendio elementar: obra adoptada nas escolas publicas pelo governo imperial* [Gp] [Institucional, Nacional - FG]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. p. – Sacramento Blake (1883)
- [209]. s.d. COSTA, Manuel Olympio Rodrigues da (1815 Bahia - ? Bahia). *Grammatica portugueza, destinada ao primeiro anno do imperial Collegio Pedro II, apresentada ao conselho director da instrução publica e adoptada nas escolas publicas pelo Governo imperial..* [Gg] [Instrução Primária, Institucional - BG]. -ed. [Edição Posterior]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1900)
- [210]. s.d. LEAL, Pedro Nunes (1823 - ?). *Noções grammaticas para uso da infância que frequenta as escolas do primeiro gráo, extrahidas da grammatica portugueza de Sotero.* [Xg] [Instrução Primária - B]. -ed. [Única edição conhecida]. São Luiz do Maranhão:-. -p. – Sacramento Blake (1900)
- [211]. s.d.(18--) MARTAGÃO, Bernadino Afonso (1815 Bahia - ? Bahia). *Compêndio rudimental de grammatica da lingua portugueza* [Xglp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Bahia: Bahiana. 64p. – Sem menção em fontes secundárias, localizada em catálogos de bibliotecas.
- [212]. s.d. MULLER, Daniel Pedro (1785-1841). *Principios de grammatica da lingua portugueza* [Xglp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1893)
- [213]. s.d. PERTENCE, Francisco Praxedes de Andrade (1823 Rio de Janeiro – 1886); VERGUEIRO, ?. *Compendio de grammatica portugueza, accommodado ao uso das escolas* [Xgp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. :-p. – Sacramento Blake (1893)
- [214]. s.d. PIMENTEL, Francisco da Silveira de Ávila (? - ?). *Grammatica portugueza por Caldas Aulete, muito augmentada, principalmente na syntaxe, na orthographia e na prosódia, por F. S. A. Pimentel, adoptada pelo conselho da*

¹³³ Não consideradas na análise, pois em geral ela envolve a data de publicação.

instrução publica para compendio do 1o anno do imperial collegio de Pedro II e collegio naval. [Gp] [Instrução Primária, Institucional - BG]. -ed. [Única edição conhecida]. Rio de Janeiro:-. -p. – Sacramento Blake (1895)

[215]. s.d. SOUTO 2º, José Joaquim Vieira (1828 Rio de Janeiro - 1891). *Grammatica da lingua portugueza para uso das escolas primarias* [Glp] [Instrução Primária - B]. 2ª ed. [Única edição conhecida]. -:-. -p. – Sacramento Blake (1898)

[216]. s.d. TAVEIRA JÚNIOR, Bernardo (1836 Rio Grande do Sul - ?). *Elementos de grammatica portugueza, segundo o systema de Pedro Larousse* [Xgp] [-]. -ed. [Única edição conhecida]. -:-. -p. – Sacramento Blake (1893)

APENDICE B | Fichas Descritivas

FD 1. MORAIS SILVA 1806.....	394
FD 2. FORTES 1816	398
FD 3. COSTA DUARTE 1829.....	401
FD 4. CORUJA 1835	403
FD 5. COSTA DUARTE 1859.....	405
FD 6. BITHENCOURT 1862.....	407
FD 7. SOTERO DOS REIS 1877.....	410
FD 8. CORUJA 1873	414
FD 9. CARNEIRO RIBEIRO 1881.....	416
FD 10. RIBEIRO 1881	418
FD 11. RIBEIRO 1885	421
FD 12. MACIEL 1887.....	425
FD 13. PACHECO & LAMEIRA 1887	431
FD 14. CONDURÚ 1888	434
FD 15. RIBEIRO 1889	436
FD 16. CARNEIRO RIBEIRO 1890.....	440
FD 17. GOMES 1895	443
FD 18. MACIEL 1895.....	445

FD 1. MORAIS SILVA 1806	
Título	Epítome da gramática de lingua portugueza
Autor (biografias e locais)	Antonio de Moraes Silva (1755 Rio de Janeiro – 1824 Pernambuco)
Ano	1806
Local de impressão	Lisboa
Tipografia	Off. de Simão Thaddeo Ferreira
Edição / Impressão	1ª
Outras publicações do autor	<p>1788 – Tradução de <i>História de Portugal</i>, 3 volumes, “composta em inglez por uma sociedade de litteratos, trasladada em vulgar com as addições da versão franceza e notas do traductor portuguez Antônio de Moraes e Silva”. Lisboa. Obra que teve ainda três edições aumentadas: 1802, 1809, 1828. (cf. Sacramento Blake)</p> <p>1788-1792 – Tradução de <i>Recreações do homem sensível</i> ou collecção de exemplos verdadeiros e patheticos, nos quaes se dá um curso de moral pratica, conforme as máximas da sã philosophia. Traduzidos de Mr. Arnaud, 5 volumes. Teve segunda edição em 1821. Lisboa.</p> <p>1789 – <i>Diccionario da Lingua Portuguesa</i>. Lisboa.</p> <p>s/d – <i>Historia de Portugal desde sua fundação</i> até a convenção de Evora-Monte com um resumo histórico dos acontecimentos, etc., 10 volumes, Escrita com José Maria de Souza Monteiro. Lisboa.</p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1806 – 1ª edição, publicada como volume independente. Lisboa.</p> <p>1813 – <i>Epítome</i> publicado anexo à 2ª edição [1ª de 1789] do <i>Diccionario da Lingua Portuguesa</i>. Lisboa.</p> <p>1823 – <i>Epítome</i> publicado anexo à 3ª edição do <i>Diccionario da Lingua Portuguesa</i>. Lisboa.</p> <p>1824 – 1ª edição da <i>Grammatica Portuguesa</i>, a qual se assemelha bastante em conteúdo com o <i>Epítome</i>. Lisboa.</p> <p>1831 – <i>Epítome</i> publicado anexo à 4ª edição do <i>Diccionario da Lingua Portuguesa</i>. Lisboa.</p> <p>1832 – Edição modificada em diálogo, sem referência a autor(es): <i>Epítome da grammatica portugueza</i>, composto por Antonio de Moraes Silva – E agora mais resumido, e em fôrma de Dialogo, para uso dos Meninos. Publicado em Porto Alegre. Possivelmente, também se apresenta anexa a edições posteriores do Diccionario, de 1844, 1858, 1877, 1889 e seguintes.</p> <p>1922 – Facsímile da 2ª edição (1813) do <i>Diccionario da Lingua Portuguesa</i></p>
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto: Epítome da Grammatica da Lingua Portuguesa, composta por Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro. Lisboa. M. DCCCVL. Na Off. De Simão Thaddeo Ferreira. Com licença da Meza de Desembargo do Paço. Vende-se na loja Borel Borel, e Companhia.</p> <p>Epígrafe: Nous avons compliqué nôtre Grammaire, parce que nous l’avons voulu faire d’après les Grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu’autant que nous rappellerons les expressions aux élémens du discours. Condillac, Gramm. P. 2. Chap. 21. Note (*) pag. 205. Édit. De 1780, á Genève.</p> <p>Assinatura (última página): Acabou-se este Epítome da Grammatica Portuguesa no Engenho novo da Moribeca em Pernambuco, aos 15. De Julho de 1802.</p> <p>Número de páginas: 165</p>
Sumário da obra	<p>Folha de rosto (p. I)</p> <p>Epígrafe de Condillac (p. II)</p> <p><i>Ao leitor benevolo</i> (p. III - VIII)</p> <p><i>Introdução</i> – (p.9 - 15)</p> <p>Livro I – <i>Das palavras ou partes da Sentença</i> (p. 15-82)</p> <p>- Capitulo I – <i>Dos Nomes, ou Substantivos.</i>(p.18-21)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Capitulo II – <i>Dos Adjetivos Articulares</i>. (p.21-30) - Capitulo III – <i>Dos Adjetivos Attributivos</i> (p.30-33) - Capitulo IV – <i>De alguns accidentes communis aos nomes, e adjetivos</i> (p.33-46) <ul style="list-style-type: none"> §. I. <i>Da formação dos Plurais de Nomes, e Adjetivos</i>. (p.33-38) §. II. <i>Dos Generos dos Nomes, e Variações dos Adjetivos respondentes a elles</i>. (p.39-46) <ul style="list-style-type: none"> <i>Dos nomes próprios</i>. (p.39-41) <i>Dos nomes communis</i> (p. 41-44) <i>Das variações dos adjetivos accomodadas aos gêneros dos substantivos</i> (p. 44-46) - Capitulo V – <i>Do Verbo, e Seus Modos, Attributos, Tempos, e pessoas</i> (p.47-64) - Capitulo VI – <i>Dos Adverbios</i>. (p.65-69) - Capitulo VII – <i>Das Preposições</i>. (p.69-78) - Capitulo VIII – <i>Das Conjunções</i>. (p.78-79) - Capitulo IX – <i>Das Interjeições</i> (p.80-81) <p>Livro II – <i>Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe</i>. (p.83-121)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capitulo I – <i>Introdução</i> (p.83-85) <ul style="list-style-type: none"> §.I. <i>Da Syntaxe de Concordancia</i>. (p.86-87) §.II. <i>Da Syntaxe de Regencia</i> (p.88-102) - Capitulo II – <i>Da Syntaxa, ou Composição Figurada</i> (p.103-114) - Capitulo III – <i>Das Composições viciosas</i>. (p.115-119) - Capitulo IV – <i>Dos Sináes Ortograficos, e da Pontuação</i> (p.119-121) <p>Taboas (p.122-163) Assinatura: (p.163) Índice (p.164-165) Erratas (p.165)</p>
Objetivo do autor	<p>“Ao leitor benévolo. Propuz me nesta Grammatica dar te idéyas mais claras, e exactas, do que cômummente se achão nos livros d’est assumpto, que tenho visto no nosso idioma, tanto á cerca das Partes Elementares da Oração, como da sua emendada composição. Nelles não se explica por exemplo o que é artigo; dizem te que se ajunta aos nomes para mostrar os numeros, e os casos. Mas o nomes Portuguezes, excepto: Eu, Tu, e Elle, não tem casos; e estes não se usão com artigos. Demais, sendo o artigo um adjectivo, quem fala, ou escreve deve saber o genero do nome, a que o artigo precede, para usar d’elle na variação correspondente ao genero, e numero do nome, como se faz com qualquer outro adjectivo. Nenhum Grammatico, á excepção de Duarte Nunes do Lião [NDR: Na Ortografia da Lingua Portugueza, pag. 306. e seg. da edição de 1784.] te diz quando debes usar do artigo, e quando omitti-lo. Ensinão te que se não diz, v.g. <i>navego Tejo</i> sem preceder o a <i>Tejo</i>, porque soaria mal. Mas os nossos bons Poetas dicerão = <i>Tejo</i> leva na mão o gran Tridente „ e „, <i>Guadiana</i> atras tornou as aguas „, sem o artigo [NDR: Ferreira, Egloga 1. e Camões na Lusitada. 4. 28.]. Passando aos nomes, fazem te não sei quantas declinações, e dão lhes não sei quantos casos: mas os nossos nomes não tem casos, ou desinencias finais diversas, senão <i>eu, tu, elle</i>: os mais só se varião para indicar o nmero plural, v.g. casa, casas; templo, templos. A estes sonhados casos são lhes nomes de Nominativos, Genitivos, Dativos, Accusativos, &c. Se lhes perguntares o que é isto, dir-te hão, que em Latim são diversas terminações do mesmo nome, que servem para indicar as varias relações, em que se representa o objecto significado pelo nome. Mas além de que são idéyas falsas dizes, que ha genitivos, dativos, &c. em Portuguez, tambem serião falsas noções as que se dessem de correspondencias entre o Latim, e Portuguez. <i>Me</i> v.g. parece se com o acusativo Latino, quando dizemos feriu <i>me</i>, matou <i>me</i>: mas <i>me</i> tambem indica o termo da acção, quando esta tem paciente, e termo, v. g. matou <i>me</i> um Livro, as quaes relações no Latim se representam por outro caso diverso: (<i>mihi</i> e não <i>me</i>) e no Portuguez muitas vezes <i>me</i>, e a <i>mim</i> representam o mesmo. Alem d’isto; a tua lingua deve servir te de meyo para aprenderes as estranhas, e seria absurdo querer te explicar o artificio da Syntaxe, ou composição d’ella, por meio de outra lingua, e suas regras, que demais de serem inapplicaveis aos idiotismos Portuguezes, te são ignotas, e mais difficeis. Quasi todos os Grammaticas, que tenho visto, engrossão os seus livros com conjugações: a composição, parte tão principal das Grammaticas, reduzem nas a m~uito poucas. Eu cuido que te expliquei esta parte da Grammatica com assás curiosidade, propondo-te o que nella é mais recondito, e</p>

	<p>muitos exemplos dos bons autores, que seguramente imites porque também a copia delles te fará cair mais facilmente na intelligencia, e applicação das regras. Ajuntei alg~uas observações á cerca de frases, e construcções erradas, ou menos seguidas, para que imitando o bom dos livros Classicos, não sigas também os erros, e descuidos, ou o que já hoje se não usa geralmente [NDR: Isto mesmo praticarão na lingua Ingleza o Bispo Lowth na sua <i>Short Introduction to the English Grammar</i>, o Dr. Priestley; e Mr. Wailly em Francez.]. charás neste Compendio alg~uas palavras, conjugações, e frases, que te dou como antiquadas, para que não as estranhes nos bons autores, e não as imites. Não te contentes toda vida com as noções elementares deste compendio: Sirvão te sómente de guia para leres os bons autores, que desde os annos de 1500 fixarão, e aperfeiçoarão a nossa lingua, e começarão a escrever tão cultamente, ao menos os seus Dramas, como os Italianos que primeiro o fizerão na Europa moderna, antes que os Francezes, Inglezes, e outros tivessem Poetas correctos, e elegantes, nem Historiadores, e Oradores dignos de se lerem como os nossos Castanheda, Barros, Couto, Antonio Pinto Pereira, Lucena, Diogo de Paiva d'Andrada, Gil Vicente, Francisco de Sá de Miranda, Antonio Ferreira, e a immortal Lusiada, tão superior aos nossos Epicos em invenção, grandeza e interesse do assumto, elegancia, pureza, e majestade d'estilo, e tão justamente invejada do grande Tasso [NDR: Voltaire diz que Tasso é mui superior a Camões, a pezar das invejas, que o nosso Epico fazia ao Italiano. Mas Voltaire nunca leu Camões senão na má traducção Ingleza do Fanshaw: e se entendia bem a <i>Gerusalem Liberata</i>, entederia melhor Camões, do que o Tasso, que reconhece a propria inferioridade? Sei que Gabriel Pereira de Castro, na Ulissea, Vasco Mausinho de Quevedo, no Afonso Africano, e a Malaca Conquistada do Menezes tem m~uito merecimento; mas estes tiverão em Camões um grande exemplar; e elle só pôde ler para formar o seu estilo, a Castanheda, e Barros; e Jorge Ferreira de Vasconcellos; poetas só a Gil Vicente, e Bernardim Ribeiro; e os do Cancioneiro de Resende; porque Sá de Miranda, e Ferreira &c. sairão á luz depois de composto o seu poema, ou no mesmo anno, em que se imprimiu. A 1ª e a 2ª parte dos Palmeirins publicarão se em 1572, anno em que se fizerão as duas rimeiras edições da Lusiada: Camões formou se a si mesmo na sua lingua, e teve felicidade em todos os estilos, quando não foi grande, e sublime. A inveja, que o perseguia na sua vida, resuscitou ha pouco, preferindo lhe a Ulissea de Gabriel Pereira, e até a Malaca Conquistada. Mas a Ulissea só tem o merecimento da dicção, em que Camões lhe foi mestre, e guia. A fabula é imitada, e copiada das de Homero e Virgilio, e despedia das bellezas dos Originaes, e das suas excellentes allegorias. Quanto á grandeza, e interesse dos assumtos, não é necessario gastar palavras. Se Camões introduziu nomes, e allegorias tiradas das Divindades do Paganismo, elle dá a sua descarga; e deviamos lembrar nos, que no seu tempo o Papa Clemente X., os Cardeaes, &c. escrevião <i>per Deos atque homines</i>, e usavão os imitadores de Cicero, e Virgilio dos seus modos de dizer conformes á religião dos antigos Romanos. Voltaire censurava a Camões por ter falado ao Reis de Melinde nas navegações de Ulisses, e Eneas, como se um barbaro Africanos das Costas de Zanguebar tivesse lido Homero, e Virgilio. Mas elle mesmo não leu o que Camões diz na est. 111. do Canto 2, para prevenir esta censura; e não sabia, que na India, e especialmente em Ormuz, d'onde se navegava até á Costa de Zanguebar, os Reis ouvião ler Chronicas das historias Romana, e Grega; e não sabia, que pola India toda andavão obras dos Poetas de todas as idades, e de todas as nações, que trazião os Soldados e Elches Europeus, e m~uitas vezes os nossos tomárão entre os despojos? Que inverisemhança ha logo, ou impossibilidade de que um Reis tivesse noticia das navegações de Ulisses, e de Eneas? Quanto ao silencio dos Poetas seus contemporaneos, que todos se regalarão de elogios reciprocos, e nenhum (salvo Diogo Bernardes) derão a Camões, Horacio nos predice ha m~uito a causa destas desgraças (Epist. I. L. 2.). / Urit enim fulgore suo, qui praegravat artes / Infra se positas / Mas com quanta vergonha dos detractores do nosso Epico não se verifica a predicção do Lyrico Romano, <i>extinctus amabitur idem</i>.]. Delles tirei os exemplos, que te propuz; nelles te exercita; conversa-os de dia e de noite, porque se basta o estudo de um anno para saberes meyãmente um idioma estrangeiro, quando quizeres saber a lingua patria perfeita, e elegantemente, debes estudar toda a vida, e com m~uita reflexão os autores Classicos, notando principalmente as analogias peculiares ao genio do nosso idioma. E deste modo poderás imita los, não repetindo sempre</p>
--	---

	<p>servilmente as suas palavras, e frases, e remendando com ellas as tuas composições, como alguns tem feito, mas dizendo coisas novas, sem barbarismos, sem Gallicismos, Italianismos, e Anglicismos, como m~ui vulgarmente se lem, e mais de ordinarios nas traducções dos pouco versados nas linguas estrangeiras, e talvez menos ainda na sua. Sigamos o exemplo dos bons ingenhos, que na Arcadia Portugueza rescusitãrão as elegancias do idioma materno; aproveitemos as reflexões sobre a lingua, que tem feito alguns membros da Real Academia das Sciencias de Lisboa, e chegaremos a fazer nos capazes de produzir mais copiosas advertencias sobre o artificio, purezas, e elegancias do nosso isioima, do que por hora temos, sendo elle m~uito digno de occupar os desvelos dos patriotas eruditos. Assim teremos quem suppra as faltas d'esses Grammaticos, com quem Cesar, Augusto, e o mesmo Cicero estudavão, e conferião, [NDR: V. o Tratado <i>De Illustrib. Grammat.</i> e Sueton nas Vidas de Cesar, e Augusto.] depois de serem já m~ui distinctos Oradores, porque ainda que não tinham em m~uito o merecimento de falar correctamente, havião que era grande torpeza não o saberem falar emendada, e puramente. Nam ipsum Latine loqui est illud quidem in magna laude ponendum, sed non tam sua spoute, quam quod est a plerisque neglectum. Non enim tam praeclarum est scire Latine, quam turpe nescire; neque tam id mihi Oratoris, quam Civis Romani proprium videtur. Cicero. Vale.”</p>
--	---

FD 2. FORTES 1816	
Título	Arte de grammatica portugueza que para o uso dos seus discipulos compoz o padre...
Autor (biodatas e locais)	Ignacio Felizardo Fortes (nascido no último quartel do século XVIII, morto em 1846 em Cabo Frio, província do Rio de Janeiro).
Ano	1816
Local de impressão	Rio de Janeiro
Tipografia	Impressão Regia
Edição / Impressão	2ª
Outras publicações do autor	<p>1818 – <i>Breve exame de pregadores</i> pelo que pertence à arte de rhetorica, extrahido da obra O pregador instruído. Rio de Janeiro, 22 pags. in-4.</p> <p>1818-1819 – <i>Historia do Brazil</i> desde a sua descoberta até 1810. Escripita em francez por Mr. Affonso de Beauchamp e traduzida em portuguez, etc Rio de Janeiro, 1o e 2o tomos in-8” (seriam 6 tomos no total, de acordo com Sacramento Blake).</p> <p>1834 – <i>Oração</i>, que nas solemnes acções de graças que se celebraram na igreja parochial de Nossa Senhora da Assumpção da cidade de Cabo Frio, no faustissimo anniversario natalicio de S. M. I. o Senhor D. Pedro II, recitou, etc. Rio de Janeiro</p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1810. <i>Arte de grammatica portugueza</i>, que para uso de seus discipulos compoz o padre Ignacio Felizardo Fortes. Rio de Janeiro. 1ª. ed.</p> <p>1825. <i>Arte de grammatica portugueza</i>, que para uso de seus discipulos compoz o padre Ignacio Felizardo Fortes. Rio de Janeiro. 3ª ed. mais correta e aumentada.</p> <p>1844. <i>Arte de grammatica portugueza</i>, que para uso de seus discipulos compoz o padre Ignacio Felizardo Fortes. Rio de Janeiro. 9ª ed. mais correta e aumentada</p> <p>1851. <i>Arte de grammatica portugueza</i>, que para uso de seus discipulos compoz o padre Ignacio Felizardo Fortes. Rio de Janeiro. 10ª ed.</p> <p>1855. <i>Arte de grammatica portugueza</i>, que para uso de seus discipulos compoz o padre Ignacio Felizardo Fortes. Rio de Janeiro. 12ª ed.</p> <p>1862. <i>Arte de grammatica portugueza</i>, que para uso de seus discipulos compoz o padre Ignacio Felizardo Fortes. Rio de Janeiro. 14ª ed.</p>
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto: Arte de grammatica portugueza que para o uso dos seus discipulos compoz o Padre Ignacio Felizardo Fortes, Professor de Lingua Latina. Rio de Janeiro. Na impressão regia. 1816. Com Liçença da Mesa do Desembargo do Paço.</p> <p>Dedicatória: Ao Illustrissimo Senhor Luiz José de Carvalho Mello, do Conselho de Sua Magestade, seu Desembargador do Paço, Encarregado da direcção geral dos Estudos. Ill.mo Senhor. Os conhecimentos que enriquecem a alma de V. SENHORIA, o amor, que V. SENHORIA tem ás Bellas Letras, e sobre tudo o ser V. SENHORIA o Encarregado da direcção geral dos Estudos, são motivos cheios para que dedique a V. SENHORIA a presente Arte de Grammatica Portugueza, que compuz para o uso dos meus discipulos, e que pertendo dar á luz debaixo dos auspicios de V. SENHORIA. As razões, que me movêrão a compô-la, vão exprendidas no Prologo, que a precede; e essas mesmas creio que são sufficientes, para que ella mereça a protecção de V. SENHORIA. Deos guarde a V. SENHORIA por muitos annos. DE V. SENHORIA O mais reverente venerador. Padre Ignacio Felizardo Fortes.</p> <p>Número de páginas: 95</p>
Sumário da obra	<p>Folha de rosto (I)</p> <p>Dedicatoria (III)</p> <p>Prologo (V-VIII)</p> <p>Livro I (9 - 19)</p> <p>Capitulo I. Proemio (9-10)</p> <p>Capitulo II. Da etimologia. Do nome substantivo (10-11)</p> <p>Capitulo II. Do nome adjetivo (11-12)</p> <p>Capitulo IV. Do Pronome (12-13)</p> <p>Capitulo V. Do Participio (13)</p> <p>Capitulo VI. Dos numeros, e dos casos (14)</p>

	<p>Capítulo VII. Do Artigo (14-15)</p> <p>Capítulo VIII. Declinação dos nomes substantivos, e dos pronomes Eu, e Tu</p> <p>Capítulo IX. Da formação do plural dos nomes (18-19)</p> <p>Capítulo X. Da formação dos Comparativos, e Superlativos (19)</p> <p>Livro II. Dos generos (20-24)</p> <p>Capítulo I. Dos generos conhecidos pela significação (20-21)</p> <p>Capítulo II. Dos generos conhecidos pela terminação (21-24)</p> <p>Livro III. Dos verbos. (25-59)</p> <p>Capítulo I. Verbos, e suas divisões (25-26)</p> <p>Capítulo II. Conjugação do verbo <i>Ter.</i> (26-31)</p> <p>Capítulo III. Conjugação do verbo <i>Haver.</i> (32-37)</p> <p>Capítulo IV. Conjugação do verbo <i>Ser.</i> (37-42)</p> <p>Capítulo V. Primeira Conjugação. Conjugação do verbo <i>Louvar.</i> (42-47)</p> <p>Capítulo VI. Segunda Conjugação. Conjugação do verbo <i>Combater.</i> (48-53)</p> <p>Capítulo VII. Terceira Conjugação. Conjugação do verbo <i>Confundir.</i> (54-59)</p> <p>Livro IV. Preteritos, e participios dos verbos (60-63)</p> <p>Capítulo I. Dos Preteritos, e participios dos preteritos [] verbos das primeira Conjugação (60)</p> <p>Capítulo II. Dos preteritos, e participios do preterito dos verbos da segunda conjugação. (61-62)</p> <p>Capítulo III. Dos preteritos, e participios do preteritos dos verbos da terceira Conjugação. (62)</p> <p>Capítulo IV. (63)</p> <p>Livro V. Do adverbior, Conjugação, Interjeição, e Preposição. (64-68)</p> <p>Capítulo I. Do adverbios (64-65)</p> <p>Capítulo II. Da Conjunção (66)</p> <p>Capítulo III. Da Interjeição (67)</p> <p>Capítulo IV. Da Preposição (68)</p> <p>Livro VI. Da Prosodia. (69-87)</p> <p>Capítulo I. Das syllabas primeiras, e medias (69-70)</p> <p>Capítulo II. Das ultimas syllabas (70-76)</p> <p>Livro III. Da Syntaxe (77-87)</p> <p>Capítulo I. Da syntaxe de concordancia (77-80)</p> <p>Capítulo II. Da syntaxe de regencia (80-82)</p> <p>Capítulo III. Do dativo (82-83)</p> <p>Capítulo IV. Do Accusativo (83-84)</p> <p>Capítulo V. Do Ablativo (84-87)</p> <p>Livros III. Da syntaxe figurada (88-93)</p> <p>Capítulo I. Das figuras das sentenças (88-92)</p> <p>Capítulo II. Das figuras de dicção (92-93)</p> <p>Errata (95)</p>
Objetivo do autor	<p>“PROLOGO Sendo o estudo da Lingua materna tão necessario, e tão recommendado por tantos homens Sábios de todas as Nações cultas; e sendo por isso o da nossa Lingua determinado nas Aulas de Gramatica Latina pelo Alvará do Senhor Rei D. José, publicado aos 30 de Setembro de 1770; e sendo igualmente certo, que o estado da Lingua Latina entre nós he (como o da Grega entre os Romanos) por onde começamos a carreira das Sciencia, e tão necesarios (por isso mesmo que a Lingua Portuguesa he quasi todos os seus vocabulos derivada da Latina) que por mais que qualquer se canse em estudar só a Portuguesa, jámais poderá nem fallá-a, nem escrevêl-a correctamente, por não ter os conhecimentos etimologicos, que só se achão na Latina, não sendo ainda bastantes as regras da Ortografia para escrever com inteira perfeição e vendo eu, que as Artes PORTUGUEZAS até aqui impressas, [sendo] algumas muito boas, são tão pouco accommodadas ás Latinas, que conheço por expriencia, que os estudantes, de ordinario impuberes, e por isso faltos de intelligencia para poderem combinar as regras Grammaticaes de huma, e outra Lingua, passando a aprender as da Latina, [sendo] pela maior parte as mesmas da Portuguesa, se persuadem, que estão aprendendo regras inteiramente novas: resolvi-me a reduzir as do grande Padre Antonio Pereira de Figueiredo, hoje seguida nas Aulas de Grammatica Latina destes Reinos; resolvi-me, digo, a fazer dellas huma Arte para o uso dos meus Discipulos, e dál-a á luz, tanto para evitar o trabalho das copias manuscriptas, que sempre estão sujeitas a erros, e</p>

	<p>necessitando de hum novo trabalho de correcção, como para utilidade tambem da mocidade Portugueza, que ella se quizer aproveitar. Segui por isso, o mais que me foi possível, as mesmas definições, e regras, e até os mesmos exemplos do Padre Pereira. O tratado da etimologia he quasi todo o mesmo. Nas declinações dos nomes (não fallando na inteira differença, que há nas duas Linguas por attender á brevidade, omitti as declinações de adjectivos, e pronomes (excepto os pronomes <i>Eu</i>, e <i>Tu</i>) taanto por que com summa facilidade se declinão pelos dois substantivos, que servem de exemplo, quer com artigos, quer com proposições; co[] por que no uso quotidiano de declinar nomes (o que nas Aulas se chama <i>fazer themas</i>) fica-se sabendo com facilidade aquillo, que custaria mais tempo, e mais trabalho a decorar. O mesmo observei nos verbos pois só appresentos os tres auxiliares, e as tres conjugações regulares: os irregulares, sabidos aquelles, com muita facilidade se sabem, conjugando-se em themas todos os dias, e na correcção delles mostrando o Mestre, onde se apartão da regularidade das conjugações. A syntaxe he quadi toda a mesma do Padre Pereira: e deste modo tendo hum estudante aprendido os preceitos Grammaticaes da Lingua Portugueza, e passando para a Latina, aprende os precietos desta em metade, e ainda [] menos de metade do tempo, em que alias os poderia aprender; e até com muito mais facilidade, e percepção, por ir entrando no conhecimento de huma Lingua estranha pelos mesmos principios, por onde aprendeo a sua. Conhecerá finalmente o Público respeitavel, que se não fíz huma ob[] inteiramente digna da sua acceitação, ao menos foi o meu trabalhos dirigido á sua utilidade.”</p>
--	---

FD 3. COSTA DUARTE 1829	
Título	Compendio da grammatica portugueza: para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos e offerecido...
Autor (biodatas e local de nascimento e morte)	Padre Antonio da Costa Duarte (?-?)
Ano	1829
Local de impressão	Maranhão
Tipografia	Typographia Nacional
Edição / Impressão	1ª
Acesso ao texto	Biblioteca Brasileira Mindlin – USP CEDOCH (fotos)
Outras publicações do autor	Não conhecemos.
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1829. 1ª edição: Compendio da grammatica portugueza: para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores gramáticos. Maranhão: Tipografia Nacional.</p> <p>1840. 2ª edição: <i>Compêndio de grammatica philosophica da lingua portugueza</i>, escolhido pela congregação do lyceu do Maranhão para uso do mesmo lyceu. Maranhão.</p> <p>1853. 3ª edição: <i>Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza, escolhida pela congregacao do lyceo do maranhao</i>. Maranhao : Na Livraria do Editor F Fructuoso Ferreira.</p> <p>1859. 4ª edição: <i>Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras letras da provincia</i>. Maranhão : Tipografia do Frias</p> <p>1877. 6ª. edição: <i>Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras letras da provincia</i>. Maranhão: Edictor Antonio Pereira Ramos D’Almeida.</p>
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto: / Compendio da grammatica portugueza: para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos e offerecido ao Illm.º. e Exm.º Sñr. Candido Joze de Araujo Vianna, Deputado nas Cortes Legislativas, Cavalleiro da Ordem de Christo, e Desembargador da Relação de Pernambuco pelo Padre Antonio da Costa Duarte. Maranhão. Na Typographia Nacional Anno de 1829.</p> <p>Epígrafe: “Quod munus adferre majus meliusve reipublie possumus, quam si docemus et erudimus juventutem? (Cic)”</p> <p>Dedicatória: ILLM.º EXM.º SNR. <i>A voz publica e a nossa experiencia comprovão assás o desvelo, com que V. Ex.ª emprega todas as suas faculdades em beneficio dos Póvos, felizmente confiados á direcção de V. Ex.ª, usando para o bem estar delles dos meios que amplamente lhe ministrão a profunda sabedoria e as eminentes virtudes, que a Providencia concede a V. Ex.ª Isto, a mui transcendente matéria, de que tracta o presente Compendio, o ter-me V. Ex.ª incumbido da sua composição, todos estes motivos me convencem de que V. Ex.ª se não dedignará de o lêr e de corrigil-o, para que a sua Doutrina seja interessante á instrucção da Mocidade; e estas mesmas ponderosas razões me animão a offerecel-o a V. Ex.ª, que em o acceitar, me concede o prazer de mostrar o affecto, respeito, e veneração, com que sou. De V. Ex.ª, O mais reverente súbdito, Padre Antonio da Costa Duarte.</i></p> <p>Trecho final: Ninguém se persuada de que pôde ser bastantemente profundo em material alguma, estudando só por Compendios.</p>

	Assinatura: Maranhão 31 de Março de 1830.
	Número de páginas: 100.
Sumário da obra	<p>Epígrafe (4)</p> <p>Dedicatória (5)</p> <p>Introdução (7-8)</p> <p>Capítulo I -Da Orthoepia (9-17)</p> <p>§.I. Dos sons e das Letras que os representam (9-11)</p> <p>§.II. Dos Dithongos e das Syllabas (11)</p> <p>§.III. Dos signaes da escriptura que regulaõ a boa leitura dos vocabulos (12)</p> <p>§.IV. Dos signaes que regulão a boa leitura de um discurso (13)</p> <p>§.V. Da prosodia (14-16)</p> <p>§.VI. Das figuras da dicção (16-17)</p> <p>Da Etymologia (17)</p> <p>Introducção (17-18)</p> <p>Capítulo 2 - Da Etymologia (18-63)</p> <p>§.I. Das Partes Elementares da Oração e do Discurso (18-20)</p> <p>§.II. Do Genero dos nomes substantivos (20-21)</p> <p>§.III. Da variação dos Nomes (21-23)</p> <p>§.IV. Dos Nomes Adjectivos (23)</p> <p>§.V. Dos Adjectivos Determinativos (23-25)</p> <p>§.VI. Dos Demonstrativos Pessoaes (25-27)</p> <p>§.VII. Dos Demonstrativos Puros (28)</p> <p>§.VIII. Dos Demonstrativos Conjunctivos (28-29)</p> <p>§.IX. Dos Determinativos de Quantidade (30-32)</p> <p>§. X. Dos Adjectivos Explicativos, e Restrictivos (32)</p> <p>§.XI. Dos Graus de augmento na significação dos adjectivos (33-34)</p> <p>§.XII. Das Terminações dos Adjectivos (34-35)</p> <p>§.XIII. Do Verbo (35-42)</p> <p>§.XIV. Do Verbo A[d]jectivo (42-44)</p> <p>§.XV. Conjugação do Verbo Adjectivo na sua Voz Activa (44-51)</p> <p>§.XVI. Conjugação do Verbo Adjectivo na sua Voz Passiva, Media ou Reflexa (51-52)</p> <p>§.XVII. Dos Verbos Irregulares, e Defectivos (52-57)</p> <p>§.XVIII. Da Preposição (57-59)</p> <p>§.XIX. Do Adverbio (59-61)</p> <p>§.XX. Da Conjuncção (61-62)</p> <p>§.XXI. Das Interjeições (62-63)</p> <p>Capítulo III - Da Syntaxe, e Construcção (64-82)</p> <p>§.I. Das partes essenciaes da Oração (64-67)</p> <p>§.II. Da Concordancia Regular (67-69)</p> <p>§.III. Da Concordancia Irregular por Syllepse (69-71)</p> <p>§.IV. Da Regencia Regular (71-74)</p> <p>§.V. Da Regencia Irregular por Ellipse (74-77)</p> <p>Da Construcção (77-)</p> <p>§.I. Da Construcção Direta (77-79)</p> <p>§.II. Da Construcção Invertida (79-80)</p> <p>§.III. Da Construcção Transposta (80-82)</p> <p>Orthographia da Lingua Portuguesa - Introducção (83- 84)</p> <p>Capitulo IV. Da Orthographia da Lingua Portuguesa (84-85)</p> <p>§.I. Regras Communs a todas as Orthographias (85-88)</p> <p>§.II. Regras proprias da Orthographia Etymologica, e da Usual (88-92)</p> <p>[§.III.] Da Ortografia Filozofica ou da Pronunsiação (93-94)</p> <p>§.IV. Da Pontuação (94-97)</p> <p>§.V. De mais alguns signaes da escriptura (97-98)</p> <p>Indice (98-99)</p>
Objetivo do autor	—

FD 4. CORUJA 1835	
Título	Compendio da Grammatica da Lingua Nacional: dedicado á mocidade rio-grandense
Autor (biodatas e local de nascimento e morte)	Antonio Alvares Pereira Coruja (1806 Porto Alegre-1889 Rio de Janeiro)
Ano	1835
Local de impressão	Porto Alegre
Tipografia	Typographia de V. F. de Andrade
Edição / Impressão	1ª
Outras obras do mesmo autor	<p>1838 – <i>Manual dos estudantes de latim</i>, dedicado á mocidade brasileira. Rio de Janeiro. “Foi depois adoptado no collegio de Pedro II. Idem, sendo augmentado com um appendice de pretéritos e supinos.”</p> <p>1848 – <i>Compêndio de orthographia da lingua nacional</i>, dedicado a sua magestade o senhor dom Pedro II. Rio de Janeiro.</p> <p>1850 – <i>Arithmetica para meninos</i>, contendo Unicamente o que é necessário e se pôde ensinar nas aulas de primeiras letras. Rio de Janeiro. (segunda edição de 1861, segundo Sacramento Blake)</p> <p>1852 – <i>Collecção dos vocábulos usados na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Revista do instituto histórico</i>, tomo 15º, 1852,</p> <p>1852 – <i>Manual de orthographia da lingua nacional</i>. Rio de Janeiro. (Sacramento Blake: “E’ a mesma obra acima, porém resumida ás suas principaes regras. Idem, sendo a segunda edição de 1861, 47 pags. in-8º, e a terceira de 1866.”)</p> <p>1855 – <i>Lições de historia do Brazil</i>, adaptadas á leitura das escolas. Rio de Janeiro.</p> <p>1861 – <i>Compêndio da grammatica latina</i> do padre Antônio Pereira de Figueiredo com additamentos e notas. Rio de Janeiro. (Sacramento Blake: “Segunda edição, 1861, 111 pags. in-8º”)</p> <p>1881 – <i>Antigudilhas e reminiscencias de Porto-Alegre</i>. Rio de Janeiro.</p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1835. 1ª edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense, por seu patricio Antonio Alvares Pereira Coruja</i>. Porto Alegre: Tipografia de V. F. de Andrade.</p> <p>1846. 4ª edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense, por seu patricio Antonio Alvares Pereira Coruja professor publico</i>. Rio de Janeiro : Tipografia Francesa.</p> <p>1847. 5ª edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i></p> <p>1849. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i>.</p> <p>1862. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i>.</p> <p>1865. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i>. Nova Edição ampliada e mais correcta.</p> <p>1862. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i>.</p> <p>1873. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i>. Nova Edição ampliada e mais correcta. Rio de Janeiro: Esperanca.</p> <p>1891. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional...</i> . Rio de Janeiro: Clássica.</p>
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto: Compendio da Grammatica da Lingua Nacional: dedicado á mocidade rio-grandense por seu patricio Antonio Alvares Pereira Coruja. Porto Alegre: 1835. Typographia de V. F. de Andrade, Rua da Ponte.</p> <p>Assinatura: Ponho este Compendio debaixo da proteção das Leis, que garantem a propriedade aos Editores. Antonio Alvares Pereira Coruja. Typographia de V. F. de Andrade.</p>

	Número de páginas: 68.
Sumário da obra	<p>Proemio (p.3-4)</p> <p>Parte Primeira - Da Etymologia (p.4-44)</p> <p>Artigo (4)</p> <p>Nome (4-9)</p> <p>Do genero dos Nomes (9-10)</p> <p>Verbo (10-39)</p> <p>Conjugação dos verbos regulares (-38)</p> <p>Dos verbos irregulares (38-39)</p> <p>Participio (39-40)</p> <p>Adverbio (40-42)</p> <p>Conjunção (42-43)</p> <p>Preposição (43-44)</p> <p>Interjeição (44)</p> <p>Parte Segunda - Syntaxe (45-59)</p> <p>Circunstancias (46-51)</p> <p>Verbo Passivo (51-52)</p> <p>Syntaxe Figurada (52-55)</p> <p>Observações necessarias aos principiantes para facilidade da regencia (55-59)</p> <p>Parte terceira - Da prosodia (59-61)</p> <p>Figuras de dicção (60-61)</p> <p>Parte quarta - Da orthographia (62-68)</p> <p>Observação (65)</p> <p>Pontuação (66-68)</p>
Objetivo do autor	—

FD 5. COSTA DUARTE 1859	
Título	Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza
Autor (biografias e local de nascimento e morte)	Padre Antonio da Costa Duarte (?-?)
Ano	1859
Local de impressão	Maranhão
Tipografia	Typ. do Frias
Edição / Impressão	4ª
Acesso ao texto	Biblioteca Brasileira Mindlin – USP CEDOCH (fotos)
Outras obras do mesmo autor	Não conhecemos.
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1829. 1ª edição: Compendio da grammatica portugueza: para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores gramáticos. Maranhão: Tipografia Nacional.</p> <p>1840. 2ª edição: <i>Compendio de grammatica philosophica da lingua portugueza</i>, escolhido pela congregação do lyceu do Maranhão para uso do mesmo lyceu. Maranhão.</p> <p>1853. 3ª edição: <i>Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza, escolhida pela congregacao do lyceo do maranhao</i>. Maranhão : Na Livraria do Editor F Fructuoso Ferreira.</p> <p>1859. 4ª edição: <i>Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras letras da provincia</i>. Maranhão : Tipografia do Frias</p> <p>1877. 6ª. edição: <i>Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras letras da provincia</i>. Maranhão: Edictor Antonio Pereira Ramos D’Almeida.</p>
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto: Compêndio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras letras da provincia, pelo Padre Antonio da Costa Duarte, lente da grammatica philosophica da lingua, e analyse dos nossos classicos. 4ª edicção. Maranhão. Impressa na typ. e á venda na livraria do Frias. 8. Rua dos Barbeiros, 8. 1859.</p> <p>121p.</p>
Sumário da obra	<p>Introdução (5-6)</p> <p>Da Orthoepia (7-20)</p> <p>§.I. Dos sons e das Letras que os representam (7-10)</p> <p>§.II. Dos Dithongos e das Syllabas (10-13)</p> <p>§.III. Dos signaes da escriptura que regulaõ a boa leitura dos vocabulos (12)</p> <p>§.IV. Dos signaes que regulão a boa leitura de um discurso (14-15)</p> <p>§.V. Da prosodia (15-18)</p> <p>§.VI. Das figuras da dicção (18-20)</p> <p>Capítulo 2 - Da Etymologia (20-85)</p> <p>§.I. Das Partes Elementares da Oração e do Discurso (20-24)</p> <p>§.II. Do Genero dos nomes substantivos (24-25)</p> <p>§.III. Da variação dos Nomes (25-27)</p> <p>§.IV. Divisão dos Nomes Adjectivos (27-28)</p> <p>§.V. Dos Adjectivos Determinativos (28-30)</p> <p>§.VI. Dos Demonstrativos Pessoaes (30-32)</p> <p>§.VII. Dos Demonstrativos Puros (32-33)</p> <p>§.VIII. Dos Demonstrativos Conjunctivos (33-35)</p> <p>§.IX. Dos Determinativos de Quantidade (35-37)</p> <p>§. X. Dos Adjectivos Explicativos, e Restrictivos (37-38)</p> <p>§.XI. Dos Graus de augmento na significação dos adjectivos (38-40)</p>

	<p>§.XII. Das Terminações dos Adjectivos (40-41)</p> <p>§.XIII. Do Verbo (41-52)</p> <p>Conjugação dos verbos ser, estar, haver e ter (52-60)</p> <p>§.XIV. Do Verbo A[d]jectivo (61-65)</p> <p>§.XV. Conjugação do Verbo Adjectivo na sua Voz Activa (66-74)</p> <p>§.XVI. Conjugação do Verbo Adjectivo na sua Voz Passiva, Media ou Reflexa (75-76)</p> <p>§.XVII. Dos Verbos Irregulares, e Defectivos (77-78)</p> <p>§.XVIII. Da Preposição (78-80)</p> <p>§.XIX. Do Adverbio (80-83)</p> <p>§.XX. Da Conjuncção (83-84)</p> <p>§.XXI. Das Interjeições (84-85)</p> <p>Da Syntaxe e Construção (85-105)</p> <p>§.I. Dos elementos essenciaes da Oração (86-88)</p> <p>§.II. Da Concordancia Regular (89-91)</p> <p>§.III. Da Concordancia Irregular por Syllepse (91-93)</p> <p>§.IV. Da Regencia Regular (93-96)</p> <p>§.V. Da Regencia Irregular por Ellipse (96-99)</p> <p>Da Construcção (99-105)</p> <p>§.I. Da Construcção Direta (100-101)</p> <p>§.II. Da Construcção Invertida (101-102)</p> <p>§.III. Da Construcção Transposta (102-103)</p> <p>Orthographia da Lingua Portuguesa (105)</p> <p>Introdução (105-106)</p> <p>Da orthographia da lingua portugueza (106-</p> <p>§.I. Regras Communs a todas as Orthographias (107-111)</p> <p>§.II. Regras proprias da Orthographia Etymologica, e da Usual (111-115)</p> <p>[§.III.] Da Ortografia Filozofica ou da Pronunsiasão (116-117)</p> <p>§.IV. Da Pontuação (117-120)</p> <p>§.V. De mais alguns signaes da escriptura (120-121)</p> <p>Indice (122-123)</p>
Objetivo do autor	—

FD 6. BITHENCOURT 1862	
Título	Epitome da grammatica philosophica da lingua portugueza
Autor (biodatas e local de nascimento e morte)	Raymundo Antonio da Camara Bithencourt
Ano	1862
Local de impressão	Rio de Janeiro
Tipografia	Eduardo & Henrique Laemmert
Edição / Impressão	1ª
Acesso ao texto	IEL / Unicamp CEDOCH (fotos)
Outras obras do mesmo autor	<p>1861. (Tradução). <i>As azas da mosca</i>: comédia em três atos de Victorien Sardou. Rio de Janeiro.</p> <p>1862. (Tradução do francês) <i>O alforge do contador</i>. Biblioteca moral da infância. Escolha de mais de cem contos, parábolas e historiazinhas para os meninos de ambos os sexos, de A. Aveline. Rio de Janeiro.</p> <p>1862. (Tradução do francês). <i>Legenda</i> para os meninos, contendo: “O Judêo errante, a Historia de Grisolides e o Bom rei Dagoberto”, de P. de Boiteau. Rio de Janeiro.</p> <p>1862. (Tradução do francês) <i>Eustaquio</i>: episódio dos primitivos tempos do Cristianismo por Christovam Schimidt, seguido do conto moral “A família christã”. Rio de Janeiro.</p> <p>1862. (Tradução do francês) <i>O fidalgo</i> sem dinheiro: comédia em dois atos de Dumanoir e Lafargue. Rio de Janeiro.</p> <p>1863. <i>Trabalhos</i> oratorios e litterarios de Frei Francisco de Monte-Alverne. Rio de Janeiro.</p> <p>s.d. (Tradução) <i>O arrependimento</i>: comédia em quatro atos de Edmond About e E. M. Nojac. Rio de Janeiro.</p> <p>1892. (Tradução do Francês) <i>Novo espelho</i> de amor ou arte de fazer a corte ás mulheres e conquistar-lher o coração. Conselhos aos homens para que sejam victoriosos no amor e consigam concluir um feliz hymenêo. Rio de Janeiro.</p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	Não conhecemos.
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto: Epitome da grammatica philosophica da lingua portugueza composto por Camara Bithencourt (Raymundo) natural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro. Publicado e á venda em casa dos Editores-proprietarios. Eduardo & Henrique Laemmert – Rua da Quitanta, 77 – 1862.</p> <p>Número de páginas: 144</p> <p>Há ainda no final da obra um catálogo da E. & H. Laemmert.</p>
Sumário da obra	<p>Prefácio (V-VIII)</p> <p>Epitome da grammatica philosophica da lingua portugueza (1-4)</p> <p>Capítulo I – Da orthoepia (5-21)</p> <p>§ 1º. Dos sons e das letras que os representam (5-6)</p> <p>§ 2º. Dos diphthongos e das syllabas (6-10)</p> <p>§ 3º. Dos signaes da escriptura que determinão a boa leitura dos vocabuloa (10-13)</p> <p>§ 4º. Dos signaes que regulão a boa leitura de um discurso (13-14)</p> <p>§ 5º. Da prosódia (14-17)</p> <p>§ 6º. Das figuras da dicção (18-19)</p> <p>§ 7º. Dos vicios da dicção (20-21)</p> <p>Capitulo II – Orthographia (22-49)</p> <p>§ 1º. Regras communs aos tres systemas orthographicos (24-33)</p> <p>§ 2º. Regras proprias da Orthographia Etymologica e usual (33-40)</p> <p>§ 3º. Da ortografia ?lozo?ea ou da pronunciação (40-43)</p> <p>§ 4º. Da pontuação (44-49)</p> <p>Capitulo III – Da Etymologia (50-)</p> <p>§ 1º. (p.50-56)</p>

	<p>§ 2º. Do genero dos nomes substantivos (56-59)</p> <p>§ 3º. Da variação dos nomes (59-61)</p> <p>§ 4º. Da divisão dos nomes adjetivos (61-63)</p> <p>§ 5º. Dos adjetivos determinativos (64-66)</p> <p>§ 6º. Dos demonstrativos pessoais (67-69)</p> <p>§ 7º. Dos demonstrativos puros (69-70)</p> <p>§ 8º. Dos demonstrativos conjunctivos (71-72)</p> <p>§ 9º. Dos determinativos de quantidade (73-75)</p> <p>§ 10º. Dos adjetivos explicativos e restrictivos (75-77)</p> <p>§ 11º. Dos graus de augmento na significação dos adjetivos (77-79)</p> <p>§ 12º. Das terminações dos adjetivos (79-80)</p> <p>§ 13º. Do verbo (81-86)</p> <p>Conjugação dos verbos (87-97)</p> <p>§ 14º. Do verbo adjetivo (98-101)</p> <p>§ 15º. Conjugação do verbo adjetivo na sua voz activa (101-109)</p> <p>§ 16º. Conjugação do verbo adjetivo na sua voz passiva (109)</p> <p>§ 17º. Dos verbos irregulares e defectivos (110-111)</p> <p>§ 18º. Da preposição (111-114)</p> <p>§ 19º. Do adverbio (114-116)</p> <p>§ 20º. Da conjunção (116-118)</p> <p>§ 21º. Da interjeição (118-119)</p> <p>Capitulo IV. Syntaxe e construção (120-)</p> <p>§ 1º. Da oração ou proposição em geral (120-124)</p> <p>§ 2º. Da concordancia regular (124-125)</p> <p>§ 3º. Da concordancia irregular por meio da syllepse ou da synthese (126-129)</p> <p>§ 4º. Da regencia regular (129-138)</p> <p>Da construção (137-144)</p> <p>§ 1º. Regras para a construcção directa (138-140)</p> <p>§ 2º. Da construcção invertida (140-141)</p> <p>§ 3º. Da transposição (141-144)</p> <p>Conjugação dos verbos irregulares (145)</p> <p>Edições brasileira – novos catalogos nº 4 e 5</p>
Objetivo do autor	<p>“PREFACIO O Epitome da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza que organisamos, não é por certo um trabalho perfeito, temos consciencia disto, mas tambem temos consciencia de que não é elle em nada somenos dos que se tem publicado até agora. No Maranhão o Sr. padre Antonio da Costa Duarte deu lume a um compendio que tem muitas cousas aproveitaveis, algumas das quaes adoptamos no presente epitome; mas sem fazer injustiça áquelle grammatico, é força reconhecer que grande numero das suas definições, das suas doutrinas e opiniões, ao menos no nosso modo de pensar merecem reparo e não podem ser aceitas. Quando o Sr. Costa Duarte se aparta do insigne Soares Barbosa, sustenta doutrinas que nos parecem pouco grammaticas. Outros compendios temos examinado que não são mais escoimados do que o de que tratamos. Nosso epitome não se aparta da grammatica de Soares Barbosa, senão naquelles pontos em que o illustrado philologo nos pareceu menos fundado: então em algumas notas damos a razão da nossa discrepancia. Muitas das nossas definições e regras são extrahidas textualmente daquella grammatica: nisto não são menos inconveniente, porque repetir o que é bom em materias de ensino, e adapta-lo a um compendio é já fazer alguma coisa util. Dous motivos muito fortes leváramos principalmente a organizar este epitome: o 1º, achar-se esgotada toda a edição da grammatica de S. Barbosa, e não ser esta encontrada á venda em livreria alguma; e o 2º, não se essa mesma grammatica, por demasiado diffusa, propria para o ensino nas aulas: será um excellente expositor, mas não é compendio, e nas aulas cumpre que as materias sejam ensinadas em livros onde os preceitos estejam compendiados. Um outro motivo, e perdõe-se-nos o orgulho, actuou tambem poderosamente em nós na composição deste epitome, a saber: a necessidade que tinhamos de provar solememente nossas habilitações, para bem exercermos um emprego em qualquer Repartição</p>

	<p>publica, um desses barateados á ignorancia, e arranjos pelo patronato; um emprego, emfim, que nos ponha a abrigo das primeiras necessidades da vida, já que o governo do paiz (não nos refirimos aos ministerios actual, ao qual por ora nada temos pedido) nunca se dignou de attender-nos. Acreditamos que o ministerio presidido pelo venerando Marquez de Olinda, tão amigo e protector das letras como é, nos fará justiça, e não consentirá que um moço que reúne algumas habilitações, com as quaes póde até prestar bons serviões em uma secretaria d'estado, continue a viver sem um emprego e sem meios de prover á subsistencia de sua familia. A respeito da adopção deste compendio para as aulas publicas, esperamos que será decretada porque confiamos muito nas luzes do nosso conselho de instrucção. As pessoas doudas decidiráõ do merito desta publicação: quanto aos indoutos, sempre dispostos a censurar d'aquillo que não entendem, que esbravejem como lhes parecer, não lhes damos a menos consideração.”</p>
--	---

FD 7. SOTERO DOS REIS 1877

Título	Grammatica Portugueza: accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica
Autor (biografias e local de nascimento e morte)	Francisco Sotero dos Reis (1800 S. Luiz do Maranhão - 1871 S. Luiz do Maranhão)
Ano	1877
Local de impressão	Maranhão
Tipografia	Typ. de R. d'Almeida & C., Editores e proprietarios dessa edição.
Edição / Impressão	1ª
Outras obras do mesmo autor	<p>1862. <i>Postillas de Grammatica Geral applicada á lingua portugueza pela analyse dos classicos.</i></p> <p>1863. <i>Comentários sobre a Guerra Gálica</i>, de Júlio César. Tradução.</p> <p>1868. <i>Postillas de Grammatica Geral applicada á lingua portugueza pela analyse dos classicos</i></p> <p>1866-1868. <i>Curso de litteratura portugueza e brasileira.</i></p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1866. 1ª edição. Grammatica Portugueza: accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica. Maranhão: [não mencionado].</p> <p>1871. 2ª edição. Grammatica Portugueza: accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica (revista, corrigida e annotada). Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C.</p> <p>1877. 3ª edição. Grammatica Portugueza: accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica (revista, corrigida e annotada). Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C.</p>
Descrição da edição consultada	<p>“Os herdeiros do auctor reservam-se, na forma da lei, o direito de proprieade, por successão, desta e de todas as outras obras do mesmo auctor. Todos os exemplares desta 2ª edição vão rubricados pelo herdeiro Francisco Sotero dos Reis Junior”</p> <p>Folha de rosto: Grammatica Portugueza accommodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica por Francisco Sotero dos Reis, professor Jubilado de Lingua Latina e Professor da mesma Lingua e de Litteratura no Instituto de Humanidades da Provincia do Maranhão, dedicada pelo auctor ao ao Director do Mesmo Instituto, o Dr. Pedro Nunes Leal. Segunda Edição, Revista, corrigida e annotada por Francisco Sotero dos Reis Junior e Americo Vespucio dos Reis. Maranhão. Typ. de R. d'Almeida & C., Editores e proprietarios desta edição – Rua da Palma n. 3. 1871.</p> <p>Número de páginas: 304</p>
Sumário da obra	<p>“Ao público” (6 páginas)</p> <p>Prolegomenos (V-XI)</p> <p>Etymologia (p.1-147)</p> <p>Nome substantivo (p.1-5)</p> <p>Pronome pessoal (p.6-8)</p> <p>Primeira pessoa (p.7)</p> <p>Segunda pessoa (p.8)</p> <p>Terceira pessoa (p.8)</p> <p>Nome adjetivo (p.8-38)</p> <p>Verbo (38-133)</p> <p>Tempos do verbo (p.42-44)</p> <p>Modos do verbo (p.44-45)</p> <p>Verbo substantivo (p.45-50)</p> <p>Modo indicativo (p.47-48)</p> <p>Modo condicional (p.48)</p> <p>Modo imperativo (p.48)</p> <p>Modo conjuntivo (p.48-49)</p> <p>Modo infinitivo impessoal (p.49)</p> <p>Modo infinitivo pessoal (p.49-50)</p> <p>Verbo auxiliar (p.50-60)</p>

	<p>Verbo atributivo (p.60-8)</p> <p>Primeira conjugação (p.62-64)</p> <p>Segunda conjugação (p.64-66)</p> <p>Terceira conjugação (p.67-81)</p> <p>Verbo transitivo (p.81-83)</p> <p>Verbo intransitivo (p.84)</p> <p>Verbo relativo (p.85)</p> <p>Verbo reflexo e pronominal (p.85-86)</p> <p>Verbo attributivo composto (p.87-95)</p> <p>Voz passiva do verbo transitivo (p.95-96)</p> <p>Conjugação do verbo transitivo apassivado (p.96-110)</p> <p>Voz média ou reflexa (p.110-115)</p> <p>Verbo regular (p.116)</p> <p>Verbo irregular (p.116-117)</p> <p>Verbo defectivo (p.117-118)</p> <p>Verbo unipessoal (p.118-125)</p> <p>Acessorios do verbo (p.125-128)</p> <p>Participio preterito (p.128-129)</p> <p>Composto (p.129-130)</p> <p>Participio futuro (p.130)</p> <p>Gerundio (p.130-132)</p> <p>Supino (p.132-133)</p> <p>Conjunção (p.133-138)</p> <p>Conjunção de primeira classe (p.133-136)</p> <p>Conjunção de segunda classe (p.136-138)</p> <p>Preposição (p.139-141)</p> <p>Adverbio (p.142-146)</p> <p>Interjeição (p.146-147)</p> <p>Syntaxe (p.148-251)</p> <p>Noções preliminares (148-151)</p> <p>Syntaxe das palavras (152-197)</p> <p>Ligação das palavras pela conjunção (152)</p> <p>Ligação das palavras pela preposição (152-153)</p> <p>Ligação dos termos da proposição (153)</p> <p>Concordancia do verbo com o sujeito (153-154)</p> <p>Concordancia do verbo com muitos sujeitos (154-158)</p> <p>Concordancia do adjectivo com muitos nomes (158-159)</p> <p>Nome attributo (159)</p> <p>Concordancia do adjectivo conjunctivo (159-160)</p> <p>Concordancia do adjectivo interrogativo (160-161)</p> <p>Dependencia das palavras (162-169)</p> <p>Sua collocação da proposição (162-169)</p> <p>Complemento (169-183)</p> <p>Complemento do adjectivo (169-172)</p> <p>Complemento do verbo (172-183)</p> <p>Conversão grammatical (183-185)</p> <p>Equivalentes dos complementos (185-190)</p> <p>Modelos de analyse (190-197)</p> <p>Syntaxe das proposições (197-251)</p> <p>Noções preliminares (197-203)</p> <p>Resumo (203- 204)</p> <p>Proposições subordinadas circumstanciais (204-223)</p> <p>Proposição circumstancial ligada por uma conjunção (204-210)</p> <p>Proposição circumstancial ligada pelos adjectivo e adverbios conjuntivos (210)</p> <p>Proposição circumstancial ligada pelo adjectivo conjunctivo (210-214)</p> <p>Proposição circumstancial ligada pelos adverbios conjunctivos (214-215)</p> <p>Proposição circumstancial ligada por uma preposição (215-217)</p>
--	---

	<p>Proposição circumstantial participio (218-223)</p> <p>Proposição subordinadas completivas (223-233)</p> <p>Proposição completiva ligada por uma conjunção (223-228)</p> <p>Proposição completiva ligada pelo adjectivo e adverbios interrogativos (229)</p> <p>Proposição completiva ligada pelo adjectivo interrogativo (229-231)</p> <p>Proposição completiva ligada pelos adverbios interrogativos (231-232)</p> <p>Proposição completiva do infinito (233)</p> <p>Infinito pessoal (233-234)</p> <p>Infinito impessoal (235-237)</p> <p>Concordancia dos verbos das proposições do periodo grammatical (237-244)</p> <p>Relação de simultaneidade (237-240)</p> <p>Relação de anterioridade (240-242)</p> <p>Relação de posterioridade (242-244)</p> <p>Modelo de analyse (245-251)</p> <p>Orthographia (253-264)</p> <p>Prosodia (265-272)</p> <p>Errata (273)</p>
Objetivo do autor	<p>“AO PÚBLICO A Grammatica Portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica, compozla por Francisco Sotero dos Reis, a qual desde o seu apparecimento foi logo saudada por todos como um dos melhores compendios grammaticaes da Lingua Portugueza, nao teve ainda hoje outra que se lhe avantajasse, e nem ao menos se lhe pudesse equiparar, nao só na concisao, clareza e perfeição do estylo, mas tambem na perspicuidade e precisão das definições e regras doutrinaes; por isso, acha-se ella com justiça adoptada nas aulas publicas das principaes provincias do Imperio. Com tal acolhimento tem sidotao grande aprocura dos exemplares de sua primeira edição, que ficou esta completamente esgotada a ponto de nao restar nas livrarias d'esta provincia mais um so exemplar á venda. Em semelhante conjunctura, nós, filhos e herdeiros do Auctor, os unicos a quem como taes cabe presentemente o direito de reimprimir as suas producções, julgámos conveniente dar a toda apressa uma segunda edição de tão util quão excellente obra, e resolutos mettêmos hombros á empreza, com a mira menos no interesse que d'ahi nos poderia provir, do que na satisfação d'alma, que nos causaria o cumprimento de tao grato dever. Contractamos, pois, com os Senrs. Antonio Pereira Ramos de Almeida & C.a a impressao e publicação da segunda edição da "Grammatica Portugueza accommodada aos principios geraes da palavra", ficando elles como editores e proprietaries da mesma edição, e nos como os revisores e annotadores da obra. Em trabalho de tal ordem e de tanto momento, sem divida superior as nossas fôrças, fomos guiados e aconselhados pelo Senr. Luiz, Carlos Pereira de Castro, distincto professor de grammatica da Lingua Portugueza no Lyceo d'esta Cidade, e, a nosso ver, um dos mais abalisados mestres da disciplina hoj'em dia; o qual, como nosso amigo particular, e como amigo e discipulo que foi do Auctor, prestou- se de born grado a auxiliar-nos com suas luzes em tarefa tao espinhosa, e que demanda por certo conhecimentos profundos e especiaes da materia. Como o diz o Auctor no final dos "Prolegomenos", e nos o confirmamos, foi esta grammatica feita por partes, indo os originaes para o prelo á medida que iam sendo compostos, e isto mesmo com grandes e repetidas interrupções, porque a esse tempo achava-se elle com outros trabalhos litterarios entre maos. Assim, não é de admirar que a primeira edição sahisse com alguns pequenos defeitos, os quaes entretanto foram na sua mor parte resalvados na errata. N'esta segunda edição que damos a lume, foi nosso principal intento expurgar a obra dos senões apontados, ja corrigindo os erros typographicos da primeira, ja tornando mais completos e perfeitos alguns topicos, ja finalmente esclarecendo por meio de notas alguns outros. Quanto a orthographia e a pontuação, conservamos as do Auctor, procurando tao</p>

	<p>somente uniformisal-as. Sob a poderosa egide do Senr. Luiz Carlos, com cuja auctoridade suprimos a nossa deficiencia, chegamos emfim ao cabo da empreza. Tanto n'uma, como n'outra d'aquellas partes, presumimos haver conseguido alguma cousa, melhorando a grammatica de que tractamos; si bem estejamos convencidos de que, no que respeita a orthographia e a pontuação, apesar dos nossos esforços, muito ha ainda que retocar, pois a urgencia e celeridade da impressao nao deram logar a uma revisao das provas mais demorada e reflectida, como era mister.”</p>
--	--

FD 8. CORUJA 1873	
Título	Compendio da Grammatica da Lingua Nacional: dedicado á mocidade rio-grandense
Autor (biodatas e local de nascimento e morte)	Antonio Alvares Pereira Coruja (1806 Porto Alegre-1889 Rio de Janeiro)
Ano	1873
Local de impressão	Rio de Janeiro
Tipografia	Typ. Esperança, de Gaspar J. J. Vellozo
Edição / Impressão	“Nova edição”
Outras obras do mesmo autor	<p>1838 – <i>Manual dos estudantes de latim</i>, dedicado á mocidade brasileira. Rio de Janeiro. “Foi depois adoptado no collegio de Pedro II. Idem, sendo augmentado com um appendice de pretéritos e supinos.”</p> <p>1848 – <i>Compêndio de orthographia da lingua nacional</i>, dedicado a sua magestade o senhor dom Pedro II. Rio de Janeiro.</p> <p>1850 – <i>Arithmetica para meninos</i>, contendo Unicamente o que é necessário e se pôde ensinar nas aulas de primeiras lettras. Rio de Janeiro. “sendo a segunda edição de 1861”</p> <p>1852 – “<i>Collecção dos vocábulos usados</i> na provincia de S.Pedro do Rio Grande do Sul. <i>Revista do instituto histórico</i>, tomo 15º, 1852,</p> <p>1852 – <i>Manual de orthographia da lingua nacional</i>. Rio de Janeiro. “E' a mesma obra acima, porém resumida ás suas principaes regras. Idem, sendo a segunda edição de 1861, 47 pags. in-8º, e a terceira de 1866.” (Sacramento Blake)</p> <p>1855 – <i>Lições de historia do Brazil</i>, adaptadas á leitura das escolas. Rio de Janeiro.</p> <p>1861 – <i>Compêndio da grammatica latina</i> do padre Antônio Pereira de Figueiredo com additamentos e notas. Rio de Janeiro. “Segunda edição, 1861, 111 pags. in-8º” (Sacramento Blake)</p> <p>1881 – <i>Antigudilhas e reminiscencias de Porto-Alegre</i>. Rio de Janeiro.</p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1846. 4ª edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense, por seu patricio Antonio Alvares Pereira Coruja professor publico</i>. Rio de Janeiro : Tipografia Francesa.</p> <p>1847. 5ª edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i></p> <p>1849. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i>.</p> <p>1862. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i>.</p> <p>1865. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i>. Nova Edição ampliada e mais correcta.</p> <p>1862. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i>.</p> <p>1873. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i>. Nova Edição ampliada e mais correcta. Rio de Janeiro: Esperanca.</p> <p>1891. ? edição. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense</i>. Rio de Janeiro: Clássica.</p>
Descrição da edição consultada	<p>Obras do mesmo autor</p> <p>Collecção de 8 grandes Exemplares de Leitura progressivos desde – <i>a b c</i> – até carta de nomes inclusive, impressos em grandes caracteres, proprios para quadros ou para grudar em papelão: a 320 rs. a collecção.</p> <p>Paulas para bastardo, bastardinho, e cursivo, com linhas de inclinação: a 80 rs. cada uma.</p> <p>Arithmetica para Meninos, contendo unicamente o que é indispensavel, e se póde ensinar nas escolas de primeiras letras: a 320 rs.</p> <p>Manual da Orthografia da Lingua Nacional, extrahido do seu Compendio de Orthographia: a 320 rs.</p>

	<p>Compendio da Grammatica da Lingua Nacional: a 1\$000.</p> <p>Compendio da Grammatica Latina, com additamentos e notas, organizado sobre o Epitome da Grammmatica do Padre Antonio Pereira: a 1\$000 réis.</p> <p>Manual dos Estudantes de latim, approvado para o uso do collegio D. Pedro II; contém a declinação dos nomes greco-latinos, conjugação de muitos verbos irregulares, impessoaes e defectivos, ampliação das regras de syntaxe, figuras de sentença e de dicção, regras da metrificacão latina, e outras muitas explicações necessarias aos estudantes, e que não vem na Arte do Padre Antonio Pereira; com umAppendice dos preteritos e supinos mais diffíceis de procurar-se: a 1\$000 réis.</p> <p>Licções da Historia do brasil, adaptadas á leitura das escolas, e seguidas de um Appendice contendo noticias de casa uma das provincias do Imperio; a 2\$000 réis.</p> <p>Compendio da Orthographia da lingua Nacional, impressoa em 1848, dedicado a S. M. I., e precedido do parecer de uma Comissão nomeada pelo governo para informar sobre o seu merecimento: contém um Vocabulario á semelhança do da Orthografia do Padre Madureira: a 4\$000 réis.</p> <p>Vendem-se no Rio de Janeiro, em casa do autor, rua da Assembleia n. 88, na rua da Quitanda ns. 70 e 124. Em Porto Alegre, rua de Bragança n. 51.</p> <p>Folha de rosto: compendio da grammatica da lingua nacional dedicada á mocidade rio-grandense por seu patricio Antonio Alvares Pereira Coruja professor publico. Nova edição ampliada e mais correcta. Rio de Janeiro. 1873.</p> <p>Typographia – Esperança – de Garpar João José Vellozo Rua de S. José, 11. Número de páginas: 99</p>
Sumário da obra	<p>Folha de rosto (3)</p> <p>Proemio (5-6)</p> <p>Parte Primeira - Da Etymologia (6-45)</p> <p>-Artigo (6)</p> <p>-Nome (6-9)</p> <p>-Pronome (9-13)</p> <p>-Verbo (13-39)</p> <p>-Participio (41)</p> <p>-Adverbio (41-43)</p> <p>-Conjunção (42-43)</p> <p>-Preposição (44)</p> <p>-Interjeição (45)</p> <p>Parte Segunda - Da Syntaxe (45-59)</p> <p>-Circunstancia (47-50)</p> <p>-Verbo Passivo (51)</p> <p>- Das orações (51-53)</p> <p>-Syntaxe Figurada (52-55)</p> <p>- Observações necessarias aos principiantes para faculdade da analyse (55-60)</p> <p>Parte Terceira - Da Prosodia (60-62)</p> <p>-Figuras de dicção (61-62)</p> <p>Parte Quarta - Da Orthographia (62-72)</p> <p>- Palavras de pronuncia semelhantes, que se escrevem diversamente (67-70)</p> <p>-Pontuação (70-72)</p>
Objetivo do autor	—

FD 9. CARNEIRO RIBEIRO 1881	
Título	Grammatica Portugueza Philosophica
Autor (biodatas e local de nascimento e morte)	Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920)
Ano	1881
Local de impressão	Bahia
Tipografia	Imprensa Econômica
Edição / Impressão	1ª
Acesso ao texto	FFLCH / USP CEDOCH (fotos)
Outras obras do mesmo autor	<p>1864 – <i>Relações</i> da medicina com as sciencias philosophicas; Como obra, o sulfato de quinino nas febres intermitentes. Do centeio espigado e sua applicação na obstetrícia; Theoria da respiração vegetal: these que sustenta para obter o grau de doutor, etc. Bahia.</p> <p>1885 – <i>Perturbações</i> psychicas no domínio da hysteria : these de concurso da cadeira de clinica obstetrica e gynecologica. Bahia.</p> <p>1890 – Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza. Bahia.</p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	Não temos conhecimento de reedições.
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto: Grammatica Portugueza Philosophica pelo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro professor de grammatica philosophica no Lyceo da Bahia – Obra approvada pelo conselho Superior de Instrucção Publica.</p> <p>Epígrafe: <i>Lex sum sermonis, linguarum regula certa; qui me non dedit coetera aulla pelat.</i> BACON.</p> <p>– Bahia, Imprensa Economica, 16 - Rua Nova das Princezas - 16 – 1887 / 1881.</p> <p>Dedicatória: Á memoria de Dr. Guilherme Pereira Rebello. O.D.C. – O Auctor.</p> <p>Número de páginas: 447</p>
Sumário da obra	<p>Parecer (4-6)</p> <p>Introdução (7-13)</p> <p>Livro I – Phonologia (15-61)</p> <p> Capitulo I (15-25)</p> <p> Capitulo II (25-29)</p> <p> Capitulo III – Syllabas (29-38)</p> <p> Capitulo IV – Da quantidade do accento (38-57)</p> <p> Capitulo V – Dos principais vicios da pronunciação (57-61)</p> <p>Livro II – Orthographia (63-199)</p> <p> Capitulo I (63-68)</p> <p> Capitulo II – Da escriptura em geral e especialmente da escriptura alphabetica (69-73)</p> <p> Capitulo III – Regras: relativas ao emprego da vogal Y e observações sobre cada uma das consoantes (73-92)</p> <p> Capitulo IV – Divisão das Syllabas dos vocabulos (92-94)</p> <p> Capitulo V – Principaes Abbreviações portuguezas (94-96)</p> <p> Capitulo VI – Das Lettras Capitaes (97)</p> <p> Capitulo VII – Pontuação (97-114)</p> <p> Capitulo VIII – De outros signaes orthographicos (115-116)</p> <p> Capitulo IX – Emprego das maiusculas e minusculas (116-119)</p> <p>Livro III – Lexicologia (121-367)</p> <p> Capitulo I (121-129)</p> <p> Capitulo II – Interjeições (128-134)</p>

	<p>Capítulo III – Substantivos (134-172)</p> <p>Capítulo IV – Pronome (172-205)</p> <p>Capítulo V – Adjectivos (205-248)</p> <p>Capítulo VI – Verbos (248-314)</p> <p>Capítulo VII – Preposições (314-328)</p> <p>Capítulo VIII – Conjuncção (328-339)</p> <p>Capítulo IX – Adverbio (340-353)</p> <p>Capítulo X – Preficas e Suffixas (353-367)</p> <p>Livro IV – Phraseologia (369-447)</p> <p>Capítulo I (369-287)</p> <p>Capítulo II – Concordância (386-406)</p> <p>Capítulo III – Regência (406-</p> <p>Capítulo IV – Das figuras de syntaxe (416-432)</p> <p>Capítulo V – Dos vicios da linguagem (432-439)</p> <p>Capítulo VI – Dos tropos (439-447)</p> <p>Errata</p>
Objetivo do autor	–

FD 10. RIBEIRO 1881	
Título	Grammatica Portugueza
Autor (biografias e local de nascimento e morte)	Julio Cezar Ribeiro Vaughan (1845 Sabará, MG – 1890 Santos, SP)
Ano	1881
Local de impressão	São Paulo
Tipografia	Typ. De Jorge Seckler, Rua Direita, 15
Edição / Impressão	1ª
Outras obras do mesmo autor	<p>1876-1877. <i>O padre Belchior Pontes</i> 1880. <i>Traços gerais de Linguística</i> 1885. <i>Grammatica Analytica</i> 1887. <i>Holmes Brasileiro ou Grammatica da Puericia</i> 1888. <i>A Carne</i> 1895. <i>Nova Grammatica de Lingua Latina</i></p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1885. <i>Grammatica Portugueza</i>. 2ª ed. 1893. <i>Grammatica Portugueza</i>. 3ª ed. 1896. <i>Grammatica Portugueza</i>. 4ª ed. 1899. <i>Grammatica Portugueza</i>. 5ª ed.</p>
Descrição da edição consultada	<p>Capa: Grammatica Portugueza, por Julio Ribeiro. Epig.: Tentei ensinar aos meus naturaes o que eu de outrem não pude apprendrer. DUARTE NUNES DE LEÃO. – Pour les langes, la methode essentielle est dans la comparaison et la filiation. – Rien n'est explicable dans notre grammaire moderne si nous ne connaissons notre grammaire ancienne. LITTRE – En aucune chose, peut-être, il n'est donné à l'homme d'arriver au but: su gloire est d'y avoir marché. GUIZOT.) São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, Rua Direita, 15. 1881.</p> <p>Folha de rosto: (igual à capa)</p> <p>Dedicatória: A Friederich Diez e Émile Littré, de saudosa memoria; aos Senhores William Dwight Whitney, Mas Müller, Auguste Branchet, Gaston Paris, Michel Bréal, Theophilo Braga, Adolpho Coelho, Paulino de Souza, Pacheco Junior, Sylvio Romério, Capistrano de Abreu; <i>Voi duchi, voi signori, voi maestri</i>. Dante, <i>Inferno</i>, II, 140. --- A Manoel José da Fonseca e á Exm.a Sra. D. Carolina Florence: <i>vulgare amici nomen, sed rara est fides</i>. Phaedrus, Lib. III, Fab. 9.</p> <p>Advertência: “Peço á critica illustrada e honesta o que ella não pode recusar – toda a severidade para com esta Grammatica. Não é um orgulho tolo que me leva a fazer tal pedido: é o desejo de melhorar o meu trabalho em bem dos que estudam Portuguez. Dos directores da imprensa espero uma fineza—que me sejam enviados todos os exemplares das suas folhas em que saiam noticias e apreciações desta obra. Endereço: Julio Ribeiro. Collegio “Culto á Sciencia”. Campinas. Província de São Paulo.</p> <p>Número de páginas: 298</p>
Sumário da obra	<p>Introducção (1-2) Parte Primeira – Lexeologia (3-192) Livro Primeiro – Elementos Materiaes das Palavras (3-51) Seção Primeira – Phonetica (3-10) Seção Segunda – Prosodia (10-22) Seção Terceira – Orthographia (22-51) Livro Segundo – Elemento Morphicos das Palavras (51- Secção Primeira – Taxeonomia (51-73) I Substantivo (53-55) II Artigo (55-56) III Adjectivo (56-59)</p>

	<p>IV Pronome (59-61)</p> <p>V Verbo (61-68)</p> <p>VI Preposição (68-69)</p> <p>VII Conjuncção (69-70)</p> <p>VIII Adverbio (70-72)</p> <p>IX Interjeição (72-73)</p> <p>Secção Segunda - Kampenomia (73-142)</p> <p>I Substantivo (79-93)</p> <p>II Artigo (93)</p> <p>III Adjectivo (94-98)</p> <p>IV Pronome (98-99)</p> <p>V Verbo (99-142)</p> <p>VI Adverbio (142)</p> <p>Secção Terceira - Etymologia (142-145)</p> <p>I Substantivo (-162)</p> <p>II Artigo (162-164)</p> <p>III Adjectivo (164-169)</p> <p>IV Pronome (169-170)</p> <p>V Verbo (171-187)</p> <p>VI Preposição (187-188)</p> <p>VII Conjuncção (188-189)</p> <p>VIII Adverbio (189-191)</p> <p>IX Interjeição (191-192)</p> <p>Parte Segunda – Syntaxe (195-285)</p> <p>Livro Primeiro – Syntaxe Lexica (195-199)</p> <p>Secção Primeira – Relação das palavras entre si (195-199)</p> <p>Secção Segunda – Particularidades do Sujeito, do Predicado e do Objecto (199-200)</p> <p>I Sujeito (199)</p> <p>II Predicado (199-200)</p> <p>III Objecto (200)</p> <p>Livro Segundo – Syntaxe Logica (200-205)</p> <p>Secção Primeira – Coordenação (201-202)</p> <p>Secção Segunda – Subordinação (203-205)</p> <p>I Clausulas Substantivos (203-204)</p> <p>II Clausulas Adjectivos (204)</p> <p>III Clausulas Adverbios (204-205)</p> <p>Livro Terceiro – Regras de Syntaxe (205-273)</p> <p>I Substantivo (205-206)</p> <p>II Artigo (206-212)</p> <p>III Adjectivo (212-219)</p> <p>IV Pronome (220-227)</p> <p>V Verbo (227-260)</p> <p>VI Negações (260-262)</p> <p>VII Preposição (262-271)</p> <p>VIII Conjuncção (271-272)</p> <p>IX Adverbio (272-273)</p> <p>X Interjeição (273)</p> <p>Livro Quarto – Additamento (273-279)</p> <p>I Pontuação (273-279)</p> <p>1 Vírgula (274-275)</p> <p>2 Ponto e vírgula (276)</p> <p>3 Dous pontos (276)</p> <p>4 Ponto final (276)</p> <p>5 Ponto de interrogação (276)</p> <p>6 Ponto de admiração (277)</p> <p>7 Ponto de reticencia (277)</p> <p>8 Parenthesis (277)</p> <p>9 Aspas (278)</p> <p>10 Hyphen (278)</p>
--	--

	11 Travessão (278) 12 Paragrapho (279) II Emprego das Letras Maiusculas (279-280) III Ordem das palavras e phrases na construção de sentenças simples (281) IV Ordem dos membros e clausulas na construção de sentenças compostas (281-283) V Estylo (283-284) VI Vicios (284-285) Annexo (286-291) Errata (293-4) Indice (295-299)
Objetivo do autor	-

FD 11. RIBEIRO 1885	
Título	Grammatica Portugueza
Autor (biografias e local de nascimento e morte)	Julio Cezar Ribeiro Vaughan (1845 Sabará, MG – 1890 Santos, SP)
Ano	1885
Local de impressão	São Paulo
Tipografia	Teixeira & Irmão, Editores, Rua S. Bento 54A
Edição / Impressão	Segunda edição, refundida e muito augmentada
Outras obras do mesmo autor	<p>1876-1877. <i>O padre Belchior Pontes</i> 1880. <i>Traços gerais de Linguística</i> 1885. <i>Grammatica Analytica</i> 1887. <i>Holmes Brasileiro ou Grammatica da Puericia</i> 1888. <i>A Carne</i> 1895. <i>Nova Grammatica de Lingua Latina</i></p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1881. Grammatica Portugueza. 1ª ed. 1893. Grammatica Portugueza. 3ª ed. 1896. Grammatica Portugueza. 4ª ed. 1899. Grammatica Portugueza. 5ª ed.</p>
Descrição da edição consultada	<p>Capa: Grammatica Portugueza, por Julio Ribeiro. Epig.: Tentei ensinar aos meus naturaes o que eu de outrem não pude apprendrer. DUARTE NUNES DE LEÃO. – Pour les langes, la methode essentielle est dans la comparaison et la filiation. – Rien n'est explicable dans notre grammaire moderne si nous ne connaissons notre grammaire ancienne. LITTRE – En aucune chose, peut-être, il n'est donné à l'homme d'arriver au but: su gloire est d'y avoir marché. GUIZOT.) Segunda edição, refundida e muito augmentada. São Paulo: Teixeira & Irmão, Editores, Rua de S. Bento, 54A. 1885.</p> <p>Dedicatória: Á memoria veneranda de Luiz de Camões, Friederich Diez e Émile Littré; aos colendos mestres André Lefèvre, Michel Bréal e Adolpho Coelho; ao eruditissimo poligrapho Theophilo Braga; ao mais robusto manejador actual da Lingua Portugueza, Camillo Castello Branco; á maior gloria do magisterio official brasileiro, Capistrano de Abreu; aos distinctissimos professores Vieira de Almeida (Campinas), Thomaz Galhardo (S. Paulo) e Serafim de Mello (Capivary) dedica esta segunda edição da Grammatica Portugueza. O auctor.</p> <p>Advertência: “Peço á critica illustrada e hones o que ella não pode recusar – toda a severidade para com esta Grammatica. Não é um orgulho tolo que me leva a fazer tal pedido: é o desejo de melhorar o meu trabalho em bem dos que estudam Portuguez. Dos directores da imprensa espero uma fineza—que me sejam enviados todos os exemplares das suas folhas em que saiam noticias e apreciações desta obra. Endereço: Julio Ribeiro. S. João de Capivary, Província de São Paulo. Brazil.</p> <p>Número de páginas: 298</p>
Sumário da obra	<p>Introducção (1-2) Parte Primeira – Lexeologia (3-192) Livro Primeiro – Elementos Materiaes das Palavras (3-51) Seção Primeira – Phonetica (3-10) Seção Segunda – Prosodia (10-22) Seção Terceira – Orthographia (22-51) Livro Segundo – Elemento Morphicos das Palavras (51-192) Secção Primeira – Taxeonomia (51-73) I Substantivo (53-55) II Artigo (55-56) III Adjectivo (56-59) IV Pronome (59-61)</p>

	<p>V Verbo (61-68)</p> <p>VI Preposição (68-69)</p> <p>VII Conjuncção (69-70)</p> <p>VIII Adverbio (70-72)</p> <p>IX Interjeição (72-73)</p> <p>Secção Segunda - Kampenomia (73-142)</p> <p>I Substantivo (79-93)</p> <p>II Artigo (93)</p> <p>III Adjectivo (94-98)</p> <p>IV Pronome (98-99)</p> <p>V Verbo (99-142)</p> <p>VI Adverbio (142)</p> <p>Secção Terceira - Etymologia (142-145)</p> <p>I Substantivo (-162)</p> <p>II Artigo (162-164)</p> <p>III Adjectivo (164-169)</p> <p>IV Pronome (169-171)</p> <p>V Verbo (171-187)</p> <p>VI Preposição (187-188)</p> <p>VII Conjuncção (188-189)</p> <p>VIII Adverbio (189-191)</p> <p>IX Interjeição (191-192)</p> <p>Parte Segunda – Syntaxe (195-200)</p> <p>Livro Primeiro – Syntaxe Lexica (195-200)</p> <p>Secção Primeira – Relação das palavras entre si (195-199)</p> <p>Secção Segunda – Particularidades do Sujeito, do Predicado e do Objecto (199-200)</p> <p>I Sujeito (199)</p> <p>II Predicado (199-200)</p> <p>III Objecto (200)</p> <p>Livro Segundo – Syntaxe Logica (200-205)</p> <p>Secção Primeira – Coordenação (201-202)</p> <p>Secção Segunda – Subordinação (203-205)</p> <p>I Clausulas Substantivos (203-204)</p> <p>II Clausulas Adjectivos (204)</p> <p>III Clausulas Adverbios (204-205)</p> <p>Livro Terceiro – Regras de Syntaxe (205-273)</p> <p>I Substantivo (205-206)</p> <p>II Artigo (206-212)</p> <p>III Adjectivo (212-219)</p> <p>IV Pronome (220-227)</p> <p>V Verbo (227-260)</p> <p>VI Negações (260-262)</p> <p>VII Preposição (262-271)</p> <p>VIII Conjuncção (271-272)</p> <p>IX Adverbio (272-273)</p> <p>X Interjeição (273)</p> <p>Livro Quarto – Additamento (273-285)</p> <p>I Pontuação (273-279)</p> <p>1 Vírgula (274-275)</p> <p>2 Ponto e vírgula (276)</p> <p>3 Dous pontos (276)</p> <p>4 Ponto final (276)</p> <p>5 Ponto de interrogação (276)</p> <p>6 Ponto de admiração (277)</p> <p>7 Ponto de reticencia (277)</p> <p>8 Parenthesis (277)</p> <p>9 Aspas (278)</p> <p>10 Hyphen (278)</p> <p>11 Travessão (278)</p>
--	--

	<p>12 Paragrapho (279)</p> <p>II Emprego das Letras Maiusculas (279-280)</p> <p>III Ordem das palavras e phrases na construção de sentenças simples (281)</p> <p>IV Ordem dos membros e clausulas na construção de sentenças compostas (281-283)</p> <p>V Estylo (283-284)</p> <p>VI Vicios (284-285)</p> <p>Annexo (286-291)</p> <p>Errata (293-4)</p> <p>Indice (295-299)</p>
Objetivo do autor	<p>PREFÁCIO As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua. Para afastar-me da trilha batida, para expôr com clareza as leis deduzidas dos factos do fallar vernaculo, não me poupei trabalhos. Creio ter ferido o meu alvo. Os erros de etymologia e de distribuição de materia que a critica honesta e illustrada de Karl von Reinhardstoettner [NDR: Professor da Polytekhnica de Munich.] e de Alexandre Ilummel [NDR: Distincto professor dinamarquez, residente em Tietê] descobriram na primeira edição de meu livro, corriji-os eu n'esta segunda. Aceitei grato os elogios da imprensa brasileira: com os louvores dos competentes, de Ruy Barbosa, de Theophilo Braga, do conselheiro Viale, exultei. A's criticas injustas e virulentas de gente atrabiliaria que, à mingua de sciencia, lança mão do insulto, não havia resposta a dar. Não é de bom conselho perder tempo com cousas que a ninguem aproveitam. Duas palavras sobre esta grammatica, e em particular sobre esta edição. Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomara de Burgraff preferi amoldar-me ás de Whitney, mais concretas, e mais claras. O systema de syntaxe é o systema germânico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por. C. P. Mason, e adoptado por Whitney, por Bain, por Holmes, por todas as summidades da grammaticographia saxonica. O meu modo de expôr, a ordem que segui em distribuir as matérias é de Bain. Cumpre notar que, ao dar á luz em 1881 a primeira edição desta grammatica, eu ainda não tinha visto a <i>"A Higher English Grammar"</i>. Folgo de que, sem previo accordo, eu tenha no campo do pensamento caminhado a par de espirito tão elevado. Que se concluirá de ter a minha obscuridade achado sem guia o mesmo caminho seguido pelo eminente logico inglez? E' que, sendo identicos os processos que empregamos na distribuição dos factos glotticos e na maneira de encaral-os, identico foi o resultado. E' de crer que tenhamos ambos acertado; que se possam applicar ao caso as palavras do sr. Michel Bréal [NDR: <i>Mélanges de Mythologie et de Linguistique</i>, Paris, pag. 335, 1877.] sobre facto similhante, o encontro, a homogeneidade das grammaticas gregas dos srs. Ghassang e Bailly: "<i>Quoique les auteurs aient travaillé d'une façon indépendante, leurs ouvrages présentent de nombreuses analogies, qui prouvent en faveur de l'un et de l'autre, puisque le champ de l'erreur est trop vaste pour qu'on puisse aisement s'y rencontrer</i> ». Agora faço minhas as seguintes considerações de Bain, <i>mutatis</i> levemente <i>mutandis</i>: "<i>While availing myself of the best works on the English Language, I have kept steadily in view the following plan, Under Etymology (Lexicologia) the three departments: 1.st, Classification of Words or the Parts of Speech (Taxeonomia); 2nd Inflexion (Kampenonimia); 3rd., Derivation (Etymologia), have been soparately discussed. This method I think better adapted for conveying grammatical information than the elder one, of exhausting successively each of the Parts of Speeeh in all ist relations. For the sake of the accurate definition of the Parts of Speech, as well as for General Syntax, the recently introduced system of the Analysis of Sentences is fully explained, On this subject the method given by Mr, C. P. Mason has been principally followed</i> [NDR: Desvaneço-me de que até na escolha de guia a seguir me tenha eu encontrado com o grande philosopho inglez.].» Ocioso seria confessar o muito que devo a Paulino de Sousa, a Theophilo Braga e a outros grammaticographos portuguezes, Quem for versado em estudos de lingua vernacula, facilmente verá de quanto me valeram esses mestres. Pelo</p>

	<p>que respeita a Adolpho Coelho, pergunto: quem poderá escrever hoje sobre philologia portugueza sem tomal-o por guia, sem se ver forçado a copiai-o a cada passo? Apresento ao publico esta segunda edição de meu livro, escudando-o com os louvores de tres homens venerandos, Ruy Barbosa, o conselheiro Viale, André Lefèvre. Por falta de espaço deixo com pezar de adduzir as opiniões de Sylvo Romero, de Capistrano, de Arthur, de Theophilo Braga, de tantos outros competentissimos. Faço votos para que uma critica severa mas honesta auxilie-me sempre em melhorar um trabalho que tanto favor tem merecido. Capivary, 30 de Dezembro de 1884. Fragmento de uma carta do conselheiro Antonio José Viale ao Exm.º Sr. Dr. Rozendo Muniz. «Li com grande satisfação a nova Grammatica Portugueza do professor paulista o Sr. Julio Ribeiro. Aprendi n'ella muita e muita cousa. Na minha opinião leva a palma a quantas grammaticas portuguezas conheço, algumas das quaes tenho approvado na junta central de instrucção publica, de que sou vogal.» Parecer e Projecto da Gommissão de Instrucção publica, apresentado á Gamara dos Deputados em 12 de Septembro de 1882; relator Ruy Barbosa. Pagina 172; nota: Louvores ao nosso distincto philologo, o Sr. Julio Ribeiro, pela intelligencia com que comprehendeu e traduziu esta nova direcção (a de Whilney) dos estudos grammaticaes. «Grammatica, diz elle, é a exposição methodica dos factos da linguagem.» PARIS, 26 JANVIER 1882 21 RUE HAUTEFEUILLE <i>Monsieur et cher confrère. Je n'ai pas voulu vous remercier sans vous avoir lu, ou plutôt sans m'être quelque peu familiarisé, à l'aide de votre grammaire même, avec les formes et l'organisme de la langue portugaise, J'ai donc suivi, avec attention et plaisir, le developpement de votre pensée: et j'ai fait mon profit, au point de vue de la grammaire comparée, de votre phonétique, de vos comparaisons étymologiques, de vos beaux travaux sur les désinences et les suffixes. Il est impossible, en parcourant vos nombreux paradigmes de substantifs, de particules et de verses, de ne pas admirer cette richesse linguistique qui se manifeste dans le tronc aryen, et qui, après s'être épanouie en sept familles d'idiomes indoeuropéens, a su encore faire jaillir de chaque rameau des floraisons aussi variées, aussi nettement caractérisées que les sept ou huit filles du latin. L'intime fraternité de ces belles langues romaines, loin de nuire à leur originalité respective, en fait seulement comme un de ces chœurs harmonieux où la variété des timbres et des voix accentue l'unité fondamentale du thème et de la mélodie. Pourquoi, cher monsieur, me sens-je plus voisin de vous à travers l'Atlantique que de l'Anglais ou de l'Allemand peine séparés de Paris par une journée de chemin de fer? C'est à la Science du langage de répondre à cette question, trop négligée des hommes d'état à courte vue. La parenté des langues, qui est celle des idées, implique necessairement l'amitié et l'alliance des peuples. Sans aucune pensée de dénigrement et d'envie à l'égard des autres groupes aryens ou humains, les membres de la grande société latine doivent marcher la main dans la main vers le progrès social, et faire sentir leur poids dans la balance de l'équilibre universel. Agréer cher monsieur Julio Ribeiro, l'assurance de mes sentiments de confraternité. André Lefèvre.</i></p>
--	--

FD 12. MACIEL 1887	
Título	Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas, satisfazendo ás condições do actual programma
Autor (biógrafos e local de nascimento e morte)	Maximino de Araújo Maciel (1865 Larangeiras – 1923 Rio de Janeiro)
Ano	1887
Local de impressão	Rio de Janeiro
Tipografia	Typ. Central, de Evaristo Rodrigues da Costa
Edição / Impressão	1ª
Outras obras do mesmo autor	<p>1889 – Philologia Portugueza, Rio de Janeiro.</p> <p>1901 – Noções geraes de agronomia. Rio de Janeiro: Garnier.</p> <p>1903 – Lições de botânica geral. Rio de Janeiro: Garnier.</p> <p>1913 – Elementos de chimica geral. Rio de Janeiro: Francisco Alves.</p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1887 – Grammatica analytica. Rio de Janeiro.</p> <p>1894 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas, satisfazendo as condições do programma de preparatórios: obra adoptada no Gymnasio nacional, Escola militar, Collegio militar, Escola naval, etc. Rio de Janeiro.</p> <p>1902 / 1904 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 3ª ed.</p> <p>1910 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 4ª ed.</p> <p>s/d – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 5ª ed.</p> <p>1916 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 6ª ed.</p> <p>1918 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 7ª ed.</p> <p>1922 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 8ª ed.</p> <p>1925 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 9ª ed.</p> <p>1926 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 10ª ed.</p> <p>1928 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 11ª ed.</p> <p>1931 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 12ª ed. (cf. Moraes 1997)</p>
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto: Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas, satisfazendo ás condições do actual programma por Maximino de Araújo Maciel, natural de sergipe, estudante do curso medico. Professor de Linguas no collegio Augusto, professor livre de philosophia, ex-professor de portuguez e frances da Associação Promotora da Instrucção, etc. A' venda em casa de B. L. Garnier, rua do Ouvidor n. 71. Rio de Janeiro, Typ. Central, de Evaristo Rodrigues da Costa, travessa do Ouvidor, 7. 1887 – Direitos reservados.</p> <p>Número de páginas 215.</p>
Sumário da obra	<p>Grammatica (1-2)</p> <p>Parte Primeira – Phonologia (3-43)</p> <p><i>Phonetica</i> (Phonemas) (3-13)</p> <p>Classificação physiologica (6-7)</p> <p>Diphthongos (7-8)</p> <p>Categorias dos diphtongos oraes (9-10)</p> <p>Triphthongos (10-11)</p> <p>Syllabas (11-12)</p> <p>Tautosyllabas (13)</p> <p><i>Prosodia</i> (13-30)</p> <p>Accentuação Prosódica (15-16)</p> <p>Oxytonos (17)</p> <p>Proparoxytonos (17-18)</p> <p>Proparoxytonos (18-19)</p> <p>Alterações fonéticas (19-20)</p> <p>Metaplasmo prosódico (21-23)</p> <p>Assimilação (23-24)</p> <p>Assimilação de prefixos (24-25)</p>

	Dissimilação (25-26)
	Parte segunda - Lexeologia (47-204)
	<i>Morphologia</i> (46-49)
	Distribuição de raízes (49-50)
	Affixos (50-52)
	Classificação morpica das palavras (52)
	Suffixos adjectivos (significação específica) (52-54)
	Suffixos nominativos (significação específica) (54-58)
	Lista de alguns prefixos (58-63)
	Raízes latinas (63-67)
	Palavras cognatas (67-68)
	Palavras analogas (68)
	Chresthomatia (69-71)
	Breves noções de chresthomatia (71-72)
	Começo da formação da língua (72-73)
	<i>Taxeonomia</i> (73-124)
	Palavras nominativos (74-87)
	Substantivo (74-75)
	Collectivo (75-76)
	Substantivação (76-77)
	Locução substantiva (77-78)
	Additamento ao substantivo (78-80)
	Pronome (80-87)
	Pronomes pessoas (81)
	Morphologia dos pronomes pessoas (81-82)
	Pronomes demonstrativos (82-83)
	Pronomes conjunctivos (83)
	Additamento ao pronome conjunctivo (84-86)
	Pronomes indefinitos (87)
	Palavras modificativas (87-99)
	Adjectivo (87-99)
	Adjectivo qualificativo (89-90)
	Adjectivos determinativos (90)
	Artigos (90-91)
	Sobre o artigo (91-94)
	Adjectivos numeraes (94-95)
	Adjectivos demonstrativos (95-96)
	Adjectivos possessivos (96-97)
	Adjectivos indefinitos (97-98)
	Additamento aos indefinitos (98-99)
	Adverbio (99-101)
	Palavras conjunctivas (101-124)
	Preposição (101-103)
	Conjunção (103-106)
	Interjeição (106-107)
	Verbo (107-109)
	Verbo attributivo (109-111)
	Vozes verbaes (111-112)
	Sobre a voz passiva (112-115)
	Conjugação (115-117)
	Verbo periphrastico (117-118)
	Verbo pronominado (118-119)
	Verbo irregular (119-120)
	Theoria da conjugação accidentalmente irregular (120-121)
	Additamento ao verbo (122)
	Verbo abundante (122-123)
	<i>Kampenomia</i> (125-181)
	Kampenomia generica (125-133)
	Genero pela significação (126-127)
	Genero pela terminação (127-129)

	<p> Genero pela accepção (129) Formação do genero (129-130) Flexão generica (130-131) Divergencia generica (131-132) Adjectivo (132-133) Kampenomia numerica (133-136) Nomes sómente do singular (135-136) Kampenomia gradativa (137-143) Flexão gradativa (137-138) Emprego do grao (138-139) Gráo do adjectivo (139) Formação do gráo adjectivo (139-143) Kampenomia verbal (143-) Flexão conjugativa (143-145) Tempo (145-147) Conjugações (147-) Verbo ter (147-153) Verbo ser (154-157) Verbo estar (157-160) Primeira Conjugação Regular – verbo falar (160-164) Segunda Conjugação Regular – verbo vender (164-167) Terceira Conjugação Regular – verbo punir (167-170) Quarta Conjugação Regular – verbo por (171-174) Verbos irregulares (174-178) Primeira conjugação – dar (formas heteróclitas) (174-175) Segunda Conjugação (formas heteróclitas) (175-176) Terceira Conjugação (formas heteróclitas) (176-178) Participio (178-180) Emprego dos participios (179-180) Emprego do infinito (180-181) <i>Etymologia</i> (181-204) Derivação latina (182-185) Derivação estrangeira (186-187) Derivação vernacula (187-188) Palavras duplas (188-190) Etymologia do substantivo (190-) Etymologia do plural (191) Composição derivativa (191-192) Agglutinação por prefixos (192) Agglutinação de palavras (192-193) Juxtaposição (193) Hybridismo (193) Suffixação (194-195) Prefixos gregos e palavras agglutinadas (195-198) Substantivos verbaes (198-199) Adjectivos qualificativos (200) Adjectivos determinativos (200) Pronomes conjunctivos (200) Pronomes substantivos (201) Preposição (201) Adverbio (202) Conjunção (202) Leis da selecção nas linguas e nas especies (202-204) Parte terceira - Syntaxologia (205-294) Syntaxe (205-293) Funcções syntaticas (theoria geral) (205-211) Funcção subjectiva (212-213) Funcção predicativa (213-214) Funcção predicativa (213-214) Funcção objectiva (215-216) </p>
--	---

	<p> Função terminativa (216-217) Função adverbial (217-218) Concordância (218-232) Concordância nominal (218-223) Observação á concordância (223) Concordância verbal (224-226) Concordância do verbo com o relativo (226-227) Concordância semeiotica (227-229) Verbos impessoaes (229-232) <i>Topologia</i> (232-267) Topologia dos adjectivos (233-238) Artigos (233-238) Omissão do artigo definitivo (235) Topologia do artigo definitivo (236) Omissão do artigo definitivo (236-237) Repetição dos artigos (237) Topologia dos adjectivos (237-238) Adjectivos qualificativo (238-240) Topologia do sujeito (240-242) Topologia das atonas (242-245) Euphonia das atonas (244-245) Preposição (circumstancias estatisticas) (245-247) Circumstancias dynamicas (247-248) Oposição da circumstancia (249) Correlação dos tempos verbaes (249-256) Figuras Consonância (256-261) Figuras por diminuição (256-257) Figuras por 428onsonância (257) Figuras por contraposição (258) Figuras por transposição (258) Figuras por accrescentamento (258-261) Vícios de construção (261-262) Gallecismo (262-263) Brazileirismo (263) Theoria da negação (263-267) <i>Phraseologia</i> (267-290) Sentença composta (269-277) Proposição coordenada (270-271) Proposição subordinada (272-) Proposição substantiva (274-275) Proposição adjectiva (275) Proposição adverbial (275-276) Reducção da proposição (276-277) Contraccção da proposição (277) Alterações syntaticas (278-282) Divergencia syntativa (279-280) Conversão da proposição (281-282) Alterações Léxicas (dialectos) (282-283) Theorias sobre os dialectos (283-287) Propriedades das proposições (287-290) Propriedades absolutas (288-289) Propriedades relativas (289) Leis do predicado (289-290) <i>Estylistica – Syntaxe Litteraria</i> (290-293) Parte quarta – Semeiologia (295-309) Significação dinamica ou remota (296) Extensão e compreensão semeiologicas (297) Significação (29) Tropologia (298-301) Technica (301) </p>
--	--

	<p>Virgula (301-303) Poncto e virgula (303-304) Dous ponctos (304-305) Poncto final (305) Poncto interjectivo ou admirativo (305) Poncto interrogativo (306) Ponctos reticentes ou suspensivos (306) Parenthesis (306) Virgulas dobradas (307) Travessão (307-308) Outros signaes technicos (308-309)</p>
Objetivo do autor	<p>“INTRODUÇÃO A sciencia da linguagem atravessa, como todas as outras, uma epocha de transição, graças aos esforços dos investigadores e das grandes individualidades. A extensão, pois, do dominio da glottologia é um facto de ordem natural, porquanto o fim do século XIX ficará registrado nas paginas da historia geral dos povos como o seculo das grandes evoluções scientificas, assinaladas pelo movimento das sciencias, seguindo a trajetoria traçada pelas leis do progresso e sancionada pelo aperfeiçoamento livre das nações civilizadas. Nestas condições, depois dos renhidos certamens travados pelos sabios europeus, entre elles Hovelaque e Max Muller demonstrando ser a linguistica um ramo das sciencias naturaes, é myster que, sendo a grammatica na phrase de Julio Ribeiro—«a exposição methodica dos factos da linguagem», deva, pelo menos, revestir-se de algumas das partes componentes do estudo das sciencias naturaes na sua extensão. E quando assim não acontecesse, seria logico e racional que a grammatica, sob o ponto de vista scientifico, mantivesse relações com as outras sciencias, pois que sciencia alguma poude jámais constituir-se e seguir a sua evolução sem o soccorro de outras. A existencia das relações reciprocas das sciencias é um phenomeno de ordem puramente natural, resultando do equilibrio geral mantido pela harmonia reinante tanto no mundo physico como no moral. Assim emquanto a taxonomia natural estabelece as leis da classificação das especies, que povoam o universo e a morphologia estada-lhes a estrutura e organização interna, a taxonomia grammatical, baseando-se no conceito significativo dos vocabulos, dita-lhes as leis da classificação e nomenclatura e a morphologia, penetrando-lhes na estrutura, separa o elemento organico embryonario daquelles elementos que, advindo do exterior, se reduziram ao estado de elementos, dotados simplesmente de funcções de relação. Ainda não basta! Poderíamos admittir no estudo da linguagem a intervenção da teratología, parte das sciencias biologicas, extremamente necessaria e difficil pelas condições e modalidades com que ordinariamente se reveste. A teratología biologicamente encarada, estuda as aberrações, as monstruosidades e anomalias divergentes que, manifestando-se no mundo das especies, são forçosamente o resultado de causas, na generalidade dos casos desconhecidas e escapando aos processos das investigações scientificas. Por isso no terreno da linguistica, forçoso é admittir-se a teratología grammatical, porque, si no plano natural existe aberração das leis pelo homem sancionadas, sem duvida alguma estas aberrações e desvios nas línguas manifestam-se com maior intensidade do que em qualquer outra jurisdicção scientifica. Nao é raro apresentarem as línguas numerosas monstruosidades e anomalias que, si não são, por assim dizer, o resultado definitivo de forças caprichosas e cegas, pelo menos não recebem a menor solução explicativa, consen tunea á razão e confirmada pelos factos, porquanto resistem aos processos empregados pelo methodo analytico. Ainda mais uma prova, si não de alto valor e criterio para demonstrarmos ser a linguística do dominio das sciencias biológicas, ser-nos-ia suggerida pelo estudo e observação das funcções de relação desenvolvidas effectuadas no organismo proposicional, necessario ás condições do vitalismo das linguas sob o ponto de vista syntatico. O mesmo succede no plano geral da criação; a physiologia, pelos antigos denominada a sciencia universal, estende seu dominio e conquistas tanto nos organismos inferiores como tambem naquelles seres que pela maior importancia de organização e</p>

	<p>funções, merecerem pelos naturalistas ser collocados no degráo supremo da escala zoológica. O paralelo das nossas asserções relativas ao nosso assumpto era questão adquire maior extensividade e fortifica-se mais exuberantemente si lançarmos um olhar synthetico sobre as leis da selecção que tanto regem as evoluções das especies como a evolução dos factos que se operam no terreno geral da glottologia ou linguistica. de relação dos povos, isto é, o estudo circunstanciado dos phenomenos e das leis geraes da linguagem humana.</p> <p>No século actual, depois das grandes luctas travadas pelos gladiadores da sciencia, não mais permittido seria definirmos o <i>homem</i>, o animal racional ou religioso; porém sim é necessario appellarmos para a linguística e dizermos ao mundo scientifico que o homem é o animal dotado da expressão do pensamento por meio da linguagem articulada ! E realmente a sciencia que define exactamente o homem é a mais importante, porquanto, occupando-se todas mais ou menos do estudo do homem sobre varios aspectos, têm a restricta necessidade de definil-o antes de começara estudal-o. Deixando em silencio outras tantas considerações geraes e considerando as cousas sob o outro aspeeto, confessamos que o curso da grammatica deve ser feito seguindo as modernas theorias cujos effeitos mais tarde reconheceremos quando tivermos de estudar sciencias para cujo estudo é necessário haver ama base mais ou menos solida. Por isso ao publico illustrado apresentamos o nosso compendio pouco mais ou menos de accordo com as modernas theorias e si mais nao escrevemos é porque não o fizemos para mestres, porém para aquelles que começam a aprendizagem da lingua vernácula. Portanto dos mestres esperamos receber o auxilio e a protecção e principalmente as correcções para o melhoramento do nosso trabalho, onde não revellamos conhecimento da lingua vernácula porque o escrevemos em 1885 quando contavamos 20 annos de idade e só hoje o publicamos porque as circumstancias assim o permittiram. O AUCTOR.”</p>
--	--

FD 13. PACHECO & LAMEIRA 1887	
Título	Noções de grammatica portugueza de accordo com o programma official para os exames geraes de preparatorios do corrente anno
Autor (biodatas e local de nascimento e morte)	Pacheco da Silva Junior (? - ?) e Boaventura Plácido Lameira de Andrade (? - ?)
Ano	1887
Local de impressão	Rio de Janeiro
Tipografia	J. G. de Azevedo – Editor
Edição / Impressão	1ª
Outras obras do mesmo autor.	PACHECO: 1876. <i>Novo methodo facil e pratico para aprender a language ingleza.</i> 1877. <i>Estudo da lingua vernacula. Phonologia.</i> 1878. <i>Grammatica litteraria da lingua portugueza.</i> 1880. <i>O collegio Pedro II, seu passado, presente e futuro.</i> 1883. <i>Diccionario etymologico da lingua portugueza,</i> 1888. <i>Noções de analyse grammatical, phonetica, etymologica e syntaxica,</i> em co-autoria com Boscoli.
Outras edições e reimpressões conhecidas	1894. <i>Grammatica da lingua portugueza para uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes.</i>
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: grammatica portugueza de accordo com o programma official para os exames geraes de preparatorios do corrente anno pelos professores Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade. Epigrafe: Ainda quando a grammatica historica só dêsse em resultado tornar as grammaticas ordinarias mais logicas e mais simples, já não prestava pequeno serviço. Rio de Janeiro. J. G. de Azevedo – Editor. Rua da Uruguayana, 33 – 1887. Número de páginas: 537
Sumário da obra	Primeira Lição - Observações geraes sobre o que se entende por grammatica geral, por grammatica historica ou comprativa e por grammatica descriptiva ou expositiva. Objecto da grammatica portugueza e divisão do seu estudo. Phonologia: os sons e as letras; classificaçãoi dos sons e das letras; vogaes; grupos vocaliscos; copnsoantes; grupos consonantæes; syllabas; grupos syllabicos; vocabulos; notações lexicas. (5-16) Segunda Lição - Accentuaço e quantidade. (17-26) Terceira Lição - Origem das letras portuguezas; leis que presidem á permuta das letras; importancia destas transformaçõe sphonicas no processo de derivação das palavras (27-41) Quarta Lição - Metaplasmos (43-50) Quinta Lição - Dos systemas de orthographia; das causas de sua irregularidade. (51-55) Sexta Lição. Morphologia: estrutura da palavra; raiz; thema; terminação; affixos. Do sentido das palavras deduzido dos elementos morphicos que as constituem; desenvolvimento de sentidos novos nas palavras. (57-75) Sétima Lição - Da classificação das palavras. Do substantivo e suas especies. (76-85) Oitava Lição - Da classificação das palavras. Do adjetivo e suas especies. (86-90) Nona Lição - Classificação das palavras. Do pronome e suas especies. (91-94) Décima Lição - Classificação das palavras. Do verbo e suas especies. (95-105) Décima Primeira Lição - Classificação das palavras. Das palavras invariáveis (106-120) Décima Segunda Lição - Agrupamentos de palavras por familias e por associação de idéias. Dos synonymos, homonymos e paronymos. (121-140) Décima Terceira Lição - Flexão dos nomes: genero; numero; caso. Noções de declinação latina. Desapparecimento do neuto latino em Portuguez;

	<p>vestígios de neutro em Portuguese; vestígios da declinação em Portuguese. Origem do <i>s</i> do plural. (142-180)</p> <p>Décima Quarta Lição - Flexão dos nomes: grau do substantivo e do adjectivo; comparativos e superlativos analyticos. (182-198)</p> <p>Décima Quinta Lição - Flexão dos nomes; flexão do pronome; declinação dos pronomes pessoais. (199-210)</p> <p>Décima Sexta Lição - Flexão dos verbos; conjugação; fórmulas de conjugação. (211-248)</p> <p>Décima Sétima Lição - Formação das palavras em geral: composição por prefixos e por juxtaposição. Estudos dos prefixos. (249-280)</p> <p>Décima Oitava Lição - Formação das palavras em geral: derivação própria (por suffixos); derivação imprópria (sem suffixos). Estudos dos suffixos. (281-308)</p> <p>Décima Nona Lição - Das palavras variáveis formadas no próprio seio da língua portuguesa. (309-311)</p> <p>Vigésima Lição - Das palavras invariáveis formadas no próprio seio da língua portuguesa. (312 - 314)</p> <p>Vigésima Primeira Lição -. Etymologia portuguesa; principios em que se baseia a etymologia. Leis que presidiram á formação do lexico portuguez. (315-321)</p> <p>Vigésima Segunda Lição - Da constituição do lexico portuguez. Linguas que maior contingente forneceram ao vocabulario portuguez. (322-335)</p> <p>Vigésima Terceira Lição - Character differencial entre os vocabulos de origem popular e os de formação erudita; duplas ou forma divergentes. (336-347)</p> <p>Vigésima Quarta Lição - Da criação de palavras novas. Hybridismos. (348-354)</p> <p>Vigésima Quinta Lição - Etymologia do substantivo e do adjectivo. Influencia dos casos na etymologia dos nomes. (355-370)</p> <p>Vigésima Sexta Lição - Etymologia do artigo e do pronome. (371-384)</p> <p>Vigésima Sétima Lição - Etymologia das fórmulas verbais; comparação da conjugação latina com a portuguesa. (385-396). Vigésima Oitava Lição - Etymologia das palavras. (397-414)</p> <p>Vigésima Nona Lição - Da syntaxe em geral. Breves noções sobre a estrutura oracional, do Latim popular e do Latim culto. Typos syntaxicos divergentes na língua portuguesa (415-419)</p> <p>Trigésima Lição - Syntaxe da proposição simples. Especies de proposição simples quanto á forma e á significação. Dos membros da proposição simples (420-421)</p> <p>Trigésima Primeira Lição - Syntaxe da proposição composta ou do periodo composto. Coordenação. Subordinação. Classificação das proposições (422-424)</p> <p>Trigésima Segunda Lição - Regras de syntaxe relativas a cada um dos termos ou membros da composição (425-429)</p> <p>Trigésima Terceira Lição - Regras de syntaxe relativas ao substantivo e ao adjectivo (430-442)</p> <p>Trigésima Quarta Lição - Regras de syntaxe relativas ao pronome (443-448)</p> <p>Trigésima Quinta Lição - Regras de syntaxe relativas ao verbo. Do emprego dos modos e tempos, correspondencia dos tempos dos verbos nas proposições coordenadas e nas proposições subordinadas (449-460)</p> <p>Trigésima Sexta Lição - Regras de syntaxe relativas ás fórmulas nominaes do verbo (461-467)</p> <p>Trigésima Sétima Lição - Regras de syntaxe relativas ás palavras invariáveis (468-480)</p> <p>Trigésima Oitava Lição - Syntaxe do verbo <i>haver</i> e do pronome <i>se</i> (481-482)</p> <p>Trigésima Nona Lição - Da construcção: ordem das palavras na proposição simples e das proposições simples no periodo composto. (483-490)</p> <p>Quadragésima Lição - Da collocação dos pronomes pessoais. (491-493)</p> <p>Quadragésima Primeira Lição - Das notações syntaxicas; pontuação; emprego de letras maiusculas. (494-497)</p>
--	--

	<p>Quadragésima Segunda Lição - Figuras de syntaxe. Particulas de realce. (494-497)</p> <p>Quadragésima Terceira Lição - Dos vícios de linguagem. (498-502)</p> <p>Quadragésima Quarta Lição -. Das anomalias grammaticae; idiotismos; provincialismos; brasileirismos e dialecto. (503-522)</p> <p>Quadragésima Quinta Lição - Das alterações lexicas e syntaxicas; archaismo e neologismo. (523-526)</p> <p>Quadragésima Sexta Lição - A syntaxe e o estylo (527-537)</p>
Objetivo do autor	<p>“Tinhamos emprehendido escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em lucta a tradição, e fazíamos fundamento de entregal-a em breve á publicidade. O novo programma para os exames geraes de preparatorios, porem, veio fazer-nos mudar do proposito. E’ que muitos dos pontos nelle exigidos para os exames de portuguez não se encontrando nas grammaticas que por ahi correm impressas, e os alumnos não tendo fontes onde possam haurir a instrucção de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxilio da mocidade estudiosa. Não apresentamos este trabalho como merecedor de gabos de excellente nem no intuito de nos revelarmos professores de sciencia jubilada. O tempo urgia; bosquejamos apenas o assumpto. Nem sempre o nosso parecer coincidiu com a indicação do programma official; seguimos todavia, para maior segurança dos viajantes novéis, o roteiro apresentado pelo governo. A unica difficuldade, e não pequena, com que tivemos de pleitear, foi a <i>dosagem</i>. Acertadamente escreveu o illustre pedagogista Alberto Brandão: A grande difficuldade com que vão arcar os professores é a <i>dosagem</i>, porquanto, como disse Michel Bréal, não ha methodo mais perigoso do que o historico, quando mal applicado, e os autores do livro a apparecer têm de pôr de parte a vaidade natural aos que muito estudam para formularem um livro modesto e comprehendido pelos que começam a estudar. E isso, parece, ficará de accôrdo com os organi- sadores do programma, que levem saber que muitos dos pontos exigidos só poderiam ser tratados em theses, não de exames de preparatórios, mas de concurso no imperial Collegio. Seguindo esse conselho de mestre, fizemos o que devíamos; se o nosso trabalho, porem, não agradar a alguns, escrevam elles um outro — a maior aproveitamento dos estudantes—, e mostrem o que sabem e o que podem. NOTA. — A matéria que o alumno é obrigado a encerebrar vae impressa em typo maior; as notas encasadas no texto, e as que vão embaixo da pagina são destinadas aos que mais desejam aprender. Entendemos dever forrar-nos á tarefa de nos occuparmos de definições e outras cousas elementares, que o alumno já deve conhecer desde a escola primaria.”</p>

FD 14. CONDURÚ 1888	
Título	Grammatica elementar da lingua portugueza
Autor (biodatas e local de nascimento e morte)	Fillippe Benicio de Oliveira Condurú (1818 – 1879 Maranhão)
Ano	1888 (cf. Nogueira)
Local de impressão	São Luiz do Maranhão
Tipografia	Typ. do Paiz. Largo do Palacio, n. 45. Impresso por M. F. Vianna Pires.
Edição / Impressão	13ª
Outras edições e reimpressões conhecidas	1850. Grammatica elementar da lingua portugueza. (cf. Nogueira 2009)
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto: Grammatica elementar da lingua portugueza por Filipe Benicio de Oliveria Condurú, profesor da Escola Normal do Maranhão, approvada pelo Inspector da Intrucção publica para uso das escolas de primeiras letras desta provincia e pelo conselho de instrucção publica par uso do lyceu, collegios e aulas de instrucção primaria na provincia do Pará. XIII. Edição. Á venda. Em casa do Sr. Manoel Joaquim Fernandes. R. de Nazareth. Preço 1\$000 réis.</p> <p>Pagina seguinte: Advertencia – O autor previne que os exemplaes desta obra impressos por seu consentimento leverão esta marca autographa. () San luiz – Typ. do PAIZ. Largo de Palacio. n. 15. Impresso por M. F. Vianna Pires.</p> <p>Última página: Advertencia. Os exemplares desta edição levarão, em vez da marca authographa do costuma na 2ª pagina, o nome do aucr em letras brancas em relevo.</p>
Sumário da obra	<p>Folha de rosto (2)</p> <p>Advertencia (3)</p> <p>Introdução (4-5)</p> <p>Capitulo I – Da Etymologia (6-70)</p> <p>I – Do substantivo (6-7)</p> <p>II – Do genero do substantivo (7-8)</p> <p>III – Do adjectivo (8-17)</p> <p>IV. Das variações dos nomes (17-21)</p> <p>V. Do verbo (21-35)</p> <p>VI. Da conjugação dos verbos auxiliares (28-35)</p> <p>VII. Da conjugação dos verbos (35-41)</p> <p>VIII. Da conjugação activa dos verbos regulares (41-46)</p> <p>IX. Conjugação activa do verbo unir para modelo dos da terceira conjugação, e do verbo por para modelo de seus compostos (46-51)</p> <p>X. Da conjugação da voz reflexa e da passiva dos verbos (51-56)</p> <p>XI. Da formação dos tempo e dos verbos irregulares (56-66)</p> <p>XII. Da preposição (66-67)</p> <p>XIII. Do adverbio (67-68)</p> <p>XIV. Da conjuncção (68-69)</p> <p>XV. Da interjeição (69-70)</p> <p>Capitulo II – Da Prosodia (70-75)</p> <p>I. Do som (70-71)</p> <p>II. Do accento (72-73)</p> <p>III. Da quantidade das syllabas (73-74)</p> <p>IV. Das figuras de dicção (74-75)</p> <p>Capitulo III – Da orthographia (75-)</p> <p>I. Das vogaes (76-77)</p> <p>II. Das consoantes (78-80)</p> <p>III. Das letras dobradas (80-81)</p> <p>IV. Do emprego das letras maiusculas, do uso do hyphen e do apostropho (81-83)</p> <p>V. Da pontuação (83-85)</p> <p>Capitulo IV – Da syntaxe (86-103)</p> <p>I. Da oração e suas partes essenciais (86-88)</p>

	II. Do periodo e orações que o compõem (89-91) III. Da syntaxe de concordancia (91-93) IV. Da syntaxe de regencia (93-97) V. Da construção (97-99) VI. Das figuras de syntaxe (99-103) Advertencia (103)
Objetivo do autor	-

FD 15. RIBEIRO 1889	
Título	Exames de Portuguez – Grammatica Portugueza (3º anno)
Autor (biodatas e local de nascimento e morte)	João Ribeiro Fernandes (Sergipe 1860 – 1934 Rio de Janeiro)
Ano	1889
Local de impressão	Rio de Janeiro
Tipografia	Livraria Classica de ALVEZ & C.
Edição / Impressão	3ª ed.
Acesso ao texto	IEB / USP CEDOCH (fotos) Coleção “Gramáticas” da UNICAMP (gramática digitalizada)
Outras obras do mesmo autor	1880. <i>Idilios Modernos</i> 1888. <i>Grammatica portugueza elementar</i> 1888. <i>Grammatica portugueza. Curso médio. 2.º anno de Portuguez</i> 1884. <i>Estudos philologicos: morphologia e funcciolgia</i> 1889. <i>Diccionario Grammatical</i> 1890. <i>Versos</i> 1923. <i>Autores contemporâneos</i> 1921. <i>A lingua nacional</i>
Outras edições e reimpressões conhecidas	1887. Exames de Portuguez – Grammatica Portugueza (3º anno) 1888. Exames de Portuguez – Grammatica Portugueza (3º anno) 1891. Grammatica Portugueza (3º anno) 1893. Grammatica Portugueza (3º anno) 1894. Grammatica Portugueza (3º anno) 1898. Grammatica Portugueza (3º anno)
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto: Exame de Portuguez – Grammatica Portugueza (3º anno) por João Ribeiro, autor do “diccionario grammatical”. Terceira edição. Rio de Janeiro. Livraria Classica de ALVEZ & C. Rua Gonçalves Dias, 48. 1889.</p> <p>Advertencia: Ainda não ha dous annos que appareceu á luz publica (em setembro de 1887) a <i>Grammatica Portugueza</i> e já imprimimos hoje a terceira edição. Nesta, poucas alterações fizemos; supprimiu-se o appendice em cujo lugar se reeditou o prefacio da edição anterior. Nos lugares em que este livro fôr menos abundante em informações, aconselhamos ao leitor a consulta do <i>Diccionario Grammatical</i> do mesmo autor. Junho, 1889. Os Editores.</p> <p>Obras do mesmo autor: Estudos philologicos – <i>Rio – typ. da Gazeta de Noticias</i> – 1884 in-8º (esgotado); Morphologia e collocação dos pronomes. Dissertação – <i>Ibi. – typ. Hildebrandt</i> – 1885 (esgotado); Grammatica portugueza elementar. Curso medio. (2º anno) – 2\$000 – <i>Rio, Alves & Compl., editores</i>, 1888; Grammatica portugueza da Infancia Curso primario. (1º anno) 1\$000 – <i>Rio, Alves & Comp., editores</i>, 1888. Diccionario Grammatical, contendo em resumo as materias que se referem ao estudo historico-comparativo da lingua portugueza. – <i>Rio – Alves & Comp.,</i> 1889. 4\$000. --- Em elaboração: Estudos e notas philologicas; Chestomathia Historica da lingua portugueza.</p> <p>Número de páginas: 302</p>
Sumário da obra	<p>1. Observações geraes sobre o que se entende por grammatica geral, por grammatica historica ou comprativa e por grammatica descriptiva ou expositiva. Objecto da grammatica portugueza e divisão do seu estudo. Phonologia: os sons e as letras; classificaçãoi dos sons e das letras; vogaes; grupos vocaliscos; copnsoantes; grupos consonantaes; syllabas; grupos syllabicos; vocabulos; notações lexicas. (1-15)</p> <p>2. De Accentuação e quantidade. (15-27)</p>

	<p>3. Origem das letras portuguezas; leis que presidem á permuta das letras; importancia destas transformaçõe sphonicas no processo de derivação das palavras (27-51)</p> <p>4. Das metaplasmas (52-56)</p> <p>5. Dos systemas de orthographia; das causas de sua irregularidade. (57-68)</p> <p>6. Morphologia: estrutura da palavra; raiz; thema; terminação; affixos. Do sentido das palavras deduzido dos elementos morphicos que as constituem; desenvolvimento de sentidos novos nas palavras. (69-75)</p> <p>7. Da classificação das palavras. Do substantivo e suas especies. (76-83)</p> <p>8. Da classificação das palavras. Do adjetivo e suas especies. (84-90)</p> <p>9. Classificação das palavras. Do pronome e suas especies. (91-94)</p> <p>10. Classificação das palavras. Do verbo e suas especies. (95-99)</p> <p>11. Classificação das palavras. Das palavras invariáveis (100-104)</p> <p>12. Agrupamentos de palavras por familias e por associação de idéias. Dos synonyms, homonyms e paronyms. (121-140)</p> <p>13. Flexão dos nomes: genero; numero; caso. Noções de declinação latina. Desapparecimento do neuto latino em Portuguez; vestigios de neutro em Portuguez; vestigios da declinação em Portuguez. Origem do s do plural. (142-180)</p> <p>14. Flexão dos nomes: grau do substantivo e do adjectivo; comparativos e superlativos analyticos. (182-198)</p> <p>15. Flexão dos nomes; flexão do pronome; declinação dos pronomes pessoases. (199-210)</p> <p>16. Flexão dos verbos; conjugação; fôrmas de consjugação. (211-248)</p> <p>17. Formação das palavras em geral: composição por prefixos e por juxtaposição. Estudos dos prefixos. (249-280)</p> <p>18. Formação das palavras em geral: derivação propria (por suffixos); derivação impropria (sem suffixos). Estudos dos suffixos. (281-308)</p> <p>19. Das palavras variaveis formadas no proprio seio da lingua portugueza. (309-311)</p> <p>20. Das palavras invariaveis formadas no proprio seio da lingua portugueza. (312 - 314)</p> <p>21. Etymologia portugueza; principios em que se baseia a etymologia. Leis que presidiram á formação do lexico portuguez. (315-321)</p> <p>22. Da constituição do lexico portuguez. Linguas que maior contingente forneceram ao vocabulario portuguez. (322-335)</p> <p>23. Character differencial entre os vocabulos de origem popular e os de formação erudita; duplas ou forma divergentes. (336-347)</p> <p>24. Da creação de palavras novas. Hybridismos. (348-354)</p> <p>25. Etymoologia do substantivo e do adjectivo. Influencia dos casos na etymologia dos nomes. (355-370)</p> <p>26. Etymologia do artigo e do pronome. (371-384)</p> <p>27. Etymologia das fôrmas verb aes; comparação da conjugação latina com a portugueza. (385-396).</p> <p>28. Etymologia das palavras. (397-414)</p> <p>29. Da syntaxe em geral. Breves noções sobre a estrutura oracional, do Latim popular e do Latim culto. Typos syntaxicos divergentes na lingua portugueza (415-419)</p> <p>30. Syntaxe da proposição simples. Especies de proposição simples quanto á forma e á significação. Dos membros da proposição simples (420-421)</p> <p>31. Syntaxe da proposição composta ou do periodo composto. Coordenação. Subordinação. Classificação das proposições (422-424)</p> <p>32. Regras de syntaxe relativas a cada um dos termos ou membros da composição (425-429)</p> <p>33. Regras de syntaxe relativas ao substantivo e ao adjectivo (430-442)</p> <p>34. Regras de syntaxe relativas ao pronome (443-448)</p> <p>35. Regras de syntaxe relativas ao verbo. Do emprego dos modos e tempos, correspondencia dos tempos dos verbos nas proposições coordenadas e nas proposições subordinadas (449-460)</p> <p>36. Regras de syntaxe relativas ás fôrmas nominaes do verbo (461-467)</p>
--	---

	<p>37. Regras de syntaxe relativas ás palavras invariaveis (468-480)</p> <p>38. Syntaxe do verbo <i>haver</i> e do pronome <i>se</i> (481-482)</p> <p>39. Da construcção: ordem das palavras na proposição simples e das proposições simples no periodo composto. (483-490)</p> <p>40. Da collocação dos pronomes pessoases. (491-493)</p> <p>41. Das notações syntaxicas; pontuação; emprego de letras maiusculas. (494-497)</p> <p>42. Figuras de syntaxe. Particulas de realce. (494-497)</p> <p>43. Dos vicios de linguagem. (498-502)</p> <p>44. Das anomalias grammaticaes; idiotismos; provincialismos; brasileirismos e dialecto. (503-522)</p> <p>45. Das alterações lexicas e syntaxicas; archaismo e neologismo. (523-526)</p> <p>46. A syntaxe e o estylo (527-537)</p>
Objetivo do autor	<p>“APPENDICE - PROLOGO DA 2a EDIÇÃO - Na primeira edição, em advertencia preliminar escrevi as seguintes palavras: «Este livro, pela qualidade do assumpto, pôde ser dividido em duas partes. A primeira é uma synopse reduzida das grammaticas vulgares, trata perfunctoria ou detidamente das materias conforme se julgou necessario e exige por parte dos leitores o conhecimento prévio da grammatica elementar descriptiva. — «A segunda parte, porém, ás mais vezes escripta em caracteres de corpo menor, encerra o texto critico, declarações e desenvolvimentos de maior difficuldade de interpretação. Puz todo o cuidado em que fossem as partes ambas expurgadas de conjecturas, de doutrina controvertida ou ainda de algumas verdades averiguadas que exigem notavel esforço de comprehensão. — « Logo de começo me lembrou dar mais avultado incremento á parte historica; mas a poucos passos que dei reconheci que era de melhor parecer voltar ao intento primitivo, mas moderado e mas modesto. -- « A minha intenção foi a de escrever um livrinho util e claro desaffrontasse a glottologia elementar do imminente descredito que, a olhos profanos, parece entre nós ameaçal-a. O criterio <i>histórico</i>, por já não ser novidade, não necessita dos calamitosos excessos de alguns dos seus propugnadores. Tudo o- que ha, houve, e vem de longe; é tempo de olharmos para atraz, de desabusarmos-nos dos nossos defeitos de revolucionarios. Hoje, com alegria o digo, é já impossivel desterrar o criterio philologico do estudo das linguas, realizado o triumpho, convém que uma temperada sensatez o consolide tanto quanto podem desacreditar-o os desconcertos de varios devotos errados.» -- A primeira edição de mais de dous mil exemplares esgotou-se em quatro mezes e poucos dias. O bom exito do livro resultou de causas varias, entre as quaes se devé ter em conta a exaggerada benevolencia dos nossos inais abalisados criticos. O Dr. Carlos de Laet, illustradissimo presidente do Instituto Philologico e o mais correcto dos nossos escriptores, augurava para o meu livro a popularidade que obteve, entre os franeezes, o do eminente romanista Brachet. [NDR: "Ou muito me engano, ou o livro do Sr. João Ribeiro está destinado á popularidade e ás successivas edições que coroaram a identica tentativa de Brachet.» Do <i>Microcosmo</i> de 25 de setembro de 1887.] Outro critico de grande e incontestada competencia (nota: Capistrano de Abreu, pela <i>Gazeta de Noticias</i>: « O substancial é que temos um livro bem pensado, bem escripto, contendo novidades, e que em poucas edições fará honra á glottologia indigena. Sobre o assumpto nas proporções em que o autor teve de limitar-se, não ha Igual em Portugal, onde aliaz, sendo mais facil o estudo da sciencia, já deveria ter sido feito.» Esta opinião é a mesma do nosso illustrado critico, o Dr. Sylvio Rôméro.) affirmava não ter a minha grammatica rival no seu genero, na lingua portugueza. Outros ainda nas principaes provincias do imperio [NDR: Nomeadamente no Pará, em S. Paulo, no Ceará, em Pernambuco. Especialiso a opinião do erudito Dr. Felisbello Freire.] encomiaram de tal sorte a minha producção, que não me causou extranheza a rapida sahida dos exemplares da primeira tampa. — Tão excellentes testemunhos do favor publico obrigaram-me a cuidar sériamente de melhorar o meu trabalho quanto estivesse nas minhas forças. Nessa ardua tarefa fui singularmente ajudado por dous amigos que me forneceram notas e</p>

	<p>corrigendas: que aceitei com verdadeiro jubilo. O illustradissimo Sr. Aureliano Pimentel, honra do professorado do Collegio de D. Pedro II, propoz-me algumas observações que, por muito conformes á razão, aceitei sem escrupulos; as notas versavam sobre a etymologia de <i>cigarra</i>, sobre os prefixos <i>de, dis, des, in</i> e os suffixos <i>izar, ela</i>, acrescimo de exemplos de futuros que se differençaram das fórmulas infinitivas e sobre a correcção do género latino de <i>fons, manus</i>, etc. O nosso americanista e esclarecido philiologo, o Dr. Macedo Soares, notou alguns erros — concernentes ás linguas tupi e africana, que me apressei em corrigir com o reconhecimento que devo ao mais habilitado dos que, entre nós, estudam o dialecto brasileiro. Por mim mesmo reparei e emendei tudo o que me pareceu erroneo ou mal feito e com o intuito de tornar o meu trabalho mais digno da aceitação publica, fiz accrescismos notaveis e dei capitulos novos de materias essenciaes á disciplina grammatical. Entre os capitulos novos chamarei a attenção dos competentes para os que se intitulam: <i>Analyse das proposições</i> -- baseado nos trabalhos de Latham e Mason; — Concordancia — complexo de regras extrahidas integral mente, com alguns retoques, do vigoroso compêndio castelhano de Andres Bello;— <i>Verbos irregulares</i>, capitulo necessario á etymologia dos verbos:— <i>Theoria da, phonetica</i>, estudo doutrinario cuja cópia de exemplos foi toda bebida nos trabalhos de A. Coelho e Karl von Reinhard Stoettner. -- A lingua portugueza nos últimos quinze annos tem tido estudiosos de mérito e no estrangeiro basta lembrar os nomes de Reinhadstcettner (<i>Gramm. der portugieschen Sprache</i>) Carolina Michaelis (<i>Studien</i>, edições philologicas e artigos no <i>Zeitschrift für rom. Phil.</i>) Cornu (artigos na <i>Romania, Muséon</i> etc.) D'Ovidio e Monaci (edição do <i>Canc.</i>, e <i>Manualetti neo-lat,—Portoghese</i>) Hugo Schuchardt (varios estudos de dialectologia) e outros mais. No Brazil existe uma pleiade notabilissima de philologos, cuja manifestação collectiva mais importante é o <i>Instituto Philologico</i>. Em Portugal basta o nome unico de Adolpho Coelho. — Possa este livro encontrar o apoio que merecem os esforços do mais humilde discipulo da nova escola.</p>
--	---

FD 16. CARNEIRO RIBEIRO 1890	
Título	Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza
Autor (biografias e local de nascimento e morte)	Ernesto Carneiro Ribeiro (Bahia 1839-1920)
Ano	1890
Local de impressão	Bahia
Tipografia	Imprensa Popular
Edição / Impressão	1ª
Outras obras do mesmo autor	<p>1864 – <i>Relações</i> da medicina com as sciencias philosophicas; Como obra, o sulfato de quinino nas febres intermitentes^ Do ceteio espigado e sua applicação na obstetrícia; Theoria da respiração vegetal: these que sustenta para obter o grau de doutor, etc. Bahia.</p> <p>1885 – <i>Perturbações</i> psychicas no domínio da hysteria : these de concurso da cadeira de clinica obstetrica e gynecologica. Bahia.</p> <p>1881 – <i>Grammatica</i> portugueza philosophica. Bahia.</p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1915. Serões grammaticaes ou Nova grammatica portugueza, pelo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro. Bahia: Livraria Catilina. 2ª ed.</p> <p>1919. Serões grammaticaes ou Nova grammatica portugueza, pelo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro. Bahia: Livraria Catilina. 3ª ed.</p> <p>1950. Seroes grammaticaes ou Nova grammatica portugueza. Bahia: Progresso. 5ª ed.</p> <p>1956. Serões grammaticais ou Nova gramática portuguesa. Bahia: Progresso. 6ª ed.</p>
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto: Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza pelo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, professor do Lyceo da Bahia. Obra especialmente destinada ao curso secundario da lingua portugueza e adaptada ao novo programma de exames. <i>Non ut laudemur, sed ut prosimus</i>. Bahia. Imprensa Popular. Rua do Coberto Grande, 48. 1890.</p> <p>Número de páginas: 369</p>
Sumário da obra	<p>Prólogo</p> <p>Introdução (1-5)</p> <p>Parte I – Phonologia (7-42)</p> <p> Capitulo I (7-11)</p> <p> Capitulo II (11-21)</p> <p> Capitulo III Quantidade e accento (21-26)</p> <p> Capitulo IV Origem das letras portuguezas, permutas e suas leis (27-42)</p> <p>Parte II – Orthographia (43-56)</p> <p> Capitulo I (43-48)</p> <p> Capitulo II Divisão das syllabas, abreviaturas, letras capitaes representativas de numeros (49-54)</p> <p> Capitulo III Signaes orthographicos ou notações lexicas (54-56)</p> <p>Parte III – Lexicologia (57-231)</p> <p> Secção I – Formação das palavras (57-101)</p> <p> Capitulo I Das palavras e seus elementos morphicos (57-83)</p> <p> Capitulo II Vocabulos de origem popular e de origem erudita; duplas ou formas divergentes (83-88)</p> <p> Capitulo III Vocabulos reunidos por uma analogia de sentido, por uma relação de contraste ou por mera semelhança phonica ou orthographica. Palavras de sentido proprio e de sentido translato. (88-91)</p> <p> Capitulo IV Constituição do lexico ou vocabulario portuguez (91-97)</p> <p> Capitulo V Alterações das linguas. Lingoa, idioma e dialectos: alterações lexicas: archaismos, neologismos e hybridismos (97-102)</p> <p> Secção II (102-231)</p> <p> Capitulo I - Interjeição (102-106)</p> <p> Capitulo II Dos substantivos (106-127)</p> <p> Capitulo III Dos pronomes (127-130)</p>

	<p>Capítulo IV Dos adjectivos (130-149)</p> <p>Capítulo V Dos verbos (150-210)</p> <p>Capítulo V Das preposições (210-214)</p> <p>Capítulo VI Das conjunções (215-221)</p> <p>Capítulo VII Dos adverbios (222-225)</p> <p>Capítulo VIII Origens latinas das preposições, das conjunções e dos adverbios (225-228)</p> <p>Capítulo IX Etymologia em geral e principios em que se fundamenta (228-231)</p> <p>Parte IV – Phraseologia ou Syntaxe (233-369)</p> <p>Capítulo I – Phraseologia em geral; syntaxe e contrucção; proposição ou oração, seus elementos logicos; complementos, apposto e formula vocativa ou compellativo. Divisão das orações, periodo e seus membros. (233-252)</p> <p>Capítulo II Concordancia (253-273)</p> <p>Capítulo III Observações sobre o emprego dos modos (273-281)</p> <p>Capítulo IV Correspondencia dos tempos (282-286)</p> <p>Capítulo V Do emprego do substantivo, do pronome, do artigo indicativo e de alguns outros determinativos. Desdobramento do substantivo synthetico ou vocabulo complexo “quem” (286-300)</p> <p>Capítulo VI Syntaxe das partes invariaveis (301-309)</p> <p>Capítulo VII Regencia (309-321)</p> <p>Capítulo VIII Pontuação (322-328)</p> <p>Capítulo IX Alterações syntacticas (328-329)</p> <p>Capítulo X Construcção: ordem das palavras nas proposições e das proposições no periodo (330-342)</p> <p>Capítulo XI Diferença de estrutura entre as orações no latim popular e no latim classico ou litterario. Typos syntacticos divergentes (342-346)</p> <p>Capítulo XII Vicios de linguagem (346-350)</p> <p>Capítulo XIII Idiotismos, brazileirismos, provincianismos (350-356)</p> <p>Capítulo XIV Figuras de syntaxe (356-364)</p> <p>Capítulo XV A syntaxe e o estylo (364-368)</p> <p>Observação suplementar (368-369)</p> <p>Indice</p> <p>Erratas</p>
Objetivo do autor	<p>“Prologo: O desenvolvimento que nestes ultimos annos têm tido os estudos grammaticaes, esclarecidos pela grammatica comparada, levou-nos a emprehender este nosso trabalho, que não é senão a grammatica portugueza a que damos uma feição historica, ampliando-lhe mais a base, e enriquecendo-a de novas observações, que a longa pratica é o estudo da lingoa, que com tanto amor cultivamos, nos têm suggerido e ensinado. Hoje todo o estudo da grammatica a que não acompanham as observações sbre a historia da lingoa em sua evolução progressiva, como um organismo vivo, e que não se pode subtrahir ás leis a que está sujeito tudo o que vive, é incompleto e repellido para o puro dominio dos estudos abstractos e metaphysicos, em nada consoantes á esphera em que deve girar e se deve manter toda a sciencia que aspira a uma utilidade pratica e real, e se harmonisa e concerta com os sellos que em todos os trabalhos scientificos vae imprimindo e gravando o seculo que atravessamos. Neguem-se todos os meritos aos estudos positivos, tão ardentemente sustentados e pleiteados por Comte e Littré, e complementados pela orientação que lhes dá a escola ingleza contemporanea não se lhes poderá contestar o merito de ter tenaz e intantemente chamado a attenção dos espiritos do ermo sombrio e intrincados das abstrações, vagas e ociosas, para o campo largo e fecundo da observação, aturda e reflectida, que dornece á sciencia o seu ponto de partida, sua base e <i>substratus</i>. Todos os trabalhos grammaticaes de algum merecimento attestam esta nova tendencia no estudo da grammatica. Para o estudo da nossa lingoa e de todas as lingoas romanicas, foi a grammatica de Frederico Diez o ponto de partida de todos os trabalhos sobre o mesmo assumpto; a grammaticas historica de Branchet, em França, os estudos criteriosos de Adolpho Coelho, em Portugal, e no Brazil os estudos de Pacheco Junior e a nova grammatica portugueza de João Ribeiro, são</p>

	<p>outros tantos exemplos de que em nossa lingoa e nos idiomas novo-latinos essa é a direcção geral que, de alguns annos a esta parte, se vvãe dando ao estudo da grammatica, assentando-a não no domínio exclusivo do abstracto senão no concreto e real que lhes offerecem base ampla e segura. Duas direcções differentes têm dado os escriptores ao estudo da sciencia da linguagem: na primeira o sentido das palavras é tudo, a sua função e o seo valor logico; a grammatica considerada sob esse aspecto é uma sciencia puramente abstracta como o é a logica, a que se vincula intimamente e com que se confunde; na segunda attentam mais nos elementos morphicos das palavras, consideram-nas sob seo aspecto material; a grammatica então se torna uma sorte de anatomia ou histologia: estudam-se as palavras como compostas de <i>orgãos</i>; estudam-se para nos exprimirmos assim, os <i>tecidos</i> desses orgãos, os <i>elementos</i> desses tecidos, como nascem e vivem, como crescem e proliferam e definham, se encorpam e se apoucam, se engrazam e separam, se modificam, se transformam, estacionam, envelhece e remocam, apparecer e morrem. O grammatico não é mais um logico, senão um naturalista. Sob o primeiro aspecto estudaram a grammatica os Gregos e Romanos; sob o segundo, os grammaticos da India. Por muitos seculos foi aquella primeira a direcção que sempre se deo ao estudo da grammatica; a direcção, porem, a que se dá modernamente a preferencia é a segunda; mas por um excesso, a que tende sempre a humanidade quando duas opiniões se contrastam e parecem dividir os espiritos, á força de attentar na forma e no material das palavras; tem-se menosprezado o seo lado logico, o seo sentido e a sua função. O verdadeiro estudo da grammatica historica, como de qualquer grammatica especial, não é perfeito, se essas duas durecções se reputam incompatíveis, antagonicas e inconciliaveis, se não se approximam, auxiliando-se, completando-se, robustecendo-se, amalgamando-se e fundido, encontrando uma na outra a saber em que se levanta e sustenta. Modestos, não visando a outro fito senão á utilidade, ahi submettemos os nosso <i>Serões</i> ao juizo dos entendidos; serões lhe chamamos nós, porque, na vida trabalhada e afanosa que levamos, só em horas difficil e penosamente subtrahidas ao repouso é que traçamos e escrevemos, esforçando-nos, na esphera limitada de nossas forças, por trazes este escaço obulo ao thesouro, já tão enriquecido das letras patrias: que nas grandes messes ha sempre que respigar, por mais numerosos e precavidos que sejam os segadores. O trabalho que ora trazemos á luz é, se não nos cega a vaidade, o resumo dos trabalhos modernos mais importantes sobre oa ssumpto. Leoam-no e julguem-no os entendidos. E se desta publicação auferir algum gructo a mocidade, a cuja intrucção temos dedicado a maio parte de nossa obscura existencia, pagos, bem pagos, nos consideraremos nós de ter com o sacrificio de longas horas de repouso, comprado o maior e mais profundo contetamento a que visamos, dando á estampa os nossos <i>Serões Grammaticaes</i>.”</p>
--	--

FD 17. GOMES 1895	
Título	<i>Grammatica Portugueza</i>
Autor (biografias e local de nascimento e morte)	Alfredo Gomes (? - ?)
Ano	1895
Local de impressão	Rio de Janeiro
Tipografia	Typ. Moreira Maximino, Chagas & C. / J. G. de Azevedo
Edição / Impressão	6ª edição correcta e augmentada
Outras obras do mesmo autor	-
Outras edições e reimpressões conhecidas	1887. <i>Grammatica Portugueza</i> . 1ª ed. 1915. <i>Grammatica Portugueza</i> . Rio de Janeiro: Francisco Alvez. 15ª ed.
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: <i>Grammatica Portugueza</i> pelo Dr. Alfredo Gomes (da Escola Normal). Adopata no Gymnasio Nacional, Escola Normal, Collegio Militar, Collegio Abilio, Collegio Moss, etc. – 6ª edição Correcta e Augmentada – Capital Federal. Na livraria de J. G. de Azevedo, editor. 33 Rua da Uruguayana – 1895. Número de páginas: 215
Sumário da obra	I. Grammatica geral e particular; seu objecto e divisões. Phonologia. (3-6) II. Prosodia. Accentuação e quantidade. (7-12) III. Graphica. Notações vocabulares (13-23) IV. Taxeonomia. Substantivo e suas especies (24- V. Pronome: suas especies (28-30) VI. Adjetivo: suas especies (31-33) VII. Verbo: suas especies (34-36) VIII. Adverbo, preposição, conjunção e interjeição. Suas especies. (37-42) IX. Kampenomia. Flexões nominaes. Genero, numero. Vestigio de casos em portuguez (43-47) X. Flexões nominaes: fráo (48-51) XI. Pronome. Sua flexão. (52-53) XII. Flexões verbaes; conjugação (54-57) XIII. Verbos apparentemente irregulares (58-60) XIV. Principaes verbos irregulares (61-67) XV. Conjunções periphrasticas (68-71) XVI. Etymologia: seus processos (72-16) XVII. Familia de palavras. Paronymos, homonymos, synonymos, antonymos. (77-80) XVIII. Composição de palavras (81-84) XIX. Derivação de palavras (85-88) XX. Formação vernacula (89-91) XXI. Historia da lingua portuguesa (92-96) XXII. Formação do lexico portuguez (97-98) XXIII. Permutas (99-104) XXIV. Metaplasmos (105-107) XXV. Corrente erudita. Corrente popular. Disciplina grammatical no XVI seculo (108-109) XXVI. Fórmas divergentes e convergentes (110-112) XXVII. Etymologia dos substantivos. Caso formador da desinencia vocabular portugueza (113-115) XXVIII. Etymologia do artigo, dor pronome e adjectivoss determinativos em geral (116-118) XXIX. Etymologia das formas verbaes (119-122) XXX. Etymologia das palavras invariaveis (123-124) XXXI. Syntaxe (125-128) XXXII. Coordenação e subordinação dos periodos (129-130) XXXIII. Syntaxe dos termos da oração (concordancia e regencia) (131-138)

	XXXIV. Syntaxe dos termos da oração (construção da oração e do periodo) (139-144) XXXV. Syntaxe do substantivo (145-148) XXXVI. Syntaxe do pronome (149-154) XXXVII. Collocação dos pronomes pessoaes (155-157) XXXVIII. Syntaxe de adjectivo e do artigo em especial (158-165) XXXIX. Syntaxe do verbo. (166-173) XL. Fórmias nominaes do verbo (174-177) XLI. Syntaxe das palavras invariaveis (178-187) XLII. Syntaxe do verbo haver e do pronome se (188-190) XLIII. Figuras de syntaxe. Particulas de realce (191-183) XLIV. Vicio de linguagem (194-196) XLV. Anomalias grammaticaes (197-198) XLVI. Typos syntacticos divergentes e convergentes (199-202) XLVII. Alerações lexias e syntacticas (203-205) XLVIII. Noções syntacticas. Uso do maiusculo (206-208) XLIX. Diferenças principaes entre o latim classico e o latim popular (209-211) Modelo de analyse syntactica (212-215)
Objetivo do autor	-

FD 18. MACIEL 1895	
Título	Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas
Autor (biografias e local de nascimento e morte)	Maximino de Araújo Maciel (1865 Larangeiras – 1923 Rio de Janeiro)
Ano	1895
Local de impressão	Capital Federal
Typ.	Typ. do Pazo & C.
Edição / Impressão	2ª?
Outras obras do mesmo autor	<p>1889 – Philologia Portugueza, Rio de Janeiro.</p> <p>1901 – Noções geraes de agronomia. Rio de Janeiro: Garnier.</p> <p>1903 – Lições de botânica geral. Rio de Janeiro: Garnier.</p> <p>1913 – Elementos de chimica geral. Rio de Janeiro: Francisco Alves.</p>
Outras edições e reimpressões conhecidas	<p>1887 – Grammatica analytica. Rio de Janeiro.</p> <p>1894 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas, satisfazendo as condições do programma de preparatórios: obra adoptada no Gymnasio nacional, Escola militar, Collegio militar, Escola naval, etc. Rio de Janeiro.</p> <p>1902 / 1904 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 3ª ed.</p> <p>1910 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 4ª ed.</p> <p>s/d – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 5ª ed.</p> <p>1916 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 6ª ed.</p> <p>1918 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 7ª ed.</p> <p>1922 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 8ª ed.</p> <p>1925 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 9ª ed.</p> <p>1926 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 10ª ed.</p> <p>1928 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 11ª ed.</p> <p>1931 – Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 12ª ed. (cf. Moraes 1997)</p>
Descrição da edição consultada	<p>Folha de rosto:</p> <p>Língua Portugueza – Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas por Maximino de Araujo Maciel / Natural de Sergipe / Formado em direito e em sciencias sociaes, professor cathedratico no Collegio Militar.</p> <p>Epígrafe: “Lex sum sermonis, linguarum regula certa, qui me non didicit, caetera nulla petat” (Bacon)</p> <p>Capital Federal / Typ. de Pazo & C., rua Sete de Setembro 83 / 1895.</p> <p>Outra página:</p> <p>(Dedicatória) Aos meus amigos Drs. Joaquim Abilio Borges e José Domingues de Andrade.</p> <p>Outra página:</p> <p>(Agradecimento) Ao meu amigo Heliodoro Pereira agradeço o auxilio que me prestou na revisão d’este trabalho.</p> <p>Número de páginas: 333</p>
Sumário da obra	<p>Noções propedeuticas (1)</p> <p>Pronologia e sua subdivisão (4-59)</p> <p><i>Phonetica</i> (4-17)</p> <p>Phonemas (5)</p> <p>Classificação physiologica (8)</p> <p>Grupos fonéticos (9)</p> <p>Diphthongos (9)</p> <p>Triphthongos (12)</p> <p>Grupos consonantais (13)</p> <p>Syllabismo (15)</p> <p><i>Phonographia</i> (17-27)</p>

	<p>Letras em geral (18)</p> <p>Graphica dos phonemas (21)</p> <p>Notações lexicas e suas funções (22)</p> <p>Historico das letras (25)</p> <p><i>Prosodia</i> (27-42)</p> <p>Quantidade prosodica (27)</p> <p>Accentuação prosodica (28)</p> <p>Posição da tonica (29)</p> <p>Oxytonos, paroxytonos, proparoxytonos (30)</p> <p>Translação tonica (31)</p> <p>Accentuação dupla (32)</p> <p>Accentuação persipoména (33)</p> <p>Metaplasmos (35)</p> <p>Assimilação (38)</p> <p>Dissimilação (40)</p> <p>Corrupção phonetica (40)</p> <p>Interferencia phonetica (42)</p> <p><i>Orthographia</i> (43-59)</p> <p>Systema etymologico (44)</p> <p>Systema phonetico (45)</p> <p>Systema mixto (45)</p> <p>Graphica das vozes (46)</p> <p>Divisão graphica (58)</p> <p>Regras graphicas (58)</p> <p>Lexicologia e sua subdivisão (60-295)</p> <p><i>Morphologia</i>:raiz e affixos (60-90)</p> <p>Formulas dos themas (62)</p> <p>Estructura das raizes (63)</p> <p>Affixos: prefixo e sufixo (64)</p> <p>Estructura da palavra (65)</p> <p>Suffixos nominaes: a sua classificação (67)</p> <p>Função dos prefixos: latinos e gregos (72)</p> <p>Fórmias cognatas (76)</p> <p>Raizes latinas (77)</p> <p>Fórmias analogas (80)</p> <p>Homonymos: homographos, homophonos (81)</p> <p>Homonymos aurioculares ou perfeitos (83)</p> <p>Homonymia verbal (85)</p> <p>Synonymos: organicos e inorganicos (87)</p> <p>Paronymos (89)</p> <p>Antonymos: organicos e inorganicos (89)</p> <p><i>Taxionomia</i> (90-117)</p> <p>As categorias grammaticaes (90)</p> <p>Substantivo (90)</p> <p>Substantivo proprio e a sua subdivisão (91)</p> <p>Substantivo appellativo (91)</p> <p>Substantivo colectivo (92)</p> <p>O colectivo especifico: organico e inorganico (93)</p> <p>Expressão substantiva (94)</p> <p>A expressão personativa (94)</p> <p>A substantivação (95)</p> <p>Adjectivo (95)</p> <p>Adjetivo descriptivo (96)</p> <p>Adjetivo especifico (97)</p> <p>Adjetivo designatico (97)</p> <p>Artigo (97)</p> <p>Adjetivo possessivo (38)</p> <p>Adjetivo indefinitos (99)</p> <p>Adjetivo numeraes (99)</p> <p>Adjetivo demonstrativo (98)</p>
--	--

	<p>Diferença entre os adjectivos (100)</p> <p>Pronome (101)</p> <p>Pronomes pessoais (102)</p> <p>Pronomes demonstrativos (102)</p> <p>Pronomes articulares (103)</p> <p>Pronomes relativos (103)</p> <p>Pronomes indefinitos (103)</p> <p>Verbo (104)</p> <p>A predicação completa (104)</p> <p>A predicação incompleta (104)</p> <p>A predicação dupla (105)</p> <p>A antiga classificação (105)</p> <p>Personalidade do verbo (106)</p> <p>Pronominalidade do verbo (107)</p> <p>A conjugação do verbo (108)</p> <p>Verbos irregulares: fortes, fracos e gráficos (109)</p> <p>Expressões verbais (110)</p> <p>Preposição (113)</p> <p>Verbo abundante (114)</p> <p>Adverbio (114)</p> <p>Conjunção (115)</p> <p>Interjeição (117)</p> <p><i>Prosoponímia</i> (118-160)</p> <p>Genero (118)</p> <p>Genero pela significação (119)</p> <p>Genero pela terminação (120)</p> <p>Genero pela aceção (121)</p> <p>Flexão dos adjectivos (126)</p> <p>Formação do género (122)</p> <p>Heteronymia generica (122)</p> <p>Juxtaposição generica (122)</p> <p>Flexão generica (123)</p> <p>Flexão personativa (124)</p> <p>Duplas genericas (124)</p> <p>Flexão dos adjectivos (126)</p> <p>Plural específico (128)</p> <p>Formas sigmaticas (129)</p> <p>Plural dos compostos (130)</p> <p>Flexão gradual (131)</p> <p>Augmentativo organico (132)</p> <p>Augmentativo inorganico (133)</p> <p>Diminutivo organico (133)</p> <p>Diminutivo erudito (134)</p> <p>Diminutivo personativo (135)</p> <p>Função dos grados (135)</p> <p>Grãos dos comparativos (136)</p> <p>Comparativos inorganicos (137)</p> <p>Comparativos organicos (137)</p> <p>Superlativos (138)</p> <p>Superlativos organicos (139)</p> <p>Superlativos divergentes e convergentes (140)</p> <p>Defectividade gradual (142)</p> <p>Flexão conjugativa: modos e tempos (145)</p> <p>Numero e pessoa (145)</p> <p>Verbos deponentes (145)</p> <p>As formas da conjugação (146)</p> <p>As conjugações geraes (147)</p> <p>A conjugação especifica (149)</p> <p>As conjugações anômalas (151)</p> <p>A irregularidade verbal (156)</p>
--	---

	<p>Irregulares graphicos e suas leis (157)</p> <p>Irregulares fracos e suas leis (158)</p> <p>Irregulares fortes e suas leis (160)</p> <p><i>Etymologia</i> (162-295)</p> <p>Synopse historica (163)</p> <p>Leis da etymologia (164)</p> <p>Phenomenos differenciaes (166)</p> <p>Evolução etymologica: vocalismo e consonantismo (168)</p> <p>Origem dos diphthongos (170)</p> <p>O sigmatismo do plural (171)</p> <p>O caso lexigenico (171)</p> <p>Fórmias divergentes (172)</p> <p>Fórmias convergentes (177)</p> <p>Formação das palavras (178)</p> <p>Derivação vernacula (179)</p> <p>Derivação organica (179)</p> <p>Derivação inorganica (180)</p> <p>A composição (182)</p> <p>Substantivos verbaes (182)</p> <p>Hybridismos (183)</p> <p>Etymologia applicada (184)</p> <p>A onomastica (185)</p> <p>Lexiogenia (186-196)</p> <p>Constituição do lexico (198)</p> <p>Derivação estrangeira: linguas subsidiarias (199)</p> <p>Alterações lexicas: archaismos e neologismos (291)</p> <p>Syntaxologia e sua subdivisão (206-299)</p> <p><i>Syntaxe relacional</i> (206-299)</p> <p>Função subjetiva (207)</p> <p>Função predicativa (208)</p> <p>Função attributiva (209)</p> <p>Função vocativa (210)</p> <p>Função adverbial (211)</p> <p>Constituição do sujeito (212)</p> <p>Constituição do objecto (213)</p> <p>O objecto nominal (216)</p> <p>Objecto directo preposicional (216)</p> <p>Adjuntos syntaticos (218)</p> <p>Adjunto predicativo (219)</p> <p>Apposição geral (223)</p> <p>Apposição descriptiva (225)</p> <p>Apposição especifica (225)</p> <p>Adjuncto adverbial (226)</p> <p>Concordancia (227)</p> <p>Concordancia nominal (229)</p> <p>Adjectivo (229)</p> <p>O pronome (231)</p> <p>Participio passado (232)</p> <p>Concordancia verbal (232)</p> <p>Sujeitos coordenados (233)</p> <p>Attracção (234)</p> <p>Sujeitos colletivos (235)</p> <p>Concordancia semeiotica (236)</p> <p>Syntaxe do substantivo (236)</p> <p>Syntaxe dos adjectivos (237)</p> <p>Artigo definito (237)</p> <p>Artigo indefinito (239)</p> <p>Omissão do artigo (239)</p> <p>Repetição dos artigos (240)</p> <p>Adjectivos designativos (240)</p>
--	--

	<p> Posição dos designativos (241) Os pronomes pessoais (242) O pronome <i>o</i> (244) O pronome <i>se</i> (245) Pronomes relativos (247) Syntaxe do verbo (250) Syntaxe dos auxiliares (251) Ser e estar (252) Syntaxe da preposição (253) Syntaxe do adverbio (254) Syntaxe das conjunções (255) Syntaxe da phraseologia (256) Termos da proposição (256) A proposição simples (257) A proposição composta (258) A proposição coordenada (258) A proposição subordinada (260) Funções da proposição adverbial (262) Schema das proposições (263) Leis da classificação (264) Proposição reduzida (266) Proposição latente (266) Proposição contracta (267) Proposição interferente (269) A ordem das palavras (269) A anastrophe do sujeito (270) A correlação das palavras (271) A correlação dos verbos (273) Theoria da negação (281) A voz passiva (287) Transitivação e intransitivização verbais (290) Synclitismo (colocação de pronome) (292-299) <i>Syntaxe litteraria ou estylica</i> (299-312) As formas de expressão (300) As figuras de estylo (301-303) Infracções litterarias (304-307) Expressões equivalentes e seus factores (307) Classificação do estylo (303) Specimens de estylo (311) Semiologia <i>Semantica</i> (313-317) Significação e suas especies (313) Alteração semantica (315) Propriedades semanticas (317) <i>Tropologia</i> (318) Metaphora (319) Synecdoche (319) Catachereze (320) Metonymia (321) Technica (321-326) Notações syntactivas (322) Notações objectivas (323) Notações subjectivas (324) Notações distinctivas (325) MODELOS DE ANALYSE (327-333) </p>
Objetivo do autor	<p> “PROLOGO. Em 1887 publicámos o nosso primeiro trabalho – <i>Grammatica Analytica</i> em que, baseando-nos nas doutrinas modernas, concorremos de algum modo para romper com a velha tradição, quebrando os antigos moldes em que se vasava a grammaticographia. E’ certo que esse trabalho nosso a que alludimos, posto que houvesse sido acceito pelos competentes e exaltado </p>

	<p>pela imprensa, se resentia de muitos defeitos, devidos á transição em que se achavam as doutrinas d'então. Alem disso, nós o escrevemos baseados mais no que havíamos lido do que na observação e até <i>experimentação</i> dos phenomenos da lingua, de sorte que actualmente discordamos de alguns pontos, graças á longa pratica do magisterio em que consolidamos o que sabíamos e adquirimos o que hoje se acha exarado no corpo d'essa <i>Grammatica Descriptiva</i>. A nós, mas aos competentes, não nos cabe ajuizar do merito do nosso trabalho, porém verá o leitor que as questões mais importantes da lingua se acham exprostatas, de modo, por assim dizer, novo de accordo com o que mais recentemente se tem publicado sobre philologia. A nossa grammatica pode não prestar, mas a orientação é inteiramente differente do que se tem publicado sobre grammatica portugueza, e a maior parte dos pontos, quasi toda a doutrina, estão consolidados por auctores de nomeada. Assim procedemos, porque a probidade scientifica aconselha citar-se um auctor, desde que estejamos de accordo com as suas opiniões attinentes a um ponto, para mostrarmos as fontes a que recorreremos. Este é e ha de ser o nosso proceder, sempre que houvermos de escrever sobre qualquer assumpto. Apezar, porém, do grande numero de obras citadas, parece-nos que se não perdeu a nossa individualidade nesse compendio, porque á doutrina assimilada juntámos as nossas observações proprias, como verão os competentes. A syntaxe mereceu-nos attenção por ter sido uma das partes mais descuradas, e assim se acha desenvolvida tanto quanto nos permittiram as nossas investigações e ao mesmo tempo exemplificada mediante classicos e stylistas de nota. Rarissimos são os exemplos nossos e esses poucos devidos ao trabalho improbo de estarmos folheando escriptores para colhe o exemplo adequadro, de modo que a nossa syntaxe está de accordo com os monumentos da lingua. E' um dos maiores defeitos e até falta de criterio formular o auctor a regra e fazer o exemplo: o que largamente tem contribuido para o divorcio entre a grammatica e os phenomenos da lingua, quando aquella deve ser o codigo, o registro em que estes se achem consignados. Esta grammatica nada tem com a outra; serve apenas de um como protesto aos que injusta ou justamente nos criticaram, até mesmo sobre pontos de que já nos havíamos occupado em outras publicações posteriores ao nosso compendio de 1887. Tudo progride e <i>errare humanum est</i>. Si neste ainda há senões, si as doutrinas não são as verdadeiras, exerça a critica o seu direito e dever, pois nos havemos de corrigir e curvar sob o peso da verdade... Restar-nos-á sempre o lenitivo, o incentivo de haver concorrido para a diffusão de luzes em nossa Patria. Sentimos não nos ser possivel, por motivos de ordem economica, darmos uma edição nitida, mas "feci quod potui, faciant meliora potentes". O AUTOR. Capital Federal, 1 de Outubro de 1894."</p>
--	--